

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 12, 2009

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniará

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 12, 2009

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

Este número do Retratos é financiado pelo INCRA/SP.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 - Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 12, 2009

PUBLICAÇÃO DAS EQUIPES DAS PESQUISAS

Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: Tensões, Bloqueios e Perspectivas (Uma Análise Comparativa em Duas Regiões do Estado de São Paulo);

As Idades da Vida: Estudos de Representações Sociais sobre Juventude, Envelhecimento e Modos de Vida em Assentamentos de Reforma Agrária

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNESP – Araraquara

Luís Antônio Barone

Professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e da UFG

PESQUISADORES BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:

Ana Carolina Hepe Teixeira

Ana Flávia Flores

Claudionor Renato da Silva

PESQUISADORES BOLSISTAS DE APOIO TÉCNICO:

Daniel Tadeu do Amaral

Henrique Carmona Duval

Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Coordenação: Henrique Carmona Duval

Editoração eletrônica: Lívia Nunes

Traduções: Silvana Palma

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Delma Pessanha Neves
Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo
Profa. Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros
Prof. Dra. Maria Aparecida Moraes Silva
Profa. Dra. Maria Edy Chonchol
Prof. Dr. Oriowaldo Queda
Prof. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 12, 2009

Retratos de Assentamentos. Araraquara-SP, 2009. N.º 12, 418 p.
Publicação periódica do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação
Rural) – UNIARA/INCRA: Araraquara.
ISSN 1516-8182

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: SUPERANDO PRECONCEITOS CONTRA O RURAL Dulce C. A. Whitaker	33
ASSENTAMENTOS RURAIS: ALTERNATIVAS FRENTE AO AGRONEGÓCIO Oriowaldo Queda Paulo Kageyama João Dagoberto dos Santos	47
POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DE VIABILIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS Pedro Ramos	69
AGROINDÚSTRIAS RURAIS E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS? Sônia Maria P.P. Bergamasco Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida	87
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E SEUS DESAFIOS Ana Lúcia Valente	109
TENSÕES EXTERNAS E INTERNAS SOBRE OS PREÇOS DOS ALIMENTOS: FATORES EXPLICATIVOS Guilherme C. Delgado	125

**LIÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E
O ACESSO À TERRA: DILEMAS ENFRENTADOS
POR PRODUTORES ORGÂNICOS**

Carlos Eduardo de Freitas Vian

Adilson Martins Andrade Júnior

Daniel Grin

Michelle Godoy de Oliveira137

**A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS EM
MERCADO NÃO TRADICIONAL: UM ESTUDO DE CASO**

Antonio Wagner Pereira Lopes

Sílvia Maria A. Lima Costa167

**DA TERRA AO PRATO: A IMPORTÂNCIA
DA MEMÓRIA NAS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA
ALIMENTAR DE FAMÍLIAS ASSENTADAS**

Henrique Carmona Duval

Norma Felicidade L. S. Valencio

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante189

**O INDIVIDUAL E O COLETIVO NOS ASSENTAMENTOS:
ENTRE O IDEAL E O REAL**

Marluse Castro Maciel217

**ENTRE A CASA E A RUA: UMA ETNOGRAFIA
DE SABERES NO ASSENTAMENTO BELA VISTA
DO CHIBARRO – ARARAQUARA-SP**

Thauana Paiva de Souza Gomes

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante243

**OS SENTIDOS DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO
DA REFORMA AGRÁRIA E O FUTURO DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS**

Rosemeire Aparecida Scopinho259

O SIGNIFICADO DA TERRA: O CASO DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DE ANDRADINA-SP

Antonio Lázaro Sant´Ana

Maria Aparecida Anselmo Tarsitano

Flaviana Cavalcanti da Silva

Valéria da Silva Modenese275

OS CAMINHOS DA LUTA PELA TERRA: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO "PDS COMUNIDADE AGRÁRIA 21 DE DEZEMBRO"

Ana Carolina Hepe Teixeira

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante291

A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO

Dorival Borelli Filho

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante305

INDICADORES DE GESTÃO E EDUCAÇÃO: SUBSÍDIOS À PATRIMONIALIDADE AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS

Claudionor Renato da Silva

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante331

ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: RESISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REFORMA AGRÁRIA

Martha Esthela Santos Silva

Luís Antônio Barone349

A EXPERIÊNCIA DE DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: O QUE REVELAM OS DADOS DOS P.A.s PRIMAVERA E TUPÃCIRETAN (PRESIDENTE VENCESLAU/SP)

Carina Regina de Macedo

Luís Antônio Barone369

**VOZES E AÇÕES DAS MULHERES NA
TRAJETÓRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Henrique Carmona Duval391

CONTENTS

INTRODUCTION	15
AGRARIAN REFORM AND ENVIRONMENT: OVERCOMING THE PREJUDICE AGAINST RURAL ISSUES Dulce C. A. Whitaker	33
RURAL SETTLEMENTS: UNCONVENTIONAL SYSTEMS AGAINST AGRIBUSINESS Oriowaldo Queda Paulo Kageyama João Dagoberto dos Santos	47
PUBLIC POLICIES AND PERSPECTIVES ON THE VIABILITY OF THE RURAL SETTLEMENTS Pedro Ramos	69
RURAL-BASED AGRO-INDUSTRIES AND FOOD SAFETY: IS THIS A NEW MODEL FOR THE DEVELOPMENT IN SETTLEMENTS? Sônia Maria P.P. Bergamasco Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida	87
NATIONAL POLICY ON THE TECHNICAL ASSISTANCE AND AGRICULTURAL EXTENSION AND ITS CHALLENGES Ana Lúcia Valente	109
EXTERNAL AND INTERNAL TENSIONS ON THE FOOD PRICES: EXPLANATORY FACTORS Guilherme C. Delgado	125

**LESSONS LEARNED ON FAMILY FARM AND THE
LAND ACCESS: DILEMMAS FACED BY
ORGANIC PRODUCERS**

Carlos Eduardo de Freitas Vian

Adilson Martins Andrade Júnior

Daniel Grin

Michelle Godoy de Oliveira137

**THE PRODUCTION OF ORGANIC VEGETABLES
OF NON-TRADITIONAL MARKET: A CASE STUDY**

Antonio Wagner Pereira Lopes

Sílvia Maria A. Lima Costa167

**FROM THE FARMING TO THE DISH: THE
IMPORTANCE OF THE HISTORY OF FOOD SECURITY
SYSTEM OF SETTLED FAMILIES**

Henrique Carmona Duval

Norma Felicidade L. S. Valencio

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante189

**THE INDIVIDUAL AND THE COLLECTIVE IN THE
SETTLEMENTS: BETWEEN THE IDEAL AND THE REAL**

Marluse Castro Maciel217

**THE INFORMATION FLOW BETWEEN THE HOUSE
AND THE STREET: ETNOGRAPHY OF KNOWLEDGE IN
BELA VISTA DO CHIBARRO SETTLEMENT IN
ARARAQUARA TOWN (STATE OF *SÃO PAULO*)**

Thauana Paiva de Souza Gomes

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante243

**THE PROPOSITIONS OF SOCIAL EDUCATIONAL
PROJECT OF THE AGRARIAN REFORM AND THE
FUTURE OF RURAL SETTLEMENTS**

Rosemeire Aparecida Scopinho259

THE MEANING OF THE LAND: THE CASE STUDY OF THE RURAL SETTLED FAMILIES IN THE ANDRADINA REGION

Antonio Lázaro Sant´Ana

Maria Aparecida Anselmo Tarsitano

Flaviana Cavalcanti da Silva

Valéria da Silva Modenese275

THE PATHS TO FIGHT FOR LAND: HISTORICAL RECONSTRUCTION OF THE SETTLEMENT

"PDS COMUNIDADE AGRÁRIA 21 DE DEZEMBRO"

Ana Carolina Hepe Teixeira

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante291

THE FIGHT FOR THE LAND IN THE REGION OF RIBEIRÃO PRETO: FOUNDATION AND ORGANIZATION PROCESS OF MÁRIO LAGO SETTLEMENT

Dorival Borelli Filho

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante305

PERFORMANCE INDICATORS FOR MANAGEMENT AND EDUCATION: SUBSIDIES ADDRESSED TO THE PATRIMONIAL ENVIRONMENT IN SETTLEMENTS

Claudionor Renato da Silva

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante331

ASSOCIATIVISM AND ORGANIZATION OF PRODUCTION IN RURAL SETTLEMENTS: SOCIAL RESISTANCE AND PUBLIC POLICIES APPLIED TO AGRARIAN REFORM

Martha Esthela Santos Silva

Luís Antônio Barone349

**EXPERIENCES ON PARTICIPATORY DIAGNOSTICS
OF RURAL SETTLEMENTS: EVIDENCE PRESENTED
THROUGH DATA GATHERED FROM THE *PRIMAVERA*
AND *TUPÃCIRETAN P.As.* (SETTLEMENT PROJECTS)
LOCATED IN *PRESIDENTE VENCESLAU* TOWN**

Carina Regina de Macedo

Luís Antônio Barone369

**WOMEN'S VOICES AND ACTIONS IN THE RURAL
SETTLEMENTS TRAJECTORY**

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Henrique Carmona Duval391

APRESENTAÇÃO

Organizar e editar, a cada ano, um novo número de Retratos de Assentamentos tem sido, para nós, extremamente gratificante. Através de uma seqüência que já completa duas décadas, foi possível sentir a dinâmica de um campo de estudos relativamente novo dentro da Sociologia Rural (porque o tema Assentamentos de Reforma Agrária é de ponta e, portanto, assim se apresenta). Foi em parte através desse trabalho que pudemos acompanhar o crescimento do número de pesquisadores interessados no tema – muitos deles alunos nossos que foram bolsistas desde a graduação, ou desde o mestrado e que chegaram rapidamente ao doutorado. Ao mesmo tempo, estabelecíamos contato com pesquisadores de outras regiões do Brasil (acompanhando pesquisas através de Bancas, Congressos e pareceres ad hoc), pesquisadores esses que encontraram espaço para publicar seus artigos em "nosso" Retratos.

Mas não foi só. Organizar nosso periódico implicou ainda, em parte, observar o aprofundamento da compreensão sobre o fenômeno dos assentamentos de Reforma Agrária, a partir da força transformadora que brota das lutas pela terra neste país.

Para alcançar a importância desse tipo de avanço do conhecimento, é preciso lembrar aqui que a ilusão de uma ciência neutra e descompromissada dos problemas da humanidade já se desvaneceu até no campo das "prestigiosas" ciências exatas. Num planeta cada vez mais ameaçado pela devastação e diante de uma humanidade dilacerada pela fome, entre outras mazelas históricas não resolvidas, ao contrário, muitas delas aprofundadas, cabe ao cientista um compromisso cada vez mais intenso em relação aos modos de vida e às estratégias daqueles que se apresentam no cenário histórico como portadores de alternativas às práticas destruidoras da natureza, hoje predominantes nas sociedades que orgulhosamente se afirmam urbanizadas e industrializadas.

A trajetória dos estudos rurais tem levado os pesquisadores a transitar da compreensão de um rural específico, com problemas que lhe seriam próprios ou resultantes da articulação rural-urbano, a uma visão mais abrangente, através da qual os movimentos sociais no campo e as estratégias dos novos atores sociais são percebidos em profundidade cada vez maior: a profundidade que se requer para compreender as potencialidades que esses atores apresentam diante dos desafios postos pelo industrialismo.

Assim, esta é um pouco a característica deste número de Retratos. Daí as interfaces com estudos ambientais que marcam alguns textos e a ênfase na compreensão das subjetividades e das estratégias que caracterizam outros.

O número 12 da coleção Retratos de Assentamentos inova e dá continuidade, como afirmado, a uma pesquisa qualitativa, longitudinal, voltada a uma experiência de investigação de mais de 20 anos junto aos assentamentos rurais. Maioridade conquistada - pelo tempo de pesquisa e de constituição dos assentamentos – foi preciso tomar decisões ousadas e buscar aperfeiçoar a coletânea.

A partir deste número, Retratos de Assentamentos passa a contar regularmente com contribuições de pesquisadores que não participam de nosso núcleo de pesquisa, mas compartilham nosso compromisso e a continuada disposição de discutir experiências de Reforma Agrária. Aceitaram nosso convite de participar deste número de nossa coletânea que tem reunido, em uma feliz e ousada empreitada, pesquisadores seniors, jovens doutores, bolsistas que estão dando os primeiros passos na carreira acadêmica, em uma fértil e solidária troca de saberes.

O número 12 inova, porque é igualmente lançado em sua versão eletrônica, assim como os três últimos volumes, como um convite a ampliar sua rede de leitores e de vigilantes críticos.

Reafirmando o compromisso de manter sua periodicidade anual, sela igualmente a parceria com o INCRA, Superintendência de São Paulo, órgão que tem transformado sua atuação institucional em um saudável e renovado apoio ao retorno social do conhecimento acadêmico produzido.

Inova igualmente por este número trazer uma contribuição do grupo de filhos de assentados que fazem o curso Pedagogia da Terra e têm participado do NUPEDOR, Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, em uma demonstração significativa de que os resultados de nossas pesquisas têm nos permitido avanços na integração com as comunidades investigadas.

O conjunto de 19 artigos que ora apresentamos ao público e à crítica tem, como eixo condutor, a discussão da relação assentamentos x desenvolvimento de uma perspectiva que integra diferentes dimensões de análise, assumindo como princípio, a complexidade da realidade dos assentamentos. São discutidas as tensões que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida, na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais, assim como são analisadas expressões de sustentabilidade das experiências de Reforma Agrária, de garantia da qualidade de vida dos assentados e de constrangimentos estruturais impostos pela sociedade, sobretudo através do Estado e do mercado, dos arranjos e rearranjos dos grupos de poder.

Passemos, pois, em revista os artigos que discutem, direta ou indiretamente, os rumos do desenvolvimento rural no campo brasileiro, em especial, paulista.

A presença e o desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais no Estado de São Paulo têm sido apresentados como elementos diferenciados e

experiências inovadoras no espaço rural paulista. De fato, para além de ventiladas virtudes superadoras da estrutura capitalista no campo (colocando os assentamentos e a reforma agrária na ante-sala do socialismo), o sentido dessas experiências apresenta uma série de condições que as diferenciam da realidade de outros segmentos da agricultura familiar no Estado. Elementos contraditórios se imbricam na formação e desenvolvimento dos assentamentos, cuja trajetória não pode ser avaliada apenas pelos pretensos projetos que disputam os destinos desses territórios, mas pela síntese das políticas desenvolvidas pelos mediadores que formulam tais projetos e das ações de grupos maiores ou menores de trabalhadores, motivadas por condicionantes bastante singulares.

Aspectos desta síntese de muitas determinações são discutidos neste número de Retratos em temáticas que põem em questão o desenvolvimento rural.

O primeiro artigo, **Reforma Agrária e Meio Ambiente: superando preconceitos contra o rural**, da professora Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, apoiado em trabalhos da autora e em outros que investigam o rural no Brasil desvenda os preconceitos instituídos pela ideologia urbano-industrial contra o rural e acentua o papel da pequena propriedade rural como produtora de alimentos e benefícios ambientais.

Claramente, o artigo analisa argumentos de contrapartida ao modelo do agronegócio que parece dominar as leituras e olhares sobre a agricultura brasileira, especialmente a paulista. Com certeza, há obstáculos ideológicos que impedem a opinião pública de compreender as ligações essenciais entre a necessidade de Reforma Agrária e a conseqüente reconstrução de parte da natureza destruída pelos grandes cultivos. Desmistificar esses obstáculos implica em compreender a valorização do rural em seu significado exato, um rural comprometido com a terra enquanto mãe-natureza.

No circuito da reconstrução do meio ambiente e busca da diversidade agrícola, a autora tem submetido ao seu crivo analítico questões relativas à reconstrução cultural e à educação escolar como fatores que podem caminhar em consonância com o resgate da natureza.

Desvendando, um a um, os preconceitos contra o rural que têm tido lugar cativo na sociedade urbano-industrial, a autora lança um sinal de alerta aos pesquisadores não suficientemente armados da "vigilância epistemológica" (ou "reflexividade"), os quais muitas vezes fortalecem os preconceitos que se fazem presentes no imaginário social, desqualificando os direitos e as lutas dos trabalhadores envolvidos no processo de Reforma Agrária. Sinal amarelo que vem acompanhado de uma esperançosa observação. "Quando o grande público compreender que a Reforma Agrária tem um significado que transcende seus benefícios óbvios como a distribuição de terras

e o desenvolvimento de classes médias no campo, quando finalmente ficar claro seu papel essencial no resgate da natureza será mais difícil à ideologia estender seu manto obscurecedor sobre a luta dos sem-terra".

O artigo de Queda, Kageyama e Santos, **Assentamentos Rurais: alternativas frente ao agronegócio** discute dimensões conflituosas que se apresentam entre uma agricultura altamente industrializada, de larga escala e uma agricultura alternativa, ecologicamente mais sustentável. Tendo como foco dilemas da dimensão ambiental e produtiva dos assentamentos rurais, os autores põem em questão os nós górdios da discussão sobre modelos de desenvolvimento rural.

O artigo discute ricamente dois caminhos para o desenvolvimento de assentamentos: um através da agricultura convencional, cujos elementos-chaves, centralização, dependência, competição, dominação da natureza, especialização e exploração contrapõem-se aos traços característicos da agricultura alternativa, a qual tem na independência, harmonia com a natureza, diversidade e conservação, seus pilares.

A agricultura convencional não absolutiza o território dos assentamentos. Persistem expressões de diversificação e novas estratégias são criadas. Neste sentido, começam a ter significado formas de agricultura diferenciada da convencional, a sinalizar outras alternativas para os assentamentos.

Tecendo ricamente uma análise comparativa entre as lógicas dos paradigmas de agricultura em conflito, os autores sugerem um outro jogo diferenciado do modelo do agronegócio para o futuro dos assentamentos. No lugar de querer vencer o jogo do agronegócio e a sua ameaça à soberania alimentar, ao desemprego e à biodiversidade, por que não enfrentar o caminho da agricultura alternativa?

O terceiro artigo, **Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais** de Pedro Ramos discute a viabilização de projetos de assentamentos rurais no circuito das políticas públicas.

O autor analisa tais alternativas atreladas a iniciativas de formação de associações e de cooperativas pelos assentados, fundamentais no confronto com agroindústrias oligopolizadas fornecedoras de insumos, máquinas e processadoras dos bens por elas produzidos.

Pautando o objetivo de um programa de assentamento pela busca de elevação do nível de vida dos que se tornam assentados, o pesquisador discute - sem se fechar às controvérsias - as distinções entre nível de renda e nível de consumo.

Acertando o princípio de que a produção de subsistência significa, efetivamente, uma renda não monetária, o autor discute formas complementares de obtenção da renda familiar.

O trabalho temporário fora do lote, em atividades tipicamente rurais ou urbanas,

a cessão de parte do lote para que outros produzam bens que possam gerar rendas para a família assentada são discutidos como estratégias complementares de elevação do nível de vida da família assentada.

Argumenta que um programa de reforma agrária ou de assentamentos de trabalhadores rurais implica o "aproveitamento conjunto da capacidade produtiva da terra ou do solo e do trabalho familiar", o que o leva a admitir que a possibilidade de ocorrer arrendamento em uma determinada parte do lote não deve ser descartada por mero princípio.

Neste contexto, como analisar a integração – através da parceria com usinas de açúcar – de parte significativa dos assentamentos rurais? Há análises que mostram, a partir de experiências concretas (FERRANTE et al., 2007, 2008, 2009) que nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem o processo de previsão de safra, de preço de cana, não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana, o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo.

Nos casos analisados neste artigo, especificamente no assentamento Água Sumida de Teodoro Sampaio e na área das Fazendas Reunidas, em Promissão, a partir de entrevistas analisadas, o autor apresenta a conclusão – não isenta de questionamentos feitos ao longo do texto – de que a introdução da cana foi benéfica, pois gerou uma renda que há muito os assentados não obtinham. Questões e dilemas que se apresentam em escala crescente.

No artigo de Bergamasco e Almeida, **Agroindústrias Rurais e Segurança Alimentar: um novo modelo de desenvolvimento nos assentamentos?** é apresentada uma proposta metodológica no esforço de reunir indicadores de avaliações das eficácias e de aprimoramento de uma política pública sustentada pela valorização dos espaços locais. Especificamente, os autores discutem alternativas de investigação das aplicabilidades, eficácias, entraves e aperfeiçoamento das agroindústrias familiares que estão formando redes de relacionamento em assentamentos rurais.

Tendo como eixo teórico-metodológico o novo institucionalismo histórico e as redes de recursos de poder com corte analítico em políticas públicas, o artigo põe em questão o papel do Estado e sua capacidade de definir e implementar políticas públicas.

Espera-se, a partir das contribuições desta proposta, um aumento da capacidade de gestão autônoma dos territórios de assentamentos, visando seu desenvolvimento, principalmente através das iniciativas das agroindústrias familiares e outras políticas públicas orientadas pelos princípios da segurança alimentar. Perspectiva esta

adequada a estratégias alternativas de desenvolvimento rural.

Iniciando o segundo bloco de quatro artigos que discutem questões correlatas e complementadas à temática dos assentamento rurais, temos o artigo de Ana Lucia Valente, **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e seus Desafios** no qual é feita uma avaliação das dificuldades e avanços nos caminhos trilhados por esta política governamental.

A autora discute a Extensão Rural e o processo de construção do conhecimento a partir de sua própria experiência didática, trazendo ao debate a conclusão de que a avaliação da disciplina pelos alunos tem sido substantiva e positivamente modificada quando novos elementos são oferecidos à reflexão, reafirmando que a reinvenção do sentido da formação recebida nessas instituições não é sonho, nem tarefa impossível.

Num outro eixo, analisa a inclusão dos quilombolas no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF – e o significado desta comunidade ter sido beneficiada pelo serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – que repassa adubo e maquinário para as atividades agrícolas.

A autora acentua o descompasso entre as atividades difusionistas desenvolvidas no território quilombola, as novas diretrizes da PNATER e as reais necessidades da comunidade. Descompasso que vem como sinal de alerta da existência de um desconhecimento das experiências concretas por parte dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas.

O discurso construído pelos gestores de promoção do desenvolvimento territorial, de respeito à lógica e conhecimentos locais tem se mostrado falacioso na perspectiva analítica da autora. Até que ponto estas questões apontadas, que evidenciam dificuldades e rotas de colisão na operacionalização das políticas públicas são problemas enfrentados pelos assentamentos rurais?

Orientação técnica, proposta agroecológica, segurança alimentar são diretrizes efetivamente encampadas pelos órgãos gestores das políticas governamentais dirigidas a assentamentos? Questão que não tem, com certeza, uma resposta unívoca.

O texto de Guilherme Delgado, **Tensões Externas e Internas sobre os preços dos Alimentos: fatores explicativos**, aparentemente, não relacionado à temática central da coleção Retratos de Assentamentos, equaciona muito bem nossa "dependência" em relação ao mercado internacional no setor primário. Põe no centro do debate as causas da elevação recente nos preços dos alimentos no Brasil. Situação conjuntural ou estrutural?

A tese básica do texto é de que a tensão inflacionária presente na conjuntura é uma questão de caráter estrutural e tem conexão direta com a forma de inserção externa do setor primário nas transações internacionais. Levanta, sem ser o eixo

priorizado da discussão, outros aspectos importantes desta reflexão. Como lidar com as especificidades do sistema agroalimentar?

A perspectiva dos assentamentos optarem por um modelo de desenvolvimento rural diferenciado e por uma agricultura não convencional pode levá-los a intensificar a produção de alimentos e criar algum impacto na tendência ascendente dos preços agrícolas? Questões a merecer continuado investimento em pesquisas sobre os rumos do desenvolvimento rural brasileiro.

Vian, Andrade Jr., Grin e Oliveira em **Lições Sobre a Agricultura Familiar e o Acesso à Terra: dilemas enfrentados por produtores orgânicos** discutem as dificuldades dos produtores orgânicos de uma associação comunitária rural no processo de comercialização. Há perspectivas de integração no mercado para estes produtores? Quais são os principais gargalos enfrentados?

Tomando como referência experiências de uma associação comunitária dos municípios de Americana e Piracicaba (SP), os autores apontam a existência de uma dissonância entre pequenos produtores familiares e comerciantes de produtos de alimentos orgânicos, uma vez que o mercado é considerado instável e de alto risco. Entretanto, os comerciantes de produtos orgânicos ressaltam que a demanda de produtos orgânicos tem crescido e continuará nessa trajetória nos próximos anos. Tal divergência de opiniões pode ter como explicação, o fato dos produtores receberem a menor parcela no valor final praticado junto ao consumidor, arcando com os custos elevados da produção e da certificação e com os riscos da atividade agrícola.

A comercialização se constitui no maior entrave para os pequenos produtores de alimentos? A falta de certificação se transforma em um sério entrave a sua entrada no mercado? As alternativas seriam outras estratégias de venda? Até que ponto as diretrizes das políticas públicas facilitam a absorção de pequenos produtores orgânicos? Há um efetivo interesse por parte dos órgãos gestores em apoiar e incentivar a produção orgânica de alimentos?

Qual é a área de extensão e de atenção recebidas, por parte dos poderes públicos, para que uma produção alternativa entre, efetivamente, na trajetória dos assentamentos rurais? Dilemas levantados pelo texto, a exigir cuidadosas reflexões.

Pereira Lopes e Lima Costa em **A Produção de Hortaliças Orgânicas em Mercado Não Tradicional: um estudo de caso** reforça as indagações acima elencadas ao acompanhar e submeter ao crivo analítico o sistema produtivo de um produtor na cidade de Ilha Solteira.

Apesar de ter sido detectada a busca por melhor qualidade no consumo de alimentos, não existe adequação dos estabelecimentos varejistas, demanda claramente definida para os produtos orgânicos. Ressaltando o pioneirismo do sistema produtivo em questão, os autores chamam a atenção para a inexistência de uma orientação

tanto para o cultivo de produtos orgânicos local e regional – seja nos espaços constituídos de reassentamentos e assentamentos rurais como na composição da oferta agrícola regional - quanto para o consumo.

No âmbito do projeto de reassentamento rural do Cinturão Verde da cidade de Ilha Solteira, a produção hortícola apresenta destacada importância no conjunto das explorações geradoras de excedentes comercializáveis e de renda.

Entretanto, seja no território deste projeto de assentamento, seja no contexto dos demais assentamentos presentes na região do extremo oeste paulista, não existem iniciativas consolidadas de sistemas produtivos formatados para a produção de culturas orgânicas.

No caso analisado, ainda que o produtor mostre-se satisfeito com a produção, a comercialização direta deixa de explorar nichos do mercado e de obter maiores rendimentos decorrentes da cobrança de preços diferenciados.

No entanto, esta alternativa real de desenvolvimento local não pode ser avaliada pela lógica da produtividade e da comercialização que rege o mundo do agronegócio. Com certeza, apesar dessa produção orgânica ser exceção no perfil do sistema agrícola local/regional, este estudo de caso aponta para estratégias de intervenção capazes de contribuir para a construção de estilos de desenvolvimento rural e de agricultores sustentáveis. Neste circuito, não há como negar a importância desta experiência na discussão dos rumos dos assentamentos rurais.

O conjunto seguinte de artigos traz reflexões riquíssimas a partir de pesquisas de campo realizadas em assentamentos rurais em espaços diferenciados, especialmente no território das agroindústrias, no seu coração – região de Araraquara – e no extremo oeste paulista, Pontal do Paranapanema, aonde a questão fundiária tem sido, ao longo de décadas, o ponto definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o Estado e as diferentes classes sociais.

Em **Da Terra ao Prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas**, Duval, Valencio e Ferrante analisam a produção de alimentos para o autoconsumo familiar no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara. Analisando historicamente as rupturas que se fizeram presente no processo de modernização agrícola e a presença dos bóias-frias na luta pela terra na região, os autores discutem aspectos extra-econômicos do autoconsumo familiar a partir da memória e do modo de vida dos assentados rurais.

Na contramão das leituras dos assentamentos pela ótica da produtividade e da valorização do agronegócio, os autores analisam os sistemas de produção de autoconsumo no assentamento referidos a práticas tradicionais de obtenção de alimentos, o que os leva a investigar lembranças dos assentados de tempos anteriores à ruptura com a terra.

O autoconsumo entra, efetivamente, na discussão da trajetória dos assentamentos rurais, representando uma estratégia que protege e fortalece a economia da propriedade familiar. Entram neste circuito a ajuda mútua para satisfazer as necessidades de alimentação familiar no meio rural, através das trocas e doações de alimentos e do fortalecimento dos laços de reciprocidade, de solidariedade, seja entre parentes, vizinhos ou amigos.

Ao retornar à terra, produzir a maior parte da própria alimentação volta a ser uma prática possível aos assentados, garantindo assim a produção e o acesso ao que apetece seus gostos e preferências. Em uma abordagem histórico-dialética, os autores analisam o processo de constituição dos assentados, ex-bóias frias, traçando um diálogo crítico com as teses que identificam o processo de proletarianização a um completo desenraizamento sócio-cultural. Com efeito, os assentados trazem, para as suas práticas produtivas no lote, o arcabouço de suas experiências derivadas de suas origens e trajetórias.

Preferências alimentares e conhecimentos se mesclam para restituir, na vida cotidiana da família, um *habitus* característico de um modo de vida tradicional. O rumo dos assentamentos não pode, de fato, prescindir destas dimensões que escapam, muitas vezes, às leituras dos assentamentos pela ótica exclusivamente econômica.

A luta das famílias para recompor a memória dos sabores e saberes ligados tanto à prática agrícola e pecuária quanto às receitas, com seus temperos, aromas e formatos nos convida a ver os assentamentos rurais sob a ótica da diversificação, da perspectiva de outro modelo de desenvolvimento.

Em uma análise lúcida e ousada, os autores nos convidam a refletir na perspectiva do autoconsumo ser um elemento de contraposição à análise dos assentamentos unicamente pela lógica da integração às economias capitalistas regionais.

Marluse Castro Maciel em **O Industrial e o Coletivo nos Assentamentos: entre o ideal e o real**, discute os mecanismos de produção dos assentados como forma de permanência na terra e sua opção pelo trabalho individual que em alguns momentos, aparece como estratégia para se integrar ao mercado da agricultura modernizada. Há uma real oposição entre individual e coletivo nos assentamentos? O fato dos assentados produzirem individualmente pode revelar estratégias para comercializarem seus produtos e suas dificuldades de produzir coletivamente, seja por causa de experiências fracassadas das cooperativas, seja por algumas marcas de sua herança rural que os leva a almejar a categoria de proprietário rural.

Entretanto, o fato de produzirem individualmente não impede a recriação de elementos da economia moral expressos em relações de reciprocidade sustentadas por padrões de vizinhança e estratégias de organização familiar.

A autora detecta em suas experiências de pesquisa a baixa adesão aos projetos coletivos – muitas vezes forjados independentemente dos interesses dos assentados, em dimensão significativa fadados ao fracasso – e uma opção maciça pelo individualismo, o que não os torna individualistas. A opção pela produção individual não aparece como convicção. Ao contrário, as falas revelam uma contradição entre a valorização do trabalho coletivo detectada no discurso e a produção individualizada constatada na prática.

A relação individual x coletivo é analisada pela pesquisadora além da dimensão estrita da produção, em espaços de sociabilidade, através da doação de prendas para as festas religiosas, da realização do mutirão, da luta pelo direito à escola, atendimento médico. Tais encontros em lugares significativos são, sem dúvidas, expressões da coletividade que assumem, via de regra, uma dimensão lúdica, um gesto de amizade, uma demonstração de estar junto, em um coletivo reinventado pela própria comunidade.

Partindo dos dados de pesquisa, Marluse deixa ao leitor uma questão controversa: a questão da herança cultural culmina na reinvenção do campesinato e sua relação com a produção individualizada ou há outra categoria chamada de produtor familiar que nada tem a ver com o camponês? Dilema que não se resolve com a adoção, a priori de conceitos ou modelos classificatórios, mas exige um cuidadoso acompanhamento do modo de vida construído nos assentamentos.

Gomes e Ferrante em **Entre a Casa e a Rua: uma etnografia de saberes no assentamento Bela Vista do Chibarro, Araraquara-SP**, se propõem a analisar a transferência dos saberes não oficiais, como mitos, lendas e crenças, buscando discutir os aspectos da vida cotidiana que interferem nas relações simbólicas desta população específica, que tenta se reorganizar após conflitos internos gerados por parcerias com a agroindústria. A partir dos depoimentos de diversos atores, incluindo crianças, jovens, líderes, responsáveis por festas e pioneiros dos assentamentos, as autoras analisam a importância da transferência destes saberes tradicionais transmitidos de gerações a gerações como forma de identificação e resistência na terra.

Este trabalho ilustra bem o investimento na formação de jovens pesquisadores que vem sendo feito pelo Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural há mais de 20 anos. Fruto do projeto de mestrado de Thauana Gomes e das pesquisas desenvolvidas nos assentamentos rurais da região de Araraquara, analisa momentos de esgarçamento e de recrudescimento das relações sociais mediadas pela tradição e conhecimento popular.

Assim, o rompimento entre os assentados – em função da polêmica adesão aos contratos de parceria com usinas de açúcar – acarretou, dentre outras, a interrupção das diversas formas de expressão coletiva, como a festa junina que durante 16 anos

consecutivos fora comemorada pelo grupo.

Analisando com precisão o papel da festa na renovação dos elos do grupo, através da valorização dos alimentos produzidos e distribuídos, da cobrança aos políticos, da elevação do espírito comunitário e do reviver dos saberes populares, o artigo mostra que apesar de um relativo esquecimento das crenças, dos mitos e das lendas, os mesmos não perderam o seu lugar nos espaços da rua e da casa.

No processo de resgate da memória, a rua invadiu a escola. Jovens assentados estudantes da Pedagogia da Terra, através de um projeto intitulado Pé Vermelho desenvolveram um cuidadoso trabalho que permitiu a retomada das festas e dos saberes tradicionais em um processo de valorização da cultura, da busca de um projeto de embelezamento do assentamento, de um “acerto de contas” – nada contábil – com o passado vivido neste lugar.

A luta deste grupo jovem significou, sem dúvidas, o reavivamento dos elementos da memória grupal, representando simbolicamente o encontro entre o conhecimento oficial e popular. A reciprocidade "horizontal" preconizada como regra pelos códigos morais do trabalhador rural (BARONE, 1996, 2000) tem, de fato, construído uma rede de relações que tem contribuído, em muito, para a permanência dessas famílias na terra.

Scopinho em **Os Sentidos do Projeto Sócio-Educativo da Reforma Agrária e o Futuro dos Assentamentos Rurais** apresenta significativas reflexões sobre a questão da formação do trabalhador rural assentado, considerando as características sócio-culturais e as necessidades educacionais dos demandantes de terra no estado de São Paulo, as experiências sócio-educativas dos trabalhadores organizados pelo MST e os passos de implantação do curso de Pedagogia da Terra na UFSCar, via PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Pondo os pingos nos is nos desafios e complexidades da formação (termo escolhido no lugar de educação) do trabalhador rural brasileiro, a autora aborda a problemática no âmbito dos movimentos sociais rurais. Quais os limites e possibilidades do trabalho organizado sob os princípios da cooperação auto-gestionária? Analisa como o "nó górdio" deste problema a formação dos trabalhadores, não entendida em um sentido unívoco. Parte do princípio de que a formação do trabalhador tanto pode ser um processo que pode oprimir a ação política dos sujeitos, se for pensada do ponto de vista estritamente operacional, como preparação para o trabalho ou disciplinar, como de adequação às necessidades de um determinado tipo de organização do trabalho, como pode contribuir para o fortalecimento e a emancipação dos sujeitos, se for entendido como um processo não linear de diálogo que busca a troca de saberes, o por em ação práticas sociais que incluem o trabalho, a vida cotidiana, a participação em movimentos sociais organizados.

Juntando-se aos que abordam criticamente os preconceitos sobre o rural, a autora compreende o processo de formação como um difícil exercício de diálogo com a diferença, no qual os trabalhadores rurais não podem ser vistos somente como força de trabalho, mas como sujeitos de um processo social, político e cultural que tem contribuído para modificar substancialmente a relação campo-cidade no Brasil.

Não se pode analisar a questão da formação dos trabalhadores como uma questão de sucesso ou de fracasso, já que há, subjacente à mesma, um conjunto de fatores de ordem objetiva e subjetiva cuja combinação é, não só complexa, como diferente em cada caso específico.

Não só o cotidiano, mas também as necessidades que ele traz são transformadas em espaços de formação como, por exemplo, as inúmeras necessidades e disputas que são enfrentadas na implantação dos projetos de assentamentos.

A discussão da constituição dos assentamentos como expressão de experiências formativas é fundamental para a compreensão de que a relação entre assentamento e desenvolvimento não é ditada por uma lógica externa, nem implica numa simples subordinação a um sistema de controles e de poderes. Faz-se necessário respeitar as singularidades dos assentados, o fato de serem portadores de saberes e os fatores múltiplos que podem levar à resignificação do coletivo imposto pelos mediadores externos ou internos.

O artigo mostra de forma exemplar e extremamente rica, situações concretas ligadas ao processo de formação do trabalhador, que colocam os assentados em relação com eles próprios, com o Estado, com as organizações não governamentais e outros movimentos sociais que transformam o território de assentamento não apenas do ponto de vista da instalação da infra-estrutura produtiva e social, mas, sobretudo, do modo como os trabalhadores se relacionam entre si e com os diferentes sujeitos sociais encarregados da implantação dos projetos.

Segue, neste número 12 de Retratos, um conjunto de textos que discutem a relação dos assentados com a terra. Em **O Significado da Terra: o caso dos assentados da região de Andradina-SP**, Sant´Ana, Tarsitano, Silva e Modenese analisam a relação desta visão com as ocupações anteriores dos assentados, suas estratégias de produção e de comercialização na região de Andradina. Baseados em Survey, os autores constatam que a maioria dos assentados associam a conquista da terra à possibilidade de deixarem a vida de empregado, ao sossego, a um lugar melhor para criar os filhos, à continuidade do trabalho como agricultor, à liberdade, à estabilidade, à garantia de subsistência da família e à fartura.

Aspectos mais subjetivos e emocionais também aparecem nas respostas dos produtores, relacionando a terra às lembranças da infância e a valores como o amor, a felicidade, a esperança, a paz espiritual, expressos por meios de imagens políticas

e/ou de caráter religioso.

A partir de duas pesquisas voltadas à análise das estratégias de produção e comercialização das famílias de oito assentamentos da região de Andradina, os autores apreendem a diferenciação expressa no significado atribuído à terra pelos assentados.

Há diferenças na forma como se articulam e se entrecruzam aspectos mais objetivos e racionais das vantagens que a conquista da terra lhes trouxeram e os aspectos mais subjetivos e emocionais das mudanças ocorridas. No primeiro caso, a realização do sonho e/ou a melhor qualidade de vida é descrita em termos de evolução econômica, de ter fartura na mesa, de trabalhar menos ou de ter controle do seu processo de trabalho.

No segundo caso, a terra significou realizar o desejo de retorno às lembranças agradáveis da infância, a satisfação de continuar e retomar o lado do agricultor e a reafirmação de valores.

Os autores destacam – contrariando a visão preconceituosa que associa assentamentos a favelas rurais – que mesmo os produtores que apresentam críticas aos preços agrícolas, à assistência técnica, ao crédito rural, dentre outros, revelam uma avaliação positiva em relação ao significado que a conquista de terra teve para suas vidas.

Teixeira e Ferrante em **Os Caminhos da Luta pela Terra: reconstrução histórica do assentamento "PDS-Comunidade Agrária 21 De Dezembro"**, mostram a trajetória, entremeada por sonhos, dificuldades, momentos de desencanto e de encantamento, de um grupo de pessoas e sua busca por melhores condições de vida, a partir do início da luta por um pedaço de terra.

Ressaltando que o texto expressa fragmentos da vivência de Ana Carolina Hepe Teixeira (ela própria assentada), o que é sem dúvidas, um precioso indicador do retorno possível de seu processo de formação, o artigo ressalta a importância do resgate da memória destas famílias, as dificuldades encontradas por elas desde a primeira ocupação até a apropriação de um lote de terras, os contatos de aproximação e de conflito com outros mediadores, em um processo não linear de (re)enraizamento.

Passando em revista os desafios de se viver em comunidade, o artigo destaca as práticas educativas, as controversas perspectivas dos jovens serem guardiões do futuro, a importância da valorização da cultura para a formação da identidade das crianças.

O aspecto mais marcante deste artigo é, sem dúvidas, o fato de ser fruto da experiência de uma jovem assentada extremamente comprometida com a luta pela Reforma Agrária.

Em **A Luta pela Terra na Região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago**, Borelli e Ferrante destacam as

descontinuidades de constituição desta experiência localizada no coração do agronegócio. Produto da dissertação de mestrado defendida por Borelli são analisados aspectos da formação sob orientação do MST – cuja interpretação é extremamente controversa – expressões da ausência de políticas públicas refletida nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, coleta de lixo e transporte público e perspectivas de constituição de um cinturão verde, nos moldes da agricultura orgânica que possa gerar um embrião de diversificação face ao modelo de agricultura convencional predominante no entorno.

Numa rica descrição, de caráter etnográfico, são mostrados, passo a passo, os recuos e avanços das famílias no processo de ocupação da Fazenda da Barra, o vai e vem face às ações de reintegrações da posse, a divisão no movimento e na própria estrutura do assentamento, motivada pela rigidez das regras fixadas pelo MST, os apoios dos chamados "amigos do movimento", os conflitos e as negociações com o órgão gestor. Dados de observação mostram a presença bem viva de expressões de solidariedade, como a Folia de Reis, comemorada com almoço comunitário e baile no período da noite, a Festa Junina, Festival do Milho, Encontro de Violeiros, a relação bem amigável entre os vizinhos, reavivando laços de solidariedade e de reciprocidade. O hábito de convidar familiares não assentados e simpatizantes do Movimento dos Sem Terra para participarem das festividades faz parte dos códigos da economia camponesa. Terra, família e trabalho, categorias nucleantes e relacionadas, não são pensadas separadamente, mas em conjunto, organizando valores a partir dos quais se movem os agentes sociais.

O próximo artigo apresenta reflexões sobre uma questão pouco discutida na produção acadêmica voltada a assentamentos rurais, a dimensão ambiental. Silva e Ferrante em **Indicadores de Gestão e Educação: subsídios à patrimonialidade ambiental em assentamentos** discutem o modelo de desenvolvimento rural que pauta tais experiências a partir da construção, baseada em pesquisa de campo, de indicadores de caracterização ambiental. O espaço do assentamento analisado – Núcleo III do Assentamento Monte Alegre, em Araraquara/SP – apresenta estruturadamente condições para ações de gestão e educação na resolução de problemas ambientais focados. Tais condições vêm sendo absorvidas e implementadas pelos órgãos gestores?

O fato de parte significativa dos lotes terem abarcado, em sua extensão, uma área de reserva legal, a frustração diante da promessa de recuperação do solo, a pouca atenção dispensada às matas ciliares são dados preocupantes, do ponto de vista da patrimonialidade ambiental.

O uso, em maioria, pelos assentados, dos poços cacimba afeta diretamente os lençóis de água gerando a perspectiva, nada auspiciosa, de contaminação dessa

grande rede freática.

Há um dado extremamente preocupante: a assistência técnica – recebida por 95% dos assentados, sem se avaliar a qualidade e propriedade da mesma – nada tem a ver com apoio à preservação ambiental, admitida por apenas 14% dos pequenos produtores. A desconsideração da dimensão ambiental por parte dos órgãos gestores incumbidos dos apoios técnicos é, de fato, um aspecto crucial a ser enfrentado pelas políticas públicas. Não há perspectivas de pensar e projetar o futuro dos assentamentos rurais sem a implantação de uma gestão proativa e eficaz dos espaços ambientais, transformando-os em lugares de pertencimento.

Os dois próximos artigos discutem aspectos da complexa realidade dos assentamentos do extremo oeste paulista. No primeiro, **Associativismo e Organização Produtiva em Assentamentos Rurais: resistência social e políticas públicas na reforma agrária**, Silva e Barone analisam o desempenho produtivo dos assentados, em conjugação com o associativismo, entendido como uma estratégia de permanência na terra.

O associativismo, enquanto esquema de organização de produção permite efetivamente o controle da gestão dos assentamentos pelos trabalhadores? Ou o associativismo apenas é utilizado como modalidade apropriada para dotar o assentado de condições de concorrência para entrar no mercado? Questões que não comportam uma única resposta.

As associações são predominantes por serem uma espécie de exigência do Estado: elas são a "personalidade jurídica" do assentamento e sua presença é quase obrigatória para o repasse dos créditos. Exigência legal não lhes garante autonomia. Imposição do Estado ou produto da vontade dos assentados em se organizarem para uma ação coletiva? O artigo reaviva este dilema.

No segundo, também referido ao extremo oeste paulista e com autoria de Macedo e Barone, **A Experiência de Diagnósticos Participativos em Assentamentos Rurais: o que revelam os dados dos P.A.s Primavera e Tupãciretan (Presidente Venceslau/SP)**, são apresentadas reflexões sobre uma experiência concreta de metodologia participativa junto a uma comunidade de assentados rurais do Pontal do Paranapanema.

Indicações importantes sobre a realidade ambiental do assentamento e da percepção da comunidade foram apresentadas a partir de resultados parciais de pesquisa, instigando o leitor a refletir sobre os principais problemas apresentados pelos assentados para o desenvolvimento dos assentamentos.

A infra-estrutura para a produção (estradas, equipamentos, assistência técnica) e para a reprodução (saúde, educação, cultura, lazer e habitação) foram os principais pontos discutidos pelo grupo. As soluções apontadas exigem investimentos sérios e

continuados dos gestores das políticas públicas, especialmente para se evitar que relações clientelistas passem a pautar as expectativas e reivindicações dos assentados.

O diálogo truncado com as agências externas foi referido de forma contundente pelos assentados. Igualmente, a degradação do solo e a ocupação de áreas de preservação permanente e reserva legal foram apontados como prioridades dos problemas ambientais.

Descontentamentos compuseram a agenda das críticas e reivindicações, atingindo prioritariamente a diretoria da associação e os órgãos gestores.

Por último, mas reiterando o compromisso de manter esta temática na linha de frente da agenda de pesquisas sobre os assentamentos rurais, Ferrante e Duval, em **Vozes e Ações das Mulheres na Trajetória dos Assentamentos Rurais**, discutem a atuação feminina como expressão de recusa/aceitação aos modelos instituídos.

Em um momento em que tem se publicizado a criação de uma pauta de políticas que possam fortalecer condições da agricultora das mulheres rurais, em respeito às próprias reivindicações de grupos organizados é mais do que bem-vindo este artigo.

As iniciativas de diversificação produtiva e de resgate da identidade dos assentamentos, fortemente mediadas pelas mulheres foram discutidas a partir da categoria trama de tensões, através da qual temos analisado a problemática inserção dos assentamentos nos distintos contextos regionais.

O artigo analisa as relações entre produção/reprodução de maneira crítica, especialmente pela naturalização de lugares atribuídos a um e outro segmento. Questiona-se o caráter de complementaridade inicialmente atribuído ao trabalho da mulher na agricultura e é analisada a importância de tais atividades no contexto de estratégias familiares postas em ação pelos assentados.

Em outra dimensão, no campo das associações, da politização de espaços de sociabilidade, discute-se a dianteira tomada pelas mulheres em questões de infraestrutura, em reivindicações apresentadas à Prefeitura. A partir dessas iniciativas, começaram a discutir formas de complementar a renda, através, por exemplo, de hortas, de granjas, do trabalho em farinhas, em padarias, dentre outras. Por outra entrada, a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, constituindo espaços importantes de ressignificação de suas atividades produtivas.

A inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo? Com a ressalva de que este é um campo de forças, no qual relações de gênero se fazem presentes, o artigo analisa a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

A construção de uma nova identidade política mediada por horizontes que se

abrem timidamente no campo das políticas públicas não implica necessariamente em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais, pelos formuladores das práticas públicas. Os mesmos não trazem, magicamente, como consequência, uma (re)socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, leve a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

Questões que, com certeza, devem compor uma agenda de pesquisa sobre a mulher assentada e trabalhadora rural e, além disso, podem estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural.

O número 12 da coleção Retratos de Assentamentos traz, além das inovações de caráter técnico, uma gama de questões diferenciadas e enriquecedoras não só para o debate acadêmico, mas para todos aqueles que têm compromisso ou interesse científico em analisar os rumos das experiências de Reforma Agrária. Para nós, organizadores desta coleção, analisar alternativas e rumos dos assentamentos rurais, revisitar paradoxos da sua integração aos complexos agroindustriais e os embriões de um modelo de desenvolvimento alternativo é, muito mais do que cumprir uma agenda acadêmica, um compromisso de vida.

*Araraquara, dezembro de 2009.
Tempo de reavivar sonhos e utopias.*

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker*

REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: SUPERANDO PRECONCEITOS CONTRA O RURAL

Dulce C. A. Whitaker¹

Resumo: Reflexões a partir de trabalhos da autora, mas apoiadas também em outros autores que investigam o rural no Brasil. Contemplam-se aqui dois eixos principais, que acabam se interligando: a questão da ideologia urbana industrial e seus preconceitos contra o rural, que hoje se multiplicam, obstaculizando a ação dos movimentos sociais pela reforma agrária; e a necessidade de se dar realce ao papel da pequena propriedade rural como produtora de alimentos e benefícios ambientais, o que de certa forma permite combater o preconceito.

Palavras-Chave: Assentamentos de Reforma Agrária; Pequena Propriedade x Agronegócio; Ideologia Urbanoindustrial; Preconceito Contra o Rural.

Abstract: Reflections on the author's works, but also including exploratory researches by other authors who have been investigating Brazilian farming subjects. Two major points are emphasized here, and along their route it is established a connection between them: the urban industrial ideology subject and its prejudices against the rural issue, which today is spreading, hampering the actions on social movements for agrarian reform; and the need to highlight the role of small rural property as a food producer and beneficial to the environment, so that it allows to fight prejudice.

Keywords: Agrarian Reform Settlements; Small Property vs. Agribusiness; Urban Industrial Ideology; Prejudice against the Rural.

Introdução

Este ensaio busca enfatizar alguns liames entre os assentamentos de Reforma

¹Professora/pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP Araraquara.

Agrária e as necessidades de restauração da natureza, face às ações devastadoras dos grandes cultivos (leia-se agronegócio) a partir da ainda impropriamente chamada Revolução Verde.

Esse primeiro parágrafo já exige que se estabeleça uma primeira diferença entre dois tipos de rural: aquele do pequeno produtor de alimentos, que nele reside e aquele que dá continuidade histórica ao atraso da monocultura e do latifúndio, cujo proprietário, dito ruralista, mora na cidade. Ou seja, é um ator social urbano, com forte presença no Congresso Nacional e relações pragmáticas com os outros dois poderes.

Daí a importância de se desvelar, na ideologia urbanoindustrial, os preconceitos que obscurecem o papel da pequena propriedade na produção de alimentos e os serviços ambientais prestados por muitos camponeses, especialmente os assentados da Reforma Agrária.

Tornar clara as complexas relações que o latifúndio improdutivo mantém com os poderosos não é fácil. Mas para que se tenha idéia desses poderes emanados do atraso, basta acompanhar a "Reforma Agrária às avessas" realizada no Estado de Tocantins e apresentada em reportagem primorosa (e dolorosa) pela revista Carta Capital de 25 de novembro (FORTES, 2009). Nela se descreve o processo através dos quais "47 felizardos" foram beneficiados com milhares de hectares de terra a R\$ 8,00 (oito reais) cada um. No topo da lista, nada mais nada menos do que uma senadora, presidente da C. N. A. (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) aquela mesmo que vive investindo contra os trabalhadores sem terra, acusando-os de serem financiados ilegalmente para invadir terras no país. Conforme a reportagem de Leandro Fortes:

Um ambiente de agricultura familiar mantido ao longo de quase meio século por um esquema de produção de alimentos de forma ecologicamente sustentável for remarcado em gleba de latifúndio e entregue a dezenas de indivíduos ligados ao governador Siqueira Campos (p.29).

Pesquisas na assim chamada área de Estudos Rurais, que se torna cada vez mais transdisciplinar, reafirmam há décadas que a produção de alimentos é mais intensa na pequena propriedade rural. Sociólogos, economistas e agrônomos que não se venderam ao grande capital agroindustrial têm apresentado um acervo considerável de publicações, cujos dados comprovam o fenômeno em variadas direções. Enquanto isso, o último Censo Agropecuário do IBGE confirma a importância da pequena propriedade para a produção de alimentos. Graças ao caráter de confiabilidade desse tradicional Instituto, seus resultados foram divulgados pela mídia, alcançando

a opinião pública como um todo. Mas a força do latifúndio não pode ser menosprezada e então, com incrível rapidez foi encomendada uma "pesquisa" para negar os dados do IBGE e a mídia, subserviente ao poder, deu voz aos representantes do latifúndio, que saíram a campo chamando os assentamentos de Reforma Agrária de favelas rurais.

É preciso, portanto, enfatizar que esse agronegócio, que modernizou o latifúndio no Brasil, não tem como função exatamente a produção de alimentos. O que produz corresponde ao conceito de "commodities". Ou seja, na versão contemporânea do Brasil colônia, continua-se a prática de produzir para o mercado externo, tal como evidenciado por Caio Prado Jr. em seus estudos de História Econômica (PRADO JR., 1963).

Mas a pequena produção resiste, e graças à nossa incipiente Reforma Agrária, se amplia, de quebra prestando serviços ao meio ambiente. Os preconceitos contra o rural tradicional também resistem e estão aí para serem utilizados pela ideologia do agronegócio. Mas preconceitos não acontecem por acaso. Eles brotam da dominação e compõem cirandas perversas no gigantesco caleidoscópio das ideologias, com suas descontinuidades, ilusionismos e inversões.

As sociedades industriais se urbanizaram e produziram teorias para supervalorização das cidades, em detrimento do rural, que seria o lugar do atraso e da ausência de consciência política. Revoluções camponesas são cuidadosamente escondidas (ou difamadas) enquanto se ensina nas escolas que as grandes civilizações da antiguidade oriental brotaram das cidades. Ninguém observa que os tais grandes impérios, com suas cidades, tiveram suas origens na abundância de grãos obtidos nas várzeas dos grandes rios da Índia, da China e do Crescente Fértil. Vistas dessa forma, as chamadas grandes civilizações orientais (e suas cidades) foram frutos da agricultura e brotaram, portanto, do rural. Este seria um exemplo clássico da inversão de causas e efeitos que caracteriza a ideologia, tal como teorizado por Marx e Engels (1980).

Ignora-se a partir daí que o desenvolvimento da Astronomia e da Geometria, entre outras ciências, derivou da necessidade de se prever as cheias do Nilo e sua extensão sobre a várzea para produção do alimento, no antigo Egito.

A dificuldade de se reconhecer o valor da zona rural e da produção de alimentos nas formações históricas deriva do poder do urbano sobre o rural, que se formou a partir da Renascença e se consolidou após a Revolução Industrial. Com base nesse continuum histórico, uma vasta gama de preconceitos foi sendo elaborada e chega a atuar como obstáculo epistemológico à compreensão do rural, inclusive em estudos científicos (WHITAKER, 2002).

Mas é a partir da mídia, associada ao poder do atraso, que tais preconceitos se fortalecem. Por exemplo, designar assentamentos de Reforma Agrária como favelas

rurais, logo em seguida aos resultados do último Censo Agropecuário do IBGE, é contar como certo que uma classe privilegiada urbana participa do preconceito. Ora, nada mais distante da favela do que morar na zona rural. Favela já é conceito histórica e sociologicamente ligado aos estudos urbanos. Favelas são amontoados urbanos de moradias precárias, com altíssima densidade demográfica, cheias de pessoas (e hoje até de eletrodomésticos) vivendo em condições insalubres e perigosas nas encostas de morros ou ao longo de lixões ou alagados. Já, viver na zona rural significa dispersão pela paisagem, o que por si estabelece a impossibilidade da aplicação do conceito às moradias do campo. Na zona rural não há separação entre vida (morar) e trabalho, tal como no espaço urbano. Ainda que pobres e destituídas de bens de consumo (o que, no entanto, vai se modificando para os pequenos agricultores de sucesso) essas moradias envolvem modos de vida radicalmente diferentes dos daqueles que vivem na cidade, graças à qualidade dada pela natureza.

Nesses espaços, respira-se ar bem menos poluído e as condições só serão insalubres se o entorno estiver constituído pelo agronegócio. Moradias na zona rural não ocupam morros e suas encostas porque há amplidão do espaço. Há diferenças ainda mais expressivas (questões do trânsito e da violência). Mas o que impulsiona este ensaio não é exatamente equacionar diferenças.

Pretende-se aqui argumentar contra a força dos preconceitos, em relação ao rural que facilitam a ideologia na medida em que a classe média não hesita em repetir os descabros que os porta-vozes do agronegócio inventam.

A intenção deste artigo é um pouco fornecer dados dos meus estudos que ajudam a desvelar parte desses preconceitos, abrindo brechas na ideologia urbanoindustrial e enfatizando as possibilidades dadas pela existência dos pequenos assentamentos rurais, que com suas ações voltadas à formação de mosaicos de diversidade, prestam serviços ambientais dignos de serem reconhecidos e até mesmo recompensados.

Embora o pequeno agricultor também seja obrigado a usar pacotes tecnológicos, dada as exigências da racionalidade instrumental que nos obriga a todos, às idéias de "produtividade", o fato de produzir em mosaicos complexos de diversidade agrícola, diferencia seu sítio dos grandes cultivos e cria brechas para preocupações e cuidados com o meio ambiente, impossíveis nas grandes extensões homogêneas totalmente destituídas de mosaicos dos grandes cultivos modernizados do latifúndio, que estão sendo celebrados hoje sob o sugestivo nome de agronegócio.

Passemos então ao texto principal, no qual outros preconceitos serão discutidos.

Enfrentando os Preconceitos

Não se pode descartar a questão da natureza, quando se trabalha com temas

rurais, seja em Sociologia, seja em Antropologia, seja em qualquer outra área das ciências humanas. O pano de fundo dado pelo meio ambiente é fundamental para compreensão do mundo rural e da ruralidade que, no caso brasileiro é um pouco a raiz de todos nós. A valorização do rural deveria também ser fundamental para aqueles que preocupados com a sobrevivência do planeta e da humanidade, militam em defesa do meio ambiente e trabalham pela preservação da natureza (ou comungam com essas idéias, ou afirmam apoiá-las).

No entanto, há obstáculos ideológicos que impedem a opinião pública de compreender as ligações essenciais entre a necessidade de Reforma Agrária e a conseqüente reconstrução de parte da natureza destruída pelos grandes cultivos.

O primeiro passo para desmistificar esses obstáculos é compreender a valorização do rural em seu significado exato. Obviamente, quando falamos em valorização do rural, não estamos falando em qualquer rural. Estamos falando de um rural comprometido com a terra enquanto mãe-natureza - aquela que nos mata a fome com seus generosos frutos. Não estamos falando de ações que esgotam a terra e extraem dela mais do que poderia ou deveria produzir. Não estamos, portanto, falando de produtividade e agronegócio, porque este apenas devasta a natureza, para obter através dela os grandes lucros que permitem a acumulação do Capital (esta, aliás, bem longe do campo, mais provavelmente em outro país que não o nosso). Estamos, ao contrário, falando de Reforma Agrária, de produção de alimentos, de diversidade agrícola, e de multifuncionalidade no mundo rural. Rejeitamos, portanto, a homogeneidade dos grandes cultivos que, no caso brasileiro, por exemplo, produz soja para alimentar o gado europeu, laranja para exportação de sucos, cana para transformação em combustíveis. Ou seja, aquela produtividade que não nos mata a fome, muito pelo contrário...

O Brasil contabiliza mais de duas décadas de políticas da Reforma Agrária, que a partir da abertura política do final dos anos 1970 se intensificou, por exemplo, no Estado de São Paulo com as eleições diretas para governadores no início dos anos 1980. Embora não tenha sido uma Reforma Agrária radical, tal como preconizada pelas forças sociais mais progressistas (o que se explica por fatores históricos que não se necessita recordar aqui) o balanço dos seus resultados nos últimos 20 anos não pode ser considerado desprezível, graças às reivindicações do movimento social, que de diferentes formas pressionou e pressiona o Estado para dele arrancar novas concessões.

Entendemos que políticas públicas e ações afirmativas devem ser implementadas para manter e alargar tais conquistas uma vez que, grandes problemas do país, como a reconstrução do meio ambiente, por exemplo, passam pela questão da pequena propriedade - ou seja, exigem uma Reforma Agrária mais abrangente, já que o agronegócio dos grandes cultivos apenas devora a natureza, desarticulando os ecossistemas.

Dentro do quadro de reconstrução do meio ambiente e busca da diversidade agrícola - evidente em muitos assentamentos do país (VELÔSO, 2002; VELÔSO, 2005), e por nós avaliado nos diferentes núcleos da Fazenda Monte Alegre em Araraquara (WHITAKER, 2002; WHITAKER, 2003), tenho me preocupado com questões relativas à reconstrução cultural e à educação escolar como fatores em consonância com o resgate necessário da natureza.

Nesse sentido, a questão da escolarização da juventude nos parece crucial, não só para a preservação dos assentamentos, como conseqüentemente para o encaminhamento da problemática ambiental.

Estudando a questão da juventude nesses assentamentos, pudemos observar resultados interessantes que contrariam crenças infundadas, presentes no discurso da mídia e até mesmo de pesquisadores bem intencionados, no que se refere à manutenção e ampliação da política de Reforma Agrária. Por exemplo, em relação às aspirações por educação superior, acredita-se, a partir das Teorias Sociológicas, que as oportunidades objetivas de conseguir chegar à Universidade destroem as esperanças subjetivas que animam os jovens das camadas desprivilegiadas da sociedade (BOURDIEU, 1998). No entanto, no que se refere a essas aspirações, nos assentamentos, pudemos descobrir que elas resistem, e não só no discurso dos muitos jovens. Ou seja, esperanças subjetivas nem sempre são destruídas. Assim, entrevistas com adolescentes, jovens adultos (e também idosos) realizadas nos últimos quatro anos, desvelam representações sociais relativas a questões fundamentais para sobrevivência dos assentamentos, com resultados que contrariam as crenças referidas acima, conforme será explicitado adiante.

Os preconceitos contra o rural na sociedade urbano-industrial são de tal intensidade que acabam fortalecendo equívocos e atuando como obstáculos ao conhecimento, inclusive em trabalhos de jovens pesquisadores não suficientemente armados da "vigilância epistemológica" aconselhada ao ofício de sociólogo (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1993).

Tais preconceitos atuam no imaginário social de forma a atingir os pobres do campo, especialmente aqueles que lutam pela Reforma Agrária, apresentados constantemente pela mídia como atrasados, incompetentes, engraçados, pitorescos, quando não perigosos baderneiros - um processo que visa exatamente desqualificar suas lutas e afastar a atenção do público sobre seus direitos².

²Não vou me deter aqui sobre a perversidade dos preconceitos que atingem os homens do campo e principalmente os assentados da Reforma Agrária. Para tal veja-se Whitaker (2002) e também Whitaker e Souza (2006).

A questão do meio ambiente no Brasil é questão bastante controversa. Empresas devastadoras como as fábricas de papel, cuja ação deletéria sobre o meio ambiente deveria ser denunciada, são premiadas pelos seus "programas ambientais". Bancos de grande porte, cujos cartões de crédito atuam noite e dia, dia e noite no consumo desvairado de objetos inúteis, cuja produção esgota reservas energéticas e recursos de toda ordem, são apresentados pela mídia como campeões na defesa da mata atlântica e de outros ecossistemas do país. Entra-se num banco ou empresa de grande porte, em pleno meio dia e as luzes estão acesas porque foi preciso fechar as persianas para fazer funcionar os aparelhos de ar condicionado. Reservas de combustíveis fósseis que a natureza levou bilhões de anos para formar e acumular são queimadas e evaporadas ali em poucas horas (WHITAKER, BEZZON, 2006). Mas quando um grupo de famílias esfomeadas ocupa um latifúndio e derruba eucaliptos para poder plantar alimentos, o "bom-mocismo" da imprensa excita a opinião pública contra a Reforma Agrária porque tais ocupações podem afetar o meio ambiente.

Realmente a força da ideologia é espantosa! Para ilustrar o que dizemos vamos recordar aqui uma experiência que vivemos, enquanto pesquisadores, em confronto com a grande imprensa, para corrigir uma informação preconceituosa e ideologicamente comprometida com o "status quo" que um jornal exibiu sem pudores no final dos anos 90. O caso está narrado em detalhes no livro **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**.

Àquela época, estávamos eu e meu grupo de bolsistas, fazendo o levantamento da expressiva diversidade agrícola que já caracterizava os núcleos de assentamentos da Fazenda Monte Alegre, na região de Araraquara, quando fomos surpreendidos por uma reportagem da grande imprensa, que dizia denunciar a destruição ambiental na região, provocada por "invasões" (sic) dos sem-terra. O título da reportagem por si só da conta da perversidade ideológica do texto e dos processos midiáticos - "Sem-terra devastam três Fernando de Noronha". Com efeito, usar o nome de um paraíso ecológico como metáfora para áreas de reflorestamento que já foram devastadas pela própria ação dos eucaliptos faz lembrar o velho contraponto entre "ignorância e má-fé" Como não se pode atribuir a um repórter a pecha de ignorante é forçoso reconhecer as intenções maldosas na edição da matéria.

Para nos contrapormos a esse absurdo, tivemos que produzir dois textos: aquele que mandamos para o jornal em questão, em defesa da ação benéfica dos assentados - que não conseguimos ver publicado; e aquele que conseguimos fazer publicar, após desesperados esforços de toda equipe, junto ao "ombudsman" do jornal para furar o bloqueio às nossas considerações sobre a reportagem.

O primeiro texto expressava com certa riqueza de detalhes, os benefícios que assentados de Reforma Agrária trazem ao meio ambiente, em curto prazo, apenas

substituindo eucaliptos ou outras formas de homogeneização da natureza, por suas práticas tradicionais e/ou inovações alternativas que conseguem consolidar. O segundo texto, resolvido por telefone, empobreceu nossa argumentação já que a condição do pequeno número de linhas era "*sine qua non*" para a publicação, o que deu ao jornalista de plantão a oportunidade de podar toda a "carne e o sangue" de nossa argumentação reduzindo-a ao seu "esqueleto" - característica, aliás, do que está morto (WHITAKER, 2002).

Embora reconhecendo que repórteres nem sempre são culpados por suas avaliações, já que também são vítimas do processo ideológico, entendemos, no entanto, que pessoas que passaram pela universidade têm a oportunidade e obrigação de perceber o real de forma menos comprometida com a Ideologia da dominação. Os obstáculos por eles enfrentados, entretanto, para conseguir e manter seus empregos são talvez a causa mais atuante na reprodução dos preconceitos e da ideologia.

É preciso observar também que a questão ambiental é uma das que mais se presta à proliferação dos preconceitos contra o homem rural. Visto como o "outro" da supervalorizada cultura urbanoindustrial, o habitante do campo é responsabilizado pelo atraso a que é submetido pelo poder público porque "não tem interesse em progredir". Mas quando reage, exige, avança, é acusado de destruir a natureza com suas práticas e técnicas (quando modernizadas). Ou seja, se vive em equilíbrio ecológico em relação à natureza é fator de atraso, se moderniza suas ações está destruindo a natureza (WHITAKER, 2002).

Em nossas avaliações esse tipo de preconceito faz parte de um conjunto de idéias pré-concebidas que são divulgadas constantemente pela mídia, e que infelizmente são muitas vezes reproduzidas em trabalhos acadêmicos, em ambientes nos quais não deveriam ocorrer. Vamos elencar alguns desses preconceitos, para desvelar o processo ideológico através do qual tenta-se desqualificar um movimento social - qual seja o da luta pela terra, negando a seus protagonistas o reconhecimento de suas verdadeiras potencialidades, desmerecendo dessa forma suas lutas.

O processo começa pela desqualificação das aspirações dos jovens. Assim, - acredita-se que os jovens não estão dispostos a permanecer nos assentamentos de Reforma Agrária e propaga-se esta crença através da mídia, enquanto estudos bem fundamentados mostram que os assentamentos, tal como planejados é que não oferecem condições para essa permanência (CASTRO, 2005) enquanto outros estudos ainda desvelam jovens estudantes ansiosos por progredir nos estudos sem abandonar a terra que seus pais lutaram para conquistar (MACHADO, 2000).

- Acredita-se ainda que os jovens rurais não conseguem desenvolver aspirações pelo ensino superior, quando nossos estudos captaram tais aspirações (WHITAKER, ONOFRE, 2003; WHITAKER, ONOFRE, 2006; WHITAKER, ONOFRE, PAIVA, 2006)

- Proclama-se que os assentados da primeira hora estão envelhecendo, o que transformaria os assentamentos em "Asilos de Velhos", uma metáfora equivocada, já que "asilo" significa exclusão, enquanto morar num assentamento significou para esses atores sociais justamente a inclusão. Ainda que permaneçam sem os filhos nos assentamentos, suas memórias e suas representações sociais devem ser estudadas para ver que significado dão a essa situação³.

- Em relação às crianças, acredita-se que sofrem impactos negativos quando suas famílias se integram aos assentamentos, mas investigações realizadas nos assentamentos de Araraquara mostram exatamente o contrário (FIAMENGUE, 1996; WHITAKER, FIAMENGUE, 2000). O preconceito contra crianças dos assentamentos foi detectado em pesquisa realizada junto a professores das escolas urbanas que recebiam essas crianças (ARAÚJO, 1997) e constitui uma das provas de que é preciso dar voz aos sujeitos historicamente situados, que estão se constituindo como categoria sociológica diferenciada e devem ser compreendidos nas suas especificidades (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995).

Outro preconceito fortemente divulgado pela mídia na sociedade como um todo é o de que os assentamentos de Reforma Agrária contribuem para a devastação ambiental. Acusando-os de derrubar árvores para fazer seus cultivos, como se fosse possível fazê-los de outra forma, a mídia não se dá conta de que as árvores derrubadas são, na maior parte das vezes, espécies exóticas como eucaliptos, resultados de uma devastação anterior. Nossos estudos na região de Araraquara (WHITAKER, 2003; WHITAKER, FIAMENGUE, 2000), bem como estudos realizados em diferentes áreas do país (VELÔSO, 2005) mostram exatamente o contrário e apontam para a Reforma Agrária como instrumento capaz de recompor a diversidade agrícola e melhorar as condições ambientais no campo.

Conforme se pode observar, a visão que o senso comum constrói para os assentados de Reforma Agrária, nega o papel da juventude como transformadora (já que estariam indo embora, o que se afirma sem nenhuma apresentação de dados que possam comprovar tais "teses"). Mas ao mesmo tempo, se desmerece o papel dos idosos no mesmo local, como se eles não fossem merecedores de permanecer ali naquele espaço que ajudaram a construir, como assentados, durante mais de duas décadas. Assim, os jovens são pensados como descompromissados em relação à terra que habitaram na

³Realizamos estudos com assentados em processo de envelhecimento. Em entrevista obtida recentemente temos um senhor de 67 anos, cujos filhos foram para a cidade, mas ainda assim trabalha a terra e produz, mantendo expectativas positivas com relação ao futuro e aspirações a educação superior.

infância e os mais velhos são pensados como inúteis - se não tiverem filhos para trabalhar por eles. E nem as crianças escapam: visões equivocadas são divulgadas até mesmo em Congressos de Sociologia Rural e poucos dão voz às crianças para que expressem o que sentem (WHITAKER, FIAMENGUE, 2000).

Mas o desenvolvimento das idades da vida, bem como, as mudanças provocadas pelo tempo acontecem sempre num quadro de transformações ambientais. E então para jogar a "pá de cal", após tantas avaliações negativas, jornalistas acusam o assentado de devastar a natureza, obviamente sem nunca ter pisado num chão de terra, apenas captando preconceitos, sentados à frente de um computador sem pensar, em momento algum, no gasto energético e ambiental da sua máquina de transmitir ideologias.

Consideramos, portanto ser necessário e urgente divulgar para o grande público a importância da pequena propriedade agrícola para a regeneração da natureza. Evidentemente quando falo em plantios não estou falando em restabelecimento da biodiversidade que o planeta levou milênios para formar. Ninguém minimamente informado pode acreditar que a ciência possa um dia restaurar ecossistemas que o ser humano, armado de tecnologia acabou por destruir. A teia da vida é obra de forças misteriosas que atuaram em nosso planeta durante milhões de anos. Mas é evidente também que o capitalismo, através do mau uso da ciência transformada em tecnologia, não vai poder continuar indefinidamente dilapidando a natureza e destruindo o meio ambiente, porque isso não ameaça exatamente a sobrevivência do planeta, mas sim a sobrevivência da própria humanidade.

Vai chegar, portanto o momento da virada - "o ponto de mutação" (CAPRA, 1982). Os seres humanos vão reivindicar uma ciência nova, voltada para o respeito a natureza. A terra vai ser considerada o que ela é realmente Gea ou Gaia - a mãe-terra.

Nesse momento, a busca dos núcleos de resistência camponesa vai desvendar os pontos da paisagem em que foi permitido às forças da natureza se reconstituírem em grande parte. E eles existem. A mãe-natureza é forte e resiste. Aquilo que os técnicos chamam de ervas-daninhas e se esforçam por destruir, nada mais é do que o ecossistema original tentando se reconstruir. Mas às vezes a mãe-terra se torna madrasta e as secas, enchentes e tsunamis podem ser considerados manifestações de revolta diante do horror que o industrialismo lhe impôs.

Nossa grande esperança reside no fato de que os seres humanos precisam dos alimentos. E é na pequena propriedade familiar que eles são produzidos de forma consciente. Essa consciência fazia com que, em culturas tradicionais, os grãos fossem considerados sagrados (WHITAKER, BEZZON, 2006). Mas ela ainda se manifesta com clareza, em formas menos místicas, porém eloquentes, no discurso de muitos assentados por nós entrevistados.

Observem o trecho abaixo, em entrevista obtida por Silvana Onofre na Fazenda Monte Alegre.

Depois foi quando eu entrei na Reforma Agrária e com a graça de Deus a gente conseguiu ganhar esse pedaço de terra.

Acampamos e ficamos sete meses debaixo da lona preta. E com a graça de Deus hoje a gente vem lutando. Ta difícil, não ta fácil... A luta é uma luta dura, mas estamos se mantendo. A gente ta se mantendo com produtos daqui. Com a graça de Deus nós colhemos a abobrinha que nós tínhamos plantado, um pouco de quiabo... Agora acabou e nós estamos preparando uma horta grande. Nós estamos mexendo já com essa horta. Essa horta é irrigada. Então nessa parte nós vamos mexer só com verduras de folha agora. Nós vamos plantar mais uma parte boa de cana para manter o nosso gado, porque eu quero ver se consigo mexer com uma criação de porcos. Porque a gente já tinha um pouco de porco e uns quatorze mil pés de mandioca. A mandioca que deu para nós vender, nós vendemos. A que ficou velha, nós tratamos de porco. Esses porcos a gente vem vendendo. Então eu comprei... (WHITAKER, 2003b, p.281-282).

A fala desse assentado desvela o mundo da agrobiodiversidade, onde até a cana aparece como alimento. Mas essa diversidade não para nesse pequeno "retrato" da Reforma Agrária. Quem conheceu os núcleos da Monte Alegre antes da invasão da cana sabe do que estamos falando: mandioca de diferentes cores, produção de peixes e rãs, frutas tradicionais do Brasil que não se encontram mais no mercado urbano de hortifrutigranjeiros, verduras e legumes em variações infinitas, re-plantio de árvores nativas, presença de animais dados como extintos como o lobo-guará... A lista tornaria infinito este artigo. Vejam em Whitaker e Fiamengue (2000) ou em Dulcelaine Lúcia Lopes Nishikawa (2004) a enorme gama de agrobiodiversidade e possibilidades dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre. Para quem vive da terra e na terra e tem, portanto um lote de subsistência, as possibilidades de diversidade são infinitas. Em 2004 participando de um Congresso Mundial de Sociologia Rural na Noruega foi-nos possível perceber o quanto os governos dos países mais avançados estão se esforçando para estimular o sucesso do campesinato na base de um novo rural baseado na pluriatividade dos agentes e na multifuncionalidade da pequena propriedade de terra. Incrível que no Brasil isto esteja sendo obtido na base da luta, da reivindicação, do movimento social - desqualificando-se essa luta face à supervalorização do agronegócio.

A pergunta que se coloca é a seguinte: será possível ao movimento social resistir à sedução do grande capital que armado de tecnologia usa sua face produtiva como trunfo? Perguntando-se de outra forma. É possível ainda a via campesina diante das exigências

do consumismo das massas na Sociedade globalizada? A resistência de camponeses, caboclos, pescadores tradicionais e assentados de reforma agrária continuará preservando os pontos do planeta que permitirão o renascimento da natureza? O embate mal começou. Mas temos assistido à invasão de núcleos de assentamento por produção de cana para usinas, de soja ou gado para exportação e de outras expressões do Complexo Agroindustrial. Se não for possível aos pequenos agricultores resistirem à expansão definitiva do grande capital no campo, então qualquer possibilidade de reconstrução da natureza estará descartada.

Mas, se ao contrário, a humanidade resolver mudar um dia seu modo de produção e reconstruir o planeta, os assentamentos de Reforma Agrária terão representado importante papel como laboratórios de diversidade e da verdadeira sustentabilidade.

Quando o grande público compreender que a Reforma Agrária tem um significado que transcende seus benefícios óbvios como a distribuição de terras e o desenvolvimento de classes médias no campo, quando finalmente ficar claro seu papel essencial no resgate da natureza, será mais difícil à ideologia entender seu manto obscurecedor sobre a luta dos sem-terra. Mas se isso nunca for possível nos países dependentes como o Brasil, podemos assistir ainda a uma outra fragmentação histórica: países com altos índices de recuperação do meio ambiente, como já se anuncia hoje a Noruega, por exemplo; países intermediários marcados por luta entre diferentes modelos como a Austrália; países totalmente deteriorados, como já são algumas regiões da África, no qual a fome e a miséria são resultados da modernização globalizada e não da sua ausência; países com diferentes gradações para mais ou para menos, dependendo das vitórias ou derrotas dos seus específicos movimentos sociais...

A qual desses conjuntos de países iremos pertencer? A força do movimento social de luta pela terra é a nossa única esperança.

Referências

ARAÚJO, R.A. **Os "Pés Vermelhos" e a Proposta de Agrupamento da Escola Rural**. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, J. C. **El Ofício de Sociólogo**. México/Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1993.

BOURDIEU, P. A escola conservadora e as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Orgs.) **Pierre Bourdieu, Escritos de Educação**. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. p. 39-64.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cutrix, 1982.

CASTRO, E.G. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2005.

FORTES, L. Golpe contra os camponeses. **Carta Capital**, São Paulo, ano XV, n.573, 25 de novembro de 2009.

MACHADO, V. **Estudantes em Assentamentos de Terras**: um estudo de aspirações por educação. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara: 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Lisboa, Presença, 1980.

NISHIKAWA, D.L.L. **Levantamento das Práticas Sustentáveis nos Assentamentos da Fazenda Monte Alegre na Região de Araraquara/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). USP/São Carlos, 2004.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

VELÔSO, T.M.G. **Frutos da Terra**: memória da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim - Pitimbu/PB. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2002.

VELÔSO, T.M.G. Os Assentamentos Rurais no Litoral Paraibano: a proposta das feiras agroecológicas. In: BOTTAFERRANTE, V.L.S.; ALY JR., O. **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: Incra/Abra; Araraquara: Uniara, 2005. p.373-386.

WHITAKER D.C.A, ONOFRE, S.A. Orientação para o vestibular: ensaio sobre uma experiência realizada com jovens rurais. In: MELO-SILVA, L.L. **Arquitetura de Uma Ocupação**. São Paulo: Vetor, 2003. p. 291-312.

WHITAKER D.C.A.; ONOFRE, S.A. Representações sociais em formação sobre os vestibulares e sobre um cursinho comunitário na zona rural. **Revista Brasileira de Orientação Profissional** - ABOP, 2006 (aceito para publicação).

WHITAKER D.C.A.; ONOFRE, S.A.; PAIVA, F.N. **Cursinhos comunitários, esperança e desalento**: um estudo de casos em Assentamentos de Reforma Agrária. Comunicação Apresentada no 34º Encontro Anual do Centro de Estudos Rurais e Urbanos - USP, São Paulo, 2006.

WHITAKER, D.C.A.; SOUZA, M.F. **A luta pela terra**: representações sociais e preconceitos. Comunicação apresentada no 1º Seminário Nacional: A questão da terra: Desafios para a Psicologia. Conselho Federal de Psicologia, UNB, Brasília, 2006.

WHITAKER, D.C.A. Ideologia e Cultura. É possível conciliar dois conceitos tão antagônicos? In: MELO e SOUZA e outros (Orgs.) **Teoria e Prática nas Ciências Sociais**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003 A.

WHITAKER, D. C. A. La question de la diversité dans les noyaux de réforme agraire: Araraquara/São Paulo. In: AUBREE, M.; BERGAMASCO, S.M.P. (Orgs.) **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, n.51 e 52, 246, 2003 B.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.A.C. **A Cultura e o Ecossistema**. Campinas: Alínea, 2006.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Ano II, n.2, Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL/UNESP, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Ano VI, n.8, Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL/UNESP/NUPEDOR/CNPq, p.19-31, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Crianças em Assentamentos de Reforma Agrária: Um Estudo das Possibilidades de Um Novo Modo de Vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Ano VI, n.8, Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCL/UNESP/NUPEDOR/CNPq, p.69-81, 2000.

ASSENTAMENTOS RURAIS: ALTERNATIVAS FRENTE AO AGRONEGÓCIO

Oriowaldo Queda¹

Paulo Kageyama²

João Dagoberto dos Santos³

Resumo: Analistas descrevem um conflito entre uma agricultura altamente industrializada, de larga escala e uma agricultura alternativa em direção a uma agricultura ecologicamente mais sustentável (orgânica, regenerativa, ecoagricultura, permacultura, biodinâmica, agroecologia, natural, de uso reduzido de insumo extra-setorial, etc.). O propósito deste trabalho é mapear e discutir alguns dilemas da dimensão ambiental e produtiva da agricultura, mas tendo como foco os Assentamentos Rurais, sem ter a pretensão de esgotar o assunto. Parte-se do pressuposto de que esta questão representa não só uma nova arena de conflitos, mas de alternativas, não somente entre os assentados pelo uso e gestão dos recursos naturais nas áreas reformadas, em confronto com os sistemas de produção adotados. O artigo sugere que no lugar de querer vencer o jogo do agronegócio e a sua ameaça à soberania alimentar, ao desemprego e à biodiversidade, é preferível começar outro jogo.

Palavras-Chave: Agricultura Convencional Capitalista; Agricultura Alternativa; Assentamentos Rurais; Sistemas Produtivos.

Abstract: *Researches describe a divergence between a highly industrialized agriculture, of large scale, and an unconventional agriculture towards an ecologically more sustainable agriculture (organic, regenerative, eco-agriculture, permaculture, biodynamic, agro-ecology, natural, of extra-sectorial*

¹Professor-titular aposentado da ESALQ/USP e docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA.

²Professor-titular do Departamento de Ciências Florestais, ESALQ/USP.

³Doutorando em Ciências Florestais, ESALQ/USP.

low-input, and so on). The purpose of this work is mapping and debates some critical question as to the environmental and productive agriculture extent, focusing the rural settlements, with no intention to exhaust the subject. It is taking into account the assumption that such matter depicts not just a new scenery of conflicts, but also it presents alternatives, not only among the settled individuals as to the ecological use and management of natural resources within the reformed areas, in opposition to the adopted production systems. The article suggests that rather than fighting the agribusiness practices and its menace to the alimentary autonomy, to the unemployment and biodiversity, it would be better to apply another plan of action.

Keywords: *Entrepreneurial Conventional Agriculture; Unconventional Agriculture; Rural Settlements; Productive Systems.*

Introdução

Em relação à agricultura, qualquer que seja o seu âmbito, já existem numerosas análises sobre o conflito entre uma agricultura convencional, de larga escala e altamente industrializada e um crescente movimento que recomenda profundas mudanças em direção a uma agricultura "ecologicamente sustentável" (VEIGA, 2003). Este conflito tende a se acirrar diante da clara opção, no caso brasileiro, mas também em outros países, por aumentar a produção de alimentos para o consumo humano.

Ainda que brevemente, vale a pena olhar para o passado e estar disposto a enxergar os erros cometidos. E, mais importante ainda, reconhecê-los de modo a garantir que não mais se repitam.

No começo do século passado, a "redescoberta" das leis de Mendel e a sua manipulação permitiram a produção de sementes híbridas, em especial as de milho, abrindo a possibilidade de plantio de grandes áreas geneticamente homogêneas. A hibridação permitiu a obtenção de patentes sobre esses desenvolvimentos e com elas o aparecimento de empresas ligadas à produção e comercialização dessas sementes híbridas. Ao mesmo tempo, a utilização da seleção e melhoramento convencional para a obtenção de sementes começa a ser criticada e deliberadamente deixada de lado, com o objetivo de criar grandes lucros a esses produtores de sementes híbridas⁴.

⁴Uma análise crítica sobre essa opção, de caráter eminentemente político, sobre o caso específico do milho híbrido, está em Lewontin e Berlan (1990).

Nos anos seguintes, o desdobramento dessas pesquisas levou ao que ficou conhecido como Revolução Verde. A produção de híbridos de alto rendimento exigia a aplicação de insumos extra-setorial como fertilizantes, agrotóxicos e irrigação para que seu potencial genético pudesse ser expresso. Ela, a Revolução Verde, seria a resposta para acabar com a fome no mundo, principalmente nos países pobres. Na verdade, acabou produzindo um Prêmio Nobel, enquanto o problema da fome permaneceu. O que não impediu o surgimento de empresas mundiais incorporando as áreas de sementes, de petroquímica, de farmacêutica, etc⁵. No plano social, os resultados dessas ações provocaram a ruína de uma multidão de produtores familiares e o êxodo de um grande número de famílias rurais.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, do século passado, aos impactos negativos no plano social, começaram a ser identificados e relatados os impactos negativos sobre o ambiente e a biodiversidade. Impactos que, na verdade, já eram observados desde o início dessa opção política pela pesquisa agrícola, no que se dizia respeito à perda de diversidade biológica, com o predomínio das sementes híbridas.

No caso brasileiro, os desdobramentos da Revolução Verde levaram à chamada modernização conservadora da agricultura. Isto é, a modernização do latifúndio, durante a ditadura militar, mas sem Reforma Agrária. Sobre a Revolução Verde, nada mais lamentável que a defesa e a crença de que ela significaria a eliminação da fome e da pobreza no mundo, do que o livro escrito por Lester R. Brown: *Seeds of change*⁶. Nos dias de hoje, Lester R. Brown é considerado o autor que escreveu a "Bíblia" dos ambientalistas, o "Estado do Mundo"⁷.

Com a persistência da fome mundial e o agravamento das questões ambientais, decorrentes desse modelo de agricultura, uma nova "Revolução" surge como panacéia global: o uso de organismos geneticamente modificados - os transgênicos. Velhos defensores da Revolução Verde estão de volta, emprestando sua "autoridade científica" a essa nova empreitada. É o caso do Prêmio Nobel Norman Borlaug (*A chance de alimentar o mundo*. Folha de S. Paulo, 27/03/00).

A cantilena é a mesma: a população mundial continua crescendo mais que a produção de alimentos. Porém, há uma novidade: é a deslavada promessa, ao se apropriar de símbolos progressistas, de que agora, além de eliminar (outra vez) a

⁵Sobre essas incorporações ver Wilkinson (1989).

⁶Brown, Lester R., *Seeds of change - The Green Revolution and development in the 1970's*. New York: Praeger Publisher, 1970.

⁷Para uma crítica sobre questão das sementes, ver Mooney (1979).

fome mundial, a prioridade é a conservação da natureza.

Velhos professores universitários brasileiros, convertidos à nova cruzada, não se envergonham ao afirmar que haverá "ganhos" quanto à biodiversidade. Por sua vez, a mídia aproveita a "crise do petróleo" e lança: "Crise alimentar turbina transgênicos" (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/07/08).

Esta rápida digressão nos sugere que houve um tempo em que o destino da agricultura esteve confinado, no que diz respeito a pesquisa agrícola, às universidades de agronomia e aos institutos públicos de pesquisas a elas relacionadas. Já a partir das últimas quatro décadas, a ciência, em especial aquela voltada ao agronegócio passou a sofrer um controle crescente de grandes corporações com interesses não exclusivos na agricultura.

Hervé Kempf, em artigo no *Le Monde* de 10/06/08, revela que a Monsanto publicou no dia 04/06/08 em Saint Louis (EUA) um "compromisso com três pontos": a) a empresa se compromete a dobrar a produtividade de milho, soja e algodão até 2030, em relação a 2000; b) a desenvolver sementes que reduzirão em um terço os recursos necessários de água e adubo; e c) ajudar "a melhorar a vida dos agricultores, especialmente dos cinco milhões mais pobres, até 2020".

Para os pesquisadores do grupo ETC (Action Group for Erosion, Technology and Concentration) sediado em Winnipeg (Canadá), segundo Hervé Kempf, a atuação das grandes empresas produtoras de sementes visa primeiramente assegurar posições comerciais lucrativas. O relatório publicado, em maio de 2008, pelo mesmo grupo, revela que a Monsanto, a Bayer, a Basf, a Syngenta e outras empresas depositaram 532 patentes sobre sequências genéticas que favoreceriam a adaptação às mudanças climáticas. A Monsanto e a Basf detêm 49% dos grupos dessas patentes. Ainda, segundo o ETC, a Monsanto e a Basf fecharam uma parceria em março de 2007, no valor de 1,5 bilhão de dólares para desenvolver plantas resistentes às condições climáticas. Para o ETC, este foi "provavelmente o maior acordo privado de pesquisas jamais registrado" (mais informações no endereço eletrônico http://www.unisinos.br/_ihce/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=14640).

Pressão para impor as soluções transgênicas foi observada em outra frente, na Conferência da Convenção sobre a Biodiversidade, realizada em Bonn (Alemanha), no final de maio de 2008. Diante da imposição dos Estados Unidos da América e do Brasil, os países africanos não conseguiram a pretendida moratória temporária sobre difusão de árvores transgênicas. Árvores que poderão produzir agrocombustíveis a partir de celulose.

A máxima que diz que para mudar o presente, faz-se necessário olhar o passado, não parece verdadeira no caso do agronegócio brasileiro. Não há reconhecimento dos erros cometidos (ruína de produtores rurais, prejuízo financeiro para nação por

conta das infundáveis renegociações das dívidas de alguns poucos latifundiários o êxodo rural, perda de capacidade produtiva por erosão e/ou desertificação e a perda crescente da biodiversidade). Erros que redundaram em lucros para uma minoria para todo o país. Abismo que no caso brasileiro tenderá a aumentar, como já foi assinalado, diante da opção pela produção de "alimentos" para o automóvel, os tão propalados agrocombustíveis. Assim, no lugar de querer vencer o jogo do agronegócio e a sua ameaça à soberania alimentar, ao desemprego e a biodiversidade, é preferível começar outro jogo.

Beus e Dunlap (1990) buscaram clarificar e sintetizar as crenças e os valores essenciais, constituintes das bases de duas abordagens a respeito da agricultura norte-americana: o que eles chamaram de agricultura convencional e de agricultura alternativa. Os autores definiram a agricultura convencional como aquela que faz uso intensivo de capital, apresentam unidades produtivas de larga escala, altamente mecanizada, monocultora empregando elevadas quantidades de fertilizantes artificiais, herbicidas, agrotóxicos, criação animal intensiva e florestas homogêneas (BEUS, DUNLAP, 1990, p.594). Esses conceitos chegaram ao nosso país também.

Para os autores, a agricultura alternativa engloba várias concepções de agricultura, tais como: orgânica, regenerativa, ecoagricultura, permacultura, biodinâmica, agroecológica, natural, de uso reduzido de insumo extra-setorial, etc. Ainda que não seja uma lista exaustiva, nem a defina completamente, a agricultura alternativa se caracteriza por: redução drástica do uso de agroquímicos artificiais; por unidades produtivas de menor escala; pelo menor uso de energia; por alimentos minimamente processados; pela conservação de recursos não renováveis; pela comercialização direta com consumidores (BEUS, DUNLAP, 1990, p.594-595). A revisão bibliográfica a respeito dos dois modelos de agricultura permitiu aos autores sugerir a existência de seis elementos-chaves, à semelhança de tipos ideais, polares, e que se prestam à identificação desses tipos de agricultura.

Para a agricultura convencional os elementos-chaves são: centralização, dependência, competição, dominação da natureza, especialização e exploração. Os elementos-chaves que caracterizam a agricultura alternativa são opostos aos da convencional: descentralização, independência, comunidade, harmonia com a natureza, diversidade e conservação. Muito embora o foco da pesquisa de Beus e Dunlap (1990) tenha sido a agricultura norte-americana, achamos que a abordagem dos autores se aplica e possa ser empregada para analisar a agricultura brasileira.

Dessa forma, o propósito desse artigo é mapear e discutir alguns dilemas da dimensão ambiental e produtiva da agricultura, mas tendo como foco os assentamentos rurais, sem ter a pretensão de esgotar o assunto. Parte-se do pressuposto de que esta questão representa não só uma nova arena de conflitos, mas muito mais de

grandes possibilidades, não somente entre os assentados pelo uso e gestão dos recursos naturais nas áreas reformadas em confronto com os sistemas de produção adotados, mas, principalmente, dos assentados beneficiários da histórica luta pela terra e pela reforma agrária, com órgãos governamentais e não-governamentais, com os quais estabelecem disputas sobre o conhecimento e as práticas de manejo, exploração e preservação desses recursos.

A partir disso, listar possíveis alternativas assumindo os assentamentos de reforma agrária no campo brasileiro como exemplos e modelos ideais, quando se visualiza uma nova lógica agrária e produtiva. Assumindo que os mesmos são alternativas viáveis para a sociedade, são investimentos da sociedade, mas que infelizmente ainda hoje assumem formas que replicam a lógica dos subsídios e demais mecanismos do agronegócio.

Vale a pena destacar que as três primeiras dimensões dos dois tipos de agricultura (centralização x descentralização; dependência x independência e competição x comunidade) são mais propriamente componentes do debate reforma x desenvolvimento (industrial). Mas, o que distingue a agricultura alternativa de outras do passado é uma profunda preocupação com as questões ecológicas e que estão presentes nas três últimas dimensões (dominação da natureza x harmonia com a natureza; especialização x diversificação e exploração x conservação).

A seguir, na tabela 1, estão os componentes de cada uma das seis dimensões.

Tabela 1. Elementos-chave dos paradigmas de agricultura em conflito.

Agricultura convencional	Agricultura Alternativa
<p>Centralização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção processamento e marketing nacional/internacional; - Comunidades concentradas, menor número de produtores; - Controle concentrado de terra, dos recursos e do capital. 	<p>Descentralização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção, processamento e marketing mais regionalizados/local; - Comunidades mais dispersas, maior número de produtores; - Controle descentralizado da terra, dos recursos e do capital.
<p>Dependência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Unidades de produção e tecnologia de larga escala e uso intensivo de capital; - Elevada dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; - Consumismo e dependência no mercado; - Ênfase dada à ciência, especialistas e experts. 	<p>Independência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Unidades de produção e de tecnologia de menor escala e uso reduzido de capital; - Dependência reduzida de fontes externas de energia, insumos e crédito; - Maior auto-suficiência pessoal e da comunidade; - Ênfase dada ao conhecimento pessoal, potencialidades e capacidades locais.
<p>Competição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de cooperação, interesses pessoais; - Tradições e cultura rural abandonada; - Pequenas comunidades rurais não são necessárias à agricultura; - Trabalho na fazenda é penoso: mão-de-obra – um insumo a ser minimizado; - A agropecuária é apenas um negócio; - Ênfase à velocidade, à quantidade e ao lucro. 	<p>Comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maior cooperação; - Preservação e valorização das tradições e cultura rurais; - Pequenas comunidades rurais essenciais para a agricultura; - Trabalho na propriedade rural é recompensador: mão-de-obra – algo essencial que deve ser rico em significado; - Agropecuária deve ser uma forma de vida assim como um negócio; - Ênfase à permanência, qualidade e beleza.
<p>Dominação da natureza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Humanidade é distinta e superior à natureza - Natureza consiste primeiramente em recursos a serem utilizados; - Ciclo de vida incompleto; decomposição (perdas na reciclagem) negligenciada; - Sistemas desenvolvidos pelo homem impostos à natureza; - Produção mantida por agroquímicos; - Alimentos altamente processados, adicionados de outros 	<p>Harmonia com a natureza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Humanidade é parte sujeita à natureza; - Natureza vale primordialmente pelo seu próprio valor; - Ciclo de vida completo; crescimento e decomposição balanceados; - Observação e imitação dos ecossistemas naturais; - Produção é mantida pelo desenvolvimento de um solo sadio; - Alimentos minimamente processados e naturalmente nutritivos.

Adaptado de: Beus e Dunlap (1990, p.598-599).

Dado que os modelos de agricultura convencional e alternativa foram construídos como dimensões polares, alguns dos seus componentes resultaram serem muitos radicais. Tome-se, por exemplo, o componente da dimensão dependência versus independência: a "ênfase dada à ciência" (no caso da agricultura convencional) e a "ênfase dada ao conhecimento pessoal/tradicional" (caso da agricultura alternativa). Que o "conhecimento pessoal" seja importante, não elimina a contribuição da ciência. Mas, esta ciência deve fornecer alternativas próprias e adequadas à prática de uma agricultura alternativa.

Por várias razões, que no momento não cabem ser analisadas, as ações propostas, tanto pelos movimentos sociais, quanto pelas agências oficiais (federal e estadual), para o desenvolvimento de atividades produtivas (agropecuárias e florestais/agroflorestais) nos assentamentos rurais, revelaram-se insatisfatórias na maioria dos casos. Insatisfatórias no sentido de que elas não foram suficientes para garantir a provisão de alimento às famílias assentadas. E, insatisfatórias por não gerarem um excedente econômico. Deste modo, os assentamentos rurais, melhor dizendo, suas famílias acabam sendo envolvidas com e pelo agronegócio. Ou, são de tal forma inviabilizados que não oferecem condições de serem ao menos incorporados.

A produção de cana-de-açúcar, qualquer que seja a relação com a agroindústria açucareira, bem como a produção de espécies arbóreas exóticas (Eucalipto e Pinus) para as indústrias de papel e celulose, são exemplos de conflitos. Conflitos que surgem não somente entre as famílias dos assentados e as agroindústrias, mas também entre as próprias famílias. Deste modo, a cooperação, um componente básico na organização social dos assentamentos, e fundamental na agricultura alternativa, fica abalada.

A questão que se coloca é: como a utilização das seis dimensões da agricultura alternativa poderia sugerir um conjunto de alternativas a serem implantadas nos assentamentos rurais, para começar um outro jogo, que não aquele do agronegócio. Como já foi dito, as três primeiras dimensões envolvem, no caso específico da agricultura alternativa nos assentamentos, a questão agrária brasileira. Questão, cuja resolução não tem sido conduzida de modo satisfatório.

Seja como for, os atuais assentamentos rurais se constituem em organizações sociais e econômicas com as características adequadas ao desenvolvimento de uma agricultura alternativa. Se por um lado, a mobilização e a organização das famílias, conduzidas pelos movimentos sociais têm se revelado bastante satisfatórias, o dia a dia após a ocupação tem se constituído, muitas vezes em um problema grave. O planejamento das atividades produtivas de maneira geral, tanto no âmbito dos lotes como do assentamento e da paisagem como um todo (agropecuárias e florestais/agroflorestais) é praticamente inexistente.

A implantação de uma agricultura alternativa deve considerar as decisões sobre

o que, como, quanto e onde plantar ou criar (por mais elementar que isso possa parecer), além daquelas alternativas ao processamento, distribuição, marketing e venda direta para um mercado local/regional. E, aproveitar deste modo, que a famílias; em que o contole sobre a terra e os demais recursos também já foi democratizado, resultando em unidades produtivas de menor escala e com menor dependência de recursos externos de energia.

A cooperação e a solidariedade estão presentes e fortes entre as famílias, durante os longos e difíceis periodos que antecedem a ocupação. Em muitos casos, impulsionadas ou restritas pelas políticas públicas atuais, elas estão deixando de existir ou ficam restritas a alguns exemplos esporádicos. Mas elas são componentes fundamentais para a criação de associações e/ou cooperativas, sem as quais as alternativas, logo abaixo sugeridas, dificilmente terão condições de serem implantadas.

Os componentes que caracterizam essas três dimensões estão presentes na concepção e idealização dos assentamentos com maior ou menor dinamismo. A presença deles permite ou deveria permitir sugerir a viabilidade de provisão de alimentos para as famílias bem como a geração de excedentes econômicos⁸. As três últimas dimensões dizem respeito às questões ambientais. Neste sentido, também, a agricultura alternativa significa um desenvolvimento em tudo contrário ao modelo do agronegócio.

A Biodiversidade e Sistemas de Produção em Assentamentos Rurais

A biodiversidade dos ecossistemas tropicais tem sido enaltecida como sendo altíssima, mostrando a potencialidade que temos para seu uso econômico no desenvolvimento das comunidades que vivem nessas regiões. Essa alta diversidade intrínseca desses ecossistemas, tão rica e complexa em espécies, tem sido também colocada como responsável pelo delicado equilíbrio desses ecossistemas. Portanto, biodiversidade e equilíbrio parecem estar associados e se completando nesses ecossistemas ricos em espécies. Por que então esses conceitos não podem ser usados para a construção dos tão desejados novos sistemas de produção para os assentamentos rurais da reforma agrária?

Seria interessante analisar se existem experiências de êxito, no sentido de como

⁸Uma utopia? Mas, "as utopias são, frequentemente, nada mais que verdades prematuras" (LAMARTINE). Ou, nos versos do poeta Eduardo Galeano: "Para que serve a Utopia? / Ela está diante do horizonte. / Me aproximo dois passos / e ela se afasta dois passos. / Caminho dez passos e o horizonte corre / dez passos mais à frente. / Por muito que eu caminhe / nunca a alcançarei. Para que serve a Utopia? / Serva para isso: para caminhar". (Citado por Gilberto Dupas em "Acabaram as Utopias"? Folha de S. Paulo, 05.05.08, A3).

essa biodiversidade pode ser utilizada como ferramenta para construir novos agroecossistemas sustentáveis. Em outras palavras, pode-se ter novas perspectivas para se desenvolver sistemas produtivos mais equilibrados, com menos impactos dos insetos e microrganismos sobre esses ecossistemas e, em consequência, boa qualidade de vida para as comunidades e para a sociedade como um todo? Deve-se ressaltar que são nesses ecossistemas tropicais naturais, com alta biodiversidade, que também coabitam os grandes bolsões de pobreza humana, sendo uma contradição com que vivemos e devemos procurar vencer.

Segundo Kriecher (2000), para cada espécie vegetal existe cerca de 100 espécies outras de insetos e microrganismos nessas florestas tropicais, o que tornam esses organismos, que se alimentam das plantas, como altamente predominantes nesses ecossistemas. Em média, nas florestas tropicais, é estimado existir cerca de 500 espécies de plantas por hectare (150 de árvores), e cerca de 50 mil espécies de insetos e microrganismos.

Vale ressaltar que esses insetos e microrganismos vivem naturalmente em equilíbrio dinâmico com as espécies de plantas, muito embora sejam potenciais pragas e doenças desses mesmos vegetais. É isso que ocorre quando desequilibramos esses ecossistemas, o que se vê na agropecuária convencional, ou no agronegócio. A tecnologia dita moderna, voltada para a eliminação das pragas e doenças das plantas cultivadas, passa então a usar cada vez mais e mais agrotóxicos, uma história já conhecida por todos.

No desenvolvimento da agricultura dita convencional, principalmente nas regiões tropicais do globo, onde existe uma explosão de biodiversidade, e onde a relação trófica entre as plantas e seus insetos e microrganismos é muito complexa, o caminho tomado para o desenvolvimento da tecnologia na agricultura certamente não considerou esses preceitos. Isso porque o que se observa é que, no geral, utilizando-se de conceitos errôneos ou equivocados, vêm se procurando isolar a planta de seus organismos relacionados, considerando-os como simplesmente inimigos e nunca como coevoluídos e, possivelmente, parceiros.

Poderia se ter, então, um outro paradigma para a agricultura, considerando um outro modelo de relação das plantas cultivadas com suas pragas e doenças? A proposta seria então bem diferente daquela que os modelos tecnológicos convencionais prescrevem, com certeza. Essa nova forma de enxergar a agricultura, tomando como base os ecossistemas tropicais naturais, de certa forma já vem sendo proposto pela agricultura dita ecológica, alternativa, orgânica, biodinâmica, etc, já citada. O uso da biodiversidade como ferramenta, para o controle de suas pragas e doenças coevoluídas, é que se procurará enfatizar aqui.

Serão a seguir apresentados alguns exemplos desenvolvidos em situações diferentes,

porém todos tendo um mesmo objetivo, ou seja, o de explicar a importância da biodiversidade na proteção de plantas cultivadas ou extrativas, ou do uso da biodiversidade como ferramenta de sustentabilidade nos agroecossistemas. Esses exemplos apontam para caminhos a serem tomados na construção de novos sistemas de produção para a agricultura familiar, diferentes daqueles prescritos para o agronegócio, que têm sido baseados em extensas áreas de monocultivos, com alto uso de insumos químicos, e domínio econômico pelas grandes indústrias de sementes e agrotóxicos.

Exemplos de Agroecossistemas em Equilíbrio com o Ambiente

Inicialmente, deve-se conceituar a biodiversidade existente nos ecossistemas naturais tropicais ricos em espécies e, a partir disso, apontar como transferir esses conceitos para a construção de agroecossistemas em equilíbrio com o ambiente. Para isso, a opção mais didática, é que se adotem, como exemplo, as Florestas Tropicais, que eram os ecossistemas naturais em boa parte das áreas hoje cultivadas e manejadas para produção agropecuária e florestal. É importante enfatizar que nos ecossistemas naturais existem situações onde a diversidade genética é baixa, num universo maior da floresta em equilíbrio. É o caso, por exemplo, de clareiras (aberturas naturais, decorrentes da queda de uma ou mais árvores) na floresta tropical sendo fechadas por um pequeno número de espécies pioneiras que, ao crescerem e darem condições para as espécies secundárias e clímax, cumprem o seu papel de cicatrizar a floresta de alta diversidade.

Portanto, essas clareiras em desenvolvimento têm em si pouca diversidade de espécies, mas estando envoltas por uma alta diversidade de espécies da floresta como um todo, tornam toda a floresta em equilíbrio. Pode-se caracterizar, então, a diversidade total de uma floresta em: i) diversidade dentro de um ecossistema e ii) diversidade do entorno desse ecossistema, no nível de paisagem. É o que se pretende desenvolver para exemplificar os casos a serem descritos, justificando esses conceitos na construção de agroecossistemas equilibrados, para os novos sistemas de produção para agricultura familiar.

a) Plantio de Alta Diversidade de Espécies na Restauração de Matas Ciliares

O plantio a partir de boa representatividade de espécies arbóreas nativas da região, com cerca de 100 ou mais espécies arbóreas diferentes por hectare, foi tornado possível a partir da pesquisa desenvolvida por universidades e instituições de pesquisas nessas duas últimas décadas no Brasil. Os dois conceitos básicos utilizados nessa experimentação, para a restauração de áreas degradadas com plantio misto de espécies nativas, foram basicamente: o da alta diversidade de espécies e o da sucessão ecológica (KAGEYAMA et al., 1989).

Partindo-se do uso de espécies representativas dos diferentes grupos ecológicos, associadas da mesma forma como elas se juntam na sucessão natural, foram propostos e testados modelos na implantação das florestas mistas de espécies nativas. Graças a esse esforço, existem hoje técnicas para o plantio de florestas mistas, envolvendo 100 ou mais diferentes espécies arbóreas nativas, imitando-se as florestas tropicais naturais, no sentido de dar um início à restauração de áreas degradadas, buscando-se ter florestas as mais similares possíveis às naturais anteriormente existentes (KAGEYAMA, GANDARA, 2003).

É importante destacar que nos experimentos em grande escala com esses modelos, foi possível se ver crescerem juntas essas 100 espécies ou mais, lado a lado, sem competição, mas agindo equilibrada e mutualisticamente. O mais importante é que nesses novos ecossistemas não se tem constatado nenhum ataque de pragas e/ou doenças, em nenhuma dessas 100 espécies, o que parece surpreendente a julgar pelo que se observa em outras experiências de plantações de outras culturas (KAGEYAMA, GANDARA, 2003).

O mais notável ainda foi que, mesmo as formigas cortadeiras, que têm sido noticiadas como as mais temíveis e incontrolláveis pragas, não têm necessitado mais do seu controle nesses plantios mistos, após os dois anos do plantio. Certamente, deve-se creditar o não ataque de pragas e doenças nessas plantações mistas à alta diversidade de espécies, à maneira do que ocorre nas florestas naturais, ou o equilíbrio ecológico "causado" pela alta diversidade de espécies no silviesossistema.

Ao se julgar que nos ecossistemas naturais também não se observa a ocorrência de pragas e doenças, muito embora a infinidade de insetos e microrganismos lá esteja, como coevoluídos, a não presença desses organismos como pragas nas plantações mistas descritas não deve surpreender. Aliás, a imitação da natureza e dos processos naturais deveria ser mesmo a base para a construção dos nossos modelos equilibrados de agricultura e florestas plantadas. No caso discutido, a diversidade dentro do agroecossistema seria a responsável pelo equilíbrio ecológico, responsável pela não ocorrência de pragas e/ou doenças, o que seria uma grande vantagem para a agricultura familiar.

b) Ilhas de Alta Produtividade nas Reservas Extrativistas do Acre

As Reservas Extrativistas (RESEX) são um tipo de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, habitadas por comunidades familiares, que teve sua origem nos empates por seringueiros do Acre, tendo à frente o líder seringueiro Chico Mendes (ALLEGRETTI, 1990). Esse modelo de Área Protegida, tipicamente do Brasil, nos parece ser um modelo real de uso sustentável por comunidades tradicionais, principalmente quando se consideram somente os pilares de desenvolvimento social e

ecológico. Isso porque o aspecto econômico da sustentabilidade vem tendo revezes, em função principalmente da dificuldade de competição entre o trabalho árduo do extrativismo extensivo, principalmente da borracha e da castanha, lutando contra atividades mais intensivas associadas a cadeias produtivas mais estudadas e incentivadas.

O Neo-extrativismo proposto por Rêgo (1999), onde a ciência e a tecnologia estariam trabalhando em prol do extrativismo, da mesma forma que estas têm operado com o agronegócio, poderia auxiliar no avanço da sustentabilidade também econômica das RESEX. Ao se agregar ao extrativismo da RESEX a questão dos pagamentos dos serviços ambientais, principalmente da biodiversidade, a sustentabilidade pode ser mais justificada. Aliás, não é só no extrativismo que a ciência e a tecnologia vêm dando prioridade às demandas das grandes empresas em detrimento dos agricultores familiares, já que na maioria das atividades rurais isso vem sendo a regra. Políticas públicas voltadas para esta direção, no sentido de se desenvolver a agricultura familiar deve ser o nosso objetivo.

Assim, todo o trabalho essencial de conservação da biodiversidade, associado ao de extrativismo não destrutivo das árvores, que vem sendo levado pelos seringueiros, caracterizando uma das formas mais efetivas de uso sustentável, deve ser recompensado, sendo tema de discussão na maioria dos fóruns nacionais e internacionais que tratam do uso e conservação da biodiversidade. O pagamento, ou ressarcimento, dos serviços ambientais é, portanto, plenamente justificável, principalmente quando o uso dos recursos associado à conservação da biodiversidade é de fato comprovado, como é o caso das RESEX do Acre.

Visando à melhoria do extrativismo, possibilitando mais alternativas econômicas para as RESEX do Acre, foi proposto no início da década de 90 o adensamento de populações de seringueiras dessas áreas, sem afetar os princípios da ocorrência natural da espécie (KAGEYAMA, 1992). As Ilhas de Alta Produtividade - IAPs, como foram denominadas, são pequenas áreas de seringueira (1 ha) plantadas em antigos roçados no meio da floresta amazônica, Por serem áreas pequenas e rodeadas de floresta ou de biodiversidade, não têm sofrido o ataque da doença denominada "Mal das Folhas".

Como se sabe, a seringueira é uma espécie denominada de rara na Amazônia, com a ocorrência natural de em torno de uma árvore adulta por hectare, o que a deixa sem competitividade com as "plantations" do sudeste asiático e mesmo fora de sua ocorrência no Brasil, que é de cerca de 300-400 plantas dessa espécie por hectare. É importante salientar que essa densidade como rara nas condições naturais é fruto da evolução da espécie, principalmente para se safar de predadores naturais, sendo o principal o fungo *Mycrociclus ulei*, causador da doença altamente restritiva em plantações, denominada "mal das folhas". Enfatiza-se que fora de sua ocorrência natural a espécie escapa dessa principal doença, possibilitando o seu cultivo em

"plantations", tanto fora como dentro do país. Isso tem dado uma desvantagem competitiva ao extrativismo da borracha na Amazônia.

Pelo que se expôs, pode-se entender porque o cultivo da seringueira na Amazônia, ou em sua área natural, não prosperou sendo praticamente inviabilizada pelo mal das folhas. O governo militar na década de 70 fez várias investidas na tentativa de apoiar plantações de seringueira na Amazônia, sendo todas infrutíferas. A simples verificação de como a espécie ocorre no seu ecossistema natural pode dar pistas fundamentais para se construir sistemas mais condizentes com as suas condições originais, onde a biodiversidade é o ponto chave, e que pode ser utilizado como ferramenta.

Este exemplo, de novo, mostra como a alta diversidade no entorno das pequenas áreas plantadas de seringueira (1 ha), com baixa diversidade, protege essa área com 300-400 árvores da espécie do seu patógeno causador do mal da folhas. Mesmo sendo esta plantação feita por clones, com muito baixa diversidade genética, o fungo não é capaz de provocar a doença, mesmo estando presente na pequena plantação. É a biodiversidade no entorno da área produtiva funcionando como ferramenta de equilíbrio do agroecossistema.

c) Plantios clonais de eucaliptos incorporando as APPs (Áreas de preservação permanente) e RLs (Reservas Legais)

Os plantios de florestas no Brasil, basicamente com espécies exóticas (*Eucalyptus* e *Pinus*), teve grande impulso com os incentivos fiscais dados aos reflorestamentos, que em cerca de 20 anos (fim da década de 60 ao fim dos 80) concedeu cerca de US\$ 5 bilhões para o plantio de cerca de 5 milhões de hectares no país. Esse reflorestamento provocou muitos passivos ambientais e sociais, que até hoje ainda são cobrados desse segmento. Muitas florestas naturais primárias foram desmatadas para dar origem a plantios de espécies exóticas, assim como pequenos proprietários familiares foram pressionados a cederem suas terras para os grandes empreendimentos florestais, desestruturando comunidades, incluindo-se indígenas e quilombolas, expulsando-as para os bolsões de pobreza nas cidades. Situação, que infelizmente, ainda nos dias de hoje perdura, muitas vezes subsidiada por recursos públicos.

Porém, a partir desses incentivos também se desenvolveu no país uma ciência e tecnologia para o reflorestamento e a indústria, que passou o país de importador a exportador de celulose e papel, assim como detentor e exportados de tecnologia avançada nesse setor. A produtividade das plantações passou de 15 a 20 m³ de madeira por ha, na década de 60, para 50 a 60 m³ por ha no período atual (LEITE, 2006). Esse avanço na produtividade é ímpar no setor rural, comparativamente a outras *commodities*. Isso porque no caso se iniciou com a domesticação das espécies, com populações selvagens, e avançando para a tecnologia de clonagem em grande

escala, com avanços surpreendentes no aumento da produtividade no período e, paralelamente, o afinilamento da base genética das espécies e populações. Esse processo redundou na perda de biodiversidade, implicando automaticamente na sua susceptibilidade a pragas, doenças e intempéries (geadas, secas, etc).

O setor de florestas plantadas, assim denominado atualmente, passou a considerar esses plantios como algo mais do que um aglomerado de árvores, sendo o pioneiro em incorporar as APPs (Áreas de preservação permanente) e RLs (Reservas Legais), assim como os corredores ecológicos como rotina nos seus programas de plantações. Deve-se enfatizar que as APPs, RLs e Corredores Ecológicos representam a biodiversidade possível nos empreendimentos rurais, representando uma ferramenta importante no equilíbrio das plantações. Algumas razões existem para que somente este segmento rural passasse a adotar significativamente essa biodiversidade no entorno dos talhões florestais.

As exigências da legislação do segmento florestal, que está subordinado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, foram importantes para a adoção efetiva das APPs, RLs e Corredores Ecológicos pelos empreendimentos de florestas plantadas. Porém, acredita-se que pelo fato de as florestas plantadas não poderem ter modelos baseados em proteção às pragas e doenças a partir de aplicação massiva de agrotóxicos, por ser isso anti-econômico e inviável, o equilíbrio ecológico seria a saída natural, sendo a biodiversidade uma ferramenta modelar. Não é, portanto, surpresa que esse segmento tenha sido o primeiro a adotar significativamente essas ações e conceitos (LEITE, 2006). Deve-se enfatizar também que a certificação florestal também contribuiu para que a biodiversidade fosse adotada nas florestas plantadas, mais do que para a certificação de outras *commodities*.

Portanto, o fato de as matas ciliares e reservas legais nas florestas plantadas estarem incorporando espécies nativas nesses espaços dos hortos florestais só mostra de fato uma coerência dos objetivos de produção e de proteção ambiental. Assim, isso representa mais um dos exemplos de uso da biodiversidade como ferramenta para o uso sustentável no meio rural, sendo uma referência para os outros segmentos, na construção de agroecossistemas mais sustentáveis.

Da mesma forma que para as IAPs já descrita, a alta diversidade de espécies nativas (APPs, RLs), no entorno das plantações clonais com baixa diversidade genética, representa a proteção ao ataque de pragas e doenças. Deve-se enfatizar que os 20% de RLs juntamente com as áreas de APPs, que poderiam abranger um total de 10%, perfazendo um total de 30% de florestas nativas no entorno dos talhões de clones de eucaliptos.

d) Mosaico de diferentes culturas em assentamentos rurais

Os assentamentos rurais têm enfrentado pelo menos dois desafios nessas últimas

décadas no Brasil: i) a organização de comunidades rurais para o desenvolvimento e a luta pela reforma agrária; e ii) a busca de conceitos e técnicas voltadas à novos sistemas de produção adequados à agricultura familiar.

Os assentamentos rurais o que se verifica atualmente é a maioria das comunidades com certo nível de organização social, com grande organização para uma boa parte deles. Porém, em termos do sistema de produção, essas mesmas comunidades vêm quase sempre utilizando as mesmas tecnologias do agronegócio. Com isso, vêm também perdendo todas as vantagens dos grandes proprietários patronais, com poder de barganha pelo lobby, e ainda sofrendo todas as mazelas de estarem subjugados e escravos do financiamento bancário e das poderosas indústrias de sementes e agrotóxicos somados a uma precária estrutura de assistência técnica e extensão rural.

O que se quer destacar aqui é que comunidades de agricultores familiares organizados teriam uma oportunidade única e exclusiva de desenvolver um sistema de mosaico em seus sistemas de produção. Uma grande quantidade de pequenas áreas de culturas diferentes, numa grande área do assentamento ou da paisagem rural, funcionaria como um mosaico de diversidade, à mesma maneira que nos ecossistemas naturais. É fácil de se comprovar que, sendo as pragas e doenças das diferentes culturas, no geral, também distintas para cada uma dessas espécies cultivadas, as pequenas áreas de cada cultura teriam uma biodiversidade no entorno de cada talhão de cada cultura, funcionando como um tampão e equilíbrio para a cultura.

A partir dessa concepção, pode-se ter uma infinidade de modelos de construção de sistemas de produção com alta biodiversidade, tanto dentro dos talhões como no entorno dos mesmos. Assim, uma comunidade poderia se organizar para selecionar por exemplo 10 culturas e/ou sistemas produtivos prioritárias para o assentamento. Cada assentado implantaria pequenos talhões digamos de $\frac{1}{2}$ a 1 hectare de cada uma das culturas/sistema produtivo, intercalados com outros talhões das outras culturas selecionadas. Dessa forma, se formaria um mosaico dentro do lote, sendo que os vizinhos também assim fariam, criando uma rede de mosaicos no assentamento. Novamente, como cada pequeno talhão teria potenciais pragas/doenças específicos, haveria uma interrupção do fluxo dos seus propágulos, provocando equilíbrio (KAGEYAMA, 2008).

Aumentando mais a biodiversidade no mosaico, os assentados poderiam adicionar biodiversidade ao modelo, usando a técnica de SAFs - Sistemas Agroflorestais, em que dentro de um talhão é incorporado uma associação de espécies arbóreas, arbustivas, herbáceas e trepadeiras, num sistema produtivo multiespécies e multiestratificado, combinadas segundo o conceito da sucessão ecológica.

A inclusão do elemento arbóreo no sistema produtivo da agricultura familiar é estratégica, ocupando maiores profundidades do solo (até 4m ou mais), além dos 40 cm normalmente ocupados pela agricultura convencional. Além disso, essas espécies arbóreas

podem ocupar um estrato superior (Pioneiras), sombreando espécies adaptadas à sombra (clímax) ou meia sombra (secundárias), sem provocar competição entre elas, ao contrário favorecendo o conjunto de espécies, à semelhança dos ecossistemas naturais (DENSLOW, 1980). A tudo isso se juntaria ainda a biodiversidade das APPs, RLs e Corredores Ecológicos, que vêm sendo exigidos nos assentamentos rurais.

Como cada cultura tem suas espécies de insetos e microrganismos "preferidas", as fontes de propágulos dos organismos não teriam condições de fácil propagação e multiplicação, dado o tamanho de cada mancha. Como todos os lotes têm as mesmas espécies, mas também em mosaico, uma mancha protegeria as outras ao seu redor, assim como cada lote protegeria os lotes vizinhos. Qual o número de espécies e qual o tamanho de cada talhão, com uma espécie determinada, seriam as incógnitas a serem testadas. Um hectare é uma área pequena o suficiente para a não rápida propagação de insetos e microrganismos, o que caracterizariam as pragas e doenças? Vinte espécies é uma diversidade suficiente para criar um mosaico?

Assim, os insetos e microrganismos que atacam o feijoeiro são muito distintos daqueles organismos que são pragas e doenças do milho, da mandioca, da soja, etc. Isso porque os organismos que se tornam pragas e doenças das plantas cultivadas são insetos e microrganismos que coevoluíram junto a essas plantas, ou seus aparentados, quando selvagens na natureza. Por exemplo, as pragas dos eucaliptos são insetos que coexistem com espécies de mirtáceas nativas, que se adaptaram e passaram a atacar as plantações de monocultivo de eucaliptos. Devido a esse conceito, pode-se afirmar que para monocultivos as espécies mais distantes evolutivamente são as mais adaptadas ao sistema de monoculturas.

Portanto, o que está em discussão, não é o uso de uma ou outra espécie, mas sim o sistema de produção em que as espécies estão inseridas e de que forma a utilização das tecnologias atuais voltadas à produção agrícola, agropecuária, florestal e agroflorestal, negligencia os conceitos básicos relacionados a sustentabilidade e estabilidade dos ecossistemas naturais. Isso coloca em risco a independência dos agricultores e comprometendo a segurança e soberania alimentar da sociedade como um todo.

Considerações Sobre Experiências em Assentamentos Rurais

Como já foi sugerido, no lugar de rejeitar nos assentamentos rurais a cana-de-açúcar, o eucalipto, a soja e outras culturas amigas do agronegócio, é mais sábio utilizá-los em sistemas produtivos em núcleos de processamento, que permitiriam às famílias dos assentados se apropriarem do conhecimento adquirido e dos ganhos destas atividades. Por exemplo, teríamos os núcleos de processamentos que seriam implantados como minidestilarias de álcool e de biodiesel. O mesmo procedimento

vale para o caso do leite (miniusinas com capacidade média de processamento de 10.000 l/dia). Vale também o exemplo da consolidação de miniserrarias para processamento local de madeira manejada nos assentamentos, agregando valor, reduzindo impactos ambientais e gerando renda e empregos de forma contínua e sustentável a médios e longos prazos. Da mesma forma, a criação de aves caipiras poedeiras e de corte em unidades de manejo racional, com base no manejo agroecológico, assim como outros animais de pequeno porte.

É também exemplo existente a estruturação de farinheiras em assentamentos, muito embora a maioria com resultados insatisfatórios, muito mais devido ao mau gerenciamento. Associado está a produção de farinha de mandioca com produtos mais nutritivos do que aqueles encontrados nos supermercados, utilizando-se variedades já disponíveis em unidades de pesquisa com elevados teores de proteína.

Para consolidar essa proposta, é importante a difusão e implantação em grande escala dos tão propalados Sistemas Agroflorestais (SAFs), nas suas mais diferentes diversificações e arranjos, onde o conceito principal do manejo do componente arbóreo associado de forma positiva com todas as modalidades de produção agropecuária. Sua eficácia tem se comprovado por meio de pesquisas consolidadas, assim como pelo conhecimento tradicional, mas que paradoxalmente não tem recebido o devido apoio das políticas públicas e da pesquisa oficial, tendo em vista que, por princípio em muitos casos contraria a lógica predominante da utilização irracional em grande escala de insumos externos e principalmente da mecanização (dominada por lobbies poderosos).

Deve-se avançar para a incorporação da lógica da implantação dos conceitos da Agrobiodiversidade e valorização dos produtos das cadeias da Sociobiodiversidade, viabilizando o cultivo e manejo de variedades crioulas, valorizando e viabilizando as cadeias dos produtos advindos do manejo de espécies nativas por meio do extrativismo ou do cultivo racional, possível de ser realizado em todos os Biomas (Cerrado, Mata Atlântica, entre outros). Podem ser citados, como exemplos, o projeto CIMAS (Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade), a Política Nacional de Agrobiodiversidade, englobando projetos exemplares e orquestrados de forma participativa entre agricultores familiares tradicionais e assentados, junto aos movimentos sociais, instituições de pesquisa e o governo federal (MMA/MDA/MDS/MAPA).

Da mesma forma, deve-se promover o estímulo á comercialização de produtos semi-processados, como por exemplo, a produção de espécies olerícolas para atendimento de demandas locais, onde os "resíduos" ficam no próprio local de produção, aumentando a sustentabilidade dos cultivos. Esta é a forma de racionalização da cultura na exportação de nutrientes, redução do impacto ambiental, seja pela minimização na produção de resíduos orgânicos no meio urbano, assim como do transporte dos produtos, além da agregação de valor aos produtos, gerando

renda e empregos no campo, com equidade e soberania.

Assim, existe também a produção orgânica em áreas degradadas em regiões de alta biodiversidade, como o Vale do Ribeira e outras regiões, onde as "clareiras" herdadas pelo manejo predatório são utilizadas para produção de tomate, banana e uma infinidade de produtos, que nos atuais sistemas produtivos demandam grande quantidade de insumos e defensivos. Aproveitando-se da enorme biodiversidade ainda existentes, os cultivos são executados utilizando-se dos pressupostos do equilíbrio dinâmico das florestas tropicais, onde a diversidade do entorno garante a estabilidade e produtividade do agroecossistema, combinando de forma efetiva a manutenção e a gestão da biodiversidade, além da produção de alimentos saudáveis e a geração de renda. Destacando aqui, que essas dimensões como complementares, ao contrário da lógica predominante no agronegócio.

Enfim, inúmeras outras iniciativas já comprovadas poderiam ser aqui relatadas. Porém, o essencial é que o sucesso desses empreendimentos requer, além da organização das comunidades, também o envolvimento das administrações municipais, com políticas públicas para o aproveitamento dessa variada produção agrícola, pecuária florestal e agroflorestal. Projetos institucionais de combate à desnutrição e à fome, voltados em especial às crianças, jovens e velhos, seriam exemplos. Assim como projetos que destacassem a merenda escolar, a provisão alimentícia das creches de hospitais e de restaurantes populares. E sempre que possível com alimentos minimamente processados, substituindo os produtos das indústrias de alimentos.

De maneira geral esses exemplos mencionados, assim como outros que poderiam ser citados como iniciativas de sucesso e promissoras têm alguns pressupostos e princípios em comum, e que tem garantido o sucesso dos mesmos e o potencial de replicabilidade, sendo esses:

- ✓ A mobilização e organização coletiva dos agricultores (associações e cooperativas);
- ✓ Políticas públicas adequadas (Ater, Crédito, Pesquisa), ressaltando que se deve atender às demandas específicas e não simplesmente procurando adaptar;
- ✓ Políticas públicas que viabilizem um mercado adequado à produção da agricultora familiar, (Consea, PAA, PGPM);
- ✓ A participação efetiva de atores do terceiro setor, envolvidos e comprometidos, vistos como agentes essenciais na interlocução entre o estado e os produtores;
- ✓ A formação e qualificação dos próprios agricultores para que possam suprir as demandas de assistência, desenvolvimento de ações de pesquisa e experimentação, comercialização, gerando autonomia e soberania;
- ✓ Ações conjuntas com instituições públicas de pesquisa (Universidades, etc),

procurando gerar, adaptar difundir tecnologias e processos adequados;

✓ Ações conjuntas entre movimentos sociais, instituições de pesquisa e agentes públicos.

Considerações Finais

Há muito se tem questionado as tecnologias que vêm sendo adotadas para o meio rural, baseadas no uso cada vez maior de insumos químicos e estranhos ao ambiente natural, assim como conceitos muito distantes dos ecossistemas naturais.

O fato das florestas tropicais e dos ecossistemas associados terem uma diversidade de espécies e uma complexidade de interações expressivamente maiores, comparativamente aos das regiões temperadas do norte, fez com que muitos conceitos consolidados nos milênios da ciência e tecnologia dos países de clima temperado fossem simplesmente extrapolados para as novas regiões conquistadas pelos colonizadores, resultando nos diversos indicadores de insustentabilidade mencionadas nesse texto. Muitos desses conceitos e tabus foram e vêm sendo quebrados, nessas últimas décadas, contrariando esses conceitos arraigados na agricultura convencional, com a liderança emergida de pesquisadores com formação e visão tropical, em parceria com movimentos sociais no campo, com propostas concretas que vão na direção de novos conceitos e tecnologias para o meio rural dos trópicos, principalmente para os agricultores familiares

A utilização dos sistemas agroflorestais biodiversos, o uso de variedades crioulas, a rotação de cultura e o cultivo mínimo, o melhoramento convencional participativo, o uso de inimigos naturais contra pragas e doenças, o uso de biodiversidade nas APPs e RLS, o extrativismo de produtos não madeireiros, assim como outras propostas, vêm sendo aplicadas principalmente pela agricultura familiar.

Infelizmente, a pesquisa mais básica e mesmo as mais aplicadas voltadas à agricultura familiar e ao extrativismo sustentável, sempre foram negligenciadas pelas universidades e instituições de pesquisa, pelas instituições financiadoras, assim como as políticas públicas em prol dessas comunidades, colocando o segmento que é a grande maioria do meio rural na exclusão social, econômica, científica e tecnológica.

A lógica da política oficial sempre foi de que a tecnologia avançada deveria ser perseguida também pelos agricultores familiares, desconsiderando que existem tecnologias mais apropriadas a este segmento. Por exemplo, na questão atual dos OGMs, a elite da biotecnologia do país quer acreditar que os transgênicos podem coexistir com a agricultura tradicional, principalmente aquela voltada para a orgânica, as variedades crioulas, os SAFs, o extrativismo não madeireiro, dentre outras (ALTIERI, 2006).

Dessa forma, é essencial avançar, não só na pesquisa de novas tecnologias

apropriadas para cada segmento diferenciado do meio rural, assim como nas políticas públicas voltadas para essas particularidades. Por fim, seria muito importante que esse debate de ciência e tecnologia, abrangendo o meio rural como um todo, tomasse cada vez mais corpo, envolvendo a comunidade científica mais consciente e ética, as comunidades de agricultores, as ONGs sociais e ambientais, e a sociedade como um todo, visando de fato organizar essa discussão e dar corpo às pesquisas e às políticas públicas nesse tema.

Referências

ALLEGRETTI, M.H. A Região Amazônica e as atividades extrativas. In: Clusenet-Godt e Sachs, I. **Extrativismo na Amazônia Brasileira**. Perspectivas sobre o Desenvolvimento Regional. Compêndio MAB 18. UNESCO. 1996.

ALTIERI, M.A. The myth of coexistence: why transgenic crops are not compatible with agroecologically based systems of production. **Bulletin of Science, Technology and Society**, Thousand Oaks (California), v.25, n.4, p.361-371, 2005.

BEUS, C.E.; DUNLAP, R.E. Conventional versus Alternative Agriculture: the paradigmatic roots of the debate. **Rural Sociology**, Provo (Utah), n.55 (4), p.590-616, 1990.

BROWN. L.R. **Seeds of Change**: The Green Revolution and development in the 1970's. New York: Praeger Publishers, 1970.

DENSLOW, J.S. Gap partitioning among tropical rain forest trees. **Biotropica**, Zurich, n.12, p.47-55, 1980.

KAGEYAMA, P.Y. A Biodiversidade como ferramenta em agroecossistemas rurais. Congresso Nacional de Botânica, 2008, São Paulo/SP. In: **Anais...**, São Paulo, 2008.

KAGEYAMA, P.Y. Establishing small areas in the natural forest to control the disease Mal das Folhas. Congresso Florestal Mundial, 1992, México. In: **Anais...**, 1992.

KAGEYAMA, P.Y.; GANDARA, F.B.; OLIVEIRA, R.E. Biodiversidade e

restauração da Floresta Tropical. In: Restauração Ecológica de Ecossistemas naturais. FEPAF. Botucatu/SP, p.27-48, 2003.

KAGEYAMA, P.Y.; CASTRO, C.F.A.; CARPANEZZI, A.A. Implantação de matas ciliares: estratégia para auxiliar a sucessão secundária. Simpósio sobre Matas Ciliares, 1989. In: **Anais...**, Fundação Cargill, 1989.

KRICHER, J. **A Neotropical Companion**: an introduction to the animals, plants and ecosystems of the New World Tropics. New Jersey (USA): Princeton University Press, 1997.

AZEVEDO, T.R.; LEITE, N.B. O pequeno e médio produtor rural e a nova dinâmica da silvicultura brasileira. **Opiniões**, Ribeirão Preto, jun/ago, p.6, 2006.

LEWONTIN, R.C.; BERLAN, R.E. The political Economy of Agricultural Research: the case of hybrid corn. In: CARROL, C.R.; VANDEMEER, H.; ROSSET, P.M. **Agroecology**. New York: Mc Graw Hill, 1990, p.613-628.

MOONEY, P. **O Escândalo das Sementes**. São Paulo: Nobel, 1979.

RÊGO, J.F. Amazônia: do Extrativismo ao Neo-extrativismo. **Ciência Hoje**, Porto (Portugal). n.25, p.62-65, 1999.

VEIGA, J.E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se imagina. Campinas/SP: Ed. Autores Associados, 2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DE VIABILIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Pedro Ramos¹

Resumo: O artigo discute os elos entre os objetivos, a necessidade de políticas públicas e as alternativas ou possibilidades de viabilização de projetos de assentamento de trabalhadores rurais (PA's). Aponta que tais elos impõem, de um lado, a necessidade de apoio estatal que se concretiza na existência de três políticas imprescindíveis, e de outro lado, a necessidade de iniciativas de associativismo e cooperativismo entre os assentados. Argumenta que estas duas existências é que podem tornar possível que os assentamentos viabilizem economicamente suas atividades produtivas ao reter (parte) do excedente, principalmente quando se defrontam com a atuação e o poder das agroindústrias fornecedoras de insumos e processadoras de bens agropecuários. Contudo, isto não significa a superação, mas sim a perpetuação das tensões e conflitos decorrentes das relações econômicas, sociais e políticas entre estas duas entidades, sendo que a manifestação principal disto parece ser a que se dá na questão dos preços dos bens adquirido e ofertados. Para ilustrar a argumentação, o texto apresenta uma análise, respaldada em pesquisa de campo, do caso da produção de cana industrial em alguns PA's no Estado de São Paulo.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais; Objetivos; Viabilidade; Políticas Públicas; Associativismo.

Abstract: *This paper discuss the interactions among the objectives, the need for public policies, and the alternatives or probabilities of viability of settlement projects for rural workers (PA's). It points out that such relations require both the state government support which is accomplished with the assignment of three main policies, as well as the need for associativism and co-operative*

¹Instituto de Economia – UNICAMP.

proposals among the settled individuals. It states that these two realities would enable settlements to accomplish economically their productive activities when restraining part of the surplus, especially when facing the performance and the power of agro-industries which supply agros-inputs and process farming goods. However, it does not mean it is overcome but represents the maintenance of tensions and conflicts from economic, social, and political relations between those two entities, and the main expression of such occurrence seems to be the matter regarding the prices of acquired and offered goods. To illustrate the argument the text presents a field-research-based analysis of the case study of the industrial sugar cane production in some PA's located in the State of São Paulo.

Keywords: *Rural Settlements; Objectives; Viability; Public Policies; Associativism.*

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal contribuir para o debate acerca da questão da viabilidade ou sustentação do programa de projetos de assentamento de trabalhadores rurais (PA's) no Brasil.

Para tanto, parte do que considera como principal objetivo da constituição de um PA, a elevação do nível de vida do assentado e de sua família para, em seguida, discutir quais são as políticas imprescindíveis que podem viabilizar tal objetivo. Destaca que isto deve estar atrelado a iniciativas de formação de associações e cooperativas pelos assentados, com o que podem defender seus interesses, cuja manifestação econômica é a retenção de (parte) do excedente gerado no lote, já que se defrontam, geralmente, com agroindústrias oligopolizadas à montante (fornecedoras de insumos, máquinas etc) e à jusante, processadoras dos bens por eles produzidos. Tal retenção passa, em grande medida, pelos preços pagos e pelos preços recebidos. Finalmente, ilustra a discussão com base em uma pesquisa de campo que considerou o caso da produção de cana no lote, seja pelo próprio assentado, seja com o recurso ao arrendamento (parcial ou total) da área do lote.

Os Objetivos de um Programa de Formação de Projetos de Assentamento (PA's) de Trabalhadores Rurais

Entende-se que uma discussão sobre o tema aqui proposto deve ser iniciada pela reflexão sobre o que pode ser considerado como objetivo de um programa de

assentamento de trabalhadores rurais.

Em síntese, o principal objetivo pode ser definido como o da busca de elevação do nível de vida dos que se tornam assentados. Este nível de vida pode ser conceituado ou medido de diferentes maneiras, mas dificilmente se pode fugir da constatação de que isto implica na elevação do nível de renda das famílias beneficiadas/assentadas. A combinação que se pretende fundamental nesse processo é o aproveitamento de um dado lote de terra com o uso de trabalho familiar, conforme o lema "terra para quem nela mora e trabalha".

É importante considerar a distinção entre nível de renda e nível de consumo (pessoal e/ou familiar). No caso dos assentamentos (ou de pequenos agricultores isolados) o nível de consumo pode ser elevado sem que se tenha uma elevação do nível de renda, exatamente porque a produção do lote pode ser fundamentalmente de subsistência, sendo secundária ou esporádica a existência de excedentes comercializáveis. Visto de outra perspectiva, essa produção de subsistência significa, efetivamente, uma renda não-monetária. Contudo, é amplamente sabido que dificilmente uma produção agropecuária em um lote pode satisfazer todas as necessidades de consumo familiar, impondo-se a busca de obtenção de excedentes ou de rendas em dinheiro. Estas rendas podem advir não apenas dos excedentes que podem ser obtidos com os cultivos e as criações destinados ao abastecimento familiar, mas de outras produções que podem ser iniciadas e ampliadas. Ainda mais, a renda (monetária) familiar pode ser ampliada de outras maneiras, como, por exemplo, o trabalho temporário fora do lote, em atividade tipicamente rurais ou mesmo urbanas. Parece que apenas se toda a família trabalhar fora do lote e em tempo integral, mesmo que residindo nele, caracteriza-se um absenteísmo que distorce o objetivo do programa de assentamento.

Nessa perspectiva, não há porque excluir - a princípio - uma outra forma de obtenção de renda monetária: a cessão de parte do lote para que outros produzam bens que possam gerar renda para a família assentada, principalmente quando se trata de bens que tem mercados efetivos que apresentem remunerações líquidas, quaisquer que sejam eles, mas para cuja produção o assentado e sua família não possuam recursos (insumos, máquinas, capacidade de trabalho etc) ou condições de obtê-los. Afinal, um programa de reforma agrária ou de assentamentos de trabalhadores rurais implica o aproveitamento conjunto da capacidade produtiva da terra ou do solo e do trabalho familiar para a consecução do objetivo acima sintetizado. Assim, parece que apenas no caso de um arrendamento de toda a área do lote, continue ou não a família morando nele, pode-se falar de um rentismo que igualmente distorce o objetivo do programa de assentamento.

Pode-se afirmar que a conjunção dessas duas formas básicas de elevação da

renda (produção + arrendamento) são complementares e elevam o nível de vida da família assentada. O que parece inquestionável é que dificilmente prevalece a situação da família depender apenas de suas produções de subsistência. Assim, são apresentadas, no Quadro I, duas situações limites e duas intermediárias, que tem em conta inclusive o fato de que a não oferta de trabalho, mesmo temporário, por componentes da família assentada, torna as condições do mercado de trabalho melhor para os demais trabalhadores da localidade ou da região. Embora a residência no lote passe a ser, nesse esquema, uma questão secundária, o fato é que na primeira delas parece inquestionável que a família prefira morar no lote; na última, trata-se de escolha motivada por fatores e conveniências diversas (distância da cidade; propriedade de meio de transporte próprio, disponibilidade de infraestrutura de serviços públicos, tais como escolas, postos de saúde etc). Evidentemente, a condição de residência fixa no lote de pelo menos o beneficiário direto pode ser obrigatória.

Estas considerações sugerem que a possibilidade de ocorrer arrendamento em uma determinada parte do lote não deve ser descartada por mero princípio. Ela efetivamente pode contribuir para a elevação de renda da família e, assim, pode mesmo auxiliar, dependendo principalmente das condições contratuais, mas também da postura e conduta do assentado, os esforços e iniciativas para que ocorram outras produções ou explorações no lote. Na mesma perspectiva, não cabe - a princípio - excluir dessa possibilidade esta ou aquela cultura.

Quadro 1. Combinações possíveis do uso da terra e do trabalho nos lotes dos projetos de assentamentos.

SITUAÇÃO MAIS DESEJÁVEL:	CASOS DE INTERMEDIÁRIAS	SITUAÇÕES	SITUAÇÃO TOTALMENTE INDESEJÁVEL
Exploração do lote com produções diversas, seja para subsistência, seja p/comercialização, sem oferta de trabalho (pessoal e/ou familiar) fora dele.	Produção apenas de subsistência, com arrendamento de parte do lote para produção comercial, com trabalho temporário (pessoal e/ou familiar) fora dele	Produção de subsistência e comercial, com arrendamento parcial do lote, com ou sem trabalho temporário parcial (pessoal e/ou familiar) fora dele.	Arrendamento total do lote, com toda a família trabalhando fora dele, em empregos permanentes e/ou ocupações temporárias

A Necessidade e a Insuficiências das Políticas de Apoio à Pequena Produção Agropecuária no Brasil

A combinação exploração pelo assentado + arrendamento pode, a princípio, apresentar diferentes graus, havendo sempre a necessidade de um arbitramento -

qual a proporção do lote que se pode pactuar como passível de arrendamento? Isto equivale a reconhecer, explicitamente, o não-trabalho no lote, o que ocorre também no caso de trabalho temporário para terceiros. Contudo, não resta dúvida de que o trabalho no lote, ou seja, o aproveitamento do potencial produtivo da terra a que se teve acesso, implica a necessidade de criação de condições para tanto. Ou seja, coloca-se a necessidade de políticas públicas.

Já é consensual que se torna praticamente impossível atingir o principal objetivo de um programa de assentamento de trabalhadores rurais se não forem implementadas diversas políticas. Destas, três podem ser consideradas indispensáveis; à elas é aqui adicionada uma outra, que pode chamada de "administrativa". Como se trata de algo amplamente sabido, o tratamento a seguir é bastante sintético.

A primeira delas é uma política de crédito/financiamento na época apropriada.

Tem sido possível constatar que a insuficiência da estrutura disponível para que os assentados acessem com regularidade recursos financeiros para iniciar, manter e ampliar lavouras e criações tem criado enormes dificuldades para a viabilidade da exploração do lote, tem interrompido iniciativas e, enfim, tem provocado desânimo generalizado. Não se trata apenas de ter a linha de crédito: trata-se de fazer com que o recurso seja liberado na época certa, particularmente na de plantio, especialmente em regiões com restrições climáticas.

A segunda delas é a de assistência técnica, no momento necessário. As entrevistas e visitas indicaram que tem sido bastante sofrível o apoio técnico dado pelos órgãos públicos às iniciativas dos assentados, seja quanto às culturas, seja quanto às criações. Evidentemente, é recomendável que tais iniciativas sejam feitas já com o apoio de técnicos e profissionais daqueles órgãos, mas nem sempre isto acontece ou é possível. Muitas vezes, tem-se constatado o contrário: os técnicos recomendam algumas produções, geralmente associadas a projetos de viabilidade econômica, elaborados com falhas de orientação e especificações insuficientes, o que redundava, em pouco tempo, em fracassos que se tornam tanto mais catastróficos quanto mais recursos financiados estiverem envolvidos. O mais importante é que, uma vez iniciada uma cultura ou criação, ela seja acompanhada de perto, seja monitorada e, principalmente, haja rapidez de indicação para alternativas de eliminação de pragas e doenças, de adequação do meio físico às exigências técnico-produtivas.

A terceira e indispensável política é a de apoio à comercialização/escoamento da produção. Aqui poderia ser incluída a existência de política de beneficiamento, processamento e agroindustrialização, principalmente porque estas estão indissociavelmente ligadas às políticas de financiamento/crédito. Principalmente na inexistência destas duas últimas, o fato é que os assentados geralmente não tem experiência, conhecimento e mesmo disponibilidade de tempo para procurar,

pesquisar e decidir por mercados e canais mais apropriados de comercialização de suas produções. Isso ocorre, como foi possível constatar nas visitas, mesmo quando existem equipamentos de comercialização privados nas proximidades dos PA's.

Portanto, essas políticas de apoio dizem respeito tanto aos equipamentos necessários à comercialização como a serviços relacionados a ela (existência de demandas alternativas, carência momentâneas etc). Isto geralmente permite a obtenção de preços mais remuneradores e uma comercialização mais flexível. Um equipamento geralmente bastante necessário é a disponibilidade de caminhão para transporte dos bens, algo de difícil acesso para os assentados.

A quarta e última indispensável política pode ser chamada de administrativa, mas que engloba tanto a dimensão legal/jurídica como fiscalizatória. As principais atribuições dessa política dizem respeito à necessidade de um acompanhamento sistemático de técnicos do INCRA (ou ITESP) para manter o órgão informado da realidade de cada lote, especialmente quanto à atualização da situação de sua posse, bem como de seu uso pelo assentado. Se a legislação permite ou prevê, não faz sentido a demora da mudança de responsável/beneficiário do programa de reforma agrária que o Governo Federal (ou Estadual) implementa. Em outras palavras, a regularização da posse deve ser mais ágil, mais flexível, mais atualizada. Exemplifica isto o fato de que se constatou o caso de um filho único que, herdando na prática o lote, e aproveitando o acúmulo de recursos investidos pelo pai na pecuária leiteira, vem desenvolvendo esforços para melhorá-la e ampliá-la, mas tem sido impossibilitado de ter acesso a financiamento para tanto em função do fato de que o lote ainda está no nome do pai. Como se sabe, é possível, mesmo no caso de filhos não-únicos, lançar-se mão da figura do "espólio", com a indicação de um responsável/inventariante, o que permite a não interrupção da exploração.

Isto permite chamar a atenção para a necessidade de rápida regularização da situação dos novos ocupantes dos lotes, seja para evitar ocupações irregulares, seja para estimular ou permitir a sua exploração, principalmente quando se trata de dedicados trabalhadores. Isto está associado à necessária e regular fiscalização do assentamento e do lotes. Não se pode ser omissos nisto, pois do contrário acaba-se permitindo que alguns oportunistas acabem por usá-lo para fins diversos, o que pode levar alguns deles a se destacarem, inclusive como decorrência de atividades não permitidas, o que pode implicar em ameaças, cooptação de vizinhos etc.

A Necessidade de Iniciativas e de Sustentação do Associativismo/Cooperativismo

Parece não haver necessidade de se ocupar muito espaço e tempo para sustentar

a idéia de que, além das políticas públicas, torna-se fundamental que o próprio assentado faça tudo o que estiver ao seu alcance para que o seu empreendimento, uma unidade de produção agropecuária, seja bem sucedido. Evidentemente, isto vai muito além da dedicação sua e da família ao lote e à produção de bens, quaisquer que sejam eles e quaisquer que sejam seus destinos.

Trata-se da inquestionável necessidade de organização em associações e cooperativas, cujos princípios são amplamente conhecidos e dispensam comentários. A constituição de tais entidades é o caminho pelo qual passa a outra possibilidade de viabilização dos PA's. Como é sabido, no Brasil apenas nos dois estados do Sul (RS e SC) há uma realidade de agricultura familiar que torna isto algo evidente, mas pode-se recorrer ao caso dos países europeus, onde esta mesma agricultura está consolidada com base neste comportamento que pode muito bem ser considerado como base do que tem sido chamado de "capital social".

O associativismo/cooperativismo é indispensável pelo seu caráter de defesa dos interesses dos assentados, podendo-se atribuir a ele um caráter mais político, ou seja, de atuação processual, onde a negociação de contratos que envolvem preços, prazos etc são necessárias especialmente quando do outro lado estão grandes agroindústrias, sejam elas fornecedoras, sejam compradoras.

Outras vantagens tem um caráter mais economicista, pois envolvem múltiplos aspectos ligados tanto à produção propriamente dita como à comercialização pré-produção como pós-produção e também à possibilidade de agregação de valor ou agroindustrialização.

Constituem-se em exemplos dessas vantagens os ganhos advindos de aquisições de insumos em grandes quantidades, o uso compartilhado/planejado de equipamentos, máquinas e infra-estrutura disponível, a solução comunitária de problemas e eventos adversos relacionados às atividades do PA, a venda em conjunto que evita concorrência de oferta que rebaixa preços individuais. Enfim, somente organizados é que os assentados podem tirar algum proveito da "tesoura de preços" que enfrentam enquanto produtores: a dos preços dos insumos e a dos preços dos bens que produzem e ofertam, seja para a comercialização *in natura*, seja para entrega às agroindústrias processadoras.

Síntese de um Estudo de Caso: A Possibilidade de Arrendamento (Parcial) de Lotes de PA's para a Produção de Cana Industrial no Estado de São Paulo

A produção de cana (ou de milho etc) no lote pode se dar de duas formas: a) Pelos próprios assentados; b) Com base no arrendamento, seja em toda a área do lote do assentado, seja em parte dele. Esta segunda possibilidade, afora a questão

legal, coloca a questão do nível de "renda líquida e certa", já que não há risco de produção e de preço para o assentado.

As Alternativas de Exploração da Lavoura Canavieira Pelos próprios assentados

Como é sabido, o sistema de produção de cana para sua transformação em açúcar e/ou álcool (e não para outros bens, como açúcar mascavo, aguardente, rapadura etc) em São Paulo e mesmo no Brasil não é adequado à sua exploração em pequenas áreas ou lotes. Ou seja, a lavoura canavieira é marcada pela grande exploração, sendo esta uma das principais razões que explicam o predomínio de produção em grandes áreas próprias ou arrendadas, seja pelas usinas/destilarias, seja por arrendatários capitalizados. Efetivamente, não há disponibilidade de bens de capital fixo e de produção/comercialização de insumos convenientes aos pequenos fornecedores/produtores.

a) de forma autônoma

Assim, a possibilidade de viabilizar uma produção com base no que é usualmente dominante em São Paulo passa necessariamente pela existência de políticas de financiamento que viabilizem o acesso aos equipamentos e insumos utilizados, o que, como se percebe, apenas faz sentido através de iniciativas em direção à constituição de cooperativas ou associações. Mesmo onde existem já há muito tempo, associações ou cooperativas desses tipo, o fato é que elas se dedicam em grande medida ao fornecimento de outros tipos de bens e serviços aos "fornecedores cooperados", já que praticamente inexistente o que se pode chamar de "pequeno fornecedor puro", como consta de diversos trabalhos acadêmicos.

A outra possibilidade é iniciar-se um desenvolvimento de pesquisas e técnicas produtivas adequadas às pequenas explorações ou áreas, o que está fora de consideração neste trabalho.

b) de forma integrada ou como um tipo de "parceria"

Uma situação intermediária que foi mencionada na pesquisa de campo diz respeito exatamente à uma possibilidade em que uma pequena parte do processo produtivo fique sob responsabilidade do assentado. Trata-se fundamentalmente dos tratos culturais, em que a necessidade de equipamento e de mão-de-obra é bem menor. Isto foi constatado tanto no Assentamento Água Sumida, em Teodoro Sampaio, como no Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara (ver relato a seguir).

c) com base no arrendamento "puro" de áreas

Esta possibilidade, mesmo que parcial, merece um tratamento aprofundado. Se,

a princípio, não cabe descartá-la totalmente, já que, como apontado, poderia ocorrer em parte do lote, o fato é que ela traz uma perspectiva bastante problemática, seja em decorrência de seus prováveis efeitos "psicológicos", seja, principalmente, em função das implicações "técnico-produtivas" no lote e no PA, seja, enfim, em função da necessária atuação do INCRA que ela envolve.

Em termos "psicológicos" o problema está relacionado à possibilidade de uma acomodação novíça que tem relação com os propósitos da Reforma Agrária, ou seja, pode provocar, ao longo do tempo, uma menor dedicação do assentado quanto à busca e manutenção de outras produções no restante do lote, principalmente outras produções comerciais (ver parte 4.4 deste trabalho).

Em termos das implicações no lote a questão está relacionada às consequências que as práticas atinentes ao atual sistema de produção de cana e, mais ainda, à própria prática relacionada ao arrendamento que se tem constatado nos casos em que ocorre. Estas práticas dizem respeito aos seguintes aspectos:

- Aos efeitos da queima em larga escala da cana, dentro e fora do perímetro do PA;
- Ao abandono do trato cultural nos cortes finais ou à não preservação da fertilidade do solo, o que provoca sua degradação e impossibilita outros aproveitamentos;
- À circulação de máquinas e equipamentos no perímetro do PA, ampliando a possibilidade de ocorrência de acidentes (atropelamentos).
- Ao uso de mão-de-obra fora à revelia da legislação trabalhista, já que isto tem ainda marcado a ocupação de força-de-trabalho temporária na colheita da cana;
- Ao desmatamento e outros problemas ambientais, inclusive relacionados à disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos.

A terceira consideração está vinculada à necessidade de uma estreita atuação do INCRA quanto à fiscalização das normas que possam vir a serem acordadas, se o arrendamento parcial do lote passar a ser legalmente admitido. Sua regulamentação no caso da cultura canavieira exige uma especificação concertada socialmente quanto aos aspectos acima, acarretando uma atividade de fiscalização, sem a qual se torna impossível coibir os abusos e desvios.

Estes problemas exigem um tratamento muito cuidadoso da possibilidade de admissão do arrendamento no caso da lavoura da cana nos lotes de PA's, isto porque os principais aspectos negativos há pouco listados não ocorrem em outras culturas.

Os Fatos Apurados na Pesquisa de Campo em Três PA's

A produção de cana para uso industrial (e não como forrageira) nos assentamentos já é uma realidade. Isso foi constatado em pesquisa de campo baseada em entrevistas com assentados e com destilarias e usinas, seja nas áreas e Projetos de Assentamentos

(PA's) onde já se constatava essa produção (Assentamento Água Sumida em Teodoro Sampaio e Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara) como nos dois em que havia indicações de que isto viria a ocorrer em pouco tempo (Assentamento Fazendas Reunidas em Promissão e Assentamento Timboré em Andradina).

A visita feita ao Assentamento Timboré logo revelou que, neste caso, não se trata de uma possível introdução de cana industrial, pelo menos por enquanto, mas sim de cana forrageira, já que o PA é fortemente marcado pela pecuária leiteira, sendo que vem ocorrendo esforço para o cultivo daquela forrageira para melhoramento da mencionada pecuária.

Assim, a pesquisa concentrou-se nos demais PA's há pouco mencionados. Os objetivos das entrevistas realizadas foram os de detectar as motivações por parte das usinas e destilarias em incentivar a introdução da cana nos lotes. Também se buscou detectar de que forma isto foi feito ou virá a ser feito (arrendamento "puro", parceria, contratos firmados etc). Quanto aos assentados buscou-se captar as motivações e, principalmente, os resultados e a forma em que isto ocorreu. Segue-se um relato sintético do que se constatou.

Situação do Assentamento Água Sumida (Teodoro Sampaio)

Em primeiro lugar cumpre esclarecer que no supra citado PA não há mais cana industrial. Pelas informações obtidas, confirmadas pelos trajetos feitos dentro do PA, há dois anos os assentados deixaram de cultivar cana para entrega à Destilaria Alcídia S. A., que havia sido a responsável pela introdução da mesma nos lotes.

Os contatos mantidos com os assentados foram dirigidos, então, no sentido de buscar captar qual foi o resultado e qual é a opinião dominante quanto à "passagem" da cana pelos lotes. Para a devida consistência, buscou-se também depoimentos de assentados que não produziram cana industrial.

Não cabendo aqui uma individualização dos resultados das entrevistas, a não ser como ilustração de uma ou outra observação mais importante, o fato é que foi geral a conclusão de que a introdução da cana foi benéfica, pois gerou uma renda que há muito os assentados não obtinham.

Esta renda variou significativamente em função principalmente dos dois seguintes fatores: qualidade do solo do lote e, mais ainda, da efetividade dos tratamentos culturais, já que a destilaria disponibilizou o fertilizante. Contudo, foi ouvido que alguns não o aplicaram nas áreas de cana. Estes dois fatores determinaram, sobremaneira, o número de cortes obtidos, o que foi fundamental para uma maior geração de renda. Mas os relatos evidenciaram que a renda anual correspondente às safras ou cortes foi decaindo, notadamente a partir do terceiro ano, o que gerou ampla

insatisfação por parte dos assentados.

Perguntados quanto à forma com que estabeleceram vínculos com a destilaria para a cultura/fornecimento da cana, os assentados responderam sempre que não se tratou de arrendamento, mas sim de contratos de tipo "parceria", em que a usina se responsabilizou pelo plantio, pelo corte/carregamento e transporte, ficando os tratos culturais por conta deles. Portanto, sempre afirmaram que "a cana era minha". Isto foi comprovado com a consulta aos dois primeiros relatórios que a usina forneceu a um assentado e ao qual tivemos acesso: nele consta o desconto das mudas e, de maneira geral, confirmou-se que o cuidado do canavial era de responsabilidade do assentado.

Durante as entrevistas insistiu-se muito para que os assentados fornecessem uma cópia do contrato de "parceria", o que acabou não sendo conseguido. Na verdade, mais parece que se tratou de um contrato de empréstimo/financiamento, já que foi dito invariavelmente que o contrato ficou no banco Banespa, que financiou a implantação do canavial, com a usina figurando como avalista/fiadora.

Perguntados sobre os aspectos negativos do cultivo da cana, os entrevistados apontaram como fator pior o desgaste do solo ("onde teve cana, nem braquiária brota e cresce direito"), quanto aos problemas decorrentes da queima prévia à colheita, eles foram mencionados apenas por um entrevistado.

Apesar disso, todos os entrevistados afirmaram que, se fossem procurados novamente pela destilaria, voltariam a plantar cana. Esta afirmação foi feita mesmo no caso de um dos mais críticos entrevistados quanto ao *modus operandi* dos representantes da fábrica: para ele, uma nova implantação de canavial seria feito com procedimento baseado em um contrato rigoroso, que viesse a incluir cláusulas de fiscalização de peso da cana recebida pela usina, fiscalização da análise do teor de sacarose, das condições de pagamento etc. Na mesma direção manifestou-se um entrevistado que foi funcionário da usina na época em que ocorreu o plantio de cana nos lotes. Atualmente ele ocupa um cargo de confiança na Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio. Observou ele que realmente há a necessidade de uma fiscalização da atuação da usina/destilaria e que essa fiscalização e demais procedimentos que podem auxiliar uma melhor remuneração da cana do assentado passa pela capacidade de organização dos mesmos, enfatizando que "os assentados tem que ter tempo para se organizarem (...) são organizados até a entrada na terra, acomodam-se depois". Estendeu este comentário para os esforços que ele e alguns assentados vem fazendo, com todo o apoio do prefeito e da administração local para a melhoria da pecuária leiteira que já existe no assentamento. Ele e outros entrevistados lembraram que as relações com a destilaria pioraram depois que ela passou por uma crise entre 1998 e 2000, o que a teria

levado a piorar as condições de pagamento, de adiantamentos feitos aos assentados, enfim, atrasado os pagamentos acertados etc. Outro ponto destacado pelo funcionário da prefeitura foi que na região há disponibilidade de grandes áreas para o cultivo da cana e que, depois da cana nos lotes, vem ocorrendo plantio de cana em fazendas de pecuária extensiva, observando ainda que "para o grande proprietário a destilaria paga mais" e que o custo é alto para formar um hectare de canavial.

Outro entrevistado lembrou que, face às poucas alternativas de geração efetiva de renda e de possibilidade de comercialização, a mencionada lavoura foi importante, já que "depois que teve a cana ninguém mais falou em vender o lote". Aliaram à falta de opções o fato de que muitos perderam dinheiro e trabalho com outras culturas, principalmente por questões climáticas, inclusive com a mandioca, mas principalmente com o milho.

Outro aspecto importante que se destacou das entrevistas foi a associação entre a segurança da renda gerada pela cana e a melhoria da pecuária leiteira, que é a atividade dominante no assentamento. Um entrevistado, herdeiro de um lote do pai, que não aderiu à cultura canavieira, afirmou que plantaria em torno de 50% de cana, mas que com isto melhoraria seu plantel de vacas leiteiras, bem como a pastagem. Afirmou ainda que "foi bom para todo mundo e dependeu de como o assentado usou o dinheiro da cana". Insistiu que não há política de assistência técnica e de financiamento para outras atividades. Uma entrevistada, em cujo lote foi cultivada cana, reforçou esta compreensão, afirmando que "foi muito boa em vista das outras coisas". Perguntada por que parou ela afirmou que foi a usina que não quis renovar a relação e que "teria continuado com a cana se a usina quisesse". Reforçou a crítica de que "falta crédito", "não tem recursos para comprar adubo".

Enfim, do ponto de vista dos assentados entrevistados, ficou claro que o cultivo da cana, mesmo com problemas e com a piora progressiva mas, principalmente, face à ausência ou insuficiência de alternativas, foi uma atividade bastante positiva.

Foi possível perceber que a usina perdeu o interesse em renovar os contratos com os assentados do Assentamento Água Sumida por diversas razões: a primeira delas é que ela passou a contar com maior oferta de terras e, portanto, de possibilidade de produzir cana em fazendas localizadas na região, o que em grande medida pode ser atribuído ao próprio efeito da luta local pela terra, já que a pecuária extensiva tem sido bastante visada pelos movimentos e criticada abertamente como uma atividade que usa mal a terra, gera pouco emprego/ocupação e renda. Outro aspecto é que os canaviais da área sofrem um excessivo desgaste por conta de uma praga que é muito disseminada no solo local (um tipo de cupim), o que encarece sobremaneira os tratamentos culturais.

Este segundo aspecto ajuda entender o fato de que a própria Destilaria Alcídia

tem procurado um outro assentamento, de responsabilidade do ITESP para nele introduzir a cultura canavieira.

A renda líquida gerada pela lavoura canavieira variou muito, como se pode depreender dos comentários acima, seja quanto aos diferentes lotes seja quanto aos sucessivos cortes. No caso do assentado que se detectou como mais bem sucedido, no primeiro ano a renda líquida chegou a ser de R\$ 1.300,00 por hectare no primeiro corte e de R\$ 680,00 por hectare no quinto corte, mas este foi o caso em que se chegou a obter nove (9) cortes. Em outro caso, que, pelo que se pode perceber, foi um dos menos bem sucedidos (principalmente em função da qualidade da terra), o assentado estimou a "renda livre" entre R\$ 4 e 5.000,00 por ano/corte, em 5 alqueires e em cinco anos, o que significou a obtenção de um ganho médio entre R\$ 331,00 e R\$ 413,00/hectare/ano. Este assentado foi o que mais enfatizou que a terra sofreu uma enorme perda de fertilidade com a cana. Outro relato apontou uma renda líquida de R\$ 619,00/hectare no primeiro ano e de R\$ 310,00 no terceiro ano.

Situação da Área do Assentamento Bela Vista do Chibarro (Araraquara)

No Assentamento Bela Vista do Chibarro a cana vem sendo cultivada também com base no que foi acima denominado de contrato de "parceria". Igualmente, embora tenham sido feitas diversas tentativas, ainda não foi obtido um exemplar do contrato com a Usina Zanin.

As entrevistas realizadas também revelaram que, face às pouquíssimas alternativas de cultivo relativamente seguro e, principalmente, dada a inexistência ou insuficiência das políticas de crédito e de assistência técnica, bem como de possibilidades adequadas de comercialização, a lavoura canavieira tem sido uma atividade de fundamental importância na geração de renda para as famílias assentadas.

Portanto, muitos argumentos são parecidos com os que foram ouvidos no Assentamento Água Sumida, particularmente quando se pensa alternativas: ouviu-se que houve perdas com a cultura do milho, muito em função de crédito liberado com atraso, o que gerou inadimplência.

Uma entrevistada estima que a cana recém plantada em quatro hectares vai lhe gerar uma renda aproximada de R\$ 20.000,00 em seis cortes, o que significa uma renda anual em torno de R\$ 3.333,33 (ou seja, uma renda por hectare aproximadamente de R\$833,00). Nesta situação também ficou a cargo dos filhos da entrevistada os tratos culturais. Com o dinheiro do primeiro corte, segundo ela, foi possível melhorar a casa onde mora e, principalmente, junto com a poupança de seus filhos (é viúva), fazer um poço artesiano que resolveu seu problema de água no lote. Ela observou que de maneira bastante enfática que "quem introduziu a cana melhorou as condições".

Outra entrevistada, também viúva, estabeleceu um "contrato" com a usina para plantio em 3 alqueires e já está na terceira colheita/corte, tendo pago pela muda que a usina forneceu. No segundo corte, obteve um renda estimada em torno de R\$ 5.000,00, o que significou um ganho por hectare de R\$ 688,00. É ela quem cuida da cana. Afirmou que "com a cana está conseguindo pagar as dívidas", razão pela qual começou com a cana; ainda mais porque o preço do leite está muito baixo. Afirmou também que se não tivesse problemas (perdas com culturas de maior risco, baixo ganho com leite, dívidas etc) não teria introduzido a cana, "ficaria com gado que conhece desde criança e não dá prejuízo, porco, horta etc". Tem a opinião de que o arrendamento do lote todo é errado, reconhecendo que a cana "é uma boa ajuda, desde que não seja em todo o lote".

Situação da Área do Assentamento Fazendas Reunidas (Promissão)

Nesta área foram feitas principalmente entrevistas com as usinas próximas ao assentamento, já que ainda não há cana industrial nos lotes. Havia informações de que a Usina Equipav estava buscando estimular o plantio, tendo para isso o apoio da prefeitura e do Banco do Brasil.

A entrevista realizada com o gerente agrícola explicitou que a iniciativa não foi dela, mas sim do prefeito eleito em outubro/2004. Ele deixou claro que, dado o sistema produtivo que a usina emprega, não há vantagens claras para a produção de cana nos lotes. Isto em decorrência do emprego de grandes equipamentos de plantio, de trato cultural e, principalmente, de corte, carregamento e transporte. Questionado se a produção de cana em pequenos lotes é uma alternativa que pode ser economicamente viável, ele insistiu em chamar a atenção para o fato de que isto em grande medida depende do "formato" de uma área que congregasse partes de diversos lotes, deixando claro que a produção em lotes isolados está fora de cogitação. Deste formato destacou a questão da "sistematização" da área, notadamente em função da topografia e da circulação de máquinas.

A usina tem sob seu controle 42.000 hectares, entre áreas próprias e arrendadas (chamadas muitas vezes de "parceria"). A área de fornecedores atinge cerca de 8.000 hectares, sendo o número deles entre 50 e 60. Ou seja, se for 60, significa uma área média cultivada por fornecedor de 133 hectares. As "frentes de colheita" trabalham em média 44 hectares por dia ou algo em torno de 3.500 t/dia. Atualmente a usina processa em torno de 3,3 milhões de toneladas por safra, mas há plano de expansão para os próximos oito anos para se chegar a 5 milhões de toneladas.

Observou que o investimento para a implantação de um canavial é muito alto, estando fora do alcance dos recursos com que conta um assentado. Entende que a

cana é uma cultura de larga escala, pelo sistema prevalecente no Brasil e a única forma de ser viável para um pequeno produtor é com agregação de valor, tendo destacado que uma possibilidade é a cana orgânica, que pode obter maior preço.

Perguntado sobre a existência de "arrendamento puro" por parte da usina, o entrevistado afirmou que ele existe, sendo que a condição de remuneração, ou seja, a "renda pura da terra", para contratos de 5 cortes, é de 30 t/alqueire/corte ou de R\$ 30,00 por tonelada. Isto significa 12,40 t/há, o que perfaz um valor do arrendamento de R\$ 372,00/hectare. Este valor está bem próximo do estimado pela ORPLANA.

Outra usina que se localiza bem próxima do assentamento é a Diana/Destilaria de Álcool Nova Avanhandava Ltda. A entrevista que foi realizada com o gerente agrícola da mesma, acompanhado pelo filho do proprietário pouco acrescentou ao que já se sabia. Eles afirmaram que foram procurados por um assentado do Assentamento Fazendas Reunidas, mas que não se interessaram, seja por conta da proibição de arrendamento nos lotes de assentamento, seja porque tem disponibilidade de áreas maiores para produção. Este também foi um aspecto abordado na entrevista com o gerente da Equipav: segundo ele, há possibilidade de ampliação de produção de cana na região em áreas de fazendas médias e mesmo grandes, principalmente porque a atividade econômica dominante ainda é a pecuária extensiva, que a cana substitui.

A entrevista com um assentado do Fazendas Reunidas, que se trata de uma liderança local, deixou devidamente explícito o fato de que o recurso ao plantio de cana no lote está atrelado à falta de alternativas quanto à geração de renda, em decorrência da ausência e/ou insuficiência das políticas públicas voltadas à viabilidade dos PA's. Em seu dizer o arrendamento é uma saída porque "Não tem política agrícola no país, a Reforma Agrária está falida, os juros do Pronaf são altos, há enorme inadimplência, o assentado tem que se virar". Ela calcula que há em torno de 200 lotes abandonados no Reunidas.

É bom explicitar que se trata de um assentado familiar que produz e comercializa com sucesso pimentões e pepinos em estufas, tendo inclusive sido distinguido com um prêmio de "melhor produtor de pimentão da região". Ele também cogitou a possibilidade de, via contrato de "parceria", como antes especificado (ou seja, com tratos culturais sob responsabilidade do assentado e com aquisição de muda), produzir cana em quatro alqueires, com uma estimativa de renda de R\$ 7.000,00 o alqueire (ou seja, R\$ 723,00/há/ano). Observou que a possibilidade não se concretizou principalmente porque a usinas queria mudar o *lay-out* do PA, formando áreas de 20 a 30 alqueires.

Um outro assentado, que também cogitou a possibilidade de plantar cana industrial, estimou uma renda total de R\$ 28.800,00, em quatro anos e em 6 alqueires (o que

significa uma renda anual de R\$ 495,00/há/ano).

As informações obtidas nas entrevistas e nas publicações especializadas sobre a lavoura canavieira em São Paulo permitem especificar da seguinte maneira a renda estimada com o plantio de cana nos lotes, tendo em conta duas possibilidades:

- Com arrendamento "puro": Entre R\$ 350,00 e R\$ 500,00/há/ano;
- Com "contrato de parceria": Entre R\$ 350,00 e R\$ 1.000,00/há/ano.

Cabe destacar que, na primeira situação, o valor varia tão somente em função da "qualidade" da terra/lote, principalmente no tocante à sua fertilidade, mas também à sua localização; na segunda situação, o valor varia também por conta da qualidade, mas o mais importante é que ele está relacionado à dedicação/trabalho do assentado nos tratos culturais. Finalmente, tendo em conta os relatos aqui reproduzidos, pode-se considerar que parece ser bastante raro atingir-se valores maiores do que R\$ 1.000,00/hectare/ano mesmo na segunda situação.

A Possibilidade de Acomodação com o Arrendamento

O possível arrendamento mesmo que parcial do lote traz, é necessário reconhecer, um problema sério que, em última instância, pode implicar em um desvio de comportamento do assentado quanto se tem em conta os objetivos de um programa de assentamento. Trata-se da possibilidade de acomodação face à renda obtida e, portanto, em um "rentismo" que implique o relativo abandono da área obtida.

Esta possibilidade é mais provável nas regiões de alta densidade demográfica (exemplo da região de Araraquara), onde parte da família assentada acaba encontrando outras alternativas para complementar a renda que não seja a exploração do lote, mesmo que parcial. Isto tende a ocorrer principalmente em função das dificuldades relacionadas à mencionada insuficiência ou ausência das políticas públicas tratadas neste trabalho.

Em segundo lugar, esta postura acaba se refletindo em um relativo e real distanciamento do assentado e mesmo de membros de sua família em relação à sua participação nos problemas e, portanto, na busca de solução deles no âmbito dos PA's. Em outras palavras, isto significa que se torna mais difícil desenvolver um comportamento que viabilize as iniciativas e práticas de associativismo e cooperativismo. Isto se torna mais grave quando há, entre os assentados, uma explícita divergência seja quanto ao arrendamento, seja quanto a cultura da cana, em decorrência de suas características produtivas. Assim, consolida-se uma divisão interna no PA que dificulta sobremaneira a busca de um objetivo comum e, mais ainda, a ação do INCRA.

Portanto, o fato é que se cria uma situação que se assemelha a um absentéismo

parcial, já que o lote ou parte dele acaba sendo visto como gerador de uma parte da renda familiar, geralmente tida como segura pois garantida contratualmente com o arrendatário.

Observações Finais

Este trabalho discutiu a questão da viabilização dos projetos de assentamentos de trabalhadores rurais. Procurou mostrar que, tendo como ponto de partida o que tem sido considerado como objetivo principal de tais projetos, a insuficiência das políticas públicas de crédito, de assistência técnica e de apoio à comercialização e/ou agregação de valor, de um lado, e do outro, as tímidas e descontínuas iniciativas e concretização de associativismo ou cooperativismo, de outro, tem colocado enormes obstáculos ao sucesso de tais projetos, embora eles venham sendo fundamentais para permitir uma melhor situação dos trabalhadores beneficiados face às situações anteriores de vida e de trabalho.

A pesquisa de campo trouxe evidências quanto às situações vividas e as diversas dificuldades com que vem se deparando as famílias assentadas para elevarem seus níveis de vida e de renda, o que explica em grande parte porque práticas e atitudes não recomendadas acabam sendo adotadas pelos assentados, entre elas o arrendamento parcial ou total de lotes para a produção de uma lavoura que apresenta problemas ambientais e trabalhistas, típicos de grandes explorações ou monoculturas. Cabe insistir que ficou evidenciado que, mesmo no caso da cana nos PA's visitados, acabou-se atendo algum benefício para os assentados, não obstante os conflitos e tensões nas relações com as usinas, dadas as práticas e *modus operandi* desta agroindústria. Em síntese, para usar uma frase de efeito, poder-se-ia afirmar que "ruim com a cana em área arrendada, pior sem isso".

Referências

BUAINAIN, A.M. Reflexões sobre o modelo vigente de reforma agrária. In: HOFMEISTR, W. (Org.) **Revolução no Campo**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, v.03, p.49-64.

CARON, D. **Heterogeneidade e Diferenciação dos Fornecedores de Cana de São Paulo**. 1986. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo, USP/FFLCH, 1986.

MORAES, M.A.F.D. de; SHIKIDA, P.F.A. (Orgs.) **AAgroindústria**

canaveira no Brasil: Evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002.

ORPLANA/Organização de plantadores de cana da região Centro-Sul do Brasil. **Informativo**, Piracicaba/SP, vários números.

PERES, Alice M. de P. **O Arrendamento de Terras na Pequena Propriedade Fundiária Canaveira:** O caso do município de Piracicaba - SP. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Campinas, IE/Unicamp, 2003.

RAMOS, P. **Agroindústria Canaveira e Propriedade Fundiária no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1999.

VIAN, C.E. de F. **Agroindústria Canaveira:** estratégias competitivas e modernização. Campinas: Editora Átomo, 2003.

AGROINDÚSTRIAS RURAIS E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS?

Sônia Maria P.P. Bergamasco¹

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida²

Resumo: Os caminhos deste trabalho estão articulados ao percurso de análise dos projetos agroindustriais familiares nos contextos dos assentamentos rurais, sendo que o objeto de nossa reflexão reporta-se a uma temática de investigação bastante recente na literatura especializada no Brasil, qual seja, a da valorização dos espaços locais e da capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Estas iniciativas constituem redes de segurança alimentar tratadas da maneira ampla e são apontadas como uma das alternativas para a reversão das conseqüências sociais, econômicas e ambientais desfavoráveis do meio rural. O objetivo principal do trabalho não é de apresentar um estudo de caso e sim uma proposta metodológica para investigação das aplicabilidades, eficácias, entraves e aperfeiçoamentos das agroindústrias familiares que estão formando redes de relacionamento em assentamentos rurais. Até o momento, essas políticas não contam com um modelo concreto de avaliação e aperfeiçoamento. Essa carência está acontecendo em todos os estados. Assim, este artigo constitui o primeiro esforço de reunir indicadores de avaliações das eficácias e de aprimoramento dessa política pública.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar; Agroindústrias Familiares; Políticas Públicas.

Abstract: The strengths of this paper are articulated to the analysis' course of family agro-industrial projects in the contexts of rural settlements; given that

¹Professora da Unicamp.

²Professor da UFG e docente do programa de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

the subject of our reflection is related to a latest thematic of investigation on Brazilian specialized literature about local sites assessment and agents' action ability which is presented within those processes to generate alternatives for economic, social, and environmental development. Such initiatives establish with great deal food safety nets and they are stated as one of the alternative to revert the social, economic and environmental non-favorable consequences on the agricultural resources. The main objective of the study is not to present a case study but a methodological proposal to investigate the applicability, effectiveness, barriers, and improvements on the family agro industries that are establishing relationship nets in rural settlements. As to the evaluation and improvement, these policies do not have any fixed pattern to be followed until now. This lack can be noticed in all Brazilian States. Thus, this article constitutes the early effort to congregate evaluation indicators for the effectiveness and improvement of this public policy.

Keywords: *Food Safety; Family Agro-industries; Public Policies.*

Introdução

Entende-se agroindústria como uma atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção através da execução de tarefas de pós-produção, como a seleção, lavagem, classificação, armazenamento, conservação, transformação, empacotamento, transporte e comercialização de produtos agropecuários.

A comercialização das agroindústrias rurais de agricultores familiares, onde se incluem os assentamentos, vem se desenvolvendo de forma ainda empírica e as alternativas adotadas por unidades mais inovadoras neste campo são estratégias na marcha para superar os múltiplos problemas encontrados na venda dos produtos agropecuários. Apesar de não terem acesso aos sofisticados métodos de informação sobre os mercados, os agricultores familiares intensificam a comercialização de seus produtos como um elemento chave que se relaciona com a satisfação do consumidor e com o tipo de produto. A maioria desses produtores, por suas características próprias, não se inserem facilmente em uma economia formal de mercado funcionando dentro de circuitos comerciais locais, muitas vezes, pouco conhecidos. Há uma grande heterogeneidade nestes procedimentos, encontrando-se desde a venda na própria casa, entre os vizinhos, em feiras locais, na beira das estradas ou ainda entregues aos intermediários até a inserção em circuitos mais modernos de comercialização. Dentre estes, encontram-se agricultores inseridos em canais de exportação, principalmente através de comércios alternativos ou comércio justo, por meio de

certificação, selos de qualidade ou denominação de origem.

Em geral, as agroindústrias utilizam os produtos originados dos próprios assentamentos e geram canais de comercialização em nível local e/ou regional, constituindo redes locais onde os atores individuais ou coletivos buscam um conjunto de recursos de poder nas mais diferentes dimensões (econômica, institucional, ambiental, política, jurídica, tecnológica, organizacional, social e simbólica). Portanto, tanto na esfera local quanto na regional, há um grande número de atores (individuais, coletivos, locais, regionais, estaduais etc.) que interagirão entre si segundo os seus recursos de poder. Os diferentes atores podem estar representados pelos assentados, pelas formas de organização (sindicatos, associações, cooperativas), pela estrutura da produção e sua agregação de valor (canais de comercialização, agroindústrias), pelo mercado consumidor, por agentes governamentais, dentre outros.

Estas iniciativas constituem redes de segurança alimentar tratadas da maneira ampla e são apontadas como uma das alternativas para a reversão das conseqüências sociais, econômicas e ambientais desfavoráveis do meio rural. Impulsionam a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovem a sua (re) inclusão social e econômica dentro deste modelo econômico atual e viabilizam a inserção desses agricultores na dimensão ambiental, priorizando a agroecologia e implementando mecanismos de gestão ambiental para a produção primária e secundária.

O objetivo principal do trabalho não é de apresentar um estudo de caso e sim uma proposta metodológica para investigação das aplicabilidades, eficácias, entraves e aperfeiçoamentos das agroindústrias familiares que estão formando redes de relacionamento em assentamentos rurais. O desenvolvimento deste trabalho se justifica pelo crescimento dos programas das agroindústrias familiares no Brasil.

No entanto, até o momento, essas políticas não contam com um modelo concreto de avaliação e aperfeiçoamento. Essa carência está acontecendo em todos os estados. Organismos responsáveis por tais políticas públicas, como o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal, as secretarias de governos estaduais e as próprias prefeituras municipais não apontam para a emergência deste tipo de metodologia e, conseqüentemente, de diagnóstico. Assim, este artigo constitui o primeiro esforço de reunir indicadores de avaliações das eficácias e entraves e apresentar caminhos metodológicos de investigação dessa política pública.

O presente trabalho foca, justamente a lacuna existente nos ambientes gestores (federal, estaduais e municipais) dessas políticas públicas, apoiando-se na premissa de que é necessário avançar para uma nova fase do desenvolvimento das políticas de segurança alimentar no país. Parte da premissa de que entraves institucionais e organizacionais geram disfunções e comprometem a eficácia das redes agroindustriais

familiares nos assentamentos rurais porque as redes de relacionamento não progridem a partir de determinado elo ou momento.

Esses entraves podem advir de diferentes ações, tanto internas quanto externas. No caso de entraves institucionais e organizacionais para o campo, podem ser exemplos relevantes, as carências de investimentos e créditos públicos para que os produtores possam aplicar em infra-estrutura (como construções de casas, compra de sementes e insumos, montagens de unidades de beneficiamento etc.), o pequeno conhecimento técnico e humano por parte dos agentes da produção frente a uma determinada maneira de cultivo ou a um determinado processo de beneficiamento de matérias-primas, dificuldades de relacionamento entre os assentados e os atores públicos e privados locais, os baixos níveis de educação e associativismo no campo, baixo nível de informação do agricultor referente a procedimentos que devem ser adotados para participar em licitações e outros tipos de vendas em programas governamentais de compra de alimentos, o relacionamento dos assentados e o valor simbólico dos produtos nos canais locais de comercialização, entre outros.

A hipótese do trabalho é a de que há uma gama de mecanismos institucionais desenvolvidos a partir das redes agroindustriais familiares, em torno da temática da segurança alimentar, que pode promover maior inserção social por meio do desenvolvimento de redes de cooperação em cada município, região e, também, assentamentos rurais, ao mesmo tempo em que existem entraves institucionais e organizacionais que podem ser descobertos e resolvidos para que as iniciativas melhorem a qualidade do resultado. Assim, para que os avanços ambientais, sociais e econômicos proporcionados pelas agroindústrias familiares prossigam torna-se fundamental desenvolver e cristalizar (*embeddedness*) metodologias de investigação desses entraves existentes nas diversas redes em operação nos municípios. Isto é, com o passar dos anos e a consolidação de uma primeira fase de implantação de um conjunto de políticas de segurança alimentar em muitas e variadas localidades do Brasil, novas possibilidades de avanços têm se apresentado com avaliações mais precisas dos sucessos, retrocessos e dificuldades encontradas pelos diversos atores participantes (públicos e privados) das redes de cooperação para a segurança alimentar.

Desenvolvimento Histórico das Políticas de Segurança Alimentar no Brasil: um Olhar Institucional

No final do Século XX a abertura comercial, a fragmentação do Estado, a complexidade da sociedade civil e o predomínio de políticas econômicas voltadas para a estabilização monetária aumentaram as desigualdades sociais e alargaram a distância entre as pessoas nutridas e desnutridas no mundo. Uma sinalização forte

desse distanciamento é o crescimento da sofisticação dos hábitos alimentares dos nutridos (garantida pela maior oferta e qualidade dos produtos das grandes cadeias agroindustriais) e, ao mesmo tempo, a precariedade ou a falta de alimentação para centenas de milhões de pessoas.

Durante a década de 90 do século XX as políticas públicas de intervenção e distribuição que visavam o alcance da segurança alimentar no Brasil - a partir de coordenações centralizadas e de decisões de cima para baixo - começaram a encontrar sinais de esgotamento por causa da enorme dificuldade de atender, de modo intensivo e constante, à população necessitada em lugares cada vez mais complexos (áreas urbanas degradadas e semi-abandonadas, outras com difícil acesso, zonas rurais distantes e de logística complexa, regiões produtivas com alto grau de exclusão etc.).

Na década atual, o Brasil tem vivenciado a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas nos diversos âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal). Os primeiros anos do século XXI tornaram-se marcantes porque o conceito mais amplo de segurança alimentar finalmente começou a sustentar uma pauta de políticas públicas destinadas à redução da fome da população miserável e ao aumento de ações solidárias para pessoas em situações de marginalização no país (incluindo pessoas produtivas, como trabalhadores rurais, agricultores familiares etc.). Desde 1997, quando a Cúpula Mundial da Alimentação (uma arena de representação dos governos dos países vinculados à ONU) finalmente conseguiu produzir, em consenso, um conceito de segurança alimentar amplo para subsidiar políticas públicas aplicáveis nos mais diversos países (dos desenvolvidos aos subdesenvolvidos), alguns programas começaram a ser executados no Brasil. De lá para cá, os esforços de vários governos no Brasil (locais, estaduais e federais) produziram a efetivação de várias políticas de segurança alimentar (PAULILLO, PESSANHA, 2002).

O problema da segurança alimentar começou a ser visto não apenas como a falta de oferta de alimentos à população. Em muitos períodos da história foi observada uma presença de grandes estoques de alimentos, tanto em nível internacional quanto em nível nacional, fazendo com que o foco das discussões convergisse para a garantia da capacidade de acesso da população aos alimentos, especialmente nos países de Terceiro Mundo (PAULILLO, PESSANHA, 2002).

Assim, políticas "alternativas" de segurança alimentar (com considerável ênfase na dimensão municipal) começaram a surgir lentamente no país, principalmente em regiões subdesenvolvidas. Deste modo, é possível detectar a operação de redes de inclusão social nos territórios pelos quais as grandes redes agroindustriais passam.

A construção social de baixo para cima com o foco na inclusão social é o processo mais importante e inovador de tais redes organizadas localmente. Esses

aspectos assumem especial importância quando se pretende focar lugares (municípios ou regiões) que possam alcançar a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, se adaptar ao intenso processo competitivo dos fluxos agroindustriais globalizados sem abandonar o foco da equidade social. A inclusão social pode atingir esses ambientes de produção agrícola e alimentar e se tornar um dos eixos fundamentais de um programa de segurança alimentar, pois é nos municípios agrícolas e agroindustriais que existe a possibilidade do envolvimento de pequenos agricultores em situações de marginalização dos mercados tradicionais e de trabalhadores em situações de precarização profissional e social. Assim, a prioridade da segurança alimentar não recai apenas na demanda (como a alimentação adequada para a criança, o idoso, os doentes etc.), devendo alcançar também a oferta (as novas possibilidades de venda dos alimentos de pequenos agricultores e fabricantes de alimentos do município ou região). Desta forma, um programa de segurança alimentar pode potencializar o desenvolvimento local com inclusão social.

Uma rede de segurança alimentar formada localmente pode articular em torno de si um conjunto de empresas, associações de interesses, organizações não governamentais, cooperativas, agricultores, agências públicas estatais, prefeituras municipais, universidades, centros de pesquisa etc. São as redes políticas locais que podem conceber soluções de segurança alimentar de modo singular e específico em cada região.

De modo geral, as políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos. As políticas federais de apoio à produção, à comercialização, às normas e aos padrões de sanidade estão dispersas entre várias estruturas administrativas, sem que haja uma nucleação que proporcione sinergia entre estas etapas. As políticas que atuam em nível nacional têm baixo grau de articulação institucional. Por outro lado, os programas locais de segurança alimentar não recebem estímulos ou incentivos, seja de natureza fiscal, creditícia ou organizacional (CUNHA et al., 2000).

A falta de nucleação destas políticas impede que programas de segurança alimentar sejam bem difundidos no país. Diversas localidades podem não implantar algum programa por não terem acesso a sua metodologia e não possuírem recursos humanos para desenvolver metodologias próprias. É possível encontrar casos no Brasil em que diversos projetos similares de segurança alimentar se desenvolvem de forma independente, sem que haja intercâmbio técnico entre eles, fazendo com que a fase de maturação dos projetos se adie por mais tempo. Outro problema causado pela falta de nucleação confere aos programas locais uma espécie de "patente política". Muitos programas implantados em um município não são difundidos para outras localidades por causa do partido político do prefeito que criou, mesmo sendo

eficientes social e administrativamente. Em muitos casos, bons projetos não sobrevivem a mudanças partidárias de governo, morrendo com o fim do mandato de um prefeito (CUNHA et al., 2000). Em outras situações, os programas estão em operação, porém não há qualquer preocupação da prefeitura e dos próprios coordenadores dessas ações em lançar diagnósticos sobre suas eficácias e aplicabilidade.

Diante desses movimentos que buscam bem sucedidas implantações de políticas de segurança alimentar nas mais diversas localidades do país faz-se necessário compreender também as estruturas das redes de relações constituídas (que são redes de recursos de poder), bem como o entendimento das relações entre os atores que sustentam e operam esses programas. Esse entendimento pode ser observado a partir da identificação dos níveis de centralidade, frequência, velocidade e formalidade das relações em rede e também pelas identificações dos graus de reputação, legitimidade, informação e de habilidades de obtenção de recursos de poder (financeiros, tecnológicos, organizacionais, jurídicos e políticos) de cada ator envolvido.

Sabe-se que desde a cúpula mundial de alimentação da FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) em Roma (1997), as políticas de segurança alimentar devem estar ligadas a valores fundamentais da população, como saúde, higiene, meio ambiente, autenticidade e solidariedade. Todos esses valores podem ser socialmente construídos e compartilhados em redes de políticas de segurança alimentar, focadas na funcionalidade de mecanismos de governanças participativos localmente e na adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida. Estes valores é que sustentam o conceito mais amplo de segurança alimentar.

Uma política na área de segurança alimentar local e regional deve incluir quatro esferas integradas de atuação e temáticas de intervenções: produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos. A primeira dimensão se refere à produção de alimentos nas áreas rurais e urbanas, como assentamentos rurais, pequenas propriedades nas quais prevaleçam a agricultura familiar e hortas urbanas (comunitárias e escolares). Nesse aspecto há necessidade de intervenções que visem o desenvolvimento da capacitação do associativismo da agricultura familiar e das comunidades urbanas do município ou região, cursos de qualificação para produtores e trabalhadores rurais e a agregação de valor através da agroindustrialização da produção familiar. A segunda dimensão abrange programas de distribuição suplementar ou emergencial de alimentos a grupos específicos, como nas áreas de alimentação escolar, hospitais, instituições de caridades, penitenciárias etc. A terceira dimensão está relacionada ao acesso de alimentos, incluindo ações no campo de abastecimento e comercialização e a quarta

dimensão, do consumo, engloba a educação alimentar, a educação para o consumo sustentável e a organização e treinamento dos consumidores e outros atores produtivos e públicos envolvidos na política.

Pensando assim, as políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos e devem estar ligados a valores fundamentais da população: 1) saúde, 2) higiene, 3) meio ambiente, 4) autenticidade e 5) solidariedade. Todos esses valores são socialmente construídos e sustentados em redes de políticas focadas para a funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida.

As ações do tipo *food security* e *food safety* estão contempladas em todos esses eixos agroalimentares. Assim, as atividades agroindustriais podem estar voltadas para a questão da equidade (a garantia de acesso aos alimentos em termos quantitativos e qualitativos), princípio que norteia o conceito mundial de segurança alimentar. As diversas acepções de segurança alimentar associam, em graus diversos, a qualidade substancial ou física dos produtos (composição nutricional, grau de toxidade, quantidade de calorias, propriedades gustativas etc.) e sua qualidade externa (que leva em conta os efeitos provocados pelo processo de produção agroalimentar ao meio ambiente e ao contexto social e econômico). Assim, existe um componente da demanda que abarca a qualidade externa e que se refere, portanto, à composição cultural ou simbólica da qualidade do alimento.

A realização de políticas públicas de segurança alimentar em um município, região ou projeto de assentamento pode começar a operar essa composição simbólica em nível local e regional, seja envolvendo a população carente e mal-nutrida para o recebimento e o consumo de alimentos nutritivos e saudáveis (numa ponta da rede de políticas de segurança alimentar que se forma) e a capacitação e produção da agricultura familiar, de pequenos e médios agricultores capitalistas em processo de exclusão e assentamentos rurais e também de trabalhadores rurais (em outra ponta da rede, isto é, na ponta da produção e de coleta de alimentos).

O conceito de segurança alimentar e nutricional a ser utilizado neste trabalho é aquele definido pelo Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (PL nº 6.047/2005) que à época tramitava no Congresso Nacional³:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem

³O texto foi mantido na Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 com a inclusão da dimensão cultural na redação.

comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Material e Método

O nível epistemológico proposto para o desenvolvimento desta investigação de políticas públicas baseadas na agroindustrialização familiar é a pesquisa ação. Esta é adotada enquanto estratégia de pesquisa por considerar que as mudanças no campo social passam por mudanças no *status quo*, o qual só pode ser revelado e alterado quando os atores sociais estão implicados no processo.

Embora o trabalho de pesquisa-ação não tenha forma totalmente pré-definida, considera-se que existem, no mínimo, quatro grandes fases, que são:

- a) A fase exploratória: nas quais os pesquisadores e alguns membros da organização na situação investigada começam a detectar os problemas, os atores, as capacidades de ação e os tipos de ação possível;
- b) A fase de pesquisa aprofundada, na qual a situação é pesquisada por meio de diversos tipos de instrumentos de coleta de dados que são discutidos e progressivamente interpretados pelos grupos que participam;
- c) A fase de ação que consiste, com base nas investigações em curso, em difundir os resultados, definir objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, apresentar propostas que poderão ser negociadas entre as partes interessadas;
- d) A fase de avaliação tem por objetivos observar, redirecionar o que realmente acontece e resgatar o conhecimento produzido no decorrer do processo (THIOLLENT, 1997).

A fase da pesquisa exploratória se ocupa da montagem dos questionários e da aplicação dos mesmos que serão pautados pelos principais indicadores de eficácia e aplicabilidade do programa examinado nos assentamentos delimitados.

Na fase de pesquisa aprofundada, investigam-se e analisam-se os entraves institucionais e organizacionais nas redes formadas, seja enfatizando as características dos membros - informação, reputação, legitimidade e recursos de poder conquistados pelos atores principais (recursos financeiros, organizacionais, tecnológicos, jurídicos e políticos) - seja com as características das relações em rede (centralidade, frequência, velocidade, formalidade, regras).

A fase de ação deriva da realização de um *workshop* em cada microrregião em que os assentamentos selecionados na pesquisa estão inseridos, enquanto instâncias de argumentação e deliberação em torno das hipóteses formuladas ao longo da

condução do estudo. Nessa fase, são propostas as ações na esfera política para aperfeiçoamento das redes agroindustriais a partir dos entraves encontrados e da redefinição e, se necessário, dos indicadores de análises de eficácias.

Finalmente, na fase de avaliação procura-se redirecionar os conhecimentos para avançar em caminhos metodológicos que levem as políticas a estágios de enraizamento social, mantendo-se e aperfeiçoando-se ao longo do tempo e dos governos.

Caminhos de Pesquisas para Investigação das Redes Agroindustriais

1. Realizar procedimentos de avaliação qualitativos e quantitativos para investigar os níveis de segurança alimentar das famílias residentes nas áreas urbanas e rurais nos entornos dos assentamentos selecionados, para posteriormente, acompanhar a evolução desses resultados, a partir da implementação dos programas de segurança alimentar em cada local. Parte-se da validação da metodologia e de instrumento de coleta de informações da "Rede Alimenta" da Universidade Estadual de Campinas, através da qual é possível classificar as populações em quatro níveis definidos pela Escala Brasileira de (In) Segurança Alimentar (EBIA): 1. segurança alimentar; 2. insegurança leve; 3. insegurança moderada e 4. insegurança severa. Além dessa classificação, esse método possibilita o cruzamento com as variáveis sócio-demográficas, padrão de consumo, local de moradia, redes de proteção social e trabalho e renda, abrindo brechas analíticas ao desenvolvimento do trabalho;

2. Diagnóstico inicial das iniciativas agroindustriais;

3. Desenho inicial das redes agroindustriais formadas (produtores, mercados, associações, produtos, poder local, entre outros);

4. Entender o processo de inclusão e exclusão desses produtores nos políticas, a fim de sugerir caminhos que possam funcionar com maior eficácia para esses atores produtivos;

5. Identificar a tipologia das redes e o nível de coesão social das redes formadas;

6. Construir indicadores de avaliação de eficácia e aplicabilidade das agroindústrias rurais familiares;

7. Avaliar as agroindústrias rurais das regiões selecionadas com base nos indicadores escolhidos, mostrando a eficácia e os entraves dessas iniciativas;

8. Mostrar as práticas de gestão e as diferenças de governanças utilizadas pelo programa das agroindústrias rurais nos assentamentos selecionados e os entraves organizacionais existentes, com o objetivo de propor ações de aprimoramento;

9. Analisar se os projetos de agroindustrialização priorizam as práticas agro-ecológicas e implementam mecanismos de gestão ambiental para as produções primárias e secundárias, viabilizando a inserção dos agricultores familiares na dimensão ambiental; e,

10. Discutir as conseqüências de implementação das agroindústrias rurais para os modos de vida das populações investigadas.

Marco Teórico-Metodológico do Trabalho: o Novo Institucionalismo Histórico e as Redes de Recursos de Poder com Corte Analítico em Políticas Públicas

Do ponto de vista teórico, este trabalho considera a integração entre os métodos do novo institucionalismo e da nova localização. Tal racionalidade justifica-se a partir dos objetivos propostos na pesquisa, conjugando conhecimento acerca da cultura local, da história da cidade, dos vínculos tradicionais no meio rural etc., e sobre a ação de mudanças nas redes de inclusão social formadas com políticas públicas para a redução da insegurança alimentar nos municípios, regiões e dos projetos de assentamentos ali instalados. Assim, este trabalho de pesquisa consorcia análise e síntese, pesquisa e ação.

O método de trabalho assenta-se na junção da abordagem do novo institucionalismo, com seus instrumentos analíticos, que permitem o desenho de políticas públicas - como o enfoque das coalizões estratégicas dos campos organizacionais, dos mecanismos de governança em redes de poder etc. - e da abordagem proporcionada pela nova localização, já que ambas consideram a articulação e a representação dos diferentes atores sociais envolvidos em determinado entorno (setor, redes, cidades, assentamentos, regiões, bacias hidrográficas etc.). A junção dessas abordagens pode gerar, através da utilização da metodologia da pesquisa, elementos importantes para que as políticas a serem desenhadas cheguem ao nível da ação, predição e efetivação concreta e não fiquem apenas em nível de diagnóstico das condições e sociais, ou nas propostas genéricas de novas formas de coordenação dos programas de segurança alimentar.

Na década atual o Brasil tem vivenciado a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas nos diversos âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal). Isso ocorre em um contexto amplo de mudanças no capitalismo, a formação de um novo contexto econômico e social e de redefinição do papel do Estado. Assim, nos contextos de constituições de territórios de segurança alimentar estão se constituindo novas relações entre os agentes econômicos, entre o público e o privado. Formas organizacionais em rede surgem mais flexíveis com e maior capacidade de adaptação às políticas públicas (entre elas as de segurança alimentar).

As mudanças ocorridas no Estado têm limitado sua capacidade de definir e implementar as políticas públicas. Na dimensão da segurança alimentar no país isso também acontece. A multiplicação dos atores implicados nas políticas coloca o desafio de estudar as organizações e de interpretar a ação política em termos de ação coletiva. As redes de política pública que se formam condicionam um processo de análise da ação pública e também das interações entre os diferentes componentes do Estado e os grupos de interesses privados. Os estudos que trabalham com a noção de redes de ação pública enfatizam muito mais as dimensões horizontais de coordenação da ação pública, os arranjos informais e os problemas de governança do que as relações relativas à hierarquia (ROMANO, 1999, p.214).

As redes hoje refletem trocas importantes dentro das formas de governança, principalmente em gestões de programas de segurança alimentar. Estas formas refletem a caracterização cada vez mais complexa da sociedade civil e dos governos, a importância crescente da informação e do conhecimento dos agentes envolvidos em qualquer política, a confiança do governo em atores não governamentais para formular e implementar políticas públicas, as transparências em resultados da gestão pública etc. Assim, o estudo e o acompanhamento da ação pública a partir da abordagem de redes significa: 1) dispor no mesmo plano de análise os atores estatais e não estatais, sendo o poder público avaliado da mesma forma que os atores externos - como atores concretos (como os ministérios, as agências de regulação, as comissões legislativas, as secretarias de governo - estaduais e municipais etc.) – e que podem se diferenciar pelas funções (deliberativa, regulatória etc.) ou por seus objetivos, com estratégias e que podem até mesmo entrar em conflito; 2) considerar as políticas públicas a partir da base e não do alto, o que significa destacar o modo da implementação da política pública (as tomadas de decisões e reformulação dos problemas); 3) resgatar a complexidade do setor público ou setor de ação pública (exemplo: política industrial, política agrícola, política educacional), pois dentro de cada um desses setores podem operar mais de uma rede.

Nessa abordagem, as instituições são colocadas no centro da própria sociabilidade humana, permitindo encarar o desenvolvimento como resultado histórico de certas formas determinadas de coordenação. A organização institucional é vista como um sistema político e econômico que estrutura o comportamento coletivo e gera resultados distintos.

De acordo com Romano (1999), estudos e pesquisas que utilizam o enfoque de redes de coordenação ou de governança necessitam desenvolver metodologias específicas para estabelecer as fronteiras analíticas dessas redes, bem como identificar as variáveis relevantes e suas inter-relações.

Assim, a racionalidade dos atores será considerada, porém o modelo de avaliação das políticas trará embutido que esta razão não é suficiente para compreender por completo a ação, já que a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente. Enfim, a racionalidade é limitada pelo contexto, ou seja, influenciada por crenças partilhadas, por normas monitoradas e aplicadas por mecanismos que emergem das relações sociais (ABRAMOVAY, 2003).

Uma análise histórica é que permitirá identificar os principais atores que influenciam ou participam do processo de elaboração e implementação das políticas em cada rede de segurança alimentar formada (com os interesses pessoais e os recursos que determinam as ações em cada etapa da investigação).

De acordo com Reed (1998, p.75):

Os recursos de poder estão distribuídos de forma diferenciada entre os atores de um entorno, mas se estes recursos forem empregados com o devido grau de habilidade estratégica pelos atores sociais, produzirão e reproduzirão relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e concorrência. Considerando o mercado concorrencial, as habilidades e capacidades de uma empresa ou grupo de empresas em empregar seus recursos de poder que são heterogêneos é que fazem a diferença, proporcionando as bases para vantagens competitivas neste mercado.

Os recursos constitucionais são representados pelas regras e normas, sendo que estas, quando legitimadas, determinam formas de adaptação dos atores e mudança na própria estrutura de governança das redes (PAULILLO, 2000).

Os recursos políticos podem aparecer sob a forma de status público atribuído pelo Estado, de poder de representação e de poder de aglutinação dos atores coletivos (PAULILLO, 2000).

Os recursos financeiros consistem em financiamento adequado, incentivos fiscais, subsídios, comissões sobre escalas de produção, cotas promocionais etc. (PAULILLO, 2000).

Os recursos tecnológicos correspondem a conhecimentos adquiridos, tecnologias de gerenciamento, de informação, processos e matérias-primas específicas, entre outros (PAULILLO, 2000).

Os recursos organizacionais são referentes à infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas, centros de treinamento, agências de marketing), informações compartilhadas e propagadas, parcerias, consórcios, informações ocultadas, proximidade de fornecedores, terceirização, subcontratação, utilização da marca (PAULILLO, 2000).

Os recursos simbólicos são baseados sobre conhecimento e o reconhecimento, como a imagem da marca (*goodwill investment*), a fidelidade à marca (*brand loyalty*), etc.; poder que funciona como uma forma de crédito, sustentado pela confiança ou pela crença dos que lhes estão submetidos porque estão dispostos a atribuir créditos (PAULILLO, 2000).

Os recursos sociais são referentes ao capital social dos atores produtivos e não produtivos que estão no local e suas capacidades de formular políticas públicas de proteção e cooperação social, formando uma rede social sólida e incluyente. Essas redes devem estar norteadas por elementos do capital social (reputação, fidelidade, reciprocidade, etc.) (PAULILLO, 2000).

O capital social envolve o conjunto de recursos que um indivíduo ou grupo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis. Corresponde ao tecido social que mantém a coesão das sociedades e está baseado na confiança entre as pessoas

e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades.

Rede Social é uma relação moral de confiança de um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado. As normas e os valores abrangidos nesta definição podem ir da simples norma de reciprocidade entre dois amigos até os complexos sistemas de valores criados (FUKUYAMA, 2000).

Todos os recursos de poder são buscados pelos atores participantes da cadeia produtiva, pois sua obtenção indicará melhores resultados e ainda evitará que haja uma dependência em relação a outros atores. Os recursos, as capacidades e os dotes são diferenciados entre uma e outra organização; cada firma possui recursos que se distinguem daqueles possuídos por outras e o conjunto desses recursos vai determinar sua atuação e também sua posição dentro da rede. A partir desses recursos foram construídos os indicadores de avaliação dessa iniciativa de segurança alimentar.

Considerações Finais: Proposta de Indicadores de Avaliação⁴

As principais contribuições esperadas dessa proposta estão relacionadas ao aumento da capacidade de gestão autônoma dos territórios de assentamentos, visando seu desenvolvimento, principalmente através das iniciativas das agroindústrias familiares e outras políticas públicas, pautados pelos princípios da segurança alimentar.

Especificamente espera-se que os processos produtivos das agroindústrias sejam norteados pelos princípios agroecológicos e que haja uma melhora contínua no processamento de alimentos no assentamento. Pretende-se que novos modelos de associativismo, pautados pelas políticas públicas de segurança alimentar, possam ser caminhos para a produção agrícola de assentamentos rurais que se encontram demasiadamente dependentes dos grandes complexos agroindustriais para lograr seu desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico, esses resultados podem se expressar no aumento quantitativo da produção agropecuária (ou do incremento de produtos e serviços não agrícolas), mas acima de tudo, no aumento qualitativo da participação dos produtores assentados nos sistemas produtivos regionais. Alia-se a esse incremento da participação econômica, a melhoria do manejo ambiental das atividades econômicas, com o

⁴Indicadores são sinalizadores de alcance da meta desejada. podem ser traduzidos em número, percentual, descrição de processos ou fatos que indiquem a mudança qualitativa e/ou quantitativa de uma condição específica.

desenvolvimento da agricultura sustentável e de processos produtivos adequados.

Do ponto de vista político, espera-se melhorar a capacidade de organização coletiva das populações assentadas com vistas à discussão, formulação de pautas específicas e encaminhamento bem-sucedido das demandas desse segmento social. O aumento das organizações associativas e a maior participação em fóruns locais e regionais de definição de políticas públicas para o setor são produtos esperados, enfim, um maior empoderamento do segmento dos produtores rurais assentados no campo político, de forma que as suas demandas serem efetivamente pautas da agenda de desenvolvimento local/regional.

Do ponto de vista comunitário, espera-se uma melhoria da capacidade de resolução de problemas e impasses vividos pela população assentada, melhora qualitativa de suas condições de vida (cooperação, solidariedade, padrão alimentar, enriquecimento da vida cultural). Tais processos qualitativos poderão resultar em uma maior participação dos assentamentos na vida regional, completando um círculo virtuoso de desenvolvimento.

Em primeiro momento, que um modelo de avaliação proposto para os programas de agroindustrialização pode seguir um conjunto relativamente grande de indicadores comuns para todos os assentamentos brasileiros. Entretanto, importa ressaltar também que os atributos lançados para estes modelos de acompanhamento de políticas públicas locais podem considerar particularidades do local ou região (caso seja muito importante para avaliar qualquer política de segurança alimentar local) obtido por métodos fundamentalmente indutivos, sobretudo na recomposição de narrativas históricas dos lugares. Isso não exclui o esforço de desenvolvimento do método de avaliação de uma política pública de segurança alimentar, mas apenas alerta que este movimento deverá ser mais complexo do que inicialmente se imaginava para não ignorar as institucionalidades locais (crenças e outras convenções do local, dependências de rotina de gestão do poder público, limitações econômicas, geográficas e jurídicas etc.).

Respeitando-se essa metodologia e as especificidades regionais, os recursos de poder e a estrutura de governança em que os assentamentos estão inseridos foram construídos os primeiros indicadores para investigação das agroindústrias familiares ali instaladas a partir de categorias de análises. Portanto, trata-se do primeiro caminho metodológico proposto nessa política ou alternativa econômica, social e ambiental tão relevante para o meio rural, especificamente para os produtores assentados, abrindo uma ampla agenda de pesquisa.

As políticas de agroindustrialização da agricultura familiar destacada neste trabalho são aquelas desenvolvidas localmente ou regionalmente (e que podem se diferenciar em alguns aspectos de operacionalização), porém há um arcabouço institucional horizontal ou padronizado para os assentamentos seguirem e se adaptarem. É nessa horizontalidade institucional, em nível mais macro, em que o trabalho inicialmente se apóia para desenvolver um conjunto de indicadores de acompanhamento para eficácia das políticas de segurança

alimentar. Os indicadores que serão apontados também possuem certa flexibilidade para registrar as diferenças entre as localidades e, com isso, encontrar melhor precisão para avaliações das gestões das políticas e os desenvolvimentos das respectivas governanças nas redes institucionalizadas.

As etapas metodológicas para a construção e mensuração dos indicadores e qualificação e análise comparativa das políticas de agroindustrialização estão delineadas em 9 fases, e, a partir dessas foram construídos as principais variáveis de análises e seus indicadores a serem analisados no acompanhamento de políticas públicas de agroindústrias nos assentamentos rurais, como demonstra o quadro 2. Os pesos de cada variável e indicador, a validação e mensuração dos indicadores, a coleta dos dados e análise comparativa entre assentamentos rurais são caminhos subseqüentes a este trabalho e devem seguir suas propostas teóricas e metodológicas e incorporar as especificidade de cada localidade:

1. Definir as Categorias de Análises da Política:

Selecionar as variáveis-macros para análise nacional da Política. Consideraram-se como *categorias de análise* os aspectos significativos do ponto de vista dos valores, princípios e objetivos da política;

2. Construir os indicadores para cada categoria de análise (variáveis - meso):

Serão variáveis de nível meso de análises da política. Sairão do ambiente macro, mais amplo para níveis mais explicativos;

3. Delimitar as variáveis de análises para cada indicador:

Definição de quais variáveis-micros explicam os indicadores e que serão observadas na pesquisa de campo. Etapa fundamental para construção dos instrumentos para os levantamentos de campo;

4. Propor a forma de validação dos indicadores a partir da pesquisa de campo:

Etapa de confrontação dos resultados das pesquisas de campo com os indicadores propostos. Serão utilizadas ferramentas estatísticas e da pesquisa participativa com os grupos focais, a equipe de trabalho e os gestores da política, que são fundamentais para a validação e aprimoramentos dos indicadores, dos questionários, da forma de aplicação e da análise dos resultados;

5. Determinar os pesos (relevância) de cada variável de análise e dos indicadores:

Etapa participativa de construção da relevância (importância) de categorias e indicadores analíticos. Construção ao olhar dos gestores da política e da equipe executora do projeto;

6. Delimitar os níveis qualitativos de eficácias dos indicadores:

Esta etapa consiste em mensurar a eficácia do indicador da Política a partir dos resultados auferidos no campo. Consiste em classificar em níveis de eficácia (muito bom, bom, razoável, entre outros) o resultado de campo referente ao indicador analisado. Esta fase da avaliação consiste no apontamento, por parte do(s) gestor (es) e grupos focais do projeto ou programa da política pública analisada, da eficácia de cada indicador

pontuado. Essa é a fase de avaliação do(s) gestor (es) sobre a colaboração de cada indicador para a ação de política pública implementada por meio da análise do efeito que este provoca na rede.

A avaliação do gestor consiste em atribuir as seguintes notas: 1 para efeito ineficaz do indicador, 2 para efeito moderado do indicador (moderada eficácia) e 3 para um bom efeito (boa eficácia). Esses números (1, 2 ou 3) serão as notas para cada indicador avaliado e, por isso, serão seus multiplicadores. Isto é, a nota do gestor para cada efeito provocado será multiplicada pelo peso final de cada indicador e da categoria de análise;

7. Definir os parâmetros e os procedimentos de mensuração dos indicadores:

Multiplicar o peso da variável pelo do indicador pelo nível qualitativo de eficácias dos indicadores. O resultado será um percentual da multiplicação máxima possível, isto é, um nível de pontuação obtida no determinado indicador. Deverá ser somados aos demais valores ou resultados das outras multiplicações (dos demais indicadores). Assim, haverá um resultado final, consequência da somatória de pesos finais (multiplicações) para cada indicador, e que apontará o grau de eficácia;

8. Definir o processo Qualitativo de Avaliação da Política para os dados a serem coletados através da Análise Participativa: e,

O grau de eficácia será determinado pelo tamanho da participação percentual dessa somatória de pesos finais em relação ao total possível. O quadro seguinte mostra a classificação qualitativa da eficácia para programas de segurança alimentar conforme percentual da soma dos valores finais dos indicadores.

Quadro 1. Classificação qualitativa da eficácia do programa de política pública de segurança alimentar (percentual da soma de valores finais dos indicadores).

Pontuação do Indicador (%)	Classificação Qualitativa da Política ou do Programa
0% a 25%	Ineficaz
26% a 50%	Pouca eficácia
51% a 75%	Moderada eficácia
76% a 100%	Muita eficácia

Fonte: Paulillo, Almeida (2008).

9. Análise comparativa entre redes de segurança alimentar:

Delimitada através da pontuação de cada local ou rede estudada, sendo a análise alimentada pela observância das especificidades das localidades.

Quadro 2. Indicadores para avaliação das iniciativas agroindustriais em assentamentos rurais.

Categorias de Análises	Indicadores
1. Caracterização de Segurança Alimentar da família:	1.1. Nível de Segurança Alimentar da Moradia;
2. Características Sócio-Demográficas e Escolaridades da família:	2.1. Moradores no domicílio;
	2.2. Idade média dos moradores;
	2.3. Escolaridade do chefe da família;
	2.4. Criança freqüenta creche ou escola;
	2.5. Escola oferece refeição. Quantas/dia;
	2.6. Transporte Escolar é gratuito;
3. Características sócio-econômicas do Assentamento e seu entrono regional:	3.1. População urbana e rural na região do assentamento;
	3.2. Produção agrícola, área plantada e colhida e produtividade por produtos do assentamento e da região;
	3.3. Produção de origem animal do assentamento e da região;
	3.4. PIB regional e preços básicos segundo os ramos de atividades;
	3.5. Número das famílias assentadas e ano de criação;
	3.6. Perfil agrário do assentamento e região;
	3.7. Perfis das agroindústrias locais e regionais;
	3.8. Perfis dos canais de comercialização locais e regionais.
	3.9. Valoração do autoconsumo dos assentados;
4. Trabalho e Renda Familiar:	
	4.1. Ocupação do chefe da família;
	4.2. Alguma criança menor tem algum trabalho fora de casa;
	4.3. Renda Total da Família;
	4.4. Renda Média <i>per capita</i> familiar;
	4.5. Gastos mensais com alimentação;
	4.6. Comprometimento da renda familiar com alimentação;
	4.7. Renda total familiar permite se alimentar até o final do mês com;
	4.8. Importância do recebimento do leite do governo estadual para alimentação;

5. Moradia e Saúde:	5.1. Propriedade da residência;
	5.2. Número de Cômodos;
	5.3. Proveniência da água;
	5.4. Existe banheiro/privada na casa;
	5.5. Número de cômodos para dormir;
	5.6. Tipo de esgoto sanitário;
	5.7. Destino dado ao lixo domiciliar;
	5.8. Número de Refeições por dia;
	5.9. Tipo de Refeições;
	5.10. Antrometria dos filhos menores;
	5.11. Nos últimos 6 meses alguém da família foi internada com problemas crônicos;
	5.12. Problema de álcool ou cigarro na residência (menores e idosos);
	5.13. Local da moradia;
6. Redes de Proteção Social:	
	6.1. Recebem ajuda em forma de alimento de alguma instituição para sua alimentação ;
	6.2. Tipo;
	6.3. Recebeu nos últimos 6 meses alguma ajuda de dinheiro;
	6.4. Proveniência da ajuda;
	6.5. Início da ajuda;
	6.6. Alguma vez esses benefícios foram interrompidos;
	6.7. Participa de Alguma Organização Social (entidades sociais onde recebe os benefícios);
	6.8. Quais atividade são desenvolvidas nessas entidades
7. Formas de Trabalho e Produtos nas Agroindústrias Rurais:	
	7.1. Localização da agroindústria;
	7.2. Caracterização (tipos) da mão-de-obra utilizada;
	7.3. Percentual da mão-de-obra familiar no total;
	7.4. Custos com mão-de-obra;
	7.5. Terceirização e Pluriatividade;
	7.6. Principais matérias-primas agrícolas e origens;
	7.7. Produtos finais;
	7.8. Produtos intermediários;
	7.9. Características dos Processos;
	7.10. Índice de Produção Agroecológica;
	7.11. Saúde e higiene dos produtos;
	7.12. Aparência dos produtos;
	7.13. Embalagem Segura e Atraente para venda;
	7.14. Validade dos produtos;
	7.15. Características gerais do produto: aroma, cor, textura, sabor e facilidade de uso e manuseio;
	7.16. Atendimento ao consumidor pós venda e garantia de origem e inspeção dos produtos;
	7.17. Diferenciação dos produtos no mesmo escopo de produção;

8. Aspectos Tecnológicos da Produção Agroindustrial:	8.1. Nível de sofisticação e automação do processo;
	8.2. Modelo tecnológico (compatibilidade dos equipamentos com a produção prevista e a mão-de-obra disponível;
	8.3. Tecnologia de informações (conhecimento técnico, da organização da produção, da dinâmica do mercado, etc.)
	8.4. Tecnologia de gerenciamento;
	8.5. Especialização e capacitação da mão-de-obra no processo e no campo;
	8.6. Reaproveitamento de resíduos do processo industrial e no campo;
	8.7. Técnicas de controle da qualidade;
	8.8. Gestão da Qualidade Total;

9. Aspectos Econômicos e dos Canais de Comercialização:	9.1. Mensuração e detalhamento dos custos (produção, processamento, distribuição e de transação);
	9.2. Formas e condições de financiamentos;
	9.3. Escala e escopo de produção;
	9.4. Preço de venda;
	9.5. Lucratividade e agregação de valor por produto agrícola;
	9.6. Renda total;
	9.7. Salários Médios ou distribuições de lucros;
	9.8. Comparativo de renda obtida com valores em salários mínimos;
	9.9. Níveis comparativos de condições de vida em relação ao anterior;
	9.10. Tipos de canais de comercialização;
	9.11. Percentuais de cada canal de comercialização;
	9.12. Preço e lucratividade média por canal de comercialização
	9.13. Custos de transação por canal;
10. Recursos Organizacionais:	10.1. Formas de Organização para produção e comercialização;
	10.2. Formas de especialização e capacitação da mão-de-obra;
	10.3. Estrutura organizacional;
	10.4. Utilização de infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas e informações compartilhadas);
	10.5. Estratégias de produção (parcerias, terceirização, sub-contratação, marca própria, contratos, entre outros);
11. Organização Política	11.1. Formas de organização política;
	11.2. Poder das organizações políticas (representação e política);
	11.3. Relação com o poder local;
12. Recursos Jurídicos e Constitucionais:	Leis, regras, normas, sanções legitimizadas, corpo jurídico próprio ou da organização;

13. Recursos Sociais;	Referentes aos elementos de conexão das redes (centralidade, regras, etc) e as características dos membros;
14. Recursos Simbólicos	Baseados sobre conhecimento e o reconhecimento, como a imagem, como a imagem da marca (<i>goodwill investment</i>), a fidelidade à marca (<i>brand loyalty</i>), etc.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, L.M. **Construção de indicadores de eficácia e identificação dos entraves institucionais nas redes e programas de segurança alimentar criados em municípios paulistas**. Projeto de Pós-Doutorado FAPESP. FEAGRI-UNICAMP, 2007.

CUNHA, A.R. et al. Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP. 2000, p. 183-208.

FUKUYAMA, F. **A Grande Ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PAULILLO, L.F.; ALMEIDA, L.M.; SILVA, V. et. alli. **Eficácia e Coesão Social do Projeto "Viva Leite" do Governo do Estado de São Paulo**. Relatório de pesquisa científica, UFSCar/IEA/Codeagro, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2008.

PAULILLO, L.F. **Complexos Agroindustriais e Redes Políticas: as transformações no território citrícola brasileiro - uma abordagem do novo institucionalismo e da nova localização**. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Econômica). Unicamp/Instituto de Economia, Campinas, 2000.

PAULILLO, L.F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização. In: PAULILLO, L.F. et. alli. **Reestruturação Agroindustrial, Políticas Públicas e Segurança Alimentar Regional**. São Carlos: Edufscar, 2002. p.23-48.

REED, M. Teorização Organizacional: um Campo Historicamente Contestado. In: CLEGG, S.; ROMANO, J. Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas. **Mundo Rural e Política** - Ensaio Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p.209-242.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E SEUS DESAFIOS

Ana Lúcia Valente¹

Resumo: Discute-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e os desafios para a sua operacionalização. Três são os aspectos ressaltados: a disciplina Extensão Rural (ER) nas grades curriculares de cursos de graduação, tomando como exemplo a experiência desenvolvida na Universidade de Brasília (UnB); o compromisso estabelecido de respeitar a pluralidade e as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, destacando os impasses no atendimento às comunidades quilombolas, com base em resultados de pesquisa junto ao Território Kalunga, no noroeste de Goiás; a análise das demandas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), apresentadas durante o seminário recentemente realizado sobre o estado da arte do ensino em ER. Considerando que a ER possui uma interface muito expressiva com a educação rural ou educação no campo, procura-se estabelecer algumas articulações entre suas dinâmicas e a produção da escola pública contemporânea.

Palavras-Chave: Extensão Rural; Diversidade Cultural; Educação.

Abstract: *It is debated the National Policy on The Technical Assistance and Agricultural Extension (PNATER) and the challenges of its function. Three key actions are emphasized: update the graduation courses curriculum including the Rural Extension (ER) discipline, adopting as a model the experience developed in the University of Brasilia (UnB); accomplish the established commitment to respect the country's plurality and the diversities in the social,*

¹UnB – Universidade de Brasília.

economic, ethnic, cultural and environmental areas, highlighting the difficulties met with the support to quilombolas communities, as indicated by the results from the survey held in the Kalunga Territory, in the northwest of Goiás; scrutinize the analysis on the requirements from The Federation of Agricultural Workers (FETRAF), The National Confederation of Agricultural Workers (CONTAG), The Landless Workers Movement (MST) and The Small Family Farmers Movement (MPA), presented in the seminary recently held regarding the status of art education in ER. Since ER has a very expressive interface with the rural areas or farming communities' education, there is an attempt to establish some interrelationships between its dynamic and the contemporary public school services.

Keywords: *Agricultural Extension; Cultural Diversity; Education.*

Introdução

Poucos anos depois de formulada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)², qual avaliação pode ser feita? Desde logo, deve-se afirmar que sua proposição representa um avanço a ser festejado. Por outro lado, é bom lembrar que na perspectiva temporal existe o impedimento para a avaliação segura de seus principais efeitos. Sem dúvida há que se considerar o legítimo espaço reservado à utopia na formulação de uma política governamental. Entretanto, não se pode do mesmo modo negligenciar as dificuldades efetivas para a sua operacionalização. Por essa razão, o que aqui se propõe, mesmo que superficialmente, é um exercício prognóstico.

Segundo Stein et al. (2006), o processo de adoção e implementação de políticas públicas nos países latino-americanos é sempre influenciado pelas instituições, práticas políticas, a história, as crenças, e as atitudes de uma variedade de atores implicados em interação complexa. Dessa maneira, torna-se bastante delicada a sua análise. Porém, seis características ou aspectos-chave das políticas públicas destacados pelos autores possibilitam uma aproximação mais segura. São elas: 1) estabilidade; 2) consideração do interesse público; 3) adaptabilidade; 4) coerência e coordenação; 5) qualidade na aplicação e na implementação e; 6) eficiência.

No tocante à primeira característica, alertam os autores que "ter políticas estáveis

²Sistematizada no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, junto ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER.

não significa que as políticas não possam sofrer alterações" (STEIN et al., 2006, p.135), mas que as mudanças sejam gradativas, aproveitem as realizações de administrações anteriores e sejam alcançadas através de consenso. À luz deste aspecto, a PNATER propõe a ruptura com o paradigma difusionista, baseado nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, cujos resultados negativos são inegáveis, mas que remonta ao início dos serviços de ATER, em 1948, no contexto de pós-guerra, sob influência norte-americana. Por princípio, a política propõe a adoção de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia, com abordagem multidisciplinar e interdisciplinar e enfoques metodológicos participativos. Porém, herda toda a estrutura e processo formativo dos seus quadros, que justamente colocam em xeque essa intenção.

Quanto à consideração do interesse público, em consequência da história da ATER no país, é possível que seja refratário às "metodologias participativas" e à "transição agroecológica", que demanda tempo de muitos que não podem mais esperar. Ao abarcar a diversidade social, étnico-cultural, ambiental e territorial - "agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros" – torna-se ainda mais complexo o desafio de romper com o paradigma do passado. Para a viabilização do diálogo, desde logo se impõe o debate sobre a educação que lhes é oferecida. E, como se sabe, sobre a educação no campo há muitas controvérsias... Sob as condições atuais, os princípios agroecológicos podem mascarar um "novo difusionismo", que nega a diversidade que se pretende atender. Neste aspecto, em particular, essa negativa sugere uma opção regionalista e localista, parafraseando Malagodi (2007). Além disso, "técnicas participativas" podem ser antidemocráticas, bem como promotoras de conhecimento míope sobre a realidade. Corre-se, portanto, o risco de a adaptabilidade da política ser comprometida: "países com baixa adaptabilidade das políticas públicas serão incapazes de responder adequadamente a choques, ou podem ficar presos em políticas inadequadas por amplos períodos de tempo" (STEIN et al., 2006, p.134).

A qualidade na aplicação e implementação da política não envolve apenas um problema administrativo ou técnico para a execução de ações. É etapa fundamental, porque a política feita de discursos e palavras deve ser concretizada e tornar-se realidade palpável. Nessa perspectiva, como afirmei em outra oportunidade, para que o "discurso oficial" se materialize na prática de gestão exige-se deixar de viver num "mundo de faz-de-conta": faz-de-conta que após mais de meio século de práticas difusionistas, inspiradas por teorias evolucionistas do século XIX, práticas participativas as substituam; faz-de-conta, que todos os agricultores familiares têm expectativas positivas em relação à ATER; faz-de-conta que os atendidos são os que mais precisam; faz-de-conta que nesses segmentos empobrecidos há condições

para se optar pelo enfoque agroecológico; faz-de-conta que esse é o melhor e único enfoque; faz-de-conta que os cursos universitários que mantêm em sua grades curriculares a disciplina ER têm compromisso com sua proposta; faz-de-conta que extensionistas são formados para atender ao público alvo da PNATER; faz-de-conta....(VALENTE, 2009).

Finalmente, a sexta e última característica das políticas públicas proposta por Stein et al. (2006) é a eficiência. Segundo estes autores uma política pública é eficiente na medida em que os retornos sociais são alcançados mediante a alocação de recursos escassos. Embora estejam previstos recursos financeiros para viabilizar as ações se ATER requeridas, a serem incluídos no Plano Plurianual – PPA e no Orçamento Geral da União – OGU, pode-se imaginar o contingente de famílias que reclamam por esses serviços. Para se ter uma idéia, podemos tomar por referência a demanda potencial e demanda social em sua expressão política por Reforma Agrária (RA).

Gasques e Conceição (1998) estimaram a demanda potencial por RA em aproximadamente 4. 515. 810 famílias, que estaria concentrada na região Nordeste. Esse número foi atualizado por Del Grossi e Gasques (2000), aprimorando as metodologias empregadas no estudo anterior. De acordo com dados do Censo Agropecuário 1995-96³ e da PNAD, aproximadamente 65% dos proprietários de estabelecimentos brasileiros não possuem a quantidade mínima de área estabelecida pelo INCRA nos assentamentos rurais. Entre estes, é expressivo o número daqueles que têm acesso precário à terra. Para os pesquisadores,

[...] o maior público potencial para políticas agrárias é o das famílias sem nenhum acesso à terra, representado pelas famílias de assalariados ligados ao processo de produção agropecuária. No total, entre famílias agrícolas e pluriativas, tem-se um contingente de 3 067 361 famílias assalariadas, sendo que 2 636 014 destas vivem prioritariamente das rendas oriundas da agricultura (2000, p.19).

Entretanto, o público que exigiria ações mais emergentes seria o formado pelos sem-terra e sem-emprego do meio rural brasileiro que, em 1995, representava 64.670 famílias. De qualquer maneira, as estimativas do público para a RA podem variar segundo o critério utilizado. Somando-se o número das famílias que vivem da

³É preciso relativizar esses dados antigos e pouco confiáveis, considerando-se as mudanças operadas no campo nos últimos dez anos. A expectativa é que o novo levantamento iniciado em 16 de abril de 2007 possa permitir análises atualizadas e mais seguras.

agricultura ao dos desempregados rurais e ao daqueles que têm área insuficiente ou precário à terra ter-se-ia um público total de 6,1 milhões de famílias.

Ao passar para a apresentação de dados da realidade, que reafirmam a tendência de que a PNATER tem poucas chances de atingir os resultados esperados, tal como foi formulada, o texto a examina a partir de três ângulos: o processo formativo de agentes de ATER; a capacidade de gestão das políticas públicas pelos órgãos governamentais; a demanda e avaliação dos movimentos sociais. Divide-se em três seções antes da parte conclusiva. Na primeira, reporto-me à experiência desenvolvida na Universidade de Brasília (UnB), como responsável pela disciplina Extensão Rural. Na segunda, com base em resultados de pesquisa junto ao Território Kalunga, no noroeste de Goiás, destaco os impasses no atendimento às comunidades quilombolas. Na terceira, teço comentários analíticos sobre as demandas apresentadas durante seminário recentemente realizado sobre o estado da arte do ensino em ER por organizações de trabalhadores da agricultura familiar.

Extensão Rural e Processo de Construção do Conhecimento: Uma Experiência Didática

A experiência como professora da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV), na Universidade de Brasília (UnB), responsável por lecionar a disciplina obrigatória Extensão Rural (ER) para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Florestal, permitiu a percepção da resistência e/ou indiferença dos alunos quanto ao seu conteúdo – que desconhecem – e o alheamento ante às características do "rural", palavra-chave. Por essa razão, no sentido de justificar a disciplina na grade curricular para os alunos dos três diferentes cursos de graduação, adveio a necessidade de que bons argumentos fossem utilizados, como condição para que fossem obtidos bons resultados no processo de ensino-aprendizagem. Com essa preocupação, tem sido indispensável promover o nivelamento teórico e conceitual que supere as concepções de senso comum e que permita a compreensão do processo de construção do conhecimento, que é atrelado às necessidades sociais. Essa exigência explica-se porque no processo formativo do alunado, apenas as disciplinas Sociologia Rural e Introdução à Economia são pré-requisitos obrigatórios, que definem o primeiro e único contato com o campo das ciências humanas. Impõe-se, então, facilitar o reconhecimento e o restabelecimento dos vínculos entre as dimensões universal e singular da existência humana.

Nessa perspectiva, o processo histórico de construção do saber pelos homens é tomado como foco, o que permite o questionamento dos limites artificiais entre as

várias ciências e a definição do "lugar" em que todas se encontram: todas as ciências são humanas. Em decorrência disso, também é questionado o potencial formativo da disciplina ER, num contexto em que as fronteiras entre as ciências se mantêm, quando o "outro", marcado pela diversidade cultural (VALENTE, 1999), por diferente formação educacional e por inúmeras trajetórias de vida, é o desafio epistemológico. E mais: quando esses alunos são "outros" para aqueles com os quais vão interagir. Entretanto, essa percepção, embora aparentemente óbvia, não é alcançada com facilidade, exigindo-se um esforço que recupere ao nível do pensamento a história da formação humana e as conseqüências da especialização e da banalização do conhecimento, que atingem tanto os alunos como os professores. Muitos destes contribuem para a difusão de uma imagem não histórica e não contraditória da sociedade e das coisas, ao utilizarem como material de apoio ao seu trabalho docente recursos didáticos também marcados pela especialização do saber, mesmo porque foram formados a partir de igual lógica.

Por essa razão é compreensível que os alunos dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Florestal não reconheçam nas disciplinas vinculadas às chamadas ciências humanas – como a Sociologia e Economia – qualquer importância, não entendam "pra que isso serve" na sua formação e considerem "chato" e "inútil" o conhecimento produzido nesses campos, também especializados. Nesse aspecto, a suposição de que nas ciências humanas toda opinião de senso comum é aceitável e não passível de crítica sustenta-se na concepção de que sejam desprovidas de métodos e rigor analítico como todo saber científico, além de serem consideradas muito "subjetivas".

Como afirmei em outra oportunidade (VALENTE, 2004), assim como é um equívoco estabelecer o dualismo entre técnica e teoria, nada justifica a dicotomia entre objetividade e subjetividade. Como produções humanas, implicam-se mutuamente: o conhecimento objetivo, acessível e verificável por todos os homens, é produto da "filtragem" do que é subjetivo. Por sua vez, a subjetividade também é condição da objetividade, na medida em que expressa relações humanas concretas. Quando essa relação intrínseca deixa de ser pressuposto - desconsiderando que o homem age e pensa a sua ação construtora e transformadora da sociedade, da cultura e da história – a subjetividade, incapaz de ser objetivada, confina-se ao irracionalismo, ao campo do já sabido, da mesmice. Estabelece-se contra qualquer expectativa de que seja produzido conhecimento para além da mera constatação. Sem compromissos com a superação do senso comum, não se chega a lugar algum, desencaminhando propostas efetivas de transformação da realidade.

No campo das ciências humanas, é bem verdade, há quem advogue para a subjetividade estatuto metodológico, numa opção teórica diferente daqueles que

atentam para o movimento da sociedade e que também consideram um equívoco reivindicar apenas para alguns campos a capacidade de produzir conhecimentos "objetivos". Por isso, não é de se estranhar a "surpresa" em relação à professora de ER, formada no campo da Antropologia, partilhando supostamente da "inutilidade" e "subjetividade" atribuída àquelas. Mas vale ressaltar que a história e a proposta da ER (BRASIL, 2004), inserida no contexto da formação de alunos dos referidos cursos, potencializam a superação da dicotomia teoria-prática, colocando em xeque outros dualismos, como objetividade *versus* subjetividade; urbano *versus* rural, em referência a espaços que não se opõem em signos de modernidade capitalista.

Porque as instituições de ensino passaram a ser consideradas máquinas de inserir jovens no mercado de trabalho, torna-se mais importante ali sobreviver, obtendo créditos que permitam a conclusão dos cursos, do que aprender o conhecimento acumulado pela humanidade e reconhecer que todos estamos implicados nesse processo. Isso explica a indiferença em relação ao conteúdo das disciplinas, a falta de interesse em compreender a razão de ser das disciplinas na grade curricular dos cursos de graduação e o não questionamento de sua obrigatoriedade. Ao não difundir sentido, deixando de portar um projeto social que forneça esse sentido, essas instituições veiculam, sem crítica, prática e discurso mistificadores que reproduzem as relações desiguais vividas entre os homens, sem conseguir fornecer instrumentos importantes aos alunos para compreenderem e viverem nessa sociedade, quando egressos da instituição de ensino superior.

Considerando que a avaliação da disciplina ER pelos alunos tem sido substantiva e positivamente modificada quando novos elementos são oferecidos à reflexão – muitos alunos afirmando que poderiam ter melhor aproveitado seu processo de formação, se tivessem atentado para essas questões –, é possível afirmar que a reinvenção do sentido da formação recebida nessas instituições e da sociedade não é sonho, nem tarefa impossível (VALENTE, 2006).

Em Território Kalunga⁴

A história agrária recente do território kalunga⁵ tem como marco legal importante

⁴Ver Valente (2007).

⁵O Território Kalunga com área de aproximadamente 253.000 hectares abrange parte dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Localiza-se no nordeste goiano, nos platôs e vales serranos da Chapada dos Veadeiros, às margens do rio Paranã, afluente do Tocantins, a aproximadamente a 300 km de Brasília (DF) e a 500 km de Goiânia (GO).

a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁶ e nos artigos 215⁷ e 216⁸. Desde 1991, toda área ocupada por esta comunidade foi reconhecida oficialmente pelo governo do estado de Goiás como Sítio Histórico: o Patrimônio Cultural Kalunga. O envolvimento em conflitos fundiários pela posse e uso da terra; as condições financeiras da comunidade abaixo do nível de pobreza, o baixo índice de escolaridade e alto índice de analfabetismo são problemas históricos que se abatem sobre a comunidade, a demandar soluções prioritárias.

O Governo Federal tem procurado somar esforços na tarefa de regularizar as terras ocupadas por descendentes de antigos escravos negros e, em 1991⁹, as primeiras iniciativas governamentais no sentido de assegurar às comunidades quilombolas a propriedade da terra tiveram curso por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Em 2003, após a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O INCRA voltou a assumir a dianteira nesse processo e para garantir a viabilidade de execução do conjunto dessas políticas, foi prevista a capacitação dos funcionários e gestores, além da elaboração de novas normatizações sobre os procedimentos de regularização fundiária e as ações voltadas para a criação de infra-estrutura local e de programa de ações produtivas e de segurança alimentar específicos¹⁰.

Desde a popularização dos programas de renda mínima, alguns kalungas recebem cestas básicas, oferecidas pelo Governo Estadual, substituídas pelo Cartão

⁶Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes o título respectivo.

⁷Garante o pleno exercício dos direitos culturais dentre os quais a proteção às manifestações culturais afro-brasileiras.

⁸Reconhece o patrimônio cultural constituído por bens de natureza material e imaterial aos grupos negros que entraram em nossa formação.

⁹Entretanto, de 1999 a 2002, ao ser atribuída ao Ministério da Cultura a competência para o cumprimento da disposição constitucional - que delegou a competência para a Fundação Cultural Palmares - FCP, o INCRA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e outros órgãos paralisaram todas as ações em curso, causando prejuízos de custo financeiro e político, além do desmonte das equipes que começavam a criar procedimentos para lidar com a temática.

¹⁰O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) prevê uma ação fundiária específica para essas populações, incorporando demandas distintas daquelas apresentadas pelos acampados e assentados.

Alimentação. Iniciativas do governo estadual existiram para a capacitação técnica pecuária por intermédio da Agência Rural, mas estas ações não tiveram continuidade e por isso não surtiram efeitos na comunidade. Parte significativa das atividades econômicas dos kalungas assumiu papel secundário ou até mesmo algumas foram abandonadas devido ao reduzido controle do território e a políticas públicas de segurança alimentar que resultaram numa diminuição da produção de alimentos. Apesar da entrega mensal de cestas básicas, na Comunidade Kalunga existe uma situação de insegurança alimentar (VALENTE, 2007b). Os programas sociais não exigem contrapartida e quando o fazem não há acompanhamento e monitoramento, transformando-se em políticas assistencialistas.

O MDA tem sido considerado por antropólogos¹¹ que estudam territórios quilombolas aquele que mantém a listagem mais completa e segura de comunidades de quilombos, permanentemente atualizada pela Assessoria de Promoção de Políticas de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do ministério à medida que as informações vão chegando das mais diversas fontes. No entanto, na avaliação desses mesmos antropólogos, percentual pequeno das informações é procedente das próprias comunidades. Pode também ser considerado o ministério que tem desenvolvido as ações mais coerentes, em que pese a inserção dos quilombolas como público beneficiário ser bastante recente, uma vez que para eles a questão fundiária é crucial. A principal demanda da comunidade é a regularização da terra.

Em relação ao apoio às atividades produtivas, destaca-se a inclusão dos quilombolas no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF B. Entretanto, mesmo mobilizados na luta pela terra, os kalungas possuem pouca representatividade e uma incipiente prática organizativa. Em que pese essa dificuldade, a comunidade é beneficiada pelo serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que repassa adubo e maquinário para as atividades agrícolas. Ao que tudo indica, as atividades ali desenvolvidas têm forte inspiração difusionista e, portanto, estão longe de se pautarem pelas novas diretrizes da PNATER.

Em julho de 2004, na última seleção de projetos do PRONAF Capacitação, foi pela primeira vez inserida no edital uma linha específica para o Etnodesenvolvimento. O MDA apresentou como exigência às entidades proponentes, na maioria das vezes ONG's, a anuência das comunidades às quais os projetos seriam destinados. Este procedimento mostrou-se ineficiente por desconsiderar o analfabetismo, a falta de informação e a suscetibilidade à manipulação política, o que significa dizer que as

¹¹Há mais de trinta anos, os antropólogos vêm construindo uma tradição marcada pelo profundo conhecimento de problemas específicos que envolvem grupos negros rurais.

comunidades quilombolas não estão "empoderadas"¹² para acessar as políticas públicas, que apenas recentemente incorporaram as demandas apontadas por diversos estudiosos e pelo Movimento Negro. O MDA lançou também o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Este programa oferece instrumentos como crédito para investimento, capacitação, assistência técnica e extensão rural. Para a implantação do Programa, o MDA conta com o apoio da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede TRAF - para os beneficiários do PRONAF, incluindo os quilombolas. Embora o território Kalunga se encontre numa zona com alto potencial turístico, nenhuma ação foi direcionada nesse sentido, desconsiderando o que já existe no território, a dinâmica local, ou ainda o "desvelamento do valor" (VALENTE, 2005) das atividades ali realizadas, por meio da valorização e legitimação do que é produzido.

No Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF foi instituído um comitê permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. A idéia central é fomentar e fortalecer a participação dos quilombolas nas instâncias locais de decisão. Em cada um dos municípios que abriga o território Kalunga existe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, mas não ocorre a participação efetiva de representantes de diversos segmentos, não havendo com isso mudanças no ambiente institucional.

A mobilização institucional evidenciou flagrante desconhecimento do real universo de comunidades quilombolas nos órgãos responsáveis pela formulação de políticas públicas. Ali as informações relativas às comunidades quilombolas são precárias. Há ausência de políticas públicas adequadas de reconhecimento dos territórios e de garantia do acesso a direitos sociais e econômicos. A destinação de recursos para empreender as ações necessárias é escassa. Embora as políticas públicas voltadas para os territórios quilombolas sejam recentes e estejam em diferentes momentos de implementação, verifica-se que os esforços na sua elaboração não vêm considerando o acúmulo de conhecimento gerado em torno desta questão, especialmente aquele produzido no campo antropológico. A começar pela real intenção de artificializar esses territórios por meio de intervenções governamentais precipitadas e sem a devida reflexão, contrariando a concepção do território como construção social. Os principais problemas na implantação dessa política são: o excesso de burocracia e a desorganização administrativa ou falta de articulação governamental. Há interesses

¹²Trata-se de neologismo criado a partir da expressão empowerment, empregada pelos organismos internacionais. Entretanto, essa expressão está sujeita à crítica, tanto do ponto de vista teórico quanto operacional.

políticos conflitantes tanto no âmbito do governo federal com o estadual, quanto do estadual com o municipal, com ocorrências de conflitos entre os níveis de representação e internamente. Existem também problemas de gestão nos diferentes órgãos da esfera federal, configuradas por meio de sobreposições de ações e indecisões quanto às reais competências de cada instituição.

O discurso que vem sendo construído pelos gestores das políticas públicas, de promoção do desenvolvimento territorial, de respeito à lógica e conhecimentos locais, tem se mostrado, na prática, incoerente, senão falacioso. Mas não resta dúvida de que a recente proposição e a implantação de políticas públicas para as comunidades quilombolas representam num avanço. De qualquer maneira, há indícios das dificuldades enfrentadas por gestores cheios de "boas intenções", mas sem formação teórica ou capacitação para tratar da temática. Para a superação desses obstáculos, no MDA, a colaboração dos antropólogos foi solicitada. Entretanto muitos gestores são refratários a essa colaboração capaz de colocar em xeque sua própria posição na estrutura de poder.

A Avaliação dos Demandantes

As demandas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), apresentadas durante seminário recentemente realizado sobre o estado da arte do ensino em ER, sinalizam uma percepção clara e ainda mais dramática sobre os desafios de concretização da PNATER. Com razão, nas palavras de um dos representantes, "o buraco é mais embaixo" e o problema estaria no início da formação escolar. As experiências de ensino relatadas naquela oportunidade, relativas ao ensino superior, seriam, então, um conseqüência previsível da forma como se organiza o processo educativo no país. A seu turno, a avaliação da experiência vivida por agricultores familiares vem ao encontro de análises produzidas no âmbito da História da Educação.

A produção da escola pública contemporânea faz parte ativa do processo de produção da sociedade capitalista, sob o monopólio, e tem sido vital para assegurar seu equilíbrio e manter viável a reprodução do capital. Segundo Alves, (2004, p.191), sob "as condições presentes, (...) a expansão escolar, passível de progressiva intensificação através da super-exploração capitalista e da produção acentuada de excedentes, é, ela própria, um indicador do grau de parasitismo atingido por uma nação". Outras funções sociais complementares são agregadas à escola como: o controle dos níveis de emprego, prolongando a permanência de crianças e jovens; a

liberação da mulher para o trabalho; servir como refeitório para a sua clientela como forma de complementação salarial, subsidiada pelo Estado para a reprodução da força de trabalho e; local de lazer e convivência social para crianças e jovens. Contraditoriamente, o parasitismo, cujo indicativo é a expansão escolar, se faz acompanhar da expansão de atividades produtivas ao estimular "necessidades que determinam a expansão da indústria de construção, da indústria de papel, da indústria editorial, da indústria de móveis, da indústria de lápis, de canetas, de cadernos, de borrachas etc." (ALVES, 2004, p.192).

Já na segunda metade do século XIX, a proposta burguesa de escola única, universal e gratuita ganhou força, passando a atender à classe trabalhadora, além dos filhos da burguesia. Contudo, quando a escola burguesa chegou aos trabalhadores, a formação pleiteada passou a ter seu conteúdo progressivamente degradado. O saber ao qual os trabalhadores passaram a ter acesso sofreu um processo de fragmentação e esvaziamento que tornava impossível a compreensão do caráter histórico da sociedade em que viviam. Ao processo de fragmentação do conhecimento corresponde a crescente especialização em campos científicos cada vez mais delimitados. Não por acaso, a expansão escolar, justificada pela defesa da democratização do ensino, tem correspondido apenas ao aumento quantitativo das redes escolares públicas, desmistificando a escola como "casa do saber".

Nas duas últimas décadas do século XX, os sistemas escolares passaram a funcionar numa lógica econômica que se exprime concretamente pela coordenação entre planificação econômica e planificação escolar: o sistema escolar passou a ser pensado como uma empresa. Além de responder às necessidades da economia, era preciso promover melhora de sua produtividade e rentabilidade. Espalhou-lhe um discurso sobre a qualidade e a eficácia e generalizou-se uma preocupação com a avaliação. No entanto, não é explicado o que vem a ser essa qualidade pretendida e a preocupação com a eficiência é manifestada através da crença de que *'quem conhece de perto é que pode propor'*, promovendo o crescente distanciamento entre teoria e prática. Essa transformação passou a ser denominada como a deriva neoliberal da escola, em nova perspectiva que conduz a obrigação de as instituições escolares responderem às demandas de sua clientela, com preocupação centrada em ocupar posições no mercado de trabalho.

O avanço das forças produtivas torna cada vez menos necessário o trabalho vivo, incorpora trabalho morto nas máquinas e equipamentos eletrônicos, simplificando progressivamente o processo de trabalho. Sob a alegação de que as pessoas estão sendo expulsas do mercado de trabalho, por não estarem qualificadas para as suas demandas, a educação passa a ser apontada como solução para a crise. Contudo, mesmo que existam funções que demandem maior domínio dos

trabalhadores, a qualificação exigida pelo mercado de trabalho é antes uma justificativa de sua expulsão e de sua não absorção ao mercado. Maior escolarização é preferida quando, em face de pequena demanda, a oferta de força de trabalho é grande. Essa simplificação dispensa trabalhadores qualificados, promovendo a especialização e, com ela, a perda da compreensão do processo de produção da existência. Mesmo admitindo-se que a produtividade daqueles que conseguirem trabalho possa ser aumentada com educação, "eles estarão sempre concorrendo entre si, e o salário dos que consigam empregar-se resultará antes de um processo de negociação em condições desfavoráveis do que de sua produtividade" (CORAGGIO, 1996, p.107).

Os processos especialização, naturalização e vulgarização do conhecimento atingem todos os níveis. Por isso, não basta sugerir que as instituições de ensino superior devam repensar a formação de agentes de ATER nas grades curriculares e metodologias de ensino. Os cursos nos quais há, por exemplo, o oferecimento da disciplina ER, são estruturados, com foco especializado, nas respectivas áreas do conhecimento, o que dificulta muito a compreensão da totalidade. Esta deve ser entendida, não como o "domínio de tudo", "do todo", do "contexto social", como equivocadamente tem sido interpretada, mas do movimento histórico, em pensamento, da sociedade capitalista.

Vale ressaltar que não se trata de considerar a especialização como algo condenável. Conforme Alves (2004, p.147, grifo do autor),

[...] na base das propostas de requalificação profissional há um equívoco: o de pôr em relevo a impressão geral de que a especialização profissional é negativa, ruim e não desejável aos trabalhadores. Em vez de focalizarem sobre o que a especialização profissional representa no sentido de aliviar o homem das formas mais desgastantes e penosas de trabalho, bem como o aumento da produtividade a ela associado, tais propostas reportam-se aos seus efeitos imediatos sobre o trabalhador, decorrentes da forma de apropriação pelo capital.

Em outros termos, a especialização não carrega em si a negatividade, mas ao perder de vista o processo de construção social da existência, impede a compreensão das necessidades e problemas humanos. Não comportaria maior gravidade se não provocasse a perda da compreensão da unidade do real, definida pela existência do homem. Ao serem aprofundados os conhecimentos numa área restrita, são abandonados os instrumentos que viabilizam a recuperação

intelectual, como experiência pensada, da ação humana, que tornaria possível evidenciar que as linhas demarcatórias entre as diversas ciências são artificiais. Entretanto, a transposição desse artificialismo não parece resolver-se a partir da mera somatória de conhecimentos acumulados em muitos campos científicos, numa perspectiva inter, multi ou transdisciplinar. Propostas que pretendem incorporar tal perspectiva produzem uma soma eclética de elaborações marcadas pela especialização, agravando os resultados da especialização. Ao invés de superá-la, essas alternativas "deixam de ser um corpo marcado pelo olhar enviesado de um especialista para tornar-se uma massa não integrada de conhecimentos, produzida por tantos olhares enviesados quantos forem os especialistas reunidos" (ALVES, 2004, p.151).

Deste movimento universal, não escapa a educação no campo, para a qual se reivindica a especificidade, mas que deve ser pensada sobre outro patamar (VALENTE, 2008).

A Guisa de Conclusão

No que diz respeito a políticas públicas que, especificamente, vêm sendo implementadas nos assentamentos, do mesmo modo devem partilhar com outros segmentos sociais as mesmas dificuldades. Orientação técnica, proposta agroecológica e segurança alimentar quando iluminadas pela dinâmica social, não possuem a garantia de direcionamento unívoco e desejado.

No tocante à PNATER, para fazer com que o discurso se transforme em prática há uma enorme distância a ser percorrida. E estará fadada ao insucesso se deixar de ser sistematicamente cotejada com a realidade histórica e negligenciar a busca de estratégias de concretização efetiva.

Referências

ALVES, G.L. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. 4ª Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Versão final: 25 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/ater/docs.htm>>. Acesso em: 13/01/2008.

CAPORAL, F.R. **Bases Para Uma Nova ATER Pública**, 2003. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em: 13/01/2008.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (Orgs.) **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. p.75-123.

DEL GROSSI, M; GASQUES, J. et.al. Estimativas das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos rurais no Brasil. **Texto para discussão**, IPEA, Brasília, n.741, p. 1- 24, 2000.

GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. A Demanda de Terra para a Reforma Agrária no Brasil. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, 1998, Fortaleza. In: **Anais...**, Fortaleza, 1998.

MALAGODI, E. **A Relevância da Questão Agrária na Atualidade**. Texto PDF, 2007.

STEIN, J. et al. **A Política das Políticas Públicas**. Progresso econômico e social na América Latina. São Paulo: Campus, Relatório, 2006.

VALENTE, A.L.E.F. A Extensão Rural e o "mundo do faz de conta". In: ALVES, G. (Org.) **Educação no Campo**: recortes no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009, p.63-88.

_____ A educação no campo e a sua realidade: por um outro patamar de discussão. **Ruris**, Campinas, v.2, n.2, p.43-69, 2008.

_____ Descompasso, desencontros e desconhecimento: as políticas públicas em território Kalunga. In: TONNEAU, J.P.; SABOURIN, E. (Orgs.) **Agricultura Familiar**: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, 195-297.

_____ (In)segurança alimentar em território Kalunga. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife. In: **Anais...**, UFPE, Recife, 2007b.

_____ Juventude universitária e processo de formação: uma análise de reações discentes à disciplina extensão Rural. In: FREITAS, M.C. de (Org.) **Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude**. São Paulo: Cortez, 2006. p.259-282.

_____ Desvelar valor: contribuição conceitual ao agronegócio. **Cadernos do CEAM**, Brasília, n.21, UnB, p.63-70, 2005.

_____ **Educação e Diversidade Cultural**. Um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna, 1999.

_____ As armadilhas da emoção. In: CENTENO, C.; BRITO, S. (Orgs.) **Educação e Diversidade Cultural**. Campo Grande: Editora da UNIDERP, 2004, 21-57.

TENSÕES EXTERNAS E INTERNAS SOBRE OS PREÇOS DOS ALIMENTOS: FATORES EXPLICATIVOS¹

Guilherme C. Delgado²

Resumo: Este artigo trata de uma situação estrutural determinada - a inserção do setor primário no arranjo macroeconômico externo da economia brasileira, a qual identifica uma pressão conjuntural dos preços dos alimentos (2007-2008). Mudanças conjunturais nos mercados agrícolas, como as ocorridas em 2009, não alteram a situação estrutural de forte dependência do setor primário para obtenção de equilíbrio externo (Conta Corrente do Balanço de Pagamentos). Uma vez retomado o ciclo de expansão da economia mundial, pressões sobre os preços das "commodities", como aquelas apontadas para o biênio 2007-2008, deverão reaparecer.

Palavras-Chave: Mercados Agrícolas; Preço dos Alimentos; Política Econômica.

***Abstract:** This paper deals with an assured structural background - the inclusion of the primary sector into the external macroeconomic context of the Brazilian economy, which identifies a conjunctural pressure on the food prices (2007-2008). Conjunctural changes in the agricultural markets, similar to those occurred in 2009, do not alter the structural condition of strong reliance on the primary sector concerning the attainment of the external balance (Current Account Balance of Installments). Once retaken the worldwide economic cycle, pressures on commodity prices, as those indicated to 2007-2008 biennium, should be in force again.*

Keywords: *Agricultural Markets; Food Prices; Economic Policy.*

¹Texto originalmente publicado no livro Abastecimento e Segurança Alimentar. O crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil. Brasília: CONAB, 2008, p.23-32.

²Professor Visitante da Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Há um debate aberto na conjuntura sobre as causas prováveis do recente surto de elevação dos preços das "commodities", seja no mercado interno, seja no plano mundial.

Ao nos depararmos com a análise da situação-problema - as causas da elevação recente nos preços dos alimentos no Brasil, - constatamos uma questão que a nosso ver transcende os limites estritamente setoriais (agrícola); apresenta-se um provável sentido estrutural e não apenas conjuntural e é provavelmente uma tendência puxada por diferentes forças, convergentes no sentido de, por diferentes caminhos, gerar um ciclo ascensional de preços. Este, ora é impelido por variáveis externas, mas tem alta probabilidade de prosseguir, alimentado por fatores internos (relacionados à estratégia da política econômica).

Neste trabalho não vamos adotar qualquer exercício econométrico de predição de preços, até porque não acreditamos seja este o caminho adequado para captar as tensões que afetam os mercados agrícolas no presente e que deverão se prolongar no futuro.

O caminho a ser trilhado é o de constatar a situação conjuntural (2007/2008), de forte pressão dos alimentos sobre a inflação (seção II). Admitida esta situação como de origem externa, argumenta-se em seqüência (seção III) sobre a estratégia da política econômica, perseguida no setor externo para equilibrar a Conta Corrente do BP mediante forte apelo às exportações primárias. Essa estratégia realimenta as pressões inflacionárias identificadas.

Finalmente, discute-se nas seções finais o risco de manter essa estratégia para o longo prazo, sob a tríplice ameaça de: repor o desequilíbrio externo, realimentar a tensão inflacionária e/ou promover a estagnação econômica.

A Questão dos Preços dos Alimentos no Debate Conjuntural

A situação entre 2007 e 2008, relativamente a preços internos e internacionais dos principais "food-grains", "feed-grains", carnes e outras proteínas animais, revela mudança significativa de patamares, fato que apurado em todos os índices de preços ao consumidor do período 2007/2008 indica uma tensão inflacionária tipicamente oriunda dos produtos da agropecuária³. Esta situação por si só não teria maior

³Relatório técnico da classificadora de riscos "Standard & Poor's" de 30/04/2008 - data em que reconheceu o grau de investimento ("investment grade") ao Brasil, revela ao mesmo tempo a pressão inflacionária oriunda dos alimentos, puxando o IPC de 3,1% em dezembro/2006 para 4,7% em dez/2007. Atualmente estas taxas anualizadas estão acima de 6,00%, com alta probabilidade de fechar o ano civil acima da meta de inflação do Banco Central, que é de 6,5% a.a.

significação econômica, nem é ela própria uma novidade estatístico-econômica, visto que tensões conjunturais nos preços agrícolas são típicas da volatilidade da produção setorial. Por sua vez, com a economia aberta ao comércio mundial, e a relativa perda da importância dos preços agrícolas, o debate conjuntural desta situação pareceria um exercício descontextualizado e sem maior significação econômico-social. Isto porque pressões estritamente conjunturais dessa natureza auto-corrigem-se no tempo das sucessivas safras agrícolas (em mercados fechados), ou podem até mesmo se corrigir imediatamente com o recurso ao comércio exterior.

Mas a questão de fundo é de outra natureza pelas seguintes razões:

1. a tensão conjuntural no preço das "commodities" agrícolas parece refletir um novo perfil de demanda por produtos agrícolas, puxado pelo crescimento econômico das economias asiáticas – tendo a China e a Índia pelo seu peso demográfico, e agora também econômico, um papel protagônico.

2. A persistente elevação do preço internacional do petróleo converte a substituição energética pelos chamados agro-combustíveis ao formato de políticas orientadas a escala global; e não apenas de experiências nacionais limitadas, como fora o caráter dessas políticas em outras crises de preços do petróleo nos anos 70 e 80 do século passado.

A pressão dos preços do petróleo sobre a oferta agrícola, tensão tipicamente de custos, apresenta caráter mais duradouro, que os choques de demanda. Sua reversão estaria associada a tantos fatores geopolíticos, que é difícil prever caminhos alternativos imediatos, tal o grau de incerteza presente.

Esses dois fatores conjuntos (demanda asiática e preço do petróleo), se considerados apenas como fatos conjunturais, seriam capazes de produzir tensões inflacionárias de curta duração sobre os preços dos alimentos, como as que ora enfrentamos; mas não seria provável que tal tensão se alimentasse permanentemente dos mesmos fatores que ora a impelem, sem respostas de produção e comércio, ao longo do tempo, que a amortecessem. A história econômica é rica em revelar reversão nos ciclos de crescimento dos preços, mediante inovações técnicas na produção e novos investimentos setoriais, que alteram profundamente situações de mercados particulares. Tais mudanças, combinadas com as flutuações de curto prazo das safras agrícolas, poderiam reverter o surto inflacionário das "commodities".

3. Mas a tensão conjuntural sobre os preços dos alimentos pode, no caso brasileiro, virar um problema estrutural para a estabilidade de preços ou para o crescimento econômico (ou ainda para ambos), a depender do processo de ajustamento econômico às crises das "commodities" que venhamos trilhar. Neste sentido, há evidência de que o Brasil vem perseguindo um ajuste conjuntural-estrutural da Conta-Corrente do Balanço de Pagamentos, onde os requerimentos de exportação

de "food-grains", "feed-grains", "carnes", produtos de origem florestal, agro-combustíveis e produtos minerais passaram a ser imprescindíveis para compensar o desequilíbrio estrutural da "Conta Serviços" e do comércio internacional de bens industrializados de maior intensidade tecnológica. Isto posto, da agricultura e da mineração seria exigido no próximo decênio um crescimento físico das exportações maior que o crescimento da produção desses setores, de forma a se ganhar posições no comércio mundial - preponderantemente nessas cadeias produtivas.

A Situação da Conta Corrente e a Evolução das Exportações Primárias

Antes de qualquer consideração sobre a dinâmica recente das exportações primárias, é preciso situar a "Conta Corrente do Balanço de Pagamentos" naquilo em que esta reflete a essência da inserção externa da economia brasileira. De um lado, a Conta Serviços (col.1 da Tabela 1) que apresenta um déficit estrutural ininterrupto e crescente. Espelha o custo líquido em divisas da remuneração do capital estrangeiro. Esta Conta, ano a ano, revela o custo corrente do Passivo Externo Líquido do Brasil, ou seja, a remuneração em moeda estrangeira desse estoque de capital aqui aplicado (expressa nas diversas rubricas lançadas na contabilidade pública - "Juros", "Lucros e Dividendos", "Seguros", "Assistência Técnica", etc), deduzidas todas as aplicações respectivas de capitais brasileiros no exterior. Estão de fora desses registros as operações ilegais em paraísos fiscais não atingidas pelos controles da Receita do Brasil ou do Banco Central.

Observe-se que a Conta Serviços cresce de um patamar ao redor de 25,0 bilhões ao ano (entre 2 a 3% do PIB até 1998) para um mais alto nível - a redor de 37,0 bilhões (no entorno de 3 a 4% di PIB) a partir de 2005. Este crescimento reflete várias questões conjunturais, mas para o que ora nos interessa considerar é resultante direta da ampliação do Passivo Externo Líquido do Brasil, ou seja, da elevação do movimento de capitais externos no Balanço de Pagamentos cujos picos se dão entre 2006/2007.

Tabela 1 . Principais Componentes das Transações Externas com Bens e Serviços.

(US\$ bilhões dólares correntes)

Período	Déficit de Serviços	Saldo Comercial (+) ou (-)	Conta Corrente Saldo
1995/98 (média anual)	(-) 23,17	(-) 5,61	(-) 26,44
1999/2002 (média anual)	(-) 25,40	(+) 3,43	(-) 20,10
2003	(-) 23,64	(+) 23,82	(+) 4,63
2004	(-) 25,20	(+) 33,64	(+) 11,71
2005	(-) 34,27	(+) 44,75	(+) 13,99
2006	(-) 37,14	(+) 46,08	(+) 13,62
2007	(-) 40,57	(+) 40,03	(+) 3,55
2008 (*) – janeiro-abril	(-) 19,92	(+) 4,58	(-) 14,07

Fonte: "Conjuntura Econômica" – Abril, vol. 62 n.º 04 de 2008.

(*) Cf. "Conjuntura Econômica" – Junho, vol 62, n.º 6 de 2008.

Há um pressuposto implícito para ampliação das despesas com "Serviços" no conjunto da economia, qualquer que seja a causa dessa elevação. A Balança Comercial precisaria ser fortemente superavitário, sob pena de gerar déficit persistente na Conta Corrente (exemplo da política cambial brasileira 1995/98), que tornaria a situação externa insustentável; ou seja, não financiável por entrada líquida de capitais, como ocorreu no período da virada cambial de 1999.

Esta situação de desequilíbrio externo, verificada no primeiro governo FHC, é objeto de uma mudança estratégica da política de comércio exterior no período 1999/2002, cujos resultados mais expressivos somente iriam ocorrer a partir de 2003. A partir deste ano, a Conta Corrente, bafejada por elevados saldos comerciais, passa a superavitária. Esta nova situação manteve-se até 2007, mas já em 2008 o déficit estrutural de serviços recrudescer e a Conta Corrente passa a deficitária, (ver dados da Tab. 1), com nível provável acima dos 20,0 bilhões de dólares (previsão até final do ano).

Por outro lado, é importante destacar que a estratégia de solução do desequilíbrio externo apoiou-se e continua a se apoiar nas exportações primárias, em especial dos complexos do agronegócio – cujo ritmo crescente mostrou capacidade setorial por reverter o déficit externo para curto período.

O Avanço das Exportações Primárias

Há várias evidências empíricas – das estatísticas do Comércio Exterior e do

Ministério da Agricultura, que apontam para um inusitado movimento recente de expansão do comércio externo de produtos agropecuários, ou de primários de maneira geral.

Seja pelo conceito de "produtos básicos" (Nomenclatura do Comércio de Mercadorias), seja pelo conceito de "produtos do agronegócio" (ver Tabela 2), a expansão primária das exportações é a pedra do toque da reversão do déficit externo a partir de 2000 (Ver Tabelas 1 e 2).

Observe-se que entre 2002/2006 e 1997/2000 as exportações de "Básicos" cresceram 149%, enquanto os "manufaturados" cresceram apenas 76% (Tabela 2). Já no período 2000/2006, pela noção de agronegócio das estatísticas do Ministério da Agricultura, a expansão das exportações é de 140%.

Tabela 2. Principais Componentes das Exportações na Balança Comercial (1990-2006).

	1	2	3	4
Períodos	Básicos média em bilhões de US\$	Manufaturados média em bilhões de US\$	Total média em bilhões de US\$	Exportações do Agronegócio Tx de incremento anual
1999/2000	12,96	29,60	51,81	(-) 4,1%
2000/2002	14,95	32,81	57,89	(+) 9,8%
2002/2006	32,21	52,35	97,14	(+) 18,8%

Fontes: Colunas 1, 2 e 3 – "Conjuntura Econômica" – Abril de 2008.

Coluna 4 MAPA – "Intercâmbio Comercial do Agronegócio – Trinta Principais Parceiros Comerciais" – Edição 2007 – Tabela 1 P.2

Segunda a noção de agronegócio adotada pelo Ministério da Agricultura⁴, "no período 2000-2006, as exportações do agronegócio apresentaram um crescimento de 140%, passando de 20,6 bilhões de dólares para 49,4 bilhões⁵. Isto representa um incremento médio anual de 15,7%, substancialmente mais alto que o verificado na década de 90 – ao redor de 4,7% aa". Esse "boom"

⁴"O Intercâmbio Comercial do Agronegócio" compreende uma balança de comércio externo levantada pelo MAPA para cerca de 2.200 itens de Nomenclatura do Comércio de Mercadorias (NCM). A origem agropecuária é o critério de inclusão nesta listagem.

⁵"Intercâmbio Comercial do Agronegócio",op.cit p.7.

de exportações coexiste e explica a reversão do déficit da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos, que passa a superavitária a partir de 2003.

Por outro lado, o viés exportador de vários complexos agroindustriais – principalmente no "Setor Sucro-Alcooleiro", na Pecuária, e na produção de "feed-grains" ocorre em paralelo à relativa estagnação da produção de cereais e grãos típicos do abastecimento interno – arroz, feijão e trigo, cuja trajetória de produção e consumo é bastante restrita no período. (Ver dados da Tabela 3.1).

O crescimento físico das exportações do agronegócio ocorre a taxas de praticamente o dobro do crescimento da produção no período 2000-2008 (ver tabela 3.1), e de praticamente o triplo em relação ao consumo interno, evidenciando que se tomada como tendência continuada, essa trajetória traria certamente problemas ao abastecimento interno.

Por outro lado, se atentarmos para as previsões de crescimento da produção, consumo e exportações dos mesmos produtos listados na Tabela 3.2 (as colunas Δ_2 em vermelho referem-se às previsões da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA para o período 2007/2017), veremos que se mantêm a tendência do período anterior, sob dois aspectos: a) a produção e o consumo de cereais e grãos para consumo humano direto crescem a taxas muito baixas, aquém do crescimento demográfico; b) as carnes (bovina e de frango), "feed-grains" (soja e milho) e álcool apresentam previsões de crescimento das exportações a taxas do dobro relativamente ao consumo interno.

Tabela 3.1. Produção, Consumo e Comércio de alimentos, "feed-grains" e etanol – efetivo e previsto (período 2000/2008 = Δ_1).

Produtos Variáveis	Arroz Δ_1	Feijão Δ_1	Trigo Δ_1	Carne Bovina Δ_1	Milho Δ_1	Soja Δ_1	Frango Δ_1	Álcool Δ_1
Produção (Física)	1,41	4,0	(-) 0,75	8,10	4,97	7,8	6,69	9,2
Consumo Interno	1,45	2,5	0,4	5,17	2,23	4,76	4,74	
Exportação	-	-	-	15,0	10,60	9,81	12,65	35,0% (*)
Importação	-	-	K=0	-	-	-	-	-

Fontes: Período 2000-2008 – www.conab.gov.br (Disponibilidade de Alimentos no Brasil).

(*) Refere-se ao crescimento médio das exportações em dólares correntes de todo o complexo Sucro-alcooleiro.

Tabela 3.2. Produção, Consumo e Comércio de alimentos, "feed-grains" e etanol – efetivo e previsto (período 2000/2008 = Δ_1 , período 2007/2017 = Δ_2).

Produtos Variáveis	Arroz Δ_2	Feijão Δ_2	Trigo Δ_2	Carne Bovina Δ_2	Milho Δ_2	Soja Δ_2	Frango Δ_2	Álcool Δ_2
Produção (Física)	0,85	1,13	1,83	2,27	2,62	2,24	2,98	
Consumo Interno	0,99	1,05	1,49	2,13	1,75	1,71	3,01	
Exportação	-	-	-	5,63	6,07	2,78	5,53	
Importação	-	-	1,76	-	-	-	-	

Fontes: Período 2007-2014 – Projeção AGE/MAPA, conforme previsões elaboradas por José G.Gasquez em "paper" a publicar.

Observe-se que as previsões do Ministério da Agricultura para o período 2007/2017 são consistentes com a estratégia do período anterior. Mas não é provável que possam ser consistentes com equilíbrio da Conta Corrente.

Por sua vez, as pressões inflacionárias a que nos referimos no início tendem a se agravar, se o ritmo de crescimento da produção, do consumo e das exportações dos próximos anos mantiver o mesmo padrão observado nestes sete anos precedentes. Isto porque ao fator externo de pressão de custos e demanda, teremos adicionado um fator interno, de ajuste prioritário da Conta Corrente pelas exportações primárias.

O Papel Atribuído ao Agronegócio na Gestão da Conta Corrente do BP

Depois da crise cambial de 1999, há evidência de que a política macroeconômica e setorial (agrícola) do segundo governo Fernando Henrique Cardoso perseguiu persistentemente a redução do déficit na Conta Corrente do BP, mediante incentivo às exportações de produtos primários. O primeiro governo Lula colhe os frutos dessa política já em 2003 – com a geração de "superávit", situação que se mantém até 2007 (ver Tabela 1). O reaparecimento do déficit na Conta Corrente, com evolução muito acentuada no quadrimestre jan/abril de 2008, faz prever para o ano inteiro um déficit algo acima de 2% do PIB.

Há várias explicações conjunturais para o ressurgimento do "déficit-externo" – alta valorização do real, fluxo exacerbado de remessa de lucros em 2008, alta

elasticidade das importações industriais em relação ao crescimento do PIB etc. Todas essas explicações merecem a devida contextualização e possivelmente sejam todas válidas. Mas para o tema que ora nos preocupa – o impacto do "boom", exportador de "commodities" sobre os preços dos alimentos; é possível que a política econômica busque novos incentivos às exportações de primários como via de equacionamento do desequilíbrio externo; ainda mais se houver situação deficitária persistente e forte. Essa estratégia certamente não alivia, mas agrava uma provável pressão persistente sobre os preços dos alimentos, ainda mais se a economia crescer ao ritmo previsto pelo Programa de Aceleração do Crescimento (no entorno de 5,0% a.a. até 2011).

Ora, há indícios de que a Conta Serviços do BP apresenta tendência de expandir sua pressão deficitária, principalmente a partir de 2005, quando a economia demonstra sinais de crescimento. O saldo de ingresso de capitais externos no BP dá um salto de 16,0 bilhões em 2006 para 88,9 em 2007⁶. Por seu turno, a condição de "Investment Grade", conquistada pelo País em início de 2008, corrobora ainda mais a entrada de capitais, com conseqüente elevação do estoque de Passivo Externo e subseqüente pressão sobre "Serviços".

Isto posto, parece provável que no próximo decênio a política de exportação a qualquer custo posta em execução no período 2000-2008 seja recalibrada e persiga a mesma tendência das exportações, produção e consumo interno dos alimentos, "feed-grains", carnes e etanol, que perseguiu nos últimos sete anos.

Isto está de certa forma implícito nas previsões do Ministério da Agricultura para o período 2007-2017 (ver tabela 3.2), quando de certa forma se repõem as tendências de expansão do agronegócio exportador, com certo viés restritivo para o consumo interno.

Observe-se que o ajuste do BP que se fez no período 2000-2007, encontra paralelo em idêntica política adotada no período 1982-84, durante o período do Governo Figueiredo, quando o déficit na Conta-Corrente é "equacionado", também mediante forte estímulo às exportações de primários, provocando em pouco tempo a reversão da conta.

A situação conjuntural (do período 2000-2007), conquanto persiga o mesmo objetivo do ajuste de 1982/84, parece indicar uma orientação estrutural para uma certa especialização do comércio exterior na competitividade do setor primário.

⁶Saldo de Conta Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos em final de cada ano – cf. "Conjuntura Econômica" - abril de 2008.

Se esta hipótese for verdadeira, as conseqüências tendem a ser preocupantes sobre os preços dos principais alimentos da cesta básica.

Observe-se, que da análise precedente pode-se deduzir uma pressão estrutural crescente da Conta Serviços do BP sobre a Conta Corrente. A principal causa seria a elevação do Passivo Externo do País. Em tais circunstâncias o efeito compensatório das exportações de produtos primários é muito pouco provável de que seja suficiente para compensar o déficit de Serviços. Haveria pelo caminho da livre entrada de capitais, tendência crescente à valorização cambial e provável acumulação de déficits em Conta-Corrente persistentes.

Por sua vez, a forte especialização na exportação primária que a presente estratégia externa contém pode conduzir a um tríplice desequilíbrio: desequilíbrio nas transações externas, pressão crescente sobre o preço dos alimentos, cuja equação conservadora consiste em retornar a economia aos patamares da estagnação, monitorada pela política de juros do BACEN.

Conclusões

Parece-nos que há várias orientações da política econômica, (e não apenas uma política isolada de fomento à substituição energética), que convergem no mesmo sentido de elevação significativa da exportação líquida do setor primário, tendo em vista suprir um papel compensatório ao déficit estrutural das transações externas do País. As implicações dessa política no presente têm as seguintes potenciais implicações, para o que ora nos interessa focalizar:

1. Exercem pressão sobre os preços dos alimentos, sob diferentes condições. Em situação de alta valorização cambial, como a atual, tal pressão primária provem de uma conjuntura de elevação de preços externos das "commodities".

Mas ainda que tal pressão se aliviasse no curto prazo, persistiriam os requerimentos de aceleração das exportações primárias, demandadas por ajustar a Conta Corrente do BP, recalibrados agora com a elevação do Passivo Externo Líquido.

2. Uma hipótese de pressão inflacionária também ocorreria se mudanças na política cambial alterassem significativamente (para menor) o grau de valorização cambial do real, fruto de alguma política mais ampla de ajuste da conta-corrente do BP do País.

3. Em quaisquer das situações anteriores (1,2) políticas de gestão da inflação pela via dos juros, como tem sido a tendência do Banco Central brasileiro, funcionam no sentido de cortar o crescimento da demanda interna e do PIB, sem afetar a causalidade específica da fonte de tensão inflacionária. Sem eficácia

específica para combater o foco inflacionário, tal política pode conduzir a combinação perversa de estagnação e inflação.

4. A política de sinalização para ampliação significativa de oferta interna de alimentos que o Ministério da Agricultura agendou no Plano de Safra 2008/2009 é positiva no sentido de reestruturar o perfil desta produção. Mas é insuficiente para reverter às tensões inflacionárias que se originam dos fatores externos e internos aqui levantados.

5. O "boom" exportador se configura especialmente na produção de "feed-grains" (soja e milho) e na cana-de-açúcar, que na safra do ano censitário de 2007 afetavam no seu conjunto 55,8% da área de lavouras. Por seu turno, como a estratégia exportadora também está presente na Pecuária bovina e no setor de Papel e Celulose, deve ocorrer entre esses setores intensa disputa pela utilização da área explorável, com conseqüências de forte valorização e especulação sobre o preço da terra.

6. É inevitável que a expansão conjugada de "feed-grains", cana-de-açúcar, pecuária e florestas plantadas para papel e celulose, no ritmo que se lhes impõe para equacionar contas externas, exerça forte pressão por incorporação de novas áreas de cultura de lavouras. Basta observar que entre 1995 e 2006 (datas de plantio dos respectivos Censos Agropecuários), a expansão de áreas de lavoura foi de 34,9 milhões de hectares (83,5% em onze anos), o que significa taxa anual de incremento de 5,7% em média.

Destaque-se ademais, que todos os principais setores diretamente envolvidos no "boom" exportador, caracterizam-se como monoculturas de grandes propriedades. Neste sentido, sua expansão, tem claro viés de concentração fundiária e de renda rural.

7. As várias conseqüências do ajuste do Balanço de Pagamentos pelo setor primário, com a eleição específica do setor sucro-alcooleiro para protagonista de um PROALCOOL-Mundial configuram um padrão de "reprimarização" da economia brasileira, com características de ampliação da desigualdade social; e também com prováveis efeitos inflacionários. Por seu turno, as medidas anti-inflacionárias em execução pelo Banco Central cortam todos os incentivos para disseminação da demanda interna, sem foco nas causas geradoras da pressão sobre os preços agrícolas.

8. A tese básica deste texto é de que a tensão inflacionária presente na conjuntura é uma questão de caráter estrutural e não apenas conjuntural e tem conexão direta com a forma de inserção externa do setor primário nas transações internacionais. No curto prazo esta tensão e as políticas econômicas em gestação tendem a provocar crescimento da oferta interna agrícola, desaceleração da

demanda global e aprofundamento de especialização primário-exportadora. Mas tal arranjo de medidas não resolve os fatores causais estruturais do problema em foco. Repõem-no mais adiante.

LIÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O ACESSO À TERRA: DILEMAS ENFRENTADOS POR PRODUTORES ORGÂNICOS¹

*Carlos Eduardo de Freitas Vian²
Adilson Martins Andrade Júnior³
Daniel Grin³
Michelle Godoy de Oliveira⁴*

Resumo: O objetivo geral desta pesquisa foi entender as dificuldades dos produtores familiares orgânicos da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA) em Americana na comercialização de seus produtos, compreendendo assim a validade da certificação dos produtos, qual seria a certificadora mais adequada e os ganhos com a independência em relação a diversos atravessadores e comerciantes, visando ampliar a renda das famílias. Foi efetuada uma pesquisa primária sobre o mercado de produtos orgânicos certificados em Americana, Piracicaba e região, o que demonstrou os principais gargalos da comercialização, a localização de mercados potenciais e nichos existentes e a

¹Este texto foi construído a partir de relatório de pesquisa e extensão realizado pelo Grupo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (GEEDES). Os autores agradecem o trabalho de Gustavo Travizan Oliveira, Lucas Queiroz Machado, Maíra Chiaranda, Michel Cantagalo, Thaís Hortense de Carvalho, Guilherme Henrique Vieira, Eduardo Reis de Carvalho, Henrique Adriano de Paula, Giovane Calazans de Almeida, Renan Cazonato Corrêa, Mariana Cavalcante, Eduardo Eugênio Spers, Ademir De Lucas, Marly Teresinha Pereira. O projeto original foi realizado com apoio do Fundo de Cultura e Extensão da Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo.

²Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP, onde é responsável pelas disciplinas de Formação Econômica do Brasil I e II, História do Pensamento Econômico, História Econômica Geral e Economia Política. Coordenador do Grupo de Extensão e Pesquisa em História da Agricultura e dos Complexos Agroindustriais (GEPHAC) e do Grupo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (GEEDES).

³Bacharéis em Ciências Econômicas pela ESALQ/USP. Ex-Membros do GEEDES.

⁴Graduanda em Ciências Econômicas pela ESALQ/USP. Membro do GEEDES.

disposição dos consumidores em pagar a mais por estes produtos. Realizou-se um levantamento de dados sobre o perfil dos consumidores das cidades de Americana e Piracicaba, através da aplicação de um questionário em feiras/varejões, supermercados e também nas regiões circundantes à ACRA. Foram entrevistados comerciantes das cidades com o objetivo de encontrar pontos de comercialização interessados em produtos orgânicos que fossem compatíveis com o perfil dos produtores analisados no trabalho. O cruzamento destes dados permitiu a análise das dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores familiares orgânicos quanto à comercialização de seus produtos na região de Americana e Piracicaba. Possibilitou também a discussão sobre os limites do acesso à terra e da atividade de produção de alimentos como geradores de renda e cidadania. Este trabalho conclui que o maior problema da pequena produção de alimentos orgânicos é o acesso ao mercado, visto que a certificação e a entrada nas redes de distribuição são difíceis de serem conseguidos e mantidos por estes produtores.

Palavras-Chave: Produtos Orgânicos; Certificação; Associativismo; Políticas Públicas.

***Abstract:** The broad objective of this research was to understand the difficulties experienced by organic family-producers of Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA), located in Americana town, in the commercialization of their products including issues regarding the certification and labelling process as: (a) the validity of products' certification; (b) the appropriate organic regulatory body; and (c) the profitability achieved by working independently when selling their farm origin products direct to consumers and at local market, comparing this practice with several profiteers and retailers, aiming better families' income. It was held a primary research on certified organic products market in both Americana and Piracicaba towns and region, which showed the main commercialization paths, the identification of potential niche markets, and consumers' willingness to pay better prices for these products. A data-collecting was fulfilled with the consumers' profile from both towns, through the application of a questionnaire in outlets / retailers, supermarkets, and also within the ACRA surrounding regions. Retailers from such towns were interviewed with the purpose to identify point-of-sales interested in organic products compatible with the producers' profile investigated in the work. Data were matched up in a way that we were able to examine the difficulties faced by the small organic family-farmers to marketing their products in the region of Americana and Piracicaba. Also it was useful to give context to the discussion about the boundaries on access land and the food production activity as income generator and recognition*

of the citizenship. This study concludes that the greatest problem of the small organic food production is the access to the market, since the efforts to obtain the certification, access supply and distribution chains, and maintain this position are the producers' major challenge.

Keywords: *Organic Products; Certification; Associativism; Public Policies.*

Introdução

A motivação para a execução desta pesquisa surgiu após uma dos membros do Grupo de Estudos e Extensão no Desenvolvimento Econômico e Social – GEEDES – à Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA), em Americana-SP. Na conversa com os produtores vários problemas foram expostos aos visitantes e ficaram claras as dificuldades da associação em se inserir no mercado de hortifrutas da região. Embora tenham acesso à terra cedida pelo Instituto de Zootecnia em convênio com a Prefeitura de Americana e de terem produtos de qualidade e em certa quantidade, a renda gerada era incerta e de pequeno valor.

AACRA fez diversas tentativas de produzir e comercializar orgânicos, visto que o grupo pratica esta forma de agricultura, mas as dificuldades foram grandes pela falta de certificação e por falta de experiência em comercialização e negociação com os varejistas e consumidores.

Assim, com base nesses dados, surgiu por parte do GEEDES, o interesse em pesquisar o processo de certificação de orgânicos e se isto seria realmente importante para a comercialização de alimentos. Assim, foram estudadas as experiências de produtores orgânicos já estabelecidos na região, donos de estabelecimentos comerciais e consumidores. Para atingir esse objetivo, foram efetuados levantamentos de campo nas cidades de Americana e Piracicaba. Também foram levantados os custos/benefícios da certificação.

Os resultados desta pesquisa gerou um trabalho de extensão com a confecção de cartilhas e apresentação de palestras que mostraram como os produtores da ACRA e da Associação de Agricultores Orgânicos de Piracicaba (AGROFAPI), assim como outros da região, como superar as dificuldades de comercialização da pequena produção familiar de orgânicos.

Este objetivo de extensão não foi totalmente atingido por conta de dificuldades no mapeamento do mercado consumidor e de outros produtores, além da pouca frequência dos produtores na palestra e nas reuniões. Deste modo, o GEEDES estará dando seqüência ao projeto, divulgando as cartilhas e o conhecimento obtido junto aos produtores da região e

Os objetivos específicos foram:

- Orientar os produtores da ACRA, da AGROFAPI e demais interessados sobre a necessidade (ou não) de certificação e suas diferentes formas, permitindo-lhes ter o conhecimento necessário para decidir sobre os rumos de sua produção.

- Proporcionar aos alunos da ESALQ/USP interessados a oportunidade de adquirir maior conhecimento nesse ramo de atividades com a participação nos seminários.

- Possibilitar aos produtores da ACRA, AGROFAPI e demais interessados, um conhecimento mais profundo da comercialização de produtos orgânicos, identificando canais de comercialização, nichos de mercado existentes etc.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa primária de dados associada ao levantamento bibliográfico sobre a produção e certificação de orgânicos. Inicialmente foi realizado um levantamento de dados em feiras e outros locais de comercialização de hortaliças, realizado por todos os integrantes do projeto, posteriormente o grupo foi dividido em dois subgrupos de trabalho, certificação e comercialização, para facilitar o andamento do projeto.

O levantamento de dados sobre o perfil dos consumidores diretos e intermediários da cidade de Americana e Piracicaba realizou-se através da aplicação do questionário, o qual passou por um pré-teste para a avaliação de sua eficácia, antes da aplicação efetiva. Os alunos receberam treinamento para melhorar as técnicas de abordagem, auxiliando a pesquisa. Os dados foram lançados em um banco de dados para que fossem analisados estatisticamente através do cruzamento das informações.

Para a aplicação do questionário, foram selecionadas feiras/varejões convencionais e outros dedicados a produtos orgânicos, visto que possuem públicos distintos uns dos outros, o que possibilita de avaliar as posturas de públicos diferenciados. Alguns supermercados de Americana e Piracicaba foram entrevistados para encontrarem-se pontos de comercialização interessados em produtos orgânicos que fossem compatíveis com o perfil dos pequenos produtores familiares.

Esta atividade permitiu a e o esclarecimento do conceito e definição de alimentos orgânicos, visto que se encontraram muitas pessoas que ainda não conheciam os mesmos e outras que ainda falavam muito dos mitos sobre o assunto. A importância dos selos também foi divulgada, pois todos os consumidores que não conheciam os conceitos de orgânico e certificação tiveram acesso a esses dados via folhetos e cartões com as definições citadas.

Para entendermos a produção e a comercialização de orgânicos da região, foram realizadas entrevistas e visitas às associações de produtores orgânicos da região para descobrir como se dá o escoamento a produção e a percepção dos produtores em relação à necessidade e eficácia da certificação da produção.

Para se entender as diversas metodologias de certificação de orgânicos, além do levantamento de textos sobre o assunto a fim de se descobrir quais os tipos de selos e formas de certificação que existem, entrou-se em contato com as certificadoras, levantando os custos para sua implantação e os benefícios que podem ser obtidos nesse processo, com o objetivo de determinar a necessidade e condição que teriam os produtores analisados de se certificarem.

Este texto está dividido em cinco partes. A primeira é esta introdução. A segunda trata das dificuldades de produção de orgânicos cultivados por associações da região de Piracicaba. A terceira parte é dedicada à análise dos dados obtidos com a aplicação dos questionários junto aos consumidores de hortifrutigranjeiros da região. Na parte 4 são demonstrados e analisadas as diferentes certificadoras e seus custos. A última parte é dedicada às conclusões e recomendações de ações.

Dificuldades da produção orgânica por agricultores familiares da região de Americana e Piracicaba

A Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA) foi criada em 1987 por moradores do Jardim Alvorada, em uma área peri-urbana entre os municípios de Americana e Nova Odessa. Suas atividades evoluíram promovendo oportunidades de trabalho, informação às crianças e adolescentes, eventos, estágios e ações beneficentes, além da produção e comercialização de seus produtos, atividades de geração de renda e cidadania.

Durante esse tempo, a associação viveu um momento de estabilidade econômica, contando com aproximadamente quinze famílias associadas, quando recebia incentivo da prefeitura de Americana através de uma parceria para fornecimento de produtos para merendas escolares. Porém, com o aparecimento de atravessadores e as mudanças na composição na prefeitura do município, a associação perdeu a parceria que mantinha a estabilidade do comércio e produção de alimentos, caminhando para um período de crise financeira e estrutural. Frente a essa dificuldade, várias famílias deixaram a associação, a qual conta hoje com apenas cinco famílias de produtores.

Assim, a ACRA sentiu a necessidade de buscar novos mercados para os seus produtos, sendo a primeira tentativa proposta, a criação de uma "cesta" que seria entregue em domicílio no município de Campinas - SP. Porém, esta iniciativa não trouxe grandes resultados, já que ao chegar aos consumidores finais, a "cesta" era desfeita, sendo separados apenas os produtos que interessavam aos mesmos no momento. Isto gerava perdas e desperdício de alimentos. Por outro lado, os custos

de transporte inviabilizavam este tipo de comercialização. Tudo isto levou a associação a desistir dessa alternativa.

Desde então a comercialização se tornou um grande empecilho para o desenvolvimento da associação, mesmo tendo acesso à terra, competência técnica para a produção e preços competitivos para entrarem no mercado de hortifrutis, visto que os produtos orgânicos da ACRA possuem preços semelhantes, algumas vezes até menores do que os produtos convencionais.

Embora a dificuldade de comercialização tenha sido apresentada no contexto da ACRA, na qual os produtos não possuem certificação, essa realidade tem sido vivenciada por diversos produtores que converteram sua produção para a orgânica, pois se trata de um mercado que ainda depende de esforços para o crescimento da demanda dos agentes econômicos.

A experiência da AGROFAPI com a produção de orgânicos

A Associação de Produtores Orgânicos de Piracicaba (AGROFAPI) foi constituída a partir da aquisição de uma área com cerca de setenta hectares (cinco hectares por integrante) com financiamento de R\$40.000 por produtor pelo Banco da Terra. Inicialmente houve a promessa de R\$20.000 para infra-estrutura mais R\$13.000 para custeio das atividades agrícolas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Mas segundo o presidente da entidade, Lázaro Lopes, ocorreram muitas dificuldades para a liberação dos recursos, que demoraram muitos meses. O acesso aos financiamentos são difíceis para os pequenos agricultores.

A associação é acometida pelos mesmos problemas que a maioria dos projetos da área apresenta, tais como falta de apoio técnico e infra-estrutura.

A associação enfrentou uma série de problemas: das catorze pessoas iniciais, dez já foram substituídas e a tramitação de toda a documentação de substituição ainda não foi concluída; inexistência assistência técnica oficial, tanto por parte da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) como da Prefeitura Municipal ou qualquer outra instituição pública; não há água encanada na propriedade; e muitas pessoas do projeto não têm experiência com o trabalho e a vida da zona rural. Nas palavras de um produtor da associação "tudo está por ser feito" no local. O acesso à terra não está melhorando a renda das pessoas.

A produção de alimentos orgânicos da propriedade é destinada muito mais para a subsistência do que ao mercado. A ausência de recursos para custeio das atividades dificulta o aumento da produção e a inserção no mercado, segundo o presidente da associação. O objetivo inicial da era produzir alimentos orgânicos para a venda, mas devido à falta de apoio técnico e de recursos para custeio, esta

intenção não se concretizou plenamente ainda. Esporadicamente, quando há excedente de alimentos, estes são vendidos ao Rancho Orgânico⁵, como alimentos orgânicos, embora sem selo.

Não há certificação para os produtos, mas, segundo o presidente da AGROFAPI, já houve uma ocasião em que a associação foi procurada por uma empresa de assessoria técnica, comprometendo-se a buscar financiamento para a certificação, sendo R\$ 80.000 para o processo de certificação e outros R\$ 20.000 para os produtores, mas as negociações não foram bem sucedidas.

O presidente da AGROFAPI acredita que há mercado promissor para os produtos orgânicos e que falta oferta. Acredita também que produzir alimentos orgânicos *in natura* é compensador para os pequenos produtores, uma vez que as poucas vezes que venderam foi com preço um pouco maior que o convencional.

A motivação para a produção de alimentos orgânicos, segundo o presidente da associação, originou-se quando ele trabalhava em uma propriedade rural que vendia algumas hortaliças com preço elevado. Mas a idéia de que os alimentos orgânicos eram mais saudáveis também foi de importância na iniciativa.

Pode-se perceber pelas exposições acima que as duas associações pesquisadas tiveram e ainda têm dificuldades em obter certificação de seus produtos e em comercializá-los como orgânicos. Assim, fez-se um levantamento sobre as condições de certificação, a comercialização e o mercado consumidor com vistas à elaboração de cartilhas e reuniões de capacitação para a inserção dos mesmos ao mercado. Os resultados destas pesquisas são descritos abaixo.

Perfis dos consumidores de Orgânicos de Americana e Piracicaba

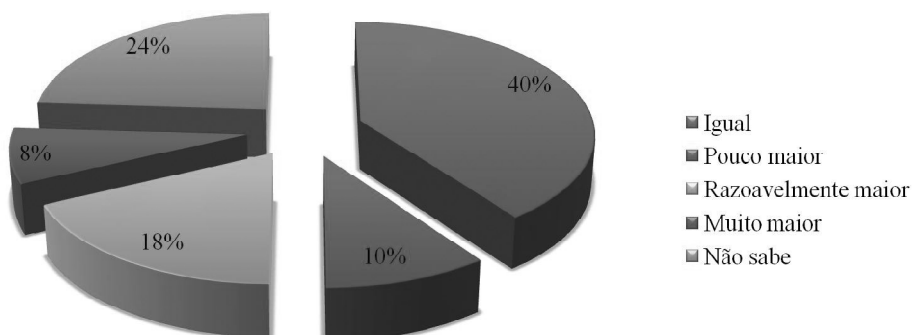
Este tópico se destina à análise dos dados da pesquisa de campo realizada em Americana e Piracicaba no mês de outubro de 2006. Como dissemos acima, a metodologia utilizada foi a aplicação questionários aos clientes de municipais, feiras e estabelecimentos comerciais de orgânicos e convencionais. O modelo de questionário utilizado encontra-se no apêndice do projeto.

3.1 – Perfil dos consumidores de Americana

Do total de entrevistados verificou-se que aproximadamente 59% conhecem alimentos orgânicos, sendo que dentre esses 45% consomem os mesmos.

⁵Estabelecimento comercial de produtos orgânicos de Piracicaba – SP.

Figura 1. Comparação do custo de produção entre orgânico e convencional.



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Quando questionados sobre sua percepção sobre os custos para produzir alimentos orgânicos (Figura 1) a grande maioria dos entrevistados manifestaram acreditar que não são maiores do que para produzir-se um alimento convencional. A figura 1 deixa claro que 40% crêem que os custos de produção de orgânicos e convencionais sejam iguais.

Entre as pessoas que entrevistadas que afirmaram conhecer alimentos orgânicos, os resultados são um pouco diferentes. 27,5% acreditavam que a produção de orgânicos não é mais cara, 9,8% que é um pouco mais caro, 9,8% razoavelmente mais caro e 5,9% muito mais caro. 9,8% das pessoas que compõem a amostra manifestaram não conhecer nada sobre o assunto e acreditavam que o custo para produzir alimentos orgânicos não é mais caro do que o convencional, já 13,7% não conhecem e não acreditam que é mais caro a produção de alimentos orgânicos.

Quanto às principais razões que levaria ou leva o entrevistado a consumir produtos orgânicos, o resultado foi, tanto para os que consomem quanto para os que não consomem, em ordem decrescente: saúde, qualidade e meio ambiente.

Em relação ao conhecimento sobre lugares onde são comercializados produtos orgânicos, 47% da amostra afirma conhecer algum estabelecimento na sua cidade.

Os entrevistados afirmaram estarem dispostos a pagar, em média, 46,5% a mais pelo alimento orgânico que pelo convencional. Verificou-se, contudo que há uma tendência das pessoas que não conheciam alimentos orgânicos aceitarem um acréscimo menor no preço (43,7% a mais que o convencional) do que as pessoas que já conheciam este tipo de alimento (49,3%).

Apenas 25% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento sobre a existência de certificadoras de produtos orgânicos. Dentre os entrevistados que já conheciam produtos orgânicos, 30% manifestaram ter também conhecimento sobre as certificadoras e suas exigências.

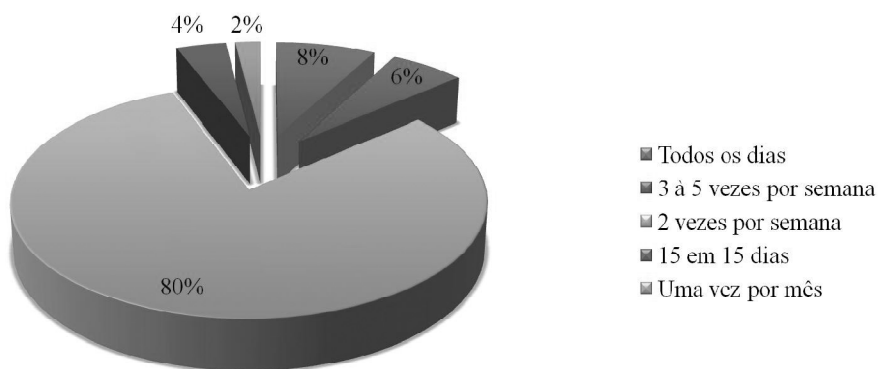
Da amostra, 19,6% conheciam alimentos orgânicos e confiavam pouco nas certificadoras, 15,7% confiam razoavelmente e 23,5% conheciam e confiavam muito nas certificadoras de orgânicos.

Contudo, quando os entrevistados foram questionados se confiariam nos produtores sem certificação, 49% responderam que conhecem produtos orgânicos e confiam muito pouco em produtores sem certificação, 7,8% confiam razoavelmente e 2% confiam muito. Dos entrevistados, 19,6% consomem alimentos orgânicos e confiam pouco nas certificadoras, 13,7% consomem e confiam razoavelmente e 11,8% consomem e confiam muito nas certificadoras de alimentos orgânicos.

Cerca de 37,3% dos entrevistados que consomem produtos orgânicos confiam muito pouco em produtores sem certificação, 5,9% confiam razoavelmente e 2% confiam muito. Percebe-se assim que a certificação é um fator importante de sinalização dos atributos do produto.

Quando questionados sobre as principais hortaliças consumidas, as mais citadas, considerando a amostra inteira, em ordem decrescente foram: alface, tomate, cenoura, batata e rúcula. Restringindo-se a amostra só para os consumidores de alimentos orgânicos as principais hortaliças foram alface, tomate e couve, em ordem decrescente.

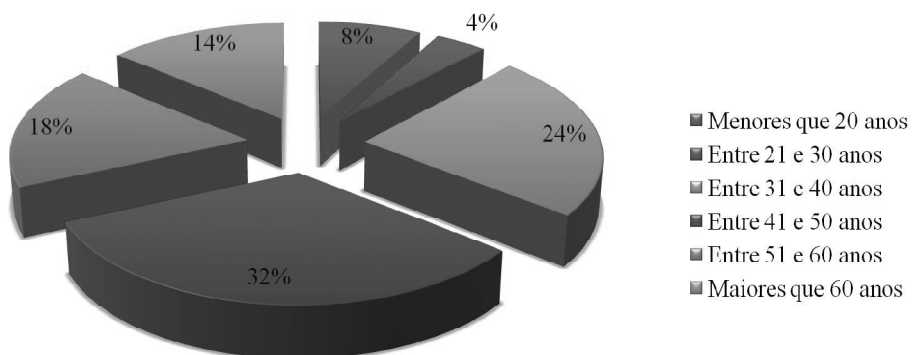
Figura 2. Frequência da compra de hortifrutis.



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Em relação à frequência de compra de hortaliças (Figura 2), 80,39% dos entrevistados fazem compras duas vezes por semana em média, enquanto que só 2% fazem suas compras de uma vez por mês. Este resultado reflete como a perecibilidade dos produtos interferem na frequência de compra.

Figura 3. Idade dos entrevistados.

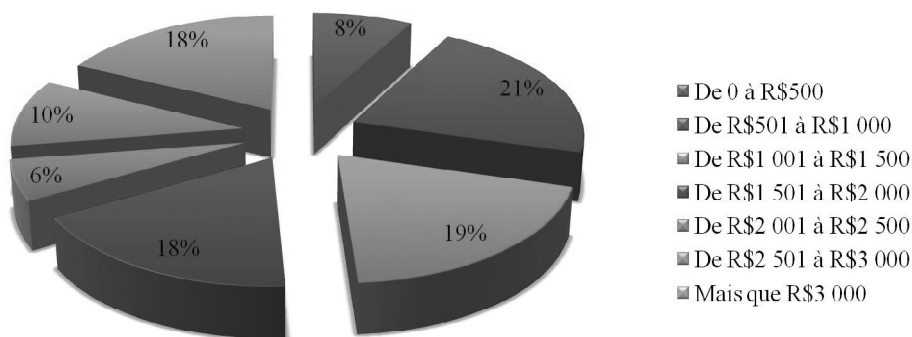


Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Quanto ao perfil dos entrevistados, mais da metade da amostra tem entre trinta e cinquenta anos como pode ser observado na Figura 3. Há uma participação pequena dos jovens entre 21 e 30 anos, o que pode ser atribuído ao fato de que nesta faixa etária as pessoas tem o hábito de comer fora de casa ou residem com os pa's, que são responsáveis pelas compras

O nível de escolaridade das pessoas da amostra teve a seguinte dispersão: ensino fundamental incompleto 33%; ensino fundamental completo 10%; ensino médio incompleto 4%; ensino médio completo 25%; ensino superior incompleto 8%; ensino superior completo 16%; e pós-graduação 4%. A renda mensal familiar dos entrevistados se destacou em quatro faixas definidas: 21% R\$ 501,00 a R\$ 1.00,00, 19% R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00, 18% de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 e 18% recebem mais de R\$ 3.000,00 por mês, em média.

Figura 4. Renda média dos entrevistados.



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

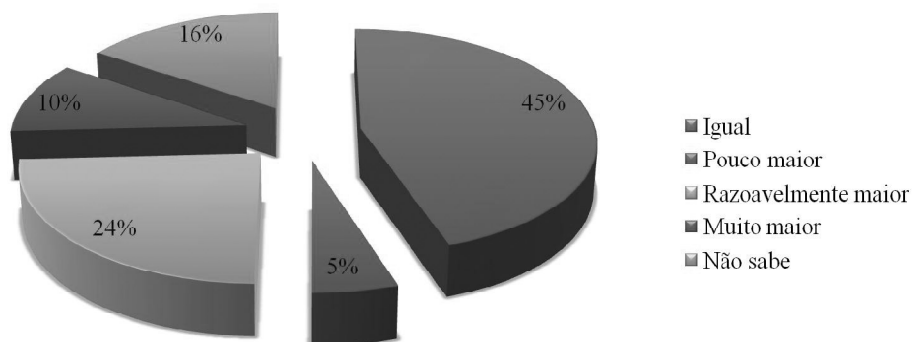
A renda mensal familiar dos entrevistados se concentrou em quatro faixas definidas: 21% entre R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00, 19% entre R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00, 18% de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00 e 18% recebem mais de R\$ 3.000,00 por mês, em média.

3.2 – Perfil dos consumidores de Piracicaba

Este tópico descreve a pesquisa de campo realizado em Piracicaba no mês de outubro de 2006. Foram aplicados cinquenta e oito questionários em varejões

municipais, feiras e estabelecimentos comerciais. Através da pesquisa verificou-se que aproximadamente 71% dos entrevistados conhecem alimentos orgânicos, destes, 72,5% consomem tais alimentos. Já em relação à amostra que não conhecia os orgânicos, apenas 17,6% afirmaram consumir após receberem explicações sobre o que é um alimento orgânico, demonstrando, portanto, que é essencial a divulgação desse tipo de produto para que haja um aumento em sua demanda. No total, 55,2% dos entrevistados afirmaram que consomem alimentos orgânicos.

Figura 5. Custo de produção de orgânicos comparado ao alimento convencional.



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Quanto o custo para produzir alimentos orgânicos, 45% dos entrevistados respondeu que acreditavam que tais custos não eram maiores do que para produzir um alimento convencional. Entre os entrevistados que responderam conhecer alimentos orgânicos, 48,7% acreditam que seu custo de produção é maior. Em relação aos que desconheciam os alimentos em questão, apenas 17,7% disseram que os custos de produção são maiores.

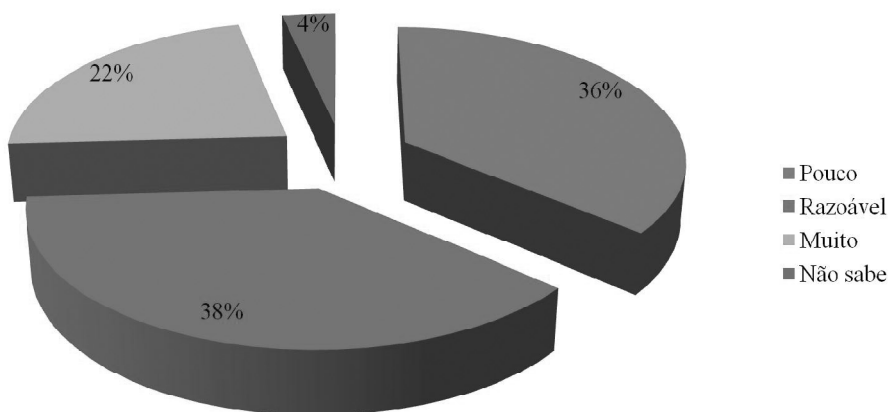
De acordo com os entrevistados, as principais razões que o levariam ou levam aos mesmos consumir produtos orgânicos são, em ordem decrescente, saúde, qualidade e preocupação com o meio ambiente. Os motivos são os mesmos tanto para quem consome, quanto para quem não consome esses produtos.

Em relação ao conhecimento sobre lugares onde são comercializados produtos orgânicos, 50% afirmaram conhecer algum estabelecimento.

Os entrevistados afirmaram estarem dispostos a pagar, em média, 39% a mais pelo alimento orgânico que o convencional. Pode-se observar também, certa relação entre preocupação com saúde e preço pago pelos alimentos, visto que, de acordo com a amostra, os entrevistados que não priorizaram a saúde como motivo de consumir alimentos orgânicos pagariam até 33,6% a mais pelo produto orgânico, já quem optou pela saúde como segunda principal razão que o leva ou levaria a consumir tais produtos pagaria aproximadamente 39% a mais e os indivíduos que selecionaram a saúde como principal razão de consumo pagaria até 40,3% a mais pelo produto orgânico.

Questionados sobre o conhecimento de certificadoras de produtos orgânicos, apenas 28,1% afirmaram ter conhecimento destas. Dentre os entrevistados que já conheciam produtos orgânicos, apenas 37,5% sabiam da existência de certificados.

Figura 6. Credibilidade dos entrevistados quanto às certificadoras.



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

No total da amostra (Figura 6) as certificadoras não possuem grande credibilidade já que 36% confiam pouco e 38% confiam razoavelmente na certificação orgânica. Questionados se confiam ou confiariam nos produtores sem certificação que dizem produzir produtos orgânicos, 5,2% não souberam responder, 72,4% disseram que não confiariam, 17,2% que confiaria razoavelmente e apenas 5,2% que confiariam muito. Dos consumidores que consomem tais produtos, 40,6% não confiam, 40,6%

confiam razoavelmente e apenas 18,8% confiam muito na certificação.

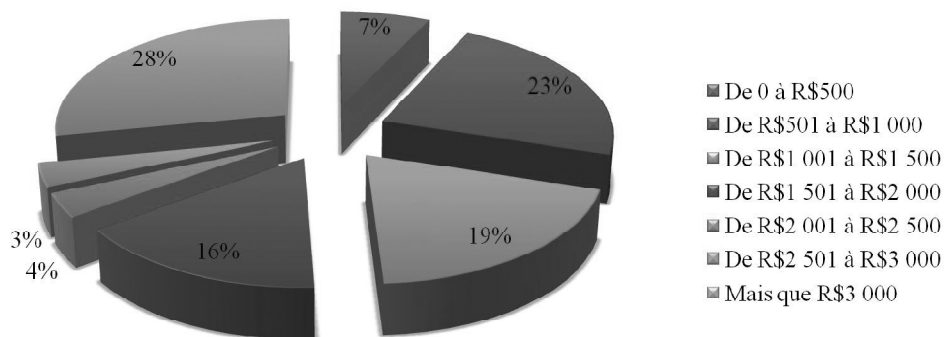
Em relação às principais hortaliças consumidas pelos entrevistados, as mais citadas, em ordem decrescente, foram: alface, tomate, cenoura, rúcula e couve. Em relação aos entrevistados que afirmaram consumir produtos orgânicos, a relação foi a seguinte, em ordem decrescente: alface, rúcula, cenoura, tomate e couve.

Em relação à frequência de compra de hortaliças, 19% disseram comprar este produto de 3 à 5 vezes por semana, 79,3% de uma à duas vezes e 1,7% uma vez a cada 15 dias.

Dos entrevistados 22,4 % têm entre 21 a 30 anos, 20,7 % têm entre 31 a 40 anos, 24,1 % têm entre 41 a 50 anos, 15,5 % têm entre 51 a 60 anos e 17,2 % têm mais de 60 anos.

O nível de escolaridade das pessoas da amostra foi compreendido em: ensino fundamental incompleto 36,2 %; ensino fundamental completo 13,8 %; ensino médio incompleto 1,7%; ensino médio completo 20,7 %; ensino superior incompleto 6,9 %; ensino superior completo 17,2 %; e pós-graduação 3,4 %.

Figura 7. Renda mensal familiar dos entrevistados.



Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

A renda mensal familiar dos entrevistados se destacou principalmente com a segunda e última faixa em ordem crescente, ou seja, 23% R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e 28% da amostra recebem mais de R\$ 3.000,00 por mês.

O próximo tópico será destinado à análise das experiências de comercialização

de alguns grupos de produtores, evidenciando as estratégias adotadas por cada um com vistas a auxiliar as associações em sua inserção no mercado.

Comercialização de produtos orgânicos de origem familiar na Região

Pontos de venda em Piracicaba

O mercado municipal de Piracicaba é localizado no centro da cidade e comercializa grande variedade de produtos, entre eles, frutas e verduras, que são vendidos em diversos estabelecimentos dentro do galpão do mercado.

Em visita a estes estabelecimentos, foi constatado que produtos orgânicos não são comercializados no local e, que a maior parte dos comerciantes não têm interesse em comercializar tais produtos, principalmente pela baixa demanda no local (cerca de 2% dos consumidores segundo alguns comerciantes), vale destacar que alguns balconistas não apresentavam conhecimento sobre a definição de produtos orgânicos, o que também pode ser considerado uma barreira para comercialização desses produtos no local.

Segundo levantamento junto aos próprios comerciantes, os principais produtos comercializados dentro do Mercado Municipal de Piracicaba no setor de hortifruti, são banana, laranja, tomate e verduras em geral.

Há também estabelecimento comercial "Rancho Orgânico", situado no bairro São Dimas em Piracicaba - SP, que sempre comercializou produtos orgânicos e ainda disponibiliza produtos chamados "naturais", ou seja, produtos que são tratados sem agrotóxicos, mas acabam recebendo algum aditivo químico durante o processo de adubação.

Os produtos vendidos na loja são provenientes de diferentes produtores orgânicos certificados e não certificados da região, sendo que parte dos produtos é cultivada pelos próprios proprietários dos estabelecimentos, os quais são certificados pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO). Segundo a proprietária, a certificadora promove visitas esporádicas com data marcada e surpresa, tanto na loja onde os produtos são vendidos como na fazenda onde são produzidos. O gasto total com a certificadora é de aproximadamente R\$ 1.000 por ano para a loja e de R\$ 800 para a fazenda. Para a produtora o custo "vale a pena".

Em linhas gerais, de acordo com a vendedora do local, o comércio de produtos orgânicos na região é bastante restrito, com clientes fixos que possuem conhecimento sobre as vantagens que os produtos orgânicos oferecem, sobretudo no que diz respeito à saúde. Também explica que entre esses clientes, a certificação é muito valorizada e exigida.

Os produtos orgânicos comercializados no local sem certificação provêm de

agricultores conhecidos os quais os proprietários do estabelecimento confiam que a produção segue as diretrizes orgânicas, contudo foi ressaltado que muitos desses produtores têm dificuldade de comercializar seus produtos como orgânicos, sendo necessário muitas vezes a comercialização como produtos convencionais.

Os produtos vendidos na loja são de grande variedade, grãos, frutas, verduras, legumes, manufaturados como sucos e geléias, sendo que apenas frutas, verduras e legumes são produzidos na propriedade da empresária.

Outro estabelecimento pesquisado foi o comércio varejista Fruta e Cia, que comercializa produtos orgânicos há mais de três anos em Piracicaba - SP e, segundo o proprietário do estabelecimento, sua loja entrou nesse ramo devido à procura dos clientes por alimentos mais saudáveis e menos prejudiciais ao meio-ambiente.

A aquisição dos produtos pelo estabelecimento é feita de duas formas distintas: uma é a compra direta do produtor rural e a outra é a compra através de atravessadores (os quais compram o produto em grande quantidade do produtor rural e revendem ao comércio varejista).

A "Fruta e Cia" comercializa somente produtos orgânicos certificados, pois "é impossível saber se o alimento é realmente orgânico se o mesmo não tem o selo de certificação" diz o proprietário. O mesmo relata que o produto orgânico não certificado, devido a sua incredibilidade, é comercializado ao mesmo preço do produto convencional.

Segundo o empresário, o fato de os produtos orgânicos custarem 20% ou 30% a mais que os produtos convencionais não têm impedido o aumento gradativo da demanda por esses alimentos de maior qualidade, "... o consumidor é fiel a esse tipo de alimento...", afirma o proprietário.

Os alimentos orgânicos de maior aceitação no local são as folhas, o tomate e o morango. Um setor promissor, que tem pouca exploração no mercado segundo o estabelecimento, é o de frutas orgânicas. O proprietário explica que a clientela em geral procura muito por essas frutas diferenciadas - de maior qualidade -, entretanto, o mercado atual não tem suprido essa demanda. As cartilhas de consumidores, comerciantes e produtores mostram o desconhecimento por partes dos consumidores em relação aos alimentos orgânicos, e isto faz com que os produtores tenham pouco incentivo na diferenciação dos seus produtos, assim, as cartilhas têm o intuito de mostrar para os consumidores uma nova gama de produtos, orientar os produtores em como entrar em um novo mercado e mostrar esta oportunidade de um novo nicho para os comerciantes.

No estabelecimento comercial "Vivenda Eco", o qual se situa no centro da cidade de Piracicaba - SP, foi entrevistado um dos proprietários do local, o senhor Fábio Ros. Segundo Ros, a loja existe há alguns anos, e desde o seu início comercializa

produtos orgânicos e naturais (os quais não possuem certificação). Os fornecedores da "Vivenda Eco" são Yamaguishy, Korin, Cultivar, Nascente, Rinaldi, a fazenda São Florindo e a chácara Nazaré, além da produção própria de orgânicos, a qual vende sem certificação, devido à credibilidade perante os clientes.

O comerciante afirma que a demanda por orgânicos tem crescido paulatinamente, no entanto sem alteração significativa em seu preço, o que tem causado um rareamento na oferta desses produtos. Segundo Ros, o mercado é promissor para esta categoria de produtos, tanto que afirmou ter comprado outra loja de orgânicos em Piracicaba recentemente. Para ele, há poucos pontos de venda de orgânicos no município, dos quais destacou: Fruta & Cia, Pão de Açúcar e Carrefour.

O proprietário explicou que os produtos mais procurados e vendidos são tomate, verduras e folhas em geral e os cereais, contudo afirmou que estes são mais difíceis de serem produzidos organicamente e, portanto, a produção das outras culturas é substancialmente maior.

Na mesma linha, o produtor assegurou que existe uma "redundância" na produção de orgânicos no Brasil, pois segundo ele, os agricultores em sua maioria produzem os mesmos produtos na mesma época do ano, fazendo com que haja saturação de alguns produtos e escassez de outros em determinados períodos.

Segundo proprietário da "Frutas e Cia", "...a demanda continuará crescendo e o consumidor não se importa em pagar 20% ou 30% mais caro por esses produtos de maior qualidade...". Para o representante da "Vivenda Eco", "...se os produtores fossem capazes de ofertar diversas variedades de orgânicos ao longo de todo o ano, esse mercado já teria se expandido muito mais..." .

Pontos de Venda em Americana

No município de Americana - SP, a pesquisa foi realizada em duas redes de supermercado - São Vicente e Pague Menos - que totalizam oito supermercados na cidade, e em quatro outros supermercados - Brait, Tatu, Pitolli e São Vito. Desses estabelecimentos, atualmente apenas o Brait e Tatu comercializam produtos orgânicos, ambos compram da Korin, produtora de Ibiúna, a qual também relatou que a procura por esse tipo de produto é pequena, abrangendo principalmente as hortaliças.

Assim, constatou-se que dos supermercados pesquisados 83% não comercializam produtos orgânicos no setor hortifrutí, sendo que a rede São Vicente apresenta interesse em comercializar produtos orgânicos futuramente.

Além dos tradicionais estabelecimentos comerciais, ainda se encontra na cidade uma loja especializada no comércio de produtos orgânicos, a DAYLUZ, que comercializa tanto produtos certificados como não certificados, provenientes de produtores que possuem credibilidade junto à loja.

Perspectiva dos produtores de Piracicaba, Americana e região

Em entrevista realizada com uma produtora de orgânicos sem certificação, em Piracicaba - SP, a concorrência e as dificuldades na comercialização dos produtos foram levantadas como fatores que a obrigam vender seus produtos aos preços dos convencionais.

Trabalhando com orgânicos cerca de dez anos, sempre sem certificação, a produtora não possui perspectivas positivas para o mercado de orgânicos, principalmente devido ao desconhecimento da população sobre os benefícios ou mesmo do significado de produtos orgânicos. Dentre as dificuldades encontradas na comercialização, ela destacou a necessidade de compra de embalagens especiais para orgânicos. Os produtos comercializados são hortaliças, legumes e frutas.

Já na entrevista realizada no sítio situado em Anhumas, região de Piracicaba, presente há três anos no mercado de orgânicos, o objetivo principal da produção é a restauração ambiental. A certificação sempre foi utilizada, primeiramente com a BCS (certificadora alemã), mas devido ao desconhecimento da mesma no Brasil e a incompatibilidade com a certificadora dos compradores, que leva à necessidade de passar pelo processo chamado de reciprocidade durante a negociação do produto com essas empresas, ou seja, os padrões de qualidade do produto de determinada certificadora têm de ser igual aos das outras certificadoras, a propriedade obrigou-se a mudar de certificadora.

Assim, há dois anos a produtora passou a trabalhar com o certificado IBD. A opção por este selo se deve ao fato desta certificadora ser a mais conhecida e aceita, além de ser usada pela maioria dos compradores de seus produtos, que no caso desta produtora são os atacadistas, não precisando assim, ter que enfrentar o processo de reciprocidade, que existia com a outra certificadora. Algumas desvantagens também são levantadas na certificação IBD, destacando-se o excesso de burocracia e regras que aumentam o custo da produção e conseqüentemente o custo final dos produtos.

Apesar de estar no mercado há três anos, a produtora não teve retorno sobre o investimento realizado até o momento, sendo que ainda possui outras fontes de renda e seus familiares trabalham em outras atividades. Devido às dificuldades atuais a produtora se mostrou cética à perspectiva de mercado, chegando a afirmar que é impossível viver apenas da produção de orgânicos.

Além dos atacadistas, a produtora também comercializa seus produtos com a cooperativa CAISP (Cooperativa Agrícola de Ibiúna - SP), que fica encarregada de coletar os produtos e fazer a distribuição, a Cultivar Orgânico e a APOI (Associação de Produtores de Orgânico de Ibiúna - SP). Apesar de ter mercado

para os seus produtos, a produtora reclama das dificuldades de encontrar outros consumidores para quem possa vender seu produto a um preço mais elevado. Afirmou que o problema ocorre devido à logística ser muito ruim e seus custos muito altos, já que os varejistas (consumidores potenciais) compram em pequena escala e estão distantes do local de produção. Ela considera que é inviável a comercialização direta ao consumidor final, já que os custos com a entrega se elevariam muito.

O estabelecimento tem um custo fixo aproximado de R\$ 800,00 com o processo de certificação, além dos custos adicionais para a adaptação do sistema às exigências da IBD, que elevam o preço em demasia. O principal item de custo de produção é a mão-de-obra, já que a produção é em pequena escala e pouco mecanizada. Os principais produtos são as olericulturas, tais quais: quiabo, vagem, abobrinha e tomate.

A produtora tem uma perspectiva pessimista para o setor, pois, segundo a mesma, os consumidores ainda não são muito conscientes dos benefícios que os orgânicos trazem. Por outro lado, há certa desconfiança quanto à qualidade dos alimentos orgânicos, pois vários produtores vendem seu produto como orgânico, mas não são certificados e acabam usando insumos que produtos do gênero não usam, como defensivos e fertilizantes químicos (apesar de ser em escala menor). A venda direta ao CEASA também contribui para a *comoditização* do produto, já que muitas vezes são vendidos como produtos comuns e pelo preço dos alimentos convencionais, embora produzidos de forma orgânica.

Buscando a perspectiva de mercado dos produtores de orgânicos da cidade de Americana - SP, foi entrevistada a ajudante do produtor Manoel Messias Lobo, Fátima Santarosa. Trabalhando com orgânicos há cinco anos, há seis meses o produtor fundou uma associação, a APOAR (Associação dos Produtores de Orgânicos de Americana e Região), constituída por sessenta e oito associados, dos quais uma pessoa é empregada e os demais são todos voluntários da associação, também possui três fazendas produtoras, das quais uma localiza-se em Americana - SP e as outras duas no município de Nova Odessa - SP.

A associação é filantrópica, por conta de uma decisão particular do fundador: há cinco anos sua mulher teve câncer e o médico recomendou que ela melhorasse a sua alimentação com uma dieta mais natural. Assim, o produtor ao procurar alimentos orgânicos na cidade de Americana encontrou uma grande dificuldade em obtê-los, tendo assim de recorrer ao mercado de São Paulo. Depois de algumas viagens, amigos e pessoas mais próximas foram se interessando por esse tipo de alimento e cada vez mais as encomendas aumentaram em suas viagens, incentivando-o a começar produzir orgânicos em Americana

Para os produtores da APOAR, a perspectiva para o mercado é grande principalmente devido ao trabalho de base que está sendo realizado para conscientizar as pessoas sobre os benefícios gerados pelo consumo de produtos orgânicos. Assim, o objetivo da associação, além de cultivar orgânicos, é mostrar para as pessoas a necessidade de conhecer o produto, de que forma os consumidores interessados podem visitar as fazendas e aprender sobre a produção de orgânicos, derrubando os preconceitos existentes sobre a produção e consumo desses alimentos.

O produtor de Americana - SP também está no estágio final do curso de certificação para o selo ANC (Associação Natural de Campinas), podendo assim se tornar um certificador. Após o curso o Senhor Manuel pretende viabilizar a certificação participativa através da APOAR.

"Quero ser certificador, mas não quero o selo, quero ter uma bandeira", diz o produtor, "o objetivo é ter uma certificação participativa". Esta certificação vem crescendo bastante no estado de São Paulo através do Trabalho de pesquisadores do IEA.

Segundo a entrevistada, a APOAR é um projeto de grande porte, sendo que uma de suas funções será ensinar os pequenos produtores, através de um técnico especializado, a plantar o alimento mais viável para cada solo.

A associação também possui uma loja para a venda de seus produtos, a DAYLUZ, localizada no município de Americana - SP que também vende produtos de outros produtores.

AAPOAR produz os produtos que são mais comercializados, entretanto o lucro não é o principal objetivo, "os produtos orgânicos estão baseados numa filantropia, a associação não planta só para vender, a priori nós plantamos para nós próprios só em segundo caso é que são vendidos para as outras pessoas, e o que não for vendido é doado, e todo o ganho da venda é destinado para a melhoria das plantações, ninguém recebe nada para trabalhar na associação", diz Fátima. Vale ressaltar que a entrevistada disse que os alimentos doados não são "restos", mas os mesmos alimentos que os consumidores compram, eles são doados para creches e asilos com o objetivo de melhorar a dieta dos que os receberem e evitar desperdícios com a deterioração dos mesmos caso não sejam vendidos no dia.

A loja não possui selo, mas alguns produtos de fora são certificados pelo IBD, Yamagushi, Native, entre outras, sendo que os únicos produtos sem selo vendidos na loja são da APOAR e de outras associações da região.

AAPOAR pretende contratar um engenheiro agrônomo para inspecionar os alimentos, mas por enquanto a inspeção é feita pelo próprio produtor. Os alimentos produzidos pela associação são: folhas em geral, temperos, ervas, ervas medicinais, frutas (dependendo da época) e também leite orgânico.

Perspectiva dos produtores certificados pelo IBD na região

A maioria dos produtores entrevistados produz orgânicos há quatro anos em média, alguns mais novos com dois anos apenas de produção e uma grande exceção, um produtor que está há trinta anos no mercado. Entre esses, apenas um produtor afirmou não encontrar boas perspectivas para o mercado, os mercados interno e externo foram encarados em fase de ascensão, e alguns produtores possuem problemas com a divulgação e diferenciação dos produtos.

Empresas de comercialização (*trading*) vêem como um problema o fato dos produtos orgânicos não terem uma organização estruturada como a das *commodities agrícolas*, que possuem bolsa de valores e de mercados futuros, preços internacionais, etc. Assim, entendem que o mercado não é transparente e que a entrada de grandes empresas no setor constitui-se um fator positivo para o mercado de orgânicos.

Muitos produtores afirmam que a certificação representa um grande diferencial e que de outra forma seria impossível a comercialização, mas existem produtores que não vêem benefícios na certificação. As principais desvantagens citadas se referem ao custo da auditoria, que em alguns casos significa boa parte dos custos totais de produção. Também são apontados como fatores negativos e entraves a lentidão, a burocracia do processo e a demora em conseguir respostas da empresa auditora.

Entre as vantagens relacionadas à certificação está a existência da adequação ambiental exigida por algumas certificadoras, que levou parte dos produtores a entenderem os orgânicos como promissores pela mudança para um novo sistema produtivo (respeito ao meio ambiente). Outra vantagem citada foi o treinamento, a assistência técnica e os conhecimentos passados pelas certificadoras aos produtores.

A inspeção da certificadora, segundo os produtores, é feita em várias etapas. Todos os produtores são visitados ao menos uma vez cada ano, por técnicos da certificadora, que analisam se o modo de produção orgânico esta sendo adotado. Relatórios sobre os insumos utilizados são enviados para as certificadoras junto com notas fiscais e outros documentos para que durante a produção a certificadora possa acompanhar o processo. Os escritórios dos certificados também são vistoriados para a busca de informações sobre o processo de produção dos mesmos. Em algumas certificadoras visitas surpresas são adotadas como modo de aumentar a confiabilidade do processo de vistoria. Em muitos casos ter um agrônomo, contratado pelos próprios produtores, ajuda para que as análises sejam realizadas mais rapidamente.

A comercialização dos produtos é realizada de diversas maneiras: Internet, redes de varejo (grandes e pequenas), revendedores, distribuidores, telemarketing, exportação, venda na própria fazenda e cestas de produtos. As maiores dificuldades

estão no tamanho do mercado, que ainda é muito pequeno, e na criação de contato com o consumidor foco dos produtos orgânicos.

Alguns produtores estão investindo na área de degustação do produto, outros utilizam os recursos do governo, pela CONAB, para comercializar seus produtos. O movimento comércio justo (*Fair Trade*), que vê o mercado de orgânicos como justo e ambientalmente correto, representa um facilitador na atuação neste nicho de mercado, especialmente exportando para países onde tal nicho está mais desenvolvido, como a Europa. A industrialização dos produtos in natura também foi citada como um meio para agregação de valor ao produto e facilitação da exportação do mesmo.

Os orgânicos produzidos pelos produtores entrevistados foram: soja, cachaça, palmito pupunha, café, maracujá, gado de corte, gado de leite, ovos, hortaliças em geral, ervas medicinais, lichia, mandioca, pitaya, milho, feijão, sementes de adubação verde, húmus, mudas de flores, mussarela de búfala, limão, lima da pérsia, condicionador de solos, calcários calcítico e dolomítico, óleo de soja, iogurte, frango, trigo, aveia, uvas, mel, suínos, suco de laranja, laranja, pokan, morgote, laranja lima, manga, berinjela, tomate, molho de tomate, banana nanica, abobrinha, batata, cebola, vagem, pepino, abacate, sucos concentrados congelados, sucos desidratados, abobrinha italiana e quiabo.

Perspectivas de profissionais especializados em auditoria e consultoria para a produção de orgânicos

Buscando a opinião de técnicos da área de produção e comercialização de produtos orgânicos, foram entrevistado Rogério Haruo Sakai, da Orgânico Consultores Associados e Samuel Telhado, mestrando na área em questão que analisaram a comercialização e mercado de orgânicos. Seguem as principais conclusões dos mesmos sobre o assunto.

Perspectivas para o mercado de orgânicos

As perspectivas para o mercado de orgânico são positivas, mas ainda constitui-se em um nicho de mercado caracterizado pelas classes mais altas da sociedade. Entretanto, o objetivo é que o produto orgânico atenda a todas as classes sociais, já que o custo de produção do orgânico tende a cair ao longo dos anos, conforme a lavoura entre em equilíbrio, sendo até mais barato do que os produtos tradicionais em certas épocas por não depender de insumos industriais derivados do petróleo.

Quais as vantagens e desvantagens na certificação dos produtos? A utilização de certificado representa um diferencial importante para a comercialização dos produtos?

A certificação orgânica funciona como um selo de qualidade que o consumidor pode confiar já que muitos consumidores não conhecem o produtor, além de ser norma da produção orgânica. A certificação funciona como um atestado de uma entidade neutra, cujo interesse é zelar pela qualidade do produto. Como o consumidor pode confiar em um produto orgânico comprado em uma grande cadeia de supermercados? É preciso ter uma rastreabilidade do produto, da roça até o prato do consumidor.

A desvantagem da certificação está no fato dela ter um custo para o produtor, que muitas vezes não tem como cobrir esses gastos adicionais, principalmente na fase de transição da lavoura, de convencional para orgânico. Algumas certificadoras cobram valores fora da realidade do pequeno produtor, razão pela qual o mesmo deve fazer uma boa pesquisa antes de escolher a certificadora. A mesma além de ser credenciada junto ao Ministério da Agricultura deve atingir os objetivos do produtor, por exemplo, não há necessidade de um certificado de exportação se a pretensão é vender apenas no mercado nacional.

A certificação também representa um diferencial muito grande para o produtor que tem a intenção de expandir seu mercado, pois sem a certificação só é permitido a venda sob o termo "orgânico" quando se a venda é direta do produtor para o consumidor final. Mesmo com a venda direta, é muito complicado saber se o produtor faz uso de práticas conservacionistas ou não, considerando sua propriedade como um todo e não apenas uma unidade de produção. É comum o produtor convencional dizer que seu produto é orgânico ou "quase orgânico", já que ele não aplica nenhum agrotóxico, porém, também não cuida das questões ambientais da propriedade e usa adubos químicos.

A certificação é importante para evitar casos apresentados pelos entrevistados quando flagraram produtores orgânicos em fase de conversão utilizando produtos proibidos na tentativa de burlar a certificadora, eventos que ocorrem pela tentativa de produtores convencionais de entrar no mercado orgânico sem ter uma consciência agroecológica, mas apenas para atingir um novo mercado consumidor.

Como é feita a inspeção das certificadoras? Estas inspeções conseguem atingir seu propósito?

Na grande maioria dos casos a certificação atinge seu objetivo, que é aprovar que o produto que o consumidor compra segue todas as normas. As inspeções atingem o seu propósito se a certificadora contar com um bom corpo de inspeção. Uma entidade pouco capacitada também não vai atingir nenhum propósito, além de reduzir sua credibilidade e de seus produtos.

A única coisa que a certificação não garante é de mudança da mentalidade do produtor que pode entrar no mercado apenas pelo fator financeiro e não pela consciência ecológica.

Caso fosse um produtor, como comercializaria seus produtos? Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades no comércio?

Os consultores apontaram a venda através de uma cooperativa ou pelo menos em sociedade com outros produtores como uma alternativa a comercialização, obtendo maior facilidade de contato com grandes redes de supermercado e empresas especializadas em orgânicos. A idéia principal é evitar ao máximo os intermediários, que encarecem o produto.

A dificuldade está ligada à falta de produtos com certa regularidade, a qual é a maior queixa dos comerciantes. Outro ponto é a falta de padrão entre os produtos, principalmente devido à falta de acompanhamento técnico.

Os produtores podem ter vantagens em participar de feiras orgânicas, vendendo os produtos a granel e permitindo a escolha dos consumidores.

Quais tipos de produtos você produziria?

Existem alguns produtos agrícolas que tem baixa oferta de produção orgânica e tem preço muito alto, como as frutas, grãos (soja, arroz, feijão, milho), criação de animais, hortaliças e legumes. O mercado está aberto para a venda de qualquer produto, desde que não sejam produtos exóticos.

Os alimentos de maior retorno atualmente, mas que também exigem alta tecnologia são batata, morango e legumes diversos (pimentão, abobrinha, etc.). Frango e leite de vaca ou cabra são boas opções.

O pequeno produtor sem assistência técnica não consegue produzir produtos de alta tecnologia, pois são necessários conhecimentos técnicos de agronomia. É exatamente por essa exigência que são produtos mais caros e com poucos produtores.

Assim, como vimos com os depoimentos destes consultores, os pequenos produtores enfrentam muitas dificuldades para a inserção no mercado de orgânicos por causa dos custos e da burocracia. Deste modo, uma alternativa talvez seja um novo tipo de certificação, menos burocrática e mais barata. Esta alternativa é a certificação participativa, a qual está ainda em estado embrionário em São Paulo e é mais desenvolvida no Sul.

Conclusões e Recomendações

Os levantamentos de campo realizados mostraram a existência de uma dissonância entre pequenos produtores familiares e comerciantes de produtos de alimentos orgânicos na região de Americana e Piracicaba, uma vez que o mercado destes produtos é considerado instável e de alto risco pelos produtores.

No entanto, a opinião dos comerciantes de produtos orgânicos ressalta a evolução do mercado, sendo enfáticos ao afirmar que a demanda de produtos orgânicos tem

crescido e continuará nesta trajetória nos próximos anos. Essa divergência de opiniões relaciona-se principalmente ao fato de os produtores receberem a menor parcela no valor final praticado junto ao consumidor, arcando com os custos elevados da produção e certificação e com os riscos da atividade agrícola.

A comercialização dos produtos orgânicos ainda pode ser considerada o maior entrave para que os pequenos produtores de alimentos se estabilizem no mercado, uma vez que a falta de recursos dificulta a obtenção da certificação na produção. Este processo está se tornando muito importante para a inserção nos mercados interno e externo, uma vez que a permitem a prática de preços mais elevados. A escolha da certificadora também costuma seguir seu reconhecimento e credibilidade no mercado.

Assim, para que os pequenos produtores consigam se inserir no mercado de grandes redes distribuidoras, a certificação é indispensável, sendo a modalidade em grupo uma saída mais econômica em pólos produtores de orgânicos, ao menos enquanto não se formaliza uma rede nacional de certificação participativa, cujo objetivo seria reduzir os custos da certificação, melhorar a remuneração aos produtores e reduzir os preços pagos pelos consumidores, contribuindo assim, para o crescimento do mercado de orgânicos.

Os preços elevados, junto à falta de informação dos consumidores, caracterizam os principais obstáculos para o aumento da demanda por orgânicos, sendo assim, a divulgação dos conceitos passa a ser fundamental para aumentar o consumo de orgânicos, focando os benefícios para a saúde humana e o meio ambiente.

Como estratégias de vendas, a comercialização com grandes redes apresenta problemas, uma vez que o poder de barganha exercido por esses agentes, decidindo preço e quantidade a ser comprada, desestabiliza a produção dos pequenos produtores. Sendo assim, estabelecimentos especializados e feiras orgânicas ainda configuram-se como a melhor alternativa para os pequenos produtores, mesmo sendo nos supermercados a comercialização do maior volume de hortifruti.

Outro grande problema que os produtores vêm enfrentando é a falta de continuidade do apoio direto de projetos como este, provenientes de grupos de extensão, já que após o término do projeto e conseqüente renovação dos membros dos grupos, o interesse pelo mesmo se dissipa. Os produtores passam a ter idéias, mas falta de capacidade de implantação de estratégias formadas pelos grupos de extensão, já que não há um treinamento e ou acompanhamento adequado pelos grupos de extensão universitários.

Com este trabalho fica claro que a posse da terra pelos pequenos produtores rurais, assentados ou não, não garante sua fonte de renda, qualidade de vida e a

capacidade de introdução de sua produção no mercado de maneira competitiva. Por isso recomenda-se que exista um processo de extensão e assistência técnica às famílias de agricultores familiares de maneira integrada (diferentes grupos e organismos atuantes em áreas diversas), atendendo desde aspectos técnicos de produção e certificação a estratégias de posicionamento de seus produtos no mercado, estabelecimento de parcerias com prefeitura, restaurante e pontos de venda especializados; e treinamento e capacitação dos produtores no gerenciamento de todos os processos de produção.

Outra ação importante para a agricultura familiar seria a implantação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional nas quais estes produtores fossem incentivados a produzir alimentos para distribuição e consumo local em feiras, varejões, merenda escolar e restaurantes populares. Outra alternativa seria a educação das pessoas para consumirem alimentos mais saudáveis e frescos, incentivando, pelo mercado, a pequena produção de alimentos.

Finalizando, acredita-se que este assunto deve constar na agenda de pesquisa de economistas, sociólogos, antropólogos e gestores, que devem focar como viabilizar a inserção de mercado, a geração de renda e a sustentabilidade da produção familiar e de pequena escala, incluindo estes fatores na discussão da reforma agrária e de outras formas de geração de renda no campo.

Referências

- BLANCO, E.S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, 2004.
- DAROLT, M.R. **A Sustentabilidade do Sistema de Agricultura Orgânica**: um estudo da região metropolitana de Curitiba. Curitiba: UFPR/IAPAR, 2000.
- FONSECA, M.F.A.C. **A Certificação de Alimentos Orgânicos no Brasil**. Rio de Janeiro: PESAGRO-RIO, 2001.
- SILVA, J.P. As possíveis contribuições do turismo rural no combate ao êxodo rural. **Revista Turismo**, 2005.
- VASCONCELOS, G.B. **Certificação na Agricultura Orgânica**: passado, presente e perspectiva. Relatório de estágio. Piracicaba, 2000.

APÊNDICE 1

Questionário aplicado aos consumidores

- A. Cód. Entrevistador: _____
B. Data: ____/____/____ C. Hora/início: ____:____
D. Local da entrevista: _____

Esta pesquisa tem o objetivo de avaliar o potencial de mercado para produtos orgânicos. A entrevista é de caráter acadêmico e as informações individuais terão seu sigilo preservado.

1. Você conhece alimentos orgânicos?

(1) Sim (0) Não

Definição _____ do
entrevistado: _____

Ler definição padrão de orgânico

2. Você consome alimentos orgânicos?

(1) Sim (0) Não

Qual a razão (espontânea):

3. Acredita que o custo para produzir um produto orgânico é maior do que um convencional?

Sim (1) Não (0) Não sei

(2) Muito

(3) Razoável

(4) Pouco

4. Indique as 2 principais razões que o levariam/levam a consumir produtos orgânicos?

(mostrar a pizza)

() Meio ambiente

() Saúde

() Qualidade

() Disponibilidade

() Preço

() Confiança

() Outros: _____

1 = 1° escolhido
2 = 2°

5. Já viu a comercialização de produtos orgânicos?

(1) Sim (0) Não

1. _____

Onde?

2. _____

6. Se um produto Não-orgânico custa R\$ 1,00 o Kg, qual o preço máximo que você pagaria por um produto orgânico "idêntico"?

(_____)

7. Você conhece os certificados de orgânicos?

(1) Sim (0) Não

Ler definição padrão de certificação

8. Confia/confiaria nas certificadoras ou nos selos de produtos orgânicos?

(3) Muito (2) Razoável (1) Pouco

9. Você confia/confiaria nos produtores sem certificação que dizem produzir produtos orgânicos?

(3) Muito (2) Razoável (1) Pouco (0) Não sei

Ler definição padrão de hortaliça

10. Indique as principais hortaliças que você consome normalmente?

1. _____ 4. _____

2. _____ 5. _____

3. _____ 6. _____

11. Com que frequência compra hortaliças?

(1) Todos os dias

(2) 3 à 5 vezes por semana

(3) 1 à 2 vezes por semana

(4) 1 vez a cada 15 dias

(5) 1 vez a cada 30 dias

12. Em que faixa etária você se encontra?

- (1) 20 anos ou menos. (4) De 41 a 50 anos.
(2) De 21 a 30 anos. (5) De 51 a 60 anos.
(3) De 31 a 40 anos. (6) Mais de 60 anos.

13. Qual é o seu nível de escolaridade?

- (1) Ensino fundamental incompleto.
(2) Ensino fundamental completo.
(3) Ensino médio incompleto.
(4) Ensino médio completo.
(5) Ensino superior incompleto.
(6) Ensino superior completo.
(7) Pós-graduação

14. Sua renda familiar mensal se situa entre: (pizza)

- (1) 0 a R\$ 500,00
(2) R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00
(3) R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00
(4) R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00
(5) R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00
(6) R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00
(7) Mais de R\$ 3.000,00

13. Bairro onde reside: _____

Hora /término ____:____

Deseja receber os resultados agregados da pesquisa?

Tel. (____)____-_____.

E-mail: _____@_____

Anotações:

APÊNDICE 2

Questionário aplicado aos estabelecimentos

A. Cód. Entrevistador: _____

B. Data: ____/____/____ C. Hora/início: ____:____

D. Local da entrevista: _____

E. Local:

Perguntas para estabelecimentos:

- ✓ O local comercializa produtos orgânicos? Quem os fornece?
- ✓ O local apresenta interesse em comercializar produtos orgânicos?
- ✓ Qual é a demanda por esse tipo de produto?
- ✓ O local conhece outros pontos de venda de orgânicos (concorrência)?
- ✓ Quais os produtos que são mais vendidos no estabelecimento?

Hora /término ____: ____

Deseja receber os resultados agregados da pesquisa:

Tel. (____) ____ - ____.

E-mail: _____@_____

A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS EM MERCADO NÃO TRADICIONAL: UM ESTUDO DE CASO

Antonio Wagner Pereira Lopes¹
Sílvia Maria A. Lima Costa²

Resumo: O trabalho objetiva analisar o sistema produtivo de um produtor de hortaliças orgânicas na cidade de Ilha Solteira - SP. Este caso destaca-se por dois contextos importantes: um primeiro, mais geral, diz respeito à busca por parte dos consumidores, por melhor qualidade no consumo de alimentos. Apesar disto, em pequenas cidades, tais como Ilha Solteira, não existe adequação dos estabelecimentos varejistas e, portanto, demanda claramente definida para o consumo de produtos orgânicos. Em segundo lugar destaca-se o pioneirismo do sistema produtivo em questão, ressaltado pela inexistente orientação, tanto para o cultivo de produtos orgânicos local e regional (seja nos espaços constituídos de reassentamento e assentamentos rurais ou na composição da oferta agrícola regional) quanto para o consumo. O trabalho conclui que, embora sinalize satisfação com as atividades, o produtor não tem logrado otimizar as oportunidades potenciais de mercado, ao deixar de promover a comercialização de seus produtos junto a segmentos de consumidores que possam pagar melhores preços pelos mesmos.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Produção Orgânica; Reassentamento Rural.

Abstract: This work aims to analyze the productive system of an organic vegetables grower in Ilha Solteira town, in the State of São Paulo. This case is distinguished by two important contexts: first, the most general, is that consumers seek better quality as to the food consumption. Although, in small towns, as Ilha Solteira, it does not exist adequacy in the retail establishments,

¹Aluno do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Unesp, Ilha Solteira/SP.

²Docente do Departamento de Fitotecnia de Alimentos e Sócio-Economia, Unesp, Ilha Solteira/SP.

and hence there isn't a clearly defined demand for organic products consumption. Secondly, it is highlighted the pioneering of the productive system in question, with emphasis to the lack of orientation either for local and regional production of organic goods (as in the places constituted by re-settlement and rural settlements as in the composition of regional agriculturalist offer) or for the consumption. The investigation concludes that, even the activities means the producer satisfaction, he has not taken advantage of the optimization from potential market opportunities, when he does not promote sales of his products tied for segments of targeted consumers who can buy them at better prices.

Keywords: *Family Agriculture; Organic Production; Rural Re-settlement.*

Introdução

Proporção importante da sociedade contemporânea tem se revelado crítica quanto aos padrões de consumo alimentar humano baseado em produtos originários de sistemas produtivos intensivos em insumos de origem química. Busca-se por modos de vida saudáveis e sustentáveis, o que inclui revisões nos padrões e hábitos alimentares. Disto decorre mudanças nos níveis de consciência alimentar que se voltam para a busca, através dos alimentos, por mais longevidade associada à prevenção e até mesmo a cura de doenças, além da satisfação dos requerimentos diários recomendados de carboidratos, minerais, proteínas e vitaminas.

Uma alimentação saudável, crescentemente valorizada pelos consumidores, é popularmente entendida como aquela que, além de rica em frutas, verduras e legumes, seja inócua. Entende-se por inócua o alimento não nocivo ao consumidor, livre ou com baixas cifras de metais pesados, resíduos antimicrobianos de defensivos agrícolas, bactérias patógenas ou outros componentes que afetem negativamente a qualidade intrínseca dos produtos.

A dimensão sustentável destes novos padrões de vida associa-se também a preocupação com os impactos proporcionados ao meio ambiente pela prática da agricultura tradicional, assim como pelas potenciais limitações que os sistemas produtivos tradicionais podem impor no futuro, em consonância com o próprio conceito de sustentabilidade ambiental, tal como apresentado, entre outros autores, em Souza Filho (2001).

Neste contexto, a procura por produtos orgânicos tem aumentado significativamente junto aos consumidores.

No principal relatório econômico internacional do setor orgânico, *The World of Organic Agriculture*, elaborado pela Federação Internacional dos Movimentos de

Agricultura Orgânica (IFOAM, 2007), o Brasil aparece com cerca de 15 mil produtores orgânicos. Entretanto, a mesma entidade estima que esse número chegaria a 19 mil produtores no mesmo período, se considerados tanto os produtores com certificação quanto aqueles não possuidores certificação de qualquer entidade.

A produção orgânica tem sido vista como alternativa factível de geração de renda para o pequeno agricultor familiar (CAMPANHOLA, VALARINI, 2001). Para a produção oriunda de assentamentos rurais, os sistemas orgânicos permitem ofertar alimentos aliando-se viabilidade econômica, social e ambiental (VIEIRA et al., 2006). Campanhola e Valarini (2001), relacionam alguns fatores que explicam tal vantagem comparativa: um primeiro diz respeito à constatação de que as *commodities* tradicionais requerem maior escala de produção para compensar a queda estrutural de preços e aumento dos custos de produção; outro decorre o fato de que produtos orgânicos apresentam características de nichos de mercado e em geral atendem a um grupo restrito e seletivo de consumidores dispostos a pagar um sobrepreço por estes produtos, o que não ocorre com as *commodities*, aspecto que facilita a interação com os consumidores.

Na agricultura familiar, especialmente no âmbito do projeto de reassentamento rural Cinturão Verde da cidade de Ilha Solteira (unidade do território que contém o sistema de produção que se analisa neste trabalho) a produção hortícola para abastecer o mercado local apresenta destacada importância no conjunto das explorações geradoras de excedentes comercializáveis e de renda. Entretanto, seja no âmbito deste projeto de reassentamento, seja no contexto dos demais assentamentos presentes na região do extremo oeste paulista, com exceção da unidade produtiva em análise, não existem iniciativas consolidadas de sistemas produtivos formatados para a produção de culturas orgânicas. Não existe também uma orientação dos órgãos de assistência técnica para a produção para a produção orgânica, assim como não existe uma orientação definida de mercado para o consumo de produtos oriundos da mesma, tal como acontece em municípios de maiores dimensões e de outras regiões do Estado.

O trabalho objetiva discutir o sistema produtivo e a estratégia de condução ao mercado de um produtor de hortaliça orgânica e levantar indicadores sobre o perfil do consumo da produção orgânica na cidade de Ilha Solteira/SP. Este caso destaca-se por dois fenômenos simultâneos: um primeiro, mais geral diz respeito à crescente busca por parte dos consumidores, por mais qualidade no consumo de alimentos. E um segundo, mais específico, em que, não obstante o aumento global da procura por mais qualidade associada ao consumo alimentar e em decorrência aumento do consumo de produtos orgânicos, em Ilha Solteira e região esta é a única iniciativa de que se têm notícias de conversão da produção convencional

para produção orgânica (embora não certificada).

Metodologia

O trabalho refere-se a uma pesquisa exploratória, particularmente um estudo de caso. Para Gil (1999), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias. Habitualmente envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso, que é o pretendido pelo presente estudo. Para este autor, o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tais como: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam levantamentos e experimentos.

Utilizou-se como métodos tanto entrevista pessoal não estruturada e entrevista pessoal estruturada com o produtor do sistema produtivo em análise. Para levantamento de hábitos e perfil dos consumidores, utilizou-se entrevista pessoal estruturada. Observação participante foi utilizada em quatro visitas à propriedade e também em cinco visitas ao ponto de comercialização direta dos produtos. O produtor contabiliza uma média de 100 consumidores na comercialização direta de sua produção. Na discussão conduzida para detalhar o sistema produtivo e inovações envolvidas foi utilizado alguns elementos de teoria neo-shumpteriana e economia do aprendizado.

O sistema produtivo em análise está inserido no contexto produtivo de um projeto de reassentamento rural no município de Ilha Solteira/SP. Esta cidade apresenta uma população estimada, para o ano de 2008, em 25.476 habitantes. Conta com um PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* acima da média do Estado com aproximadamente R\$ 67.084,95 enquanto a média estadual é de R\$17.977,31 (SEADE, 2008).

O projeto Cinturão Verde foi criado no início dos anos 80 pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). A função social do empreendimento foi expressa nos objetivos divulgados à época, quais sejam: *i*) contribuir para a auto-suficiência em produtos agrícolas pelo núcleo urbano de Ilha Solteira; *ii*) reassentar famílias deslocadas pela construção da usina hidroelétrica no município; *iii*) assentar pequenos agricultores sem terra da região. A CESP esteve à frente da administração do projeto até 1993, quando então passou a contar também com a prefeitura municipal. Atualmente a área total de 549,23 ha está dividida em 77 lotes de sequeiro e 25 lotes irrigados (514,17 ha de sequeiro e 35,16 ha irrigados).

No sistema produtivo em análise, o início das atividades com a produção olerícola baseada no sistema convencional deu-se nos anos noventa. Atualmente, de uma área de 9.000 m² de sua propriedade destina uma área produtiva de 3.500m² para a produção olerícola. Seu projeto de conversão da área produtiva para produção orgânica começou a ser implantado no ano de 2001.

Definição de Agricultura Orgânica

Muitas são as definições encontradas na literatura sobre agricultura orgânica, uma proporção delas utiliza enfoque holístico, e outra proporção delas condiciona a produção orgânica à existência de processos de certificação. A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM, 2005) desenvolveu um trabalho de revisão dos conceitos e abordagens existentes com vistas a indicar um conceito considerado pertinente, baseado nos elementos previstos nos Princípios da Agricultura Orgânica (POA). Assim foi indicado o conceito:

Agricultura Orgânica é um sistema de produção sustentável, envolvendo as dimensões ambiental, social e econômica de sistemas produtivos para alimentação, fibras e explorações animais, reciclando nutrientes e reforçando processos naturais que permitem o controle de pragas e doenças, e a manutenção da fertilidade do solo para permitir uma produção contínua. Agricultura orgânica exclui o uso de fertilizantes sintéticos, pesticidas e organismos geneticamente modificados. (IFOAM, 2005).

Esta concepção, segundo Soares e Porto (2006), tem suas origens nos anos 60 quando cientistas alertaram que a alternativa seria uma agricultura que conservasse os recursos naturais, não usasse adubos químicos ou agrotóxicos, mantivesse a fertilidade do solo, a qualidade da água, a biodiversidade, evitasse a contaminação de trabalhadores rurais e dos consumidores dos alimentos. A agricultura orgânica vem sendo objeto de continuadas e pertinentes reflexões. Da perspectiva de seu desempenho produtivo e de seu potencial energético (GÂNDARA, 1999; SOUZA, CASALI, SANTOS, 2008), ainda que os resultados conclusivos sejam polêmicos, as pesquisas têm demonstrado resultados, até certo ponto, surpreendentes.

Da perspectiva da análise nutricional de hortaliças orgânicas, há significativas pesquisas que têm como preocupação um parâmetro comparativo face à agricultura convencional e a análise de possíveis impactos sobre a saúde humana.

Igualmente, a comercialização de hortaliças orgânicas põe em questão a dependência possível dos produtores face à rede de supermercados. Fatores como custo de produção, volume produzido, preço entram no balanço das alternativas deste segmento. O perfil do mercado consumidor, sua restrição aos segmentos de mais alta renda não permite generalizações. Os resultados de pesquisa sobre comercialização e mercado para hortaliças orgânicas (MATTEUCCI, VERANO, 2005), contrastam com os obtidos em pesquisa exploratória realizada junto ao produtor de hortaliças orgânicas em questão – caso de Ilha Solteira – que apontam a possibilidade do seu mercado atender às classes com menor poder aquisitivo.

O argumento utilizado na pesquisa de Matteucci e Verano (2005) de que as feiras livres, além de resgatar o valor cultural, os conhecimentos sobre os efeitos benéficos da produção de hortaliças, podem baratear os preços dos produtos, ao eliminar a mediação dos atravessadores exige uma cuidadosa reflexão. Igualmente, a perspectiva de transferência de conhecimento aos agricultores assentados é analisada em uma experiência de assentamento localizada no Brejo Paraibano (FERREIRA et al., 2008). O referido trabalho tem, igualmente, uma dimensão de intervenção, dado o seu objetivo de somar ao conhecimento de senso comum dos agricultores assentados da reforma agrária, o conhecimento técnico-prático, na busca de implantar unidades agrícolas sustentadas por sistemas agroecológicos – no caso, a olericultura orgânica – através de um intercâmbio dinâmico de grupos de agricultores e técnicos.

Do ângulo institucional-legal, há estudos que apontam que programas de inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar como estratégia de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento local – caso de Parelheiros, no município de São Paulo – contribuem para o empoderamento e comprometimento dos agricultores no processo de constituição da sustentabilidade sócio-ambiental do sistema de produção.

Neste sentido, a inclusão de hortaliças orgânicas em programas de segurança alimentar municipal pode significar, efetivamente, uma semente de modelo alternativo de desenvolvimento rural, para o qual há que se ter, efetivamente, políticas públicas com vontade política de criar caminhos diferenciados do desenvolvimento convencional da agricultura, conforme Badue (2007) e Fonseca e Campos (2007).

A respeito da legislação, há uma forte argumentação no sentido de defender o caráter inovador e democrático da experiência da legislação brasileira, hipótese a ser confrontada e discutida face ao movimento de perspectivas e empecilhos constatados na realidade.

O Sistema Produtivo e os Contornos de uma Experiência Inovadora

Tendo em vista a inexistência de outras iniciativas presentes localmente em sistemas produtivos orgânicos, assim como espaços de estímulo ou aprendizado sobre práticas orgânicas, uma primeira questão levantada foi: quais seriam as origens da motivação apresentada que permitiram ao produtor iniciar o projeto de conversão de seu sistema produtivo convencional para orgânicos? Este tinha em vista que o pioneirismo de sua iniciativa e esforço produtivo seria desenvolvido em um ambiente ausente ou com poucos colaboradores e permeado de dificuldades de comunicação e interação com atores e organizações de suporte. O produtor do caso analisado por ser entendido como inovador neste sentido.

A identificação das principais motivações e das estratégias de aprendizado adotadas pelo produtor constitui um dos pontos intrigantes e de relevância para se entender o sucesso do empreendimento, tendo em vista por um lado, as especificidades dos contextos produtivo e de mercado mencionadas, por outro a maior incerteza associada ao processo produtivo, que desafia constantemente o produtor em sua capacidade de aprendizagem e inovação. Enquanto na produção convencional o padrão tecnológico é moldado por paradigmas tecnológicos e encontra-se presente no interior das trajetórias tecnológicas (DOSI et al., 2002), mudança do padrão técnico para a produção orgânica tem subjacente a existência de uma visão heurística que, neste caso específico, induz ao desenvolvimento da competência e capacidade inovativa e adaptativa.

Para resposta àquela pergunta, o produtor afirmou que, embora tivesse capacitação e conhecimento na produção convencional, um episódio de intoxicação com agroquímicos o induziu a refazer suas perspectivas de trabalho e foi o elemento motivador para converter seu sistema produtivo em outro menos agressivo à saúde do produtor e potencialmente do consumidor. Para Lundvall (2001), conhecimento refere-se à informação técnica codificada e é grandemente facilitado pelas possibilidades de cooperação existentes entre indivíduos e entre estes e organizações presentes em um ambiente produtivo. Além das categorias cognitivas envolve também habilidades tácitas e códigos de informação relacionados ao corpo de conhecimentos relativos às habilidades pré-existentes, o que permite a formação de uma memória para a resolução dos problemas, segundo Dosi et al. (2002). Neste sentido, as habilidades tácitas desenvolvidas com a produção de olerícolas no sistema convencional foram consideradas importantes para motivar o produtor a converter seu sistema produtivo para orgânicos, porém não suficientes, na declaração do produtor "a falta de experiência" foi um fator importante e que imprimiu dificuldades, o que o levou a procurar informações a realizar experimentos, até chegar a uma

posição satisfatória no sistema produtivo de hortaliça orgânica.

O Processo de Conversão da Horticultura Convencional para Orgânica

Alguns trabalhos tratam das dificuldades e ajustes necessários e presentes durante o período de conversão, entendido o processo de mudança do sistema produtivo convencional para o sistema orgânico, dentre estes, destaca-se o trabalho de Feiden et al (2002). No caso do produtor em referência, a transição de convencional para orgânico ocorreu lentamente, sendo necessário um período de três anos para realizá-la.

A Lei 10.831, sancionada pelo presidente da república em 24 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), vem normatizar, regulamentando todo sistema de produção sobre a agricultura orgânica nacional. Cita normas e técnicas específicas, no uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, da integridade cultural das comunidades rurais, visando a sustentabilidade econômica e ecológica. Por meio destas, passa a ter amparo legal, qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição, comercialização e a proteção do meio ambiente. Trata também da regulamentação dos produtores de produtos orgânicos na aquisição da certificação dos produtos junto às agências regulamentadoras autorizadas ou em caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador. A certificação é facultativa, problema a merecer discussão. A fiscalização da produção, circulação, armazenamento, comercialização dos produtos orgânicos, será feita pelo Poder Executivo. A infração da Lei será apurada em processo administrativo e aplicação das sanções, isoladas ou cumulativas.

Neste período o produtor destaca como maiores dificuldades a grande infestação de plantas daninhas, a baixa oferta de sementes de qualidade e os ajustes necessários para as práticas agronômicas de preparo de solo. As principais práticas agronômicas apontadas pelo produtor, bem como os ajustes e inovações agroecológicas incorporados nas mesmas são descritas abaixo:

a) Preparo e Proteção do solo: neste caso ressalta a procura por melhoria dos níveis de umidade e o teor de matéria orgânica do solo, manutenção do solo coberto abafando-o com plástico escuro na área a ser preparada para a confecção dos canteiros. Este abafamento permite a eliminação de plantas daninhas e possibilita otimizar a energia solar como insumo importante. A área permanece sob solarização por 48 horas, período em que a temperatura sob o plástico chega a alcançar até 80°

C. Esta prática proporciona a eliminação de todas as plantas daninhas, ao mesmo tempo favorece a decomposição e incorporação da matéria orgânica oriunda das mesmas. Ademais, os restos da vegetação antes existente minimizam o efeito destrutivo do impacto das gotas de chuva sobre a estrutura do solo, evitando ou minimizando processos erosivos.

Foto 1. Capina por abafamento no canteiro do reassentamento Cinturão Verde de Ilha Solteira/SP.



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro/2009.

Foto 2. Viveiro de Mudas Orgânica no reassentamento Cinturão Verde de Ilha Solteira/SP.



Fonte: Trabalho de campo, maio/2009.

b) Manejo da fertilidade do solo: como ressalta Feiden (2002), as práticas relacionadas com manejo de fertilidade devem ter em vista o equilíbrio do agrossistema como um todo ao invés de simples reposição dos nutrientes, através da aplicação de corretivos e fertilizantes, adubação com esterco, curtidos e desidratados, posteriormente a compostagem (palhas, bagaço de cana, folhas de hortaliças, cana e palha do milho), material rico em nutrientes (N.P.K) e micronutrientes, a preocupação maior se dá com a otimização dos ciclos dos nutrientes, evitando as perdas, aumentando sua eficiência de utilização e a adição por vias biológicas, quando possível. As adições minerais necessárias são feitas em formas menos solúveis e, portanto menos suscetíveis de perdas, e se dá ênfase especial na manutenção dos nutrientes na biomassa viva ou morta do sistema. Assim é feito levantamento manual dos canteiros, usando-se adubação com esterco de vaca ou esterco de frango (curtidos e bem desidratados), aplicados pelo menos duas vezes com intervalos de sete dias entre aplicações removendo-se o solo para a incorporação da matéria orgânica, realizando a calagem.

Dentre seu esforço adaptativo e inovativo, o produtor coloca grande ênfase nos experimentos que conduz com sucesso, utilizando o bagaço de cana-de-açúcar para cobertura do solo, insumo com potencial para crescimento da oferta regionalmente³. O bagaço de cana contribui para retenção da luminosidade solar e manutenção da umidade do solo, contribuindo para o enriquecimento da quantidade de matéria orgânica disponível ao mesmo. Segundo o produtor, uma inovação de produto vem sendo estudada através de interações entre o mesmo e a UNESP/Ilha Solteira/SP. Refere-se ao desenvolvimento de uma máquina trituradora de bagaço de cana, que permitirá a formação de pedaços de bagaço na forma de tapetes (tipos o de grama), prática que pretensamente agilizará a colocação sobre o canteiro, assim como a incorporação ao solo.

Outro artefato também desenvolvido refere-se ao que o produtor designa como "um gabarito, um molde" para distribuição do bagaço de cana. Trata-se de uma moldura confeccionada de cano em PVC, medindo 3 m de comprimento na qual se preserva os pontos de espaçamento da cultura (20x30 cm), a ser utilizado estendido no solo sobre o canteiro. Colocado no solo, o bagaço de cana triturado é espalhado sobre o gabarito, no qual existem os orifícios moldados (no espaçamento definido) que permanecem sem preenchimento com o bagaço. Quando da retirada do gabarito do solo, resulta a área do canteiro já coberta com o bagaço e preservados os pontos definidos para as covas de plantio. Este artefato permite ganhar produtividade do trabalho, além da preservação e melhoria da qualidade do solo.

c) Irrigação: feita através do sistema de aspersão, água vinda de um poço artesiano local, usando o sistema de berçário para o desenvolvimento das mudas, posteriormente à realização do plantio;

d) Manejo fitossanitário: para controle de insetos e patógenos associados às doenças mais comuns (fungos, nematóides, ácaros, pulgões), o manejo fitossanitário realizado pelo produtor utiliza extratos de plantas, chás ou sucos de plantas para o combate de pragas tais como alho (*Nothoscordum gracile*), confrei (*Symphytum officinale*), fumo (*Nicotiana tabacum*), pimenta (*Piper nigrum*), cravo de defunto (*Tagetes minuta*) e a árvore do Nin indiano (*Azadirachta indica*). A estas matérias-primas são acrescentadas caldas enriquecidas com esterco bovino e urina de vaca. A urina de vaca sobre os cultivos possui um efeito tanto de fertilizante quanto de defensivo, atuando como repelente de insetos (INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO, 2005).

³Segundo o produtor os preços atuais não são considerados módicos, mas, com a expansão da cultura da cana-de-açúcar há perspectivas de redução.

Embora produto natural e pretensamente de fácil acesso, o produtor destaca a grande dificuldade que enfrenta para aquisição do mesmo, com custo semelhante ao preço do leite bovino. Na utilização como defensivo, à urina de vaca, o produtor acrescenta óleo vegetal, o fumo, e folhas das plantas do Nin indiano (*Azadirachta indica*), citronela (*Cymbopogon winterianus*), pimenta (*Piper nigrum*), alho (*Nothoscordum gracile*). Também utiliza Calda bordalesa, composta de sulfato de cobre, cal virgem e água, é um fungicida eficiente para controlar a requeima (*Phytophthora infestans*), pinta preta (*Alternaria solani*), septoriose (*Septoria lactucae*), míldios (*Bremia lactucae*), mancha púrpura (*Alternaria porri*) e manchas das folhas (*Cephaleuros virescens*).

Embora esforços sejam empenhados no processo de conversão da produção hortícola convencional para a produção orgânica, há que se ressaltar que o produtor não segue (e não pretende adotar) qualquer protocolo de boas práticas ou processo de certificação que ateste a origem ao sistema produtivo com o qual se obtém os produtos comercializados e os padrões de qualidade associados aos mesmos. Inquirido sobre esta questão, o mesmo afirmou que em uma oportunidade ele teria levantamento dos custos e os procedimentos necessários para participar de um programa do gênero, entretanto, segundo sua percepção, os custos são impraticáveis para o pequeno produtor familiar. Entende-se que o fato de não seguir protocolos ou programa de certificação não o desqualifica como produtor de produtos orgânicos, nem mesmo seu produto como produto orgânico, tendo-se em vista os princípios adotados pela IFOAM e também dispositivos da Lei 10.831 que dispõe sobre agricultura orgânica. Esta, em seu artigo terceiro, menciona que para a comercialização os produtos orgânicos deverão ser certificados, mas faz ressalva, no parágrafo primeiro, à comercialização direta, por parte de agricultores familiares, tornando facultativa a obrigatoriedade de certificação, se cadastrados junto a órgão fiscalizador.

Fica claro, neste contexto, a existência de algum grau de incerteza no processo produtivo, um risco não dimensionado ou uma ameaça à segurança alimentar no campo⁴. No Brasil, ao contrário de países como os Estados Unidos, há poucas pesquisas independentes dos organismos certificadores, que relacionem a existência, grau de colonização e sobrevivência de microorganismos patógenos no campo para a produção orgânica (USDA, 2008). Entretanto, para a produção hortícola não há órgão que fiscalize a produção no Estado de São Paulo.

⁴Segurança alimentar apenas começa no campo, os alimentos podem ser contaminados também durante a produção, a fase de colheita e pós-colheita, estocagem e manuseio para consumo.

Fotos 3. Produção de alface orgânica no reassentamento Cinturão Verde de Ilha Solteira/SP.



Fonte: Trabalho de campo, maio/2009.

Comercialização e Consumo

Com a produção orgânica o produtor especializou-se na produção de folhosas, especificamente alface, rúcula, almeirão, salsa e cebolinha. A alface responde por cerca de 70% da produção e comercialização realizadas. A produção média indicada pelo produtor é de 293 mil pés por mês (referência mês de março de 2009). Este se declara satisfeito com seu negócio e pretende ampliar sua produção, o que será possível após investimentos a serem realizados em breve (como aquisição de sombrite móvel, melhoria no sistema de irrigação, aquisição de trator para hortaliças, construção de outro berçário de mudas, condução de novos experimentos com caldas, e contratação de mão de obra para suporte ao trabalho).

O produtor em análise além de incorrer em mais trabalho para ajustar seu sistema produtivo nos moldes de produção orgânica, também assume todas as funções de comercialização, o que significa todos os dias, após a colheita das hortaliças, ele conduz suas folhosas a cidade e as expõe em local fixo, já tradicional e conhecido, para onde os consumidores se dirigem especificamente para a aquisição de seus produtos. Nesta interação destacam-se a informalidade e as relações de conhecimento e confiança existentes entre produtor e consumidores, elementos que permitem que seja tecida uma rede de cooperação. Além disto, um serviço adicional é posto à disposição dos consumidores, relacionado às compras a crédito para pagamentos mensais.

Embora assumam todas as funções de comercialização, o produtor não trabalha a divulgação de seu produto por julgar desnecessário, dado que, em sua percepção, há grande demanda para seus produtos, o que não justifica utilizar

estratégias de comercialização: não faz marketing algum.

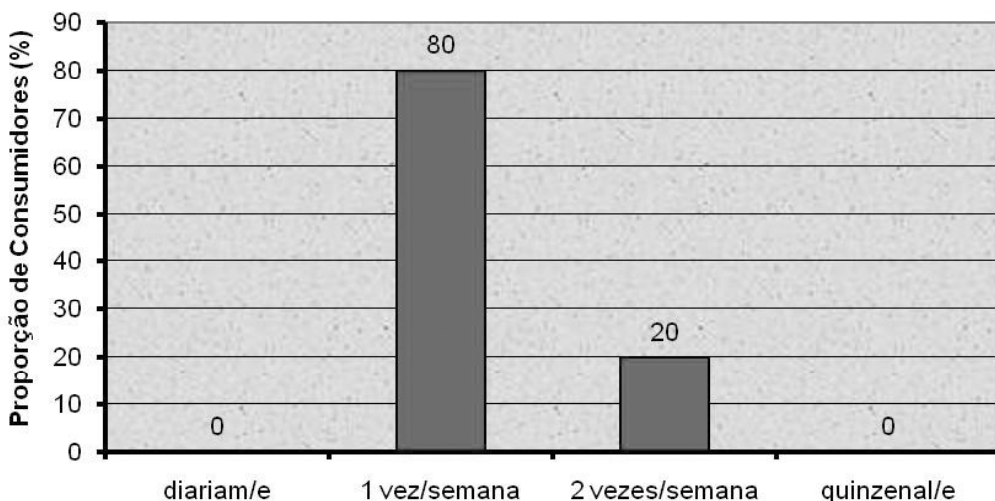
O Consumidor e Hábitos de Consumo

Estudar o perfil do consumidor é importante para prospectar as especificidades associadas ao comportamento do segmento que se atente e assim também orientar a adequação da produção, com vistas a obter uma gestão mais profissional da comercialização.

Sobre a frequência de aquisição das hortaliças orgânicas, dentre os consumidores abordados, 80% afirmaram adquirir os produtos orgânicos junto a este produtor uma vez por semana e os outros 20% restantes apontam para maior frequência de aquisições fazendo suas compras dos produtos duas vezes por semana (figura 1).

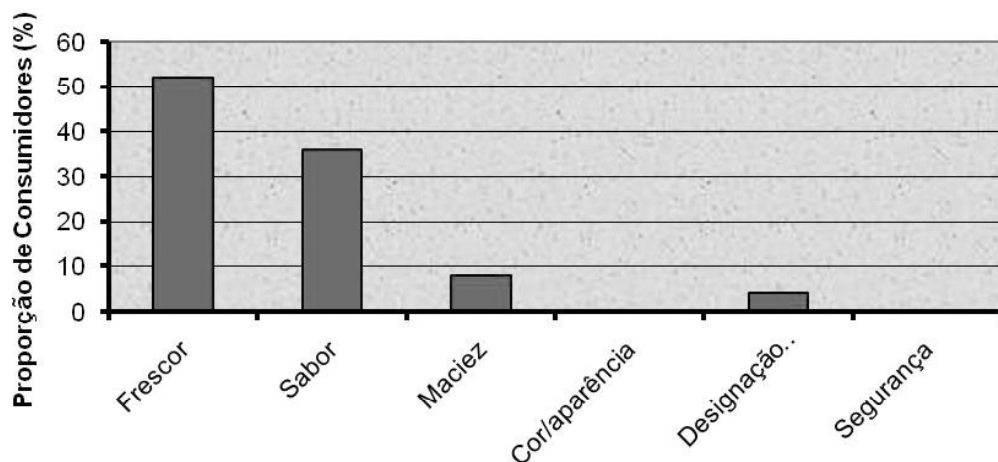
Inquiridos sobre quais atributos de qualidade os consumidores identificam e valorizam nas aquisições dos produtos orgânicos locais, o atributo frescor foi o mais frequentemente mencionado, preferido por 52% dos consumidores, dos demais, 36% preferem o atributo sabor e o restante, 8% manifestaram a preferência pela maciez dos produtos (Figura 2). O frescor condiciona maior duração pós-colheita às folhosas, este indicador de qualidade também destacado em trabalho desenvolvido por Gonçalves (2008); que destaca o fato de estes produtos conquistarem os consumidores por serem mais saborosos e frescos do que os cultivados da maneira convencional.

Figura 1. Frequência de compra de hortaliças orgânicas por consumidores de Ilha Solteira/SP (abril 2009).



Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 2. Parâmetros de qualidade atribuídos por consumidores de hortaliças orgânicas no município de Ilha Solteira/SP (abril 2009).



Fonte: Elaboração dos autores.

Foto 4. Produção de alface orgânica no reassentamento Cinturão Verde de Ilha Solteira/SP.

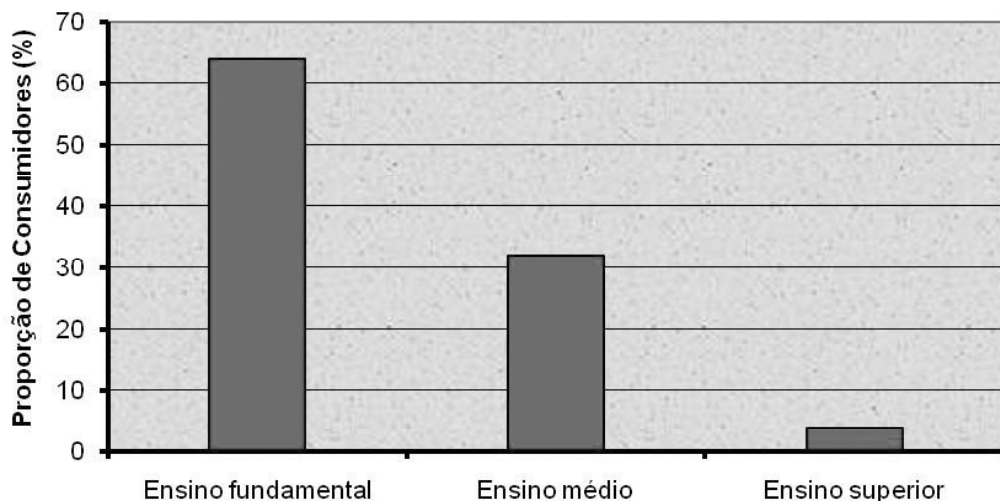


Fonte: Trabalho de campo, abril/2009.

O nível de escolaridade dos consumidores de hortaliças orgânicas Ilha Solteira revela que a maioria cursou o ensino fundamental, o que representa 64% da amostra pesquisada sendo que 32% estudaram até o ensino médio e um número pequeno (4%) concluíram o ensino superior (Figura 4). Este dado é um tanto surpreendente

em se tratando de uma cidade como Ilha Solteira/ SP, que se destaca das demais cidades de mesmo porte da região por possuir maior nível médio no padrão de escolaridade da população.

Figura 3. Grau de escolaridade declarado pelos consumidores de hortaliças orgânicas no município de Ilha Solteira.

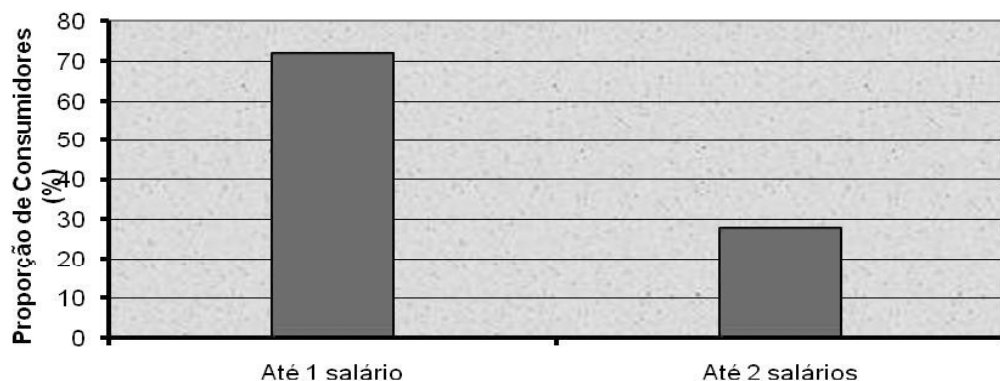


Fonte: Elaboração dos autores.

Sobre a renda mensal expressa pelos consumidores, 72% destes declararam possuir renda mensal de até um salário mínimo (Figura 4). Os dados de rendimentos mensais revelam um perfil diferenciado para os consumidores dos produtos orgânicos local relativamente aos indicados em outros trabalhos, como os de Storch et al. (2003) e Assis (1993). Storch et al. (2003) constataram que os consumidores de produtos orgânicos de Pelotas (RS) recebiam à época entre R\$1.500, 00 a R\$2.500, 00/ mês. O que se aponta na literatura é que a produção de alimentos orgânicos é destinada a nichos de mercado, estes entendidos como mercados pequenos nos quais existem consumidores dispostos a pagar um sobre preço para aquisição dos produtos, tendo em vista os valores subjacentes que motivam os consumidores em busca dos mesmos. Entretanto, no caso de Ilha Solteira, alguns fatores explicam este perfil diferenciado de consumidores, tais como: a) ausência de certificação que ateste a origem orgânica dos mesmos; b) ausência de um trabalho de divulgação que ressalte as qualificações dos produtos e que utilize elementos de marketing (fato este reconhecido pelo produtor); c) o local definido para

comercialização direta.

Figura 4. Rendimentos mensais declarados pelos consumidores de hortaliças orgânicas no município de Ilha Solteira .



Fonte: Elaboração dos autores.

Os menores rendimentos médios, bem como os níveis de escolaridade declarados pelos consumidores da amostra pesquisada encontram correspondência com o local que o produtor adotou para aportar seu ponto fixo de comercialização, em uma área da cidade na qual residem famílias de menores classes de rendimentos mensais.

Quanto aos preços cobrados na comercialização direta, tanto o produtor quanto a totalidade dos consumidores afirmaram que os preços são sistematicamente menores do que aqueles praticados nos outros equipamentos de varejo locais (formais ou informais). Este é outro dado que surpreende neste caso. Sobre esta questão, vários trabalhos, entre eles Campanhola e Valarini (2001) constatam que, até pelo fato de a oferta de produtos orgânicos no Brasil ainda ser pequena, os preços destes são, em média, 30% a 40% maiores que os seus similares convencionais.

Conclusão

O trabalho relata a iniciativa pioneira de um produtor que atua em área de reassentamento rural e há oito anos vem moldando seu sistema produtivo para produção de hortaliças orgânicas. Mesmo considerando-se que o sistema produtivo e os produtos comercializados não encontram respaldo em protocolos de ajustes de boas práticas ou certificação, os princípios expressos para a

produção orgânica são encontrados no sistema produtivo abordado. O produtor mostra-se satisfeito com a produção, porém a comercialização direta deixa de explorar nichos de mercado e de obter maiores rendimentos decorrentes da cobrança de preços diferenciados. Talvez, se fosse desenvolvido um trabalho de divulgação de seus produtos e dos valores associados à produção orgânica, bem como a perspectiva real de absorver clientes de outras faixas de rendimentos mensais (e de outro níveis salariais) e outros pontos de venda adequados à captação destes segmentos de consumidores, a situação fosse um pouco diferente. No entanto, esta alternativa real de desenvolvimento local não pode ser avaliada pela lógica da produtividade e da comercialização que rege o mundo do agronegócio. Faz-se necessário que pesquisas sejam estimuladas, independentemente de organismos certificadores, para detecção de existência (em número e grau) de microorganismos patógenos na fase produtiva de hortaliças produzidas na agricultura familiar. Apesar dessa produção orgânica ser exceção no perfil do sistema agrícola local/regional, este estudo de caso aponta para alternativas e/ou estratégias de intervenção capazes de contribuir para a construção de estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, entendendo-se a tripla dimensão de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

O estudo de caso revela ainda que experiências como o reassentamento em Ilha Solteira são locais privilegiados para a produção de alimentos que abastecem os mercados onde se encontram. Têm ainda o potencial para que isto seja feito a partir de um tipo de agricultura menos agressiva ao ambiente, com menos insumos químicos, o que se reflete efetivamente em maior segurança no trabalho do agricultor familiar e na produção de alimentos mais saudáveis para os consumidores urbanos. No entanto, várias pesquisas demonstram que isto depende mais da vontade e da experiência empírica dos produtores do que de projetos de assistência técnica voltados à prática da agricultura sustentável em assentamentos rurais.

O sistema de irrigação adotado por gotejamento, a diversificação das espécies de cultivares, o trato fitossanitário, com opção da variedade de produtos orgânicos, são exemplos de práticas agrícolas diferenciadas do convencional. A busca constante por experimentos inovadores, o aproveitamento do bagaço de cana como fonte de nitrogênio são fatores objetivos que se somam a outros de natureza subjetiva, expressa no respeito aos conhecimentos e crenças adquiridos, desde sua origem, com produtos de hortaliças, na opção por não fazer da competitividade no mercado sua prioridade de vida. Fazeres e saberes se complementam em uma experiência

de um sujeito ativo que irradia pela comunidade, a sua firme disposição de encarar diferenciadamente os desafios que se apresentam nos rumos de um assentamento.

Uma prova disso é sua contribuição continuada à pesquisa acadêmica, em uma demonstração de que o conhecimento pode ultrapassar os muros da universidade sendo alimentado pela experiência, pelos hábitos herdados e adquiridos pelo querer, aprender, saber e inovar, pelo poder ensinar, em um caminho de mão dupla que pode e deve ser igualmente levado em conta na produção científica.

Referências

ASSIS, R.L. de. **Diagnóstico da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e proposta para a sua difusão**. 1993, 154f. Dissertação (Mestrado em Agronomia/Ciências do Solo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1993.

BADUE, A. F. B. **Inserção de Hortaliças e Frutas Orgânicas na Merenda Escolar**: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Departamento de Prática de Saúde Pública, 2007.

BRASIL, Lei no 10831, de 24 de dezembro de 2003, Dispõe sobre a agricultura Orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União (Brasil)**, Brasília, DF, Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao>>. Acesso em: maio 2009.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P.J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, 2001.

DOSI, G.; ORSENIGO, L; LABINI, M.S. **Technology and Economy**. Working Paper Séries. Pizza: Laboratory of Economics and Management Sant'Anna School of Advanced Studies, 2002.

FEIDEN, A; ALMEIDA, D.L.; VITOI, V. Processo de Conversão de Sistemas Convencionais para Sistemas Orgânicos. **Cadernos de Ciência e**

Tecnologia, Brasília, v.19, n.2, p.179-204, maio/ago, 2002.

FERREIRA, L.L.; RODRIGUES, E.M.; MALAQUIAS, J.B.; DANTAS, R.L.; RIBEIRO, T.S.; OLIVEIRA, F.Q.; SANTOS, D.; SILVA, V.F. Implantação de Técnicas Agroecológicas em Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Alagoa Grande/PB. Congresso de Extensão Universitária, 2008, João Pessoa. In: **Anais...**, João Pessoa, 2008.

FONSECA, M.F.; CAMPOS, F.P. **Elementos orgânicos no Brasil e o papel dos atores públicos e privados na busca por um desenvolvimento sustentável**, UFRRJ/CPDA. 2007.

GÂNDARA, F.C. **Produção de Biomassa e Balanço Energético em Agrossistemas de Produção de Hortaliças**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade de Brasília, 1999.

GIL, A. C. **Pesquisa social**. Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: Alguns conceitos básicos. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, N. B. **Alimentos orgânicos ganham preferência do consumidor brasileiro**. Diário da saúde 13/01/2008. Disponível em: <www.diariodasaude.com.br/news.php?article=alimentos-organicos-preferencia-consumidor-brasileiro.17/05/2009>. Acesso em: Maio de 2009.

IFOAM. The World of Organic Agriculture. **Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica**, 2007. Disponível em: <<http://www.organic-world.net/2007>>. Acesso em: Maio de 2009.

IFOAM. The World of Organic Agriculture, 2005. **Statistics and Emerging Trends**. Disponível em: <www.organic-word.net/2005>. Acesso em: Novembro de 2009.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. **A Cartilha Agroecológica**. Botucatu, SP: Editora Criação Ltda, 2005.

LOPES, A.W.P. **Doses e Épocas de Adubação Nitrogenada e Poda Apical na Produção e Qualidade das Sementes de Quiabeiro**. 2007.

Dissertação (Mestrado em Agronomia - Produção e Tecnologia de Sementes). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Ilha Solteira, 2007.

LUNDEVALL, B.A. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.10, março, p.200-216, 2001.

MATTEUCCI, M.B.A.; VERANO, T.C. Comercialização e mercado para hortaliças orgânicas. II Encontro Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Rural, 2005, Botucatu/SP. In: **Anais...**, Botucatu, 2005.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa Municipal Unificada**. 2008. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

SOARES, W; PORTO, M.F. Atividade Agrícola e Externalidade Ambiental: uma análise a partir do uso de agrotóxicos no cerrado brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, p.131-144, 2006.

SOUZA FILHO, H.M. Desenvolvimento Agrícola Sustentável. In: BATALHA, M.O. (Org.) **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001, p.585-626.

SOUZA, J.L. de; CASALI, V.D.; SANTOS, R.H.S. Balanço e Análise da Sustentabilidade Energética na Produção Orgânica de Hortaliças. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v.26, n.4, p.433-440, 2008.

STORCH, G.; AZEVEDO, R. de; SILVIA, F.F. da; BRIZOLA, R.M. de O; VAZ, D. da S.; BEZERRA, A.J.A. Caracterização dos Consumidores de Produtos da Agricultura Orgânica na Região de Pelotas - RS. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v.9, n.1, p. 71-74. 2003.

USDA (U.S. Department of Agriculture). Organig vs. Conditional Production. Maneasuring. Microbs on Freech Producer. **Agricultural Research**, U.S.A., July, p.16, 2008.

VIEIRA, M.A; NOMURA, M.; ENGEL, D. **Horticultura Orgânica nos Assentamentos das Regiões de Uberlândia e Araguari**. 2006.

Disponível em: <www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br/trabalhos/grupo2/7.17/05/2006>. Acesso em: Maio de 2009.

DA TERRA AO PRATO: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NAS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE FAMÍLIAS ASSENTADAS¹

Henrique Carmona Duval²
Norma Felicidade L. S. Valencio³
Vera Lúcia S. Botta Ferrante⁴

Resumo: O foco deste estudo é a produção de alimentos para o autoconsumo familiar no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara/SP. Parte-se da categoria social do assentado rural para analisar sociologicamente como suas origens e trajetórias de lutas sociais auxiliam sua reconstrução como agricultor na reforma agrária. Tal reconstrução, material e simbólica, se dá pela forma como os assentados têm produzido seus próprios alimentos com princípios de uma agricultura sustentável, tendo por base a tradição de fazê-los.

Palavras-Chave: Assentamento Rural; Autoconsumo; Agricultura Sustentável.

Abstract: The focus of this investigation is the food production to the familial alimentary consumption in Monte Alegre settlement, in the region

¹Texto publicado originalmente nos anais da IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Feagri/Unicamp, 2009.

²Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural - UFSCar e bolsista Funadesp de Apoio Técnico do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) - Uniara/Unesp. henriquecarmona@hotmail.com

³Professora do Departamento de Sociologia, orientadora do PPG em Sociologia e do PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar e professora colaboradora do PPG em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos.

⁴Professora aposentada da Unesp-Araraquara, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Uniara e do Nupedor.

of Araraquara, State of São Paulo. It has been discussed the social category of settled rural workers as from their origins and social fight paths, to help understanding how the reestablishment of the settled family farmer in the agrarian reform occurs. Therefore, it attempts to evaluate whether the settled individuals have produced their own provisions within the sustainable agriculture framework, taking as a basis the tradition to cook them.

Keywords: *Rural Settlement; Familial Alimentary Consumption; Sustainable Agriculture.*

Introdução

Em termos sociológicos, subjaz à definição da categoria social "assentado" a origem social e trajetórias de lutas do sujeito que a reivindica.

Tal categoria social implica num processo social de rupturas e reconquistas. Indica que, aquele que, num dado momento, foi destituído da possibilidade de acesso a esse meio de produção fundamental, a terra, mobilizou-se para produzir politicamente a legitimidade e legalidade desse direito social. Ao mesmo tempo em que tal categoria define um resultado da resistência econômica à concentração da terra, sobretudo a que ocorreu em benefício do modelo agroexportador brasileiro (MARTINS, 1975), define o fortalecimento político do sujeito que se lança na luta, reforçando sua identidade com o meio rural. Deste modo, a categoria do assentado rural pode ser considerada uma forma de atualização de outras categorias sociais referidas a demais grupos que ocupavam o meio rural brasileiro antes do processo de industrialização da agricultura e que tinham um modo de vida próprio, avesso à acumulação *strictu*, imbricando dimensões econômicas e não-econômicas no seu fazer cotidiano. Elas compreendem aqueles tidos como os "pobres do campo" brasileiro: os posseiros, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários e sitiantes de outrora. Grupos que, apesar de paulatinamente expropriados do direito a terra, lutam coletivamente para reconquistá-lo e refazer, daí, aspectos de seu modo de vida tradicional nos assentamentos de reforma agrária (SILVA, 2004).

Com relação à presença de pobres do campo, no interior paulista, predominou os projetos de imigração de europeus, principalmente a partir da abolição da escravidão e como estratégia de substituição da mão-de-obra escrava. Isso ocasionou o surgimento da categoria social do colono, oriunda de famílias que formaram comunidades em grandes fazendas de café. Os

proprietários-produtores das fazendas permitiam que os colonos desenvolvessem um modo de vida próprio do lugar, com casas contíguas onde se faziam presentes relações de vizinhança, parentesco e compadrio, mantendo a possibilidade de realização de festas e tradições religiosas, além de autorização para adotar novas técnicas produtivas como forma de melhorar o ajustamento da lavoura ao meio ecológico. Os colonos introduziram relações de assalariamento no campo, embora com vieses, como a dependência de suprimentos e endividamento junto aos proprietários. E, em relação a terra, tinham autorização de plantar itens básicos de alimentação, como o milho e feijão, entre as fileiras de café, como também podiam criar animais de pequeno porte, como as aves e os porcos. O uso que faziam do solo deflagraria a manutenção de algumas preferências e costumes alimentares desta população, uma base comum de alimentação característica desta região do país. A base da dieta do caipira paulista é arroz, feijão e milho (CANDIDO, 1979).

A partir da década de 1950, quando começaram os debates em torno da modernização da agricultura e, principalmente, em 1964, quando o governo militar criou o Estatuto da Terra, propiciando incentivo fiscal para a compra de terras e beneficiando grandes empreendimentos rurais, os pobres do campo sentiram os efeitos de uma nova onda de concentração fundiária no país. O intento do modelo de desenvolvimento então instaurado foi aumentar a produção e a produtividade agrícola, facilitando a aquisição de máquinas e insumos, fomentando, desta forma, uma rápida alteração na paisagem e na maneira de se produzir. Os pobres do campo, dentre eles, os colonos, foram expropriados da terra quando não tinham posse legal sobre o imóvel ou perderam as condições de se manterem como agricultores pela concorrência agrícola, migrando para cidades e trabalhando principalmente na condição de trabalhadores agrícolas volantes (SILVA, 2004).

O público que se constituiu predominantemente como sujeito do movimento de reforma agrária, aspirando tornar-se assentado, foi aquele em cujo passado havia a passagem pela categoria da agricultura familiar. Trata-se, de um lado, de um grupo cuja luta é balizada por memórias do acesso a terra, que radicam, no sujeito, como contexto para entendimento de si no mundo. Não se trata, pois, apenas da busca de novas práticas de sobrevivência calcadas na experiência pregressa no campo, mas no reforçamento identitário com o meio rural. A noção bourdieuniana de *habitus* é útil para permitir a compreensão de um *fazer* cotidiano que espelha um *ser* para si e diante do mundo. Para Bourdieu, *habitus* é "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas

das quais ele (o sujeito) é produto" (1989, p.82). Logo, este "operador prático" reinterpreta o que é uma vida aceitável e a busca reproduzir, no presente, dentro de padrões e condições sociais estipulados historicamente.

Na região de Araraquara, interior paulista, agricultores familiares, cujo modo de vida sofreu rupturas com o processo de modernização agrícola, tornaram-se força de trabalho para a agroindústria canavieira, como bóias-frias. Dentre esses, houve os que lutaram para retornar à posse da terra em assentamentos rurais e, na condição de assentados, colocaram em prática, novamente, vários aspectos de um cotidiano rural que fosse possível recuperar.

No retorno à terra, a produção de alimentos que serve ao autoconsumo familiar surge como algo inerente à condição de assentado rural. Diante o contexto supra, este estudo centra-se em aspectos extra-econômicos da produção de autoconsumo de famílias assentadas. Mais especificamente, focaliza a importância da memória de tempos passados para concretizá-la no presente de reconquista da terra.

Metodologia

Tratando-se este de um estudo sobre um aspecto da cultura interiorana paulista, no meio rural, tornou-se oportuno seguir um procedimento de investigação próximo ao indicado em Candido (1979), qual seja, numa abordagem microssociológica, imbricar as observações sistemáticas e o roteiro de entrevista com considerações levantadas através do registro etnográfico, pelo qual se procura descrever os pequenos aspectos da vida cotidiana do grupo. Busca-se, deste modo, apresentar sociologicamente os distintos aspectos do modo de vida que os assentados procurarão recuperar, integrando considerações do debate em agroecologia.

Na abordagem agroecológica, leva-se em conta que a unidade de análise fundamental é o agroecossistema. Este, segundo Gliessman (2005), pode ser uma propriedade individual como também um conjunto de propriedades. Fatores ecológicos e sociais são considerados para a análise dos agroecossistemas, em relação a uma possível prática agroecológica. Para Altieri (2002), isso faz com que a agroecologia seja um campo científico de caráter multidisciplinar, onde estudos podem ter interfaces entre disciplinas em prol de uma análise sistêmica do agroecossistema.

Para Ferrante (1994), os assentamentos rurais são espaços heterogêneos, repletos de singularidades em razão das especificidades das famílias que os compõem. Cada família de um assentamento carrega consigo as próprias marcas

deixadas por suas origens e trajetórias. Por isso, na análise da dinâmica social de um assentamento, deve-se considerar que o retorno à terra promove um caleidoscópio de situações particulares por conta de que cada família reage diferentemente tanto no que se refere à produção de alimentos próprios ou frente às imposições do entorno político-econômico que afetam o assentamento.

Diante do exposto, o presente estudo parte da caracterização sintética do assentamento rural Monte Alegre, no que concerne sua constituição como um coletivo e na configuração dos lotes, entendidos cada qual como uma unidade para tal análise. Isso, porque, após a luta coletiva pelo direito à terra, cada lote origina uma propriedade familiar específica, dando ensejo ao *modus operandi* de cada família para exprimir, desde suas experiências, o seu arcabouço cultural e os elementos intersubjetivos que conformam a organização social privada e íntima, sua relação com o solo e o meio natural. O lote é uma unidade autônoma na sua deliberação acerca do quê e como produzir, perpassando origens e trajetórias da família, em especial do chefe da família e do chefe do domicílio. Contudo, essa abordagem microssociológica não prescinde da necessidade de referir às práticas que adquirem um sentido coletivo, tais como: a luta pela terra, às memórias comuns que reportam o *fazer na terra*, a relação ao setor sucroalcooleiro, que o assedia, e, por fim, as estratégias de rompimento com o estranhamento junto ao meio social envolvente através da comercialização dos produtos junto ao mercado local e inserção na merenda escolar.

As práticas tradicionais das famílias no referido assentamento, de entender que a terra é fonte de auto-provimento, interferem diretamente nas formas de manejo, que sofrem, daí, maior influência das técnicas igualmente oriundas da tradição. Conforme Giddens (1997), a tradição não pode ser encarada como parte de um passado acabado, pois sua função reside em ligar a vida presente ao passado, ao mesmo tempo que organiza o tempo futuro.

Tem-se como hipótese de pesquisa que, para a operacionalização da tradição alimentar, na concretização da produção de alimentos próprios nos lotes, os assentados precisam reportar a suas lembranças de tempos anteriores a ruptura com a terra. Para Bosi (2007), a memória é um reservatório de lembranças, "reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida" (p.47). Os fatos vividos são retidos e conservados e, em novas situações, a memória leva o sujeito a agir de maneira que já deu certo segundo sua concepção.

Segundo estudos como de Woortmann (1993), Garcia Jr. (1983), Brandão (1981), Candido (1979) e Martins (1975), os grupos que povoavam o meio

rural brasileiro antes da modernização agrícola, mesmo que em terras alheias (como os meeiros), procuraram recorrentemente reservar espaços no lote para suas roças de autoconsumo. Tal produção de alimentos era feita a partir de recursos próprios dos agricultores em suas glebas e o produto obtido correspondia ao necessário socialmente para uma família se reproduzir, buscando autonomia alimentar durante um ano agrícola. Esta prática só foi cessada por força da extensividade de uso da terra fomentada pela lógica da monocultura (MARTINS, 1975).

Buscou-se avaliar se os sistemas de produção de autoconsumo no assentamento equivalem a práticas tradicionais de obtenção de alimentos e se os produtores mantêm uma preocupação com a sustentabilidade agrícola, isto é, se há um gradativo aumento da autonomia dos produtores frente à situação precedente de heteronomia. Para tal avaliação, tem-se como referência os princípios agroecológicos de produção, a saber:

a) menor dependência de insumos comerciais e maior uso de recursos disponíveis localmente;

b) uso das diversas interações (ecológicas, biológicas, químicas e físicas) que ocorrem no local em benefício produtivo;

c) intenção de beneficiar o lote globalmente e não a um produto específico;

d) aceitação e/ou convivência com as condições ecológicas locais antes da tentativa de controle sobre o meio ambiente; e, por fim,

e) preservação da diversidade biológica e cultural; uso do conhecimento tradicional (CAPORAL, COSTABEBER, 2003, p.142).

Caracterização do Universo Empírico

A região de Araraquara tem forte presença de complexos agroindustriais. A propriedade da terra é caracterizadamente concentrada. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico. Como consequência, estes são os cultivos que a maioria dos proprietários de médias e pequenas propriedades da região têm como principal alternativa produtiva, na condição de fornecedores de matéria-prima.

Assentamentos de reforma agrária implantados na região ocasionaram uma possibilidade de mudança na forma de conceber o conteúdo do lote. A produção de alimentos para consumo doméstico e para venda ao mercado local surgiu como uma alternativa, tanto em relação às práticas produtivas hegemônicas quanto em relação à própria trajetória histórica de uso dos

terrenos que tomaram esta finalidade social.

As terras da fazenda Monte Alegre, município de Araraquara/SP, que foram desapropriadas para fins de reforma agrária, vinham sendo usadas para plantio intensivo de eucalipto, primeiramente pela FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.) e, depois, pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), esta última destinando a produção para o setor de papel e celulose. A referida fazenda foi reivindicada pelo movimento social de luta pela terra, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais a frente dos trabalhadores volantes que vinham sofrendo com a precarização das condições de vida e de trabalho em colheitas na região (BARONE, 1999) e lograram, a muito custo, seu objetivo, rompendo uma trajetória de destituição. Uma vez constituído o assentamento Monte Alegre, dele passaram a fazer parte os trabalhadores supracitados juntamente com suas famílias. Aproximadamente 85% destas famílias têm origens no meio rural (FERRANTE, BERGAMASCO, 1995); isto é, um grupo com frágil situação quanto à posse e às condições de exploração da terra, levado pelas circunstâncias a perder o controle sobre o meio de produção e transformar-se em trabalhador temporário no meio rural ou se proletarizando em atividades urbanas.

O assentamento foi, por fim, criado sob a responsabilidade da Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). A área foi dividida em centenas de lotes que passaram a ser ocupados pelas famílias e conta com seis núcleos de assentamentos. São 366 as famílias que vivem nestes núcleos, mas cada qual foi criado em diferentes datas, conforme a tabela 1. Cada família possui um lote agrícola de, aproximadamente, 14 hectares e outro lote de moradia, localizado nas agrovilas, com menos de 1 ha⁵ (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição de famílias por núcleo e município - Assentamento Monte Alegre.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Monte Alegre 1	Motuca	ma/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	ma/97	96	Estadual
Total			366 Famílias	

Fonte: Fundação Itesp, 2006.

⁵Com exceção do núcleo 6 (o maior deles), onde não há agrovila.

A fazenda está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, sendo que os dois últimos são municípios menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre o assentamento. Isto pode ser percebido, por exemplo, nas políticas públicas voltadas ao escoamento da produção nos municípios, da infra-estrutura nas áreas de saúde, educação e transporte, dentre outros fatores que cada município oferece ou tem a participação dos assentados (MEDEIROS, LEITE, 2004).

A paisagem homogeneizada do entorno do assentamento Monte Alegre é uma variável que irá influenciar as decisões produtivas dos assentados, os quais ficam, deste modo, numa ambivalência entre um projeto próprio de cultivo e os processos econômicos, precedentes ao assentamento, na região. Tal ambivalência se evidencia pelos mosaicos que os lotes compõem na paisagem, em parte integrando-se ao projeto sucroalcooleiro hegemônico, em parte, negando-o através da dedicação dos assentados a outras culturas.

O período entre a ruptura com a terra e sua reconquista, através do assentamento, obstaculizou a manutenção das tradições alimentares destas famílias, induzindo-as a compor sua dieta com outros itens, menos de seu agrado e mais de sua necessidade imediata ajustada a pouca renda monetária disponível. Segundo Ferrante e Bergamasco (1995), cerca de 70% das famílias assentadas do Monte Alegre passaram por esta experiência de privação da terra e da mudança de hábitos, práticas e preferências alimentares que as novas circunstâncias impuseram. A conquista da terra por tais famílias, via reforma agrária, deflagrou um ímpeto para a retomada da memória referente às práticas de comer o alimento 'do suor' de seu trabalho direto.

A Produção do Autoconsumo

Aspectos Históricos e Segurança Alimentar

O alimento é considerado o recurso de subsistência humana por excelência, uma necessidade permanente e inadiável. Para Cândido (1979, p.25), os diferentes grupos sociais procuram como ajustar a exploração do meio físico às suas necessidades de subsistência e o fazem a partir de uma organização social que faça frente à sua obtenção. Em cada momento histórico existe "uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social".

Produzir seu próprio alimento pode ser considerado a prática mais antiga empregada pela humanidade em agricultura. Ela está generalizada por todo o mundo, em ambientes os mais diversos. Surgiu, conforme a especificidade cultural, a qual tanto atribui significados distintos aos alimentos componentes

dos itens de dieta e de preparação, de acordo com o tipo de refeição, como também estabelece formas particulares de manejo da terra, adaptada aos ecossistemas naturais locais (KHATOUNIAN, 2001). Os primeiros sistemas agrícolas foram dedicados à garantia alimentar familiar ou coletiva, desde aqueles baseados em grandes áreas de coleta e caça com pequenos roçados cultivados, àqueles cujos animais são domesticados e sua produção integrada à produção vegetal cercada.

Há uma tendência generalizada na humanidade de, primeiramente, se garantir os alimentos energéticos, isto é, grãos (arroz, milho) e raízes (mandioca, batata etc) (KHATOUNIAN, 2001). Tendo estes, procura-se garantir os alimentos fonte de proteínas, como os feijões e demais leguminosas (soja, lentilha, grão de bico etc.), criações e subprodutos derivados (ovos, leite, queijo etc.). Pela ordem de importância, em terceiro lugar, ficam os alimentos fontes de vitaminas e sais minerais, as frutas, os legumes, as verduras, as ervas etc. As espécies vegetais e animais mais bem adaptadas ao ambiente natural (solo, clima, disponibilidade de água) foram as que abriram possibilidades para as pessoas desenvolverem seus primeiros gostos e hábitos alimentares, a partir daquilo que havia disponível regionalmente. Manipulações genéticas, como o enxerto, a domesticação de animais, os sistemas de irrigação, as ferramentas para arar o solo e outras técnicas agrícolas possibilitaram que cultivos fossem desenvolvidos em locais distantes de seu centro de origem, por criarem condições ideais às plantas. Portanto, garantiram o acesso ao alimento desejado por agricultores familiares desde tempos imemoriais e estão presentes ainda hoje nesse tipo de produção.

No assentamento Monte Alegre, as famílias tendem a recuperar a memória referente às práticas de produção de autoconsumo. Trata-se, pois, não de um mero exercício de sobrevivência do grupo, mas de recomposição de sua reprodução cultural, perdida por anos a fio.

Segundo a FAO, há quatro atributos básicos que devem ser observados em avaliações sobre a segurança alimentar: suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade (MALUF et al., 1996). Quanto aos dois primeiros, referem-se ao acesso a alimentos pela população de forma bastável e permanente. Quanto à autonomia, refere-se ao fato do país ser capaz de suprir seu abastecimento sem depender de importações de alimentos básicos, o mesmo se esperando de cada região deste país. Há que se considerar ainda, com relação à autonomia, a valorização de características culturais, ecológicas e econômicas nas práticas de produção no nível nacional, regional e local. Quanto à sustentabilidade, acredita-se que a agricultura deva dispor alimentos à

população sem causar o ônus da degradação ambiental pela qual os modelos agrícolas convencionais são responsáveis - por exemplo, em relação à contaminação dos mananciais - e com menor uso de insumos externos às propriedades.

Em vista disso, as considerações a seguir procuram contemplar tais dimensões da segurança alimentar numa perspectiva qualitativa, apresentando elementos constitutivos da categoria social do assentado que valorizam e reforçam aspectos extra-econômicos da produção do autoconsumo.

Autoconsumo em Assentamentos Rurais

Há várias maneiras de se mensurar qualitativamente o autoconsumo em assentamentos rurais. Para Khatounian (2001), o alimento pode agir como um cimento que dá coesão numa coletividade, como através das estratégias de partilha presentes em comunidades de agricultores familiares. A ajuda mútua para satisfazer as necessidades de alimentação da família no meio rural, através das trocas e doações de alimentos e de serviços agrícolas, colabora para superar conflitos inerentes à vida comunitária, provocando vários efeitos benéficos aos laços de reciprocidade, de solidariedade, seja entre parentes, vizinhos ou amigos.

Em termos nutricionais, a pesquisa realizada por Norder no assentamento Fazenda Reunidas, no estado de São Paulo, revelou que:

A média do autoconsumo de calorias ficou em 30,79% do total consumido pelas 42 famílias entrevistadas, e é a mais reduzida no conjunto de nutrientes avaliados. O autoconsumo de Cálcio e das Vitaminas A, B2 e C é superior a 60% do total consumido. Os demais nutrientes, Proteínas, Fósforo, Ferro e Vitamina B1, apresentaram um índice de autoconsumo em torno de 40 a 50% do total (1998, p.46).

Por outro lado, também se considera que a produção do autoconsumo interfira na dimensão econômica do lote, representando uma estratégia que protege e fortalece a economia da propriedade familiar, uma vez que "contribui para rebaixar os custos monetários de manutenção do sistema" (KHATOUNIAN, 2001, p.251), quando favorece que menos insumos agrícolas sejam comprados. Além disso, para Garcia Jr. (1994), uma das maneiras de se dimensionar financeiramente o autoconsumo é levantar os custos que se teria em

supermercados com a compra dos produtos que a família mesma produz, pois isto representa uma capacidade de poupança.

Segundo a pesquisa de Santos e Ferrante (2003, p.100), atribui-se à produção de autoconsumo o equivalente a 58% do valor gasto mensalmente em supermercados com a alimentação da família em alguns assentamentos paulistas. Isto indica benefícios ao orçamento familiar. Para Leite (2003), a venda de excedentes do autoconsumo vem gerando uma renda que geralmente é usada para se cobrir despesas cotidianas da família, gastos menores e regulares, ao passo que tira a necessidade de outros. A análise desta dimensão econômica do autoconsumo auxilia melhor entender as implicações do trabalho familiar, acrescentando-lhe aspectos da economia "doméstica", sempre com referência à importância do trabalho feminino e às trocas alimentares nas redes de vizinhança e compadrio em todo processo.

Assim, para além dos aspectos puramente energéticos, há os de caráter simbólico, referente à sociabilidade e à esfera econômica que tornam este tipo de produção estratégico para a consolidação das relações de convivência intra e extra-familiar num assentamento rural. A extração de alimentos do solo cultivado com o próprio suor assume fulcral importância na identidade do assentado, porque integra o domínio da terra e o domínio de um conhecimento, ambos validando a história pregressa do indivíduo e do grupo. No assentamento rural Monte Alegre, caracterizaremos sucintamente como este tipo de produção imbrica aspectos extra-econômicos, culturais e sociais do grupo, bem como os aspectos ecológicos e econômicos dos agroecossistemas do lote familiar.

Técnicas de Pesquisa

A principal técnica de pesquisa empregada no presente estudo foi a aplicação de um roteiro de entrevista semi-estruturado com o titular do lote, cujas questões foram divididas em três blocos. O primeiro bloco abrange a reconstrução da origem e da trajetória familiar até o assentamento rural, tendo como fundo o modo de vida, os meios de acesso aos alimentos e o rol dos principais pratos consumidos em outras etapas da vida. O segundo, abrange a inserção no assentamento e o acesso ao alimento, sob a perspectiva da produção própria e da constituição de redes nas quais ocorrem eventuais vendas, trocas ou doações de alimentos entre assentados. No terceiro, procura-se caracterizar os sistemas agrícolas no que concerne à produção de alimentos de consumo familiar, à divisão de trabalho

familiar, o uso de insumos e outras práticas.

Complementando o roteiro, foi solicitado aos informantes das famílias entrevistadas a elaboração de três desenhos de seus respectivos lotes: 1) o primeiro, o desenho agrícola que a família assentada impôs ao agroecossistema, 2) o segundo, o desenho atual do lote e 3) o terceiro, o desenho idealizado pela família, com os sistemas e estruturas que a família gostaria de ter. Foram feitos registros em diários de campo e fotografias como meio de documentação das práticas agrícolas ora empregadas e de verificação dos sistemas de produção de alimentos. O diário de campo propiciou registrar aspectos culturais que o questionário e a fotodocumentação não captavam, tais como o teor de conversas informais entre os membros da família e entre os entrevistados e o entrevistador; por exemplo, informações obtidas quando da caminhada até e pelos lotes, a descrição de práticas e manejos familiares, dentre outros (WHITAKER, 2002). Essa abordagem etnográfica garantiu a coleta e sistematização de um material empírico útil para se analisar associadamente com as informações obtidas no uso das demais técnicas qualitativas empregadas na pesquisa.

A delimitação da amostragem se baseou na experiência pretérita do primeiro autor deste artigo em diversas pesquisas nos assentamentos rurais da região de Araraquara, desde 2001, como integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor – Uniara/Unesp). No último projeto do Nupedor integrante pelo primeiro autor (FERRANTE, 2007a), havia uma amostragem importante do ponto de vista estatístico, quando foram visitadas mais de 10% das propriedades do assentamento Monte Alegre, entre 2005 e 2006. Ao final deste projeto, já havia se comprovado, através de dados coletados com questionário semi-estruturado, que quase a totalidade dos lotes, mesmo com a entrada da cana agroindustrial, continua com a produção de autoconsumo. Algumas informações desta recente pesquisa são utilizadas no presente texto, a fim de se assegurar uma representatividade estatística na análise, embora nosso objetivo seja o de avançar no estudo de questões específicas do autoconsumo, tais como: demonstrar se há vocação da agricultura familiar para a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas, que além de garantir a segurança alimentar do grupo, se dá pelo resgate da memória de tais práticas.

Para a coleta de dados presente, utilizou-se a técnica de bola de neve, procurando obter dados qualitativos que viessem a complementar os quantitativos dos estudos anteriores do Nupedor. Partiu-se de um informante-chave, um assentado que planta cana agroindustrial e também cultiva alimentos

para autoconsumo em seu lote. Tal informante indicou dois novos assentados na mesma condição produtiva, os quais indicaram mais um assentado cada, até que foi possível identificar um discurso coletivo deste grupo que passou a plantar cana, mas não deixou de plantar seus próprios alimentos, permitindo-nos avaliar dimensões simbólicas e materiais da convivência desses dois sistemas num mesmo lote agrícola. O ponto de saturação foi alcançado no terceiro extrato, ou seja, no quinto assentado entrevistado.

Resultados e Discussão

Os assentamentos rurais têm sido um dos espaços em que a agricultura familiar para a produção de alimentos pode constituir-se, ensejando alcançar a soberania alimentar⁶ tanto dos grupos sociais neles inseridos quanto de seu meio envolvente mais imediato, como o município. É o que tem acontecido no Programa de Aquisição de Alimentos em Araraquara, no qual a Prefeitura Municipal recebe verba federal para comprar os alimentos da agricultura familiar e os destina às escolas municipais (merenda escolar), às instituições assistenciais, como albergues noturnos, e para o restaurante popular. Cada produtor familiar do município tem direito a vender produtos diversos para a Prefeitura Municipal num valor máximo de até R\$ 3.500,00 por ano, um valor considerado ainda baixo para se configurar numa estratégia produtiva que garanta renda suficiente para os produtores. Embora não tenha retorno financeiro expressivo, a possibilidade de escoar os alimentos via aquisição pelo executivo municipal é importante no sentido do reconhecimento social do produtor, a partir daquilo que ele produz inerentemente para seu consumo.

Os resultados deste programa se somam ao de outro, o Programa Direto do Campo, que consiste na venda direta de alimentos à população em dois espaços urbanos; ou seja, mais uma oportunidade do produtor de escoar a produção familiar diversificada e permitir integrar-se socialmente, por meio das interações econômicas no mercado local. Neste programa, a Prefeitura Municipal de Araraquara disponibiliza o espaço público, o transporte, as

⁶O termo aqui se refere a uma produção local de alimentos que abastece o município, sem que este venha a depender de trazer de outros estados ou de importar os alimentos básicos. Para Whitaker (2008, p.324), "Implica independência total dos países, ou de regiões bem delimitadas, para produzirem ali mesmo o que a população local necessita ou deseja consumir, sem depender de sementes produzidas por transnacionais e dos pacotes tecnológicos para agricultura que são viáveis apenas em grandes cultivos".

bancas e um avental para caracterizar os produtores. A renda média com a venda direta variava, em 2006, entre R\$ 200,00 e R\$ 700,00 mensais (KURANAGA, FERRANTE, 2006). Ambos os programas estão relacionados com políticas de segurança alimentar no município de Araraquara e parte dos assentados da fazenda Monte Alegre estão entre eles.

As Práticas Tradicionais do Autoconsumo

No assentamento Monte Alegre, produzir ao menos uma pequena parte dos alimentos que se consome é uma prática comum das famílias, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1. Do que produz, o que é destinado ao consumo familiar?

Tudo	Boa parte	Pequena parte	Nada
22 (48,84%)	19 (42,18%)	04 (8,98%)	00 (0,0%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

Nos trabalhos de campo de 2005 e 2006, empreendidos pelo Nupedor, a produção de frutas foi a mais encontrada nos lotes, em 69% deles, geralmente diversificadas e consorciadas entre si ou entre espaços de cultivos como as hortas. Em alguns lotes, não representam importante fonte de renda, mas importante fonte nutricional. Em outros, a finalidade de comercialização prepondera, por exemplo, entre aqueles que fizeram uso de financiamento para plantar, principalmente manga, citros, banana, abacaxi, maracujá, mamão ou outras, mas neste modelo utiliza-se um modo de produção convencional. Principalmente no primeiro caso, além da satisfação alimentar, há outros valores subjacentes à escolha pelo plantio de frutas, tais como a presença de pássaros e o sombreamento ao redor da casa.

Nos estudos supracitados, identificou-se que 62% dos lotes tinham cereais. Os principais cereais servem igualmente para o autoconsumo. Mas, para o cultivo do milho, plantado em moldes convencionais, houve incentivos de financiamento e possibilidade de venda direta para empresas do ramo de ração animal e avicultura, como a Rei Frango (empresa localizada no município de São Carlos/SP). Identificou-se, ainda, que em 57% dos lotes havia tuberosas, dentre as quais destaca-se a mandioca, a qual, além de servir para o autoconsumo, encontra financiamento e uma estrutura regional para absorver a produção (atravessadores, farinheiras, insumos tecnológicos), tendo maior

durabilidade sem ser colhida. São fatores que pesam na hora de se estabelecer estratégias familiares para a produção, consumo e comercialização (GARCIA Jr., 1983). E, por fim, as hortaliças estavam presentes em 49% dos lotes visitados. Para a maioria das famílias que as plantavam, eram destinadas ao autoconsumo e à venda do excedente.

A venda de hortaliças, verduras e frutas, bem como galinhas e ovos, tem se dado em programas municipais, em feiras, quitandas e supermercados de cidades do entorno e mesmo no comércio interno do assentamento. Estas primeiras produções existentes na maior parte dos lotes (frutas, cereais, mandioca e hortaliças), após alimentar quem as produz, alimentam os mercados locais. Além disso, os alimentos são envolvidos em uma rede de trocas e doações entre parentes e vizinhos, através da qual pode-se analisar o modo de vida rural que se refaz no interior do assentamento.

Famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou de serviços nos assentamentos. Entre famílias aderidas à Congregação Cristã do Brasil, existe um vínculo de trocas forte, sendo um *habitus* contarem umas com as outras para complementar o cardápio. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas, também ocorre com frequência a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras. No quadro a seguir, podemos observar em 62,5% das famílias entrevistadas a existência de trocas deste tipo de serviço no referido assentamento:

Quadro 2. Trocas de alimentos e serviços no assentamento.

Sim	Não
28(62,5%)	17(37,5%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

Alguns estudos têm discutido a importância da experiência dos agricultores para a sustentabilidade da agricultura. Para que sistemas agroecológicos o sejam de fato, é preciso que haja sinergia entre a utilização de conhecimentos tradicionais e a novas técnicas e conhecimentos (GLIESSMAN, 2005; ALTIERI, 2002; CAPORAL, COSTABEBER, 2003). O tipo de agricultura praticado para a produção de autoconsumo no assentamento investigado tem se mostrado sustentável sob vários aspectos, tais como: na adoção de estratégias de adubação orgânica; na diversificação e os consorciamentos dos cultivos; na ciclagem energética com a integração animal; e, por fim, na variedade genética dos cultivos.

Trata-se, assim, de assentados que retomam práticas típicas da agricultura familiar tradicional, mas condizente com os princípios da agroecologia.

No assentamento rural Monte Alegre, a maior parte da biomassa gerada no lote é reutilizada nas próprias atividades agrícolas. Ela é deixada sobre o solo, utilizada em compostagens ou mesmo queimada, reutilizando-se, neste caso, as cinzas. Se ocorre desta biomassa apresentar valor energético e/ou nutricional para criações a mesma vira componente da ração animal, cujos excrementos posteriormente formarão compostagens junto com a biomassa e a cinza. Como exemplo de reciclagem de nutrientes, pode-se tomar os dados referentes ao destino da matéria orgânica apresentados no quadro abaixo (Quadro 03). A permanência de criação animal no lote permite a constância da fonte de energia provida dos excrementos. Os dois quadros a seguir indicam que tanto a biomassa gerada como os dejetos animais são utilizados nas atividades agrícolas. Os relatos indicam que os benefícios são muitos, desde a utilização na nutrição das plantas (dispensando insumos externos) à formação de camadas de húmus no solo, tornando-o mais fértil e produtivo. Outro relato freqüente é o que se refere à queima deste material, prática correlata ao hábito da queima do lixo.

Quadro 3. Destino da matéria orgânica.

Com o resto do lixo	Queimado	Aproveitado	Enterrado
05 (11,15%)	14 (31,2%)	29 (64,7%)	02 (4,45%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

A presença de animais de criação evidencia a existência de ciclos de energia nos lotes. Ocorre, em geral, o reaproveitamento dos esterco dos animais na roça e, concomitantemente, o alimento dos animais provém em grande medida do lote, seja pela plantação de pasto, cana e capins diversos, como de milho e outros cereais, além de sobras de legumes e frutas. Além disto, os animais



Foto 1. Aproveitamento de folhas na lavoura e quebra-vento.

representam uma reserva de valor em face de dispêndios maiores quando necessários. Assentados nos relataram que vendem uma vaca, por exemplo, quando surge uma emergência ou precisam fazer um investimento no lote.

Quadro 4. Presença de criações.

Porco	Galinha	Gado	Outros	Nada
24 (53,3%)	21 (46,6%)	29 (64,4%)	12 (26,6%)	07 (15,6%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

Na agricultura de autoconsumo, as práticas supracitadas são as mais comumente encontradas entre os lotes para fertilização do solo, procurando não só economizar com a compra de insumos externos, mas ingerir os alimentos naturais. Outros insumos, como pesticidas, também têm seus equivalentes caseiros, como a calda de fumo com semente de Santa Bárbara. Somados a outras



Foto 2. Curral e palha usada na roça.

medidas paisagísticas, como inserir quebra-vento e árvores no sistema e plantar perto da mata (como nas fotos a seguir), as estratégias acima vêm mostrando que os princípios agroecológicos de produção são utilizados nos lotes do assentamento estudado, embora isto possa estar restrito a pequenos espaços dentro dos lotes, nos quais são produzidos os alimentos próprios.



Foto 3. Calda de fumo.



Foto 4. Plantação perto da mata.

A Importância da Memória para a Segurança Alimentar

Nas origens e trajetórias dos assentados entrevistados, houve períodos de menor fartura de alimentos, enquanto que, desde a constituição do assentamento prepondera a memória presente de maior fartura. Com exceção da família entrevista n.2, as demais consideram que o acesso ao alimento ficou mais fácil a partir de sua inserção no assentamento.

Ao retornar à terra, produzir a maior parte da própria alimentação volta a ser uma prática possível aos assentados, garantindo assim a produção e o acesso àquilo que apetece seus gostos e preferências. A tabela a seguir compara como era a alimentação dos assentados em suas origens e como é a alimentação agora, na condição de assentado rural. Ao produzir uma cesta alimentar, como abaixo - composta de alimentos energéticos, protéicos e fontes de vitamina e sais minerais - garante-se a segurança alimentar da família.

Tabela 2. Principais itens que compõem a alimentação na origem e no assentamento.

Família	Origem	Principais itens que compunham a alimentação na origem	O que sempre cultiva no assentamento (não falta)
Família 1	Sitiantes (BA)	Farinha de mandioca, feijão, galinha caipira (ovos), legumes e verduras, laranja, goiaba, abacaxi, banana	Milho, feijão , frutas, mandioca, horta , abóbora, galinha caipira, gado
Família 2	Colono (SP)	Arroz, feijão, milho, leite, carne bovina (seca), de porco (conservada na banha ou defumada), peixe (pescado no rio), horta diversificada	Milho, arroz , mandioca, feijão, horta , algum tipo de carne (depende da época)
Família 3	Meeiro (MG)	Arroz, feijão, milho, mandioca , legumes e verduras, galinha caipira (ovos)	Feijão, milho, mandioca , frutas, legumes e verduras, galinha e porco
Família 4	Meeiro (SP)	Arroz, feijão, milho , galinha caipira (ovos), carne de porco (na banha, torresmo), legumes e verduras	Mandioca, horta, feijão, milho , algum tipo de carne (depende da época)
Família 5	Meeiro (BA)	Farinha de mandioca, feijão , peixe, arroz, galinha caipira (ovos), frutas, legumes e verduras	Mandioca , batata doce, feijão , milho, gado, peixe, frutas, legumes e verduras

Fonte: Elaboração dos Autores.

Em suas origens, os assentados - outrora na condição de parceiros, colonos, meeiros e afins - produziam muitas das lavouras que agora puderam ser novamente viabilizadas, como os cultivos de mandioca, milho, arroz, feijão, café e criação de gado leiteiro. No passado, apenas uma parcela ínfima desses produtos podia ser consumida, pois sua produção se dava como excedente. A

produção prioritariamente destinada ao consumo da família era, nas suas origens, a da horta, das árvores frutíferas, a criação de porcos e galinhas, outras variedades de feijão ou milho.

A renda derivada da comercialização dos produtos da terra se destina, em parte, a aquisição de itens complementares de alimentação como óleo, sal, farinha de trigo e açúcar. Alguns itens de consumo alimentar outrora precisavam ser adquiridos no mercado e ainda hoje há essa necessidade, como em relação aos produtos como: farinha de trigo, óleo, sal e açúcar. A esses se acresce novas necessidade de consumo de produtos industrializados, como macarrão, bolachas e doces, conforme a tabela a seguir.

Tabela 3. Principais itens comprados em supermercados que compõem a alimentação na origem e no assentamento.

Família	O que era comprado fora	O que é comprado fora
Família 1	Não comprava nada fora	Arroz, legumes que não tem, sal, açúcar, bolacha, macarrão.
Família 2	Óleo, sal e farinha de trigo	Óleo, sal, açúcar, farinha de trigo, bolacha.
Família 3	Carne bovina, açúcar, sal e óleo	Arroz, açúcar, carne bovina, leite, sal, café, macarrão, bolacha, doces industrializados.
Família 4	Óleo, sal, açúcar e farinha de trigo	Arroz, macarrão, açúcar, óleo, sal, bolacha.
Família 5	Sal, açúcar e óleo	Arroz, macarrão, farinha de trigo, óleo, sal, açúcar, doces industrializados, bolachas.

Fonte: Elaboração dos Autores.

Embora o arroz seja item básico da cesta alimentar dos assentados, sua aquisição no mercado ao invés da produção direta deve-se, segundo os entrevistados a restrições na relação custo/benefício: o cultivo exige considerável dispêndio de trabalho; não se tem como comercializá-lo no nível local devido poucas beneficiadoras na região; é um cultivo muito susceptível a perdas em função das condições climáticas e o seu preço para ser adquirido de outrem, em supermercados, é considerado baixo.

O gasto no supermercado pode significar maior ou menor peso sobre o orçamento familiar, conforme seja a opção da família por produzir ou não sua própria alimentação e estado de preferência da dieta.

Dentre as cinco famílias entrevistadas, todas declararam que a família consome muitos doces caseiros feitos pelo trabalho doméstico feminino. Os doces de frutas e em calda são os de maior preferência no fabrico e no consumo familiar: as frutas são cozidas e curtidas em calda doce; as pastas ou geléias são apurados em tacho ou

panela. Os doces mais citados são: abóbora, goiaba, mamão, laranja, abacaxi, banana, amora, leite, canjica de milho e arroz doce. Esses mesmos doces são ingeridos à parte ou junto com pães e bolos, feitos pelas mulheres com ovos e leite provenientes do próprio lote.

Pelo valor econômico que estes produtos têm no mercado (doces, pães, bolos, leite e ovos), relativamente alto e de muita demanda, a produção e a confecção por parte das mulheres representam grande potencial de poupança para a família, ao passo que tais itens são altamente valorizados e importantes na dieta. Se porventura fossem comprados semanalmente em supermercado (um pote de doce de 500g, um bolo e um pão tipo caseiro, dois litros de leite e uma dúzia de ovos), o custo médio dos referidos itens seria de R\$ 22,50, ou R\$ 90,00 mensais, equivalente a 25% do valor gasto mensalmente, em média, em supermercado (que totaliza R\$ 350,00). Ao não ter tal dispêndio, a família consegue poupar circunstancialmente. Além disso, a produção própria tem outros significados para as famílias: objetivamente, porque são produtos mais frescos e sem adições químicas, subjetivamente porque formam a identidade do grupo e o orgulho pela reconhecimento social da qualidade de seus produtos e pelo interesse do grupo em persistir na reprodução do conhecimento tradicional.

Quando perguntado quais os cultivos que sempre estão presentes (e que não faltam no lote), os três cultivos lembrados nas respostas foram: o milho, a mandioca e o feijão. Portanto, um hábito alimentar semelhante ao descrito por Candido (1979) sobre a dieta do caipira paulista, cuja base da alimentação era o arroz, o feijão e o milho. Embora o assentado tenha abandonado o cultivo de arroz pelo de mandioca, não alterou o núcleo da dieta que ele mesmo produz, que continua composta por dois alimentos energéticos e um protéico. Esta troca configura-se numa necessidade imposta pela estrutura produtiva, na qual faz ser mais vantajoso comprar arroz a produzi-lo, conforme as razões acima.

As famílias assentadas rurais estudadas possuem traços de um modo de vida comum a outras comunidades rurais tradicionais no que diz respeito a construção do agroecossistema do lote. Pela semelhança que há nas opções produtivas e hábitos alimentares dos assentados, de sua origem ao momento atual, pode-se considerar que a vida presente utiliza o arcabouço das memórias do passado, na lida e nos significados na terra. São lembranças que ajudam a família a organizar os sentidos e as práticas da vida no presente, permitindo à mesma estabelecer a importância do alimento plantado e consumido com sua própria deliberação, *corpus* de conhecimento e suor.

Uso do Solo e Formas Agroecológicas

Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), mosaicos são formados na paisagem com o advento dos assentamentos rurais, o que implica na heterogeneidade do espaço. A construção deste espaço heterogêneo, segundo as autoras, se dá em até cinco escalas. Isto em muito se deve à rica diversidade cultural das famílias e ao resgate da tradição de produzir seu próprio alimento, relacionando-se posteriormente com o aumento da diversidade agrícola nos lotes. Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que, antes de serem assentamentos, eram monoculturas. A fazenda Monte Alegre, antes de tornar-se um assentamento, foi uma monocultura de eucalipto na qual a paisagem era homogeneizada. Com a reforma agrária e o redesenho da fazenda em centenas de lotes agrícolas familiares, começou um trabalho de diversificação comandado pelas estratégias de subsistência e de desenvolvimento.

A seguir, apresentamos dois desenhos feitos por um assentado de seu lote em momentos diferentes, nos quais há um claro exemplo do efeito da reforma agrária neste espaço do lote. Ao chegar ao lote, como retratado na Figura 1, o espaço era tomado pelo eucalipto e tocos desta árvore. Ao estabelecer-se produtivamente no lote, conforme a Figura 2, o território passou a servir a diversas funções: local de moradia, culturas diversas. Imprimindo, pois, o mosaico.

Figura 1. Quando chegou ao lote.

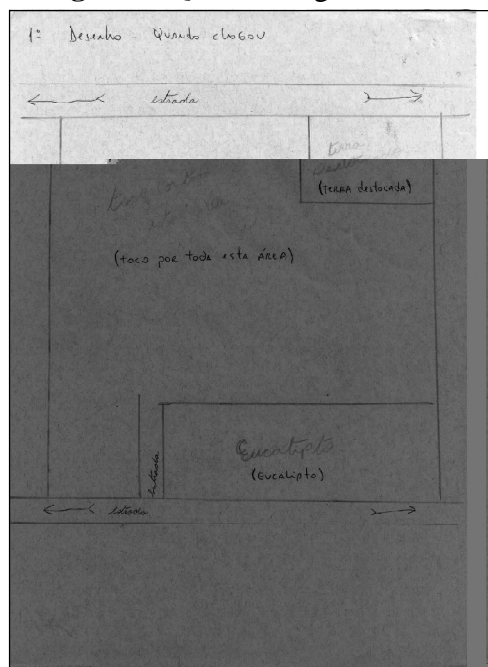
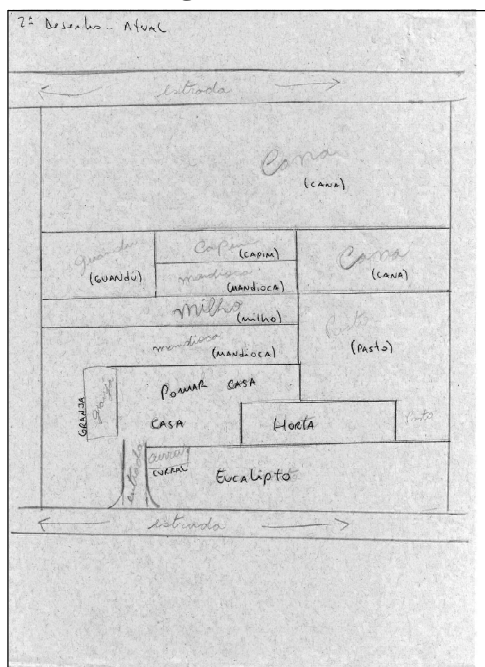


Figura 2. Atual.



Comparando-se os dois desenhos, vê-se que os princípios agroecológicos acompanham a lógica das famílias assentadas e impõem a diversificação ao território, independentemente do uso ou não de insumos externos. As estratégias adotadas se complementam na busca pela sobrevivência econômica da família. Nos alimentos que as famílias produzem para seu próprio consumo, principalmente nos espaços de horta e pomar (2a figura), concentram-se formas de manejo que seguem princípios agroecológicos, embora não estejam restritos a estes espaços.

Para melhor compreensão da diversidade que pode haver no lote em função do autoconsumo, na tabela a seguir, foram colocados os inventários de dois deles. Em ambos constam todos os cultivos que se faz uso alimentar, sem importar sua escala.

Tabela 4. Inventário dos lotes.

Família	Inventário do lote
Família 1	Cultivos energéticos: milho, mandioca, batata, batata doce e inhame. Cultivos protéicos: feijão (carioquinha, favinha, guandu, branco e bico de ouro), criação de galinha e pato (ovos) e de gado leiteiro (queijo, manteiga e requeijão). Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais): jaca, goiaba (vermelha e branca), amora, manga (bourbon, espada, haden e roxa), pitanga, jabuticaba, acerola, banana (nanica, ouro, prata), abacate, uva, morango, alface (roxa, crespinha e lisa), rúcula, mostarda, espinafre, cebola, tomate, almeirão, cenoura, abóbora, abobrinha, chuchu, couve, catalônia, chicória, salsa, cebolinha, coentro, poejo, hortelã, arruda, erva-doce, erva de santa maria, quina, losna e urucum. Capins e pastos para as criações de gado.
Família 4	Cultivos energéticos: mandioca, batata, batata doce. Cultivos protéicos: Feijão (guandú e catador), criação de gado leiteiro e porco. Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais): manga (aden, palmer, coquinho, rosa e espada), laranja (pêra, lima e lima da pérsia), acerola, pitanga, castanha do pará, macadâmia, jaca, limão (cravo, galego e taiti), mamão, abacate, goiaba vermelha, banana (nanica, “de fritar” e maçã), abacaxi, maracujá, maçã, guaraná, cajá-manga, nectarina, tamarindo, uva japonesa, morango, cana-de-açúcar (garapa), abil, ingá, gabioba, pequi, alface, couve, almeirão, espinafre, pimenta (doce e ardida), cebolinha, salsinha, cebola, alho, urucum, vagem, quiabo, abóbora, tomate, pimentão, berinjela, chuchu, maxixe, alho japonês, erva-doce, coentro, arruda, alecrim, hortelã, manjerição, poejo, sabugueiro, babosa. Capins e pastos para as criações de gado.

Fonte: Elaboração dos Autores.

O feijão cultivado nos lotes de todos entrevistados apresenta alta variedade genética. Os assentados têm pelo menos duas variedades cultivadas mas, em alguns casos, chega a até sete tipos diferentes, como no caso de um assentado

de origem mineira. Ele possui feijão catador, de vara, guandú, fava, preto, orelha de padre e bourbon. Esta última, conforme explicou, é uma variedade "lá da terra dele", da qual ele gosta muito e sempre fez uso alimentar porque carregou consigo suas sementes por onde andou. Foi muito comum encontrar esta variedade genética também entre frutas, legumes e verduras como goiaba, manga, banana, laranja, limão, mamão, alface, repolho, cebola, pimenta e outros temperos, em todas havendo mais de uma variedade cultivada e de maneira tradicional, conforme explicitado anteriormente.

Conforme as fotos a seguir, os assentados fazem diversas experiências de diversificação de cultivo no intuito de uma planta ajudar a outra. Segundo os assentados, vai-se descobrindo combinações que dão certo e agregando, no corpo da cultura, o conhecimento empírico daí derivado.



Foto 5. Experiência de consorciamento: pimentão, feijão, berinjela, espinafre, tomate, pimenta e maxixe.



Foto 6. Árvores frutíferas e nativas (recentemente) inseridas na horta.

Ao serem assentadas, uma das primeiras práticas das famílias nos seus respectivos lotes é plantar aquilo que lhes servirá de alimento, fincando simbolicamente suas raízes na terra. As hortas e as árvores frutíferas, os grãos e as leguminosas, as tuberosas e as criações de gado leiteiro, galinha caipira e porco compõem a organização do espaço produtivo do lote, em lugar da monocultura que antes havia ali.

Assim, o complexo conhecimento que resulta no lote ricamente cultivado - e com a pequena criação complementando o fornecimento de alimentos - transborda para o interior da moradia da família assentada, na riqueza das refeições. Do prato de verduras, ao prato principal e à sobremesa, há a restituição das velhas receitas, uma arte que recupera o domínio sobre a saúde do corpo. Da terra ao prato, a família assentada reencontra-se com seu passado para fruir o gosto das suas novas conquistas.

Conclusões

A produção do autoconsumo é inerente à forma de organização do conteúdo do espaço nos lotes do assentamento Monte Alegre. O assentado traz, para as suas práticas produtivas no lote, o arcabouço de suas experiências derivadas de suas origens e trajetórias. Preferências alimentares e conhecimentos se mesclam para restituir, na vida cotidiana da família, um *habitus* característico de um modo de vida tradicional. A luta pela terra, logrando êxito na reconquista desse meio de produção fundamental, acaba revelando uma luta da família para recompor a memória dos sabores e saberes ligados tanto à prática agrícola e pecuária quanto às receitas, com seus temperos, aromas, formatos, os quais orgulhosamente aludem criações culinárias de gerações anteriores e segredos familiares. Pesa a opção, no presente, por aquilo que já deu certo em se tratando da garantia de uma boa oferta de alimentos, "como no tempo dos antigos", fato vivido por eles e/ou por seus antepassados.

O que é produzido para o autoconsumo em muito é definido pelas preferências da família assentada, ora liberta de uma dieta condicionada apenas pela renda monetária auferida num trabalho alienado anterior e na oferta do mercado local. Quanto mais alimentos plantados e processados no interior da unidade familiar, menor é a dependência em relação à compra em supermercados.

A presença do autoconsumo no agroecossistema pode ser considerada sustentável no aspecto relativo ao uso dos conhecimentos tradicionais do meio rural os quais, por seu turno, se baseiam em processos biológicos que respeitam a diversidade de culturas no lote. Com o tipo de agricultura tradicional praticado para obter seus próprios alimentos, muitos insumos externos à propriedade não são usados. Equivalentes naturais e não poluentes, medidas para manter água no sistema, aumento da diversidade agrícola, integração animal e vegetal, entram em seus lugares, refletindo uma prática agrícola e uma alimentação com menores riscos à saúde humana.

Em termos de segurança alimentar, para os assentados rurais é muito importante ter garantido esse direito de produzir seu próprio alimento. Desde que foram assentadas no lote, para as famílias entrevistadas o acesso ao alimento aumentou, assim como aumentou a autonomia em produzir o que querem e em quantidades suficientes para suprir a família, com alimentos produzidos a partir de um tipo de agricultura sustentável, oriunda da tradição. Por isso, considera-se relevante a análise da dinâmica de produção de autoconsumo para além de uma visão meramente produtivista uma vez que imbrica dimensões simbólicas de suficiência e completude; dentre outras, referidas ao valor social da história e trajetória do grupo, legitimando, perante si e o outro, o direito de restituição a

terra como fator de fortalecimento identitário.

Entretanto, um fator exógeno a influenciar positivamente a construção dos agroecossistemas vêm sendo as políticas públicas voltadas à segurança alimentar do município. Embora ainda sem muita expressividade no retorno financeiro, são importantes tais iniciativas por parte do executivo municipal por possibilitar aos assentados a prática agrícola tradicional, ou seja, produzir conforme a lógica autêntica do autoconsumo embora o excedente tenha lugar na cidade. Como a diversificação da cesta de produtos faz parte dessa estratégia, a participação das famílias assentadas em programas municipais dessa natureza tem o potencial de elevar a auto-estima coletiva dos assentados ao se sentirem fazendo parte da cidade, promovendo laços e processos de pertencimento que vão numa direção oposta a de estigmatização de assentados em outras localidades. De outro lado, tais iniciativas permitem o assentado, desde a prática de venda de seus produtos rurais na cidade, se identificar como um cidadão frente os demais os quais, como potenciais compradores, dão-se conta da luta no campo e do valor do trabalho dessas famílias assentadas, incrementando as interações sociais para melhor.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**. Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

BARONE, L.A. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias de Guariba. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.7, Nupedor/Unesp, p.103-123, 1999.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. 14^a Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 5^a Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul/dez, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007a.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo). Projeto de Pesquisa, CNPq, 2007b.

GARCIA Jr., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA Jr., A.R. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989). In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (Orgs.) **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda. Petrópolis: Vozes, 1994.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

KHATOUNIAN, C.A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

KURANAGA, A.A.; FERRANTE, V.L.S.B. Feiras do produtor: alternativa

para a sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. In: Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais, 2008, Araraquara. **Anais...**, CD-ROM, Uniara, Araraquara, 2006.

LEITE, S. **Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar:** uma aproximação à experiência brasileira. Seminário de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina, 2003, Unicamp, Campinas-SP. Disponível em: <<http://www.fodepal.es/bibvirtual/semex/campina/doc/Sergio%20Leite.pdf>>. Acesso em: 30/05/2008.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição do tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p.66-99, 1996.

MARTINS, J.S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.6, p.40-58, 1998.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B.(Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003.

SILVA, M.A.M. **A Luta Pela Terra**: experiências e memória. São Paulo: Unesp, 2004.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas

emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A. Soberania Alimentar e Assentamentos de Reforma Agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008, p.323-340.

WOORTMANN, E. Da dependência à complementaridade. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, n.79, 1993.

O INDIVIDUAL E O COLETIVO NOS ASSENTAMENTOS: ENTRE O IDEAL E O REAL

Marluse Castro Maciel¹

Resumo: Este texto refere-se às pesquisas realizadas durante o mestrado (UNESP) e doutorado (USP) nos assentamentos Bela Vista em Araraquara-SP e Primavera e Tupaciretã no Pontal do Paranapanema. Pretende-se com esta discussão entender os mecanismos de produção dos assentados como forma de permanência na terra e sua opção pelo trabalho individual, que em alguns momentos aparece como estratégia para se integrar ao mercado da agricultura modernizada. Entende-se que o fato de produzirem individualmente não faz deles "individualistas", mas sim revela estratégias para comercializarem seus produtos e suas dificuldades de produzir coletivamente, seja por causa de experiências fracassadas das cooperativas, seja pela sua herança rural que os leva a almejar a categoria de proprietário rural. Elementos da economia moral demonstram que esses assentados criam novos laços de sociabilidade e conseqüentemente um mecanismo de permanência na terra.

Palavras-Chave: Assentamentos; Modo de Vida; Individual, Coletivo e Produção.

Abstract: This text mentions the researches accomplished throughout the masters at UNESP – Universidade Estadual Paulista and doctoral at USP – Universidade de São Paulo in the settlements Bela Vista in Araraquara town, State of São Paulo, and Primavera and Tupaciretã in Pontal do Paranapanema region. Under this debate the purpose is to understand the production methods applied by settled people as an advantage of permanence in the land and their choice to work independently, that in certain occasions appears as a strategy to incorporate their work into modern agriculture market. It is noticed that the fact they produce by their own does not make them "individualistic", but it

¹Doutora em sociologia pela USP, ex-pesquisadora do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) da UNESP de Araraquara/SP. Professora da UNIFEBE - Brusque/SC e UNIASSELVI - Blumenau/SC.

discloses strategies to commercialize their products as well as shows their difficulties to produce collectively, either due to failed experiences of the cooperatives or because their rural inheritance that drives them wishing to become a farm owner. Elements from the moral economy revealed the aspect that those settled create new social ties and consequently a mechanism of permanence in the land.

Keywords: *Settlements; Lifestyle; Individual, Collective and Production.*

Introdução

Quando pesquisadores da área rural dizem que estudam assentamentos, as pessoas logo perguntam: você estuda o MST? Ao contrário da idéia preestabelecida pelo senso comum, os assentamentos nem sempre são organizado pelo MST, embora este seja o maior movimento de luta pela terra no país, estando constantemente na mídia. Sindicatos de trabalhadores rurais, a CPT² e uma gama de outros movimentos sociais dissidentes ou não do MST organizam a luta pela terra em várias regiões do país. Ao estabelecermos uma idéia pré-definida de que os assentamentos sempre possuem relação com o MST, imagina-se que a organização da produção no interior do assentamento seja coletiva e que as cooperativas se sustentam por longos períodos.

Com relação à mais dinâmica delas, o Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST), é comum uma superestimação de sua incidência eficaz no âmbito dos assentamentos, sobretudo em função da sua importante contribuição no encaminhamento político da luta pela terra redundando, mais cedo ou mais tarde, na conquista de assentamentos. (FERRANTE, BARONE, MACIEL, 2008).

Porém durante as pesquisas realizadas em diferentes assentamentos no interior do estado de São Paulo, durante o mestrado (UNESP) e o doutorado (USP): Bela Vista no município de Araraquara e Tupanciretã e Primavera no município de Presidente Venceslau no Pontal do Paranapanema região de grande concentração de assentamentos, constatei que a realidade desses assentamentos compõe diferentes maneiras de organizar a produção

²Quando realizei minha pesquisa de mestrado, percebi que havia, por parte dos pentecostais, uma maior disposição para produzir individualmente, assim como detectou também, Jadir de Moraes Pessoa. Os católicos, principalmente os ligados a CPT, adeptos da teologia da libertação, possuem uma maior disposição para o coletivo.

e grande variedade de movimentos sociais que ocupam a terra.

É muito importante estabelecer relações da organização dos assentamentos com a ocupação, pois nas observações feitas durante a pesquisa, a maneira como o movimento convoca seus membros, se envolve com a organização do acampamento é que determina como os trabalhadores irão se organizar depois de constituídos os assentamentos.

Vale ressaltar que dos assentamentos estudados anteriormente, apenas um foi ocupado parcialmente pelo MST. Em Araraquara o processo de ocupação foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Já em Presidente Venceslau a ABUQT (Associação Brasileiros Unidos Querendo Terras), organizou a ocupação do assentamento Tupanciretã e dividiu a ocupação do Primavera com o MST.

Geralmente localizados em regiões altamente capitalizadas pelo agronegócio, a necessidade de se integrar ao mercado para a sobrevivência também interfere na organização produtiva do assentamento como estratégia de permanência na terra.

A capacidade organizativa, tanto política, quanto econômica dos assentados acontece de maneira variada e muitas vezes controversa, ligada à busca da permanência na terra.

Desacreditados das organizações cooperativistas, seja por conflitos com o grupo ou pelos endividamentos gerados, muitas vezes os assentados optam pela produção individual e lançam mão da reciprocidade dos padrões de vizinhança e estratégias de organização familiar.

A reciprocidade "horizontal", preconizada como regra pelos códigos morais do trabalhador rural (BARONE, 1996; BARONE, 2000), construiu uma rede de relações que tem contribuído em muito para a permanência dessas famílias na terra.

Na maioria das vezes a organização das cooperativas dá lugar à produção individual e as articulações dos laços familiares e de vizinhança se apresentam como opção dos assentados. Veremos neste texto como está posta a questão do individual e do coletivo no interior dos assentamentos.

Modos de Vida: a Diversidade das Trajetórias dos Assentados

Ao realizar pesquisas em assentamentos nos deparamos com diferentes histórias de vida: ex-trabalhadores rurais, ex-meeiros, ex-arrendatários, trabalhadores urbanos filhos e netos dos *caipiras nômades*³, que demonstram em sua prática cotidiana uma

³Conceito estabelecido por Antonio Cândido em seu livro *Parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 2003).

pluralidade de vivências, apresentando-nos questões que transcendem ao aspecto econômico das análises. Essas diferentes características constituem padrões identitários responsáveis pela forma como os assentados irão se organizar em torno da produção e dos projetos estatais de apoio à reforma agrária. Diante desta questão, pretendo discutir a opção dos assentados pela produção individual, diferentemente da proposta de organização coletiva idealizada pelos movimentos sociais e assessores intelectuais.

Para aprofundar tal discussão, foram analisados textos de vários autores que pesquisam assentamentos rurais, como José de Souza Martins (2004), que estudou cinco assentamentos, sendo um em cada região do país; Geraldo Poker (1994), que estudou o assentamento Sumaré em São Paulo; Maria Conceição D'Incao e Gerárd Roy (1995), que pesquisaram assentamentos de São Paulo; Vera L. S. Botta Ferrante (2002 e 2007), que escreve a respeito do Assentamento Bela Vista; Jadir de Moraes Pessoa (1999), a respeito de assentamentos em Goiás; Luiz Carlos Mior (2005), que pesquisou assentamentos do oeste de Santa Catarina; e Ricardo Abramovay (1998), que firma o conceito de agricultor familiar.

Antes de partirmos para análise da organização coletiva e individual no assentamento, veremos que ao assumirem a condição de assentados, passam a constituir um novo modo de vida, formado a partir da diversidade das histórias de vida, das relações de parentesco, vizinhança e poder que se estabelecem e da diversidade cultural de que são portadores. Este novo modo de vida está pautado nos ideais de solidariedade e de ajuda mútua que os motivam.

Compreendo modo de vida como espaço de articulação e práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais de mecanismos de decisão política. Nossa pesquisa tem mostrado o assentamento como espaço de integração social, no qual ganham destaque os grupos familiares e suas estratégias de produção/reprodução, mas igualmente tem sido detectada a presença de elementos desagregadores nas relações de poder, nas disputas internas, na violência de gênero, que perpassa a relação homens/mulheres, fenômenos recorrentes em qualquer grupo social (MACIEL, 1999, p.125).

O modo de vida proporciona para nossas análises um novo campo social que é o assentamento, composto por sujeitos que ora estão em posição de subalternidade e parecem submergir em um sistema de controle e poderes, ora estão prontamente dispostos e organizados para desenvolver estratégias referentes à viabilidade da agricultura familiar. Nesse sentido, considero o assentado um sujeito social histórico

dotado de acumulação de lutas passadas que devem ser levadas em consideração. No caso dos assentamentos estudados, podem revelar também uma herança rural.

Para melhor compreender o assentamento como espaço social, remeto-me aos estudos de Ferrante, que o compreende como "espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa". (FERRANTE, BARONE, 2002, p.03).

Podemos afirmar que o assentamento configura-se como espaço social, onde diferentes formas organizativas são recriadas, ou seja, da-se a reinvenção do rural. Assim, como afirma José de Souza Martins (2004), o morar no sítio é mais do que habitar, é estabelecer um modo de vida proporcionador de maior integração com a natureza, associado a um maior enraizamento e junção entre trabalho e moradia. Esta análise nos remete também ao que Abramovay (1998) fala a respeito do modo de vida do assentado, que, embora novo, traz em suas histórias de vida características dos camponeses tradicionais: todo espaço rural é chamado de sítio; reproduzem-se padrões de vizinhança; e os assentamentos que possuem agrovilas remontam às antigas "colônias" rurais.

Embora existam inúmeras discussões a respeito da configuração dos assentamentos como espaço semelhantes ao urbano, observa-se que estes se configuram como espaços tipicamente rural, descartando a idéia de rururbano⁴, que enfatiza o rural não agrícola como estratégia de desenvolvimento. José Graziano da Silva (1999) analisa o espaço do assentamento como extensão do urbano e defende atividades econômicas, que são consideradas por muitos como "não rural". Cada vez mais os assentamentos se firmam como espaços sociais rurais, principalmente os que em sua maioria são formados por pessoas que possuem origem rural.

Mesmo levando em consideração a diversidade das histórias de vida, e da sociabilidade dos assentados, o principal debate acerca dos assentamentos está pautado na viabilidade econômica, cujo foco é a produção individual e a produção coletiva. Não podemos esquecer que muitas vezes a viabilidade econômica está vinculada à fertilidade da terra, à relação da produção com a comercialização e à cadeia produtiva local.

Os assentamentos pesquisados no município de Araraquara e no Pontal do Paranapanema encontram em regiões altamente capitalizadas pelo agronegócio, onde os projetos de reforma agrária são implantados por se tratar também de regiões

⁴Principalmente os estudos de José Graziano que o chama de Novo Rural. (GRAZIANO da SILVA, Campinas, 1999).

onde há maior concentração de latifúndios improdutivos ou terras devolutas.

Por este motivo, os assentados, ora tentam se inserir no mercado como produtores de matéria prima para o agronegócio, como é o caso da cana e do leite, ora procuram se inserir nas cadeias produtivas, com padrões muitas vezes associados aos produtos locais artesanais, orgânicos/agroecológicos. Ambas as estratégias de produção e comercialização, na maioria das vezes individualizadas, têm por objetivo manterem-nos como agricultores familiares. José de Souza Martins, afirma que a entrada da monocultura nos assentamentos pode remeter à idéia de individualismo, mas na verdade é uma tentativa de integração com a modernização. Sua defesa é de que a reforma agrária só é viável se integrarem o novo modo de vida ao próprio do mundo moderno. Martins afirma que:

O assentado é um sujeito orientado para o moderno, voltado para o mercado e para modernização. Sua luta é mais uma luta pela inserção na economia moderna e globalizada e nos seus benefícios econômicos e sociais, do que para refluir ao modo de subsistência. (MARTINS, 2003, p.231).

Há por parte dos assentados uma tentativa de integração ao mercado modernizado, mas nem sempre possuem apoio por parte dos órgãos estatais para que esta ocorra. Diante da dificuldade de comercialização dos produtos, integrar o mercado agrícola local, fornecendo matéria prima, torna-se uma alternativa para sua manutenção no assentamento.

Esta integração apontada por Martins é ilusória, pois geralmente os assentados comercializam seus produtos com as grandes agroindústrias com preço abaixo do de mercado, que gera exploração. Este tipo de comercialização está muito mais ligado à necessidade de permanecerem na terra do que à integração ao mercado modernizado propriamente dito.

Para Martins, existe nos assentamentos o que ele chama de *sujeito oculto*, "aquele que possui a prática cotidiana vivencial longe das teorias e das ideologias." (MARTINS, 2003, p.10). É um sujeito real, obrigado a viver a duplicidade de orientações, ora estabelecida pelos órgãos estatais, responsáveis pela reforma agrária, que incentivam a produção tradicional de milho, algodão, feijão, hortaliças e nem sempre conseguem ser comercializados, ora estabelecida pelo agronegócio que propõe a produção que rapidamente será comercializada de maneira precária.

É esse sujeito vivencial a complicada personagem deste livro. Complicada porque sociologicamente ambígua, marcada pela

indefinição situacional própria de uma inserção social duplamente orientada, dividida entre a de trabalhador e a de proprietário de terra, entre subsistir e lucrar. Essa ambigüidade carrega referenciais de classe social contrapostos e leva, não raro, a uma problemática prática bifronte, de dupla orientação. (MARTINS, 2003, p. 12).

Esta contradição muitas vezes aparece em seus discursos, ao mesmo tempo em que afirmam ser importantes os projetos coletivos, mas produzem individualmente. Ao mesmo tempo em que defendem agriculturas alternativas, produzem leite para as grandes agroindústrias.

Essa característica do sujeito da reforma agrária não faz dele, segundo Martins, um sem-terra, mas, sim, um sujeito impersonificável, ou seja, o fato de pertencerem a um mesmo projeto não os faz possuir uma identidade coletiva, pois os discursos se modificam de acordo com os problemas. Esse sujeito social é invisível aos olhos dos militantes.

Há uma busca, mesmo que inconsciente, por parte dos assentados pela construção de uma identidade coletiva pautada nas bases da herança rural destes trabalhadores, que vivenciaram experiências como rentistas, pequenos proprietários rurais ou trabalhadores rurais.

Quanto à invisibilidade aos olhos dos movimentos, vale ressaltar que os próprios assentados também os abandonam por não concordar com algumas de suas atitudes durante o processo de ocupação, como por exemplo, a destruição da fazenda, bem como a imposição pela organização da produção coletiva.

Para Martins:

O caso de Araraquara denota um grande preconceito do grupo mais identificado com a reforma agrária em relação ao grupo com menos estruturas. Grupo que, com mais facilidade, aderiu à tentação de arrendar as terras obtidas para os plantadores de cana-de-açúcar, uma negação prática da própria reforma agrária que o beneficiou. (MARTINS, 2003, p.33).

Tendo pesquisado este assentamento durante o mestrado, os dados mostram, que neste caso não é uma questão de preconceito, mas de ideologia em favor da reforma agrária, frente à necessidade de ter retorno financeiro rápido para resolver problemas de financiamentos relacionados a projetos de reforma agrária, como é o caso do PRONAF, PROCERA, etc.. Alguns deles, sem capacidade empreendedora, compram, num primeiro momento, carro, cavalo, arrumam a casa com esses recursos,

e acabam não investindo o suficiente na produção.

Não se trata neste caso de uma cultura parasitária, como afirma Martins, mas sim de um estabelecimento de prioridades que vão para além da questão da produção, demonstrando outras facetas da sociabilidade e das necessidades dos assentados.

Por estarem em regiões altamente capitalizadas são assediados pelas empresas para aderirem ao agronegócio do gado, da cana, colocando-os em condições de pseudoassalariados. Arrendar é uma resposta às dificuldades. Incentivados pelos mediadores a se envolverem em projetos coletivos, ou até mesmo em solicitar crédito para viabilizar a produção, ficam com as dívidas a serem pagas. Buscam a resolução dos problemas no próprio meio rural.

Martins afirma que é comum ver, nos assentamentos estudados, proprietários de lotes em condições de arrendatários, só que desta vez eles arrendam suas terras para grandes empresas do agronegócio.

Os cinco estudos de caso reúnem evidências de que o sujeito da reforma agrária, além de ser o produto residual dessas desagregações e transformações, é também um sujeito social peculiar, bem diferente do sujeito de contrato, individualizado, que pode pactuar com o Incra seu ingresso num programa de assentamento. É bem diferente também do sujeito supostamente coletivo que a categoria de sem-terra faz supor, a partir da experiência dos acampamentos e da ideologia coletivista de alguns assentamentos controlados pelo MST. (MARTINS, 2003, p.54).

Hoje, é cada vez menor o controle que o MST possui em relação a quem entra no movimento, mesmo porque é comum o próprio movimento abandonar os trabalhadores após tornarem-se assentados. A tentativa de integrar a produção ao mercado do agronegócio e a falta de apoio por parte dos movimentos sociais após a constituição do assentamento são os primeiros fatores que levam o assentado a produzir individualmente.

A produção individual praticada pelos assentados muitas vezes é vista pelos movimentos sociais, e demais mediadores, como individualismo, egoísmo, falta de solidariedade, uma visão externa que não leva em consideração os problemas reais vividos pelos assentados, o que Poker chama de intolerância ao individualismo.

Segundo o autor, há enganos em relação às análises a respeito da rejeição ao trabalho coletivo por parte dos assentados, pois o fato de produzirem individualmente não os torna individualistas. A princípio, a opção pela produção individual é evidente, mas não aparece como convicção, ao contrário: os discursos revelam maior rejeição

ao individualismo, uma contradição se relacionarmos discurso (de uma maneira geral relatam a importância de trabalharem coletivamente sempre enfatizando a falta de união entre eles) e prática (produção individualizada). Há, sim, por parte dos assentados, muita dificuldade em lidar com as diferentes capacidades produtivas, uns produzem mais, outros menos, fazendo-os não acreditar no coletivo.

É incomum encontrar no assentamento pessoas que fazem opções claras pelo individualismo, com exceção da experiência vivida por D'Incao e Roy, que detectaram nos assentamentos estudados por eles o chamado *grupo dos individuais*. "Havia no local pesquisado, uma tensão (ou conflito) entre os interesses pessoais dos trabalhadores e os ideais associativistas das lideranças". (ROY, D'INCAO, 1995, p.77).

Ao mesmo tempo, a realidade da pesquisa tem nos mostrado a baixa adesão aos projetos coletivos, muitos deles fadados ao fracasso, e uma opção maciça pelo individualismo. O trabalho coletivo é abandonado por inúmeros motivos: problemas pessoais, desejo de regular seu próprio horário de trabalho, dificuldade em dividir os lucros da produção, experiências fracassadas, falta de confiança nos líderes, abandono dos órgãos governamentais (e demais mediadores), etc.

Ao fazermos a abordagem a respeito da produção individual versus produção coletiva, corremos o risco de deixar de lado organizações coletivas cujos objetivos são outros que não a produção, como por exemplo: as festas *sagradas e profanas*, a construção de igrejas, a luta pelo direito à escola, atendimento médico, etc., tendo no mutirão (embora esporádico) a atividade coletiva mais utilizada nos assentamentos. No livro *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido (2003) diz que, na sociedade caipira, a manifestação mais importante é o mutirão. Ajuda a solucionar o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança, por causa da dificuldade de remuneração.

No caso dos assentamentos, os mutirões geralmente acontecem quando estão organizando festas, principalmente as religiosas, ou construindo uma igreja. Isso demonstra que o assentado não é essencialmente um sujeito individual que despreza o coletivo, mas, sim, que não se sente contemplado na organização de grupos para produção e comercialização coletiva, como é o caso das cooperativas.

O exemplo da doação de produtos e prendas para as festas religiosas, independentemente das religiões (católicos doam para protestantes e vice-versa, mesmo sem participarem da festa), revela que a sociabilidade, na maioria das vezes, está ligada ao lúdico, às rezas, aos encontros religiosos. O mutirão não é obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, é um gesto piedoso, um gesto de amizade, uma obrigação moral. Estes elementos das diferentes formas de sociabilidade dos assentados criam no entorno dos grupos uma espécie de código de conduta que leva à economia moral, a ser discutida posteriormente.

O fato de a discussão a respeito do individual e do coletivo estar pautada na

questão econômica, faz sentido se considerarmos que os projetos de assentamentos têm por objetivo a geração de renda por meio da viabilidade da produção. No entanto, movimentos sociais, assessores pesquisadores, órgãos estatais, focam sua atuação na viabilidade dos projetos coletivos como forma de garantir sucesso na produção e comercialização. Há, neste sentido, o estabelecimento de um conflito entre os que chamamos de mediadores e os assentados, que por terem vivenciado experiências de trabalhos coletivos fracassados resistem às propostas externas.

Experiências Coletivas: a Convicção dos Mediadores

Diante deste cenário, são inúmeras as discussões a respeito da produção individualizada e coletivizada nos assentamentos rurais de reforma agrária. Idealizada pelos mediadores representados por órgãos governamentais, intelectuais e movimentos sociais, a produção coletiva é defendida como tábua de salvação para os problemas do assentamento. Longe desta idealização, encontramos na maioria dos assentamentos a produção individual baseada no trabalho familiar. Por se tratar de projetos de reforma agrária, alguns órgãos do governo e os próprios movimentos sociais, na maioria das vezes, fomentam a formação de cooperativas e associações, cujo objetivo é a obtenção de êxito na produção e comercialização.

Na tentativa de torná-los sujeitos participativos do processo, projetos coletivos são propostos (ou até mesmo impostos) pelos mediadores, que assumem a tarefa de convencê-los. Nesse sentido, os projetos coletivos e os ideais coletivistas, de uma maneira geral, vêm de fora para dentro, numa relação vertical entre as lideranças/mediadores (técnicos do governo, líderes dos movimentos sociais, assessores, etc.) e os assentados.

Embora existam vários tipos de mediadores, cada qual tem seu papel e sua convicção a respeito do coletivismo, representados por três tipos de mediação: (1) a dos órgãos governamentais (INCRA e ITESP), (2) movimentos sociais e (3) assessorias prestadas por pesquisadores/intelectuais, geralmente vinculados a alguma universidade.

A preocupação dos mediadores do Estado é com a viabilidade econômica e com a sustentação de projetos implantados pelos órgãos governamentais, o que muitas vezes se restringe simplesmente à concessão de implementos agrícolas, como doação de tratores, tanques de resfriamento de leite. Reivindicações como escola, transporte, médicos nos locais, projetos culturais, esporte e lazer ficam em segundo plano.

O Estado, representado pelo INCRA, ou no caso de São Paulo, pelo ITESP, ao mesmo tempo incentiva a formação da cooperativa ou associação para fornecimento de equipamentos, enquanto em relação aos projetos de produção incentivam a agricultura familiar individualizada. Atualmente, no Brasil, vêm-se os órgãos estatais

como gestores da implantação dos projetos de Reforma Agrária e fornecedor de mecanismos e financiamentos que proporcionem o desenvolvimento da família no campo. Portanto, a idéia de que hoje existe um camponês brasileiro foi substituída, na década de 90, pela categoria *produtor familiar* (conceituada por Abramovay) quando se inicia o *boom* de ocupações e distribuições de terras, reivindicações acerca da distribuição de terras, e conseqüentemente, a implantação de projetos de reforma agrária.

Os assentados queixam-se da ausência e da ineficiência dos técnicos dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, que segundo eles, aparecem apenas no momento em que os movimentos sociais pressionam para que haja resolução de alguns problemas como a concessão de terras para assentamentos, a implantação de projetos, financiamento de equipamentos, etc.. Segundo Poker:

essa característica do Estado em agir a reboque dos movimentos sociais, em intervir emergencialmente apenas depois de receber as pressões, talvez expresse bem a quase generalidade dos tipos de projetos de assentamentos efetivados no Brasil até hoje. (POKER, 1994, p.64).

Na maioria das vezes, os mediadores e principalmente os movimentos sociais que organizam e acompanham o grupo durante o processo de ocupação, abandonam os assentados no período em que iniciam o processo de produção, tornando este um dos motivos de desmobilização dos grupos. Em alguns casos, isso acontece porque não possuem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo. O objetivo final da luta pela terra parece ser a própria terra, uma necessidade imediata, sem perspectiva de reforma agrária como projeto nacional e meio para se chegar ao socialismo, assim como pensam os movimentos sociais.

Diante dessa realidade, assim como afirmam D'incao e Roy (1995), alguns grupos se formam em torno de questões específicas, como, por exemplo, a concessão de um trator, de um tanque de resfriamento de leite, enfim, de diferentes equipamentos.

O fato de esses implementos serem cedidos pelos órgãos governamentais a associações e cooperativas, leva os assentados a se organizarem coletivamente em função do recebimento de um equipamento, por exemplo, sem passar por um processo de formação e constituição do coletivo, um dos motivos pelos quais não há consolidação do grupo.

Os movimentos de uma maneira geral, principalmente o MST, são orientados pela corrente marxista e vêem nos assentamentos coletivistas embriões do socialismo e mecanismos de controle do movimento, onde conscientizar significa

muitas vezes persuadir.

Na visão deste movimento, a aquisição do lote individual de assentamento está ligada a idéia de propriedade privada, motivando-os a vender suas terras diante da dificuldades de produzir.

É comum vermos o coletivismo funcionar melhor durante o período do acampamento do que do assentamento, pois os movimentos sociais estão mais próximos. Deveria ser mais *natural* a via coletiva, mas a trajetória de isolamento e rompimento, muitas vezes marcada pelo preconceito e processo de criminalização dos movimentos, leva os assentados à individualização. Talvez o processo de educação e formação do MST durante o período do acampamento não tenha sido o suficiente para incorporarem a idéia dos riscos da produção individual e da viabilidade do trabalho coletivo. Com isso, o elo entre eles durante o processo de ocupação desaparece depois que se tornam assentados. Pessoa comenta que:

O agricultor passou por etapas, como o período de acampamento, de emulação intensa, em que pôde vivenciar concretamente experiências de divisão igualitária de tarefas, algumas até então muito pouco costumeiras, como homens cozinhando. Sob a extrema precariedade e transitoriedade de uma barraca de plástico preto, integrou um grupo com alto poder de organização, mas também com um rígido controle moral. (PESSOA, 1999, p.234).

A maneira como se organizaram dentro do acampamento varia de acordo com o movimento. No caso dos assentamentos pesquisados, a organização coletiva permitia inclusive a resolução de problemas individuais. As famílias ficavam durante o fim de semana no acampamento e durante a semana voltavam para a cidade para trabalhar, estabelecendo uma espécie de revezamento. Esses tipos de acampamentos, embora expressem ideais de solidariedade, companheirismo e parentesco, não garantem um vínculo coletivo que possa ser levado ao assentamento. Há abandono por parte dos mediadores dos movimentos sociais já nos primeiros anos, período em que ficaram nos lotes provisórios para que o ITESP avaliasse a capacidade de produção das famílias.

Ao constituírem o assentamento, os movimentos geralmente tentam organizar cooperativas e/ou associações como alternativas para produzir e comercializar. No entanto, esses projetos não se sustentam e os impulsos individualistas surgem logo após a conquista pela terra.

Para Pessoa (1999), a passagem do acampamento para os assentamentos produz um processo de desencantamento do mundo, em que se sai do mundo da utopia

para o mundo do mercado e da produção. Os movimentos sociais não estão preocupados com essa passagem, pois incorporam no cotidiano o mundo da utopia e da luta, por isso continuam insistindo no trabalho coletivo, sem se preocupar com sua viabilidade ou formação dos assentados para tal tipo de atividade. Além disso, no momento da ocupação, as diferenças são negadas e depois ressurgem no processo de organização e produção do assentamento.

O autor entende que as identidades desenvolvidas pelas mesmas pessoas como acampados e assentados são muito contraditórias e devem ser pensadas nas expressões de unidade e diversidade. Pessoa (1999, p.246) diz que "no momento em que se é demandante da terra (no acampamento), estrutura-se um espaço de iguais. Aí as trajetórias distintas dos indivíduos não podem ser determinantes." No assentamento, "percebe-se claramente que as dissensões e divisões internas existentes nos assentamentos provam que o anseio pela terra, compartilhado pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesmo, um espaço de iguais".

Outro motivo pelo qual isso acontece é que o movimento não tem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo, e o objetivo final parece parar na conquista da terra. Algumas lideranças residem no assentamento, mas como assumem posição de direção, são ausentes por estarem envolvidos nas atividades de coordenação do movimento fora do assentamento.

Sem a ajuda dos movimentos sociais no seu interior, a presença dos mediadores assessores e/ou pesquisadores nos projetos de assentamentos, pode contribuir para o debate da organização coletiva. D'incao e Roy (1995) vivenciaram a experiência de mediadores durante uma pesquisa participante e defendem projetos coletivos como modelos viáveis, e afirmam que os mediadores podem ajudar a convencer os assentados desta viabilidade.

Poker (1994) tem visão discordante da de D' incao e Roy. Escreve que os intelectuais, muitas vezes mediadores do processo de ocupação, consideram alienados os assentados que não optam pelo coletivo, o que não necessariamente é o caso dos autores mediadores aqui citados.

Para ele, a preferência pela coletivização representa a necessidade de um desempenho satisfatório do intelectual orgânico, assim como conceitua Gramsci, pois é um meio de levar a massa a superar os limites do senso comum que lhe estava imposto. Se transportarmos a teoria para os dias de hoje, ela se encaixa na idéia de mediador. Afirma:

O intelectual conseguiu a façanha de capitalizar a experiência comunitária vivida por necessidade durante o processo de luta pela terra - uma solidariedade mecânica - para construir sobre essa

base as relações de solidariedade orgânica, onde o nexos social não se basearia mais na união como imposição de fatores objetivos recorrentes de uma situação imediata, mas, sim, numa relação de interdependência mútua calcada nas vontades subjetivas (consciência) e numa eficiente divisão técnica do trabalho, estabelecida pela gestão coletiva da terra e do trabalho no assentamento. (POKER, 1994, p. 86-87).

Ou seja, o trabalho do mediador intelectual, cujo objetivo é a intervenção na sociedade, está ligado à idéia de que o trabalho intelectual só será bem sucedido se apresentar um resultado prático entre os agentes pesquisados.

Poker também comenta a respeito de como os intelectuais veem o coletivismo e o individualismo:

O coletivismo se auto-apresenta como resultante de um pensamento racional e lógico, produto da comparação de vantagens e desvantagens que pode ter em relação à antítese, o individualismo. Coletivismo é teoricamente elaborado, o individualismo pertence ao domínio do senso comum. (POKER, 1994, p. 387).

Muitas vezes esses mediadores, não levam em consideração as histórias de fracasso relacionadas ao trabalho coletivizado e por isso consideram o trabalho individual como ação alienada.

A maneira de pensar o desenvolvimento de projetos coletivos em longo prazo, de maneira planejada, sustentar-se-ia se houvesse acompanhamento por parte dos diferentes mediadores, desde a ocupação até a consolidação do assentamento, acompanhado por mecanismos que garantam algum tipo de segurança em caso de perda da produção, o que é comum na agricultura. A orientação para gestão da produção, da comercialização e dos recursos financeiros também se faz necessária, pois muitas vezes esta é uma das principais causas de falência das cooperativas.

Situações de ausência das lideranças, desconfiança e projetos fracassados geram uma série de conflitos internos nos grupos, que contribuem para a opção pelo trabalho individualizado, pois, assim como afirmam D'Incao e Roy, estar longe do grupo é estar longe dos conflitos.

As experiências coletivas esbarram nas tentativas fracassadas de obterem recursos financeiros por meio de financiamentos, que diante das dificuldades de pagamento, transformam-se em dívidas para os assentados. Muitos deles precisam vender a terra, ou até mesmo produzir para grandes agroindústrias, normalmente cana ou

gado, para se manterem na terra e conseguirem quitar a dívida. Quando não conseguem, voltam a trabalhar na cidade – principalmente as mulheres, como empregadas domésticas –, pois precisam de um retorno financeiro rápido.

Para Poker, por não conseguir um excedente comercializável, por desconfiarem de projetos coletivos vistos como fracassados e por não aceitarem a imposição de projetos coletivos por parte dos mediadores, os assentados retomam a produção individualizada, permanecendo às duras penas no assentamento.

Porém, este conjunto de motivos explica a opção pela produção individualizada, mas a discussão não se esgota. A produção individualizada também tem relação com a herança rural dos assentados, que constitui um novo modo de vida que mescla características dos camponeses com novas perspectivas da agricultura moderna.

Ascensão à Categoria de Produtor Rural, Produtor Familiar ou Camponês?

Pude perceber que a constituição dos assentamentos, desde o processo de ocupação até sua implantação, passa por uma série de mudanças marcadas por oscilações entre fracassos e sucessos na produção e pelos conflitos entre os grupos. A pesquisa nos mostra que a pequena empresa familiar rural tem sido mais vantajosa e obtém mais sucesso do que experiências coletivas. "Baseadas num modelo ideal e tradicional, as comunidades coletivas implicam na renúncia da propriedade privada". (PESSOA, 1999, p.103). A junção do sentimento de independência camponês com o fracasso da produção coletiva desenha um cenário para a produção individual.

Outro ponto de análise que tem relação com a origem ou herança rural das famílias que trazem algumas marcas do campesinato. Trata-se de um estudo de caso nos assentamentos de Presidente Venceslau, onde esta herança foi detectada nas famílias dos assentados marcadas pelo trabalho como arrendatários de terras.

Os textos de vários autores, cujas idéias são ora divergentes, ora convergentes, foram fundamentais para análise. Diante da diversidade e do modo de vida estabelecido no assentamento, é difícil criar uma categoria ou traçar características homogêneas. Alguns autores caracterizam o assentado como novo camponês, outros estabelecem uma nova categoria, a de produtores familiares.

A idéia deste texto não é escolher uma categoria de análise pura e simplesmente para enquadrar o assentado, mas, sim, discutir se a questão da herança rural culmina na reinvenção do campesinato e sua relação com a produção individualizada, ou se há uma outra categoria chamada de produtor familiar que nada tem a ver com o camponês. Mesmo porque, segundo Poker, há uma dificuldade em caracterizar os *camponeses sem terra* como classe social, dada a diversidade das relações sociais e econômicas, mas, se:

conseguem se organizar em movimentos sociais, não é tanto porque desenvolveram uma consciência de classe, que age homogeneizando, atenuando as divergências existentes, mas muito mais porque entre eles é possível ver que há a presença de um "modo de vida" idealizado comum, inscrito sob a forma de "utopia", que aí pode ser identificado como um projeto camponês no qual os camponeses se reconhecem e buscam a legitimidade dos movimentos". (POKER, 1994, p.51).

Diante deste comentário, podemos dizer que os assentamentos possuem algumas características do sistema econômico camponês que se encontra fundamentado dentro dos padrões de parentesco e relações afetivas. O núcleo familiar e a unidade de produção e consumo engendram outras formas de cooperação extrafamiliares. "O compadrio e a vizinhança seriam então relações derivantes ou extensões das relações estabelecidas pelo parentesco". (POKER, 1994, p.106) Este tipo de relação está presente no espaço do assentamento, inclusive se considerarmos a relação entre os *irmãos* crentes, parentesco criado independentemente da consanguinidade.

A família camponesa é uma unidade de produção e de consumo, aquela que produz para o próprio sustento, assim como escreve Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), característica que se assemelha a da família assentada. A produção nos assentamentos pode ser predominantemente para o consumo ou para comercialização, mas nunca haverá configuração pura de apenas um dos casos, à medida que o agricultor se especializa e amplia determinado produto, aumenta a escala de produção e deixam de plantar outros.

Os assentados trazem em sua trajetória o anseio pelo direito a terra, pensada como pequena propriedade privada, aquela que garanta a subsistência por meio das pequenas granjas, hortas, pomares cultivados nos quintais, e a renda por meio da produção em maior escala, o que gera um sentimento de autossuficiência e independência.

Para D'Incao e Roy, o motivo da individualização também possui relação com este sentimento de independência, ou seja, ao anseio de ascenderam à categoria de proprietário rural. "Eles não queriam depender senão deles mesmos". (D'INCAO, ROY, 1995, p.28). Segundo os autores, a autonomia é algo típico do campesinato e tem relação com sua história de camponês, pois há momentos em que o modelo de coletivização é incompatível com os fundamentos da ordem camponesa. O camponês de que estamos falando é o ex-arrendatário, parceiro ou assalariado rural que desiludidos com o trabalho urbano, ou em sua falta, buscaram o retorno à terra.

Embora hoje alguns autores tentem classificar os assentados como camponeses

ou agricultores familiares, o que está sendo levado em consideração é a herança rural destas pessoas, não considerando que haja um camponês, tradicional, mas, sim, algumas características que permitam considerá-los agricultores. Nesse sentido, vale lembrar o que Simonetti (1999) escreve a respeito dos trabalhadores de origem rural. Segundo a autora, estes possuem dificuldade de se organizarem coletivamente, pois têm dificuldades de se sujeitar ao controle de outras pessoas e principalmente do *relógio*, sendo que os trabalhadores de origem urbana são mais suscetíveis à produção operária subordinada em função do capital.

Pessoa, em seu livro *A Revanche Camponesa*, expõe a necessidade de uma nova concepção de camponês frente ao que ele chama de modernização conservadora. Não diferente do que pensa Poker, Pessoa diz que é necessário o conceito de um novo camponês, ou seja, não tradicional, mas que remete a práticas semelhantes dos camponeses do passado. Baseia-se nos estudos de Woortman, *Com parente não se negoceia*, para afirmar que o camponês é um *homo moralis*, pois não vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade.

Outros dois autores divergem quanto à existência de um *novo camponês*, e falam em produtor familiar: Luiz Carlos Mior e Ricardo Abramovay. Estes compartilham da idéia de Martins a respeito da necessidade de integração do assentado no mercado moderno. Mior vai além, criando o conceito de ator-rede em que a produção é individual familiar, no entanto as localidades seriam uma soma da energia social resultante da aglomeração individual, uma maneira de contemplar o individual e o coletivo. (MIOR, 2005, p.34).

Para Mior, a família é indivíduo, uma personificação do familiarístico e do comunitário, construída em torno do trabalho e da ética do trabalho e não em torno apenas da terra.

O modelo de desenvolvimento rural endógeno passou a combinar o entrecruzamento entre forças externas e locais como categoria central para entender as especificidades e diversidades que levam para a configuração de um mundo rural cada vez mais diferenciado com diferentes chances de sustentabilidade. Esta passa a ser dependente das singulares condições ambientais, sociais, culturais e econômicas de uma região, que permitam abrir espaços para iniciativas locais que surjam de baixo para cima e não no sentido oposto, como era característico dos modelos exógenos. (MIOR, 2005, p.11).

Com a modernização tecnológica, a agricultura deixa de ser o complexo rural e

passa a fazer parte do processo agroindustrial.

"O conceito de agricultura familiar que será aqui adotado é o de Lamarche, segundo o qual a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho serão intimamente ligados" (MIOR, 2005, p.65).

Para ele, a agricultura sustentável não está na produção da produção, mas na produção da consciência. "Os fenômenos econômicos podem estar enraizados nas dimensões política, social, científica e cultural. E nesta perspectiva que acreditamos que a noção de redes sociais pode ser útil para estudar a construção social do mercado" (MIOR, 2005, p.198).

Nesse sentido, se os fenômenos econômicos estão enraizados nas dimensões citadas por ele, as raízes do campesinato podem aparecer como determinantes da forma de produzir do assentado, embora Abramovay enfatize o conceito de produtor familiar.

Ao contrário de Mior, Abramovay, critica a nomeação *campesinato* e valoriza a expressão *agricultor familiar*, parecendo às vezes ser contraditório quando afirma que o mesmo possui características do campesinato. Atribui à agricultura familiar uma racionalidade de organização própria que se adapta ao meio econômico e social em que se desenvolve, portanto, tem-se uma variação de comportamento e de ações entre os agricultores. Ao mesmo tempo, os ideais de cooperação e propriedade comum na terra e dos meios de produção não estão fundados na cooperação consciente e voluntária, mas nas conquistas técnicas que o capitalismo desenvolveu.

A partir daí, questiona a teoria de Marx por sua falta de estabelecimento de um conceito claro a respeito do *camponês*:

É impossível encontrar na estrutura 'd'O Capital um conceito de camponês'. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. (ABRAMOVAY, 1998, p.35).

Abramovay diz que a teoria de Chaianov é atual, mesmo na década de 90, pois não atribuiu ao campesinato categorias que não correspondem aos seus modos de vida. O fato de o camponês lidar com os meios de produção e a terra não significa que ele tenha salário e renda da terra. "Diferente do trabalhador assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência". (ABRAMOVAY, 1998, p.59), pois o que determina o interesse do camponês não é a necessidade individual, mas, sim, o conjunto da reprodução familiar.

Não são, portanto, as características especiais da agricultura que explicam a

existência do campesinato, mas o contrário. A unidade social familiar não se move por motivações psicológicas individuais, mas por fatores de natureza econômica. Daí talvez a opção pela produção individualizada.

"A família camponesa cumpre, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas". (ABRAMOVAY, 1998, p.73).

Num primeiro momento, Abramovay (1998) cita Jerzu Tepicht, que estabelece algumas características para identificação do campesinato: unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e família; uso intensivo do trabalho familiar; natureza patriarcal da organização social. Mais adiante, Abramovay vai se opor a elas. A composição familiar é que define os limites mínimos e máximos do volume de atividade econômica dentro do que eles chamam de *unidade de exploração doméstica*. Essa força está estritamente ligada à disponibilidade dos membros capacitados da família.

Com o tempo, o conceito de família extensa se esvai, pois muitos jovens buscam empregos nas indústrias para conquistar a independência. O argumento de que o aumento da família significa fartura não é o único fator a ser analisado por Chaianov, pois o tamanho dela produz um aumento na intensificação do capital. O autor diz que as diferenças dos capitais disponíveis é que nos permitem analisar a influência do capital e não apenas o tamanho da família sobre a unidade de exploração doméstica. Realmente, se utilizarmos o conceito de família extensa para caracterizar o assentado como *camponês*, não conseguiremos sustentar o termo, pois esta é uma característica que os assentados não possuem.

Para Abramovay, com o passar dos anos, não se tem um *ethos tipicamente rural*, pois as famílias começaram a reduzir de tamanho e sofrer influências do mundo urbano, assim como afirma Chaianov (1974, apud ABRAMOVAY, 1998) ao mostrar a realidade dos filhos que buscam na cidade trabalho e melhores condições de vida.

No mesmo sentido, Mior detectou em assentamentos estudados por ele no Oeste de Santa Catarina, assim como mostram os dados dos assentamentos de Presidente Venceslau, que houve um envelhecimento e uma masculinização da população rural. Essa realidade contrasta com o projeto de agricultura familiar proposto pelo Estado, pois os filhos abandonam os lotes em busca de trabalho na cidade, e os pais continuam seus trabalhos, às vezes sem condições físicas de tocar os trabalhos da roça.

Porém, o fato de a economia agrícola estar baseada na organização da unidade de produção familiar, e não mais na família extensa, não anula as características camponesas dos assentados. Por causa da influência do mundo urbano, o *ethos* rural talvez não seja um tipo puro, porém, é um *ethos* mais próximo do rural do que do urbano.

A racionalidade econômica do camponês é baseada no equilíbrio entre trabalho e

consumo, o que caracteriza a sua agricultura como um modo de vida que não visa o *lucro*. Se a agricultura familiar é a junção dos valores de produção com o de consumo, a alimentação é um elemento básico na composição do valor da força de trabalho.

Abramovay diz que a conduta da família é, porém, explicada por fatores de natureza estritamente econômica e por códigos de conduta partilhados comunitariamente, elemento regulador da economia moral do camponês.

Ao se basear na concepção de Weber, Abramovay diz que O *trabalho familiar* torna-se um conceito econômico. Economia camponesa é aquela que liga produtores e consumidores por um código de conduta partilhado comunitariamente. A economia monetária, por um lado, resulta do cálculo objetivo do rendimento da atividade aquisitiva de cada pessoa e seu consumo; por outro lado, resulta da troca direta (por meio do dinheiro) que satisfaz as necessidades pessoais. As normas para a vida econômica da comunidade doméstica são feitas por meio de *contratos* estabelecidos por padrões de vizinhança e economia moral. Com isso, consegue-se a conservação da unidade familiar, com vistas no apoio econômico mútuo. Seria este o novo conceito de campesinato?

O equilíbrio subjetivo pode ser alcançado por meio das atividades de trocas em situações extremamente diversificadas quanto ao tamanho da família, idade dos membros, níveis de preço, e não apenas pelo conjunto de valores não decorrentes dos vínculos impessoais oferecidos pela objetividade das trocas mercantis. Para Abramovay, o modo de vida camponês está distante da racionalidade capitalista.

Talvez esta característica de o assentado tentar se integrar à agricultura altamente capitalizada negue em parte uma das características do camponês. Porém, ao realizar esta integração, privilegia-se a possibilidade da produção individual, e esta, sim, é uma característica da herança rural.

Pelo que podemos ver todos os autores acima relacionados, embora apresentem diferenças ao definir camponês, novo camponês ou agricultor familiar, convergem na idéia de que o assentado faz esforço para se integrar ao mercado em que está inserido, e que sua lógica é a da produção individual.

As características de produtores rurais da maioria dos assentados nos levam à reflexão a respeito da reinvenção do rural por meio de práticas que lembram as do campesinato no que diz respeito à agricultura familiar. Esses *novos camponeses*, ou assentados, ora desenvolvem estratégias de produção integrada à agricultura modernizada que circunda os assentamentos, ora desenvolvem uma espécie de economia moral que garante sua subsistência e sociabilidade.

A Economia Moral: Aspectos da Socialização dos Assentados e a Negação do Individualismo

A herança rural traz marcas de uma economia moral que tenta sobreviver dentro de uma lógica econômica representada pelo mercado, no caso dos assentamentos pelo agronegócio. Padrões de vizinhança e ajuda mútua, produção individualizada, configuram um padrão típico de organização do assentamento, que transcende os projetos coletivos externos impostos pelos mediadores. Adaptam-se à realidade como os nômades caipiras paulistas que seguiam à procura do melhor lugar para gerenciar e produzir, tal como escreve Cândido (2003).

Barone (1999), afirma que a reinvenção de uma cultura camponesa se expressa por meio de códigos de reconhecimento social e elementos de uma economia moral. Um ethos mais ligado ao campesinato, com outras características, mas que remeta ao trabalho em torno da família, mais do que por experiências coletivas. O novo camponês é uma construção, progressiva e cíclica, ou seja, possui algumas características, mas não remete à idéia de camponês como classe, cuja eficácia simbólica está na cumplicidade, ou podemos dizer, em valores tradicionais, que muitas vezes são interpretados como atraso.

Em seu texto *Economia moral x moral econômica*, Neves, baseando-se nos estudos de Thompson, conceitua economia moral como "uma cultura política que inclui expectativas, tradições e superstições da população sobre seu relacionamento ou envolvimento com o mercado, especialmente o de alimentos". (NEVES, 1998, p.51). Já moral econômica é o mesmo que economia de mercado, termo que se opõe ao termo economia moral, cujos princípios relacionam-se mais com as obrigações morais recíprocas do que leis inerentes e invisíveis do mercado.

O autor relata uma experiência de mutirões no Nordeste, numa região onde há maior controle dos grandes proprietários de terras, que favorece relações marcadas pela submissão. As relações, segundo o autor, são recíprocas e ao mesmo tempo desiguais, que tanto camponeses como proprietários entendiam ser obrigações das suas próprias posições. Essa relação não implica numa ausência de conflitos, muito pelo contrário, esses conflitos se desdobram através do banditismo social, como por exemplo, os cangaceiros, ora combatendo os grandes coronéis, ora se aliando a eles.

Os movimentos no Pontal estão longe de serem movimentos de cangaço, mas revelam um caráter semelhante: ora estão em conflito com os fazendeiros, ora estabelecem parceria com eles. Diante desse fato é possível traçar um paralelo a respeito do que o autor diz:

A economia moral, portanto, como expressão de uma resistência geral e plebéia aos avanços dos princípios da economia de mercado, permanece como categoria de análise cuja validade ultrapassa os limites da obra de Eduard P. Thompson e é permanentemente

atualizada pelas transformações históricas. Significa dizer que o espaço para uma interpretação moral a respeito das formas de produção da riqueza social e de seu mecanismo de distribuição - o mercado - está sempre aberto para aqueles que não se conformam aos modelos estabelecidos de injustiça social. (NEVES, 1998, p.57).

Assim como Neves, Barone se baseia no texto de Thompson para dizer que a economia moral é o conjunto de idéias tradicionais das normas e obrigações sociais de cada segmento da sociedade, que funciona como códigos que apesar de não escritos orientam esses agentes em suas condutas entre si e em relação aos demais. Esses códigos servem para que os trabalhadores se organizem em torno de uma economia moral.

Os assentados desenvolvem estratégias econômicas que compactuam com o mercado ora se unindo a ele, ora buscando outras opções de produção, buscando desenvolver estratégias para fugir das dívidas dos financiamentos bancários, enfim, aliam-se à economia de mercado, denominada por Neves: *moral econômica*.

Ambos compartilham do conceito de economia moral, mas Barone vai além, afirma que estes são códigos de reconhecimento social, ou seja, de identificação social, por isso o conceito de economia moral está diretamente ligado à lógica das sociedades tradicionais nas qual a economia está imersa nas relações sociais.

É justamente através desses códigos morais que consagram a desigualdade que o trabalhador constrói sua margem de manobra social, não apenas se conformando ao estabelecido, mas lutando por conquistar aquilo que lhe é moralmente devido. (BARONE, 1999, p.121).

Os assentados muitas vezes possuem o que chamamos de capital social, baseado nas características de organização social como confiança, normas e sistemas. "O capital social é configurado por relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido no desenvolvimento econômico". (MIOR, 2005, p.71). Os padrões identitários dos assentados revelado por suas histórias de vida demonstram as raízes históricas do campesinato, que levam à produção individualizada; falta-lhes característica da confiança, geradas por experiências coletivas fracassadas. No entanto a configuração das relações de parentesco e vizinhança promove a economia moral.

Além disso, parto também dos pressupostos de que esses trabalhadores, ao reinventarem o rural, criam um código de conduta implícito que lhes permite

participar e ao mesmo tempo resistir ao agronegócio regional, o que os faz mover pelo contrato social estabelecido entre eles, e não necessariamente por um movimento classista. Como diz Thompson, o direito de alimentar-se pode estar no epicentro das discussões.

A herança rural dos assentados de Presidente Venceslau traz marcas da agricultura tradicional do camponês ao mesmo tempo mesclada com a agroindústria altamente capitalizada. Porém as relações de vizinhança, parentesco e códigos de conduta demonstram sua sociabilidade e sua essência que não é necessariamente individualista.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). FCL - UNESP, Araraquara/SP, 2002.

_____. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias em Guariba. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, ano V, n.7, Nupedor/Unesp, p.103-123, 1999.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 10ª Ed. São Paulo: Ed. 34 e Duas Cidades, 2003.

CHAIANOV, A.V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.

COSTA, S.A.C. O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem-terra. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.9, Nupedor/Uniar/CNPq, p.175-193, 2004.

D'INCAO, M.C.; ROY, G. **Nós Cidadãos**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Agrário em Questão**. São Paulo: Ed. Iglu-Fapesp, 2007.

FERNANDES, B.M.; RAMALHO, C.B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, p.239-254, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. **Assentamentos Rurais e Poder Local**: os rumos da descentralização da reforma agrária. Araraquara/SP: Mimeo, 2002.

FERRANTE, V.L.S.B. Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.7, Nupedor/Unesp, p.11-60, 1999.

_____. As canas nos assentamentos: os nós desta polêmica. III jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2007, Feagri/Unicamp, Campinas. In: **Anais...**, Campinas, 2007.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; MACIEL, M.C. Associativismo como estratégia de ressocialização e gestão dos assentamentos rurais em São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n.11, Nupedor/Uniará, p.45-69, 2008.

GRAZIANO da SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: IE/ UNICAMP, 1999.

LEITE, J.F. **A Ocupação no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

LÊNIN, V.I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOPES, D.L. Diário de Campo: o registro da reconstrução. In: WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau - SP: Ed. Letras à Margem, 2002. p.135-142.

MACIEL, M. Igrejas e Assentamentos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, n. 7, Nupedor/Unesp, p.125-142, 1999.

_____. As guardiãs da religião. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/

SP, n.9, Nupedor/Uniara/CNPq, p. 167 - 173, 2004.

MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

_____. **Sujeito Oculto**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L.S. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: UNRISD e Ed. Universidade Rural, 2002.

MELO, E.J. **Questão Ambiental, Reforma Agrária e Luta pela Terra: ocupação irregular da fazenda florestal lagoinha e os assentamentos de Presidente Epitácio**. 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia). FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2007.

MIOR, L.C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Ed. Argos, 2005.

MOURA, J.A. **A luta pela terra sob o olhar dos que lutam pela terra: movimento e representações sociais no Pontal do Paranapanema**. 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia). FCT/Unesp, Presidente Prudente, 2005.

NEVES, F. de C. **Economia Moral X Moral Econômica**, n.16, p.39-57. PUC-SP, Fevereiro de 1998.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro. Dossiê desenvolvimento rural. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, p.185-286, 2001.

PESSOA, J. de M. **A Revanche Camponesa**. Goiânia: Editora UFG, 1999.

POKER, J.G.A.B. **A Prática da Vida e os Desencontros da Libertação**.

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS, n. 12, 2009

1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

PRADO JR., C. **A Questão Agrária**. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

QUEIROZ, M.I.P. **O Campesinato Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1973.

SIMONETTI, M.C.L. **A Longa Caminhada** - a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

WEBER, M. Tipos de relação comunitária e de relação associativa em seus aspectos econômicos. In: WEBER, M. **Economia e Sociedade**. v.01. Brasília: Editora UnB, 2004.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/SP: Ed. Letras à Margem, 2002.

ENTRE A CASA E A RUA: UMA ETNOGRAFIA DE SABERES NO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO – ARARAQUARA-SP

Thauana Paiva de Souza Gomes¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo: Este trabalho tem como proposta de análise a transferência dos saberes não oficiais, mitos, lendas, crenças e gestos nos assentamentos da região de Araraquara, buscando discutir os aspectos da vida cotidiana que interferem nas relações simbólicas desta população que tenta se reorganizar após conflitos internos gerados por parcerias com agroindústria. Através dos depoimentos de diversos atores, incluindo crianças, responsáveis por festas, pioneiros dos assentamentos, procuraremos analisar a importância da transferência destes saberes tradicionais transmitidos de gerações a gerações como forma de identificação e resistência na terra.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais; Sociabilidade; Saberes Não Oficiais.

Abstract: This paper will present an analysis on the transfer process of non-official knowledge, myths, folklore, beliefs, and attitudes within the settlements located in the region of Araraquara, attempting to debate the aspects of the daily life that mediate in the symbolic relationships of these people that make great efforts to recover their structure after a stage of internal conflicts generated by partnerships with agro industries. Through the statements from several actors, including children, people responsible for the planning and organizing of festivities, and the pioneers of the settlements, we seek to analyze the

¹Mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Unesp de Araraquara e Pesquisadora do Nupedor.

²Coordenadora do Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara.

importance on the extent of this traditional knowledge diffusion which is transmitted across generations as an identification and resistance method to stay in the land.

Keywords: *Rural Settlements; Sociability; Non-official Knowledge.*

Introdução

Este trabalho é fruto do projeto de mestrado e das pesquisas desenvolvidas pelo NUPEDOR, Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural³ que há 21 anos acompanha os assentamentos da região de Araraquara. Atualmente o núcleo conta com o apoio do CNPq aos projetos Assentamentos Rurais e Desenvolvimento; tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo) e Relações de Gênero e iniciativas de outro modelo de desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais.

Dentro destes projetos os pesquisadores envolvidos desenvolvem eixos temáticos que compõem um caráter multidisciplinar. O eixo que será desenvolvido neste trabalho relaciona-se a uma trajetória de pesquisa no Assentamento Bela Vista do Chibarro, que esteve ligada às formas de sociabilidade e relações simbólicas entre os assentados. Este acompanhamento norteou a necessidade do levantamento de uma etnografia dos gestos e saberes não oficiais que fazem parte da vida cotidiana deste grupo e do repertório de formação e composição dos conhecimentos relacionados à terra.

A Chegada ao Tema

Na atualização do perfil dos assentados feitos em 2005-2006, a questão das relações extra-oficiais e subjetivas era muito presente no discurso dos entrevistados. Estas falas foram registradas em diários de campo com o objetivo de mais tarde retomá-las. Um fator bastante relevante que intrigava, era a forma como as informações e costumes eram passados para as crianças através dos gestos: como lidar com a criação, com o pomar, com o excedente. Gestos, falas, expressos não através da racionalidade técnica, mas através do fazer, do agir e observar.

A menina aprende a fazer a comida, o doce, o pão, não pelo caderno de receitas

³O núcleo desenvolve pesquisas nos assentamentos da região de Araraquara e tem suas instalações no Centro Universitário de Araraquara.

da mãe, mas observando as colheres, o mexer da panela e a pitada do ingrediente que não são reveladas na objetividade do papel.

Entre um "bom dia e boa tarde" no caminho do terço, na reunião da escola, no jogo de futebol, nas organizações festivas sempre se encontrava uma roda de pessoas que entre uma palavra e outra se lembrava de uma simpatia ou de uma lenda que servia ora de ajuda, ora de metáfora, na lingüística do grupo.

No entanto, o cenário característico apresentado nos questionários levou-nos a investigar as respostas constantemente pontuadas pelos assentados sobre o esgarçamento das relações sociais e a falta de reconhecimento das tradições dos assentados por parte dos jovens. Levantou-se, então, a possibilidade de que a permanência/ não-permanência e identificação dos jovens com os P.A. estavam ligadas a problemas de perda da sociabilidade local, causada por frustrações: políticas, como a descrença em órgãos gestores; econômica, após a inserção de projetos agroindustriais; sociais, como o choque de valores entre rural-urbano, influenciado pelos meios de comunicação de massa.

Tal hipótese se intensificou em junho de 2007 quando do ápice da ruptura entre favoráveis a parcerias agroindustriais e não favoráveis, movimento que levou à invasão de alguns lotes do assentamento, por parte de alguns plantadores de cana, como forma de exigir a vinculação dos que não plantavam. Tal situação resultou no choque da polícia não, com alguns assentados, mas com o assentamento. Foi uma faxina, segundo os policiais⁴.

Ninguém sabia ao certo o que havia acontecido, se o motivo da polícia ter ido ao assentamento era por conta de processos judiciais de alguns assentados, se por conta da cana ou se era por motivos ilícitos, não conhecidos.

O desenrolar da cena foi que, no Bela Vista, as parcerias agroindustriais possibilitaram um alastramento da produção de cana-de-açúcar dentro dos lotes e a diminuição da diversificação de culturas, o que permitiu que alguns produtores com processos judiciais antigos fossem novamente processados por não estarem de acordo com a legislação vigente. Assim, cerca de 11 famílias foram desapropriadas e outros que não tinham processos jurídicos antigos, mas que também plantavam cana em grande parte do lote, foram, aos poucos, sendo obrigados a desistir da parceria, já que não havia saída. Melhor explicado, os assentados em desacordo com a política de terras de Reforma Agrária também teriam de responder a um processo. Neste contexto de "vai e vem de parcerias", as pressões por parte do

⁴Estas informações foram retiradas de caderno e campo de uma assentada e pesquisadora do núcleo.

INCRA e da FERAESP foram aumentando, as relações de conflito permanecendo à flor da pele e as relações interpessoais cada vez mais diluídas.

Mas o que restou desta data foram fragmentos de conversas, cacos de sociabilidade e de afetividade. A tensão tomou conta do assentamento e as pessoas deixaram de frequentar o âmbito público e se restringiram ao particular. Neste momento, tudo que se relacionava à rua era visto como perigoso, um campo minado.

Diante deste contexto, o rompimento entre os assentados se expressou na interrupção das diversas formas de expressão coletiva como a festa junina que durante dezesseis anos consecutivos fora comemorada pelo grupo. A festa renovava os elos do grupo, a partir da dinâmica da vida social e política, através da valorização dos alimentos produzidos e distribuídos, da cobrança aos políticos, da elevação do espírito comunitário e do reviver dos saberes populares (GOMES, 2005).

O fazer dos doces, dos bolos, a arrecadação dos alimentos, as conversas informais na hora da arrumação e decoração da festa, no mutirão, que se transformavam em histórias, credences e lendas passaram a ser substituídas por relações de desconfiança e sensações de insegurança.

A interrupção da festa junina que tomava o ambiente escolar para a própria organização revelou que tal situação deixou o espaço da rua e invadiu a escola, antes considerada como ambiente de discussão e decisão comunitária, um lugar neutro onde as pessoas podiam discutir e deliberar melhorias para a comunidade sem determinação política ou posição pessoal (GOMES, 2006).

Assim, a retração de ações coletivas contribuiu para o "esgarçamento" dos laços entre os indivíduos e para a "invisibilidade" da transmissão de saberes. Os lugares de sociabilidade deram lugar a uma característica mais individualista, o que tem provocado esquecimento das crenças, dos mitos e das lendas por não serem repartidos e renovados por parte das gerações mais velhas para as mais novas.

O Estudo dos Saberes e Gestos

Marcos Cezar de Freitas (2005) apresenta em artigo do livro "Pensadores Sociais e História da Educação" um estudo sobre as imagens e detalhismo do Brasil colonial na obra de Gilberto Freyre (Casa grande & Senzala). Freitas revela ser possível fazer uma história da educação a partir do inventário de gestos "que são interiorizados e convertidos em rituais de corpo observáveis em muitas gerações, depois nas pequenas minúcias (...) ou nos gestos típicos dos homens" (p.171). Segundo ele, o inventário dos saberes e gestos pode ser considerado utilíssimo no sentido de representar costumes que sobrevivem a uma temporalidade, dando pistas para os pesquisadores e novos indícios para (re) olhar o que não

está no saber oficial, burocrático, mas naquele que se encontra nos gestos, expressões e falas. No caso aqui definido, para um saber que vem da casa, do lote e da rua.

Assim sendo, a importância desta sabedoria, herdada, ainda que permeie o âmbito escolar, chega até a porta, mas na maioria das vezes, não entra na sala de aula. É parte integrante do que faz o assentado se relacionar com que é próprio da terra e o que cotidianamente o faz reorganizar sua vida e suas funções na sociedade. Ainda que marginalizado, este conjunto de saberes permeia o viver do assentamento.

O estudo realizado sobre a sociabilidade nos mostrou quão relevantes eram os espaços coletivos na vida do grupo justamente para regular estas funções na sociedade. Um bom exemplo para se verificar a transmissão destes saberes está em registro de campo do dia 7/05/09 que mostra a importância da troca de informações:

"o senhor (Agrício) amassando uma folhagem deu para eu cheirar e disse que era uma planta que servia para renite-alérgica e que havia ganhando uma muda do colega do assentamento que também tinha problemas respiratórios, e acrescentou: "você amassa bem e depois põe água quente, é amargo, mas é bom!" (diário de campo de 07/05/2009).

Os saberes gestuais saltam o limite da casa para o espaço da rua quando entre uma prosa e outra se trocam informações sobre plantio, mudas e conhecimentos de ervas medicinais.

Assim sendo, neste processo de análise, o resgate memorial das lendas, dos mitos e dos gestos que compõem este ambiente desde o início do assentamento, pode ser entendido como forma de compartilhamento de símbolos que são traduzidos cotidianamente através das trocas. Como destaca Levi Strauss, a mensagem inconsciente de um mito (crença) corresponde ao conteúdo consciente e ao problema que tenta ser resolvido através de um conflito (STRAUSS, 1976, p.11). Este conflito relaciona-se ao universo físico e simbólico que constituiu o universo do homem. E este universo é composto de fatos e percepções: lógicos, conceituais e imaginários que compõem um repertório de crenças e sentimentos que explicam-se por situações não racionais como fé, mito e crença.

Entender e fazer parte deste repertório oferece um sentido de satisfação para quem faz parte dele, significa compor um universo de significados que só entende quem se relaciona e troca através da reciprocidade relações mais íntimas entre os

participantes da sociedade; sejam entre vizinhos, parentes que trocam favores, professor e aluno ou entre os mais velhos e os jovens (SIMMEL, 1997).

A transferência dos saberes não oficiais, a cada movimento se modifica, mas se mantém enquanto elementos agregados, revelando ao ouvinte sentimentos e expressões mais íntimas de quem emite a mensagem. Em sentido amplo, significa esperar a retribuição pelo ato solidário. Ainda mais, significa a manutenção de hábitos adquiridos ao longo da história do grupo (MAUSS, 1950).

A noção de coletivo brota do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado como a continuidade de lendas e de sinais típicos. A memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade, cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado é levá-lo ao presente e sentir-se parte dele (CALDART, 2000).

Na reconstrução de memória coletiva, os mais velhos criam laços e valores e práticas específicas que serão transmitidos posteriormente aos filhos e netos em espaços de troca não apenas objetivos, mas principalmente subjetivos.

Em decorrência disto, o resgate detalhado da cultura imaterial, no assentamento Bela Vista se faz cada vez mais necessário, de forma a manter as características simbólicas do grupo. A transmissão de valores ligados à luta pela terra e à perspectiva de futuro na reforma agrária são mantidos e renovados por existirem tradições que são passadas para as novas gerações. E a valorização da rua dentro da escola deve ser tratada como parte integrante dos conhecimentos científicos e oficiais para que as crianças e também os adultos sintam-se parte do processo de reconhecimento na formação dos filhos e de certa forma do próprio assentamento.

A contribuição dos espaços de troca subjetiva se faz na aproximação do grupo para delegar prioridades de melhoria dos assentamentos e pressionar o poder público e ainda poder passar aos mais novos, costumes e crenças locais, para que não se percam no caminhar da história.

A "Letransmissão" - Lendas em Falas

Neste ano de 2009 foram levantadas informações de pesquisa com 135 famílias dos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre com o intuito de aprofundar o perfil realizado em 2005/2206 pelo Nupedor, bem como entender melhor lacunas da pesquisa anterior. Para ilustrar bem a importância das histórias lendárias e as crenças no assentamento foram levantadas todas as respostas que indicavam o conhecimento de lendas, mostradas no quadro abaixo:

Quadro 1. Mitos e Lendas no assentamento:

Crenças e Mitos no assentamento
1 – luz do bem
2 – a mulher de branco
3 – homem que pega carona na garupa da moto
4 – a cerca misteriosa
5 – estrelas que desapareciam, disco voador
6 – homens sem rosto
7 – almas do além
8 – negão da carona
9 – bola de fogo

Em visita a um assentado pioneiro do Bela Vista, muito carinhosamente conhecido como Senhor Pedrinho, com 92 anos, em um levantamento de sua história de vida ele revela ter visto em uma noite clara de lua - cheia uma bola de fogo sair da plantação de eucalipto vir até a sua frente e depois desaparecer. Com suas palavras:

"A bola de fogo saía daqui dessa baixada do lote e ia subindo lá no cruzeirão, quando ela subia dava aquele estouro... aí descia e caía atrás da mata dos eucalipto, eu andei vendo umas duas vezes, quando ia pro lote lá perto do cerradão (...) tudo a noite, depois da 7 ou 8 horas da noite. Então quando ela saía lá do meu lote e quando eu tava voltando eu sempre via" (entrevista feita em junho de 2007).

A história contada pelo assentado é reafirmada em outras conversas no assentamento. Tal fato remete a uma concepção de algo sobrenatural que faz parte do cotidiano do assentamento.

Em uma conversa informal com dois assentados sobre um projeto de embelezamento do assentamento, Silvani, uma jovem assentada, nos revelou através de indicações no mapa do Assentamento Bela Vista que o casarão antigo, construído no início quando a fazenda era produtora de café, tinha túneis submersos que ligavam o lote de uma assentada ao casarão. Segundo ela:

"diz à lenda que era para os escravos passarem, e chegar até as plantações de café". Acrescentou ainda que, muitas pessoas dizem conhecer o local, no entanto, nunca nenhum assentado entrou para saber onde chega o túnel. No entanto, tal história serve de motivo para alguns homens e garotos se firmarem perante um discurso masculino

de que fará o trajeto para descobrir onde fica, logo, completam: "mas assim que tiver tempo" (diário de campo de 22/04/09).

Nas imagens abaixo do Bela Vista podemos observar a Agrovila na Imagem 1 possível rota do túnel submerso e na imagem 2 localização exata do Casarão:

Imagem1. Agrovila do assentamento Bela Vista.



Imagem 2. Casarão antigo.



Outra história muito recorrente é a do "homem do saco" também registrada em caderno de campo a uma visita no Bela Vista:

"O senhor Elias disse ter visto em uma noite de cerração por volta da 1 hora da manhã um barulho em frente a sua casa. Ao levantar-se caminha até a porta, ao abri-la vê um homem com roupas sujas e rasgadas e cabelos despenteados com um saco nas costas. Os cachorros latiam, segundo ele, o acompanharam com o olhar até que não o pudessem ver na estrada, foi então que ouviu um assobio tão alto que pôde ser ouvido nos quatro cantos da agrovila" (Diário de campo Alessandra Teodoro 06/10/08).

Além das lendas podemos indicar nos gestos uma fonte indispensável de recriação das ações cotidianas, que apenas são conhecidas quando se observa e participa destes atos, como verificado no diário de campo do dia 19/05/09:

"Quando chegamos ao lote do senhor Alvino, logo vi a plantação de abacaxi. Perguntando a ele se dava muitos frutos ele respondeu: "isto é como praga...como você pode observar neste ramo aqui tem 5 mudas, elas devem ser arrancadas e para plantar você não pode fazer um buraco, tem que bater o facão assim (mostrou-me com uma facada na terra) e colocar a muda e juntar a terra. Se não fizer desta forma demora 2 anos para dar o abacaxi"" (Diário de Campo).



Foto3. Alvino mostra como deve plantar abacaxi.

As informações oferecidas por este assentado mostram que as ações típicas se aprendem com a experiência dos gestos e estes interferem inclusive na maior ou menor produtividade agrícola.

A Escola e o Oficioso

Para tornar clara a transferência dos saberes não formais no espaço escolar, é necessário compreender que a escola do assentamento Bela Vista – Emílio Pagotto na sua proposta político-pedagógica se aproxima dos Parâmetros Curriculares voltados a uma educação do campo.



Foto 4. Escola Municipal do Assentamento Emílio Pagotto.

Esta proposta é balizada em discussões de educação que defendem o direcionamento da educação com ambiente local como forma de resistência às adversidades do rural. Arroyo apresenta esta discussão levando em conta os direcionamentos atuais das políticas econômicas: "com muita lucidez os movimentos sociais do campo desconfiam que seus direitos à educação, ao conhecimento, à cultura, aos valores, às formas de sociabilidade sejam deixados por conta de políticas "modernizadoras", inspiradas no negócio, no lucro privado e na destruição da cultura camponesa... a educação é diretamente afetada na medida em que se desenraizam os povos da terra, da cultura e das formas de produção" (Arroyo, p.96, 2004). O autor ainda salienta que a defesa por políticas e projetos educacionais direcionados para o campo traz a defesa da cultura, da identidade, dos saberes e dos valores locais (Arroyo, 2004).

É importante destacar ainda que uma proposta educacional de formação do ser humano, da produção do conhecimento, dos valores e de sua socialização são inseparáveis das formas de produzir sua existência.

A escola considerada ambiente de troca social representa a reunião de valores locais que são passados para as crianças nos primeiros ciclos; permanecer no assentamento também passa a ser uma questão de identificação. Assim a escola deve

cumprir seu papel de transmissora de conhecimento científico e também de identificação/autenticidade da realidade local.

Paulo Freire (1996) em "*Pedagogia da autonomia*" salienta que umas das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é proporcionar as condições para que os educandos em suas relações uns com os outros, ensaiem a experiência profunda de assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador. Ele ainda acrescenta que a questão da identidade cultural, de que faz parte a dimensão individual e a de classe dos educandos é absolutamente fundamental na prática educativa.

Assim, valorizar os saberes que vêm do lote e da rua é fundamental para que, não apenas as crianças reconheçam nos conteúdos científicos ensinados pelos professores o não oficial, mas também que os pais dos alunos sintam-se parte formadora do conhecimento do filho.

Tal importância se observa pelo fato do nível de escolaridades dos pais das crianças não é alto. Na tabela 1, podemos verificar (de acordo com levantamento do perfil dos assentados realizados em 2005/2006 no Bela Vista) que cerca de 56,25% dos entrevistados, possuem apenas Ensino Fundamental completo ou incompleto.

Tabela 1. Nível de escolaridade do Pai.

Pai	Fundamental		Médio		Técnico		Superior		Analf.	Não soube/ não tem
	Com.	Incom.	Com.	Incom.	Com.	Incom.	Com.	Incom.		
Bela Vista	01 (6,25%)	08 (50%)	04 (25%)		01 (6,25%)					02(12,5%)
Monte Alegre	06 (13,4%)	21 (46,8%)	04 (8,9%)	01 (2,2%)	01 (2,2%)				08(17,8%)	04(8,9%)

Já na tabela 2 o nível de escolaridade das mães no Fundamental Completo ou Incompleto é superior a 70%, o que indica ainda mais a importância de valorizar o saber tradicional que as mães possuem.

Tabela 2. Nível de escolaridade da Mãe.

Mãe	Fundamental		Médio		Técnico		Superior		Analf.	Não soube/ não tem
	Com.	Incom.	Com.	Incom.	Com.	Incom.	Com.	Incom.		
Bela Vista	02 (12,5%)	10 (62,5%)	01 (6,25%)							03 (18,75%)
Monte Alegre	05 (11,15%)	24 (53,5%)	02 (4,45)	02 (4,45)	02 (4,45%)		01 (2,2%)	01 (2,2%)	04 (8,9%)	04 (8,9%)

O Resgate da Memória: a Rua Invade a Escola

Dentro do processo de rupturas, foram criadas brechas para que houvesse uma retomada e valorização de costumes, do que é típico do lote e da rua, por um grupo de jovens assentadas, estudantes de Pedagogia da Terra que através de um Projeto intitulado Pé Vermelho, estão desenvolvendo alternativas para retomada das festas e dos saberes tradicionais. Esta iniciativa começou quando oito meninas do Bela Vista e uma do assentamento de Pradópolis foram fazer um curso de Pedagogia da Terra oferecido pelo PRONERA em parceria com outras instituições. Ao término do primeiro módulo do curso as meninas deveriam entregar como trabalho de conclusão a história do assentamento em que viviam. Ao pesquisar a história, tanto em livros como em conversas com os pioneiros do Bela Vista ficaram encantadas com tudo que viram e escutaram.



Imagem 5. Reunião do Pé Vermelho.



Imagem 6. Grupo integrante do Pé Vermelho.

Neste caminho de resgate da história do assentamento, procuraram a diretora da escola "Emílio Pagotto", a diretora por sua vez dando algumas informações às garotas, em um desabafar, disse que o que ela mais queria para o Chibarro era que ali ficasse cada vez mais bonito. Então, tocadas com todas aquelas informações, resolveram se juntar para montar um projeto de embelezamento. Convidaram um grupo de pessoas que pudessem apoiá-las e fizeram uma reunião. Tal reunião foi um marco no que consideramos o elo de retomada do que estava rompido. Em anotações de diário de campo, uma das meninas diz: "Pareceu uma retomada da unidade, que antes não ocorria. A reunião remeteu a um passado bom" (Diário 28/03/09).

Diante desta iniciativa o grupo foi recrutando pessoas e criando corpo, promovendo no assentamento manifestações culturais com o objetivo de retomar a história e cultura local. Foi batizado de grupo Pé-Vermelho que remete ao orgulho pela terra. Melhor expresso em anotações de diário de campo:

"Silvani lembrou que este projeto nasceu com uma idéia de embelezamento do assentamento, que mais tarde vai ser transformado em resgate da memória oral, e intervenções culturais, como o que ocorreu e envolveu toda a turma do assentamento. Outra idéia bastante importante salientada é que o nome Pé vermelho nasce como forma de valorizar o termo que antes era pejorativo, já que terra não é sujeira é vida, como lembrou Reginaldo" (Diário de Campo dia 28/03/09).

A partir dos encontros periódicos concluíram que a melhora forma de mobilizar as pessoas para se juntar era fazendo algo prático. E a primeira ação que marca este projeto, como salientado acima, é uma Noite Cultural. Conseguiram reunir os tocadores e fizeram um lanche coletivo remetendo à fartura das festas Juninas. Uma das meninas lembra: "teve presença dos mais jovens e mais velhos e contou com a parceria do INCRA para fazer e levar os convites em cada lote do assentamento" (Diário de Campo dia 28/03/09).

As reuniões que se seguiram deram voz cada vez maior ao que vinha da rua, as pessoas que se indagavam sobre o cotidiano no assentamento. Os saberes não oficiais passaram a fazer parte de uma agenda do grupo através de um projeto de resgate das histórias orais de pessoas mais velhas. O ambiente escolar voltou a funcionar como centro de reuniões e decisões.

A proposta de retomada da festa segue a todo vapor, inclusive já com comissões para arrecadação de alimentos, organização da decoração, dos equipamentos necessários. O empenho dos adolescentes é grande, ineditamente traduzido na eleição de uma princesa da Festa Junina e na apresentação de duplas e grupos musicais do próprio Bela Vista.

O que tudo indica é que a Festa retomará seu curso original mostrando que as experiências coletivas contêm significados simbólicos e ritualísticos, ligados a uma tradição que resgata a memória coletiva. Memória esta que embrenhada com a dos outros, em conjunto com as lembranças recordadas são pontos de julgamento comum entre a coletividade (HALBWACHS, 1990).

O fazer e o organizar da "festa instauram uma transformação, não só na rotina da vida da sociedade local, como na própria vida de seus participantes" (BRANDÃO, 1978, p.49). É como se os comprometidos com a festa se tornassem um corpo único, que só possui valor na situação da festa e nos rituais que ela contém. Em sentido amplo "investe-se um capital emocional em ocasiões festivas. Muitos dias de trabalhos e dieta escassa são compensados pela expectativa (ou lembrança) dessas ocasiões, quando a comida e a bebida são abundantes, os

namoros florescem e todo tipo de relação social que estava esquecida retoma a vida" (THOMPSON, 1998).

Finalmente pode-se dizer que a luta deste grupo jovem ligado à Pedagogia da Terra para a reforma o embelezamento e resgate da memória do P.A. Bela Vista pode significar o reavivamento dos elementos da memória grupal, representando simbolicamente a vontade de retomada dos espaços dos assentamentos. E permitido que, de um lado, os jovens que não se interessavam pelo o que era da casa, do lote, e da rua retomem o interesse e, do outro, revivam as tradições e saberes passados pelos mais velhos, possibilitando o encontro entre o conhecimento oficial e popular.

Referências

ARROYO, M.G. (Org.) **Da Escola Carente à Escola Possível**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

_____. Por um tratamento público da Educação do Campo. In: MOLINA, M.C.; JESUS, S.M.S.A. **Por uma Educação do Campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília/DF: Articulação Nacional "*Por uma educação do campo*", 2004, p. 13-52.

BENJAMIN, C. (Orgs.) **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: Articulação nacional para uma educação no campo, Coleção Por uma educação básica no campo, 2000.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras: 1994.

BRANDÃO, C.R. **Os deuses do povo**: um estudo sobre religião popular. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CALDART, R.S. A Escola do Campo em Movimento. **Contexto & Educação**, Ijuí, v.15, n.58, p.43-76, abr./jun., 2000.

DURKHEIM, H. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FREITAS, M.C. Fazer história da educação com Gilberto Freyre: chegadas para pensar o aluno com os repertórios da antropologia. In: FARIA FILHO, L.M. (Org.) **Pensadores Sociais e História da Educação**. 1ª ed. Belo Horizonte:

Autêntica Editora, 2005, p.167-185.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, números: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Nupedor, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. F.C.L.-Unesp, Uniara.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 23ª Ed., 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 23ª Ed., 1996.

GOMES, T.P.de S. Um estudo das relações sociais e políticas do assentamento Bela Vista de Araraquara através da festa junina. Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, 2005, Araraquara. In: **Anais...**, Araraquara, de 28 a 30 de setembro, 2005. CD-ROM.

_____ Sociabilidade x Conflito: projetos de assentamentos na região de Araraquara. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. In: **Anais...**, Goiânia-GO, junho, 2006. CD-ROM.

_____ Do cotidiano ao futuro dos assentamentos: alternativas, reivindicação e permanência. Simpósio Nacional Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas, 2006, Uberlândia. In: **Anais...**, Uberlândia - MG, maio, 2006. www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

ITANI, A. **Festas e Calendários**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

JESUS, S.M.S.A (Org.) **Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por uma educação do campo", 2004.

KOLLING, E.J. (Org.) **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional "Por uma educação do campo", 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

_____. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Tempo Brasileiro. 1976 a.

_____. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1976 b.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1950.

SIMMEL, G. Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal. In: SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002.

OS SENTIDOS DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO DA REFORMA AGRÁRIA E O FUTURO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Rosemeire Aparecida Scopinho¹

Resumo: Neste texto procuro refletir sobre a questão da formação do trabalhador rural assentado, considerando as características sócio-culturais e as necessidades educacionais dos demandantes de terra no estado de São Paulo; as experiências sócio-educativas em andamento nas áreas de assentamentos rurais, cujos trabalhadores são organizados pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região de Ribeirão Preto e também a experiência de implantação do Curso de Pedagogia da Terra na UFSCar por meio do Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Palavras-Chave: Educação no Campo; Trabalho e Educação; Trabalho e Cooperação; Acampamentos e Assentamentos Rurais; Movimentos Sociais e Educação.

Abstract: *In this text I attempt to think over the matter concerning the settled rural worker's education, taking into account socio-cultural characteristics and educational necessities of the land claimant in the state of São Paulo; the social-educative practices in progress in the rural settlement areas whose workers are organized by MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Landless Agricultural Workers Movement) in Ribeirão Preto region; and also the experience on the Pedagogic Course for the Land Use implementation, at UFSCar - Universidade Federal de São Carlos (Federal University of São Carlos), promoted by Pronera - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (National Program of Education in the Agrarian Reform).*

Keywords: *Education in the Rural Areas; Work and Education; Work and Co-*

¹UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

Introdução

A educação do trabalhador rural brasileiro sempre foi e continua sendo, cada vez mais, uma questão urgente, complexa e desafiadora. No que se refere a educação formal, são conhecidos os problemas que envolvem a organização da escola rural: tão grave quanto à falta de acesso é a inadequação e má qualidade do ensino oferecido². Ao lado de uma educação básica e formal, que exclui ou inclui precariamente o trabalhador rural no sistema educacional, no plano não-formal, o processo de formação desses trabalhadores acontece, via de regra, ou pela via da oferta de assistência técnica e extensão rural que, apesar das recentes mudanças na política, ainda se vale de métodos tradicionais e se fundamenta no modelo difusionista de conhecimento tecnológico tradicionalmente utilizado nas pequenas propriedades rurais, ou pela via disciplinar dos modelos de gestão organizacional utilizados pelas médias e grandes empresas que se dedicam ao chamado agronegócio.

Neste texto, eu pretendo abordar a problemática da educação do trabalhador rural, do ponto de vista das ações desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais rurais envolvidos com luta social em favor da reforma agrária, procurando pontuar e trazer para o debate um conjunto de reflexões e de experiências que temos desenvolvido neste campo. Melhor nem usar o termo educação, porque ele sempre aparece muito ligado à escolarização, e falar de formação, processo que segundo Manfredi (1997) é mais amplo e complexo, mas também muito pouco conhecido, embora não seja fato novo na história dos trabalhadores brasileiros.

Partindo da idéia de que a luta social em favor da reforma agrária é também uma luta pela preservação de direitos sociais, tais como o trabalho, a educação e a saúde, e pela preservação da natureza e da vida, o meu objetivo é o de refletir sobre a contribuição do projeto sócio-educativo e das práticas de formação que estão em andamento nos acampamentos e assentamentos rurais de reforma agrária no sentido de fortalecer um sujeito social e político - o trabalhador rural assentado. Isto lhe

²Uma reflexão sobre esses problemas pode ser encontrada na coletânea intitulada "Por uma Educação Básica no Campo" editada em quatro volumes pela Editora da Universidade de Brasília onde estão sintetizadas as discussões realizadas no âmbito da Articulação Nacional por uma Educação Básica no Campo que, no primeiro semestre de 1998 sob a organização da UnB, UNICEF, UNESCO, CNBB e MST, preparou a Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, realizada entre 27 e 31 de julho em Luziânia (GO).

permitirá dar continuidade à reforma agrária, travando lutas sociais não somente para garantir a sua sobrevivência econômica imediata, mas, sobretudo, a autonomia política e os direitos sociais.

A reflexão é feita com base em informações obtidas nos últimos 12 anos de trabalho em que procurei compreender o processo organizativo de assentamentos rurais organizados pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Nesta trajetória, realizei um conjunto de estudos de caso, como estratégia metodológica para investigar os limites e as possibilidades do trabalho organizado sob os princípios da cooperação autogestionária, e acompanhei as discussões realizadas pelos militantes, especialmente no âmbito dos Setores de Produção, Cooperação e Meio Ambiente e de Educação do MST, para conhecer as diretrizes que informam o processo organizativo dos assentamentos rurais.

No campo da pesquisa e das ações para refletir sobre o sentido que hoje têm as diferentes formas de organização do trabalho cooperado e autogestionário nos acampamentos e assentamentos rurais, emerge com muita clareza, e como um problema crucial, a questão da formação dos trabalhadores. O nosso esforço de compreensão deste problema se faz tanto no sentido de entender as necessidades e os desafios que se colocam para os trabalhadores rurais ao assumirem a condição de assentados quanto no sentido de contribuir para implementar e desenvolver mecanismos e estratégias de formação.

Entendo que a formação do trabalhador é um processo que pode oprimir a ação política dos sujeitos, se for pensada do ponto de vista estritamente operacional, como preparação para o trabalho, ou disciplinar, como adequação das pessoas às necessidades pontuais e específicas de um determinado tipo de organização do trabalho, ou mesmo como fórmula mágica para solucionar o problema do desemprego. Mas, ela também pode contribuir para o fortalecimento e a emancipação dos sujeitos, se for entendida como um processo não linear de diálogo que busca a troca de saberes entre sujeitos diferentes, portadores de experiências culturalmente distintas, realizado no sentido de pensar e fazer um conjunto de práticas sociais que incluem o trabalho, a vida cotidiana, a participação em movimentos sociais organizados, a inserção institucional, especialmente na escola. Deste ponto de vista, o *processo de formação* é um meio (não finalidade) e um (difícil) exercício para estabelecer um diálogo com a diferença, o que é importante porque, como já tem sido amplamente discutido, o campo hoje já não é mais o lugar da simplicidade e do atraso, mas se constitui como um espaço social tão ou mais complexo do que a cidade; os trabalhadores rurais já não são mais somente força de trabalho, mas sujeitos de um processo social, político e cultural que tem contribuído para modificar substancialmente a relação campo-cidade no Brasil.

No campo do cooperativismo, Economia Social ou Solidária tem sido muito comum atribuir o fracasso das experiências à falta de formação dos trabalhadores para se organizarem. A meu ver a questão não é tão simples e a relação entre sucesso ou fracasso das experiências não é tão binária porque, para o desenvolvimento satisfatório delas, concorre um conjunto de fatores de ordem objetiva e subjetiva cuja combinação é não só complexa como também diferente em cada caso específico. Entre as condições objetivas fundamentais, pode-se destacar, principalmente, a ausência de infra-estrutura nos assentamentos, a dificuldade de acesso ao sistema de créditos e de subsídios para produzir e comercializar. Entre as condições subjetivas importantes menciono, principalmente, o fato de que esses trabalhadores, além de outras heranças, também são herdeiros de uma experiência e de uma cultura do trabalho dividido e heterogerido, que se coloca como um obstáculo ou uma questão a ser considerada no processo organizativo.

Lidar com essas questões requer um investimento de caráter formativo e organizativo das comunidades. Mas, ao falar em formação e organização das comunidades pode parecer que eu estou querendo dizer que as pessoas não têm formação e que elas não possuem nenhum grau de organização, o que não é verdade. A Psicologia, a Educação, a Sociologia e a Antropologia, entre outras áreas do conhecimento, já demonstraram que a aproximação, a participação e a convivência com essas comunidades permitem perceber que o cotidiano é pleno de organização, de planejamento, de negociações. As pessoas são plenamente capazes para tomar decisões e encaminhar soluções para os seus problemas, ou seja, há processos organizativos inerentes à dinâmica cotidiana das comunidades e dos grupos. É certo que nem sempre esta capacidade organizativa existente é efetiva e suficiente, no sentido de garantir as condições de subsistência, de vida, etc, quando os parâmetros da análise são os grupos urbanos considerados "bem sucedidos". É certo também que nós estamos acostumados a pensar que esta capacidade é um privilégio de quem teve acesso à educação formal, ou seja, dos técnicos, graduados e pós-graduados em cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia, Agronomia, Psicologia, Ciências Sociais, entre outras especialidades.

Eu tenho observado que nos acampamentos e assentamentos rurais há um processo de formação que procura fortalecer este tipo de processo organizativo espontâneo. E também inúmeras ações dos sujeitos, realizadas no sentido de procurar evitar a mera reprodução do modo de organizar a produção tecnicista e especializado (tradicionalmente vigente no Brasil) que, diga-se de passagem, organiza não só a produção, mas também a vida cotidiana das pessoas. Este fortalecimento é importante porque é a partir do assentamento das famílias que se inicia uma nova etapa do processo de lutas para disputar os recursos oriundos de programas e políticas

públicas, hoje tão necessários para sobreviver e permanecer nos assentamentos. Por estar a sobrevivência na terra condicionada por múltiplas questões de natureza técnica, política e cultural, o fortalecimento dos sujeitos para enfrentar e resistir a um novo processo de expropriação coloca-se como questão estratégica para realizar um projeto de reforma agrária que, do ponto de vista dos movimentos sociais, não pretende ser apenas distribuição de terra, mas um modo de enfrentar a desigualdade social e uma perspectiva concreta de melhoria das condições de trabalho e de vida no campo.

Visto por este ângulo, todo processo de ocupação de terras e de implantação de projetos de assentamentos é um processo de formação que não é linear porque ao mesmo tempo em que requer formação é espaço privilegiado para desenvolvê-la; o trabalho produtivo ou organizativo que ali se desenvolve, ao mesmo tempo em que é princípio é também espaço formativo concreto. Mas, do ponto de vista do processo organizativo cotidiano que se desenvolve nos acampamentos e assentamentos, a formação dos trabalhadores é processo tão fundamental quanto desafiador. O desafio concreto é, principalmente, o de como fazê-lo.

Em São Paulo os demandantes de terra têm como característica uma grande diversidade sócio-cultural. Estamos falando de trabalhadores desenraizados, que experimentaram fluxos migratórios intensos em busca de melhores condições de vida, portadores de experiências de trabalho precário. Em geral, são migrantes nordestinos que vieram para São Paulo a partir dos anos de 1970 para trabalhar na construção civil ou na agricultura como assalariados.

Por exemplo, no Assentamento Sepé Tiarajú (localizado entre Serrana e Serra Azul), que eu venho estudando desde 2003 (SCOPINHO, 2005), as 80 famílias residiram em 340 cidades diferentes antes de serem assentadas. Os trabalhadores são originários de 106 cidades situadas em 15 diferentes estados brasileiros, especialmente, de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco, além de vários outros estados nordestinos. Entre deixarem as origens e serem assentados, os trabalhadores passaram por 234 cidades, localizadas em 20 diferentes estados - Paraná, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, chegando um deles até o Paraguai. Colocada no mapa do Brasil, as rotas migratórias desses trabalhadores coincidem com o traçado do território da agricultura canavieira nas regiões Nordeste e Sudeste e com as áreas de expansão da fronteira agrícola que adentrou a região Centro-Oeste e Norte nos últimos anos. Este assentamento reflete a dinâmica migratória do Estado de São Paulo, como se verifica em Perillo e Perdigão (2005), o que se explica pelas intensas transformações espaciais, culturais, econômicas e sociais que atingiram tanto o campo quanto as cidades brasileiras. O desemprego generalizado, aliado à ausência de alternativas de obtenção de renda e à omissão do Estado no

que se refere à situação dos desempregados, obrigou esta população a sobreviver precariamente do trabalho informal nas periferias e a ocupar terra quando os limites da sobrevivência se viram ameaçados até pela ausência do emprego informal, pela violência urbana e pela fome. Neste sentido as experiências de trabalho são também muito diversificadas, realizadas em diversos setores e ramos da economia formal e informal. Na cidade, os trabalhadores prestaram serviços, geralmente, no âmbito doméstico tais como: acompanhante de idosos, babá, cozinheira, costureira, dama de companhia, diarista, dona de casa, eletricista, empregada doméstica, encanador, faxineira, lavadeira e passadeira de roupas, trabalhos domésticos em geral, entre outros; na indústria foram auxiliares de produção em diversos setores da economia (desde indústrias alimentícias até de chapéu); no comércio foram, principalmente, vendedores, fixos ou ambulantes, de diversos produtos e em diferentes contextos. No campo, eles foram prestadores de serviços gerais (em 34 tipos de culturas diferentes) e de serviços especializados, como boiadeiro e tratorista, além de "chapas"³ e fazedores de "bicos". Desempregado foi condição freqüentemente mencionada. O fato importante é que essas atividades não requerem qualificação formal e indicam a inserção dos trabalhadores em relações e condições de trabalho precárias, realizadas sem o mínimo de garantia do cumprimento da legislação trabalhista e social (SCOPINHO et al., 2007).

Este caso ilustra muito bem que o desafio é como pensar o processo de formação desses sujeitos a partir do diálogo com a diversidade social e cultural. Como tem sido possível fortalecer sujeitos que são portadores de trajetórias sociais tão distintas e de tão grande diversidade sócio-cultural ao procurarem se organizar em torno de um projeto não somente econômico, mas também político?

No bojo das ações desenvolvidas pelo MST nesta região tem sido possível visualizar um projeto sócio-educativo, ou seja, um conjunto de práticas que não são aleatórias, mas são intencionalmente desenvolvidas no sentido de criar condições para garantir a formação desses trabalhadores.

Uma das importantes dimensões deste projeto é a relação que o MST procura estabelecer com a sociedade civil regional, o que pode ser considerada como uma expressão de que a formação do sujeito não se dá apenas no âmbito da sua inserção em cursos e atividades formais. Pelo contrário, a participação social e a política são essenciais, quando se trata de fortalecer a autonomia e a solidariedade social.

³Chapa é aquele trabalhador que, geralmente, instala-se em "pontos" situados às margens de rodovias nas proximidades ou nas vias de acesso das cidades à espera de caminhoneiros aos quais se oferece para prestar serviços de auxiliar de carregamento ou descarregamento de cargas na condição de diarista.

Os trabalhadores têm sido apoiados por outros movimentos sociais, tais como sindicatos, organizações não governamentais e associações de diferentes tipos, pela Igreja, promotores de justiça, profissionais liberais e técnicos ligados à rede de serviços públicos, por políticos, professores e estudantes universitários da região. Este apoio tem sido fundamental para garantir a resistência e a permanência das famílias nas ocupações e nos assentamentos, em dois sentidos: fora do assentamento, contribuindo com a mediação das relações que se estabelecem entre os trabalhadores assentados e a sociedade regional porque as ocupações acontecem nos conflituosos territórios hegemonicamente dominados pelos usineiros. Dentro do assentamento, contribui para mediar as relações que se estabelecem entre os trabalhadores rurais assentados e as diferentes forças sociais, governamentais ou não, encarregadas de pensar e executar o projeto da ocupação em seus diferentes aspectos.

Nas inúmeras assembleias, reuniões, cursos e conversas informais desenvolve-se um processo formativo que os trabalhadores consideram muito importante porque exercita a participação, resgata a auto-estima, motiva, assim como possibilita, a criação de mecanismos de conhecimento mútuo e de identificação entre as pessoas, além do que contribuiu, técnica e politicamente, com as discussões e os processos de tomada de decisão na implantação do projeto de assentamento. E também fortalece outras lutas sociais que hoje são importantes na região de Ribeirão Preto, especialmente aquelas que dizem respeito à preservação do meio ambiente, tais como a luta contra as queimadas dos canaviais e a de preservação do aquífero Guarani.

Uma outra dimensão importante da proposta sócio-educativa é a da valorização da cultura popular porque se considera que ela tem um papel importante no fortalecimento da identidade social do trabalhador rural assentado. Por exemplo, o Encontro Nacional de Violeiros desde 2003 vem reunindo mais de 20 mil pessoas em torno do objetivo de resgatar e valorizar elementos da cultura caipira presentes na música, na dança e na culinária, como forma de mobilização e de organização os trabalhadores.

Destaca-se ainda, como uma importante dimensão do projeto sócio-educativo, o entendimento de que o cotidiano é um espaço educativo privilegiado porque é no cotidiano que se constrói e se dinamiza o funcionamento das estruturas e dos processos organizativos. Como diz Spink (1991, p.27) o cotidiano "*(...) não é um vazio de restos aleatoriamente espalhados pelo chão. Ao contrário, é o lugar onde a gente se conhece como gente - comendo, amando, brigando, andando e trabalhando.*", porque não é nas assembleias e nas reuniões que as decisões são tomadas. É no cotidiano micro-político que

a vida do grupo se manifesta mais intensamente em toda a sua riqueza de significados. E longe de considerar o cotidiano somente como um conjunto de ações diárias, sugere Whitaker (2002, p.45) "*(..) é no cotidiano que se podem colher os dados da transformação cultural e realizar a observação das práticas culturais – sua desestruturação e reconstrução - e é em meio às práticas culturais e ao trabalho que se tecem as representações que organizam os homens no processo dinâmico em que constroem a História.*" O fato é que a vivência do cotidiano traz a possibilidade de participar dos inúmeros eventos políticos e culturais, das discussões e da convivência com a sociedade que, mesmo não sendo homogêneas em termos da participação, podem contribuir para o processo de formação.

Assim, associando conteúdos teóricos e valores sócio-culturais à luta, os sujeitos experimentam uma vivência intersubjetiva por meio da qual podem conhecer as suas próprias capacidades de organização. Essas diferentes dimensões do projeto sócio-educativo, envolvidas na luta pela reforma agrária, procuram combinar as transformações da realidade social com a formação subjetiva do sujeito, o que a torna um espaço educativo privilegiado porque coloca o sujeito no centro das contradições sociais.

Não só o cotidiano, mas também as necessidades que ele traz são transformadas em espaços de formação como, por exemplo, as inúmeras necessidades e disputas que são enfrentadas na implantação dos próprios projetos de assentamento. Por exemplo, a implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável⁴ Sepé Tiarajú tornou-se um espaço sócio-educativo importante na medida em que foi coletivamente planejado e executado por diferentes instituições como o MST, o INCRA, a EMBRAPA, a UFSCar, a Igreja, a Associação Ecológica e Cultural Pau Brasil, entre outras, por meio de seminário, cursos, visitas, dias de campo, experimentação de SAF - Sistema Agroflorestal, entre outras atividades, e realizado a partir da criação de estruturas organizativas que procuravam tornar os trabalhadores os protagonistas dos processos decisórios para realizar a demarcação dos lotes, a aplicação dos primeiros recursos financeiros, a elaboração dos planos de produção, a criação de estruturas organizativas formais (associações e cooperativas).

Parece pouco, mas eu estou procurando sintetizar em alguns parágrafos um

⁴O PDS é uma modalidade de projeto de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, que se destina a atender a demanda social pela terra desenvolvendo atividades produtivas de baixo impacto ambiental, em sistema produtivo agroecológico e em modo de produção associativo (Brasil, 2000).

processo que já dura oito anos e ainda esta em curso neste assentamento. Parece pouco, mas este conjunto de experiências e vivências, com todas as suas contradições, erros e acertos, muda as pessoas, as recoloca diante do mundo, ajuda a enraizar porque ali elas fazem ou refazem as suas histórias, trajetórias sociais, identidades. E também aprendem conteúdos importantes. Por meio dos cursos e da experiência de implantação de SAFs os trabalhadores do Sepé Tiarajú puderam aprender noções básicas sobre reconhecimento, análise e manejo de solo, manejo ecológico de pragas e doenças, horticultura de base ecológica, manejo de agro-ecossistemas, legislação e reconhecimento de passivo ambiental, uso e conservação de recursos hídricos, formas de cooperação, entre outros temas. Reproduziram os experimentos realizados nos cursos de formação nos seus próprios lotes e reviveram na memória o aprendizado de técnicas agrícolas conservacionistas que tiveram na infância por meio da convivência com a família.

Também parecem experiências simples e harmoniosas mas, de fato, elas são contraditórias e conflituosas. Porém, apesar dos percalços e do sofrimento gerado para os que as vivenciam, são também experiências formativas porque por meio delas revelam-se as facetas de uma realidade social antes desconhecida pelos sujeitos. Eles descobrem a existência dos tortuosos caminhos da burocracia, deparam-se com a falta de planejamento adequado e sincronizado das diferentes instituições estatais envolvidas na reforma agrária, sofrem com a fragmentação e desarticulação das ações dos órgãos estatais no processo de implementação das políticas públicas, indignam-se com o resultado final quando ele se traduz em mau uso e desperdício dos recursos públicos, entre outras questões. A distância que existe entre o idealizado, o planejado e o realizado é emblemática do que tem sido, atualmente, a reforma agrária no Brasil. Se havia uma expectativa idealizada em relação a voltar a terra, ao passarem por essas experiências os trabalhadores rurais assentados podem melhor compreender o sentido das palavras, quando se diz que a luta pela reforma agrária não termina com a posse da terra. Ou seja, eles compreendem melhor, embora nem sempre incorporem como prática coletiva, que o processo de mobilização e de organização política não pode terminar ao ser homologada a condição de assentado rural. Pelo contrário, a organização política deve ser revista e mantida constantemente para garantir as condições de permanência no assentamento.

Essas situações concretas colocam os assentados em relação com eles próprios, com o Estado, com as organizações não governamentais e outros movimentos sociais que transformam o território do assentamento não apenas do ponto de vista da instalação de infra-estrutura produtiva e social, mas,

sobretudo, do modo como os trabalhadores se relacionam entre si e com os diferentes sujeitos sociais encarregados da implantação dos projetos, com a sociedade do entorno, as inúmeras instituições envolvidas. Mediadores importantes neste processo são os técnicos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural e pela implementação das políticas públicas. A relação que se estabelece entre eles e os trabalhadores assentados é tão fundamental quanto conflituosa porque, além deles serem representantes diretos de órgãos governamentais que nem sempre viabilizam a reforma agrária, o que está em jogo também é a dicotomia e o distanciamento existente entre saber popular e saber científico, entre cultura rural e urbana. Formativas por excelência, essas relações dependem, sobretudo, do método utilizado e da forma como se estabelece o vínculo entre os técnicos, os trabalhadores e os diferentes agentes sociais.

O que foi colocado até aqui é para argumentar que a formação do trabalhador não é só realizada por meio da escolarização. Mas, ocorre que na nossa sociedade a escolarização formal e o diploma são muito valorizados, especialmente no mundo rural, e, então, é preciso cuidar disso também. Na luta cotidiana pelos direitos sociais insere-se a luta pela realização de cursos formais de preparação dos trabalhadores rurais que se concretiza, por exemplo, nos cursos que estão sendo oferecidos por meio do Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. No estado de São Paulo estão em andamento o Curso de Agroecologia, de nível médio oferecido pela Unicamp, o Curso de Graduação em Geografia oferecido pela Unesp Presidente Prudente e o Curso de Graduação em Pedagogia oferecido pela UFSCar.

Eu coordenei o processo de elaboração e implantação do Curso de Pedagogia da UFSCar e o que justificou a sua criação foi um exame das crônicas demandas colocadas pela realidade social do Brasil rural, aonde a necessidade de formação profissional dos trabalhadores vem sendo historicamente ignorada. Apesar da importância que sempre teve a sociedade rural brasileira para o crescimento econômico do país, contraditoriamente, o modelo de desenvolvimento econômico-social adotado, especialmente, ao longo da segunda metade do século XX, tornou a atividade agropecuária uma espécie de alavanca do processo de industrialização, o que subordinou o rural ao urbano, segregou e privou os sujeitos do acesso aos direitos sociais básicos, entre eles a educação, entendida em sentido amplo.

Assim, a falta de acesso e a má qualidade da escola e do ensino para a população rural se configuram como um dos maiores problemas nacionais que a educação brasileira ainda não ousou enfrentar adequadamente. Em 2000, o

Censo do Ibge revelou a existência de cerca de 24 milhões de analfabetos no Brasil, ou seja, 16% da população brasileira não sabiam ler e nem escrever. Dos que viviam no campo, cerca de 31% eram analfabetos, o que confirma a necessidade de elaboração e implementação de políticas públicas específicas para a realidade rural.

São amplamente conhecidos os problemas que envolvem a organização e o funcionamento das escolas rurais. O relatório da Pnera - Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada em 2004 por meio de parceria estabelecida entre o Pronera, o Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e a Fipe - Fundação de Pesquisas Econômicas da USP para caracterizar a demanda educacional e diagnosticar a situação do ensino ofertado em escolas localizadas nos assentamentos ou em seus arredores, mostrou a realidade educacional dos assentados brasileiros (BRASIL, 2005). Este censo abrangeu 5.595 assentamentos de reforma agrária instalados pelo Incra a partir de 1985 em 1.651 municípios, quando foram entrevistados presidentes de associações, dirigentes ou professores das escolas que atendiam a população e as famílias assentadas.

O relatório mostra que 96,5% dos assentados não eram atendidos por creches, 84,1% das crianças assentadas freqüentavam o ensino fundamental de primeira à quarta série, porém, da quinta à oitava série esta porcentagem caiu para 26,9% e apenas 1% tinha acesso ao curso superior. Esses números evidenciam que não está sendo oferecida a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e que existe urgência na proposição de medidas que possam contribuir para reverter esta situação. Quanto às escolas, 70,5% delas possuíam turmas multisseriadas e 20,9% dessas turmas são devidos à falta de professores. A maioria dos professores entrevistados não residia nos assentamentos (apenas 12.900 dentre os 38.035) e tinham pouca experiência de trabalho na zona rural (61,2% dos professores possuíam menos de cinco anos de trabalho na zona rural). Apenas 65,9% das escolas pesquisadas ofertaram capacitação ou qualquer outra atividade para promover a formação de professores.

Arroyo e Fernandes (1999) também demonstraram que os projetos educativos destinados aos que moram no campo não preparam adequadamente os trabalhadores para enfrentarem as transformações do espaço rural, permanecendo a baixa qualidade e a inadequação da proposta pedagógica e o elevado grau de paternalismo e assistencialismo existente na gestão das escolas, que não atendem as necessidades da população em termos de oferta de vagas e qualidade de ensino. A literatura acadêmica tem mostrado que a falta de instrução e de estudo

dos trabalhadores do campo intensifica a marginalização e a pauperização, tornando-os cada vez mais excluídos e alheios ao mundo urbano e "moderno", o que só faz aumentar o fosso que distancia os pobres dos ricos, o campo da cidade.

No entanto, os assentados rurais beneficiários de projetos de reforma agrária estão ganhando expressividade no cenário nacional como um grupo social ao somarem, aproximadamente, quinhentas mil pessoas. Legalmente reconhecida, desde o início da década de setenta, época em que os projetos de colonização proliferaram como forma de ocupação segura do território e de expansão da fronteira agrícola, a figura do assentado rural foi crescendo em número e importância no cenário rural a partir de meados da década de oitenta, quando se intensificou a luta social pela reforma agrária e aumentou significativamente o número de assentamentos rurais.

Como afirmou Dallari (2005), é importante destacar que a condição do assentado não é provisória e nem marginal. Este sujeito social tem existência e peculiaridades em relação aos demais grupos sociais, e estas devem ser levadas em conta quando se trata de considerar seus direitos e deveres, especialmente em relação à educação. Por ser um direito que lhe é constitucionalmente garantido, assim como para todos os brasileiros, o trabalhador rural deve ter acesso à educação pública, em todos os níveis e equivalente em qualidade à que é oferecida aos da cidade. Quanto às peculiaridades que envolvem a condição de assentado, Dallari apontou como a mais importante o fato de se tratar de pessoas que vivem em assentamentos rurais, locais onde residem, trabalham, constituem famílias e vínculos comunitários, o que justifica a necessidade de receber formação adequada que possibilite a sua integração social dentro e fora do assentamento e o desenvolvimento integral do seu potencial intelectual.

No estado de São Paulo, de acordo com a Pnera (BRASIL, 2005), somavam 2.723 os assentados que se encontravam entre zero a três anos de idade e 100% estavam fora da escola. Dos 2.495 que se encontravam entre quatro e seis anos, apenas 48,5% estavam inseridos na escola. 48,5% freqüentavam escolas fora do assentamento (no entorno ou na cidade) sendo que 77,8% moravam a mais de 10 km de distância da escola e levavam entre uma e duas horas para chegar.

Dos que se encontravam na faixa etária entre sete e 10 anos, 100% freqüentava a escola, mas, 49,5% freqüentavam escolas fora do assentamento, situadas a mais de 10 km de distância sendo necessário entre trinta minutos e uma hora para chegar. A pesquisa mostrou que, quanto mais a idade avança mais os assentados estão fora da escola. Dos que possuíam entre 11 e 14 anos, 97,2%

freqüentava escola, mas, nem todos (86,5%) freqüentavam o curso na idade adequada à série, e 70,2% freqüentavam escolas localizadas fora do assentamento (no entorno ou na cidade) a mais de 10 km de distância de suas moradias tendo que despendar até uma hora para chegar.

A realidade dos que se encontravam entre 15 e 18 anos não é muito diferente: apenas 87,5% freqüentavam escola e desses apenas 33,3% freqüentavam curso na idade adequada à série, 82,1% freqüentam escolas fora do assentamento (na cidade ou entorno), a maioria tendo que percorrer mais de 10 km de distância e despendendo até uma hora para chegar. Destaca-se que a situação dos maiores de 18 anos é ainda mais preocupante: apenas 9,1% freqüentavam escola e desses apenas 4,9% freqüentavam o curso na idade adequada à série. Dos 90,9% que estavam fora da escola, 11% não sabiam ler e nem escrever. Dos que freqüentavam escola, aproximadamente, a metade freqüentava escola fora do assentamento e a maioria precisava percorrer mais de 10 Km, levando até uma hora para chegar.

Esses dados revelam que a situação educacional dos assentados paulistas está longe do que prevê a constituição brasileira em termos de acesso, sem considerar a qualidade da formação que tem sido oferecida, o que pode ser um outro problema. Neste sentido, o Curso de Graduação em Pedagogia da Terra em andamento na UFSCar pretende contribuir para suprir esta lacuna criando oportunidades para que esta população tenha acesso ao conhecimento científico e à universidade, local privilegiado para a sua construção e socialização. Parte-se do princípio de que a formação do pedagogo para atuar nos assentamentos rurais de reforma agrária exige um conhecimento multidisciplinar em suas dimensões técnica, econômica, social, política e ambiental, o que poderá servir de base para uma atuação voltada para a transformação da realidade social e educacional do país.

É importante destacar que, atualmente, os avanços tecnológicos não conhecem fronteiras e que o acesso ao conhecimento torna-se cada vez mais necessário e importante. Por isto não se pode admitir a exclusão dos sujeitos inseridos nos programas de reforma agrária do processo educacional, cujo acesso à informação e ao conhecimento científico tem sido extremamente precário, sob pena de se reproduzir o ciclo que fez esses trabalhadores deixarem o campo por serem excluídos de um projeto econômico e social que trouxe uma suposta "modernização", para depois a ele retornar na condição de beneficiários de projetos de reforma agrária. A universidade, ao exercer o seu papel de unidade de ensino, pesquisa e ação comunitária deve estar preocupada não somente com a ampla socialização dos conhecimentos construídos no seu interior como

também com a participação da sociedade nesta construção.

Com base na argumentação acima sintetizada é que foi criado na UFSCar o Curso Especial de Graduação em Pedagogia, chamado de Pedagogia da Terra inscrito no Pronera.

O projeto político pedagógico do curso é resultado de uma construção coletiva que durou aproximadamente 18 meses e da qual participaram, além de professores e estudantes da UFSCar, representantes de quatro movimentos sociais do campo: a Aesca/SP - Associação Estadual de Cooperação Agrícola, entidade ligada ao MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Feraesp - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, a Omaquesp - Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo e a Faf - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo. Além de procurar enfrentar o desafio de pensar o processo de formação de professores com licenciatura plena em Pedagogia para atuarem nos assentamentos de reforma agrária, o grupo também procura enfrentar e equacionar, cotidianamente, a diversidade de princípios e diretrizes organizativas e interesses concretos que definem esses movimentos sociais o que, por si só, tem um caráter formativo fundamental para os docentes e futuros pedagogos envolvidos no projeto.

O esforço deste grupo resultou num projeto político e pedagógico que tem três eixos norteadores da relação ensino-aprendizagem. O primeiro trata de compreender como se construiu historicamente a relação rural-urbano na nossa sociedade, de modo que os trabalhadores do campo não têm acesso aos direitos fundamentais, especialmente a educação. O segundo trata da relação que se estabelece entre teoria - prática, ou seja, trata de incorporar a pesquisa como estratégia de ensino-aprendizagem, forma de conhecer e transformar a realidade, desde a primeira etapa do curso ao discutir epistemologia da ciência até a última que se encerra com a elaboração e defesa de uma monografia. O terceiro eixo diz respeito a pensar a educação para além da escola. Não se trata de negar o papel da escola como lugar privilegiado da educação, mas de sensibilizar o educador para reconhecer o caráter sócio-educativo das relações sociais, em geral, especialmente, daquelas que resultam na participação dos sujeitos nos movimentos sociais organizados, das ações micro-políticas que se desenrolam no cotidiano dos acampamentos e assentamentos rurais.

A reforma agrária, entendida não só como luta social pelo acesso à terra, mas também como luta pela preservação de direitos sociais, não se faz sem um processo de formação dos sujeitos mas ela é também, em si, um processo de formação. Do ponto de vista do acesso à educação formal, Programas como o

Proneira ainda são objeto de muita polêmica, principalmente pelo caráter focal do atendimento das demandas, mas são igualmente necessários neste momento histórico em que, por um lado, a complexidade da vida no campo exige a escolarização formal, mas as condições de acesso à escola ainda estão muito distantes dos trabalhadores rurais.

Referências

ARROYO, M.; FERNANDES, B.M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo. Vol. 2).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Incra. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS**. Brasília: MMA, 2000.

_____. Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Educação e Pesquisa/ Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária - Pnera**. Brasília, 2005.

DALLARI, D. de A. Improbidade acadêmica. São Paulo, **Gazeta Mercantil**, 09/12/2005. Caderno Legislação.

MANFREDI, S.M. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.19, n.64, p.13-49, set., 1998.

PERILLO, S.R.; PERDIGÃO, M. de L. Percursos migratórios no estado de São Paulo: uma análise do período 1995-2000. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n.19 (3), p.97-109, 2005.

SCOPINHO, R. et al. O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiarajú: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais na região de Ribeirão Preto. **Revista da ABRA**, Campinas, v.34, n.1, p.149-176, jan./ jul., 2007.

_____. **Relações de Trabalho, Condições de Vida e Subjetividade**: entre

o trabalho dividido e o trabalho em cooperação. São Carlos, UFSCar, 2005. (Projeto de Pesquisa em andamento no Programa Jovem Pesquisador da FAPESP, vigência 2005-2009).

SPINK, P.K. O resgate da parte. **Revista de Administração**, São Paulo, n.26(2), p.22-31, 1991.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Editora Letras à Margem, 2002.

O SIGNIFICADO DA TERRA: O CASO DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DE ANDRADINA-SP

Antonio Lázaro Sant'Ana¹

Maria Aparecida Anselmo Tarsitano²

Flaviana Cavalcanti da Silva³

Valéria da Silva Modenese⁴

Resumo: Este artigo analisa como os produtores assentados interpretam o significado da terra para as suas vidas. Busca-se de forma preliminar, verificar a possível relação desta visão com suas ocupações anteriores e com as estratégias de produção e comercialização desenvolvidas nos lotes. Este trabalho é originado de uma pesquisa mais ampla, que estudou as estratégias de produção e comercialização das famílias de oito assentamentos da região de Andradina, por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas. A análise da visão dos produtores(as) em relação à terra foi baseada nas respostas 50 entrevistados(as) que trataram diretamente esta questão. A principal atividade produtiva dos assentamentos é a pecuária de leite, mas as famílias utilizam outras estratégias importantes, como a comercialização direta ao varejo e/ou ao consumidor e a produção para autoconsumo. A grande maioria das respostas dos assentados sobre o significado da terra mostra que esta teve um papel fundamental em suas vidas. O aspecto mais mencionado foi que a conquista da terra permitiu-lhes deixar a difícil vida de empregado e em seguida de que a terra significou uma melhoria da qualidade de vida, associando-a "ao sossego"; "a um lugar melhor para criar os filhos", "a continuidade do trabalho como agricultor", "liberdade de vida e trabalho", "estabilidade", além da garantia da subsistência da família e à "fatura". Aspectos

¹Prof. Dr., Unesp Ilha Solteira, e-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br.

²Profa. Dra., Unesp Ilha Solteira, e-mail: maat@agr.feis.unesp.br.

³Aluna do curso de Agronomia da Unesp de Ilha Solteira (Bolsista IC Fapesp)
e-mail: flaviana_cavalcanti@yahoo.com.

⁴Aluna do curso de Agronomia da Unesp de Ilha Solteira, e-mail: lelamodenese@hotmail.com.

mais subjetivos e emocionais também aparecem nas respostas dos produtores, associando a terra às lembranças da infância e a valores como o amor, a felicidade, a esperança, a paz espiritual, às vezes expressos por meio de imagens poéticas e/ou de caráter religioso. A análise dos tipos de respostas (mais objetivas e racionais ou subjetivas e emocionais) sobre o significado da terra indicou que estas parecem sofrer influência das ocupações anteriores.

Palavras-Chave: Significado da Terra; Assentados; Região de Andradina-SP.

Abstract: *This paper analyzes what the land means to the settled farm-producers as well as their interpretation in light of its value. In a preliminary approach, this study seeks to identify the probable relation of this statement with their previous occupations and the production and commercialization strategies developed on the plots of land. This work is originated from a wider research that investigated the production and commercialization methods used by eight settled families in the region of Andradina, upon the application of questionnaires and the accomplishment through interviews. The analysis of the producers' conception in relation to the land was based on the answers from 50 interviewed people who had straightforwardly dealt with this subject. The main productive activity of the settlements is the dairy cattle breeding, but the families apply additional important strategies as selling their products directly to retail and/or direct-to-consumer, and also using the production for their own consumption. As per their answers to the questions about the meaning of the land, the settled people showed that the land had a fundamental role into their lives. The aspect most mentioned was the conquest of the land which allowed them to leave that hard life when they worked as employee, followed by the answer that the land hugely improved the quality of their lives, linking such assertion with: "tranquility"; "a better place to grow their children up"; "to keep working as agriculturist"; "independence of their lives and autonomy in their day to day work"; "stability"; moreover the guarantee of the family subsistence and "abundance". More subjective and emotional aspects are also identified in their responses, when they associate the land to the childhood memories and values as love, happiness, hope, peace of mind, expressed sometimes through poetical descriptions and/or religious character. The study of the kind of answers (more objective and rational or subjective and emotional) on the subject indicated that the interviewees' previous occupations influenced the responses.*

Keywords: *Meaning of the Land; Rural Settled Families; Andradina Region.*

Introdução

A modernização técnico-produtiva do campo brasileiro, intensificada a partir do final dos anos sessenta, como já foi destacado em vários trabalhos (GRAZIANO DA SILVA, 1982; MARTINE, 1989; PALMEIRA, 1989), teve um caráter desigual e excludente, pois beneficiou mais determinadas regiões (Sudeste-Sul) do que outras, alguns tipos de produtores (grandes proprietários) e culturas (de exportação e insumos agroindustriais) e não alterou a estrutura fundiária que historicamente sempre foi muito concentrada. No período recente, embora os índices técnicos da produção tenham evoluído⁵, não houve modificações significativas na estrutura fundiária, mesmo com o aumento do número de assentamentos a partir de meados da década de 90 (LEITE et al., 2004).

Os produtores familiares e trabalhadores sem terras, no entanto, também desenvolveram estratégias que buscaram enfrentar estas restrições e realizar o sonho de acesso a terra, seja por meio dos movimentos sociais engajados na luta pela reforma agrária, seja utilizando estratégias familiares ou ligadas a grupos de parentesco e afinidade, visando a manutenção ou ampliação de suas áreas de trabalho.

Wanderley (1995) divide os produtores rurais em três grupos: o primeiro consiste nos produtores que usam a terra como meio de produção (a relação predominante entre os empresários capitalistas); o segundo grupo compreende aqueles produtores que tratam a terra como patrimônio da família, o objetivo, neste caso, é garantir a reprodução social da família; o terceiro grupo mantém a terra como subsistência da família, ou seja, serve como base para encaminhamento dos filhos para outras atividades (a utilização da terra está centrada nas necessidades imediatas). Esta classificação, embora permita identificar a predominância de determinadas estratégias, não deve ser interpretada de forma rígida, pois muitas vezes estes objetivos se entrecruzam e as estratégias são dinâmicas, são (re) configuradas em função de um campo de forças em que estão envolvidos aspectos internos à família e à propriedade

⁵Especialistas consideram que o Brasil apresenta vantagens competitivas, em função da maior produtividade e/ou menores custos de produção, em relação aos países chamados de desenvolvidos, no caso de alguns produtos como a soja, carne de frango, açúcar e suco de laranja.

e fatores ligados ao contexto socioeconômico mais geral.

No caso da quase totalidade dos produtores familiares, a luta pelo o acesso à terra e a manutenção desta é o eixo central das suas estratégias:

[...] os menos dotados de terra e capital também desenvolvem estratégias produtivas que valorizam sua condição de agricultor, cuja identidade profissional pretendem manter. Seus projetos de vida [...] parecem centrados na atividade agrícola e na manutenção do patrimônio familiar [...] (WANDERLEY, 1995, p. 56)

No caso das famílias assentadas, muitas vezes estas passaram por verdadeiras peregrinações de moradia e de trabalho (agrícola e não-agrícola) cada vez mais precários e que culminaram no engajamento à luta pela terra. Este artigo analisa como os produtores assentados da região de Andradina interpretam o significado da conquista da terra para as suas vidas e a possível relação desta visão com as ocupações anteriores que exerciam e com as estratégias de produção e comercialização que estão desenvolvendo nos lotes.

Metodologia

Este trabalho é originado de duas pesquisas, que estudaram as estratégias de produção e comercialização das famílias de oito assentamentos da região de Andradina por meio da aplicação de 169 questionários e realização de 80 entrevistas⁶.

A definição das famílias pesquisadas na primeira fase (aplicação de questionários) baseou-se nos seguintes critérios: a família deveria estar desenvolvendo alguma atividade produtiva; residir há pelo menos três anos na área e não ter irregularidade grave junto ao Incra (abandono do lote ou arrendamento para pessoas externas ao assentamento). Pesquisou-se entre 20 e 30% do total de famílias de cada assentamento, em função da avaliação de que esse percentual seria suficiente para expressar a diversidade existente.

Após tabulação e análise dos dados dos questionários foram escolhidas diferentes experiências em termos de atividades produtivas, formas de

⁶Quatro assentamentos (Esmeralda, Orlando Molina, São José II e Timboré) foram investigados em pesquisa que contou com apoio da FAPESP; e os outros quatro (Anhumas, Aroeira, Belo Monte e Rio Paraná) em pesquisa apoiada pelo CNPq.

comercialização e de geração de renda, e entrevistadas (depoimento gravado) 80 famílias dentre os produtores que responderam ao questionário (47,3% do total). O objetivo das entrevistas foi aprofundar a compreensão das estratégias adotadas pelas famílias, no que diz respeito aos sistemas de produção e de comercialização, além de verificar a percepção dos produtores a respeito da terra.

A análise da visão dos produtores em relação à terra, foi baseada nos depoimentos de 50 produtores(as)⁷ que trataram diretamente desta questão na entrevista. As informações sobre as ocupações anteriores se basearam em dados do questionário e as estratégias em uma combinação de dados dos questionários e das entrevistas.

Características Gerais das Famílias e dos Lotes

Na região de Andradina (SP), quase todos os assentamentos foram criados após anos de luta das famílias em acampamentos. Este longo período sob as barracas consumiu os poucos recursos de que dispunham e a grande maioria entrou no assentamento sem nenhum recurso ou bens que pudessem ser vendidos e aplicados no lote. Vários assentados destacam que só dispunham da vontade de trabalhar na terra:

Quando a gente veio pra cá, a gente não tinha nada, a gente trabalhava de empregado, era mensal, a gente teve que entrar com a cara e a coragem, né, a gente não tinha bem... veio pra cá tinha três filhos, as crianças pequenas e gente começou sem nada, só com a coragem mesmo (...) O que nós tinha, tinha uma geladeira e uma TV, era o bem que nós tinha aí, o que nós fez, a gente vendeu a geladeira e compramos uma égua e assim foi indo... (EF, Rio Paraná).

Alguns produtores não tinham recursos e nem bens, mas às vezes um dos membros da família estava empregado, o que contribuiu para garantir a manutenção inicial e a realização de pequenos serviços. Produtores que possuíam bens reconhecem que estes foram importantes para iniciar o trabalho no lote e que levaram a uma diferenciação significativa na evolução das famílias:

⁷Dentre as 50 entrevistas, sete foram realizadas só com a mulher, três com o casal e as demais (40) foram realizadas com o homem.

Eu tinha um pouquinho de recurso, que eu tinha feito uma reserva, né, eu fiz uma reservinha para poder iniciar quando entrei aqui dentro, começar a preparar a terra, começar a plantar alguma coisa (...) comecei com umas cabeças de criação, já tinha animal, já tinha comprado vaca pra poder tirar leite...

(...) quando você tem o início se torna mais fácil para você gerenciar e tocar os seus projetos... A partir do momento que você não tem nada, como você gera alguma coisa? Você fica parado no tempo, não vai, quando você tem alguma coisa para começar, você sai bem na frente dos demais que ainda vão aguardar recursos do governo federal... (JETS, Assentamento Orlando Molina)

A pesquisa em 169 lotes dos oito assentamentos permitiu levantar as características das famílias assentadas e da produção do lote.

A faixa etária predominante dos responsáveis pelo lote⁸ pesquisados é de 40 a 60 anos, encontrando-se neste intervalo 57,5% dos homens e 66% das mulheres. Não há diferenças acentuadas em relação ao grau de escolaridade do casal responsável pelo lote, mas as mulheres estudaram um pouco mais do que os homens. É maior o percentual de mulheres que estudaram além da 4ª série do ensino fundamental (37,4%); enquanto dentre os homens somente 27,5% fizeram o mesmo; mas o percentual de mulheres analfabetas é um pouco maior do que o de homens (10,2% e 8,1% respectivamente). A análise do grau de escolaridade dos filhos(as) maiores de 14 anos (incluindo os casados) que moram no lote, indica modificações importantes de uma geração à outra. Do total de 153 pessoas nesta condição⁹ nos oito assentamentos, 70% estão cursando ou concluíram o ensino médio.

Em todos os assentamentos, a grande maioria dos produtores teve algum tipo de experiência de trabalho agrícola antes de entrarem na terra. A análise do tipo de experiência agrícola dos titulares de lote pesquisados permite afirmar que os assentamentos, além dos aspectos produtivos, têm cumprido uma

⁸No total são 160 homens e 166 mulheres. A diferença deve-se ao fato de que em alguns casos não há um cônjuge.

⁹No total são 155 filhos que moram no lote, mas em dois casos não há informação sobre a escolaridade.

importante função de inclusão social, pois as ocupações agrícolas anteriores com maior frequência são de trabalhador rural diarista (29,0%) e de empregado rural mensalista (21,9%), a primeira extremamente precária e a última também sujeita à baixa remuneração. Além disso, dentre os 30,8% que exerceram algum tipo de trabalho não-agrícola, a grande maioria era atividade de baixa remuneração e/ou precária, o que reforça essa constatação (SANT´ANA et al., 2007). Já outras ocupações, que em princípio dariam maior autonomia e possibilidade de capacitação gerencial, foram mencionadas com menor frequência, como arrendatário (10,7%); parceiro (9,5%), administrador de fazenda 6,5% e proprietário rural (3,0%).

Em termos de características da produção constatou-se que a pecuária leiteira é a principal atividade presente em todos os assentamentos da região. Dentre os produtores pesquisados, apenas três não possuem bovinos e outros três não criam gado leiteiro.

Todos os assentamentos da região de Andradina, criados até 2002, tiveram um ciclo de plantio de culturas anuais, especialmente o milho, algodão e feijão, semeadas com o intuito de comercializar a maior parte da produção. A área ocupada por essas culturas era muito expressiva, mas regrediu na segunda metade da década de 90, devido às perdas de produção (motivadas por mudanças climáticas, novas pragas e doenças) e à queda de rentabilidade (SANT´ANA et al., 2007).

A exigência de resfriamento do leite logo após a ordenha em princípio foi apontada como um fator de exclusão do pequeno produtor, mas nos assentamentos rurais da região levou a criação de vários grupos informais e depois associações ou cooperativas em torno de tanques de expansão que mantém resfriado o leite até a coleta por parte do caminhão (também refrigerado). Embora tenha sua origem em uma estratégia da agroindústria que exigia o resfriamento do leite e em contrapartida oferecia financiamento para aquisição dos tanques; os assentados ao atuarem de forma organizada conseguiram se beneficiar dos prêmios dados pelo volume de produção¹⁰.

Dentre as famílias pesquisadas o tamanho do plantel de bovinos variou significativamente, porém um percentual maior de produtores declarou possuir entre 21 e 40 cabeças de animais (44,4%). A média de produção diária de leite também variou bastante dentre as famílias pesquisadas: a faixa de 21 a 40

¹⁰Pois cada cooperativa ou associação é considerada como um único fornecedor. O início desse processo no Assentamento Timboré pode ser visto em Simões (2001) e Sant´Ana et al. (2003).

litros diários é a que abriga o maior percentual (29,2%) de produtores e se somados aos que produzem de 41 a 60 litros são 54,4% do total.

A maior parte dos produtores (44,4%) apresenta produtividade diária média de leite por vaca ordenhada de 4,1 a 6,0 litros (semelhante à média do Estado de São Paulo) e somente 13,8% tem obtido produtividade média por vaca acima 8,0 litros/dia. Por outro lado, um percentual significativo dos produtores (23,2%) apresenta produtividade muito baixa, de até 4,0 litros/dia por vaca.

Em termos de culturas anuais a mais expressiva é o milho, semeado por 102 produtores, em uma área de 310ha; isto ocorre porque esta cultura, devido a sua grande versatilidade, integrou-se ao sistema de produção da pecuária de leite. Em seguida aparece o algodão cultivado por 25 produtores em 120,6ha (safra 2005/06). A mandioca (79,2ha; 81 produtores) presente em todos os assentamentos é cultivada basicamente para autoconsumo, mas em alguns assentamentos também é destinada à comercialização.

O feijão foi semeado por 38 produtores em 63,1ha. Além da variedade tradicional para mesa, o "carioquinha", é cultivado em pequenas áreas o feijão adzuki (utilizado na culinária japonesa) e que é vendido basicamente na Ceagesp, em São Paulo, e o feijão *catador* que é comercializado na forma de vagens verdes, a maior parte diretamente ao consumidor, em feiras e em ranchos de veraneio às margens do Rio Paraná. Outras culturas, como o eucalipto, o quiabo, a manga e o abacaxi, também são plantadas, mas ocupam áreas menores.

A área de 1.293ha de capim *brachiaria* mostra a magnitude que a pecuária (de leite) ganhou nos assentamentos da região. Quando esta área é somada a outras pastagens e forrageiras atinge 1.634hectares. A cana forrageira está presente em 97 lotes e ocupa 104ha, sendo importante para alimentação do gado no período seco.

Multiplicidade de Estratégias das Famílias Assentadas

As famílias pesquisadas desenvolvem várias estratégias para se manter na terra e buscar o seu desenvolvimento socioeconômico. Na pesquisa realizada analisaram-se as estratégias ligadas aos sistemas de produção (produção, produtividade e grau de diversificação) e às formas de comercialização. Considerou-se um lote diversificado aquele que produz três ou mais produtos cujo destino predominante é a comercialização.

Em termos de estratégias de produção, um grupo de produtores têm orientado suas ações, visando o aumento da produção e produtividade da principal atividade desenvolvida nos assentamentos, a pecuária leiteira. São produtores

que têm buscado formar novas gramíneas em piquetes com rotação intensiva e adubação; suplementação com silagem de milho e/ou cana no período seco; utilização de ração concentrada em cocho individual de acordo com a produção de cada vaca, durante todo o período de lactação; uso de reprodutor especializado em leite (ou inseminação artificial) para formação de novas matrizes no próprio lote; e escrituração das atividades (como o controle leiteiro e reprodutivo). São assentados com produção (tanto nas águas, como na seca) e produtividade acima da média do conjunto de produtores pesquisados.

Um segundo grupo de assentados, mesmo apresentando níveis de produtividade da pecuária leiteira abaixo da média, tem conseguido gerar renda, orientando suas ações para uma combinação de estratégias que inclui a diversificação da produção destinada à comercialização e a utilização (regular ou eventual) de canais diferenciados de comercialização, como a venda direta ao consumidor e/ou ao comércio varejista.

Além de situações intermediárias, há um pequeno grupo de produtores que apresenta baixa produtividade da pecuária leiteira, não apresenta diversificação da produção agropecuária comercializada e nem utiliza canais diferenciados de comercialização. Neste caso as rendas não-agrícolas, combinadas com a produção para a subsistência são as principais estratégias empregadas pelas famílias.

Significado da Terra para os Assentados

A quase totalidade das respostas dos assentados sobre o significado da conquista da terra mostra que esta teve um papel fundamental em suas vidas. O aspecto que apareceu com maior frequência (citado por 18 entrevistados dentre o total de 50)¹¹ nos depoimentos expressa a satisfação de ter deixado a difícil vida de empregado:

Muito bom, nós morava, trabalhava tudo pros outros de empregado de bóia-fria, é vida pra doído, muitas vezes saía às cinco horas da manhã, chegava às nove horas da noite, chegava em casa não dava nem tempo pra descansar, Deus me livre, aqui você está sossegado, você trabalha o dia que quer, dorme a hora que quer, pra comer dá, só não come se for vagabundo.. (JBC, Assentamento Rio Paraná).

¹¹Trata-se um número significativo, pois a questão foi formulada de maneira aberta.

Não só aqueles que sempre foram assalariados, mas também outros produtores que em algum momento de sua trajetória tinham trabalhado de forma autônoma, como pequeno produtor ou arrendatário, mencionam que a adaptação à vida de empregado, de ser mandado, nunca foi completa. Para explicar isso, um dos entrevistados utiliza a metáfora do ferrão, um instrumento para fustigar o gado e obrigá-lo a atender as ordens do vaqueiro:

Isso daqui pra mim caiu do céu, você veja bem, a pessoa que foi criada sendo ferrão, nunca aceita ser boi, você entendeu o que eu quis dizer? Então eu fui criado na propriedade da gente, toda a vida a gente ter as coisas, eu sai lá do estado da Bahia, vir aqui trabalhar para os outros, isso é a maior doença que podia existir, maior tristeza, eu cheguei enfrentar retiro, retirar sozinho duzentos e cinqüenta litros [de leite]... (...) E hoje graças a Deus eu voltei a ser ferrão não sou mais boi! (PSN, Assentamento São José II).

Quando se verifica a ocupação anterior daqueles que mencionaram que a terra lhes permitiu deixar a vida de empregado, constata-se, como seria esperado, que a maioria era assalariado rural (mensalista ou diarista), mas também outras categorias mencionam este fato, mostrando que a subordinação inclui ocupações não-agrícolas, parceiros e membros não-remunerados da família.

A menção de que a conquista da terra significou "uma vida melhor" (citada por 11 entrevistados) refere-se à melhoria das condições materiais de vida, mas especialmente às mudanças no modo de vida, tanto relacionada à autonomia, de ter deixado a vida de empregado, como de ter conseguido vislumbrar um projeto de futuro ligado a terra:

Significou tudo para mim, foi à coisa mais importante que aconteceu em toda minha vida, eu era bóia fria, essa terra me dá esperança, esperança é coisa que o dinheiro não compra, esperança de uma vida que amanhã eu vou viver melhor, então sempre vai ser uma esperança, uma expectativa, e aconteça o que acontecer, daqui a 100 anos ela [a terra] vai estar aí... (AC, Assentamento Timboré).

A terra enquanto esperança de um futuro melhor, foi um ideal acalentado por muitas famílias e o terceiro aspecto mais citado pelos produtores é justamente essa dimensão de sonho realizado, envolvendo valores como

liberdade, autonomia, felicidade e amor:

Tudo que o homem sonha em ter, eu falo isso me emociono, porque eu trabalhei a vida inteira de empregado e se fosse comprar, eu não conseguiria comprar, eu hoje eu falo para você, ele me deu um cheque, eu olho para cima, será que eu sou o meu patrão? Eu sou meu patrão mesmo! Isso aqui é um sonho, não só de um homem, não, mas meu, da minha mulher e duas filhas, um sonho que vai se realizar, é só nós pagar as contas, eu acho que se existir um cara feliz da vida eu sou... (JBRL, Assentamento Orlando Molina).

A terra sempre foi o meu sonho, continua sendo, mais eu não sei como dizer... eu amo a terra, eu gosto demais, eu gostaria de ter recurso suficiente de fazer desse lote um jardim né (...) eu sou de uma família, que por exemplo meus avós, eu tenho propriedade da família da minha mãe, tá com mais de 100 anos, que vem passando de pai pra neto, eu sou praticamente contrário de vender terra, não sei quem inventou isso, proprietário, só a posse para quem ama a terra, eu tô tentando pelo menos educar esse filho mais novo para que dê continuidade... (JMC, Assentamento Timboré).

Ainda em relação à definição do que poderia ser uma melhor qualidade de vida para os assentados são mencionados alguns aspectos específicos, como o sossego da vida no campo, significando estabilidade, um lugar para viver, após uma longa peregrinação em diversos trabalhos instáveis na cidade:

Pra mim foi bom demais, porque na época não tinha nada, como até hoje não tenho, mais tenho um lugar pra viverEu fugi não tinha nada mesmo era só eu e a mulher, ia pra cidade atrás de serviço, chegava lá arrumava uma casinha, comprava um fogão, cama, essas coisas, chegava um ano acabava o serviço, ai não tinha nem como levar as coisas, já perdia tudo lá...e ia pra outro canto, chegava lá tinha que fazer tudo de novo, ai foi ficando umas três, quatro mudanças pra trás, não conseguia fazer nada, só pra trás, vai pra lá, volta pra trás, um violão na cabeça uma panela dentro do saco, parecia um

filme...depois que vim pra cá pronto, sossegou ai, só aqui acabou, sossegou o ser humano. (VLS, Assentamento Timboré).

O sossego também aparece como o fim da preocupação com a criação dos filhos, tanto do ponto de vista das condições materiais, como no sentido de maior segurança e tranqüilidade, em oposição à violência das cidades grandes, como ilustram os depoimentos a seguir:

Essa terra pra mim é tudo, eu vou falar a verdade, era o meu sonho pegar uma terra dessa, inclusive, eu vou falar, um presente que eu ganhei, porque aqui eu tenho tudo, na cidade ficar trabalhando de empregado, sumindo pro mundo, tá doído, aqui eu vou falar, é pra criar os meus filhos, se fosse na cidade, na cidade é duro monte de filho que outra coisa eu tinha quando nós viemos pra cá, todos eram pequenos e hoje o caçula tem 23 anos, mais aqui pra mim significa tudo essa terrinha, nunca eu ponho na idéia sair daqui, aqui é pra sempre com fé em Deus, eu falo sempre pra ela, quando eu partir, não venda isso daí, isso daí é tudo pra eles, é tudo pra gente. (CPC, Assentamento Rio Paraná).

Pão e mel, leite e mel, a vida, isso daí é importante, eu sai de um lugar onde já estava havendo bastante briga de favela, gangues, estava difícil para criar os filhos, e aqui é paz, você vê que aqui não tem muro, não tem cerca, você entra e sai, você dorme com a casa aberta, é uma paz total, é uma conquista espiritual também, você vive, lá você tendo dinheiro, você vegeta, aqui sem dinheiro você vive! (MRS, Assentamento Timboré).

Neste último depoimento, chama a atenção além do conteúdo poético, a relação entre a vinda para o assentamento e a conquista da terra prometida, numa clara alusão bíblica, a terra de Canaã onde jorra o leite e o mel (ÊXODO 3:8)¹².

¹²Agradeço à profa. Dulce C. A. Whitaker pela sugestão de incluir esta menção bíblica, que havia sido percebida, mas não destacada no texto apresentado no III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais.

Quando analisados o conjunto destes depoimentos, observa-se que todos enfatizam a importância da terra em seus projetos de vida, mas há diferenças na forma como se articulam e se entrecruzam os aspectos mais objetivos e racionais das vantagens que a conquista da terra lhes trouxe; e os aspectos mais subjetivos e emocionais para descrever as mudanças ocorridas. No primeiro caso (56% do total dos depoimentos) a realização do sonho e/ou a melhor qualidade de vida é predominantemente descrita em termos de evolução econômica, de ter garantido a subsistência de toda família (o que na cidade não seria possível no caso de filhos numerosos), de ter fartura na mesa, de trabalhar menos ou de ter controle de seu processo de trabalho, estar menos sujeito à violência urbana. No segundo caso (44% do total) a terra significou realizar o desejo de retorno às lembranças agradáveis da infância, a satisfação de continuar/retomar a vida de agricultor e aos valores associados a este trabalho, como o amor a terra, a felicidade, a esperança, a paz espiritual, expressos por meio de imagens poéticas e/ou de caráter religioso.

A comparação entre o tipo de ocupação anterior e a percepção em relação ao significado da terra mostrou que dentre ex-arrendatários, ex-parceiros e ex-membros não remunerados da família (filhos de produtores), os depoimentos baseados em aspectos objetivos de melhoria da qualidade de vida foram predominantes (75% do total destas categorias). Dentre os ex-trabalhadores rurais (mensalistas e diaristas) e dentre aqueles que trabalhavam em atividades não-agrícolas há uma ligeira vantagem dos depoimentos em que prevalecem elementos subjetivos e emocionais (53% do total destas categorias).

Já quando se comparam as estratégias produtivas e de comercialização dos assentados e o tipo de percepção em relação ao significado da terra, não foi possível estabelecer claramente um padrão diferenciado entre os produtores que têm buscado aumentar a produção e a produtividade (especialmente da pecuária leiteira) e aqueles que têm priorizado a diversificação da produção e a inserção em canais diferenciados de comercialização. Entretanto, o subgrupo de produtores que diversifica a renda e utiliza, de forma regular, canais diferenciados de comercialização (venda direta ao consumidor, por exemplo) foi o único em que predominou uma interpretação mais subjetiva e emocional do significado da terra (64,3%), enquanto o percentual foi aproximadamente o inverso (com predomínio de respostas mais objetivas e racionais) dentre os demais produtores que diversificam, mas utilizam canais diferenciados eventualmente ou não os utiliza, e dentre aqueles que estão investindo no aumento da produção e produtividade. Este fato ocorre possivelmente porque predomina dentre os integrantes deste grupo, ligado à comercialização

diferenciada, ex-assalariados rurais ou urbanos que viviam em condições muito precárias e para os quais a conquista da terra era um sonho quase impossível e, ao mesmo tempo, a melhoria econômica é tão óbvia que nem consideram necessárias destacá-las.

Em princípio esperava-se que as estratégias de diversificação da produção e comercialização pudessem estar mais associadas ao desejo de maior autonomia, enquanto aqueles que priorizavam a eficiência produtiva poderiam estar dispostos a sacrificar em parte esta liberdade em função de uma renda mais estável. É provável que isto não se verifique, pois o controle dos processos produtivos por parte das agroindústrias da cadeia dos lácteos ainda não é muito intenso¹³ e os produtores que optam por investir na pecuária leiteira, embora reconheçam que o preço é ditado pelas grandes agroindústrias, não vêem esta atividade como uma ameaça à sua autonomia (que evidentemente é sempre relativa). Alguns produtores também combinam estratégias: diversificam e, ao mesmo tempo, também estão investindo na melhoria da alimentação e do padrão genético do rebanho.

Considerações Finais

A grande maioria das respostas dos assentados sobre o significado da terra mostra que esta teve um papel fundamental em suas vidas. Pode-se verificar esse fato ao observar as afirmações de que a terra significou "tudo", "um sonho realizado", "uma vitória", "caiu do céu", ou quando se mostraram visivelmente emocionados (alguns choraram ao responder) ou ainda ao fazerem associações poéticas admiráveis.

Em termos objetivos o aspecto mais mencionado pelos entrevistados foi que a conquista da terra permitiu-lhes deixar a difícil vida de empregado, de trabalhar comandado pelo patrão. Em seguida aparecem as respostas de que a terra significou uma melhoria de vida, sendo que vários produtores mencionaram aspectos específicos do que poderia ser essa melhor qualidade de vida: "o sossego"; "um lugar melhor para criar os filhos", "a continuidade do trabalho como agricultor", "liberdade de vida e trabalho", "estabilidade", além de questões como a possibilidade garantir subsistência da família e ter "fartura". As respostas sobre o significado da terra mostram que estas são influenciadas

¹³Deverá aumentar quando as exigências da Instrução Normativa 51/2002, que estabelece padrões de qualidade para o leite, estiver plenamente em vigor.

pelas ocupações anteriores exercidas pelos assentados, mas em relação às estratégias produtivas e de comercialização utilizadas pelos assentados não foi possível diferenciar um determinado tipo de resposta em função destas estratégias.

Quando analisados o conjunto destes depoimentos, constata-se que se articulam e se entrecruzam os aspectos mais objetivos das vantagens que a conquista da terra lhes trouxe e aspectos mais subjetivos e emocionais, como o prazer, a felicidade e a paz espiritual de estar junto à terra que amam e a esperança que a terra lhes proporcionou.

Cabe destacar que mesmo os produtores que apresentam críticas aos preços agrícolas, à assistência técnica, ao crédito rural ou a qualquer outro aspecto de sua atividade, todos, sem exceção, revelam uma avaliação positiva em relação ao significado que a conquista da terra teve para suas vidas.

Referências

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

LEITE, S. et al. **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 392p.

MARTINE, G. **Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira**. Brasília: IPLAN, jul/1989. 72p.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.3, n.7, p.87-108, 1989.

SANT'ANA A.L., SIMÕES, A.C., TARSITANO, M.A.A.; COSTA, S.M.A.L. Estratégias de comercialização e geração de renda em dois Assentamentos da região de Andradina. In: BERGAMASCO, S.M.P.P;

AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas: Feagri/Unicamp; Araraquara: Uniara; São Paulo: Incra, 2003, p.241-273.

SANT'ANA, A.L. et al. Estratégias de Produção e Comercialização dos Assentados da Região de Andradina, Estado de São Paulo. **Informações**

Econômicas, São Paulo, v.37, n.5, p.29-41, maio 2007.

SIMÕES, A.C. **Assentamentos Rurais e Estratégias de Comercialização**: o Projeto Timboré (SP). Ilha Solteira. 2001, 80f. Monografia (Graduação em Agronomia). Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, 2001.

WANDERLEY, M.N.B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n.2/3, p.37-57, 1995.

OS CAMINHOS DA LUTA PELA TERRA: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO "PDS COMUNIDADE AGRÁRIA 21 DE DEZEMBRO"

*Ana Carolina Hepe Teixeira¹
Vera Lúcia S. Botta Ferrante²*

As destruições provocadas pelos métodos violentos, em vários momentos da vida destes caminhantes em busca da terra, fazem parte de suas vidas reais, de seus corpos marcados pela história desta espoliação. No entanto, não se trata de seres abstratos, sem história, capazes de engolirem projetos alheios aos seus interesses e vontades. São portadores deste passado espoliado, e como tais, deveriam ser levados em conta nos fabulosos planos de Reforma Agrária, elaborados em Brasília, muito longe deles. (SILVA, 2004, p.313-314)

Resumo: Este trabalho procura mostrar a trajetória de um grupo de pessoas e sua busca por melhores condições de vida, a partir do início da luta por um pedaço de terra. Pretende-se aqui relatar o processo de formação do assentamento PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro em Descalvado/SP, desde a constituição do primeiro grupo e suas viagens até a obtenção das terras e a consolidação destas famílias no campo. Assim, espera-se melhor compreender a formação deste assentamento através da descrição e análise do valor da luta pela terra vivenciado pelas famílias e como este processo influenciou ou não a fragmentação do coletivo desta Comunidade. Procurou-se dar ênfase à importância do resgate da memória destas famílias, quais as dificuldades encontradas por elas desde a primeira ocupação até a apropriação de um lote de terras, os diversos contatos com órgãos

¹Graduanda em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora bolsista I.C- Funadesp do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). Uniara (Centro Universitário de Araraquara).

²Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara e do Nupedor.

políticos, religiosos, sindicais até os dias de hoje e no que isso beneficiou ou não as famílias. O trabalho é fundamentado em pesquisas que tratam das memórias da luta pela terra e migração dos trabalhadores, principalmente nesta região do interior paulista. A metodologia utilizada são registros feitos em diários de campo, fotografias, jornais e entrevistas com os assentados que participaram dos principais momentos desta jornada.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais; História / Memória; Luta pela Terra.

***Abstract:** This study tries to demonstrate the route of a group of people and their efforts towards a better quality of life, on the earliest beginnings of the fight for a plot of land. This paper aims to report the foundation process of PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro settlement in the Descalvado town, State of São Paulo, since the constitution of the first group and its journeys until the achievement of lands, and the consolidation of those families in the countryside. Thus, we look forward to better understanding this settlement foundation throughout the depiction and analysis of the fight for the land importance experienced by such families, and how that process whether influenced or not the collective allotment of this community. There was an attempt to emphasize the importance on the recovering of those families' memory, identifying the difficulties they faced since the first occupation until the appropriation of a plot of land, the several contacts established with politicians, religious, and syndical organisms up till now and in which areas those families had been or not benefited. The work is based on researches that deal with the memories of the fight for the land and workers' migration, mainly in this region of the interior of São Paulo. The methodological approach were obtained from daily fieldwork data, photographs, periodicals and interviews with settled people who had participated in the key moments of this essay.*

Keywords: Rural Settlements; History / Memory; Fight for the Land.

Um Breve Histórico

Em dezembro de 1999 teve início o acampamento "Dom Hélder Câmara" na fazenda Chimbó, localizada na rodovia Brigadeiro Faria Lima no município de Matão, interior do estado de São Paulo. Mil e duzentas famílias se juntaram ao MST e acamparam no local. Todas com a mesma esperança de conseguir um lote de terra.

Inicia-se para estas famílias uma trajetória que traria muitas experiências e lições de vida, corajosas e esperançosas de um futuro melhor, deixaram uma vida toda para trás nas respectivas cidades de origem, abandonaram tudo, para iniciar a luta por um pedaço de terra.

Após três meses neste acampamento, estas famílias foram notificadas que seriam despejadas. Apenas uma das várias ameaças que viriam pela frente. Logo após a notícia, várias famílias desistiram. Apenas 122 famílias das 1.200 permaneceram na luta, mudaram para a fazenda Santa Avóia no município de Barretos/SP. Em condições sub humanas, famílias que não podiam arcar com as despesas da mudança individual, tiveram que se submeter às condições que o caminhão coletivo gratuito podia lhes oferecer. Crianças, idosos, animais e pertences pessoais foram transportados em um caminhão de boi. Percorreram mais de 100 km, partiram para um local onde jamais haviam estado em direção a um futuro incerto.

Neste local, não havia água e as condições de sobrevivência eram muito precárias. Algumas famílias se juntaram em comissões e arrecadaram alimentos nas cidades vizinhas, a moradia era um barraco de lona preta à beira da estrada onde os moradores sofriam com os veículos imprudentes que ali transitavam.

O grupo era dividido em sub-grupos de base e "todos" deviam participar de alguma coordenação. Havia equipes de saúde (viabilizava condução para ir ao médico e remédios para os acampados), de educação (que resolvia as questões relacionadas à educação: ônibus escolar, matrícula, material escolar, etc.), almoxarifado (montava as comissões que iriam arrecadar alimentos e os distribuía para as famílias), com coordenadores e seus suplentes. A grande união do grupo era cativante, aquele ânimo do início movido por esperança de um futuro feliz, um espírito de luta que poderia superar qualquer tipo de dificuldade. Em meio a várias reintegrações de posses e muitas mudanças da estrada para a fazenda e vice-versa, as famílias permaneceram por 2 anos no local. O tempo passava e a dificuldade de permanência na luta aumentava.

Algumas famílias mudaram para outros acampamentos e foram assentadas muito antes do que aquelas que ali permaneceram³. Restaram naquela estrada, apenas 55 famílias que foram abandonadas pela coordenação e decidem se desvincular do MST.

Sem direção política, o grupo sofre uma nova ação de despejo da estrada e decidem se refugiar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barretos. Neste processo seus pertences foram retidos no almoxarifado Municipal, por isso precisaram

³Neste período, algumas famílias ocuparam uma fazenda próxima a Ribeirão Preto e foram assentadas.

fazer arrecadações de comidas, roupas, colchões, roupa de cama entre outras coisas de primeiras necessidades. Entretanto, após terem recusado uma proposta de ocupação em outra fazenda, estas famílias foram expulsas do Sindicato por outras 20 famílias organizadas pelo próprio presidente desta entidade

Mais uma vez sem destino, crianças, idosos, adultos, dormiram em uma Praça até que o Bispo da cidade oferecesse moradia em uma propriedade da igreja que se localizava a cerca de 50 km de Barretos, chamado Povoado Prata. Foram muito bem acolhidas nesse local, entretanto, não havia muitas condições de subsistência ali; os pais tinham dificuldade de sustentar seus filhos, não passaram fome, mas quase isso, a refeição principal era composta pelos alimentos arrecadados na cidade de Barretos e os peixes pescados do rio que havia próximo ao acampamento. Neste momento, algumas famílias já não agüentavam mais a pressão e as condições de vida que lhes eram possíveis, algumas voltaram para suas respectivas cidades. Já para as outras, voltar para casa seria muito difícil, pois já não restava mais nada, uma vez que se desfizeram de seus pertences para morar no acampamento. Para estas pessoas haviam apenas duas saídas: esperar para ver o que aconteceria ou, com muita força de vontade, mudar aquela situação.

Reuniram-se em assembléia, organizaram-se e decidiram, todos juntos, que teriam que mudar esta realidade. O coordenador, Piauí, buscou ajuda junto ao presidente da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais de Barretos), Élio Neves, que aceitou dar apoio político⁴ às 40 famílias que restaram.

Na direção da FERAESP, juntaram-se com um grupo também dissidente do MST que estava acampado na beira da estrada da Fazenda Experimental de Colina/SP, por mais de 6 anos. Neste momento formou-se um grupo maior. Organizados e com apoio se fortaleceram, fizeram trabalho de base, formaram um grupo de 150 famílias e ocuparam a fazenda. Logo em seguida, na reintegração de posse da fazenda houve conflito com a polícia, o qual terminou com 10 acampados feridos e três presos pela Polícia Militar. Logo após este conflito, o grupo mudou novamente para a estrada, mas após alguns meses receberam a notícia de um novo despejo. Sem muito sucesso em continuar no local, estas famílias se mudaram para um lote irregular em um assentamento no município de Ibitiúva (próximo a Pitangueiras, interior de São Paulo). Permaneceram no local por aproximadamente 2 anos e, depois migraram para o assentamento Monte Alegre na região de Matão. Alguns meses depois se mudaram para um acampamento muito antigo na região de Boa Esperança do Sul chamado Cachoeirinha e logo na próxima mudança várias famílias ficaram neste acampamento na expectativa de conseguirem seu lote mais rápido. Infelizmente estas famílias ainda não conseguiram o tão esperado lote de terra.

Esta trajetória de muitas andanças pode ser visualizada no mapa a seguir:

Figura 1. Mapa da trajetória das famílias de 1999 (ponto A) até 2009 (ponto I).



Fonte: Imagem do Google (2009), trabalhada pela autora.

As Terras: Entendendo um Pouco o Processo de Desapropriação

Segundo a entrevista com o coordenador do assentamento sobre o processo de desapropriação das terras em que estão assentadas as 18 famílias, as fazendas Santa Clara, Batalha e Santa Cecília (Descalvado) e a fazenda Santa Helena (São Carlos), foram confiscadas pela justiça por irregularidades jurídicas em 1981. Somente em 1993, foram transferidas para a União e em 2003 o INCRA⁴ entrou com um processo de ação pública em São Carlos para obter posse destas terras para fins de Reforma Agrária. Neste período o MST ocupou as fazendas em Descalvado, mas ficaram somente três dias e foram embora. Até 2005, o INCRA não possuía a certidão do uso da terra, as negociações com o SPU⁵, que tiveram início em julho de 2005, terminaram somente em novembro quando finalmente o INCRA teve posse desta certidão.

⁴Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁵Secretaria do Patrimônio da União.

Neste momento, após várias mudanças, tendo em vista que as fazendas de Descalvado já vinham sofrendo um processo de transferência da União para o INCRA, o pequeno grupo se dividiu em sub-grupos e um deles acampou no escritório do INCRA em Araraquara. Os outros acamparam em São Carlos na fazenda Santa Helena e em Descalvado, quando tiveram a informação que o MST iria ocupar estas fazendas, mesmo antes da aprovação do INCRA. Decidiram ocupar estas terras. E no dia 21 de dezembro de 2005, 66 famílias ocuparam a fazenda Santa Clara, tendo como principal objetivo em comum um lote de terra para o sustento de seus filhos e melhores condições de vida. Seria o início do Assentamento PDS Comunidade Agrária 21 de dezembro.

Viver em Comunidade: um Grande Desafio para Todos os Envolvidos

(...) o cotidiano dos assentamentos rurais, nos quais as pessoas "produzem a sua vida", a sua história e deixam fluir as tristezas, as alegrias, as manifestações festivas de dor; um movimento diário de vir a ser, tornar-se, fazer-se; deve ser entendido como um espaço-tempo de conflito - inerente às relações sociais -, pois há momentos de incertezas e de insegurança, isso ocorre desde a divisão dos lotes até o dia-a-dia de permanência na terra. (FARIAS, 2008, p.154)

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Comunidade Agrária 21 de dezembro está localizado no Município de Descalvado, interior do estado de São Paulo, com 18 famílias homologadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Este assentamento teve origem na ocupação das fazendas Batalha, Santa Clara e Santa Cecília, acontecida no dia 21 de dezembro de 2005, com aproximadamente 66 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Estas famílias são originárias de várias regiões do estado de São Paulo que sofreram várias migrações até chegarem neste local. Algumas das regiões de origem são: Campinas, Jaboticabal, Tabatinga, Araraquara, Monte Alto, Bebedouro, São Carlos e Descalvado. Todas estas famílias trazem na bagagem suas culturas, pensamentos diferentes, modos de vida diferentes, mas todas em busca de um mesmo objetivo: a de conquistarem um pedaço de terra.

Após longos processos judiciais, lutas e desafios, é conquistado, no dia 16 de outubro de 2006, o assentamento chamado por todos de Comunidade Agrária 21 de dezembro, nome inspirado na data da ocupação das terras tão almejadas.

Neste momento, após sete anos de sonhos e lutas, apenas seis famílias do grupo

original⁶ (das cidades do estado de São Paulo Araraquara, Jaboticabal, Tabatinga e Teresina/PI) faziam parte das 36 famílias que compunham este assentamento. As demais vieram de outros trabalhos de base feitos na região (Monte Alto, Bebedouro e Campinas), no decorrer desta longa caminhada.

Os homens e mulheres chegam aos assentamentos e trazem histórias de vida que se apresentam como forte definidor das estratégias familiares, (re) estruturando as alternativas para a permanência nesta terra que foi conquistada, na maioria das vezes, com muito sacrifício, sob a lona preta, com pouca comida, mas com esperança de alcançarem dias melhores. (FARIAS, 2008, p.152)

Apesar do INCRA considerar estas famílias assentadas, elas permaneceram por muito tempo morando em barraco de lona, retirando água de uma nascente próxima dali, e, sem energia, utilizavam velas e lâmpões para obterem luz, tomando banho de "canequinha". Como os lotes não estavam demarcados ainda pelo INCRA, a área foi dividida pelos próprios moradores do assentamento, a qual rendeu apenas um pouco mais de um hectare para cada família. Nestas condições, os assentados ainda se consideravam acampados, acreditavam que estas terras não seriam o suficiente para o auto sustento de suas famílias e, após possuírem o SIPRA⁷ (que significa serem aptos ao programa da Reforma Agrária), passaram por um processo de seleção feito pela própria Comunidade. Sem muitas perspectivas, várias famílias foram embora por conta própria, algumas para um horto em Bauru e outras desistiram da luta pelas condições de vida naquele local.

(...) o pessoal ainda tem a ilusão de pegar cinco alqueires, seis, sete e pensa individual e, acabou um pouco desistindo porque achou que a terra era pouca porque nunca teve um pedaço e nunca pensaram na área total das fazendas, quando viu aqui achou que era pouca e acabou desistindo. A conquista valeu a pena pelo ponto de vista da luta, mais do ponto de vista político do próprio povo, é (...) a gente acho que saiu perdendo. (Depoimento de Francisco das Chagas Costa, mais conhecido como Piauí⁸, maio de 2008).

⁶Grupo originário da 1ª ocupação na cidade de Matão.

⁷Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

⁸Coordenador da comunidade e participante deste processo de luta pela terra desde a primeira ocupação.

Atualmente com 18 famílias (seis do grupo original) regularizadas pelo INCRA, a Comunidade vem passando por um processo de mudança e de concretização de seus objetivos.

O projeto das casas e aquisição dos materiais de construção, a implantação da rede de energia elétrica, a perfuração do poço artesiano e a negociação de uma possível cooperativa são planos coletivos relativamente de todos em comum.

A reflexão acerca dos momentos de acampamento mostra maior unidade – espaço de iguais – sendo que o objetivo em comum era um lote de terra. Entretanto, quando esse objetivo é alcançado, cada família segue em busca de seu próprio sonho e as diferenciações afloram. Ou seja, as decisões coletivas, as cobranças junto aos órgãos gestores, os atos e reuniões políticas, já não fazem parte do cotidiano destas famílias, nem de suas necessidades. Silva (2004) aponta o motivo destas diferenças recorrentes entre ser acampado e ser assentado:

A sociabilidade da fase do acampamento, na maioria das vezes, não tem continuidade no assentamento. Valores relativos à solidariedade, ajuda mútua e mística são, *grosso modo* (grifo do autor), substituídos pelo individualismo, pela não cooperação. Esse fato ocorre em virtude da imposição da inserção dos assentados na economia mercantil, na qual a terra é vista enquanto meio de produção. (p.104-105)

Em uma entrevista com Davi (23), jovem assentado que esteve presente desde o início da busca pela terra, é possível notar a saudade das festas comemorativas no momento de acampamento e o quanto elas influenciavam para a união do grupo:

Há vários fatores que nos impede de sermos unidos, coisas culturais, não tem festa aqui, tem que ter festa. Em época de acampamento havia muitas festas, festa junina, dia das mães, hoje não tem mais nada, as pessoas se juntavam cada vez mais. E hoje não tem mais isso. Acaba que as pessoas se afastam (...) tem gente aqui que eu não vejo faz três meses, isso porque são 18 famílias imagine se fosse mais? As pessoas estão cada vez mais distantes. (Abril de 2008)

Os assentados necessitam adaptar-se também às múltiplas idéias existentes neste grupo, multiplicidade esta que ocorre em qualquer tipo de comunidade. A predominância do individualismo pela diferenciação de idéias é considerada pela

maioria dos assentados um dos maiores problemas para o desenvolvimento do assentamento. Contudo, Farias (2008) defende que:

Os assentamentos rurais devem ser entendidos considerando sua temporalidade dinâmica e, também conflituosa, espaço-tempo onde encontramos subjetividades diferenciadas e distintos projetos familiares que se cruzam e se conflitam cotidianamente. Não podemos construir uma visão linear – com padrões e modelos únicos e homogêneos – das condições de permanência na terra, principalmente porque não é possível estabelecer uma unidade de ações no interior desse espaço social. Neste se conflitam constantemente as múltiplas necessidades e anseios das pessoas. Em outras palavras, devemos atuar nos assentamentos, entendendo-os como um espaço em construção, onde também encontramos as rupturas, frente aos variados projetos presentes no cotidiano das famílias. (p. 152)

O coordenador do grupo afirma que o momento atual está propício à volta da discussão do coletivo pelo fato de os assentados estarem mais maduros e confiantes. Caso isso não aconteça, ele acredita que daqui a alguns anos a tendência de famílias desistirem é grande, pois não terão condição de sobrevivência naquele local, tendo em vista o tamanho da área e a baixa produção de cada lote. Se os assentados não tiverem coletivismo na produção e venda dos produtos, não haverá mercado para cada um, trazendo uma lamentável desordem à economia destas famílias.

Algumas famílias acreditam que se houvessem mais encontros, festas culturais, grupo de jovens e de mulheres seria possível a "volta do coletivo".

Após dois anos de assentados, tivemos este encontro de mulheres que é muito importante e incentivou muito nós a formarmos um grupo de mulheres para o artesanato e ajudar na luta, a gente aprende muita coisa, anima mais, a união faz a força, quando vamos a um encontro parece que é um 'combustível', nós saímos muito mais motivadas de lá, precisa ter sempre estes eventos. (Maio de 2008)

Este é o depoimento de dona Jê, com 60 anos de idade e oito de luta, onde alerta as mulheres e os jovens, para que não entrem na questão do individualismo e que tenham cada vez mais força e motivação no embate pela Reforma Agrária, processo

no qual são importantes festas culturais, reuniões e perspectiva de formação de um "nós" na comunidade.

As Práticas Educativas

As práticas educativas se dão cotidianamente na troca de conhecimento, ora entre os assentados, ora nas próprias famílias, com experiências e conhecimentos passados de pai para filho, seja com experiências de vida ou nas próprias reuniões e decisões coletivas.

A assistência técnica também é uma importante prática educativa, houve um curso de conservação de solos e o plantio de adubos orgânicos, troca de conhecimentos com estudantes de engenharia agrônômica e engenharia florestal, os quais estagiaram no assentamento trazendo muitos conhecimentos e os adquirindo também.

A troca de experiência entre um assentamento e outro também é muito importante para o desenvolvimento de ambos para a construção de códigos de reconhecimento social. Um dos exemplos foi a visita ao assentamento PDS Sepé Tiaraju (do MST) em Serrana e Serra Azul (região de Ribeirão Preto), que juntamente com a EMBRAPA e o INCRA implantaram uma área com o Sistema Agroflorestal (SAF)⁹ denominada Unidade de Observação Participativa (UOP), que serve de exemplo para os agricultores do próprio assentamento e para os da região.

O técnico do INCRA já havia chamado a atenção para esta técnica de cultivo que permite maior autonomia dos assentados e menor agressão ao meio ambiente e com a visita a idéia pôde ser alavancada.

Jovens: Guardiões do Futuro?

Atualmente, cerca de 12 jovens (de 12 a 27 anos), ainda residem na Comunidade, a maioria sem perspectiva ou projeto de permanecer naquele local no futuro. O contraste entre a animação de alguns jovens e o desânimo de outros, por conta dos anos de luta e espera pela terra, é muito presente no

⁹Segundo consta no site da EMBRAPA, o Sistema Agroflorestal (SAF) é uma forma de uso da terra que *"se combinam espécies arbóreas lenhosas (...), com cultivos agrícolas e/ou animais, de forma simultânea ou em seqüência temporal e que interagem econômica e ecologicamente"* (ver o site: www.cpa.embrapa.br).

assentamento e isso causa certo atrito entre eles. Uma das semelhanças entre estes jovens é a falta de projetos que os envolvam, pois todos, mesmo que de maneira diferente pensam em ter um futuro bem melhor do que seus pais tiveram na juventude, já que a maioria sofreu muito trabalhando para os outros nas lavouras alheias.

Estes jovens, por falta de programas ou de políticas públicas a eles dirigidas, acabam ficando com o tempo ocioso e, cada vez mais, desanimados de sua realidade. Alguns optam ou são submetidos a ir à busca de um emprego na cidade ou trabalharem registrados em usinas e pomares de cana e laranja durante a safra. Os que vão para cidade vão a busca de uma "melhoria de vida", o que é considerado uma utopia, moram com parentes próximos, ou até mesmo sozinhos. Iludidos pelo sistema capitalista, visando sempre o "lucro" para satisfazerem os desejos de consumo e também para ajudar nas despesas de casa. Já os que não conseguem emprego por falta de qualificação e exigências do mercado de trabalho, são induzidos a optar para o trabalho rural assalariado, trabalham no corte de cana e na colheita de laranja, muitas vezes em condições sub-humanas, deixam os estudos por cansaço e desânimo, permanecendo nessas condições sem ao menos concluir o ensino fundamental. Outros, porém, trabalham e com muito esforço terminam o ensino médio, mas, infelizmente param por aí.

Recentemente, após várias reivindicações dos movimentos sociais com o apoio do INCRA surge então a oportunidade de filhos e netos de assentados terem acesso ao mundo da ciência e um contato com a vida acadêmica através do PRONERA.

O curso de Pedagogia da Terra é uma realidade na vida de 50 filhos, netos e cônjuges de assentados, de todo o estado de São Paulo. Com ênfase na educação do campo, com um peso teórico e ideológico este curso procura formar, além de profissionais, militantes que possam atuar em seus movimentos colaborando desde a organização interna à implantação de projetos que viabilizem melhoria e o desenvolvimento de seus respectivos assentamentos ou comunidades as quais pertencem.

Outra questão referente aos jovens do Assentamento 21 de dezembro é que muitos destes não possuem tanta afinidade com a terra o que faz o futuro do lote incerto. Ainda que alguns tenham irmãos para manter o lote futuramente e não tenham tanta preocupação em sair, os que não têm irmãos vivem a angústia de não poder abandonar seus pais e desapontá-los, sendo que os pais entram na luta pela Reforma Agrária visando um futuro melhor para seus filhos, expectativa nem sempre concretizada. Muita das vezes estes jovens não têm tanta liberdade de ajudar seus pais nas decisões em relação ao lote, como por exemplo, na escolha do projeto do plantio do lote, o que acarreta maior distância do jovem assentado em relação à

terra. Neste sentido, Castro (2005) aponta que:

(...) pensar a inserção do "jovem" no meio rural hoje, implica enfrentar o esforço de analisar (...) as próprias lógicas hierárquicas reproduzidas nessas realidades, onde o *jovem* (grifo da autora) ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas. (p.345)

Crianças: Sementes do Futuro?

Entre 10 a 15 crianças (de 5 meses a 12 anos), residem na Comunidade com seus pais e irmãos, alguns até nasceram no assentamento e pode-se traçar a hipótese de que os que vão para o assentamento ainda crianças e crescem neste local, terão afinidade e amor à terra do que os que vão para o assentamento depois de terem tido contato com o "mundo urbano".

Atualmente o assentamento vem passando por um processo de implantação e aprendizado e, por enquanto, não possui uma escola. Crianças e jovens necessitam ir a escola na cidade mais próxima (Descalvado) e enfrentam a longa jornada de ônibus, por estradas cheias de buracos e muitas voltas até chegarem a seus destinos. As crianças estudam no período da manhã e acordam bem cedinho para chegar a tempo na escola, já a maioria dos jovens que estudam no período noturno, dirige-se até o ponto de ônibus por volta das cinco e meia da tarde, para chegar à escola as sete, na volta chegam aproximadamente meia noite, mesmo chegando neste horário muitos trabalham no dia seguinte e precisam acordar às cinco horas da madrugada no outro dia, esforçando-se para conciliarem o trabalho e o estudo. Além deste obstáculo, encontram dificuldade quando precisam interagir nos assuntos e costumes das pessoas do meio urbano. Por conta desta exclusão social, muitos são levados a omitir suas origens, ou seja, o temor da discriminação os leva a esconder suas identidades.

Contrapondo esta realidade, há o grupo Pé Vermelho¹⁰ do assentamento "Bela Vista do Chibarro" (região de Araraquara/SP), que vem trabalhando a

¹⁰O Pé Vermelho nasceu a partir do trabalho de Pesquisa dos estudantes do curso de Pedagogia da Terra com o objetivo de desenvolver um projeto de recuperação dos laços sociais e auto-estima dos moradores, com a participação da comunidade. O grupo deseja plantar uma nova semente de esperança, recuperando o espírito de coletividade do assentamento. Para tanto, o Pé Vermelho pretende iniciar um processo de organização comunitária que respeite os valores, as tradições, a vida no campo por meio de ações concretas que sensibilize os moradores a se

valorização da cultura, o orgulho de ser assentado e a importância do campo para a sociedade através de atividades culturais e educativas (Dia das Crianças e a Festa Junina), com crianças e jovens assentados desta comunidade.

Considerações Finais

No decorrer destes anos de luta pela terra, na condição de acampada, vivenciei vários dos momentos bons e ruins pelos quais passamos até a obtenção de um lote de terra. Hoje, na condição de filha de assentado e universitária, tenho a oportunidade de reconstruir esta história/memória que está guardada em muitas pessoas que sentiram este processo na pele. Por um lado, o registro da história de luta pela terra é importante para mostrar como são difíceis as condições para que uma família seja assentada, seja no relacionamento com outros atores sociais ou pela própria persistência de continuar na luta. Por outro, é importante para a trajetória deste assentamento e para as gerações futuras saberem o valor da luta social de seus familiares. Atualmente, 18 famílias foram assentadas na comunidade Agrária 21 de Dezembro, destas, apenas seis desde a primeira ocupação em 1999. São famílias que conseguiram alcançar seus objetivos para reconstruir suas vidas. Entretanto, ainda continuam a luta após a constituição do assentamento, pois a entrada na terra não significa o final de suas reivindicações, frustrações e vitórias.

Referências

CASTRO, E.G. O paradoxo "Ficar" e "Sair": os caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JÚNIOR, O. (Orgs.). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA; Araraquara: Uniara, 2005.

FARIAS, M.F.L. de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.

unirem e lutar por melhorias sociais e econômicas. O nome tem como objetivo reafirma a identidade dos jovens proponentes com a terra e enfrentar o preconceito que sofrem no dia-a-dia da cidade (na escola, no ônibus escolar, nos espaços públicos, entre outros), ao serem chamados de "pé vermelho". A fim de mostrar o valor do campo, principalmente à essa juventude dessa comunidade. "Pé Vermelho" significa: PÉ = permanência na Reforma Agrária e VERMELHO = a luta pela terra.

(Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; Araraquara: Uniara, 2008.

SILVA, M.A.M. **A Luta pela Terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004 (Coleção Paradidáticos; Série Poder).

A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO

Dorival Borelli Filho¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo: O presente estudo de caso propõe-se a analisar o processo formação do assentamento Mário Lago, bem como o seu modelo de organização social e de produção. Para a coleta de dados junto às famílias, foram empregadas técnicas qualitativas de pesquisa (entrevista semi-estruturada), além de dados quantitativos colhidos junto ao Incra. O assentamento originou-se a partir de uma ocupação de terras liderada pelo MST no ano de 2003. Atualmente, o assentamento é constituído por 264 famílias, subdividido em 20 núcleos de moradia, que agregam de 10 a 20 famílias. Para cada núcleo, existe um coordenador e uma coordenadora geral, cujas responsabilidades são as orientações e a organização de cada núcleo. Simultaneamente a essa organização, existem coordenadores, de ambos os gêneros, que são responsáveis pelos seguintes setores: segurança, saúde, educação, ciranda infantil, esporte, cultura e lazer, jovens e produção. A ausência de políticas públicas no assentamento, nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, coleta de lixo e transporte público vêm gerando permanentes conflitos entre as famílias assentadas com o poder público local. O movimento vem utilizando a área nos moldes da agricultura orgânica, pretendendo construir um cinturão verde que garanta o fornecimento desses produtos para o município de Ribeirão Preto.

Palavras-Chave: MST; Assentamento Mário Lago; Processo de Formação; Organização Social e da Produção.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

²Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

Abstract: *The purpose of this case study is to analyze the foundation process of Mário Lago settlement as well as its social organization and production models. Data were collect from families under the employment of qualitative techniques of research (semi-structured interview), further the quantitative data gathered from the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Colonization and Agrarian Reform National Institute). The settlement was established from a land occupation which was led by the MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Landless Rural Workers Movement) in 2003. At present, the settlement is constituted by 264 families, sub-divided into 20 units, and each unit concentrates 10-20 families. There are both a male coordinator and a general female coordinator, whose responsibilities are the guidance and the organization of each unit. Simultaneously to this organization, there are coordinators, of both genders, who are responsible for the following sectors: safety, health, education, ciranda infantil (childish ciranda – a popular dance and rhyme), sport, culture and leisure, youth, and production. The lack of public policies in the settlement as to the areas of basic sanitation, health, education, waste collection and public transportation has been caused frequent conflicts between the settled families and the local government. Regarding the production the mentioned Movement has been using the area under organic agriculture shape, aiming to construct a green belt that guarantees the supply of such products for the city of Ribeirão Preto.*

Keywords: *MST; Mário Lago Settlement; Foundation Process; Social Organization and Production.*

Introdução

O presente artigo propõe-se a realizar uma análise do processo de constituição do projeto de assentamento federal Mário Lago de Ribeirão Preto, a partir do processo de ocupação da antiga Fazenda da Barra, sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), iniciado em abril de 2003 e concretizado em agosto de 2003 e do conseqüente processo de assentamento das famílias acampadas realizado pelo Incra, bem como, de seu modelo de organização social interna estabelecido às 264 famílias assentadas que se encontram sob a liderança do movimento sem-terra e, por fim, de seu incipiente projeto agroecológico de produção, como a gestação de um possível embrião de desenvolvimento regional sustentável diferenciado e contestador das estratégias convencionais do modelo de agronegócio local, caracterizado nesta região do estado de São Paulo pela produção sucroalcooleira.

Neste artigo, optou-se pela utilização do termo ocupação em oposição ao uso do termo *invasão*³. O termo *ocupação* é utilizado pelos movimentos sociais a fim de designar a inserção e acampamento de trabalhadores rurais sem-terra em uma determinada propriedade agrícola, pois, em princípios, essas áreas dizem respeito a terras griladas, latifúndios de exploração, propriedades improdutivas ou áreas devolutas. Neste contexto, o termo ocupação designa o preenchimento de um espaço vazio e a realização de pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação da área para fins de reforma agrária. A ocupação é para o movimento sem-terra uma ação que objetiva construir um espaço de luta e resistência, criando-se uma outra condição para o enfrentamento. Realizando-a, os sem-terra conquistam a possibilidade de negociação (MORISSAWA, 2001).

A ocupação de terras improdutivas públicas ou privadas constituiu a estratégia básica dos movimentos sociais que lutam pela implementação da reforma agrária no país, criando, dessa maneira, um fato político que pressiona os organismos estatais a negociarem com estes movimentos e a realizarem seu definitivo assentamento (LAZZARETTI, 2008). Entretanto, as modalidades de luta do MST não se restringem unicamente às ocupações de latifúndios improdutivos. Muito pelo contrário, suas estratégias de pressão política abarcam desde ocupações de espaços públicos, até as modalidades mais convencionais, tais como: prolongadas negociações, marchas, jejuns, atos públicos de breve duração, abaixo-assinados, etc. O movimento tem desenvolvido ainda intensas ações em diversos outros setores da sociedade como atividades de comercialização e industrialização dos bens agrícolas gerados em seus projetos de assentamento, iniciativas no campo da Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de singulares atividades jornalísticas, como atividades em rádio e a criação de seu periódico e de sua *home page* (NAVARRO, 1997).

O movimento sem-terra, em diversas regiões do país, tem conseguido transformar o paradigma político local, inserindo um novo contingente de eleitores, com o conseqüente enfraquecimento dos sistemas de dominação política local. Como nenhum outro movimento de extração popular, o MST tem desenvolvido modalidades de cooperação com instituições e agência estatais, facilitando, dessa maneira, o entendimento do poder estatal acerca de suas necessidades e favorecendo a criação de diversos programas, em inúmeras áreas de atuação governamental (NAVARRO, 1997).

³Segundo Morissawa (2001), o termo *invasão*, amplamente utilizado pela mídia brasileira a fim de desqualificar politicamente os movimentos sem-terra, designa um ato de força objetivando subtrair alguma propriedade agrícola pública ou particular em proveito próprio.

Segundo Fernandes (2008), a estrutura organizativa do movimento sem-terra corresponde à etapa de institucionalização do MST. Atualmente, esta estrutura comporta três dimensões interativas: *as instâncias de representação, os setores de atividades e as organizações vinculadas*. As duas primeiras dimensões são fruto de um amplo processo de reflexão acerca das modalidades de organização dos movimentos sociais, representando a multiplicidade da organização camponesa, integrando os ambientes de decisões com as atividades primordiais para o desenvolvimento da luta. A terceira dimensão conserva a forma tradicional das instituições, que se encontram vinculadas ao governo.

As instâncias de representação agregam distintos espaços, constituídos por inúmeras modalidades: núcleos, coordenadores, direções, encontros e o Congresso Nacional. Os núcleos são constituídos pelos grupos familiares de trabalhadores rurais sem-terra nos acampamentos e assentamentos rurais, que, por sua vez, elegem seus coordenadores que escolhem as coordenações regionais que elegem as coordenações das instâncias superiores e assim sucessivamente. Os coordenadores indicam, entre seus membros, os componentes da direção nas suas respectivas escalas. Os núcleos, as coordenações e as direções são os ambientes políticos por excelência do movimento sem-terra (FERNANDES, 2008).

Conforme Navarro (2002), o movimento sem-terra conseguiu desenvolver processos de organização e dinâmicas internas de estruturação que justificam sua força política. O paradigma organizacional postulado pelo movimento sem-terra para os seus projetos de assentamentos possui como principal referência a obra "Elementos sobre a teoria da organização no campo" (1986), de autoria de Clodomir Santos de Moraes, que, por sua vez, fundamenta-se em uma determinada concepção de socialismo, que encontra no marxismo-leninista sua maior expressão (BRENNEISEN, 2000).

De acordo com Navarro (2002), ao adotar a perspectiva totalizante dos grandes esquemas políticos das tradições ortodoxas do marxismo, que desqualificam as diferenças e alteridades sociais, além de impedir a autonomia das formas organizacionais microsociais, locais e regionais, pois ameaçariam a existência de sua própria dimensão nacional, o MST, enquanto uma organização política tem, de fato, atuado mais como freio à emancipação⁴

⁴Zander Navarro entende o conceito de emancipação como "às chances das classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construir, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesses e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários" (NAVARRO, 2002, p. 4).

dos mais pobres do campo, estes últimos servindo, muito mais, aos propósitos, nem sempre explícitos, do corpo dirigente da organização.

Para além da caracterização do MST como *um tipo de sociedade em rede com identidade social de projeto* (CARVALHO, 2002 *apud* GONÇALVES, 2005, p.11) ou como aqueles que tentam desqualificá-lo pela *mobilização sem emancipação* (NAVARRO, 2002 *apud* GONÇALVES, 2005, p.11) em razão da ideologia dos seus dirigentes que *sonham com a tomada do Palácio de Inverno*, o movimento vem preservando uma criativa capacidade de organização nacional das lutas sociais camponesas o que, por sua vez, implica unificar temporalidades distintas, tensões e contradições, que, constantemente, emergem.

O MST apropriou-se do legado teórico da esquerda, como pode ser facilmente observado em seus documentos e nos livros de suas principais lideranças. No entanto, enquanto um movimento social, o MST tem também mantido uma rica e ambígua relação dialética entre a institucionalidade e a autonomia, entre a reforma e a revolução. Ao invés de objetivar a tomada do poder, o movimento tem assumido a mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos mediante a criação de cooperativas e escolas, recuperando tradições anarquistas. A evidência empírica demonstra que não estão esperando *a tomada do Palácio de Inverno*, mas criando ambientes de vida, embora suas lideranças não deixem de vislumbrar sonhos mais significativos (GONÇALVES, 2005).

Observa Navarro (1997) que em seus projetos de assentamentos rurais, o MST possui uma forma de organização demasiadamente influenciada por uma percepção militarizada da estrutura social, pouco democrática e tolerante aos anseios e trajetórias familiares dos trabalhadores rurais assentados. Como resultante desta atitude, esta estrutura está condenada a estabelecer conflitos e dissensões em grande escala. Por sua vez, afirma Turatti (2005) que, nos acampamentos e projetos de assentamentos rurais do MST é possível se observar a existência de uma estrutura que possibilita a participação democrática, envolvendo as seguintes ações: eleições das lideranças, reuniões periódicas, assembléias como instâncias máximas de decisões, resoluções da cúpula do movimento discutidas com a sua base social por intermédio dos coordenadores de grupo, instâncias políticas essas que se encontram transpassadas por práticas autoritárias e clientelistas.

Na organicidade do movimento sem-terra observa-se a presença de diversos paradigmas clássicos da esquerda tradicional, emergindo a necessidade de uma estrutura orgânica constituída por dirigentes, coordenadores, comissões, departamentos e núcleos. Por sua vez, esses dirigentes são selecionados entre os melhores militantes. Partindo este movimento social do pressuposto teórico de que

as massas somente se mobilizam solitariamente em razão de uma causa imediata, não se organizando politicamente, é de responsabilidade destes dirigentes o direcionamento da luta dessa massa. Assevera-se inclusive em seus documentos que quanto mais esses trabalhadores rurais, denominados genericamente de massa, identificam-se com os símbolos do movimento, com suas lideranças e com sua organicidade, mais esses trabalhadores irão se mobilizar, organizar e lutar (GOHN, 1997 *apud* LAZZARETTI, 2008).

Segundo Morissawa (2001), em algumas regiões do país, o movimento sem-terra vem desenvolvendo em seus acampamentos e assentamentos uma experiência de núcleos de moradia, que, por sua vez, diferem das chamadas agrovilas⁵, em razão das moradias serem construídas nos lotes familiares. Nesta forma de organização, o assentamento é dividido em lotes de tal maneira que facilita a proximidade entre as inúmeras casas. Dessa maneira, em um assentamento existem diversos núcleos, cuja dimensão varia de acordo com a topografia, hidrografia e estradas existentes no local. Em média os núcleos comportam 15 grupos familiares. No interior de cada núcleo, existe um espaço destinado para a construção dos inúmeros equipamentos da infra-estrutura coletiva.

Nos núcleos de base ou moradia são ainda organizados os principais serviços, ocorrendo uma divisão de tarefas. Desta maneira, são constituídos os diversos setores dentro de um acampamento a fim de facilitar o dia a dia das famílias acampadas, tais como: educação, saúde, alimentação, higiene, religião, produção, finanças, lazer, entre outros. Para cada um desses setores existe um respectivo coordenador e as equipes de trabalho, que são responsáveis pelas tarefas e se reúnem periodicamente para avaliar e planejar as ações. Nos acampamentos ou assentamentos do movimento sem-terra, existe ainda uma coordenação geral, eleita pelas famílias acampadas ou assentadas, a qual possui a incumbência de conceder coesão ao trabalho das inúmeras equipes, tais como encaminhar lutas, negociar com o governo e se relacionar com a sociedade. A assembléia geral das famílias acampadas, que se reúne também periodicamente é o órgão máximo de decisão de um acampamento (CALDART, 2000 *apud* SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

De acordo com Morissawa (2001), em seus projetos de assentamentos rurais, o MST tem estimulado as famílias assentadas que se encontram sob sua tutela à prática da agroecologia, desenvolvendo um novo paradigma de produção cujo objetivo central

⁵Na organização em agrovilas, as moradias são construídas em um lote destinado para esse objetivo. Inúmeras regras sociais são estabelecidas entre os assentados a fim de garantirem uma pretensa harmonia social (MORISSAWA, 2001).

é que não ocasionar prejuízos aos seres humanos e ao meio ambiente, reduzindo ainda os custos de produção. O movimento tem realizado um grande esforço a fim de produzir sementes dos alimentos básicos da agricultura, rústicas e mais adaptadas a cada região, que foram descartadas pelas produtoras de sementes híbridas.

A articulação da dimensão técnica com compromissos sócio-ambientais computa à agroecologia aportes de diferentes disciplinas na área da produção agrícola. De fato, a agroecologia conta com a aplicação interativa de conceitos e princípios da ecologia, agronomia, sociologia, economia, antropologia e outras áreas do conhecimento para um manejo e redesenho de agroecossistemas em direção à sustentabilidade do rural ao longo do tempo (ALTIERI, 2002 apud CARMO, 2005, p. 224). Embora o termo, entendido como um corpo teórico tenha surgido nos anos 1970, "... a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura" (HECHT, 1989, p.25 apud CARMO, 2005, p.224).

No campo do combate a pragas, insetos e nutrição dos vegetais, as famílias assentadas têm buscado utilizar novas e velhas fórmulas de agroecologia. No lugar dos agrotóxicos, estão utilizando as caldas (um fungicida diluído em água que pode ser orgânico ou químico), o controle biológico, os inseticidas naturais, substituindo os adubos químicos pelos biofertilizantes, praticando a cobertura solo, adotando ainda plantas que recuperam a matéria orgânica do solo (adubos verdes). A fim de evitarem a erosão do solo, os assentados estão implantando nos assentamentos rurais as chamadas curvas de nível. O reflorestamento também vem se transformou em uma prática usual entre os assentados, com a criação de viveiros para a produção de mudas de árvores nativas, frutíferas e até mesmo exóticas (MORISSAWA, 2001).

Ainda acerca da produção agroecológica implementada nos projetos de assentamentos rurais, observa Gonçalves e Scopinho (2008), desde a década de 1990, pesquisadores, governos e movimentos sociais que lutam pela implantação da reforma agrária no país têm se debruçado sobre as novas dimensões do universo rural brasileiro, especialmente, sobre as questões provenientes da implantação de projetos baseados na sustentabilidade agroecológica. Recentes pesquisas apontam que esse processo resulta de uma nova visão sobre o rural, isto é, uma nova concepção sobre as possibilidades de desenvolvimento agropecuário nos distintos agroecossistemas do país. No contexto deste debate, os assentamentos da reforma agrária vêm sendo considerados espaços importantes para a implantação de projetos de desenvolvimento agropecuários alicerçados nos princípios da agroecologia.

O Processo de Formação do Assentamento Mário Lago

As 264 famílias que atualmente encontram-se assentadas no PA Mário Lago tomaram contato com o movimento sem-terra de diversas maneiras: através de estruturas do movimento existentes na região de Ribeirão Preto, mediante o contato com lideranças do MST, instituições escolares que realizavam um trabalho de divulgação do movimento, vizinhos, familiares, amigos e assentados rurais que os convidaram a ingressar no movimento social. No entanto, para ingressarem no movimento social, os dirigentes locais do MST solicitaram às famílias atestados de antecedentes criminais estaduais e federais, regra essa também prevista no regimento interno do movimento sem-terra.

Indagadas sobre os motivos que as levam a fazer parte do movimento sem-terra, justificam as famílias pesquisadas que buscavam uma melhor condição de vida, a realização do antigo sonho de voltarem a viver no campo, em busca de tranquilidade e segurança, fugindo da violência vivenciada nas periferias dos centros urbanos ou ainda desejavam lutar por igualdade social. A estrutura organizativa do movimento sem-terra também chamou a atenção de algumas famílias. O movimento realizou a cooptação das famílias nas periferias dos centros urbanos da região de Ribeirão Preto mediante a realização de reuniões, intituladas pelo MST como trabalho de base. Ao que tudo indica, esse trabalho de base, a formação política inicial, demorou poucas semanas, conseguido o movimento arregimentar um grande número de famílias em curto espaço de tempo. Como logística, visando o transporte das famílias até o assentamento Sepé Tiarajú e, posteriormente, até o local da ocupação o movimento sem-terra utilizou ônibus alugados e veículos particulares.

O processo concreto de ocupação da Fazenda da Barra iniciou-se em abril de 2003, momento em que cerca de 500 famílias ocuparam, sob a liderança do MST, a entrada do Sítio Bragheto, propriedade agrícola esta anexa à referida fazenda, pois a imediata ocupação da Fazenda da Barra retardaria em dois anos o processo de desapropriação⁶. Na madrugada anterior à ocupação, o movimento sem-terra

⁶De acordo com Fernandes (2003), em seu segundo mandado, FHC desenvolveu uma política de reforma agrária altamente repressora, criminalizando os movimentos sociais camponeses e mercantilizando o acesso à terra. Para viabilizar essa política, FHC editou duas medidas provisórias: a primeira determinava o não assentamento de famílias de trabalhadores rurais que tivessem participado de ocupações de terras e a segunda, dizia respeito à não vistoria das terras pelo período de dois anos quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez.

deslocou as famílias até o assentamento Sepé Tiarajú, localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, a cerca de 20 km do local da área a ser ocupada.

As famílias permaneceram neste local, que funcionava como um núcleo, durante quatro meses, sendo transferidas pelo movimento sem-terra para o centro da cidade de Ribeirão Preto, para a Praça Maurílio Biagi e, posteriormente, para uma área pertencente ao município conhecida como Flamboyants. A primeira ocupação da área pertencente à Fundação Sinhá Junqueira ocorreu em 3 de agosto de 2003. No entanto, as famílias permaneceram somente vinte e oito dias no local, momento em que sofreram a primeira reintegração de posse. Em razão do processo de despejo, as famílias foram novamente deslocadas pelo movimento para um sítio pertencente a um advogado simpatizante do MST, uma propriedade anexa a Fazenda da Barra.

Após seis meses, o movimento sem-terra voltou novamente a ocupar a propriedade permanecendo até os dias atuais. Nesta segunda ocupação da Fazenda da Barra, o movimento sem-terra conseguiu instalar um acampamento provisório, iniciando o processo de organização das famílias em núcleos de moradia e em setores. Em um primeiro momento, as famílias foram abastecidas com cesta básicas enviadas pelo Incra, mas logo começaram a produzir neste local.

Após a desapropriação da Fazenda da Barra, um membro da família Junqueira, uma família quatrocentona, tradicionalmente abastada, possuidora de grandes propriedades e que havia sido indenizada pelo Incra em 20 milhões de reais em Títulos da Dívida Agrária⁷, passou a seguir, intimidar e inclusive ameaçar de morte lideranças locais do movimento.

A ocupação da Fazenda da Barra contou com o apoio de diversos segmentos da sociedade, os chamados "amigos do movimento", nos dizeres das famílias assentadas: simpatizantes do MST, destacando-se o envolvimento de um advogado proprietário de um sítio anexo à área ocupada; defensores do Aquífero Guarani; a Comissão Pastoral da Terra da Arquidiocese de Ribeirão Preto, sob a coordenação do Pe. Chico; a Central Única dos Trabalhadores, parlamentares locais, sendo decisivo o posicionamento do Ministério Público no processo de ocupação, através da atuação do promotor Marcelo Pedroso Goulart.

No decorrer do processo de ocupação, surgiram denúncias de que as famílias

⁷A indenização da propriedade agrícola mediante o depósito em Títulos da Dívida Agrária (TDA) constitui uma forma de punir o infrator pelo descumprimento da função social da propriedade, pois estes títulos não podem ser resgatados à vista. Porém, as benfeitorias realizadas no imóvel, tais como: casas, poços, estufas, são pagas à vista, pois são consideradas investimentos, fruto do trabalho empregado na propriedade (INCRA, 2005). T

acampadas estariam realizando a derrubada de matas para a construção dos barracos. No entanto, essas denúncias não foram, à época, comprovadas por técnicos do Ibama, que somente constataram a retirada de cana-de-açúcar para a instalação do acampamento provisório. Aliás, através dos dados colhidos mediante a pesquisa de campo, foi possível constatar que as famílias possuem uma forte consciência ecológica, especialmente, com relação à preservação dos recursos hídricos do Aquífero Guarani.

As famílias passaram por cinco reintegrações de posse concedidas pela justiça, que foram todas conduzidas de maneira pacífica pelo movimento, mediante negociações com a Polícia Militar. Em uma das ações de reintegrações, os próprios proprietários da Fazenda da Barra chegaram inclusive a disponibilizar veículos para o transporte das famílias acampadas.

Em 2004, ocorreu uma grande divisão no movimento sem-terra e conseqüentemente na própria estrutura do assentamento Mário Lago, motivada, segundo relatos orais, pela rigidez das regras estabelecidas pelo MST no assentamento, em razão da recusa de algumas de participarem da organização coletiva do assentamento. Esta divisão fez com que surgisse um segundo assentamento dentro da própria Fazenda da Barra, denominado Santo Dias, agora sob a responsabilidade do MLST. Nesse segundo assentamento, ocorreu também uma segunda divisão, fazendo surgir um terceiro assentamento na Fazenda da Barra, o intitulado Índio Galdino, que, por sua vez, não encontra-se vinculado a nenhum movimento social.

Além do processo de ocupação da Fazenda da Barra, o movimento sem-terra tem realizado, juntamente com as famílias assentadas, uma série de manifestações, as chamadas "atividades", nos dizeres dos sujeitos pesquisados, tais como: artigos publicados na Internet; ocupações de edifícios públicos, tais como: da Prefeitura de Ribeirão Preto, da Secretaria de Educação de Ribeirão Preto, do escritório do Inbra localizado em Araraquara; paralisações de rodovias, no caso, da Rodovia Anhangüera, passeatas, atos públicos, a fim de conseguirem a regularização e melhorias no transporte escolar, acesso à água e energia elétrica. Os sujeitos investigados têm também integrado manifestações de outros acampamentos, assentamentos pertencentes ao movimento sem-terra e movimentos sociais.

Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

As 264 famílias assentadas no projeto de assentamento federal Mário Lago comportam, em média, quatro pessoas. Não obstante, no decorrer da pesquisa de campo, foram verificados grupos familiares constituídos de dois até onze pessoas (genitor, genitora e nove filhos), que, por ocasião da entrevista concedida pelos pais ao pesquisador, encontravam-se jogando futebol em frente ao barraco da família. Os grupos familiares são provenientes de diversos estados, especialmente, São Paulo e Minas Gerais, neste

último caso, famílias migrantes que se encontravam residindo na cidade de Franca e Serrana. O MST realizou um intensivo trabalho de base nestes dois municípios. Em sua grande maioria, os grupos familiares eram antigos moradores das periferias urbanas da região de Ribeirão Preto: desempregados, com baixa instrução escolar, não possuíam casa própria, encontrando-se ainda endividadas, constituindo-se, dessa maneira, na clientela típica a ser cooptada pelo movimento sem-terra: despossuídos sociais, que não passavam de meros números nas estatísticas de exclusão social.

O crédito moradia estipulado em cerca de sete mil reais ainda não foi liberado pelo Incra para essas famílias. Conseqüentemente, um grupo de famílias encontra-se desde o ano de 2003 residindo em barracos construídos por um simples contra piso, lonas plásticas, pedaços de madeira, barras de ferro e folhas de amianto, materiais esses que foram doados e/ou encontrados em aterros sanitários, que as famílias consideram como produtos reutilizáveis, o que, por sua vez, torna evidente as precárias condições de moradia vivenciadas no assentamento.

As moradias não dispõem ainda de rede de água encanada ou esgoto, que corre a "céu aberto", o que, por sua vez, pode vir a ocasionar uma possível contaminação de minas de água existentes no local ou mesmo do próprio Aquífero Guarani. Para fazerem suas necessidades fisiológicas, utilizam fossas, localizadas, em sua grande maioria, na parte externa dos barracos. O sistema de chuveiro funciona da seguinte maneira: como as improvisadas caixas de água encontram-se localizadas na parte superior das residências, no período do verão, em razão do aquecimento da água, as famílias conseguem tomar banho com água quente. Ainda com relação às condições de moradia, torna-se importante relatar que, no projeto de assentamento Santo Dias, que está sob a responsabilidade do MSLT⁸, o Incra iniciou a construção em regime de mutirão das casas de alvenaria, apesar deste projeto ter sido criado após o assentamento Mário Lago.

Embora a rede de energia elétrica da Companhia Paulista de Força e Luz passe sobre o assentamento Mário Lago, as famílias também não dispõem deste serviço público. No assentamento, a energia elétrica é obtida pelas famílias através de baterias de carro e/ou geradores movidos a óleo diesel, em razão de seu baixo custo, geradores esses que foram adquiridos com o dinheiro do primeiro fomento, tornando-se, dessa

⁸Segundo Mitidiero (2002), assim como o MST, o MLST caracteriza-se pelo personalismo. No entanto, ao contrário do MST, onde as decisões são descentralizadas, participando as lideranças do movimento das ocupações ou tomando conhecimento delas somente após ocorrem, característica esta garantida pelo próprio processo de formação do movimento, pois emergiu nas e das bases populares, no MLST, é uma cúpula que decide e é a base que realiza as ocupações.

maneira, possível ouvirem aparelhos de rádio e assistirem televisão. Aliás, as famílias também procuraram deixar claro ao pesquisador que não se trata de pessoas alienadas, desconectadas da realidade social, mas pessoas bem informadas. Os assentados utilizam como estrutura social de comunicação celulares pré-pagos. A fim de conservarem carnes, os núcleos familiares utilizam como método uma receita secular, a conserva em banha ou gordura.

Os sujeitos investigados possuem poucos bens de consumo duráveis, dos quais, muitos se encontram em um avançado estado de deteriorização, evidenciando-se, dessa maneira, uma decadência material com relação a sua vida anterior, decadência material essa que as famílias procuram, em seus relatos orais, encobrir e justificar. A fim de ingressarem no movimento sem-terra e, conseqüentemente, participarem do processo de ocupação da Fazenda da Barra, as famílias foram obrigadas a se desfazer dos bens domésticos que possuíam e ainda não os conseguiram recuperar, o que, por sua vez, representaria um maior conforto para as famílias. No processo de ocupação da propriedade, as famílias levaram consigo poucos pertences pessoais, que foram embalados e identificados em sacos plásticos.

A única infra-estrutura implantada pelo Incra no assentamento foi a construção de um poço artesiano perfurado em 2005, que, no entanto, beneficia somente dois grupos de famílias que se encontram assentadas mais próximas a esta estrutura, mas que, contudo, ainda têm que se deslocar até o local para captar água. Frente às dificuldades estruturais vivenciadas pelos sujeitos investigados, estes não consideram o Mário Lago como um projeto de assentamento rural, mas como um mero acampamento. Torna-se importante afirmar que essas famílias estão utilizando de forma irregular este poço, pois a sua perfuração não foi autorizada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, colocando em risco o Aquífero Guarani, que pode ser contaminado pela utilização inadequada do poço.

O assentamento Mário Lago situa-se na zona leste da cidade, que se constitui em uma área de recarga do Aquífero Guarani. Como a perfuração do poço não seguiu critérios técnicos e a captação de água não tem acompanhamento, existe a possibilidade de contaminação do manancial. De acordo com a legislação em vigor, nesta região do município, localizada para além dos anéis viários da cidade, é permitida a perfuração de poços artesianos por particulares, mas, para isso, deve ser concedida autorização do Dae, que é o caso do local onde está o assentamento, nas proximidades do Bairro Ribeirão Verde.

Declaram ainda as lideranças do assentamento que o Incra não possui um projeto concreto para a distribuição de água para a totalidade do assentamento, que ainda é abastecido por caminhões-pipa enviados pelo Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto. As famílias utilizam desta água fornecida pelo órgão municipal para

beberem e para o preparo de sua alimentação. Percorrendo o assentamento é possível se observar em frente aos barracos cisternas improvisadas, latas e caixas de água também para a captação da água da chuva. Além da distribuição de água potável, o poder público municipal tem realizado o transporte escolar e a coleta dos resíduos sólidos domésticos. Estes são os únicos serviços públicos realizados pelo executivo municipal no assentamento. O serviço de transporte escolar vem sofrendo críticas por parte das famílias assentadas.

Apesar das precárias condições de moradia em que sobrevivem, as famílias justificam sua inserção e permanência no assentamento, considerando-o como um lugar isento de alguns encargos sociais provenientes da residência no meio urbano, tais como: alugueis, taxas de água, energia elétrica, entre outros, isto é, consideram o assentamento como um lugar aonde existe um baixo custo de vida. Os sujeitos investigados justificam ainda sua inserção e permanência no projeto de assentamento federal Mário Lago considerando-o como um lugar ambientalmente saudável, seguro e tranquilo para viverem, ou seja, sem a ocorrência de crimes por eles vivenciados nas periferias urbanas, tais como: tráfico de drogas, assassinatos, latrocínios roubos ou furtos, em razão do regimento interno imposto pelo MST. A Polícia Militar não está autorizada pelo movimento a entrar no assentamento. A segurança do assentamento é realizada pelas próprias famílias. No caso de algum assentado praticar algum dos crimes citados ou outros previstos no regimento interno do MST, a pessoa é imediatamente expulsa do assentamento.

A partir dos dados acolhidos através da pesquisa de campo, tornou-se possível identificar quatro grupos de famílias assentadas com relação ao tempo de permanência no assentamento Mário Lago. O primeiro grupo denominado pelo pesquisador como originário, pois estas famílias participaram de todo o processo de mobilização e ocupação da Fazenda da Barra sob a liderança do MST, encontra-se instalado no assentamento desde o mês de agosto de 2003. Os demais grupos familiares são todos provenientes de tentativas frustradas de ocupações de terra lideradas pelo movimento nas regiões de Ribeirão Preto, Franca e Campinas e que, despejados por força de ação judicial, foram deslocados e acolhidos pelo movimento no assentamento Mário Lago para não permanecerem à margem de alguma rodovia. Esses três grupos são oriundos do acampamento Salet Strozake (Batatais), do acampamento Terra Sem-Males, localizado em Campinas e da ocupação da Fazenda da Barra II (Ribeirão Preto), denominada acampamento Antonio Gramsci.

Essas famílias conseguiram ser assentadas no projeto em razão da desistência de muitas famílias, que não suportaram a demora do processo de assentamento conduzido pelo Incra, idealizavam que teriam um acesso imediato à terra ao ingressarem no movimento sem-terra. Desta maneira, o assentamento Mário Lago

comporta famílias assentadas há seis anos (Grupo Originário, o menor grupo), três anos (Acampamento Salete Strozake, com 15 a 20 famílias), dois anos (Acampamento Terra Sem-Males, com 30 famílias) e um ano e seis meses (Acampamento Antonio Gramsci). No entanto, com o passar do tempo, muitas dessas famílias, provenientes dessas três tentativas frustradas de ocupação lideradas pelo MST também se evadiram do assentamento, abandonando a luta pela terra.

Ainda acerca da trajetória de vida desses grupos familiares, faz-se importante relatar que as famílias provenientes dos acampamentos Terra Sem-Males e Salete Strozake passaram por um violento processo nas ações de reintegração de posse, sofrendo inclusive violência física por parte da Polícia Militar. No caso do acampamento Salete Strozake, o movimento realizou uma ocupação em uma antiga unidade da Febem, que se encontrava desativada há cerca de dezessete anos. Na ação de reintegração de posse, as famílias foram presas pela Polícia Militar em uma estrutura existente na própria unidade. Os agentes do Estado indagavam as famílias acerca de quem seria o líder ou líderes da ocupação. Posteriormente, estas famílias foram conduzidas pela Polícia Militar até um ginásio de esporte, local onde permaneceram presas durante cerca de uma semana sem poderem sair da quadra esportiva.

Mediante a realização do trabalho de campo junto às famílias assentadas, tornou-se possível também identificar três grupos de família, no que tange ao vínculo anterior com a terra: antigos camponeses que perderam o vínculo com a terra ao se deslocarem para os centros urbanos e que vieram a se transformar em pedreiros, auxiliares de serviços gerais, motoristas, sapateiros, catadores de sucata, faxineiras, entre outros; trabalhadores rurais assalariados, em especial, antigos colhedores de laranja e ex-cortadores de cana-de-açúcar das usinas da região de Ribeirão Preto⁹; o terceiro grupo de famílias é constituído por trabalhadores urbanos sem nenhuma experiência anterior com a agricultura, que, por sua vez, sentiram uma enorme dificuldade no processo de adaptação do meio urbano para o rural, especialmente, no que diz respeito ao manejo da terra e com a convivência com outras famílias a partir das normas internas impostas pelo movimento sem-terra para a generalidade do assentamento.

⁹Com relação aos bóias-frias, observa Ferrante (1992) que o processo de proletarização vivenciado não significou, necessariamente, uma ruptura dos possíveis vínculos com a terra, no sentido de "desenraizamento", fato que, por sua vez, remete à exigência de "remodelagens das interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarização rural".

O Processo de Assentamento das Famílias: Conflitos e Negociações

As negociações entre o MST e o Inbra objetivando o assentamento das famílias no projeto de assentamento Mário Lago iniciaram-se logo após a publicação do Decreto Presidencial que declarou a Fazenda da Barra de interesse social para fins de reforma agrária em dezembro de 2004, autorizando o referido órgão estatal a realizar a desapropriação do imóvel. Neste momento, as famílias encontravam-se acampadas no Sítio Braghetto. A proposta inicial do MST era assentar no local 400 famílias em lotes de 5 hectares, argumentando que o movimento havia promovido a primeira ocupação da propriedade. As famílias pertencentes ao MLST deveriam ser assentadas em uma outra fazenda localizada no estado de Minas Gerais. Entretanto, o Inbra não aceitou este acordo proposto pelo movimento, assentando, na propriedade mineira, outras famílias.

As negociações entre o movimento sem-terra e o órgão estatal foram somente parcialmente finalizadas no final de 2008, momento em que o assentamento Mário Lago comportava cerca de 300 núcleos familiares, ficando estabelecido entre o Inbra e os três movimentos sociais que do MST seriam assentadas 264 famílias em lotes familiares de 3.14 hectares, do MLST (assentamento Santo Dias) 160 famílias e do movimento social que se considerara independente (assentamento Índio Galdino) 40 famílias.

As famílias não concordaram com esse modelo de assentamento colocado pelo Inbra, mas acabaram aceitando. O processo não foi conduzido de uma forma muito clara por parte do Inbra. No decorrer das negociações, as famílias chegaram a entender que o tamanho do lote estipulado em 3.14 hectares incluiria somente o lote familiar e o lote coletivo. No entanto, a proposta do Inbra incluiu nas dimensões deste lote o lote familiar, o coletivo, áreas de preservação e o reflorestamento. O lote familiar ficou com as dimensões de 1.58 hectares.

A seleção das 264 famílias que foram assentadas não foi realizada pelo Inbra, mas pelo próprio MST, que utilizou como critério o tempo de luta pela terra, de inserção e permanência no movimento sem-terra. O processo de assentamento definitivo das famílias caminha a passos lentos. Estas se encontram em uma fase de transição do modelo de acampamento para o de assentamento. Em agosto de 2008, o Inbra iniciou a divisão do terreno, mas ainda não terminou de demarcar todos os lotes, de "cortar" o terreno, nos dizeres das lideranças do assentamento. Para tanto, as famílias foram organizadas em quatro áreas. Até o mês de janeiro de 2009, o Instituto havia demarcado somente duas áreas, mas as famílias não podem se deslocar até seus lotes, pois não sabem aonde se localizam e o acesso aos lotes é praticamente intransitável.

Algumas famílias estão assentadas em lotes provisórios e, em alguns casos, em futuras áreas de preservação ambiental. O modelo é denominado Comuna da Terra, uma nova proposta de pensar o processo de reforma agrária próximo aos grandes centros urbanos. A proposta é ter o autoconsumo, fornecendo alimentos orgânicos para os centros consumidores através de cooperativas que integrem as famílias dos assentados, envolvendo todos na produção. O Ministério Público da Comarca de Ribeirão Preto continua a intermediar o processo de assentamento definitivo das famílias, mediante a realização de reuniões, a fim de estabelecer um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre os trabalhadores rurais e o Incra. Neste TAC, as famílias estão comprometendo-se somente a produzirem produtos orgânicos e a reflorestarem a área degradada pela Fundação Sinhá Junqueira em meio à produção agrícola. O acordo com o Ministério Público prevê ainda que a área de preservação ambiental do assentamento Mário Lago seja de 35%.

Em razão da região de Ribeirão Preto constituir-se em uma área na qual existe uma grande disputa por terras visando o plantio de cana-de-açúcar pelo setor sucroalcooleiro, (tornando-se os assentamentos alvos deste processo, como ocorrido na microrregião de Araraquara¹⁰), pelo acordo firmado com a promotoria, as famílias comprometeram-se também a não arrendar os lotes familiares e a não transferi-los individualmente sem consentimento da comunidade.

A Organização Social das Famílias pelo MST

O projeto de assentamento federal Mário Lago é resultado de um processo de luta política, promovida por um movimento social fortemente organizado, o MST. Mediante os relatos orais dos sujeitos pesquisados, tornou-se possível detectar que o assentamento possui um elevado grau de organização moral e estrutural, desempenhadas pelo MST, movimento social este que possui objetivos políticos que medeiam às relações das famílias assentadas com a terra, tornando-se importante asseverar que as famílias assentadas destinam uma grande quantidade de seu tempo

¹⁰Segundo Ferrante *et al.* (2006), a produção de cana-de-açúcar nos projetos de assentamentos da microrregião de Araraquara, por intermédio do arrendamento dos lotes para as usinas, constitui, sem sombra de dúvida, a alternativa mais arriscada em termos da gestão familiar do trabalho e do território, pois, além dos prováveis prejuízos ambientais que esta prática pode vir a ocasionar ao meio ambiente, essa forma de produção, ao que tudo indica, parece seguir à lógica da agricultura patronal, podendo resultar em uma perda de rentabilidade econômica e autonomia das famílias assentadas, pois, em muitos casos, com o passar do tempo, todo o processo produtivo passa a ser feito pela usina, especialmente, o corte que é realizado por empresas de mão-de-obra rural.

à participação na organização coletiva do assentamento, especialmente, nas reuniões gerais e setoriais.

As 264 famílias assentadas, o que, por sua vez, totaliza um número aproximado de cerca de 1000 pessoas residentes no assentamento Mário Lago são internamente organizadas pelo MST em vinte núcleos de moradia, que agregam de 10 a 20 famílias. Um dos propósitos desse modelo de organização estabelecido pelo movimento é criar laços de solidariedade entre as famílias envolvidas neste processo: a pessoa não possui mais simplesmente três ou quatro familiares, mas cerca de sessenta ou oitenta familiares.

Os núcleos são intitulados com nomes de personalidades que se envolveram em questões sociais e políticas, como, por exemplo, Dom Hélder Câmara, Antonio Gramsci, Rosa Luxemburgo, Zumbi dos Palmares, Che Guevara, Paulo Freire, Chico Mendes. Para cada um desses núcleos de moradia, existe um coordenador e uma coordenadora geral, eleitos pelos membros dos núcleos e que se encontram subordinados aos coordenadores locais do MST.

Nos núcleos de moradia, existem ainda os chamados coordenadores de setor, que são: produção, saúde, educação, gênero, ciranda, direitos humanos, segurança, secretaria e grupo de jovens. De acordo com os sujeitos pesquisados, os coordenadores não são impostos pelos dirigentes do movimento sem-terra, a eleição dos coordenadores gerais e de setores ocorre de uma maneira democrática, pública e mediante o voto aberto, por um processo de indicação e por um consentimento da maioria envolvida no processo eleitoral.

As reuniões dos coordenadores gerais e dos núcleos de moradia são realizadas semanalmente. Às segundas-feiras ocorrem as reuniões dos coordenadores gerais de núcleo, nas quais, também participam técnicos do Incra. Os coordenadores gerais possuem a incumbência de transmitir aos núcleos que são responsáveis o resultado dos assuntos discutidos nessas reuniões e elevar as reivindicações dos núcleos aos demais coordenadores e técnicos do Incra. Nos demais dias da semana, ocorrem as reuniões dos coordenadores de setores com os núcleos de moradia: às terças-feiras, são realizadas as reuniões dos setores de educação, segurança e ciranda, às quartas-feiras, esporte cultura, e lazer, quintas-feiras, produção. Aos sábados são realizados encontros com a Pastoral da Criança. A pesagem das crianças do assentamento é realizada todo segundo sábado do mês.

Nestas reuniões, além do coordenador há um relator, que possui a função de redigir a ata da reunião. Nas reuniões, todos têm o dever de ouvir, mas também o direito de se posicionar. Em uma das visitas ao assentamento, o pesquisador chegou a presenciar uma reunião do grupo de jovens, dialogando alguns minutos com os participantes, que o ouviram acerca dos propósitos de sua pesquisa de uma maneira

muito atenciosa e respeitosa. Os coordenadores tanto gerais, como setoriais não possuem um mandato vitalício, muito pelo contrário, podem ser destituídos de seus cargos a qualquer momento, caso não trabalhem para atingir os propósitos estabelecidos coletivamente.

Esta forma de organização das famílias estabelecida pelo movimento sem-terra em núcleos de moradia e em setores decorrer desde a fase de acampamento, com algumas variações no setor de segurança, em razão das dimensões da propriedade ocupada, ou seja, a não existência de uma guarda volante. Este modelo de organização é utilizada pelo movimento sem-terra inclusive contra a própria atuação dos técnicos do Incra no processo de assentamento definitivo das famílias.

Com relação à estrutura do assentamento, embora de maneira precária, conta com uma secretaria localizada na portaria do assentamento, na qual se encontra toda a documentação do assentamento. Na ocasião da pesquisa de campo, realizada no mês de janeiro de 2008, a secretaria encontrava-se destelhada, em razão das fortes chuvas. As reuniões dos coordenadores gerais, bem como dos núcleos de moradia e dos setores são realizadas na antiga sede da Fazenda da Barra ou mesmo no próprio estábulo, adaptado para este objetivo comunitário. Para os assentados que não foram alfabetizados pelo sistema escolar, o assentamento dispõe de um curso de Educação de Jovens e Adultos, ministrado pelas próprias famílias assentadas e que se encontram alfabetizadas.

No que se referem às regras morais, éticas e comportamentais existentes no assentamento, as famílias fazem muita questão de indicar um rigoroso corpo de normas obrigatórias entre os assentados, desejando deixar claro ao pesquisador que no local existe uma "organicidade", termo usualmente utilizado pelas famílias assentadas. No entanto, muitas dessas regras são determinadas pelo próprio movimento sem-terra e aplicadas à totalidade dos assentados que se encontram sob sua tutela, o que, por sua vez, não garante uma construção plenamente participativa da coletividade. Evidencia-se uma forte preocupação com o controle social como forma de garantir a coesão social no assentamento e o sucesso das reivindicações sociais pretendidas pelos assentados.

Composto por doze itens, o regimento interno do assentamento foi logo estabelecido na fase de acampamento em 2003. Dentre as regras existentes no assentamento, podem ser citadas: a proibição ao uso de drogas, do adultério, do abandono do lar, da prostituição, de assédio sexual, de qualquer espécie de agressão, de estupro, roubo tanto dentro do assentamento, como fora, todas as pessoas que adentram ao assentamento devem ser identificadas, proibição da comercialização individual dentro do assentamento, de arrecadação individual, mas sim coletiva, do alcoolismo, entre outras. A intenção do movimento é não reproduzir no assentamento

todos esses problemas vivenciados na sociedade.

Caso ocorra a violação de alguma dessas regras, a pessoa é levada à uma discussão coletiva, bem como à discussão entre os coordenadores para uma possível resolução do problema. A penalidade mais grave para as infrações é a expulsão da pessoa do assentamento, a um processo que denominam auto-exclusão, isto é, a pessoa quebrando as regras existentes estaria se auto-excluindo da comunidade. Com relação à solidariedade existente entre as famílias, verificou-se que entre os assentados existe uma mútua cooperação, com a troca de materiais, serviços e alimentos. Embora a produção seja realizada individualmente nos lotes familiares, o excedente quando não comercializado é trocado entre as famílias.

Estruturalmente, o universo empírico pesquisado apresenta-se como um universo social que mantém suas propostas de organização política centradas nos princípios do movimento social do qual se originou, o MST. A organização da produção apresenta-se comprometida com o atendimento ao que foi postulado em seu Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o que significa usufruir dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente, uma proposta de assentamento postulada pelo próprio MST e assimilada pelo Incra. Decorre deste modelo de produção agroecológica a sigla utilizada para a nomenclatura oficial do assentamento: PDS – Mário Lago.

Observou-se também uma forte preocupação entre as famílias de uma organização interna do assentamento pautada em princípios de mútua cooperação e solidariedade, não somente no que tange às regras de trabalho, mas também quanto no que refere à formação moral e social dos indivíduos, representando, dessa maneira, uma preocupação com os companheiros e familiares, como também, com as futuras gerações.

A titulação da terra foi imposta pelo movimento sem-terra. A posse da propriedade não é individual, mas coletiva, de modo que o seu titular permanece limitado pelo compromisso que assumiu perante toda a comunidade. Este fator impede a possibilidade de venda ou arrendamento do lote familiar, objetivando fortalecer a visão coletiva da produção e permanência na terra conquistada. Ao que tudo indica o assentamento provisório das famílias não ocorreu de acordo com as afinidades de produção pretendidas por cada assentado. Aparentemente, para a distribuição dos lotes individuais, foi utilizado o critério parentesco, as famílias agregaram-se próximas aos seus familiares.

No que tange à relação dos assentados com os dirigentes locais do movimento sem-terra, constatou-se que um grupo considerável de famílias provenientes das tentativas frustradas de ocupação sob a liderança do MST pretendeu os substituir por dirigentes do MLST. No entanto, esses grupos familiares foram impedidos por famílias que participaram de todo o processo de ocupação da Fazenda da Barra, alegando estas que os futuros dirigentes desconheceriam a sua história pessoal de

luta pelo acesso e permanência no assentamento.

Mediante a pesquisa de campo constatou-se a existência de diversas festividades realizadas no assentamento, nas quais, todos os assentados são convidados a participar e a colaborar de alguma maneira, dentre estas, pode-se destacar: Folia de Reis, com almoço comunitário e baile no período da noite; Festa Junina; Festival do Milho; Encontro de Violeiros, entre outras. As famílias também possuem o hábito de convidar familiares não assentados e simpatizantes do movimento sem-terra a fim de participarem de suas festividades. Ainda acerca da sociabilidade existente no assentamento, os dados da pesquisa de campo sugerem que os vizinhos possuem um relacionamento amigável. No caso, por exemplo, de algum assentado necessitar ausentar-se do assentamento por motivo de viagem a fim de visitarem familiares ou enfermidade, os vizinhos assentados mais próximos ao seu lote procuram cuidar de sua residência, plantações e criações.

A Organização da Produção no Assentamento Mário Lago

No projeto de assentamento federal Mário Lago, as 264 famílias que o constituem, encontram-se, temporariamente, assentadas em lotes provisórios, denominados pelo movimento sem-terra como *Comunas da Terra*. Os lotes familiares não são todos do mesmo tamanho, comportando, em média, a dimensão de 0,9 hectares, sendo que algumas famílias possuem mais de um lote que, por sua vez, encontram-se destinados à produção coletivamente do assentamento. Os lotes não são delimitados por cercas, conseqüentemente, não é possível se identificar onde se iniciam e/ou onde terminam.

As dimensões deste lote familiar tornam somente possíveis a realização de pequenas plantações e a criação de animais de pequeno porte. Esse tamanho de lote é o menor dentre os projetos de assentamentos rurais do país, que chegam a comportar vinte hectares por grupo familiar. As lideranças do assentamento chegaram inclusive a questionar que o Incra não dispõe de um módulo ou padrão mínimo de assentamento a ser utilizado em todo o país e que, conseqüentemente, os lotes diferem em muito com relação ao seu tamanho.

No entanto, as dimensões do lote familiar não somente estabelecem atualmente barreiras ao processo produtivo, verificando-se também com uma baixa produção, como também causa preocupação com relação ao futuro das gerações que se sucederam no assentamento, ou seja, com um possível aumento do núcleo familiar em razão de futuros nascimentos e casamentos. Muitas famílias encontram-se temporariamente assentadas em áreas que futuramente serão destinadas à preservação ambiental no assentamento, estando cientes que serão obrigadas a se

deslocar para outros lotes.

Os sujeitos investigados praticam a denominada agricultura tradicional, estando proibidos pelo Termo de Ajustamento de Conduta que assinaram, em acordo com o Ministério Público local e com o Incra, a fazer uso de quaisquer tipos agrotóxicos. Como técnicas de plantio, os assentados utilizam a semente de mucuna-preta, uma leguminosa anual muito utilizada pelos assentados nas plantações de milho, como uma espécie de adubo orgânico, em razão de ser uma grande fixadora de nitrogênio e muito rica em nutrientes, não sendo tão exigente quanto à fertilidade do solo, somente não tolera os de baixa drenagem.

A produção é realizada individualmente nos lotes familiares, embora em alguns núcleos de moradia existam áreas de produção coletiva. O movimento sem-terra não obriga todas as famílias a produzirem coletivamente no assentamento. A produção coletiva é uma escolha individual. No caso de alguma família deixar o assentamento e não havendo outro grupo familiar a ser assento em seu lugar, este lote não permanece improdutivo, é destinado à produção coletiva no assentamento. Neste sistema coletivo de produção, o plantio, a manutenção, a colheita e a divisão dos bens produzidos ocorrem coletivamente. A produção de polvilho, de cana-de-açúcar e a horta também são produzidas coletivamente. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo, verificaram-se problemas na divisão dos bens produzidos coletivamente.

Embora de propriedade particular e encontrando-se em um avançado estado de deteriorização, os bens de capital, tais como: tratores, arados, colheitadeiras são utilizados coletivamente pelos assentados. As famílias têm desenvolvido no assentamento Mário Lago uma rica policultura orgânica, produzido uma grande diversidade de gêneros alimentícios, tais como: milho, feijão de corda, feijão carioca, arroz, abóbora, mandioca, quiabo, banana, cuja base é a utilização da semente crioula, que, ao contrário da semente híbrida, não possui alterações genéticas. Os assentados produzem ainda na horta comunitária legumes, verduras, criam pequenos animais confinados, tais como: aves, caprinos e suínos. A criação de animais de grande porte torna-se praticamente impossível em razão das dimensões do lote.

O assentamento Mário Lago não dispõe de nenhum sistema de irrigação, dependendo as famílias assentadas da água que captam da chuva mediante cisternas improvisadas, pequenos poços cavados manualmente e riachos existentes na propriedade. Por esta razão, o sistema produtivo do assentamento encontra-se totalmente subordinado às estações da natureza. As famílias realizam o plantio dos gêneros alimentícios nos meses que antecedem o período do verão, em razão da grande incidência de precipitação pluviométrica neste período do ano. No decorrer do ano, as famílias não realizam nenhum tipo de plantio. Os gêneros alimentícios também são plantados de acordo com a sua época.

Desde a fase de acampamento, as famílias têm produzido esses mesmos gêneros alimentícios, utilizando para tanto as mesmas técnicas de plantio, considerando ainda esse modelo de produção agroecológica como uma alternativa viável ao sistema produtivo do agronegócio local, sistema esse entendido pelos sujeitos pesquisa como pura degradação do meio ambiente e exploração do trabalho humano.

A produção coletiva de cana-de-açúcar no assentamento vem declinando. No decorrer do processo de ocupação, nem todos os pés de cana existentes na propriedade foram arrancados para a construção dos barracos ou substituídos pela produção de alimentos para o acampamento provisório. A produção de rapadura e de caldo de cana transformou uma alternativa fora da ótica do Incra para as famílias assentadas que comercializavam esses produtos dentro e fora do assentamento, além de servir para a alimentação de animais.

No entanto, verificou-se que atualmente os sujeitos pesquisados, em razão da formação política desenvolvida pelo movimento sem-terra, totalmente contrária à monocultura da cana-de-açúcar, não possuem grandes pretensões com relação a esta produção. Recentemente, as famílias iniciaram a produção de polvilho.

Em razão das famílias estarem assentadas em lotes provisórios e em futuras áreas de preservação ambiental, ainda não iniciaram o plantio da Reserva Legal e o resgate do passivo ambiental. O assentamento também não tem recebido nenhum apoio de organismos externos governamentais ou não-governamentais para a realização de projeto que objetivem a preservação de matas ou águas superficiais existentes no local.

No que tange à relação das lideranças do assentamento e dos sujeitos pesquisados com os técnicos do Incra, constatou-se mediante a realização da pesquisa de campo que possuem uma relação amigável, embora esses mesmos técnicos também sejam vistos com certa desconfiança pelas famílias assentadas. O Incra em conjunto com o movimento sem-terra têm oferecido assistência técnica aos assentados. A qualificação técnica dos jovens do assentamento é realizada pelo movimento sem-terra no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, que, por sua vez, conta com um curso técnico agroecológico, ministrado por docentes da Unicamp, até mesmo porque cerca de 50% das famílias assentadas nesse local não possuía qualquer vínculo anterior com a agricultura. O curso é realizado em etapas que duram setenta e cinco dias, com turmas de sessenta alunos, recebendo inclusive trabalhadores rurais de diversos estados. Esse espaço conta ainda com um curso superior de Pedagogia da Terra em parceria com a UFSCar, além de oficinas de viola.

A formação política das famílias que se inicia nas reuniões de base em que são convidadas a ingressar no movimento estende-se também no referido centro de formação. Além da formação política e qualificação técnica, esta estrutura centraliza

a alfabetização e a promoção da cultura popular, difundindo ainda idéias de cooperativismo e associativismo. As técnicas transmitidas no curso agroecológico permitem recuperação do terreno sem prejuízos ao meio ambiente. As famílias queixam-se ao pesquisador de que a terra encontrava-se exaurida em razão das sucessivas plantações de cana-de-açúcar no assentamento.

Os assentados receberam o primeiro fomento destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos na ordem de R\$ 2.400,00, divididos em três parcelas. No entanto, como os núcleos familiares encontram-se assentados em lotes provisório, estes investiram esse primeiro fomento em uma propriedade que futuramente pode não lhes pertencer. Alguns assentados desejaram utilizar parte deste primeiro fomento para a aquisição de eletrodomésticos e móveis, mas foram impedidos pelos técnicos do Incra.

Com o assentamento provisório, o Incra deixou de distribuir cestas básicas. No primeiro fomento, os assentados utilizaram a primeira parcela de setecentos reais para a compra de alimentos. Em 2008, o início das chuvas atrasou, dificultando dessa maneira o processo produtivo. Em virtude deste fato, as famílias assinaram um abaixo assinado, solicitando ao Incra que, no recebimento do segundo fomento, quinhentos reais sejam destinados a compra de alimentos. Em sua grande maioria, as famílias consideram como razoáveis suas atuais condições de trabalho. A renda familiar mensal para os núcleos familiares que não possuem uma complementação de renda fica em torno de trezentos a quatrocentos reais. A mão-de-obra utilizada é a familiar, com a esposa e os filhos participando no processo produtivo.

Os produtos orgânicos produzidos no assentamento são comercializados de diversas maneiras. Embora, em sua grande maioria, a produção seja realizada individualmente nos lotes familiares, o repasse dos produtos à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) é realizado coletivamente. A Conab é um projeto do governo federal que objetiva comprar a preços significativos a produção de pequenos agricultores, repassando esses produtos às entidades assistencialistas. No entanto, torna-se importante esclarecer que não são todos os assentados que possuem este convênio com a Conab.

Dessa maneira, as famílias têm também comercializado individualmente seus produtos em Feiras do Produto realizadas aos sábados em frente a um supermercado localizado no Bairro Ribeirão Verde. Moradores residentes neste referido bairro também têm se deslocado até o assentamento para adquirirem os produtos. As lideranças possuem também o projeto de construir uma espécie de galpão na entrada do assentamento, que funcionará como uma feira para a venda dos produtos.

Objetivando reverter à pejorativa concepção que vigora sobre o movimento sem-terra na sociedade brasileira e, em especial, na região de Ribeirão Preto, acerca da

inviabilidade de um processo mais consistente de reforma agrária frente à supremacia do agronegócio, dentre outras ações, as famílias têm realizado mensalmente a distribuição dos alimentos orgânicos produzidos no assentamento no centro da cidade de Ribeirão Preto.

Os dados colhidos mediante a realização da pesquisa de campo sugerem que os grupos familiares estão conseguindo sobreviver precariamente com o desenvolvimento da policultura orgânica no assentamento, permanecendo em uma condição de mera subsistência. Verificou-se que os sujeitos pesquisados utilizam parte dessa produção orgânica para o autoconsumo, sendo que o excedente de produção é utilizado como moeda de troca com outras famílias ou comercializado individual ou coletivamente.

À exceção da produção de cana-de-açúcar e do polvilho, produzidos coletivamente, os demais produtos orgânicos não passam por um processo de beneficiamento, não se agregando dessa maneira valor em sua cadeia produtiva. Comercializados individualmente, esses produtos são vendidos a preços irrisórios. Com os ganhos adquiridos mediante a comercialização individual e coletiva, as famílias adquirem fora do assentamento, pois não é permitido pelo movimento sem-terra qualquer tipo de comércio individual no assentamento, os demais produtos utilizados em sua alimentação. Dessa maneira, parte da riqueza produzida não permanece no próprio assentamento.

Do decorrer da pesquisa de campo, foram encontrados casos de famílias que complementam a sua renda mensal com o recebimento de benefícios de seguridade social, alugueis ou mesmo realizando serviços temporários na cidade, pois não podem possuir vínculo empregatício. Foram verificados muitos casos de faxineiras, pedreiros e auxiliares de pedreiro que realizam os chamados serviços de empreita na cidade. Após a realização do plantio da safra, os assentados dispõem de um considerável tempo ocioso para desempenharem tais atividades na cidade, complementando, dessa maneira, sua renda familiar. Entretanto, no período da colheita, as famílias permanecem quase que em tempo integral no assentamento.

Em 2007, surgiu uma tese na mídia brasileira afirmando que o Programa Bolsa Família do Governo Federal, aliado a uma maior identificação dos movimentos sociais que lutam pela implementação da reforma agrária no país com a pessoa do presidente da República e um aumento da subvenção destas organizações, estariam servindo como um fator de desmobilização destes mesmos movimentos sociais, esvaziando-os. As famílias prefeririam permanecer acomodadas nas periferias urbanas recebendo este benefício social a ingressarem nos referidos movimentos sociais e que, dessa maneira, o MST estaria impedindo as famílias que estão sob sua tutela de receberem este benefício social.

No decorrer da pesquisa de campo, não foram encontrados elementos suficientes

para corroborar a afirmação de que o MST estaria proibindo as famílias que estão sob sua responsabilidade de receberem o Programa Bolsa Família. Aliás, frente às dificuldades estruturais e até mesmo de subsistência enfrentados pelos sujeitos pesquisados seria uma verdadeira insanidade por parte de o movimento sem-terra impedir o recebimento deste benefício social, o que, por sua vez, poderia gerar ainda mais conflitos e divisões na estrutura social do assentamento Mário Lago.

Referências

BRENNEISEN, E.C. **Relações de Poder, Dominação e Resistência: A Organização Social e da Produção em Assentamentos Rurais na Região Oeste do Paraná**. 2000. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), São Paulo.

CARMO, M.S. do. Desenvolvimento Territorializado: assentamentos rurais e agroecologia. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JÚNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas uma trajetória de 20 anos**. São Paulo: INCRA; Araraquara: Uniara, 2005, p. 219-234.

FERNANDES, B.M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL**, Buenos Aires, ano IV, n.11, p.31-40, maio/ago, 2003.

_____. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; Araraquara: Uniara, 2008, p. 27-52.

FERRANTE, V.L.S.B. A proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.16-23, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Reforma agrária e "desenvolvimento como liberdade": Uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp-Uniara, n.10, p.19-43, 2006.

GONÇALVES, C.W.P. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **OSAL**, Buenos Aires, ano VI, n.16, p.23-34, jan/abr, 2005.

GONÇALVES, J.C.; SCOPINHO, R.A. Conflitos e negociações em projetos de desenvolvimento rural sustentável: o caso do assentamento Mário Lago - Ribeirão Preto (SP). Fórum de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente: políticas, legislação e gestão ambiental, 2008, Araraquara/SP. In: **Anais...**, Araraquara/SP, 2008. CD-ROM.

GIRARDI, E.P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

INCRA. **Guia da Reforma Agrária em São Paulo** - Introdução às Questões Agrárias e Fundiárias do Estado de São Paulo. São Paulo: INCRA - SP, 2005.

LAZZARETTI, M.A. **A Produção da Ação Coletiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Papel das Lideranças**. 2008.

MITIDIERO, M. A. Jr. **As Contradições da Luta Pela Terra**: o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra. 2002. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11/12, p.86-93, abr/jun, 1997.

_____. "Mobilização sem emancipação" - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para Viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

SOUZA, V.F. de; BERGAMASCO, S.M.P.P. A presença do MST e da Comcamp nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.10, p.143-155, 2006.

TURATTI, M.C.M. **Os Filhos da Lona Preta**: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

INDICADORES DE GESTÃO E EDUCAÇÃO: SUBSÍDIOS À PATRIMONIALIDADE AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS

Claudionor Renato da Silva¹
Vera Lúcia Silveira Bota Ferrante²

Resumo: O artigo propõe a apresentar discussões reflexivas e possíveis aproximações entre patrimonialidade ambiental (gestão e educação) e os espaços dos assentamentos rurais. A partir da aplicação de questionários, foram organizados indicadores de caracterização ambiental para subsidiar reflexões da dimensão (possível) de processos patrimoniais de gestão e educação. As discussões aqui apresentadas possibilitam apontamentos de reflexões e ações urgentes em patrimonialidade nas agendas de estudos em Sociologia Rural e das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e para as questões ambientais dos assentamentos rurais.

Palavras-Chave: Indicadores; Gestão; Educação; Patrimonialidade Ambiental; Assentamentos Rurais.

Abstract: This paper aims to present the insightful discussions and possible connections between patrimonial environment (management and education) and the rural settlements' places. Employing the information obtained from the completion of questionnaires, it was organized environment characterization indicators to subsidize reflections on the dimension (probable) of both management and education patrimonial processes. The debates focused by this work indicate the need to go over the main points of evidence on patrimonial matter, providing that this subject is included in the Sociology of Agriculture

¹Graduando em Pedagogia (Centro Universitário de Araraquara – UNIARA). Pesquisador NUPEDOR (Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural – UNIARA) de Iniciação Científica.

²Coordenadora, Docente e Pesquisadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA.

studies' agenda as well as in the public policies headed for the development and environment issues regarding the rural settlements.

Keywords: *Indicators; Management; Education; Patrimonial Environment; Rural Settlements.*

A Título de Introdução

Temos trazido para discussão nos estudos da Sociologia Rural³ o conceito da patrimonialidade ambiental como instrumento de gestão nos assentamentos rurais, perpassados pelas considerações da educação formal e/ou informal. Tais considerações são imprescindíveis para se pensar o modelo pelo qual os assentamentos são geridos, ora pautados na integração às agroindústrias, ora na diversificação agrícola.

Incluem-se nesses espaços, para efeito dos estudos patrimoniais, não apenas as áreas de reserva, mas toda a área dos assentamentos, inclusive os lotes de produção (estes, comumente desconsiderados nas questões que abarcam o fator ambiental).

Entendemos por gestão o conjunto de ações dos órgãos institucionais administrativos (incluindo a assistência técnica) e dos assentados, evidentemente, atores do processo. Ações em parceria, na coletividade. Acesso, uso, recuperação/preservação/conservação. E, nesse sentido, ações mais voltadas à recuperação dos espaços dos assentamentos, com acesso e uso no enfoque estratégico patrimonial conforme propõe Ollagnon (2000).

Entendemos por Educação na perspectiva da Educação Patrimonial Ambiental - um conceito e ação ainda em formação na área das ciências ambientais⁴ - e da Educação Ambiental a instauração de um processo de dialogicidade, discussão, conscientização e trabalho de equipe (envolvendo todos os atores do espaço considerado) utilizando-se dos espaços formais e não formais para aproximar todos do problema, constituindo,

³A temática começou a ser desenvolvida no Projeto Financiado pelo CNPq (2007–2010) "Assentamentos e desenvolvimento: bloqueios, tensões e perspectivas (uma análise comparativa entre regiões diferenciadas)" e tem tido continuidade no Projeto aprovado pelo CNPq "Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo – Categoria 1 – Relações de Gênero e Iniciativas de outro Modelo de Desenvolvimento" (Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA n.º 57/2008).

⁴As ciências ambientais constroem a patrimonialidade nos estudos da História a partir dos conceitos de patrimônio cultural e patrimônio histórico. Há também fortes discussões no campo jurídico do ponto de vista do patrimônio material e imaterial, conforme esclarecimentos de Ollagnon (2000).

em meio ao conflito e ao dissenso, um itinerário comum, porém flexível, admitindo ajustes no decorrer do processo. Mas nesse processo de dialogicidade, de ensino e de aprendizagem, de saberes e falas, não são desconsiderados os conflitos, as relações de poder. Configurando-se, portanto, a constatação que os espaços de assentamentos conquistados demandam "domesticação", ou seja, reconhecimento de novas possibilidades, adaptabilidades e novas relações, ressaltando a emergência de novas dimensões de conflito e de relações de cooperação.

Apresentamos a seguir a busca por uma teorização para patrimonialidade ambiental desmembrada apenas para fins analíticos em Gestão Patrimonial Ambiental (mais amplo e objetivo) e Educação Patrimonial Ambiental (também amplo, mas necessariamente mais pontual; marcado pela subjetividade e resultados a médio e longo prazos).

Discute-se os indicadores selecionados/indicados para discussão de cada uma das vertentes da Patrimonialidade Ambiental (Gestão e Educação) e propõe-se a abordagem questionadora da proposta de uma Patrimonialidade Ambiental nos Assentamentos Rurais.

Patrimonialidade Ambiental: Elementos de Aproximação Teórica

Consideramos como vertente teórica de nosso trabalho os textos organizados por Vieira e Weber (2000) que abordam a questão da gestão ambiental sob um novo enfoque, o da patrimonialidade, indicando caminhos teóricos, metodológicos e práticos de recuperação ambiental⁵ nos territórios franceses desde o final da década de 1970 do século passado.

Bem comum. Essa é a designação chave para se entender e conceituar patrimonialidade. A natureza, os bens naturais, os espaços e lugares como existência e "propriedade comum". O ator social⁶ na relação com o meio. A maneira como esse ator age sobre e com esse meio e, também, na ação reversa como o meio atua com e sobre esse ator. Esse conjunto e dinamismo de ações e relações é que definem a noção de *patrimônio* relacionado ao meio ambiente, como

O conjunto de elementos materiais e imateriais que concorrem para a manutenção e o desenvolvimento da identidade e da autonomia

⁵Projetos de recuperação ambiental de águas subterrâneas, áreas de montanhas, bacias hidrográficas e solos, particularmente, atividades agrícolas diversificadas e inovadoras (OLLAGNON, 2000, p.171 apud VIEIRA, WEBER, 2000).

⁶Ou "atores" entendidos aqui como os sujeitos pertencentes ao território e em vivência comum.

de seu titular no tempo e no espaço, através do processo de adaptação a um meio evolutivo (OLLAGNON, 2000, p. 183).

Na patrimonialidade há entre o homem e o espaço (o lugar) uma relação sistêmica ou ecosocioecológica - como define Capra (1996) - "relações ecossistêmicas" de equilíbrio, acomodação e resistências. Ademais, essa relação (ou relações) operacionaliza a identidade do sujeito.

Como argumenta Hall (2006, p.9), "A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza".

De fato, a degradação ambiental expõe aos envolvidos no meio a inquietação ou a mobilização para uma cadeia de processos de mudanças que seguem os passos básicos da alfabetização ecológica⁷ quais sejam o da visão, tradição, relação e ação⁸.

O mesmo atestado por Ferrante para quem as realidades da patrimonialidade não

se apresentam como caminho de mão única, exigem a análise das singularidades, das ações de resistência, de acomodação ou de conflito, que aparecem sob a forma de impasses e perspectivas no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno..." (FERRANTE et al., 2005, p.39).

São essas relações de conflito que exigem um modelo gestacional ou "um novo tipo de gestão da natureza conclama à participação de novos tipos de gestores e à criação de novas maneiras de gestão" (OLLAGNON, 2000, p.172).

Esse novo modelo de gestão (patrimonial ambiental) supõe uma gestão social dos diversos atores envolvidos (os segmentos racionais) numa função de intencionalidade de consenso e globalizadora, mas também caracterizada "através das *arbitragens* e *negociações* dos atores situados *num contexto de resolução de problemas* (...) de todo um comportamento efetivo do ator e do 'sistema de ação'" (OLLAGNON, 2000, p.176, grifo nosso).

Acreditamos que as arbitragens e negociações dos atores sociais, num campo de disputas, implicam em relações educacionais nos contextos formais e/ou informais -

⁷O termo em inglês é ecoliteracy que se efetiva em atitudes ecológicas e eticamente corretas, saudáveis, culturas e saberes é colocado em cadeias de articulação "ecossistêmicas". (CAPRA, 1996; STONE, BARLOW, 2006; WHITAKER, BEZZON, 2006).

⁸Passos básicos, elementares da alfabetização ecológica (STONE, BARLOW, 2006).

Educação Patrimonial Ambiental - marcadamente dialógicos e de possíveis ações pedagógicas de conscientização ambiental, de ambas as partes, por processos de ensino e de aprendizagem.

Assim os elenca Ollagnon (2000):

- ✓ o desenvolvimento de uma *consciência patrimonial* dos atores implicados e do sistema de ação;
- ✓ a instauração de uma *relação patrimonial*;
- ✓ o firmamento de *negociação* e *operacionalização* entre os atores para localização/identificação de *interesses patrimoniais comuns*.

Consciência, relação e interesses patrimoniais comuns promovem o que Horta (1999) aponta como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, o que pode ocorrer de maneira mais incisiva nos espaços dos assentamentos rurais como afirma Whitaker e Bezzon (2006).

Horta (1999) complementa que essa subjetividade marcadamente percebida na evidência da cultura retroalimenta o sujeito no sentido de que a consciência de bem comum mediada por essa educação patrimonial em processo o faz entender que é parte intrínseca do seu meio, utiliza-se dele para viver e compreende que dele é parte integrante.

Pontuam-se então meios de comunicação formal e/ou informal que possam assegurar uma Educação Patrimonial Ambiental na comunidade de ação (o assentamento), que sejam:

- ✓ locais físicos e institucionais de encontro, de comunicação, de negociação e de gestão objetivando minimizar a gestão direta e maximizar a negociação;
- ✓ linguagens de gestão e de negociação adaptadas e aceitas, específicas para cada comunidade de ação e centradas num problema; e
- ✓ procedimentos de gestão e negociação (OLLAGNON, 2000, p.192).

Esse enfoque patrimonial ambiental aqui abordado numa perspectiva de gestão e educação (patrimoniais) é possivelmente uma alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos uma vez que sua estrutura, considerando a área de recorte desse estudo, o Assentamento Monte Alegre, Núcleo III, apresenta condições para ações de gestão e educação patrimoniais ambientais na resolução de problemas ambientais focados. Condições estas que não vêm sendo incorporadas ou absorvidas pelos órgãos gestores.

Focalizar o problema ambiental e privilegiar a dimensão patrimonial envolve o

estabelecimento de três elementos que devem ser articulados: o elemento econômico, o ecológico e o técnico administrativo (OLLAGNON, 2000).

O aspecto econômico é considerar o meio a ser estudado, analisado, "patrimonializado" em sua "dimensão mercantil" voltada às necessidades imediatas o que deve ser considerado levando-se em conta o segundo elemento de nossa análise: o ecológico. A partir das questões básicas: o uso e acesso comprometem o equilíbrio do ecossistema desse meio? Como se dão as relações desse meio com o homem e suas ações? Serão comprometidos os seres vivos dessa cadeia sistêmica? E, por fim, o elemento técnico administrativo que promove ou pretende operacionalizar uma "gestão social" do meio de forma sistêmica, multidisciplinar e, acima de tudo, humanizadora. Tomando por princípio que a gestão patrimonial caracteriza profundamente por uma ação educativa e dialógica, há que se levar em conta como hipótese as seguintes indagações: quais os saberes e quais as falas dos diversos atores sociais desse meio quanto ao problema a ser resolvido? Quais conhecimentos inter, multi e pluri disciplinares podem colaborar na investigação-ação-recuperação? Tratando-se dos assentamentos rurais, qual o papel do Estado, do Órgão Gestor quanto às políticas públicas e custeio para efetivação do plano de ação sobre o meio com a participação de todos os envolvidos? Que ações conjuntas de gestão (envolvendo todos os "atores"⁹) vêm sendo promovidas nesse espaço?

Essa tríade de articulações colocam-nos o ponto de partida, de permanência e de saída do enfoque patrimonial ambiental que "(...) reside no reconhecimento da complexidade, da globalidade, da totalidade e da interatividade que caracterizam os sistemas vivos e a esfera humana" (OLLAGNON, 2000, p.176).

A temática e os estudos em patrimonialidade são muito vastos e amplos, pois assumem uma característica sistêmica da ciência, o que nos leva a fazer recortes e uma aproximação possível com este corpo teórico.

Ações patrimoniais ambientais no viés da gestão e da educação constituem, a nosso ver, para os assentamentos rurais, oportunidades inigualáveis e potenciais de mudança e desenvolvimento humanos, econômicos, sustentáveis, justos e ambientais.

Indicadores Patrimoniais Ambientais: O Que os Dados Revelam

Área de Estudo

Os dados da pesquisa coletados dos arquivos do NUPEDOR¹⁰ foram

⁹Nos estudos patrimoniais ambientais essa ação multi atores constitui-se no sistema-ação da patrimonialidade ambiental numa perspectiva de gestão e educação (patrimoniais).

¹⁰Ver notas 1 e 2.

desenvolvidos com a metodologia quantitativa de aplicação de questionário na Agrovila do Assentamento Monte Alegre Núcleo III¹¹, na cidade de Araraquara, SP, no segundo semestre do ano de 2008, uma estratégia que não tem sido isolada de outros caminhos de pesquisa como as idas a campo, com registros em diários, as entrevistas, depoimentos, dentre outros instrumentos metodológicos.

O Núcleo III foi instalado pelo ITESP¹² nos anos de 1985 e 1986 juntamente com os Núcleos I, II e IV¹³.

Maria Edy F. Chonchol nos relatando o histórico deste assentamento afirma que essa área caracteriza-se por:

Vasto domínio de 7.300 hectares, a Monte Alegre guarda a unidade geográfica e os limites definidos nos anos vinte do século XX. No entanto, em 1940, estas terras passaram para o domínio público, com sua aquisição pelo Estado de São Paulo (CHONCHOL, 2003, p.71).

A trajetória desse Núcleo é marcada pela descontinuidade de políticas públicas de planejamento no que tange ao seu desenvolvimento, como afirmam Ferrante e Barone (1997/1998).

Idéia essa também apresentada por Chonchol (2003), para quem:

Ao reconstruir a história do Assentamento Monte Alegre, tentaremos esclarecer as diferentes estratégias dos atores que nele se inserem, evidenciando jogo de suas confrontações, os conflitos que surgem e as negociações que definem os campos possíveis de entendimento (...). A experiência do Assentamento Monte Alegre surge neste contexto de múltiplas iniciativas no plano local e de diversas intervenções que se inserem no difícil jogo da centralização/descentralização, no qual se ressaltam as contradições entre as forças sociais que nela se confrontam (CHONCHOL, 2003, p.66-67).

¹¹Este Núcleo possui 19 Lotes pertencentes à cidade de Matão, totalizando 76 Lotes (FERRANTE, BARONE, 2003).

¹²Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva".

¹³Atualmente, o Assentamento Monte Alegre têm 6 Núcleos com 358 lotes (FERRANTE, BARONE, 2003).

Figura 1. Localização geográfica aproximada (detalhe no quadrado) do Assentamento Monte Alegre apontando as Rodovias que circundam a área



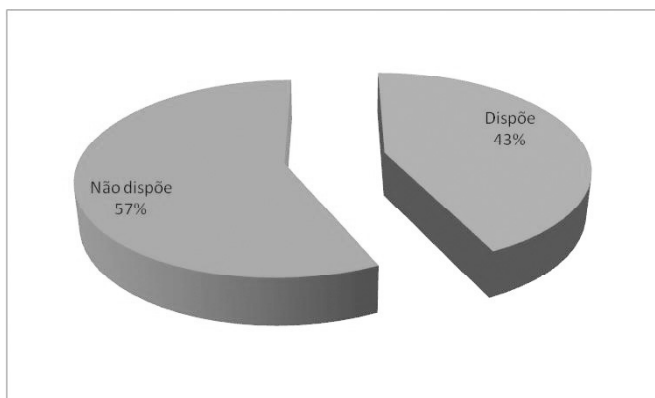
Fonte: Google Maps – Imagens, 2009.

Indicadores de Gestão e Educação Patrimonial Ambiental nos Lotes de Produção

Elencamos aqui gráficos e tabelas para entender nessa sondagem inicial como esses indicadores contribuem para a conceitualização e a construção metodológica de uma gestão e educação patrimonial ambiental possível nesses espaços.

Uma análise dos Gráficos 1 e das Tabelas 1 e 2 nos apresenta os recursos naturais do assentamento e que, portanto, deveriam ser alvo de uma gestão quanto ao uso e controle e que, na sua ausência, já nos mostram indicativos preocupantes.

Gráfico 1 . Extensão da Reserva Legal nos Lotes de Produção.



Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 1. Extensão de APP.

Existe mata ciliar (APP)	Respostas (%)
Sim	28
Não	38

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 2. Existência de Águas de Superfície.

Água de superfície	Respostas (%)
Córregos/riachos/rios	38
Nascentes ou minas	24
Represa, açude ou tanque	10

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

O primeiro indicativo preocupante presente no Gráfico 1 vem do dado de os 43% dos lotes terem abarcado, em sua extensão, uma Área de Reserva Legal, instaurada no início do assentamento e acordada como área que futuramente receberia tratamentos de reserva com plantação de árvores nativas e recuperação dos solos marcadamente de plantação de eucaliptos. Promessa não cumprida.

As Tabelas 1 e 2 são decisivas para discussão da patrimonialidade ambiental e implicam

¹⁴Esta é uma das definições da Patrimonialidade Ambiental. Toda Patrimonialidade envolve a "titularidade" no "sistema-ação". "(...) Os enfoques do patrimônio (...) estabelecem uma relação entre elementos materiais e imateriais e seres ou grupo de seres, estes últimos denominados seus titulares patrimoniais (...) à sua transmissibilidade no tempo, de geração a geração" (OLLAGNON, 2000, p. 183).

não só em uma "gestão co-autoral"¹⁴ mas também e, acima de tudo, em uma educação patrimonial ambiental, marcadamente dialógico e reflexiva. Primeiro, pela ausência de algumas respostas (posicionamentos) por parte de alguns entrevistados; segundo, pela não incorporação ou não conhecimento dos conceitos constantes no formulário aplicado e, terceiro, pelas fortes implicações de dimensão ambiental apontados nesses dados.

O baixo índice de respostas dos assentados nos leva a questionar se os entrevistados entendem o que são Matas Ciliares¹⁵ ou se, de fato, omitiram respostas ou se negaram dar sua posição (o que é aceitável e possível na metodologia empregada).

Dos assentados, 28% afirmam existir Matas Ciliares em seus lotes contra 38%. Respostas são indefinidas: 34%. No indicador Águas de superfície (Tabela 2) temos também um alto percentual de respostas não definidas: 28%.

Somando-se os dois primeiros itens da Tabela 2, temos 62% dos lotes do Assentamento Monte Alegre – Núcleo 3 com presença de águas de superfície e, portanto, com recursos hídricos (de córregos, riachos, rios, nascentes ou minas).

Cruzando esses dados com a Tabela 1, dos 62% cobertos por recursos hídricos apenas 28% são ocupados por Matas Ciliares. Esse dado dá à patrimonialidade ambiental, gestão e educação, fontes de apoio e atenção ao problema e também às pesquisas ambientais rurais a dimensão necessária de aprofundamentos de análise e possível formulação de ações efetivas de educação, regulação, proteção e gestão. Vamos à análise da Tabela 3:

Tabela 3. Usos das Áreas de Reserva e Águas de Superfície.

Uso área reserva ou água de superfície	Respostas (%)
Não utiliza	71,0
Utiliza	9,5
Projeto agroflorestal	0,0
Não se posicionaram	19,0

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Essa Tabela nos apresenta também aproximadamente 20% dos entrevistados que não identificaram posicionamentos quanto a questão de usar a reserva legal ou os recursos hídricos. Outros quase 10% afirmam utilizar tais recursos não indicando nesse momento para que finalidade específica.

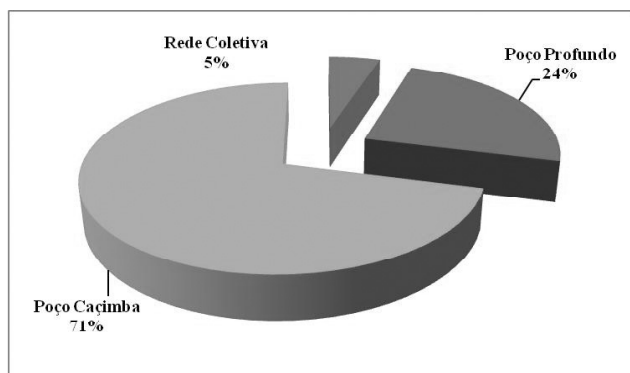
Para essas duas respostas a análise do ponto de vista da patrimonialidade ambiental e gestão exige respostas ao modo de utilização desse recurso (s), às condições e ao seu processamento.

¹⁵Vegetação à margem de rios e mananciais e que protegem os cursos de água do assoreamento.

Obviamente uma pesquisa de instrumentação quantitativa não proporcionará a análise que se pretende aqui. É preciso outros instrumentos metodológicos e observações especializadas¹⁶. O enfoque patrimonial, entretanto, não nos diz que por ser recurso natural é intocável. Pode-se utilizar desde que o uso e o acesso (pontos de vista econômico, ecológico e técnico-administrativo) de tais recursos garantam à atual e às futuras gerações a "herança" de tais espaços. A gestão integrada poderá operacionalizar sua ação fundamentando-se nesses três fatores.

Prosseguindo essa análise quanto ao uso das áreas de reserva e uso dos recursos naturais adiantamos o Gráfico 2 e a Tabela 4.

Gráfico 2. Origem da Água para uso Doméstico.



Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 4. Uso das Águas de Superfície para fins Agropecuários.

Origem da água para agropecuária	Respostas (%)
Chuva	19,00
Poço fundo	9,50
Poço cacimba	43,00
Represa	9,50
Mina ou córrego	4,75
Rede de Abastecimento	4,75

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

¹⁶Essa é uma das preocupações do nosso Projeto "Assentamentos e desenvolvimento: bloqueios, tensões e perspectivas (uma análise comparativa entre regiões diferenciadas)"(CNPq, 2007-2010) em que com o apoio de biólogos e químicos do Programa de Mestrado e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA nos propomos a analisar os parâmetros investigativos aqui apresentados.

Esses dados poderiam por um lado, ampliar a análise do Tabela 3 e, por outro, considerando o Tabela 4, se não houvesse sido considerado o uso da água de superfície (recursos hídricos) ao lado das áreas de Reserva Legal, poderíamos ter chegado a aproximações mais detalhadas do acesso e uso desses recursos. Nesse sentido, tivemos uma dificuldade de análise quali e quantitativa da questão. Contudo, não os invalidam, ao contrário, fornecem uma ponte de investigação posterior para aprofundamentos.

O uso dos poços cacimba que representa 71% dos lotes leva-nos a preocupação, como aponta Schistek (1999) de que, embora, sejam vantajosos, mais econômicos e muitas vezes a única saída para os assentados, afetam diretamente os lençóis de água e nesse sentido projetam a contaminação dessa grande rede freática. O que sugere uma ação de gestão integradora, ambiental, patrimonial, educacional, pois, "toda exploração de água subterrânea implica em redução de níveis e pode ter uma demora de muitos anos antes de que se estabeleça um equilíbrio" (HIRATA, 2009).

A mesma análise pode ser transposta para os poços profundos. Essa questão não pode ser analisada somente do ponto de vista do impacto ambiental, há necessidade do enfoque do Estado, dos Órgãos Gestores, das ações e extensões de pesquisas universitárias para que sejam viabilizadas, então, alternativas estratégicas. É exatamente essa análise pontual e principal da patrimonialidade ambiental, de forma que tanto a gestão como a educação proposta possam gerar novas formas de vida, a "domesticação" do espaço conquistado no sentido de aprimorar com qualidade de vida dos assentados.

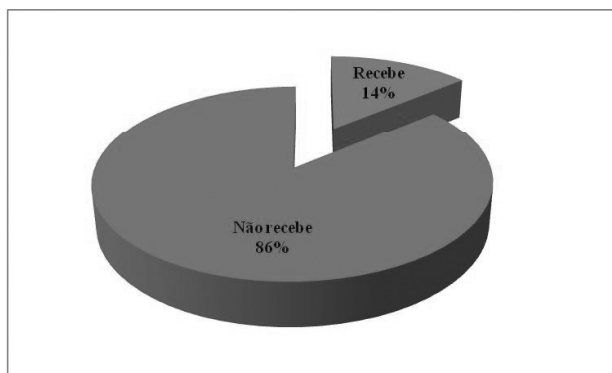
Os apontamentos de Schistek (1999) e Hirata (2009) quanto à contaminação do lençol freático nos levam a considerar os apontados da Tabela 4 a indicação óbvia e necessária gestão e educação patrimoniais.

Dos entrevistados, 43% admitem usar as águas do poço cacimba para fins agropecuários. Da perspectiva da Patrimonialidade Ambiental em Gestão, faz-se necessário averiguar se esses usos a curto, médio ou longo prazos não interferirão na qualidade dessas águas mesmo que tais águas levem tempo para acabar e a demanda seja muito inferior "ao que há em depósito".

Ao lado disso, o uso do córrego ou mina para fins agropecuários é também preocupante e merece uma urgente ação educacional e de gestão.

Já o Gráfico 3 e a constatação de 95% dos assentados de que (1) recebem assistência técnica e (2) Não receberam nenhuma notificação ambiental são indicativos sérios e desconcertantes de que uma Educação Ambiental Patrimonial e Gestão Patrimonial Ambiental é uma necessidade urgente nesses espaços. Dados que merecem uma análise mais aprofundada.

Gráfico 3. Apoio à Preservação Ambiental.



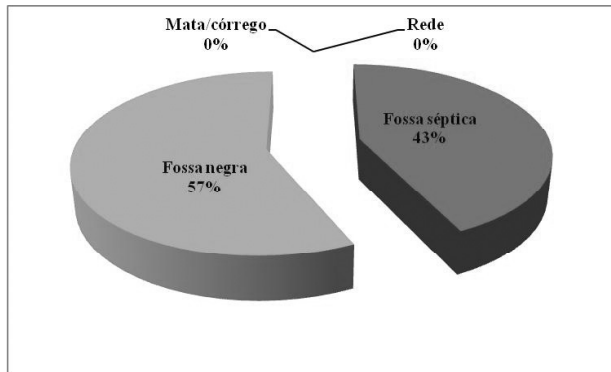
Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Apenas 14% dos Assentados recebem apoio à preservação ambiental, o que se contrapõe aos 95% na análise que afirmam receber assistência técnica. Novos questionamento entram em cena: Essa assistência técnica não abarca as questões ambientais? De onde vem os 14% de apoio à preservação? Do órgão gestor? De financiamentos federal, estadual, municipal? Qual a realidade e objetividade desses dados mensurados quantitativamente?

Considerando agora os 95% dos entrevistados que não receberam notificações ambientais cabem outros questionamentos: Se ninguém recebeu notificação como se explicam os dados de 86% dos assentados não receber apoio à preservação? E como asseverar que 95% são assistidos pela Assistência Técnica? Tais apoios técnicos desconsideram as dimensões ambientais? Talvez se possa dizer que a retórica presente nos discursos dos órgãos gestores contraria o que existe de concreto. E o que é definido como assistência técnica? Essas e outras questões exigem uma discussão sob o foco patrimonial ambiental.

O Gráfico 4 coloca à gestão e à educação nortes de trabalhos possíveis ou necessidades imediatas/urgentes de desenvolvimento aos espaços rurais. Sinaliza aos órgãos públicos e administrativos a urgência de ações de patrimonialidade ambiental no tocante ao saneamento básico e qualidade de vida.

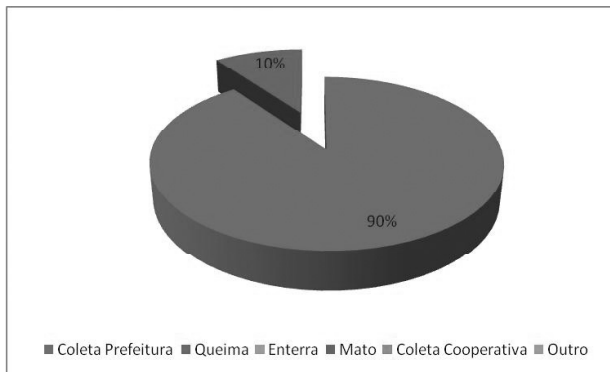
Gráfico 4. Tipos de Esgoto.



Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Quanto ao lixo doméstico (Gráfico 5) práticas de reciclagem ou ações de coleta na forma de cooperativas ou outras formas estão ausentes. Apenas 10% queimam o lixo. A abordagem da Educação Patrimonial Ambiental poderá discutir essas condições e alternativas propondo e estabelecendo movimentos de desenvolvimento nos espaços de assentamentos rurais.

Gráfico 5. Destino do Lixo.

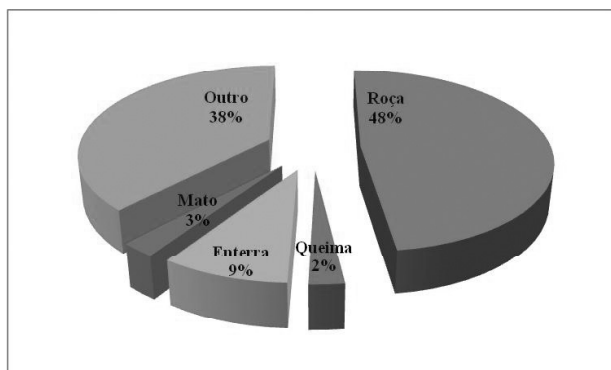


Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Um programa continuado de educação quanto ao destino da matéria orgânica (Gráfico 6) e a prática da agricultura orgânica (Gráfico 7) poderia levar a uma ação nos espaços formais e não formais que poderia gerar alternativas aos assentados, para produção e gestão de seu espaço com geração de renda e "saúde patrimonial ambiental" do solo e dos recursos hídricos e, portanto, sustentabilidade rural ecológica. Como afirma Canrobert Costa, promover o "entrelaçamento produtivo-cultural com

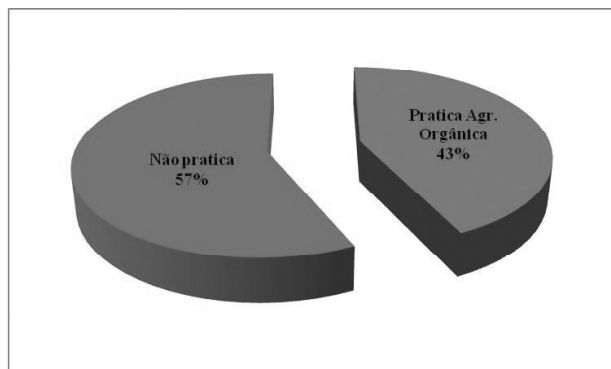
a produção familiar camponesa e visa continuamente a sustentabilidade socioambiental" (NETO, 2008, p. 72).

Gráfico 6. Destino Matéria Orgânica.



Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Gráfico 7. Agricultura Orgânica nos modos de produção agrícola.



Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Quanto ao Gráfico 7, a investigação deverá aprofundar nos lotes de produção aqui detectados, como se dão essas práticas agrícolas a fim de divulgá-las, localizá-las e até sinalizá-las do ponto de vista da Gestão Patrimonial Ambiental e Educação Patrimonial Ambiental, por representarem significativamente (43%) boa parte do Núcleo III do Assentamento Monte Alegre, o que pode implicar em um:

(...) desenvolvimento (rural) sustentável, ou seja, a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica

predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (NETO, 2008, p.73).

Algumas Questões Reflexivas: A Patrimonialidade Ambiental na Agenda de Pesquisa dos Assentamentos

A presente pesquisa nos possibilita a proximidade com dados que permitem uma primeira aproximação a temática em questão.

É necessário, contudo, destes apontamentos de indicadores ampliar em todas as dimensões possíveis novos e interessantes desdobramentos.

Mesmo com essa consideração reflexiva sobre a necessidade de aprofundamento in lócus, os resultados aqui discutidos nos deixam atentos a problemática ambiental ainda pouco analisada nos assentamentos rurais.

Os indicadores aqui estudados levam-nos também a considerá-los como subsídios que reportam a teorização, aplicação e vislumbamento de metodologias possíveis da patrimonialidade ambiental nesses espaços de assentamentos seja na sugestiva vertente de ação para uma gestão patrimonial ambiental, seja no apontamento de necessidades para uma proposta de educação em contextos formais e/ou informais, sempre se considerando o plano do real e o campo dos possíveis.

Nessa mesma argumentação apontamos as contribuições dessa "sondagem inicial quantitativa" para a urgente necessidade de inclusão da dimensão ambiental na agenda de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Essa primeira aproximação "diagnóstica" por meio do questionário nos permitiu constatar a riqueza de recursos naturais e extensões ambientais que não somente sugerem, mas exigem uma gestão proativa e eficaz nesses espaços.

Soma-se a isso a constatação, por meio de diários de campo e visitas a esse Núcleo de assentamento, ações de patrimonialidade ambiental em gestão e educação que nascem das próprias iniciativas dos assentados.

Apesar de nosso olhar repousar sobre o questionário e, portanto, nas respostas diretas dos assentados entrevistados, sabemos da importância de uma sondagem das reais condições e distribuições dos espaços territoriais dos assentamentos no que tange ao meio ambiente. Uma verificação da correspondência entre as falas dos assentados e as reais "existências" que aportam a dimensão ambiental.

Outra consideração fundamental da análise repousa sobre a continuidade e amplitude potencial das temáticas da patrimonialidade envolvendo a mulher no campo. Nas relações de levantamento e aquisição de matérias primas ou insumos necessários às suas práticas

associativistas de geração de renda, se manifestam relações de patrimonialidade ambiental, tratando-se das plantações que serão sua matéria prima de processamento e confecção final de seus respectivos produtos.

Nelas e em suas ações se expressam o *habitus* de seus conhecimentos e saberes e a relação que elas têm com o meio ambiente quanto aos produtos que processam e confeccionam especialmente os de gêneros alimentícios.

Ademais o artigo aporta-se no âmbito das hipóteses ou melhor afirmando, são reflexões aproximativas, olhares, digamos, rápidos sobre uma realidade complexa que é a natureza da dimensão ambiental e seus entroncamentos com os espaços rurais. Assim, não há conclusões, há caminhos, (alguns) dados e (algumas) "pistas". Um convite à abertura de debates e ações na busca de uma (efetiva) patrimonialidade ambiental (sustentável).

Referências

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CHONCHOL, M.E.F. Assentamento Monte Alegre: conflitos e negociações nas ocupações de terras. In: BERGAMASCO, SM.P.P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V.L.S.B. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.. BARONE, L.A.; Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: BERGAMASCO, SM.P.P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V.L.S.B. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.. BARONE, L.A.; BERGAMASCO, S. M.P.P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V.L.S.B. ALY JUNIOR, O. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA; Araraquara: UNIARA, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**, Araraquara, v.20/21, 1997/1998.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HIRATA, R. **Problemas Antrópicos Associados aos Recursos Hídricos Subterrâneos**. Aula 1b. Instituto de Geociências. Universidade de São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www2.igc.usp.br/disciplinasweb/12009/gsa5834/Hidra%201%20B%20Problemas.pdf>> Acesso em 03 de nov. 2009.

HORTA, M.L.P. GRUNBERGE; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

NETO, C.C. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, B.M. (Org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meio naturais. Enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SCHISTEK, H. **Caldeirão, Caxio e Cacimba**: três sistemas tradicionais de captação de água de chuva no nordeste brasileiro. IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada). 1999. Disponível em: <http://www.ieham.org/html/docs/clicks.asp?url=Caldeirao_Caxio_Cacimbo.doc> Acesso em: 03 de nov. 2009.

STONE, M.K; BARLOW, Z. (Orgs.) **Alfabetização Ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. 2ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema**. Reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Editora Alínea, 2006.

ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: RESISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REFORMA AGRÁRIA

Martha Esthela Santos Silva¹
Luís Antônio Barone²

Resumo: Este artigo se propõe estudar a organização produtiva e o associativismo em dois assentamentos localizados na cidade de Presidente Venceslau/SP, no Pontal do Paranapanema. Investiga-se o circuito econômico dos Assentamentos Primavera e Tupanciretan, levantando o desempenho produtivo dos assentados. Busca-se analisar essa variável em conjugação com o associativismo, considerado uma estratégia que os assentados utilizam na luta pela permanência na terra. Alguns assentamentos de reforma agrária adotaram o associativismo, enquanto esquema de organização e gestão da produção controlada pelos próprios trabalhadores. Nesta pesquisa, verifica-se uma relação entre associativismo e a produção nos assentamentos.

Palavras-Chave: Associativismo; Organização Produtiva; Assentamentos Rurais.

Abstract: *The purpose of this paper is to study the organization of production as well as the associativism in two settlements located in President Venceslau town, in the State of São Paulo, in Pontal do Paranapanema region. It is investigated the economic flow of Primavera and Tupanciretan settlements, considering the settled workers' productive performance. It attempts to analyze this variable in conjunction with the associativism, bearing in mind a strategy*

¹Graduanda de Geografia, FCT - UNESP- Presidente Prudente. Bolsista PIBIC/CNPq.

²Sociólogo, Professor Assistente Doutor, FCT-UNESP- Presidente Prudente.

used by the settled individuals to fight for their stability in the land. Some agrarian reform settlements had adopted the associativism as an organizational and management system of production under workers' control. In this research, a connection between associativism and settlement output is verified.

Keywords: *Associativism; Organization of Production; Rural Settlements.*

Introdução

O Pontal do Paranapanema, região oeste do Estado do São Paulo, desde o século passado é palco de grandes conflitos fundiários (LEITE, 1999). Este artigo tem como universo empírico de estudo o município de Presidente Venceslau, mais precisamente em dois assentamentos instalados ali, em terra contiguas: Primavera e Tupãciretan. Estes assentamentos foram formados no decorrer da década de 1990, momento em que temos no Pontal uma grande mobilização social de luta pela terra, que culminou com a formação de vários assentamentos.

Implantados há 12 anos, o assentamento Primavera possui 125 lotes e o Tupãciretan, 72 lotes. Nos dois assentamentos estudamos a questão da produção dos assentados com dados quantitativos, tendo sido realizado um levantamento³ com uma amostra de 18% no PA Primavera e 16% no PA Tupanciretan. Realizamos também um estudo acerca das associações existentes, constatando que seu objetivo é viabilizar a comercialização da produção rural.

Esta pesquisa quantitativa foi feita através de questionários aplicados em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2009. Dos 125 lotes do Assentamento Primavera foram visitados 23 lotes, ou seja, tivemos uma amostra de 18,4%. E no Assentamento Tupanciretan com 73 lotes foram entrevistados 12 lotes, cobrindo 16,4% do assentamento visitado.

Além da pesquisa quantitativa, trabalhamos com dados obtidos através de uma continuada investigação acerca da organização interna desses assentamentos. Assim, podemos comparar duas dimensões da realidade - a produtiva e a organizativa - buscando possíveis relações entre ambas.

Para melhor analisar os dados obtidos, os comparamos com uma pesquisa feita pelo NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), intitulada *Impactos dos Assentamentos Rurais: Um Estudo Sobre O Meio Rural Brasileiro*

³Este levantamento não trabalha com uma amostra estatisticamente construída, mas revela informações importantes sobre a realidade dos assentamentos.

(LEITE et al., 2000). Essa pesquisa registra dados do desenvolvimento rural em seis áreas do território brasileiro, sendo elas Sudeste do Pará (região do Bico do Papagaio), Sertão do Ceará, Zona Canavieira Nordestina, Entorno do Distrito Federal, Sul da Bahia e Oeste de Santa Catarina, sendo que utilizamos somente dados referentes à produção nos assentamentos.

A seguir, após uma breve discussão acerca do associativismo rural e em assentamentos, apresentamos os dados econômicos e organizativos dos P.A.s Primavera e Tupãciretan. Ao final, buscamos uma síntese preliminar, relacionando as duas ordens de dados.

Associativismo Rural

O associativismo é uma das estratégias que os pequenos produtores utilizam na luta pela permanência na terra. A produção rural familiar apresenta importantes aspectos. Sua reprodução socioeconômica, muitas vezes, é inviabilizada devido às dificuldades desses pequenos produtores sozinhos se posicionarem no mercado, sendo a comercialização de seus produtos o objetivo mais difícil de alcançar.

Alguns assentamentos de reforma agrária adotaram o associativismo enquanto um esquema de organização e gestão da produção controlada pelos próprios trabalhadores. Através do grupo associativo pode-se melhorar os relacionamentos dos agricultores com o mercado e com a sociedade local, ao mesmo tempo em que facilitar o processo produtivo.

A organização dos pequenos agricultores em associações quer seja de produção, comercialização ou de serviços, entre outras, constitui-se em uma das formas mais viáveis de sustentação das pequenas unidades de produção, pois facilita aos produtores superarem as barreiras da comercialização.

Os assentados passam a ser atores econômicos e políticos através das associações de produtores, cooperando na sustentação da permanência das famílias assentadas, sendo as associações capazes de viabilizar uma renda aos assentados. A precariedade de recursos materiais e financeiros recorrente em processos de assentamentos produz, em seus efeitos mais agudos, riscos de invisibilidade sócio-econômica. A subordinação aos intermediários da circulação de mercadorias se torna mais grave porque é um mal necessário à constituição e reprodução do grupo de produtores (NORDER, 2004).

O associativismo rural pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores proporcionando a permanência na terra e uma autêntica resistência social, através da capacidade de inserir a pequena produção rural no circuito econômico.

Delma Pessanha Neves, antropóloga, discute a questão do associativismo e a comercialização agrícola, trazendo dilemas do processo de assentamentos rurais.

A organização política sob a modalidade associativista, praticamente, visa não só à constituição da representação política, mas também, como parte deste próprio processo, dotar o assentado de condições de concorrência para fazer circular no mercado pequenas quantidades de produtos (NEVES, 2007, p.174).

O associativismo vem como uma alternativa à comercialização dos produtos agrícolas. A proposta de formação de uma associação, por ser geralmente estranha à prática política dos assentados, suscita a reflexão coletiva sob diversos planos. Fazendo aparecer à consciência de sua razão de ser, é preciso, contudo, que os assentados lidem com a alternativa de se atribuir uma representação política e um projeto coletivo (NEVES, 2007). Neste caso, tenta-se superar a estrutura que é posta em nossa sociedade, superar a cultura individualista, ressuscitando posturas coletivas.

A valorização da ideologia associativista tende a moralizar as igualdades de condição ou conceber formalmente a igualdade de direitos, ambas ainda baseadas numa suposta igualdade de chances (NEVES, 2007, p.174).

Faz-se, neste trabalho, uma investigação das associações que os assentados criaram para encaminhar as atividades produtivas e de geração de renda nos assentamentos. A criação das Associações vem para dar maior autonomia aos assentados, assim os mesmos não permanecem totalmente reféns dos compradores de seus produtos.

A constituição do associativismo como forma institucionalizada de organização de interesses coletivos não cessou de se expandir, sendo mesmo imposta como condição de diálogo e negociação dos produtores agrícolas com os representantes do Estado normalmente os encarregados de colocação em práticas de políticas de governo e programas públicos (NEVES, 2007, p.180).

As associações são, também, entidades que respondem pelos assentados frente

às instâncias burocráticas (prefeitura, governo estadual e federal, etc.). As mesmas participam das questões sociais dos assentamentos, como conselho da escola, questão de transportes e estradas - enfim, tudo que envolve os assentamentos. Pode-se dizer que as associações são espaços organizativos dos assentados, que servem para melhor gerir o assentamento.

As associações têm um papel fundamental na organização dos assentados. Num primeiro momento é um grande articulador da comunidade assentada, tendo geralmente um grande número de sócios. Temos uma evasão relativamente grande dos números de sócios no decorrer do tempo, pois muitos têm dificuldades em trabalhar em conjunto e, a princípio, não se tem um grande percentual de lucro nos negócios do grupo, o que acaba desestimulando ainda mais esses trabalhadores e trabalhadoras (FABRINI, 2001).

Tem-se, como hipótese neste trabalho, que o associativismo é uma inovação que os assentados desenvolvem para terem uma organização própria, objetivando benefícios econômicos e políticos (FERRANTE, BARONE, 2004). As associações, unidades sociais a partir das quais os assentados os assentados tendem a ou são levados a se conceber (comumente pela imposição de afiliado) como atores dotados não só de interesses a serem representados por porta-vozes institucionais, bem como da condição de interlocutores na gestão do processo de assentamento (NEVES, 2007).

Os pequenos produtores rurais estão inseridos em um ambiente em constantes mudanças, dificultando muitas vezes a reprodução social e econômica de suas unidades de produção. Assim, a união destes produtores em organizações associativas representa uma importante opção estratégica para juntos enfrentarem as dificuldades que lhes são constantemente impostas.

O associativismo representa uma importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade. As associações de agricultura familiar que têm se formado em todos os estados brasileiros se constituem como organizações sociais ou de economia social.

Segundo Martins:

A direção política do associativismo rural está predominantemente orientada para o controle do Estado, isto é para o domínio do instrumento fundamental do desenvolvimentismo. (MARTINS, 1979, p.69).

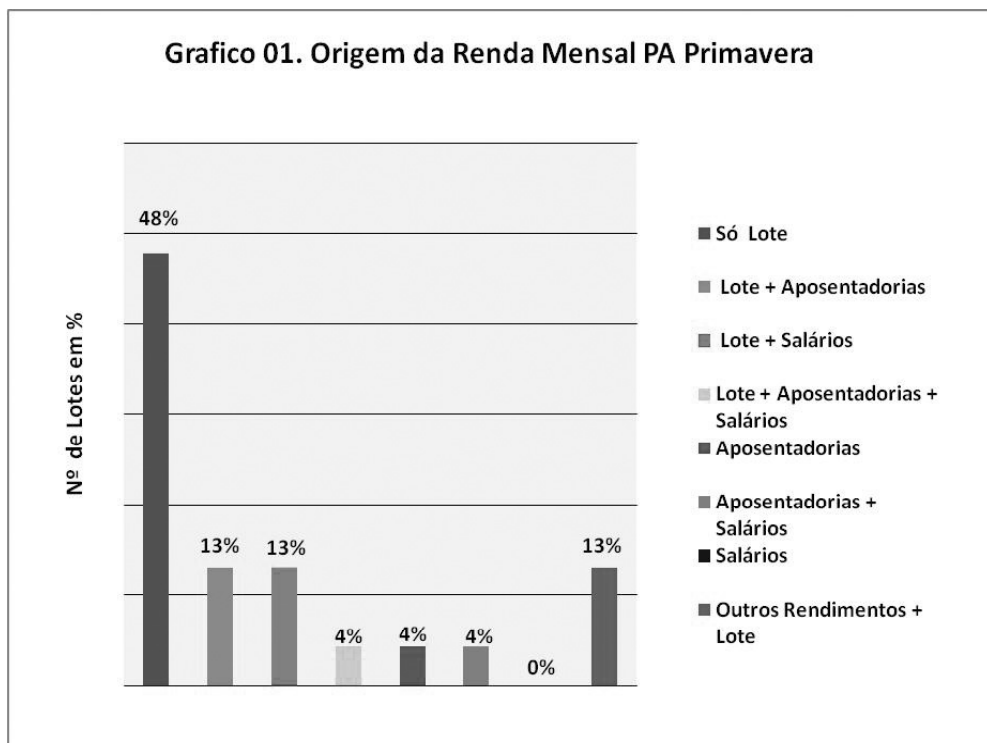
Mesmo considerando o período ao qual a afirmação supra se refere (década

de 1970), percebemos que uma forte presença estatal é constante na formação das associações nos assentamentos. No entanto, buscamos discutir a unilateralidade dessa presença e a originalidade dos arranjos promovidos pelos assentados.

Como anda a produção nos Assentamentos?

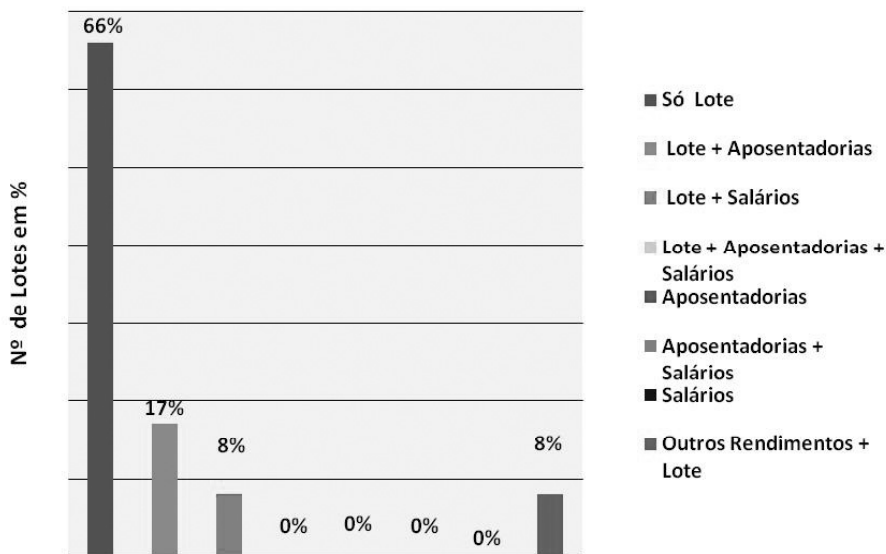
A produção predominante nos dois assentamentos estudados é a produção leiteira, sendo o leite um produto de fácil comercialização. O caminhão passa nos lotes para recolher o leite, facilitando assim para o pequeno produtor. Também o leite é um produto que independe do tempo (chuva, seca, sol), diferente da lavoura, sendo assim uma atividade com maior grau de segurança.

Constatamos, também, a produção de eucalipto em alguns lotes, galinha e carneiros - sendo estes animais destinados ao consumo próprio - e algumas hortaliças também para o autoconsumo. Alguns assentados têm atividades subsidiárias para complementar a renda mensal, como trabalhos na cidade. Algumas mulheres também trabalham como diaristas e outros casos são de aposentados.



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

Gráfico 02. Origem da Renda Mensal PA Tupãciteran



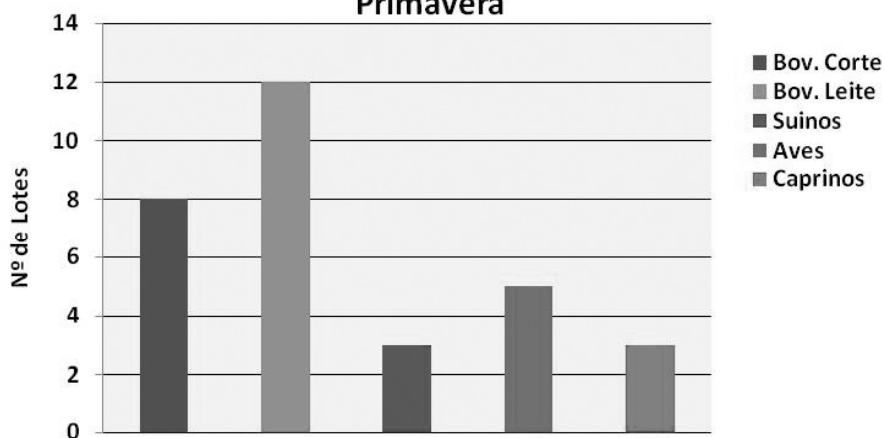
Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

O gráfico 01 traz a origem da renda dos assentados do PA Primavera, verifica-se que a grande maioria tem como principal fonte de renda somente o lote (48% dos lotes entrevistados). Somando a participação da renda vinda dos lotes (lote+aposentadoria, lote+salários, lote+aposentadorias+salários e outros rendimentos+lote), temos um montante que chega a 91% dos assentados do PA Primavera que retiram alguma renda da produção agropecuária familiar. O gráfico 02 traz a origem da renda do PA Tupãciteran. Ali constatamos um dado significativo: 66% dos lotes entrevistados têm sua renda mensal retirada somente do lote. Somando esta com outras alternativas, temos 99% dos assentados obtendo alguma renda dos lotes.

Outros rendimentos, que são venda de doces, casas alugada na cidade, comércio próprio no PA (bares, armazéns) complementam a renda em alguns lotes nos assentamentos (Primavera, 13% ; Tupãciteran 8%).

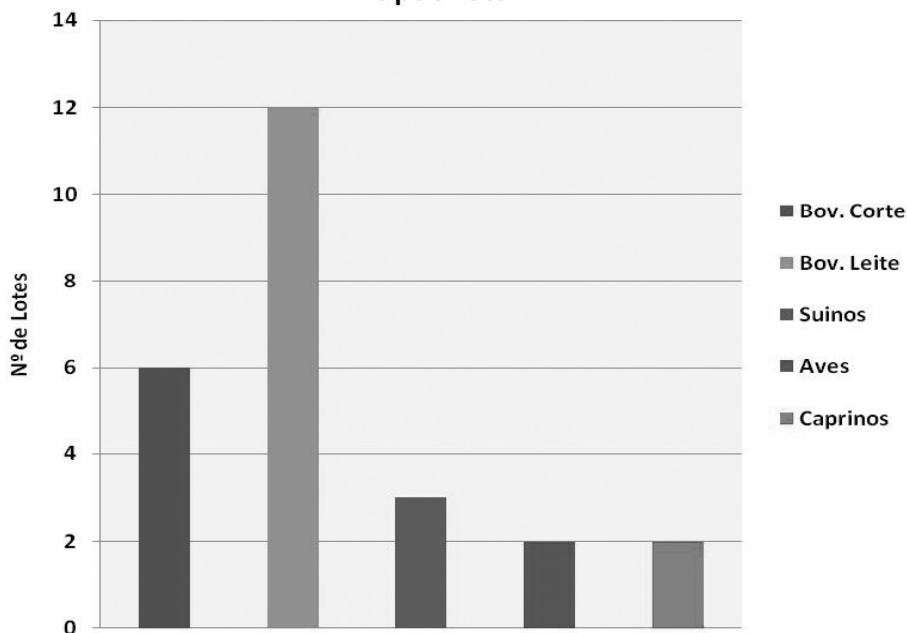
Percebe-se que as políticas de assentamentos são uma das alternativas para o desemprego. Verifica-se que a grande maioria dos assentados conseguem tirar seu próprio sustento de seu lote e também alguns assentados tentam subsidiar suas rendas com outro rendimento.

**Gráfico 03. Produção Animal Comercial PA
Primavera**



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

**Gráfico 04. Produção animal Comercial PA
Tupãciretan**

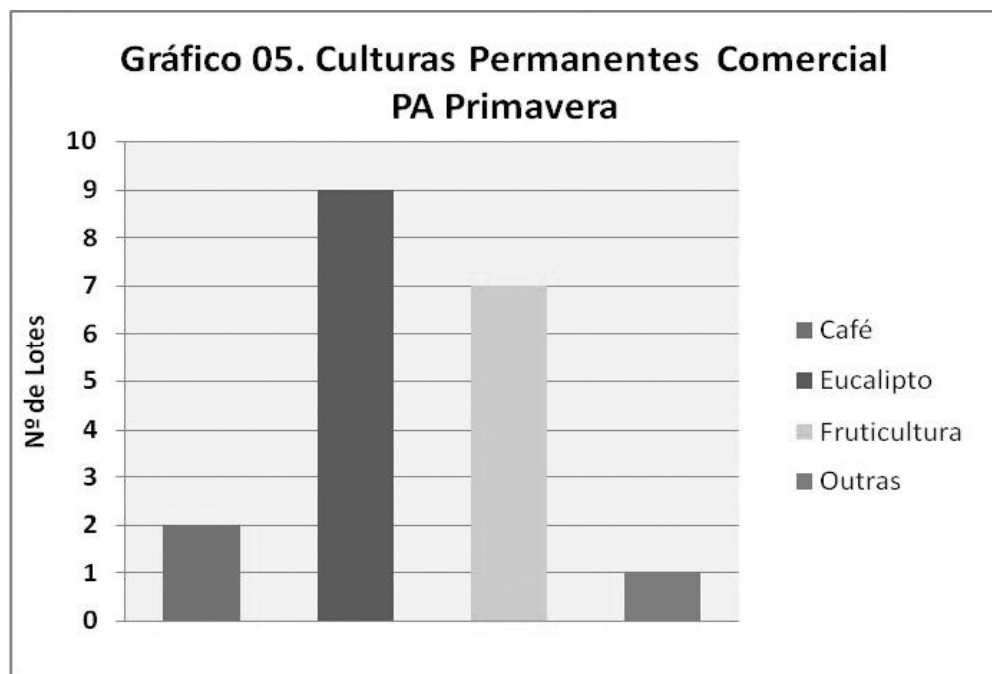


Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

Os gráficos 3 e 4 trazem a produção animal destinada à comercialização nos dois PAs. A pergunta era composta por cinco opções (bovino de corte, bovino de leite, suínos, aves e caprinos). A produção animal com destino à comercialização é existente em praticamente todos os lotes entrevistados, pelo menos numa das categorias animais. Desponta a produção do gado leiteiro, coerentemente com as entrevistas. As alternativas não eram excludentes, podendo o entrevistado assinalar mais de uma opção.

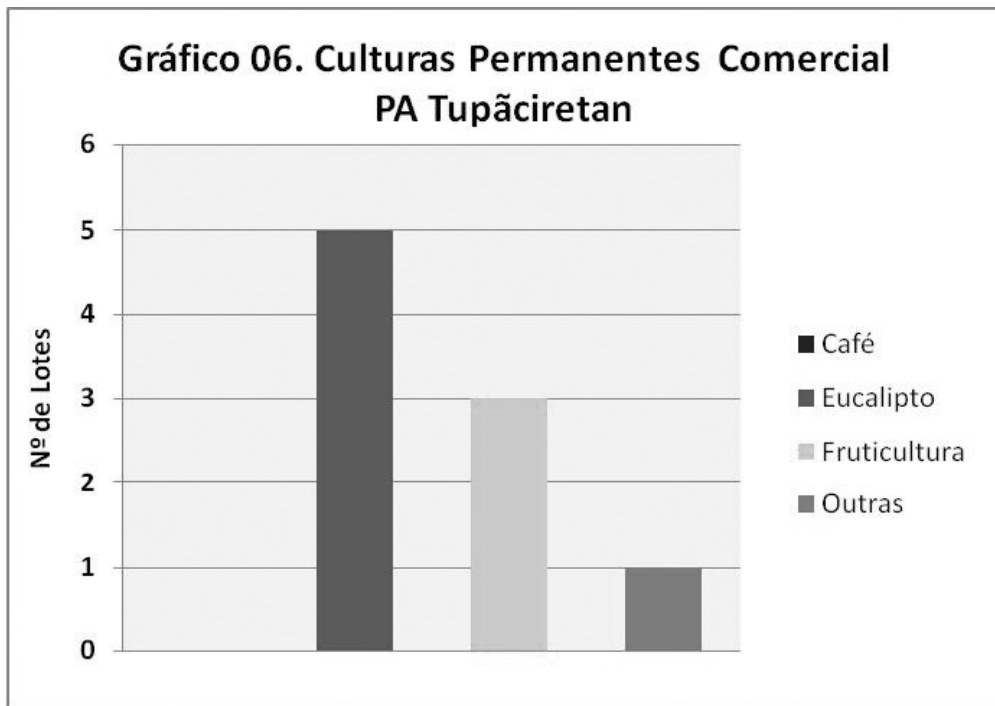
No assentamento Primavera, temos 50% dos lotes que se dedicam à produção leiteira. Já no PA Tupãciretan temos 100% dos lotes entrevistados que produzem leite para ser comercializado. Assim, cruzamos com as informações dos gráficos 01 e 02, em que no PA Primavera 91% da renda é provinda do lote e no PA Tupãciretan 99% o que explica grande parte da renda ser provinda do trabalho no lote.

Segundo entrevistas feitas com assentados, o P.A. Primavera produz cerca de 7.000 litros de leite diários. Há sócios da Associação Campos Verdes⁴ que armazenam o leite no tanque da associação e outros sócios entregam o leite quente diretamente para o laticínio. Não-sócios também podem depositar o leite no Tanque da Associação, desde que estes se enquadrem nos requisitos de quem é sócio (dados de Novembro/2007).



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

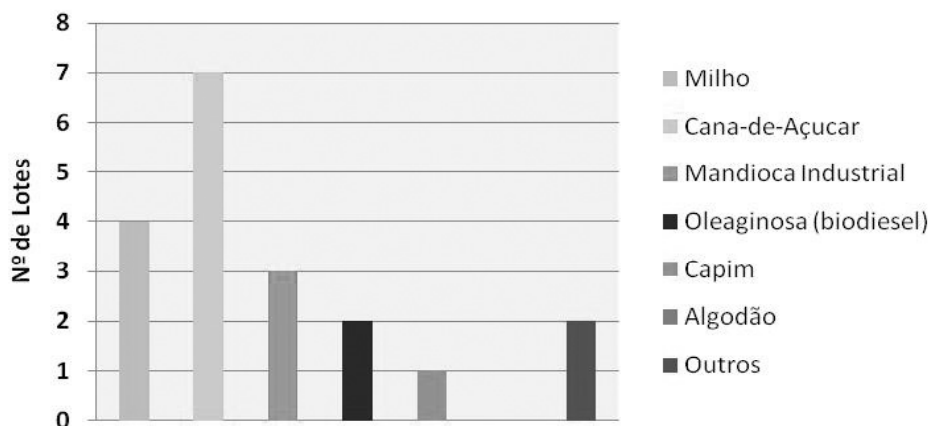
⁴A Associação Campos Verdes é a mais antiga do Assentamento Primavera e conta com tanques resfriadores de leite.



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

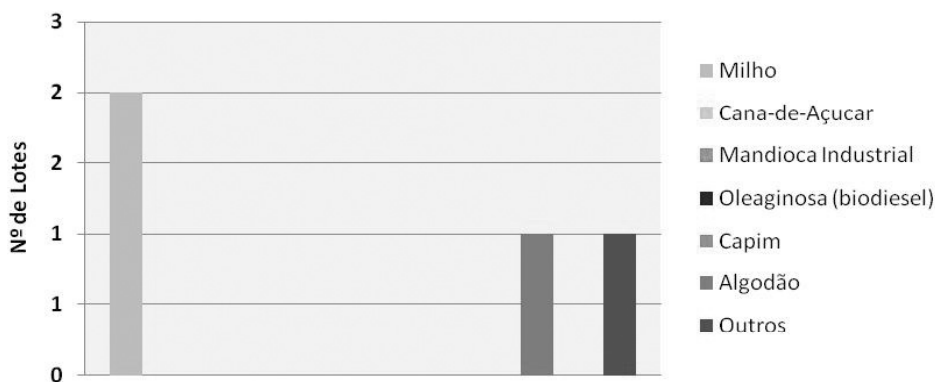
Os gráfico 5 e 6 representam, as culturas permanentes destinadas à comercialização. Foram elencadas quatro opções, sendo as mesmas café, eucalipto, fruticultura e outros tipos de culturas. Nos dois PAs, dos lotes que entrevistamos que produzem algum tipo de cultura permanente, a plantação de eucalipto foi a que teve a maior ocorrência, sendo no PA Primavera 9 lotes (40%) e no PA Tupãciretan 5 lotes (41%).

Gráfico 07. Produção Agrícola Comercial de Curta Duração - PA Primavera



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

Gráfico 08. Produção Agrícola Comercial de Curta Duração - PA Tupãciretan



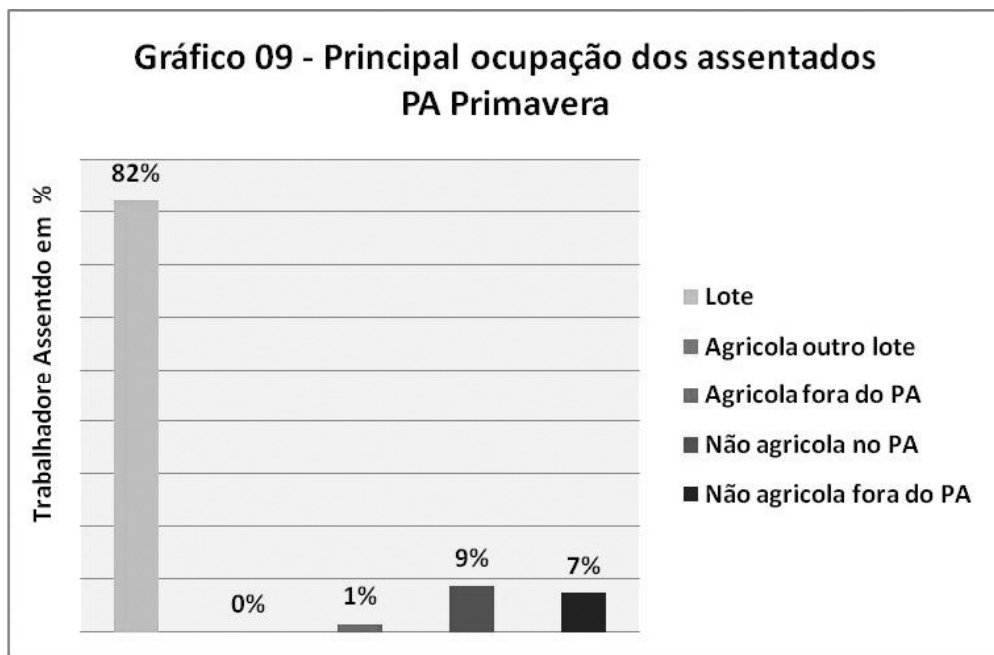
Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

Os gráficos 07 e 08 representam a produção agrícola de curta duração destinada à comercialização em número de lotes. Identificamos neste item maior produção no assentamento Primavera, destacando a produção de cana-de-açúcar⁵. No

⁵Esclarecemos que a cana é vendida como forrageira (alimentação para o gado) e não fornecida às usinas de açúcar e álcool.

assentamento Tupãciretan houve pouca incidência dos lotes que produzem essas culturas de curta duração destinadas à comercialização. No caso do PA Primavera, aparece, também, a produção de mamona (oleaginosa para o biodiesel), certamente em lotes que são associados à Associação Primavera⁶.

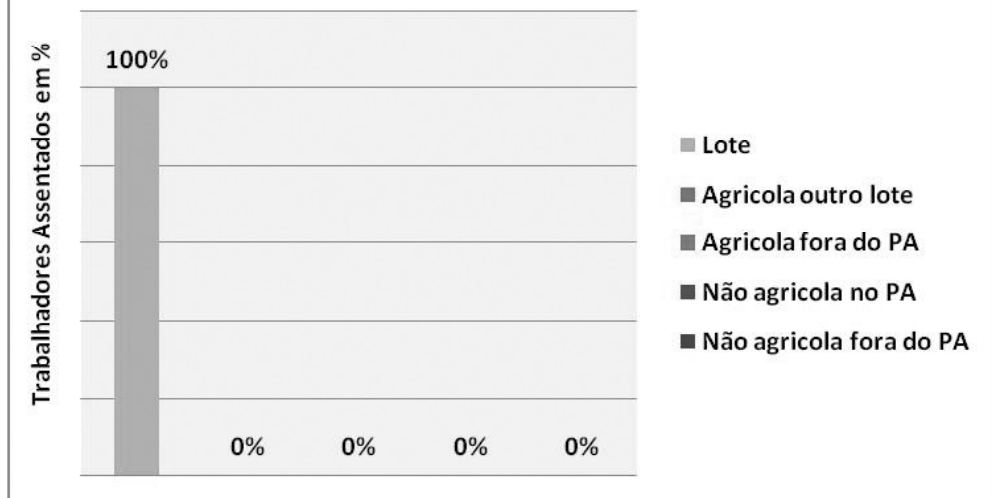
1. Principal ocupação (Trabalho) dos Assentados



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

⁶Esta Associação foi formada sob influência direta do MST do Pontal (fração liderada por José Rainha Júnior), cujo projeto de estímulo ao plantio de oleaginosas para biodiesel levou a que centenas de assentados, em toda a região, implantassem a cultura da mamona nos seus lotes.

Gráfico 10. Principal ocupação no dos assentados no PA Tupãciretan



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

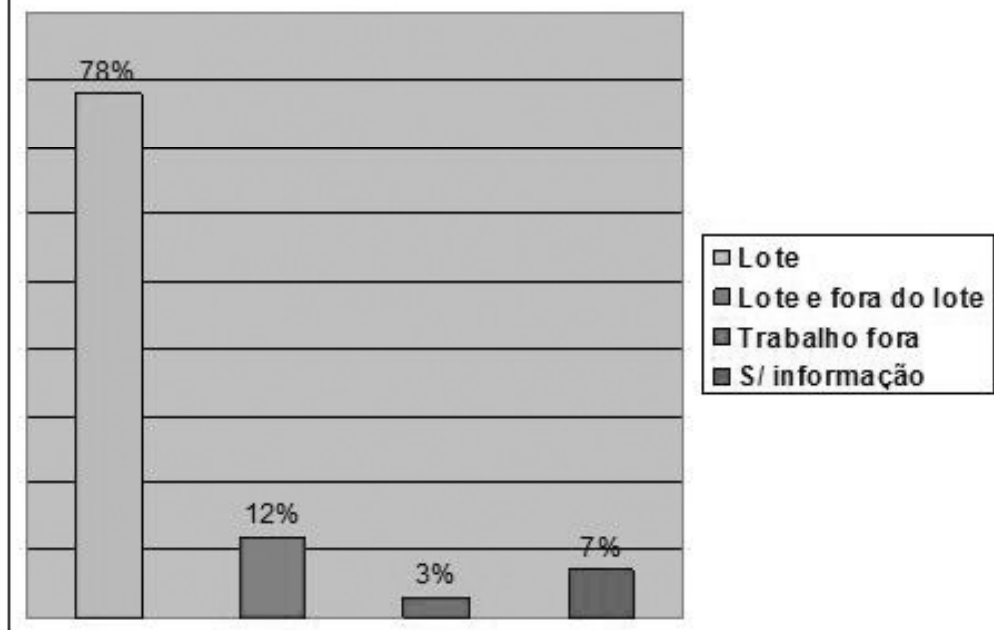
O gráfico 09 traz a principal ocupação dos Assentados do PA Primavera, em cada lote consideramos todos os moradores com idade acima de 15 anos. O gráfico 10 traz também a principal ocupação dos assentados do PA Tupãciretan.

Essa questão tinha 5 opções sendo elas: Principal Ocupação dos Assentados

1. Lote
2. Agrícola em outro lote
3. Agrícola fora do PA
4. Não agricultor no PA
5. Não agricultor fora do PA

Na opção 1 o assentamento Primavera obteve-se um alto percentual: 82,30% dos assentados tem como principal ocupação o trabalho no lote. O trabalho no lote é predominantemente familiar, a maior parte dos membros declarou trabalhar basicamente no lote. Já no PA Tupãciretan, 100% dos assentados entrevistados com a principal ocupação o trabalho no lote informação que cruza com o gráfico 02 que aponta que 99% (montante) dos lotes retiram a renda mensal do lote. Na opção 2. no Assentamento Primavera não houve ocorrência de assentados que têm como principal ocupação o trabalho agrícola em outro lote dentro do PA. Segue um gráfico do NEAD (LEITE et al., 2000) adaptado (Gráfico 11) para estarmos comparando a realidade local com a nacional.

Gráfico 11. Trabalho no lote e fora do Lote

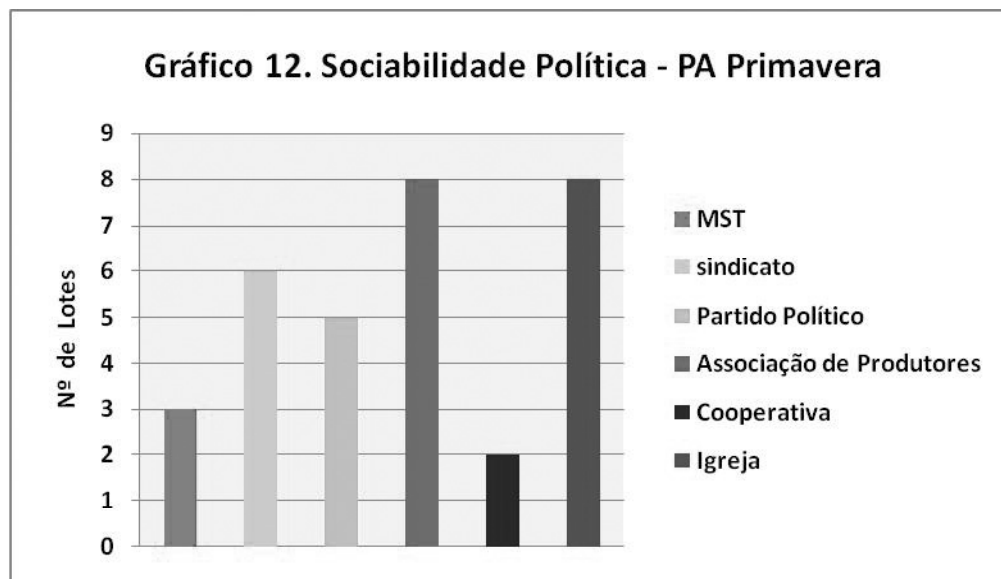


Fonte: Leite et al., 2000, p.114 (Adaptado).

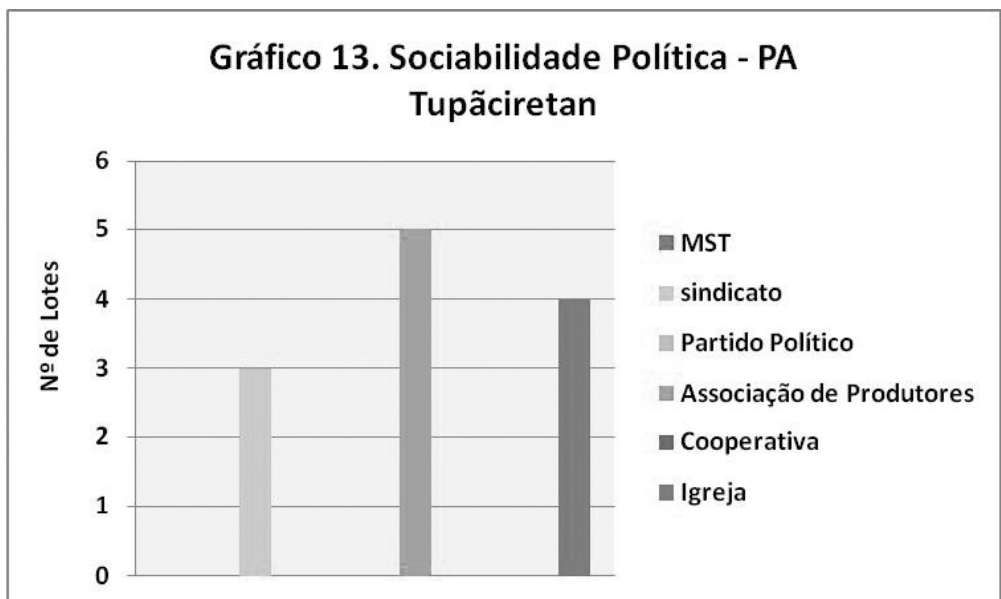
Evidenciamos que a maioria das famílias assentadas tem como sua principal ocupação o trabalho no lote, tendo a mesma evidência na pesquisa do NEAD. Em nossa pesquisa, constatamos que nos dois assentamentos o trabalho predominante é o trabalho no lote (PA Primavera 82,3% e PA Tupãciretan com 100%).

Concluimos com esses dados, que os assentamentos proporcionam moradia e também geração de renda e emprego aos assentados em seus próprios lotes.

Além da produção, política



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).



Fonte: Trabalho de Campo (Fev/2009).

Os gráficos 12 e 13 mostram a participação dos assentados nas entidades e organizações existentes nos assentamentos. No PA Primavera, a participação nas

Associações de Produtores tem a mesma porcentagem que a participação em igrejas (25%). A participação em sindicatos é de 19% e em partidos políticos de 16%.

Concluimos que a participação em entidades políticas e associações de produtores somam ao todo (75%), ou seja, a participação nos espaços políticos é três vezes maior do que a participação em entidades religiosas. Ressaltamos que as alternativas não eram excludentes para os assentados.

No Assentamento Tupanciretan, 29% dos assentados entrevistados participam do Sindicato Rural, 41% são membros da única Associação do PA e 33% participam de igrejas. Pontuamos que na Associação Tupãciretan os membros que compõem a direção da associação também fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Mais uma vez a participação em entidades políticas (60%) é maior que nas entidades religiosas (33%). Abaixo, listamos o número de associados nos P.A.s Primavera e Tupãciretan, com ênfase nas atividades produtivas que as entidades estimulam:

Quadro 1. Informações das Associações PA Primavera.

ASSOCIAÇÕES	CAMPOS VERDES	RENASCER	PRIMAVERA
Ano de Fundação	2003	2007	2007
Produção	Leiteira	Hortaliças e Frutas	Mamona
Nº de Sócios	40 ⁷	16	39

Fonte: Trabalho de Campo (2007/2009).

Quadro 2. Informações das Associações PA Tupanciretan.

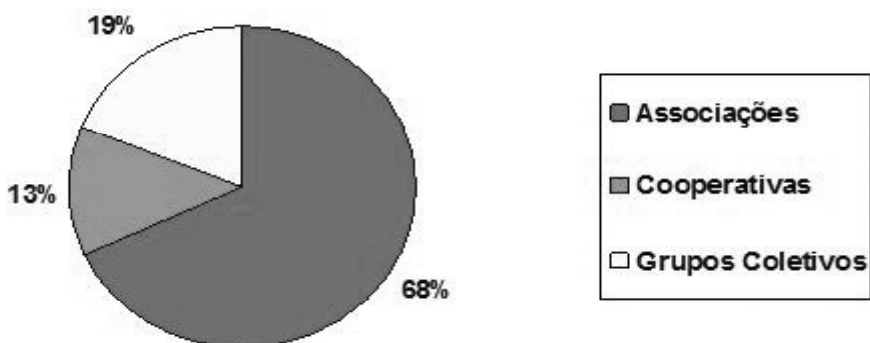
ASSOCIAÇÃO	Tupanciretan
Ano de Fundação	2003
Produção	Leiteira e Hortaliças
Nº de Sócios	39

Fonte: Trabalho de Campo (2009).

Comparativamente, na pesquisa do NEAD (2000), temos o seguinte quanto à participação em organizações existentes nos assentamentos estudados:

⁷Apesar de contar com esse número de sócios, as entrevistas mostram um número reduzido do sócios ativos (cerca de 18).

**Gráfico 14 - Principais Organizações Internas
Existentes nos Assentamentos Estudados**



Fonte: Leite et.al., 2000, p.114.

As associações são a forma predominante, pelo simples fato de que são uma espécie da "exigência" do Estado: elas são a "personalidade jurídica" do assentamento e sua presença é quase que obrigatória para o repasse de créditos. Na pesquisa nacional elas foram indicadas com 68% dos assentamentos. Mesmo com todas as dificuldades que o Associativismo enfrenta ainda são essas entidades que acoplam o maior número de pessoas (LEITE et al., 2000, p.114).

Conclusão

Cabe ressaltar que a Reforma Agrária no Brasil ainda está em seu estágio inicial, pois muito ainda há por se fazer. Os trabalhadores são protagonistas desta luta que se propõe a corrigir erros históricos e diminuir as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira. Um projeto claro de Reforma Agrária ainda não foi formulado pelos governos e nem pelos movimentos sociais. As medidas que o governo vem adotando ultimamente (como os recursos financeiros e a atuação da CONAB) ainda são tímidas e seus resultados não demonstram uma grande alteração num quadro de depreciação sócio-econômica desse segmento da população rural.

Uma verdadeira reforma agrária, somente será feita com uma maior valorização do papel da agricultura familiar. Isso exige mudanças profundas tanto na política oficial de

redistribuição da terra quanto na política econômica, na assistência técnica aos produtores e no sistema de crédito. Assim, os assentamentos rurais passariam a ser mais do que alternativa para a miséria e a fome. Enquanto a Reforma Agrária de fato não acontece, o que temos é uma política de assentamentos, sob pressão dos Movimentos Sociais de luta pela terra.

Percebemos que, nas associações, embora sua criação seja protagonizada pelos assentados, temos os órgãos do governo por trás, influenciando nas decisões e nos projetos, deixando as mesmas dependentes destes órgãos. O risco é que quando esses órgãos deixam de intervir nestas associações, as mesmas parem. Está em questão se essas entidades serão capazes de se manterem, formando associações autônomas de fato.

Com a pesquisa quantitativa sobre a produção concluímos que os assentados tiram a base de sua renda do lote, mesmo que a mesma seja complementada com outros rendimentos. Em todas as famílias a produção do lote está presente complementando a renda. Na maioria dos casos, é a única fonte de renda.

A principal ocupação dos assentamentos é o trabalho no lote. No PA Primavera temos 82% dos entrevistados com principal ocupação a lida no lote. No PA Tupanciretan este percentual chega a 100%. Na pesquisa do NEAD, este percentual se confirma - temos nessa pesquisa, que cobre várias regiões brasileiras, 78% dos assentados que trabalham em seu próprio lote. Evidenciando que os assentamentos proporcionam moradia e também geração de renda e emprego aos assentados em seus próprios lotes.

Observamos maior produtividade e diversificação da produção no Assentamento Tupanciretan do que no P.A Primavera. Cruzamos esse dado com a informação de que no assentamento Primavera temos três associações com atividades econômicas e no P.A. Tupanciretan, somente uma associação. Esse realidade aponta para o fato de que a multiplicação de entidades, por si só, não estimula automaticamente a diversificação produtiva.

A produção de horticultura, especificamente, é baixa no assentamento Primavera. Somente 17% praticam este cultivo. Já no assentamento Tupanciretan, temos 58% de assentados que produzem horticultura. No entanto, há expectativas destes percentuais aumentarem com a chegada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pois um dos maiores motivos para que os assentados não produziam hortaliças é a não garantia de venda. Com a chegada deste programas, os assentados poderão diversificar mais sua produção e melhorar sua renda. Além disso, é possível também elevar o número de sócios nas associações, pois é necessário ser sócio de uma associação para participar do programa, uma forma de estímulo indireto para o associativismo nos assentamentos.

Constamos que uma das culturas permanentes mais adotadas pelos assentados é o eucalipto, produto que, segundo muitos dos assentados entrevistados, está com um ótimo preço. A criação do gado de leite é a principal atividade nos dois assentamentos, sendo o leite o produto mais garantido para os assentados, pois independe do clima e sua venda é

praticamente 100% garantida.

A sociabilidade política nos assentamentos é alta, principalmente nos espaços estritamente políticos (partidos políticos, associações e movimentos sociais). No PA Primavera, a participação nas Associações de Produtores tem a mesma porcentagem que a participação religiosa (25%), a participação em sindicatos (19%) e em partidos políticos, 16%, seguem de perto esses números. Concluímos que a participação em entidades políticas e associações de produtores somam ao todo (75%), ou seja, a participação nos espaços políticos é três vezes maior do que a participação em entidades religiosas. Ressaltamos que as alternativas não eram excludentes para os assentados.

No Assentamento Tupanciretan, 29% dos assentados entrevistados participam do Sindicato Rural, 41% são membros da única Associação do PA e 33% participam de igrejas. Pontuamos que na associação Tupãciretan, os membros que compõem a direção da associação também fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Mais uma vez a participação em entidades políticas (60%) é maior do que nas entidades religiosas (33%).

Os assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que são prova da eficácia das pressões intensas dos movimentos sociais, em especial quando a referência são as ocupações de terra e acampamentos. Esses novos atores - os assentados - provocam rearranjos institucionais, rebatendo na necessidade de um aparelhamento do Estado para lidar com essa nova realidade, com a criação de órgãos públicos e redimensionamento dos já existentes para atender a essa "nova" população.

Debatemos com as afirmações de Martins (1979), parcialmente confirmadas pelos pesquisadores que elaboraram o relatório do Nead (LEITE et al., 2000), com relação ao controle estatal das associações. O associativismo até pode ser uma imposição do Estado, mas não se pode descartar a vontade dos assentados em se organizarem para uma ação coletiva.

A organização política sob modalidade associativa, praticamente, visa não só a constituição de entidade delegada, mas também, como parte desse próprio processo, dotar o assentado de condições de concorrência para fazer circular no mercado pequenas quantidades de seus produtos. Além das associações, partidos e sindicatos atuam fortemente na constituição da sociabilidade política dos assentados, prova de que, para além da imposição, um processo de organização está em curso.

Referências

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/UNESP, Araraquara, 2002.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v.17-18, p.205-237, EDUNESP, 1995/96.

BARONE, L.A.; MACIEL, M.C.; SILVA, M.E.S.; FERRANTE, V.L.S. O associativismo como estratégia de ressocialização e gestão nos assentamentos rurais de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.11, p.45-70, Nupedor/Uniara, 2008.

FABRINI, J.E. **Assentamentos de trabalhadores rurais: experiências e lutas no Paraná**. Cascavel: EdiUnioeste, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária. In: SCOPINHO, R.A. et al. (Orgs.) **Velhos Trabalhos, Novos Dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais**, 2004, p.255-285.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais: a polêmica questão de sua avaliação. **Revista Uniara**, Araraquara, n.12, p.171-187, 2003.

LEITE, J.F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO R. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARTINS, J.S. O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1979 (3ª. Ed.).

NEVES, D.P. **Assentamentos Rurais**. Reforma Agrária em migalhas. Niterói. EDUFF 1997.

NORDER, L.A.C. et. al. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L.S.; LEITE, S.P. **Assentamentos Rurais, Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p.97-139.

A EXPERIÊNCIA DE DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: O QUE REVELAM OS DADOS DOS P.A.s PRIMAVERA E TUPÃCIRETAN (PRESIDENTE VENCESLAU/SP)

Carina Regina de Macedo¹
Luís Antônio Barone²

Resumo: Esse trabalho apresenta considerações preliminares acerca de uma experiência concreta de metodologia participativa junto a uma comunidade de assentados rurais do Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista). O trabalho está em andamento, sendo que a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) foi aplicada junto a um grupo de assentados no assentamento Primavera (Associação Renascer de Produtores Rurais) e outro no assentamento Tupãciretan (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan). Mesmo diante de um material parcial, algumas indicações importantes sobre a realidade ambiental dos assentamentos e da percepção da comunidade podem ser apresentadas. Foi visto que os problemas ambientais afetam diversas áreas da vida do assentado, como ocorre com a produção do leite que é afetada pela baixa qualidade das pastagens. Assim, a ajuda dos técnicos agrícolas é vista como uma forma de melhorar ou solucionar problemas ambientais que resultem em dificuldades de produção.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais; Diagnósticos Participativos; Questão Ambiental.

Abstracts: *This paper presents preliminary thoughts about a specific experience on the participatory research methodology developed together with a rural settled community located in Pontal do Paranapanema (in the State of São Paulo). The*

¹Graduanda em Engenharia Ambiental – FCT/Unesp (bolsista PROEX-Unesp).

²Sociólogo, assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente.

work is currently in progress, so that the DPR - Diagnóstico Rápido Participativo (Concise Results from a Participatory Research) methodology was applied to a group of settled people in the Primavera settlement (Associação Renascer de Produtores Rurais) and to another group in the Tupãciretan settlement (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan). Although the available material is partially accomplished, some important evidences on the environment reality of the settlements and the community perception can be presented. It was noticed that the environmental problems have an effect on several aspects of the settled people's lives, such as the question regarding pasture-based milk production that is affected by low-quality pastures. Therefore, the agricultural technician aid is seen as a way to improve the environment issues or as problems-solving when challenging difficulties in production.

Keywords: *Rural Settlements; Participatory Research; Environmental Issue.*

Apresentação

Esse trabalho apresenta considerações preliminares acerca de uma experiência concreta de metodologia participativa junto a uma comunidade de assentados rurais do Pontal do Paranapanema (extremo oeste paulista), nos projetos de assentamentos (P.A.s) Primavera e Tupãciretan, universo empírico desta investigação/intervenção no município de Presidente Venceslau. O trabalho está em andamento, sendo que a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) foi aplicada junto a um grupo de assentados do assentamento Primavera (Associação Renascer de Produtores Rurais) e outro no assentamento Tupãciretan (Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan). A realização dos DRPs faz parte das estratégias de pesquisa que o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular (GEPEP)-Unesp³ tem lançado mão nos estudos sobre assentamentos no município de Presidente Venceslau/SP. A participação de alunos e docentes do curso de Engenharia Ambiental nessas investigações tematiza a questão ambiental, dimensão da realidade que reúne vários aspectos da situação de assentamento.

Mesmo diante de um material parcial, algumas indicações importantes sobre a realidade ambiental do assentamento e da percepção da comunidade podem ser apresentadas, sendo este o objetivo deste artigo. No encadeamento do texto, após uma breve discussão sobre a evolução da educação ambiental e das opções

³O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular (GEPEP) é um grupo de pesquisa do CNPq sediado na FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente/SP.

participativas nessa área, apresentamos detalhes sobre a metodologia escolhida (DRP) e a área de aplicação. Por fim, junto com os resultados colhidos a partir das reuniões, encerramos com as considerações finais.

Aspectos teóricos-metodológicos: educação ambiental, militância e pesquisas participativas

A educação é o produto da ação do homem na sociedade, pois ela é guiada pela sociedade, ou seja, se a sociedade é capitalista é esse o rumo que a educação tomará. Assim, a educação não acontece de forma isolada, isto é, ela é reflexo do que acontece na sociedade do mesmo modo que ela também influencia no cenário social.

De acordo com Carvalho (1996), a questão ambiental não deve ser separada da educação, pois segundo a LDBN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ao se preparar o educando, este estará sendo preparado não só para o mercado de trabalho, como também para a sociedade. Assim, na educação, ele não deve apenas aprender sobre a utilização dos recursos naturais, mas também deve aprender como preservá-los.

Alguns pesquisadores chamam a atenção para a falta de uma percepção para a educação ambiental como sendo educação. Isto porque a educação ambiental era restrita somente a algumas disciplinas relacionadas com a área ambiental e nunca relacionada à educação como um todo. Pois a educação ambiental não é apenas restrita a assuntos relacionados à natureza, mas sim a todo ambiente onde o ser humano atua, visando à conservação das comunidade bióticas e abióticas e os valores sociais provenientes desta ação.

No entanto, pode-se ver que a educação ambiental também tem sido utilizada de forma inadequada, seja incentivando o consumo de produtos naturais, ou seja, fazendo com que tal governo seja visto melhor que outro apenas por construir praças e plantar algumas árvores. Assim, do mesmo modo que as leis podem ser bem interpretadas ou mal interpretadas, a educação ambiental também age de tal forma, dependendo de quem executa o que foi proposto.

A educação ambiental não é mais vista como uma coisa restrita, local e sim como algo global (CARVALHO, 1996). Isto é, a má utilização dos recursos naturais em uma dada região poderá trazer danos não só para esta mesma região, mas também para outras regiões próximas, dependendo do grau de impacto. O ser humano começa a perceber que a destruição do meio ambiente é a sua própria destruição.

O movimento ambientalista surgiu devido ao desenvolvimento da educação ambiental e o movimento histórico social, após a segunda guerra mundial, como uma forma de manifestação contra os abusos da guerra (racismo, crimes de guerra e

outros fatos polêmicos). Logo o ambientalismo incorporou uma ideologia anterior, a do conservadorismo, visando a preservação do ambiente natural frente à degradação causada pela sociedade. Aqui no Brasil também tivemos um movimento ambientalista formado por cientistas, biólogos e outros estudiosos, que possuíam uma visão naturalista. Em seguida, surgiu o movimento tecnocrático que era constituído por arquitetos, engenheiros e outros profissionais que tinha como objetivo o desenvolvimento através da urbanização e industrialização (CARVALHO, 1996).

O ambientalismo, apesar de ter suas raízes conservadoras (visão crítica aos arranjos políticos e ao contexto econômico visando apenas as questões ecológicas físicas), passou a ter, nas décadas recentes, um novo enfoque, promovendo uma ação mais politizada. Isso porque os rumos que a sociedade estaria tomando têm um reflexo imediato no meio ambiente natural, repercutindo de forma ampliada na própria estrutura da sociedade. Na década de 1970, passou a existir uma ligação mais evidente entre a educação e meio ambiente, devido principalmente aos problemas surgidos da crise do petróleo.

Vale lembrar, também, que grande parte dos movimentos ambientalistas possui sua origem em movimentos sociais antigos, que passaram a dar mais ênfase à questão ambiental nesse período. Estes grupos - muitos deles institucionalizados em Organizações Não Governamentais (ONGs) - tiveram grande importância, pois traziam um referencial diferente às conferências governamentais, além da aplicação expressiva e concreta de ações preservacionistas.

Note-se que o ambientalismo de hoje, cuja origem ocorre na segunda metade do século XX, difere do socialismo, segundo Wilson Sergio de Carvalho (1996), devido à sua visão mais holística da relação sociedade-natureza. Visão essa oferecida pela análise do ponto de vista entrópico, podendo-se incluir a defesa da sustentabilidade ambiental. No entanto, ambos inspiram-se na necessidade de se preservar a solidariedade e cooperação dos homens entre si e entre eles e a natureza.

Vale ressaltar a importância das ONG's que, através da elaboração e aplicação de vários microprojetos, incentivam o trabalho organizado e solidário. Esses trabalhos têm grande importância para o desenvolvimento comunitário e realização da proposta da Educação Ambiental, gerando assim, uma compreensão das condições locais. Porém, não podemos nos esquecer de que há algumas ONG's associadas ao poder instituído que só buscam a autopromoção de seus membros ou, ainda, auxiliam expressões de clientelismo político.

Durante o período de 1985 a 1991, há um aumento no número de ONG's e, devido a isso, ampliam-se também as práticas de Educação ambiental. Então,

os educadores passam a se autodenominarem ambientais, organizando uma série de encontros, seminários em nível nacional

e internacional a fim de fortalecer "uma identidade social em torno das práticas educativas voltadas para o meio ambiente" (CARVALHO, 1996, p. 46).

Essa ampliação expressiva acontece paralelamente ao processo democrático do país, foi onde as pessoas perceberam que sem uma reflexão de seu meio ambiental não é possível o crescimento do nível de qualidade de vida.

Em 1986 o movimento ambientalista entra na política, devido a uma necessidade de intervir no processo constituinte e de promover uma legislação ambiental eficiente. Como resultado houve a vitória de uma série de políticos comprometidos com a proposta ambientalista, além, da criação do Partido Verde. Foi criada uma plataforma ecologista nacional transpartidária para a constituinte, em que todos os membros eleitos deveriam priorizar a problemática ecológica. Com isso o movimento ambientalista obteve uma identidade cultural e política melhor delimitada.

A educação ambiental é uma das dimensões da educação e tem um caráter social na relação do indivíduo com a natureza e com outros seres humanos. Porém muitas propostas educativas ambientais veiculam idéias moralistas e disciplinatórias, ou seja, *"os valores morais tradicionais reaparecem nestas propostas travestidos de valores ambientais de comportamento ambientalmente desejados, ambientalmente corretos"* (TOZONI-REIS et. al., 2003, p.129). Assim, apesar de parecerem nobres, esses processos educativos são adaptativos e disciplinadores dos processos tradicionais.

Dessa forma, mais do que, simplesmente, transmitir informações sobre processos ecológicos, a educação ambiental poderia ensinar a pensar a realidade sócio-ambiental. Seguindo essa lógica, uma outra tendência da educação ambiental diz que foram as escolhas históricas dos sujeitos sociais que determinaram ações predatórias ao meio ambiente. Assim, essa educação ambiental pode se tornar emancipatória, com ações ambientais responsáveis.

A sustentabilidade aparece como a base para se entender educação ambiental, que assume formas críticas e transformadoras, além de ser estratégia para a construção de sociedades sustentáveis, justas e equilibradas ecologicamente.

A visão da educação ambiental como uma estratégia democrática, emancipatória e transformadora, levou a buscar, na prática de produção de conhecimento, uma metodologia na qual esses pressupostos fossem garantidos. Essa metodologia exige uma abordagem qualitativa, que leva em consideração a contextualização social e histórica, além da necessidade de tomada de decisões, mostrando a impossibilidade da neutralidade. Assim, a pesquisa que atende as colocações acima é a pesquisa-ação-participante, que é uma nova modalidade de conhecimento.

Thiolent considera que a metodologia da pesquisa-ação tem como ponto de partida teórico-metodológico a articulação de problemas socialmente relevantes. Esta articulação entre a pesquisa, a educação ambiental e a ação política e social, é o eixo metodológico da pesquisa-ação (TOZONI-REIS et. al., 2003, p.140).

A participação é vista como um dos mais importantes princípios da pesquisa-ação-participativa. Ela é um processo real e objetivo de parceria na tomada de decisões coletivas. Dessa forma, para a educação ambiental ser transformadora, ela precisa ser um processo coletivo e dinâmico, de conscientização e participação social (THIOLLENT, 1986).

A pesquisa-ação-participativa é:

uma opção metodológica pela qual os envolvidos devem trabalhar como agentes sociais em igualdade de poder de decisão, mas sem com isso confundir as atribuições distintas e necessárias. Em que há compromisso político com a emancipação e com a ação reflexiva, articulando teoria e prática, para desvelar a realidade e transformá-la no sentido de fazer com que todos exerçam sua cidadania e aprendam no processo (TOZONI-REIS et. al., 2003, p.25).

Assentamentos Rurais e o Diagnóstico Rápido Participativo

Os assentamentos de trabalhadores rurais surgiram no cenário nacional como uma conseqüência de lutas sociais e de tentativas governamentais que possibilitassem solucionar os conflitos existentes e ao mesmo tempo assegurarem os privilégios já estabelecidos. A reforma agrária, dessa forma, veio de forma devagar. O mesmo processo, também, acontecerá com a sustentabilidade, contudo levando a crer que ela será dissociada das reformas sociais, a menos que se organizem e lutem as forças atualmente excluídas da sociedade,

será necessário muito além do esforço atual da política dos assentamentos e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para o estabelecimento do ideal da agricultura sustentável (CARMO, 2003, p.115).

Malagodi e Quirino informam que é insuficiente o estoque de área de terra agricultável à disposição das unidades familiares de produção, o que obriga os

agricultores a um uso cada vez mais intensivo de suas glebas (MALAGODI, QUIRINO, 2002). Dessa forma, a utilização intensa dessas áreas, sem os devidos cuidados, resulta na degradação ambiental desses locais. Essa degradação, que afeta os fatores naturais da produção agrária, tem se revelado um dos grandes entraves para a viabilização da agricultura familiar no Brasil.

Pode-se dizer que a política de assentamentos tem como base um modelo de exploração agropecuária, no qual se ignora a participação do agricultor, sua cultura e história, bem como suas possibilidades de se capitalizar. Essa política recebe diversas críticas, pois é importante a participação das comunidades na identificação de problemas e na implementação de propostas, tornando-se aptas a se apropriarem do seu próprio desenvolvimento. Para isso, é necessário desmistificar o assistencialismo como solução de problemas, promovendo a interação entre técnicos e sujeitos.

Uma forma de alcançar esses objetivos é a aplicação do Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP), que é um processo de decisão compartilhada sobre as ações necessárias para o desenvolvimento da comunidade.

É importante que os agricultores, dialogando entre si e discutindo suas diferentes visões, participem diretamente da produção do diagnóstico, não ficando este apenas como um trabalho, baseado praticamente no levantamento de dados pelos técnicos, planejando unilateralmente o desenvolvimento dos projetos (PETERSEN, ROMANO, 1999, p.22).

Segundo Paulo Petersen e Jorge O. Romano, o diagnóstico rápido e participativo se daria pelos seguintes passos:

- ✓ Formação da equipe: a equipe precisa de pessoas dinâmicas, sensíveis e flexíveis para uma mobilização social;
- ✓ Estudo dos dados secundários: coleta de informações pré-existentes para que não haja perda de tempo fazendo o que já foi feito e também para que obtenha outras informações;
- ✓ Formulação das hipóteses de partida: antes de ir a campo, formulam-se hipóteses que sofrerão reformulações conforme o diagnóstico for se realizando;
- ✓ Elaboração de roteiro para as entrevistas e observações: listam-se temas para serem explorados no campo através de entrevistas e da observação;
- ✓ Levantamento das informações;
- ✓ Sistematização das informações: sistematização e organização dos dados;
- ✓ Análise das informações;
- ✓ Restituição: exposição dos resultados para os agricultores e observação de suas reações.

Contexto Histórico e Geográfico do Pontal do Paranapanema e do assentamento Primavera

No final do século XIX, a região oeste do Estado de São Paulo foi ocupada por desbravadores, motivados pela exploração madeireira que a região propiciava. Essa exploração se intensificou na década de 1920, com a chegada da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro. A madeira era uma importante fonte de riqueza que servia de matéria prima, tanto para a exportação, quanto para os dormentes das estradas de ferro. Desde então, a região é de importância ímpar quando se aborda a temática da grilagem de terras no Estado de São Paulo: o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, 1999).

Os desmatamentos abriram espaço, primeiro para a lavoura de café e, posteriormente, para o plantio de algodão. Devida à ocupação predatória, o governo paulista decretou a criação da Grande Reserva do Pontal, em 1942, que não foi respeitada, reiterando a irregularidade na ocupação desse território. Assim, os desmatamentos continuavam com o uso do agente laranja e com a ajuda de novas máquinas, tornando o desmatamento mais eficiente.

A fragilidade do solo e a não conservação do mesmo, fizeram com que as terras não tivessem mais potencial produtivo. Isso deu espaço à pecuária de corte que se adaptou bem à região, promovendo uma ocupação mais extensiva e um crescimento dos latifúndios. Outros fatores, como as chuvas ocorrendo apenas num curto período do ano, fragilidade e o mau uso do solo, fizeram com que o Pontal se tornasse a região mais degradada do estado sob o ponto de vista Ambiental.

Com o decaimento da lavoura e o predomínio da pecuária, a agricultura familiar se resumia apenas a algumas vilas próximas aos centros urbanos e mesmo o arrendamento, que era usado como estratégia de renovação de pasto, começou a se restringir a partir da década de 1970 (ITESP, 2000).

Todo esse ambiente abriu espaço para a lavoura canavieira que estimulada pelo Pró-Álcool passou a constituir alternativas sazonais de ocupação da mão-de-obra. Nesse período, houve a construção de três usinas hidrelétricas na região que empregou mão-de-obra local e de várias outras regiões. A paralisação ou a diminuição do ritmo de obras gerou uma quantidade de desempregados que ascendeu o quadro de conflitos.

Logo, era evidente a necessidade de uma Reforma Agrária. Com o processo de redemocratização do país, tal opção começava a se manifestar com grandes ocupações de terras, violência reacionária e acampamentos. O governo respondeu a estas situações conforme as circunstâncias do momento. O Projeto de

Assentamento Gleba XV de Novembro, implantado em 1984 é um marco histórico nesse sentido. Entretanto, enquanto a pressão social aumentava, até 1994, o governo federal viabilizou apenas mais dois assentamentos e o governo estadual, outros cinco. Destes cinco, apenas um, a Fazenda Tucano, foi consolidada enquanto assentamento definitivo. Os outros ficaram em situação emergencial, ou seja, com número de famílias bem superior à capacidade das áreas para assentamento.

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sócio-político do Pontal do Paranapanema, hoje a região do Estado de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (são 103 Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas), essa área do Estado tem mostrado uma dinâmica extremamente rica no que tange a essa questão.

Somente em 1995, o Governo Estadual criou o Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema, com o objetivo de arrecadar as terras devolutas do Pontal e as destinar a uma política de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra (ITESP, 2000).

Contando com uma população de pouco mais de 35 mil habitantes, Presidente Venceslau, inserido no contexto regional do Pontal do Paranapanema, tem cinco Projetos de Assentamentos (P.A.s) em seu território, quatro deles, frutos desse plano de ação da década de 1990, além de um bem recente, implantado em 2009:

- P.A. Primavera, com 128 lotes familiares;
- P.A. Tupãciretan, com 72 lotes familiares;
- P.A. Radar, com 29 lotes familiares;
- P.A. Sta. Maria, com 17 lotes familiares;
- P.A. São Camilo, com 34 lotes familiares (o mais recente).

Focamos nossa atenção de pesquisa nos assentamentos Primavera e Tupãciretan, que são assentamentos vizinhos. No primeiro assentamento existem três organizações associativas e no segundo existe uma; essa pesquisa pretende investigar essas associações através da realização de Diagnósticos Participativos. Neste trabalho, apresentamos os resultados parciais desse levantamento, relacionando a seguir o resultado do diagnóstico participativo realizado junto aos assentados sócios de duas

dessas entidades (Associação Renascer e Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan).

Diagnóstico Rápido Participativo: uma nova estratégia de mobilização? A metodologia do DRP

Esclarece-se, aqui, que a terminologia para designar essa técnica de pesquisa e mobilização comunitária difere para cada instituição. É verdade que as metodologias têm diferenças, mas todas são essencialmente voltadas para a elaboração de diagnósticos participativos. Tais diagnósticos não são uma novidade nos programas de desenvolvimento agrícola. Segundo Petersen e Romano (1999), eles começam a ser realizados há pelo menos 30 anos, quando os fracassos evidentes de programas impostos de transferência de tecnologia levaram a que se pensasse quais eram e como se manifestavam os problemas das comunidades. A evolução desses diagnósticos (por vezes chamados de Diagnósticos Rurais Participativos – DRPs – ou Diagnósticos Rurais Rápidos – DRRs), desde então, passa a incorporar cada vez mais a dimensão participativa.

A técnica levada a cabo neste diagnóstico, uma variante dessas metodologias, é denominada Diagnóstico Rápido Participativo (portanto, também DRP) e baseia-se nos critérios de Petersen e Romano (1999). Sua origem está nas ações de planejamento e extensão desenvolvidas no País desde o período da redemocratização (anos 1980). Tais técnicas ganharam uma adesão importante, desde os anos 1990, com o desenvolvimento de manuais oficiais de orientação técnica – como o Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários (GARCIA FILHO, s.d.), utilizado para elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais do Inra. Esse tipo de DRP já foi utilizado pelo pesquisador responsável pela consultoria em trabalhos anteriores (BARONE, FERNANDES, SIMONETTI, 2000; BARONE, 2008). É importante salientar, na apresentação desta metodologia, que a opção pela realização do DRP foi tomada, sobretudo, para ampliar o diálogo entre o Ibama e a população assentada no entorno da Esec Maracá, incluindo sua participação na discussão dos problemas regionais. Nesse sentido, vale citar o Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários: *"o diagnóstico não é somente um estudo técnico, mas também de legitimidade"* (GARCIA FILHO, s.d., p. 13).

O DRP na associação Renascer: um diagnóstico compartilhado

No dia 25 de outubro de 2008, realizou-se, no P.A. Primavera, uma reunião de DRP com a Associação Renascer, que tem quatorze sócios. A reunião diagnóstica

contou com a presença de apenas quatro sócios da associação em questão e um não sócio (filho de um dos sócios presentes).

Em uma conversa preliminar na apresentação do Diagnóstico Rápido Participativo, foram feitos alguns questionamentos junto aos assentados presentes, constatando-se, dessa forma, que três sócios da Associação Renascer estão associados a mais de uma associação. Levantaram-se também questões sobre a última Assembléia Geral realizada no P.A. Primavera, constatando-se, então, que a última Assembléia foi realizada há aproximadamente três anos (2005, então) e contou com a participação de 50 assentados de 125 titulares de lotes. As últimas assembléias foram para discutir verbas adquiridas ou para resolver grandes problemas, como os da estrada. Assim, mesmo que os associados presentes afirmem que "as únicas reuniões que participam um número significativo de Assentados são aquelas cuja pauta seja financiamento", constata-se que determinados problemas gerais, que afetam severamente todos os moradores – como o caso das estradas – também podem mobilizar os assentados. De qualquer forma, mais de três anos sem assembléia denuncia a desmobilização da comunidade.

Em um segundo momento houve uma explanação dos assuntos que seriam pauta do D.R.P. Nesse sentido, foram propostos diversos temas a serem discutidos pelos participantes da reunião, com a finalidade de apontar os problemas decorrentes de cada tema e possíveis soluções. Os temas propostos foram: produção, infra-estrutura, organização, relação com órgãos públicos, situação dos jovens, situação das mulheres e meio ambiente. A seguir, elencamos a síntese de cada tema discutido.

Produção: reivindicações e descontentamentos

Neste tema, foram discutidos os problemas encontrados pelos assentados em gerar produtos agropecuários e de encontrar um modo mais lucrativo de vender sua produção ao mercado em geral.

Uma das questões abordadas pelos sócios presentes foi a da venda dos produtos agropecuários para atravessadores, que, então, destinariam os produtos ao mercado. Dessa forma, os atravessadores ficariam com grande parte do lucro da venda desses produtos. Um dos assentados chegou a comentar que os atravessadores ficam com o lucro e os assentados com a dívida. Uma solução abordada foi a adesão a projetos, como o PAA da CONAB (que já ocorre no assentamento e funciona bem), no qual a venda dos produtos ocorre sem a necessidade de atravessadores.

A produção de leite é a prática mais disseminada no assentamento e com relação à esta produção, os assentados relataram que o preço do litro do leite varia muito, não tendo uma política que assegure um preço mínimo para o produto. Uma forma de

resolver esse problema e dar maior segurança aos produtores de leite é a fixação de um preço mínimo do litro. Outros problemas relacionados com a produção de leite foi o alto custo da produção (ao somar os gastos com ração e sal, o ganho líquido torna-se pequeno) e a degradação das pastagens, que tem produção média de 4 cabeças por alqueire, segundo um dos associados. Para o problema das pastagens degradadas o atendimento técnico especializado foi visto como uma solução.

Entretanto, os associados presentes levantaram a carência de assistência técnica, que resulta em problemas com a produtividade ou a perda de produtos. Isso porque, quando há urgência pela doença de um animal ou a ocorrência de pragas, os técnicos demoram a aparecer, visitando os assentados somente quando a perda já ocorreu. Além disso, citaram a falta de análises de solo e de acompanhamento das produções. Os assentados disseram que uma forma de melhorar o atendimento técnico é a existência de um agrônomo, veterinário e um técnico agrícola em todos os assentamentos. Foi dito, também, que os técnicos precisam conhecer melhor a realidade do P.A. e que uma forma disso acontecer é do técnico ser um morador do assentamento.

Um descontentamento dos assentados é a impossibilidade da existência de uma agroindústria no assentamento. Isso porque, não há na cidade de Presidente Venceslau, onde se localiza o P.A. Primavera, um SIM (Serviço de Inspeção Municipal). Os sócios presentes indicaram a vontade de se fazer no assentamento a pasteurização do leite, além de produzir manufaturados para venda em lojas e supermercados, dizendo que a demanda para esse tipo de produto é alta. Dessa forma, a criação do SIM, que há oito anos é reivindicada pelo P.A. Primavera é vista como uma solução. Foi citado o fato da associação ter ganhado um cozinha industrial, mas de não poder utilizá-la, pelos motivos citados acima.

Infra-estrutura: uma dimensão esquecida nos assentamentos

O primeiro assunto abordado sobre esse tema foi a qualidade das estradas que passam pelo assentamento. Foi dito que as estradas eram regulares, sendo de boa qualidade a manutenção dada pela prefeitura às estradas principais. As estradas secundárias, que ficam a encargo do ITESP, foram apontadas como tendo pior qualidade, foi dito que essas estradas ficam muito tempo sem manutenção.

Segundo os assentados, há uma má conservação do solo nas propriedades do P.A. Primavera. Também se observa a falta de informações sobre a importância das curvas de níveis na conservação do solo. Os assentados presentes, então, citaram que em alguns lotes as curvas de níveis foram destruídas, pois seus proprietários achavam que elas ocupavam espaço no lote. Dessa forma, foi levantada a importância

de um projeto de Educação ambiental, que busque conscientizar o assentado da importância de se preservar o solo e a água.

Apesar de todas as casas contarem com energia elétrica, esse assunto foi abordado como deficitário, já que um transformador de 5KvA é repartido entre duas famílias, sendo insuficiente para suportar mais de um eletrodoméstico funcionando simultaneamente ou suportar um aparelho que necessite de uma potência maior, como um moedor de cana, por exemplo. Assim, foi citada a necessidade de um transformador mais potente ou de um transformador para cada família.

Quanto à saúde, foi dito que o médico atende a comunidade a cada 15 dias e somente até às 11h00. Os associados disseram que para melhorar esse serviço é preciso um médico que atenda diariamente, principalmente durante o período letivo. No assentamento existe um motorista responsável por transportar pessoas para hospitais na cidade em casos de emergência. Sobre esse motorista, foram levantadas questões sobre sua conduta, já que um diálogo com este profissional é difícil, pois, segundo os presentes, o motorista faz um pré-dignóstico do estado de saúde da pessoa antes de transportá-la para a cidade. Foi dito que deve haver uma conscientização do motorista, já que ele possui uma função social no assentamento. Também falaram sobre a conscientização dos assentados que, em alguns casos, mentem que não estão bem para viajar até a cidade.

A escola do assentamento tem ensino até a quarta série e conta com quadra poliesportiva e piscina. Entretanto, a piscina não está vinculada à escola. Mesmo assim, seu uso é dificultado por essa instituição. A dificuldade maior, em relação à piscina, é a de quem se responsabilizaria pela sua manutenção e por contratar um salva-vidas. Ficou claro, pela conversa com os associados presentes, que uma solução seria uma associação assumir a piscina, sendo um meio de atrair os jovens do assentamento. Essa associação reivindicaria as reformas e a presença de um salva-vidas junto aos órgãos responsáveis, além de atuar em conjunto com a juventude.

Ainda sobre a escola, um tema abordado foi o esvaziamento que ela vem sofrendo. Os assentados propuseram que cursos noturnos para jovens e adultos fossem ministrados nas dependências da escola, além de atividades para a terceira idade. Também, disseram que poderia implantar ensino de 5ª a 8ª série e garantir o transporte escolar, dessa forma, poupando os adolescentes de fazerem uma longa viagem até a cidade.

Organização da Política Interna: a dificuldade da construção de espaços coletivos

Sobre esse tema, foi dito pelos participantes que existe muita dificuldade na organização geral do assentamento. Não há uma articulação entre os assentados, resultando, muitas vezes, na tomada de decisões individualistas. Foi dito, nesse sentido, que os assentados

precisam ser mais conscientes com relação aos problemas locais, tendo maior participação por meio de associações. Conforme já assinalado, as assembléias gerais não ocorrem há vários anos, o que demonstra a dispersão política dos assentados.

Sobre as associações do assentamento foi dito que existe uma baixa participação dos associados às reuniões. Foi abordado, também, o fato delas trabalharem de forma isolada. Esclarecemos que existem três associações no P.A. Primavera, em diferentes estágios de funcionamento e com números variáveis de participantes (a que era a maior delas, sofreu, ao longo de 2009, um grande esvaziamento e perdendo sua importância relativa). Para que haja uma maior união entre as associações foi levantada a necessidade de um maior diálogo entre os assentados. Também, a idéia da criação de um conselho das associações, para representar todo o P.A. Primavera, foi discutida. Esse conselho seria responsável pelos interesses comuns do assentamento, como, por exemplo, pelas áreas comunitárias (represa, piscina, estradas, escola, reserva legal, centro de convenções, posto de saúde, etc).

Relação com as Agências externas: a chegada do estranho

Foi analisada a relação entre assentados e órgãos públicos, mais especificamente, no âmbito municipal. Os assentados disseram que, geralmente, a mudança de prefeitos não influencia significativamente na relação com a prefeitura. E fizeram uma observação positiva sobre essa relação existente entre eles quando citaram a disponibilidade de um veículo da prefeitura para levar doentes à cidade. Esclarece-se que a reunião do DRP foi realizada às vésperas de uma eleição municipal (2008) que alterou a composição do governo de P. Venceslau – algo, de fato, sentido pelos assentados. Prevalencia naquele momento, no entanto, a opinião de que todos os governos municipais são iguais.

Com relação ao ITESP, órgão responsável pelo P.A., os assentados se mostraram cautelosos e reticentes nas suas opiniões. Talvez, o fato de que estejam recebendo assistência específica do órgão devido ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tenha levado os participantes a não aprofundarem questionamentos quanto à atuação do ITESP.

Situação dos Jovens: o "querer" sair

Constatou-se que a maioria dos jovens não se interessa em dar continuidade às atividades que vem sendo desenvolvidas no lote pelos seus pais. Não vendo perspectivas no assentamento, eles acabam migrando para a cidade em busca de outras formas de vida. Para solucionar esse problema, foi observada a necessidade de políticas que garantam a permanência dos jovens no lote. A sugestão apresentada neste caso foi que haja projetos produtivos específicos para os jovens, com eles gerindo a implantação e operação.

Outra observação foi sobre a existência de conflitos entre as gerações, pois os pais não

aceitam as mudanças, relacionadas a forma de lidar com o lote, que os filhos propõem.

Meio Ambiente: a ausência de programas públicos

Inicialmente, discutiu-se sobre a coleta de lixo no assentamento. Sobre esse tema foi dito que cada assentado, anteriormente, ficava responsável pelo destino (geralmente a queima) do lixo seco produzido em seu lote. Entretanto, atualmente, há um caminhão que recolhe esse lixo toda primeira quinta-feira do mês; essa coleta é feita em todos os lotes. Os assentados presentes julgaram esse sistema de coleta eficiente. Disseram, ainda, que provavelmente há quem não separe o lixo e o jogue em buracos feitos no próprio lote, ou até em beira de estradas.

Não há no assentamento um sistema de coleta de esgoto, assim, esses são despejados em fossas, que os presentes julgaram serem construídas de forma correta.

Sobre a Área de Preservação Permanente (A.P.P.) e de Reserva Legal, foi dito que, geralmente, seus limites não são respeitados pelos proprietários dos lotes, alguns desses levam o gado para pastar nessas áreas. Mais especificamente sobre a A.P.P., foi abordado que muitas dessas áreas já não existiam antes da formação do assentamento, dessa forma, a maior parte dos assentados não a regularizaram por não quererem ou por não conseguirem arcar com os gastos.

A Reserva Legal do assentamento é apenas uma, comum a todos os lotes. Essa área, segundo os assentados presentes, encontra-se erodida e há apenas uma placa indicando sua localização.

Derivado do problema do desrespeito às Áreas de Preservação Permanente, os assentados disseram que a ocupação indevida dessas áreas tem causado assoreamento em córregos e nascentes do assentamento. Mais uma vez a educação ambiental é apontada como possibilidade de conscientização sobre o uso irregular dessas áreas e sobre formas de preservação das terras cultivadas. A presença do técnico também é vista como importante, pois ele faria um acompanhamento contínuo impedindo que o assentado insistisse em ocupar reservas e fazer uso (de forma má planejada) dos rios como bebedouros para os animais. Sobre esse assunto, foi dito, ainda, que é importante avaliar as condições que levam o assentado a recorrer a estas alternativas que, em longo prazo, trarão malefícios para o próprio lote.

Foi comentada na reunião a ausência de programas públicos, no assentamento, voltados ao meio ambiente, como o de Microbacias. Os participantes disseram que, se tivessem oportunidade, estariam dispostos a participar de programas desse tipo.

Percebe-se que, apesar de existir no DRP feito com a Associação Renascer um tema específico voltado aos problemas ambientais, alguns desses problemas foram também abordados em outros temas. Isso ocorre no tema de produção, quando foi abordada a

degradação das pastagens, e também no tema de infra-estrutura quando é comentado que há no assentamento uma má conservação do solo e o desconhecimento sobre a importância das curvas de nível.

O DRP na Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan: por onde passam os problemas e as soluções

O DRP com a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan foi realizado no dia 30 de junho de 2009, no PA Tupãciretan. A reunião diagnóstica contou com a presença de 21 assentados – a grande maioria participante da associação local, entretanto deve-se ressaltar que esse número foi flutuante –, com agentes da Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (DAAMA) da Prefeitura de Presidente Venceslau e com o professor Luis Antônio Barone, que ficou responsável pela aplicação do D.R.P., sendo auxiliado por alunos bolsistas e estagiários.

O DRP foi montado a partir de ferramentas simples do tipo "problema-solução" - assim como o anteriormente realizado no P.A. Primavera. Como havia um bom número de participantes, foi possível dividir os assentados em grupos com aproximadamente quatro pessoas, sendo estimulados ao debate pelos membros da equipe da UNESP. Os temas propostos foram os mesmos usados no DRP com a Associação Renascer do P.A. Primavera: produção, infra-estrutura, organização, relação com órgãos públicos, situação dos jovens, situação das mulheres e meio ambiente. As discussões foram anotadas em cartazes (apontando os problemas e as soluções). Após isso, formou-se um único grupo e o conteúdo dos cartazes individuais dos grupos foram debatidos com todos os assentados presentes.

Produção: a marca da instabilidade

O primeiro ponto que foi discutido dentro dos grupos de assentados foi a produção e o desenvolvimento econômico dentro do assentamento, onde os assentados apontaram os problemas e discutiram sobretudo a instabilidade e o baixo preço de seu principal produto: o leite. A impossibilidade de armazenar leite no tanque resfriador da associação, que na ocasião do diagnóstico não estava funcionando, gera impedimentos na negociação de melhores preços diretamente com o laticínio. A não utilização do tanque obriga que alguns produtores recorram aos atravessadores que, segundo eles, pagam menos pelo leite. Segundo os assentados, muitos produtores de leite acabam por se juntar aos assentados do PA Primavera, local onde o tanque resfriador comunitário funciona sob supervisão de uma associação, para poder ter melhor preço, fornecendo leite para o laticínio que atualmente recolhe a produção dos assentados do PA Primavera.

Um outro ponto levantado foi a alto custo dos insumos para manter o gado (vacinas, sal, pastagens, veterinário). Esta alta crescente dos preços dos insumos, em oposição às oscilações do preço do leite, tornam a produção e os rendimentos incertos.

A falta de poços dentro de cada lote foi apontada como uma grande dificuldade produtiva. Mais poços são necessários para se cultivar lavouras intensivas em água e para melhor dar assistência ao gado, pois no assentamento Tupãciretan a rede de água é coletiva.

A falta de mais incentivo bancário ao pequeno produtor e a falta de assistência técnica aos lotes também foram apontados como um problema ao desenvolvimento da produção agropecuária.

Como parte das soluções, os grupos do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) apontaram, no caso da produção leiteira, a urgente ativação do tanque de leite, a eliminação do atravessador para que, assim, a associação possa negociar o preço do leite diretamente com o laticínio. Outros apontam para necessidade de instalar um mini-laticínio e organização de leilões para a venda do gado (garrotes).

A organização da associação, que deveria ser mais efetiva no que concerne ao funcionamento do tanque de leite e do trator da associação, foi a solução mais frequente nos grupos. Além disso, os assentados apontam a possibilidade da Prefeitura custear a construção de poços em cada lote, além de cobrarem mais assistência técnica.

Infra-estrutura: melhores estradas, mais escolas e a saúde anda mal

A infra-estrutura do assentamento para a produção (estradas, equipamentos, assistência técnica) e para a reprodução (saúde, educação, cultura/lazer e habitação) foram os pontos discutidos pelos grupos. Os assentados falaram das péssimas condições em que se encontra o trator e a falta de implementos para o mesmo. As estradas, sobretudo após chuvas intensas, ficam intransitáveis e os assentados ficam ilhados. A falta de poços dentro dos lotes inviabiliza a produção. Outra questão levantada é falta de água para abastecer o tanque resfriador comunitário sob responsabilidade da associação. Segundo os assentados, a bomba do poço que abasteceria o resfriador está avariada.

A questão da saúde é problemática, pois o médico somente vai ao posto de saúde do assentamento a cada quinze dias e não atende o dia todo. Há falta de água no posto médico. Não há escola no assentamento (as crianças se deslocam de dez a vinte e cinco quilômetros até a escola no assentamento Primavera). O ITESP não consegue dar assistência a todos os lotes e é extremamente falho. Há habitações que ainda não foram terminadas.

As soluções apontadas pelos grupos: mais manutenção nas estradas, principalmente nas épocas de chuva; a construção de uma escola de 1ª a 4ª série no assentamento Tupanciretan, além da necessidade da instalação de 5ª a 8ª na Escola do Assentamento Primavera - que é um assentamento de terras contíguas ao assentamento Tupanciretan. Isto

faria com que as crianças não precisassem ir à cidade para estudar. Numa outra linha de soluções, foi sugerida a manutenção de um transporte "direto" de alunos da Tupãciretan para a Escola do PA Primavera (Kombi, Van). Isto porque o ônibus comum leva as crianças dos dois assentamentos para a escola, o que obriga aos moradores do P.A. Tupãciretan acordarem muito cedo e permanecerem muito tempo dentro do ônibus.

Os assentados apontam para a contratação de mais profissionais da saúde, como enfermeiros e agentes de saúde. Na questão da habitação propuseram a mediação do ITESP para regularizar as condições de habitação no assentamento.

Organização da Política Interna: o coletivo "imposto"

Abordamos a questão da organização política interna dos assentamentos e da associação. Os assentados falaram da falta de organização dos assentados inclusive dos sócios da associação. A (des)organização política da associação foi um dos pontos mais discutidos de todo o DRP, devido à situação problemática em que a mesma se encontra. A Associação está burocraticamente organizada – exigência do Programa de Aquisição de Alimentos – e isso foi considerado como um ponto positivo. Mas existe uma grande dificuldade dos assentados em controlar a contabilidade das compras do PAA. A Associação não tem realizado assembleias com os sócios, não há prestações das contas, os assentados desconhecem o estatuto da associação, o tanque e o trator que não estão funcionando.

Como uma avaliação, os grupos concordam que o presidente é bastante ativo, mas muito "personalista" - ele não teria traquejo político no trato com os assentados. Além disso, o presidente faz transporte de leite (ele controla uma "linha" de leite) para um laticínio – trabalho que lhe toma muito tempo, além de suscitar dúvidas sobre o real interesse dele em acertar o funcionamento do resfriador, pois isto poderia, de alguma forma, prejudicar seu negócio.

A solução levantada é que é preciso fazer novas eleições para mudar a direção da associação. Foi discutido que, por conta do PAA (cronograma e contratos), não vale a pena antecipar a mudança de diretoria, mesmo com essa desorganização vivida por eles. A nova eleição ocorrerá em novembro/2009. Com uma nova diretoria (e novo presidente), as reuniões devem voltar a ter periodicidade certa, para discutir os problemas e projetos da associação. Um outro ponto levantado foi que a DAAMA (Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente) fiscalizasse o funcionamento do resfriador de leite e do trator, para assim garantir o funcionamento dos mesmos. Também se sugeriu, como solução para a falta de transparência na contabilidade do PAA, que a DAAMA centralizasse essas contas, prestando essas informações para os produtores.

Relação com as Agências Externas: o diálogo truncado

As relações externas dos assentados, segundo eles próprios, se dão com o ITESP, Prefeitura, Sindicato e bancos. Segundo sua avaliação, há falta de diálogo com o ITESP, a Prefeitura e o sindicato. Também foi citada a falta de crédito nos bancos, devido à inadimplência dos assentados que encontram dificuldades com a negociação de suas dívidas. Quanto ao governo municipal atual, os assentados não avaliaram, pois ainda se trata de uma gestão nova, que assumiu a Prefeitura no início do ano corrente. No que tange aos governos estadual e federal, reclamou-se da falta de projetos que atendam diretamente aos assentamentos.

As propostas de soluções levantadas foram aumento do diálogo e presença das agências no assentamento, aumento das linhas de créditos, elaboração de projetos para o assentamento que garanta a compra dos produtos - como a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) – citada como exemplar. Com relação ao ITESP, é preciso contratar mais técnicos nos assentamentos.

Situação dos Jovens: o futuro incerto

Foram apontados como problemas: falta de lazer no assentamento, difícil acesso à educação, falta de opção de trabalho, falta de capacitação, dificuldade de acesso ao crédito, falta de autonomia, saída dos jovens do assentamento para a cidade em busca de trabalho e lazer.

Para os problemas levantados sobre a condição do jovem filho de assentado os participantes não encontram solução de fácil alcance. É apontada a necessidade dos jovens estudarem dentro do assentamento sem terem que se deslocarem para a cidade. Sugerem a construção de quadras esportivas e áreas de lazer, inclusive a construção de um salão comunitário, pois a "falta do que fazer" é uma queixa também das mulheres e dos homens adultos. Todos almejam espaços de descontração. Sobre a saída do jovem em busca de trabalho na cidade, foi apontada a necessidade de cursos de capacitação profissional.

No debate ao final, os próprios assentados(as) falam da necessidade de se ter profissionais que atuem dentro do assentamento. Estes poderiam ser os próprios moradores do local.

Devido à longa distância percorrida até a cidade para estudar, muitos jovens interrompem os estudos, por isso houve indicação da implementação de um programa de educação de jovens e adultos, no qual os adultos que não concluíram os estudos também se matriculariam. Houve indicação, também, de um programa de inclusão digital, do qual adultos também têm interesse em participar. Para a falta de autonomia do jovem, foi apontada a necessidade do crédito facilitado.

Situação das Mulheres: resistência à exclusão

Com relação às mulheres, foi apontada a falta de assistência médica específica e a dificuldade de acesso ao crédito, principalmente devido à inadimplência do marido. São apontadas soluções como a facilitação de acesso ao crédito, com a liberação de pequenos créditos que não exigissem garantias tão altas do assentado(a). Esses pequenos financiamentos serviriam para a profissionalização. No caso da saúde, a contratação de médico ginecologista e enfermeira para orientação foram citados.

Nos grupos formados por homens, nenhum problema sobre a condição da mulher foi levantado; em alguns grupos este item nem foi discutido. Outros somente apontaram o aparente progresso da atuação das mulheres: Elas agora participam de reuniões, podem se tornar sócias da associação, algumas são titulares e participam muito mais da administração dos lotes.

Meio Ambiente: o tema "submerso"

A discussão da questão do meio ambiente revelou o não conhecimento, não apenas da legislação ambiental – um problema detectado pelos grupos reunidos – mas uma visão bastante superficial da temática. Um dos problemas mais recorrentemente citados foi a inexistência de coleta de lixo no assentamento (foi apontada por todos os grupos), requerendo que haja coleta de lixo pela Prefeitura no assentamento e que, ao mesmo tempo, cada família se responsabilize pelo seu lixo. Foi citada, também, a questão do reflorestamento das áreas de Reserva Legal e das matas ciliares para assim preservar a "vida do Rio do Peixe" e a falta de curvas de nível nos lotes - o que deveria ser feita pelo ITESP. A este órgão caberia, também, orientar os assentados sobre a questão ambiental.

Ao final da discussão os assentados disseram que seria interessante conhecer mais as questões relacionadas à legislação ambiental vigente. Então, chegou-se ao consenso de que um curso sobre esse tema seria de grande valia.

Pode-se perceber que, ao contrário do que aconteceu no DRP com a Associação Renascer do P.A. Primavera, questões ambientais não foram relacionadas com temas que não fosse o de meio ambiente e que, mesmo no referido tema, houve uma discussão superficial dos problemas ambientais existentes no P.A. Tupãciretan.

Conclusões

Foram levantados vários problemas ambientais no P.A. Primavera, destacando-se a degradação do solo, que se mostra como um problema histórico da ocupação do Pontal

do Paranapanema, e a ocupação de áreas de preservação permanente e reserva legal.

Foi visto, também, que esses problemas ambientais afetam diversas áreas da vida do assentado, como ocorre com a produção do leite que é afetada pela baixa qualidade das pastagens. Assim, a ajuda dos técnicos agrícolas é vista como uma forma de melhorar ou solucionar problemas ambientais que resultem em dificuldades de produção.

Ainda é importante frisar, sobre o P.A. Primavera, a ausência de organização geral desse assentamento, que resulta na tomada de decisões individualistas, sem que haja uma consciência dos problemas locais. Isso é evidenciado pela realização da última Assembléia Geral no assentamento, que ocorreu há aproximadamente três anos.

No DRP desenvolvido com a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupãciretan, pode-se perceber a pouca preocupação com a temática ambiental. Esse aspecto pouco foi abordado pelos assentados que, quando indagados sobre o tema, não fizeram uma grande imersão no assunto. Ao contrário do que ocorreu no DRP no P.A. Primavera, assuntos como Reserva Legal e APP pouco foram tratados e nada se falou sobre as curvas de nível. Entretanto, foi levantada a demanda por um curso sobre legislação ambiental e por coleta de lixo.

Outro aspecto importante foi que em três dos sete temas abordados no DRP o descontentamento com a diretoria da associação foi discutido. Isso deixa claro que esse fato, no momento, era o que mais preocupava os associados. Com relação a uma maior "consciência" dos assentados do P.A. Primavera, esclarece-se que havia algumas das lideranças do assentamento na reunião do DRP. Além disso, esse assentamento conta com uma ação extensionista da equipe do GEPEP há alguns anos, justamente tematizando a questão ambiental (ANDRADE, BARONE et. al., 2008). No caso da Tupãciretan, apesar do grande número de participantes, sequer o presidente da associação estava presente.

Referências

ANDRADE, T.L.; BARONE, L.A.; CAMILOTI, P.R.; LIMA, S.; ROCHA, R.R. Dilemas de um projeto ambiental: relato de uma experiência participativa no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.11, Nupedor/Uniara, p.225-238, 2008.

BARONE, L.A.; FERNANDES, B.M.; SIMONETI, M.C.L. Assentamentos rurais e desenvolvimento sócioeconômico: notas de uma atividade de intervenção. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.6, n.8, Nupedor/Unesp, p.55-67, 2000.

BARONE, L.A. Diagnósticos participativos em assentamentos rurais no

entorno de estação ecológica: o possível diálogo entre IBAMA e agricultores. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília:MDA; Araraquara: Uniara, 2008, p.220-238.

CARMO, M.S. do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Dinâmica Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. São Paulo: UNIARA, 2003, p.295-318.

CARVALHO, V.S. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário**. São Paulo: Ed. WAK, 1996.

TOZONI-REIS, M.F.C.; DEMO, P.; LOUREIRO, C.F.B.; TOZONI-REIS, J.R. (Orgs.) **A Pesquisa-Ação-Participativa em Educação Ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Annablume/Fapesp; Botucatu: Fundibio, 2007.

GARCIA FILHO, D.P. **Guia Metodológico para Diagnóstico de Sistemas Agrários** (Projeto de Cooperação Técnica Inkra/FAO). Brasília, s/d.

ITESP. Fundação Instituto de Terras de São Paulo "José Gomes da Silva". **Pontal Verde: plano de recuperação ambiental dos assentamentos do Pontal do Paranapanema**. 2. ed. São Paulo: ITESP, 2000.

LEITE, J.F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

MALAGODI, E.A.; QUIRINO, E.G. Mercado e consciência ambiental: dilemas da agricultura familiar. In: DUQUE, G. (Org.) **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002, p.75-90.

PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. **Abordagens Participativas Para o Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999.

THOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez/Associados, 1986.

VOZES E AÇÕES DAS MULHERES NA TRAJETÓRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Henrique Carmona Duval²

Resumo: Neste artigo propomos discutir a atuação das mulheres através de seus atos e vozes, como expressão de recusa/aceitação aos modelos instituídos. As iniciativas de diversificação produtiva e de resgate da identidade dos assentamentos, fortemente mediadas pelas mulheres, serão discutidas a partir da categoria trama de tensões, através da qual temos analisado a problemática inserção dos assentamentos nos distintos contextos regionais. O artigo retoma expressões anteriores de diversificação, busca trabalhar as relações entre produção/reprodução social de maneira crítica, especialmente pela naturalização de lugares atribuídos a um e outro segmento. O artigo trabalha ainda experiências recentes de atividades de agroindustrialização familiar, por parte das mulheres, mediadas por políticas públicas municipais. Questiona-se o caráter de complementaridade inicialmente atribuído ao trabalho de mulher na agricultura e procura-se analisar a importância de tais atividades no contexto de estratégias familiares postas em ação pelos assentados. O acompanhamento das iniciativas se deu através de observação direta, com a tomada de depoimentos, entrevistas e registros em diários de campo.

Palavras-Chave: Mulheres Assentadas Rurais; Produção/Reprodução Social; Alternativas de Desenvolvimento.

Abstract: *This article proposes a debate about women's role through their actions and voices, as an expression of refusal or acceptance of the established patterns. The integration between initiatives of farm diversification and conservation of*

¹Professora aposentada da Unesp-Araraquara, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e do Nupedor.

²Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCar e bolsista Funadesp de Apoio Técnico do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Uniara/Unesp.

settlements identity is ensured by the women and such matters will be discussed as from the tension scheme category, through which we have analyzed the problematical insertion of the settlements into distinct regional contexts. The paper restores previous diversification expressions, attempting to handle in a critical way the relations between social production and reproduction, especially when identifying women's role in one or another situation. The investigation still includes latest experiences from family agro-industrialization activities, where women were included, mediated by municipal public policies. The complementary character earlier assured to the woman's labor force in agriculture is questioned and also it attempts to analyze the importance of such activities in the context of family strategies applied by the settled people. The initiatives were followed through direct observation, by collected declarations, interviews and data from daily fieldwork.

Keywords: *Settled Rural Women; Social Production / Reproduction; Development Alternatives.*

Introdução

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de crédito/comercialização/investimentos. As mulheres têm tido ao longo desses 25 anos de assentamentos na região de Araraquara/SP, presença ativa na intermediação com o poder local, na proposta de iniciativas diversas de diversificação produtiva, no reforço de estratégias familiares que têm se apresentado nas relações de aproximação e de conflito que permeiam a constituição deste novo modo de vida.

Mais especificamente, o artigo trabalha experiências recentes de atividades de diversificação desenvolvidas em núcleos de assentamentos da Fazenda Monte Alegre (núcleos III e VI) e do Bela Vista do Chibarro na região de Araraquara, conhecida pelos índices de valorização do capital e da modernização agroindustrial.

Estas experiências, em um dos casos, mediada pelo poder público municipal, em outro, pelo movimento sindical, estão sendo analisadas como expressão de resistência ao modelo de agronegócio que tem pautado as avaliações dos assentamentos rurais.

O artigo retoma expressões anteriores de diversificação, busca trabalhar as relações entre produção/reprodução social de maneira crítica especialmente pela naturalização de lugares atribuídos a um e outro momento. Questiona o caráter de

complementaridade inicialmente atribuído ao trabalho de mulher na agricultura e procura analisar a importância de tais atividades no contexto de estratégias familiares postas em ação pelos assentados, sem deixar de lado a categoria trama de tensões, que tem nos orientado na discussão da relação assentamentos x desenvolvimento.

Ao assumir o comando de atividades diversificadas, as assentadas têm se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres. Trata-se de novos lugares conquistados ou constituídos através da mediação das políticas públicas? A organização em associações ou a presença de agentes de direção política é fundamental neste processo? O fato das mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas implica em mudanças efetivas no interior das relações familiares, dos códigos tradicionais que ainda interferem em muito, na lógica das relações familiares? Sabemos que a palavra final, muitas vezes, é dos homens, ainda que nos depoimentos e entrevistas, apareça a referência a "ambos decidem", o que não significa necessariamente uma mudança de práticas sociais arraigadas. Novas sociabilidades podem estar se criando no interior destas experiências produtivas diversificadas. A participação de mulheres nas decisões sobre gestão produtiva das culturas agrícolas tem aumentado? As mulheres não têm posições reconhecidas face à parceria com a cana-de-açúcar?

O presente artigo tem como preocupação analítica investigar se as iniciativas de diversificação que surgem a partir da iniciativa das mulheres, constatadas nos dois projetos de assentamentos analisados, acenam com modificações concretas na valorização da mulher e na incorporação das relações de gênero nas políticas públicas, no reconhecimento de sua participação em movimentos sociais.

Preocupações estas, como já afirmamos, centradas na categoria da trama constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, neste artigo, as mulheres assentadas e os diferentes mediadores, tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Neste artigo, são as relações das mulheres no espaço doméstico, com os órgãos gestores, com representantes do poder local, com o movimento sindical que serão analisadas em suas possibilidades e dimensões conflituosas. A trajetória das mulheres nos distintos tempos de assentamentos, a busca continuada da diversificação, a responsabilidade maior no autoconsumo, por ela ser provedora da alimentação das famílias, a posição assumida nos momentos de confrontos, na politização de espaços de sociabilidade, na busca de organizar/ reorganizar estratégias familiares compõem

esse movimento descontínuo de aceitação e de recusa aos modelos instituídos.

Discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais, a partir da prática das assentadas rurais, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, remete-nos à história viva de trabalhadoras que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias - individuais ou coletivas - cuja consecução, senão amplamente transformadoras das relações sociais, das desigualdades de gênero, revelam aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos.

Assumimos a busca, proposta por José de Souza Martins, por uma sociologia rural que é a sociologia "*de um modo de ser e um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico*" (MARTINS, 2002, p. 220). O modo de vida em questão é o constituído pelos(as) assentados(as) em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional.

As mulheres cujo trabalho aparece, via de regra, envolto em uma rede de invisibilidades, têm, na casa, na formação de grupos diversificados de produção, na busca de resgate da história/memória de suas lutas, mostrado que a constituição e a trajetória dos assentamentos têm que levar em conta, necessariamente, as vozes e as ações das assentadas rurais.

O "Lugar" da Investigação: Assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 416 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação ITESP.

No mesmo período em que o ITESP instalou um dos núcleos mais recente do projeto de assentamento Monte Alegre - o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) - o mesmo órgão assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área anteriormente pertencente à Companhia de Desenvolvimento

Agrícola de São Paulo (CODASP) localizada no distrito de Bueno de Andrada (município de Araraquara), que dá nome ao Horto. As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre, que fica numa tríplice divisa de municípios (Araraquara, Motuca e Matão).

Quadro 1. Distribuição de famílias por núcleo e município - P.As. Monte Alegre, Bueno e Silvânia/ITESP.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bueno de Andrade	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
10 Assentamentos			416 Famílias	

Fonte: Fundação, 2006.

Além desses núcleos do ITESP, existe um assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro. Este assentamento se encontra inteiramente no município de Araraquara, em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à sua instalação acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (Ferrante, 1992). O assentamento originalmente contava com 176 lotes agrícolas e o mesmo número de famílias, estimadamente.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares - e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Retratos do Presente

Dados coletados recentemente mostram que no assentamento Monte Alegre as mulheres são, em 17,5% dos casos, titulares dos lotes, tendo, neste caso, em média, 58 anos de idade.

A obrigatoriedade da titularidade conjunta é cumprida por interferência dos órgãos gestores, não chegando a mudar efetivamente a esfera das decisões e ações nos assentamentos. A origem da renda é, neste assentamento, predominante da produção no lote, seguida muito de perto pela produção no lote e aposentadorias. Na indagação sobre a principal fonte de renda, a cana, isoladamente e a proveniente de outros produtos diversificados aparecem com os mesmos percentuais. Entretanto, quando à cana, se junta a aposentadoria e outros salários, tem-se, significativamente, a principal fonte de renda. O número de mulheres que acessou o crédito Pronaf é mínimo, ficando muito distante da cota estipulada pelos órgãos federais (30%). A grande maioria não participa de programas municipais de apoio à produção, entretanto considera, em 60% dos casos, a relação muito significativa do recebimento da aposentadoria para o viver dos assentamentos.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, apenas 7,5% dos titulares são mulheres, tendo em média 49 anos de idade. A grande maioria das mulheres não acessou qualquer modalidade de crédito, apenas uma pequena porcentagem valeu-se do custeio apoiado do Banco do Brasil. Situação a demonstrar que no assentamento Bela Vista, o tempo em que o Incra esteve ausente, os conflitos acirrados que cercaram as ações de reintegração de posse, a falta de informação mais continuada por parte dos órgãos gestores podem ter influenciado o menor índice de acesso aos mecanismos institucionais de obtenção do crédito. Mesmo assim, a diversificação de produtos tem modificado, ainda que em proporções pequenas, a monotonia de paisagem da cana. Aliado a isto, há um crescente interesse pelo resgate de memória e pelo embelezamento do assentamento, movimento que tem sido comandado por um grupo de jovens intitulado Pé Vermelho.

Nos Primeiros Tempos A Mulher e o Viver nos Assentamentos

Retrato de um mundo de relações novas, cujas fronteiras lhes são, às vezes, totalmente desconhecidas, as mulheres não participam, via de regra, da tomada de decisões na administração e no planejamento dos lotes. Não têm, em seu passado

recente, experiências de um trabalho cooperativo, mas conviviam com a combinação das forças reguladas pelo tempo disciplinado. Em muitas situações, as mulheres assentadas ex-bóias-frias, nunca haviam tido oportunidade de tomar decisões sobre seu tempo de vida e de trabalho. Desconheciam regras de financiamento, crédito e a própria engrenagem mercantil. Têm, ainda mais, que ajudar a gerir seu próprio espaço, vindos de um tempo regido pelo olhar do outro, sem poder imprimir a essa gestão, iniciativas próprias. Resultados aquém das expectativas das primeiras safras são atribuídos à falta de competência dos assentados, dedução associada, equivocadamente, ao fato de terem sido bóias-frias.

As mulheres, sem ser diretamente modeladas, arcam com o ônus das incertezas e da provisoriedade do viver no assentamento. As decisões sobre produção coletiva, sobre o que plantar, não passaram, como já afirmamos, pelos assentados, muito menos pelas mulheres. Entretanto, nas decisões de reinversão do processo de organização do grupo, na divisão das terras e na rejeição ao primado do coletivo, há expressões da rejeição dos modelos propostos para os assentados e da afirmação de sua não passividade. Na divisão por grupos, a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem - critérios significativamente influenciados pelas experiências das mulheres - pode ser encarada como uma forma de resistência, aliada à rejeição do modelo associativista proposto ou imposto pelo Estado. Excluídas em sua grande maioria da elaboração do projeto produtivo, encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade.

Grupos divididos, produção individualizada, a mulher não participa, em maioria, do trabalho no lote produtivo. Muitas o fazem nos finais de semana. No caso das titulares, há poucas que efetivamente comandam o trabalho no lote. Há freqüentes reclamações das mulheres de que seu trabalho não é reconhecido. "É sempre uma tarefa vista como ajuda, por mais pesado que a gente trabalha", desabafa uma assentada. "Cumpro o que já está determinado, o que não é muito diferente do trabalho vigiado que tinha como bóia-fria", são depoimentos de mulheres que vêm atestar que o trabalho no assentamento não elimina, necessariamente, relações de constrangimento, podendo continuar a ser "vigiado".

O retrato dessa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento. O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva vai subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote, em outras, aparece claramente a vontade de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas da violência de gênero.

Os Confrontos no Campo Político e as Relações com o Poder Local

Nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre, mulheres e política pareciam viver em rota de colisão. No entanto, conflitos familiares, problemas com filhos que não querem trabalhar na terra marcaram fortemente as representações de sua experiência.

No caso do consórcio da cana-de-açúcar, projeto que foi tentado ser levado adiante em 1992 pelo então Prefeito de Motuca, interessado em se apresentar como bom-patrão, ocorreu diversidade de posições entre as mulheres. Algumas viam, na condição de consorciado e na proteção sinalizada pelo prefeito bom-patrão, maior segurança para permanecer na terra. Outras resistiram, alegando, dentre outros fatores, a perda total de autonomia para diversificar a produção. A cultura da dádiva que se faz presente na relação dos assentados com o poder local tem nas mulheres expressões de recusa e de aceitação.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, em um confronto motivado pela interferência de órgãos do Estado em transferir famílias de outros locais em lugar da convocação das famílias classificadas, as mulheres dos assentados se posicionaram frontalmente contra o INCRA. Buscaram nas assembléias, nas falas, reinverter os atributos de que a política era um espaço masculino. Chegaram a formar um grupo de mulheres, de expressão, buscando interferir na construção desse novo modo de vida. O esvaziamento desse grupo se deu, muito, por expressões dos maridos, incomodados com as manifestações de independência das mulheres.

São expressivas, na história desse assentamento, manifestações de recusa por parte das mulheres. No assentamento Bela Vista, as mulheres chegaram, há um tempo atrás, a impedir a continuidade da eleição do seu representante, por estarem excluídas da possibilidade de votar. Participaram, igualmente, da organização da invasão dos escritórios do D.A.F. em um episódio relativo ao plantio de cana no Bela Vista e em outras situações, nas quais o crédito e outras promessas não se concretizaram. Se o Incra e órgãos estaduais que coordenam tais projetos reproduzem, em suas decisões, o viés patriarcal subjacente ao modelo estatal de assentamento, a realidade desse novo modo de vida desmente a lógica burocrática. A mulher é distribuidora do principal bem que as populações assentadas dispõem: o alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável. As mulheres, desde que estejam numa posição de necessidade, assumem todas as tarefas de um chefe de família. No entanto, não encontravam espaço para terem no assentamento, reconhecidos seus direitos.

De início, eram as mulheres as escolhidas para apresentar, junto aos poderes –

especialmente junto à Câmara Municipal – reivindicações dos assentamentos, geralmente melhorias na infra-estrutura (especialmente em questões da água e rede de esgotos) nas estradas vicinais na possibilidade de encontrar condições melhores de transporte e de estudo para seus filhos, na busca de remédios e agendamento de consultas médicas.

Uma das mulheres que chegou a ser uma das representantes do Bela Vista, na mediação com o poder político local, investiu fortemente na campanha de um candidato a vereador, funcionário da Prefeitura, aderindo abertamente à cultura da dádiva. A posição assumida por essa mulher, seu comportamento político-partidário explícito de aliança a grupos do PMDB acabou por gerar impasses e uma reação contrária das próprias mulheres – em dimensão significativa – à submissão e atrelamento do assentamento às rédeas do poder local. Nos núcleos da Fazenda Monte Alegre, ainda que a política não se apresente como uma dimensão visível na construção de suas relações, uma assentada chegou a ser candidata a vereadora, não tendo sido eleita.

Efetivamente, as mulheres tomaram a liderança na reivindicação junto aos segmentos do poder público municipal. Discutiram, em associação, estratégias produtivas e reprodutivas de permanência na terra. Em muitas situações, os maridos cercearam a participação da esposa em reuniões, assembléias e organizações, tornando-se esse um dos principais motivos de brigas conjugais. Ameaças, agravadas em casos de alcoolismo por parte dos maridos, levaram as mulheres, em proporção significativa, a recuar em sua luta pela ocupação de um espaço nos assentamentos. Muitas desistiram da caminhada. Outras voltam, com frequência, à situação de assalariamento anteriormente vivida, às vezes como forma de ampliar a renda e permanecer na terra, mesmo sabendo dos obstáculos encontrados para ser reconhecida sua titularidade.

Nos Anos 90, Mulheres Acenam para a Diversificação Na Fazenda Monte Alegre, a Marca das Estratégias Familiares

Estudos têm demonstrado que a solidariedade no trabalho na terra e a interação de grupos de parentesco conseguem, através da extensão da rede familiar, consolidar uma estrutura interna a partir de códigos de re-conhecimento social. Em todos os núcleos, vários beneficiários, titulares de lotes, mantêm laços de parentesco, criando-se um circuito de relações familiares para além do cadastro oficial. Se essa instância escapa ou não se enquadra na constituição idealizada para os assentamentos, ela efetivamente é significativa para as ações dos assentados. Aos olhos da burocracia estatal, inexistem tais relações. Sua presença marca, no

entanto, diferenças na concepção da organização e construção do novo modo de vida presente nos assentamentos. A mulher tem o comando no processo de transformar tais laços em espaços de permanência na terra.

Nos projetos da Fazenda Monte Alegre, o núcleo IV é o que se comporta de forma mais estável no decorrer dos anos, o que lhe confere um "status" de melhor grupo, na opinião dos técnicos. A atribuição de maior estabilidade não significa que os assentados do núcleo IV tenham constituído um agrupamento social e político apassivado. Ao contrário, mostram, através de estratégias familiares, a possibilidade do assentamento, sob outros lugares, espaços e práticas sociais, ser uma unidade de resistência.

Dentre as estratégias produtivas, a fruticultura vem ganhando crescente espaço. Estão sendo cultivados, em larga escala e por quase todos os assentados, mudas de frutas, especialmente a manga, o limão e a poncã, produções que podem ser comercializadas e também consumidas diretamente pelas famílias. Uma produção de subsistência tem lugar nos quintais dos lotes de moradia. A produção de grãos é realizada mais para o autoconsumo, se bem que, em sua maioria, seu cultivo seja realizado por sítiantes da região que arrendam os lotes das famílias assentadas (prática irregular, mas persistente em muitos núcleos). Além dessas culturas, apenas a mandioca aparece como relevante, sendo parte para o consumo e parte para a venda. Nessa mudança de atividades produtivas, as mulheres acabaram tendo maior espaço no trabalho.

Uma Experiência Coletiva com Mulheres: a Costura Industrial em Cena

Estratégias são criadas e recriadas em um circuito ampliado de formas organizativas de resistência. Refere-se a uma experiência de capacitação profissional em costura industrial para um grupo de mulheres na Fazenda Monte Alegre, núcleo I. No início de 1995, essas mulheres, em reunião com a direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, apresentaram a proposta de constituição de espaços alternativos e diferenciados de trabalho para elas e para os adolescentes. Necessidade de usar o tempo ocioso, dado que a atividade agrícola desenvolvida nos assentamentos não ocupa, na maioria das vezes, o conjunto da família no trabalho. Foi imperativo um curso profissionalizante de costura industrial com o objetivo de implantação da fábrica de confecção de roupas no referido assentamento. A busca de uma ocupação permeava o cotidiano dessas mulheres. Na prefeitura de Motuca, o estigma imposto aos assentados e assentadas de serem incompetentes, desordeiros pesou fortemente. Foram mal tratadas, o que lhes causou sentimento de indignação e de revolta. Marcas destes estigmas

ainda hoje permeiam as relações dos outros com os(as) assentados(as).

O curso de costura se apresentava como uma estratégia possível de responder aos desafios da reestruturação produtiva em curso, criando instrumentos geradores de trabalho e renda. Experiência que veio demonstrar a não existência de fronteiras entre atividades tidas como rurais e/ou urbanas no espaço dos assentamentos.

Tornava-se necessário encontrar parceiros. O SENAI de Araraquara aprovou dois projetos, colocando à disposição do grupo, a experiência e o conhecimento técnico acumulado, o que significou concretamente o pagamento das despesas com a monitora e a socialização dos conteúdos programáticos para os referidos cursos. Ao sindicato, coube a coordenação política e pedagógica do processo. Setenta e cinco pessoas se inscreveram para a realização do curso, vindos das 5 áreas do assentamento da Fazenda Monte Alegre.

A experiência fortaleceu a rede de sociabilidade, contribuindo para uma aproximação entre os espaços masculinos e femininos no interior dos assentamentos. A tentativa de organizar o trabalho de forma mais flexível, buscando-se romper com paradigmas de padrões de produção foi, sem dúvidas, expressão das estratégias de recusa ao modelo estatal de assentamento. A criação de uma rede de pessoas, envolvidas no processo de produção, poderiam levar a formas coletivas de controle e de gestão desse processo de produção. Entretanto a experiência teve vida curta e não chegou a se converter em uma alternativa continuada de geração do trabalho e de renda.

Houve, nesse aspecto, em pequena escala, uma re-elaboração do coletivo imposto nos tempos iniciais pelo Estado. Não há como apagar as diferenciadas individualidades que se fazem presentes nessas experiências, atravessadas por uma multiplicidade de conflitos de ordem pessoal e política.

Nos primeiros tempos, na reinvenção dos assentados de formas para se viver na terra é importante salientar que a composição da renda através de outras atividades produtoras rurais ou urbanas parecia depender essencialmente da mulher. Ao homem, cabia assumir a responsabilidade pelas decisões de comercialização, de organizar e gerenciar o lote, contabilizando as diferentes e possíveis fontes de renda.

As atribuições masculinas e femininas não têm, em todos os momentos da vida dos assentamentos, fronteiras rígidas. Há relativa colaboração entre homens e mulheres na definição do futuro do lote, colaboração que não se traduz em tomada de decisões na esfera da produção/comercialização.

O fato das agências técnicas exigirem, no presente, a assinatura do casal para completar operações de crédito e de financiamento contribui para esse planejamento conjunto. Mais uma vez, uma exigência externa a se impor, o que

não significa que as mulheres passaram a ter efetivamente poder de decisão.

Assinar em conjunto representa a aceitação das regras impostas. O pacto quebra-se no âmbito doméstico/familiar. Apesar das situações serem diferenciadas, a participação das mulheres nas diferentes estratégias de formação de renda convive com a reprodução de desigualdades e exclusões no âmbito das decisões e das relações com os companheiros.

No Assentamento Bela Vista do Chibarro, o Movimento Descontínuo dos Grupos de Mulheres

No âmbito das atuações face ao movimento sindical, no encaminhamento de reivindicações junto ao poder local, as mulheres sempre estiveram na linha de frente.

Na esfera da diversificação, no início dos anos 90, atendendo ao movimento de mulheres que se organizaram em encontros estaduais, o governo federal e o Itesp lançam projetos dirigidos à criação de galinhas poedeiras, a uma pequena fábrica artesanal para a produção de farinha de mandioca, de doces caseiros... Reuniões e reuniões para discutirem a formação de associações foram feitas. Vontade e dificuldade de se caminhar junto se entrecruzavam.

O grupo das "doceiras" chegou a preparar doces com as frutas que existiam no assentamento. Chegaram a vender os doces na Câmara Municipal, em pequenas feiras, mas a sazonalidade das frutas e a falta de apoio consistente dos órgãos gestores e dos poderes acaba levando o grupo a se desestruturar. O mesmo aconteceu com o grupo das mulheres que se ocupavam das galinhas poedeiras, que desistem sob pressão, com receio de assumirem compromissos bancários e firmar sociedade.

Relações bem respaldadas pelo desestímulo dos maridos.

Meu marido disse que isso não vai dar certo, a gente trabalhando por conta já tem problema, que dirá fazer sociedade com alguém que a gente não conhece direito? E você ainda sabe, não é, depois como a gente vai pagar a conta do banco? (Depoimento de uma assentada do Bela Vista)

O Renascer de Esperança: as Lagartinhas Verdes

Formado por algumas das pioneiras, o batismo do projeto foi cercado por muita expectativa pelas 7 mulheres envolvidas. No processo de organização, um atalho e uma desistência. Uma das mulheres decidiu desenvolver a horta na escola

do assentamento – trabalhar sozinha – atitude individualista respaldada pelos homens de família.

Não posso entrar em sociedade, meus filhos e meu marido disseram que não vai dar certo.

O grupo das 6 lagartinhas no entanto, prosseguiu.

Os dias se passaram e estávamos muito animadas. Trabalhamos duramente, preparamos o solo com enxadões, pois tentamos alugar um equipamento TOBATA com um assentado para facilitar nosso trabalho, mas ele não quis alugar. Enfrentamos resistência por parte de alguns homens, muitos passavam e riam, diziam que isso não iria virar nada, que nós éramos um bando de mulheres desocupadas, enfim, foram muitas as chacotas. (Depoimento de uma assentada do Bela Vista)

Não foram só de agressões as reações masculinas. Alguns homens se dispuseram a ajudá-las em mutirões. Foram plantados 5000 pés de alface americana, rúcula, agrião, couve-flor, brócolis, berinjela... Vencida a barreira do plantio, o mercado se interpôs no caminho das lagartinhas.

As quitandas e supermercados não compravam seus produtos por já estarem comprometidos com comerciantes de fora ou com o Ceasa. A falta de transportes agravou o quadro. Uma a uma, por uns e outros motivos - dissolução do casamento, compromissos com a organização de representação estadual das mulheres - foram saindo e o projeto se desestruturou.

O fato é que, cada companheira que pedia saída do projeto, aumentava a responsabilidade das outras com relação às parcelas bancárias, isso ocorreu com todas, exceto eu que não podia me isentar da responsabilidade porque o contrato me elegia como a primeira responsável pelo débito e para piorar, meu pai foi o avalista do projeto. Restaram, ao final, o dissabor do projeto que não deu certo, e dívidas, muitas dívidas a serem pagas. Voltei a trabalhar na cidade para cumprir os compromissos assumidos junto ao banco, afinal, se não o fizesse, meu pai também ficaria impedido de acessar qualquer crédito bancário. (Depoimento de uma assentada membro do projeto "lagartinhas verdes")

Em um e outro núcleo de assentamento, os mesmos problemas: falta de mercado, dificuldades com transportes, falta de estímulo dos órgãos gestores, expressões de pouca vontade dos poderes.

Na verdade, na década de 90, os grupos que se formaram, não tiveram orientação no tocante à pesquisa do mercado, também não se ativeram à necessidade do transporte e o mesmo nesse tempo era muito, muito mais difícil e, também havia uma resistência maior com relação à recepção dos produtos da reforma agrária. Mas, foram ao meu ver os primeiros passos para que hoje, outras companheiras e companheiros possam dar prosseguimento a projetos que gerem renda não só para os grupos de mulheres, mas para grupos formados por homens e mulheres nos assentamentos.

Nos Anos 2000, a Exclusão em Forma de Parceria

No assentamento Bela Vista do Chibarro, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras desde o início dos anos 2000. O INCRA manteve-se, em tese, contrário ao plantio de cana, embora sua omissão fosse patente durante anos a fio. A polêmica com relação à cana foi um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação "*Independente*", uma peculiar entidade através da qual os assentados pró-cana se mobilizaram no espaço político interno do assentamento (inclusive ganhando postos de coordenação do mesmo) e se fizeram representar externamente, sem a participação das mulheres. Esses agricultores, frustrados pela crise do cultivo de grãos (a mesma que assolou a Monte Alegre alguns anos após sua instalação), foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Sem controle oficial, vivenciando o descompasso entre INCRA (planejador e implantador do PA) e ITESP (gestor da assistência técnica no PA), a implantação da cultura da cana-de-açúcar em larga escala no PA Bela Vista teve lugar nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação *Independente*, processo no qual as mulheres não foram protagonistas.

Na Fazenda Monte Alegre, a polêmica adesão dos assentados ao cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar acaba por ser o mais evidente e, ao mesmo tempo, contraditório exemplo do jogo de resistências e acomodações que permeia a trajetória dos assentamentos. O consórcio – antecedente da parceria – anunciado

como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais baseava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de "tocar a terra". A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento, permitiria, sob os termos então anunciados, um aumento do poder aquisitivo do assentado.

Desde então, a pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias, nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituem, nos últimos anos, em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Após anos de debates e polêmica, o ITESP, através de Portarias (75, de 2002, modificado pela 77, de 2004), estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acabou por consentir, sob regras, o plantio da cana, como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado e menor do que outras alternativas como, por exemplo, a do milho. Entretanto, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexo, de resultados não imediatos.

De um lado, a expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Neste circuito, cabe lembrar, como outro aspecto complementar, a relativa "pressão" exercida pelos jovens filhos de assentados para fazer universidades, caminho que parece ser, em princípio, mais facilitado para aqueles que vivem da cana. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de 5 anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas neste novo espaço social. Ainda mais, situação que se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social. De outro lado, acirram-se conflitos com o órgão gestor, sinalizados pelas ações de reintegração de posse movidas há mais de uma década pelo Ministério Público em vista de denúncias do Incra de irregularidades na

relação com a terra, como venda de lotes, utilização de áreas de reserva, compra de vários lotes, desenvolvimento de atividades não compatíveis com a finalidade da Reforma Agrária.

Efetivamente, a cana nos assentamentos – apresentada sob forma de parceria - reforça exclusões, especialmente das mulheres – que são forçadas a encontrar trabalho assalariado fora do assentamento - e potencializa o esfacelamento do projeto de agricultura familiar. Não há qualquer referência à mulher nos contratos de parceria, regidos comprovadamente por uma acentuada assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, do preço da cana – os quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber sequer, o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito de expansão da cana.

Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passaram a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, de fato, em situação "cativa". É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidades e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana, com poucas exceções. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados nas produções destinadas ao autoconsumo das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agroindustrialização de buchas de banho no Pontal, casos do frango e mandioca na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas – nas quais as mulheres são, comprovadamente, as principais protagonistas – mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são "dispensados" na cultura canavieira. Tratando-se de cana, como já afirmamos, as usinas ficam à frente de toda a produção, cabendo aos assentados apenas receber por sua produção no ato de entrega e não decidir como são estipuladas, no contrato, as condições de sua participação. Há cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência legal aos usineiros, o que cristaliza, efetivamente, uma relação de assimetria.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores chegam a indicar o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção e para que consigam cumprir o contrato. Conseqüentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam,

em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias³.

No Quadro de Paradoxos, Respostas do Poder Local

Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programa de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados pela má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida. Tais fatos e outros que poderíamos apontar como desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Casos de perda de direitos adquiridos de aposentadoria "especial" mostram que os impactos da expansão da cana nos assentamentos vão muito além da esfera estritamente econômica.

Como iniciativas desse modelo de desenvolvimento alternativo, as quais acenam para redes de proteção e cooperação dos atores locais e regionais, podem ser citados a inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, cursos de capacitação para merendeiras e membros dos conselhos de alimentação e rural dos municípios, banco de alimentos, colheita urbana, central de abastecimento solidário, serviço de inspeção municipal, programas de aquisição de alimentos, restaurante popular e programas de treinamento tecnologias de gestão da agricultura familiar, etc.

Nesses programas coordenados e centralizados no poder local há a participação direta das mulheres em iniciativas que visam o fortalecimento da própria organização das assentadas no assentamento da Fazenda Monte Alegre.

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos de um grupo de mulheres em relação ao modo como eram e passam a ser produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha

³FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. "Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo.. Aceito para publicação na Revista Sociologias.

comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. A comercialização era feita no interior do próprio assentamento e, esporadicamente, nas feiras em cidades próximas. Tratava-se aqui de uma produção artesanal e de uma organização informal, baseada em laços de sociabilidade (nutridos pela amizade e vizinhança), com pouca expressividade no tocante à geração de renda do grupo.

A partir de 2002, com a reforma da escola e a implantação de uma cozinha mais bem equipada em seu interior, a produção de pães ganha novas perspectivas, somadas ao recém-criado programa Direto do Campo, do município de Araraquara, que abriu espaço no terminal de integração urbana para a venda direta dos assentados à população urbana, de segunda à sábado. Dois dias da semana ficaram exclusivos para a exposição e vendas dos produtos das mulheres. Neste programa, a prefeitura apoiou a comercialização da produção fornecendo transporte e bancas para exposição num espaço municipal de grande circulação de pessoas. Em outro espaço, dentro do mesmo programa municipal, a venda começou a ser feita também aos sábados, numa feira em região central da cidade. A produção de pães passou a contar com um espaço para venda que possibilitou, senão aumentar substancialmente a renda das mulheres ou maior agregação de valor, incluí-las socialmente ao município.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, ainda que em um outro ritmo – fortemente influenciado pelos conflitos e ações de despejo visando reintegração de posse levadas adiante pelo Incra – as mulheres nunca deixaram de ser decisivas na produção do autoconsumo e na participação eventual em feiras com a venda de artesanatos e doces caseiros.

As Mulheres no Orçamento Participativo

Experiência de democratização de participação popular – o OP (Orçamento Participativo) – foi implantado em Araraquara a partir de 2001. Mostrou, desde o início, uma característica peculiar. Os assentados inseridos na regionalização do circuito do orçamento participativo responderam com entusiasmo à perspectiva de, no espaço rural ou urbano, em suas terras ou em reuniões que tinham como sede equipamentos públicos, poder participar da escolha, ainda que restrita aos limites orçamentários, de prioridades de investimento. Os homens pareceram lembrar-se de uma experiência piloto de orçamento participativo coordenada pelo Itesp em 1996, por ocasião da qual, expectativas de inversão da situação de beneficiários apassivados que lhes era atribuída pelo ideário programado pelo Estado foram desmontadas, frustrando-se logo em seguida. Eles praticamente não disputaram lugares no O.P. mais recente, deixando espaço para as mulheres nas assembléias.

Entretanto, mesmo sendo maioria nas plenárias da O.P., na hora de eleger delegado e conselheiros, são os homens que são escolhidos. "Quando chega na hora da formação do conselho, órgão máximo da O.P., não tem mulher, dificilmente... Mesmo na defesa das prioridades, é uma entre dez, vinte, que vai lá na frente defender uma prioridade" (trecho de entrevista com coordenadora do Orçamento Participativo).

No entanto, elas começaram a participar massivamente dos fóruns do Orçamento Participativo, discutindo prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre foi a aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial neste núcleo. A proposta entrou em disputa com outra, de outro grupo de mulheres, do núcleo 3 do mesmo assentamento, que por sua vez reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da "disputa", embora a prioridade da cozinha tenha sobressaído, neste mesmo ano, as duas iniciativas foram contempladas. No entanto, apenas em 2008 seus orçamentos foram executados. A prioridade pela aquisição da cozinha contou com o fato de que os doces estavam proibidos de serem comercializados no programa Direto do Campo, pelo fato da produção não se enquadrar às normas sanitárias. Com a cozinha acredita-se que tais normas serão atingidas e o espaço municipal poderá receber os doces para venda à população, assim como os pães e bolos.

Na Fazenda Monte Alegre, a Diversificação sob Proteção do Poder Municipal

Os equipamentos da cozinha experimental foram, finalmente, instalados no barracão comunitário, junto ao centro de lazer do núcleo 3. Depois de uma longa espera, podia se esperar o (re)nascido de uma diversificação, talvez, um outro caminho para o assentamento.

No entanto, as principais lideranças desta luta, que completou 8 anos, tinham deixado o assentamento por motivos diversos, ficando apenas 3 do grupo original. A estas 3 mulheres se juntou o filho de uma delas, o que passou a ser motivo de nova fragmentação. Como se o "espaço" das mulheres estivesse sendo invadido. No argumento das mulheres, o problema ocorreu porque o rapaz queria trabalhar pouco e receber uma parte igual à das outras.

"Por conta disso, o processo de criação da associação está parado: o estatuto e o regimento interno da associação estão prontos, mas por enquanto, preferiram não registrar a associação, pois não sabem se isto vai adiante. Disseram que é melhor esperar a definição de como será o trabalho de cada um dentro da associação para então colocá-la em funcionamento... Disseram que é mais difícil desfazer a associação depois que já está formada do que propriamente instituí-la"

(trecho do Diário de Campo, 20/01/2009).

Situação que terá novos contornos nos tempos seguintes, passando a funcionar vinculada ao CEDIR, Centro de Desenvolvimento e Integração Rural, criado em 2001 com o intuito de congrega ações e atividades de diversificação e produção no assentamento Monte Alegre, letra morta por sete longos anos. A associação de mulheres em torno da produção de doces recebeu o nome de Associação Familiar Alimentícia do Campo – AFAC.

Antes da montagem da cozinha, os doces feitos por estas mulheres eram comercializadas nas bancas de exposição do programa Direto do Campo, no terminal de integração de ônibus da cidade, apenas nos dias em que as mulheres tinham direito a expor seus produtos. Tempo dividido permeado por relações de gênero. Depois, a prefeitura conseguiu passar uma das lojas do terminal, local onde funcionava uma lanchonete desativada por irregularidades exclusivamente para as mulheres assentadas rurais. De novo, problemas com vizinhos por uma questão de competitividade!!! Problemas com a Vigilância Sanitária, por serem os doces vendidos em potes de plástico e não de vidro!

No presente, as mulheres buscam vender os doces em potes de vidro, atendendo aos requisitos de maior durabilidade. Não consideram uma boa solução ser a comercialização feita em um espaço fixo e buscam alternativas. Pagar a uma filha de assentada que mora na cidade par cuidar das vendas, mas por enquanto, o dinheiro obtido só é usado no próprio investimento.

Outra parte da comercialização dos doces é feita por canais constituídos pelas próprias assentadas que além de encomendas internas, fornecem doces para a feira livre de Matão e para comerciantes na cidade de Ribeirão Preto.

As mulheres receberam cursos do Sebrae, em parceria com o Itesp, sobre doce de leite, frutas, milho e mandioca. Declaram que seu maior interesse seria receber curso sobre massas e sobre doces light/diet. O reconhecimento da necessidade de ajuda de pessoas que possam fazer análises nutricionais dos produtos⁴, de forma a poderem elaborar um selo para dinamizar a comercialização mostra que as mulheres têm ciência do que pode ajudar neste circuito, no qual estão tomando as rédeas.

As ambigüidades do poder local são também referidas, "muitos equipamentos não foram entregues, como a batedeira industrial, o batedor de massas, a câmara fria, o fatiador de frios, o cilindro elétrico, as fôrmas e a balança. Depois, soubemos

³FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. "Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo.. Aceito para publicação na Revista Sociologias.

que a balança foi entregue no lugar errado. Os serviços da prefeitura estão um caos, desabafa uma assentada do grupo. Segundo ela, uma cachoeira se forma quando chove forte. No teto do cômodo, existem marcas de infiltração... No mesmo lugar há um ralo por onde entram baratas. Problemas pipocam aqui e acolá" (trecho do Diário de Campo, 20/01/2009). Exemplo de que a porta de entrada na diversificação pelo poder local pode criar bloqueios e outros pontos de tensão.

No núcleo 6, o sabor dos pães caseiros transmite uma sensação de estar junto, em casa, em um lugar pleno de significações. Neste núcleo, o processo caminha mais rapidamente. Associação está constituída – Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre 6 (AMA). Há 11 mulheres associadas, todas pagam uma mensalidade de R\$ 10,00 e parecem caminhar, regulando cada passo. "Apenas 4 estão trabalhando por enquanto. É que, em função da capacidade de comercialização e conseqüente retorno financeiro, a produção não pode ser tão grande. Há previsão de mais duas entrarem no mês que vem. Planejamento que parece indicar um forte laço de confiança entre elas, pois as demais que ainda não estão engajadas aguardam sua vez, mas já investem na associação, pagando a mensalidade" (trecho de depoimento retirado do Diário de Campo, 20/01/2009).

As vendas acontecem no terminal de integração, mas também sob encomenda e no próprio local. Logo na entrada da padaria há um espaço para exposição e venda dos produtos. Por todos os poros, parece haver um clima de confiança e de solidariedade. Há interesse por cursos sobre outros tipos de pães como de mandioca, abóbora, cenoura. O apoio para análise dos produtos e selo de certificação foi também explicitado.

Além dos pães caseiros, busca-se produzir o pão francês, demanda da população assentada. Com este produto elas tentarão se tornar fornecedoras diretas na escola do assentamento. A intenção é não restringir a atuação da associação à panificação. Outras mulheres já manifestaram interesse em trabalhar com artesanato e corte/costura em uma rede ampliada de diversificação, que parece ter, como suporte, relações tecidas de confiabilidade, nas quais a assimetria de informações está excluída, de direito e de fato.

Vale ressaltar que produzir pães, bolos e doces caseiros é uma atividade cujas receitas vêm de antepassados distantes, oriundas de uma tradição de servir às famílias e que agora passa a ser um meio de gerar trabalho e renda às mulheres rurais. Elas estão se especializando nisso, contando com alta tecnologia e atingindo um público grande no mercado consumidor de Araraquara. Equipamentos de última geração para a fabricação destes produtos são usados para fazer as receitas de "bolo de fubá da vovó", assim como elas mesmas definem.

O papel da mulher no trabalho do lote não mudou tanto, mesmo com atividades

produtivas, como no caso da padaria do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre. Conforme depoimento da Dna. Nice, ela continua responsável pelo trabalho doméstico e ainda ajuda o marido na roça, mesmo com suas novas obrigações na padaria.

Era uma quarta-feira e ela estava no lote cortando cana para dar ao gado que a família cria, ou seja, trabalhando na roça junto com o marido. Ela disse que tivemos sorte de chegar naquele horário (às 10:30hs), pois ela tinha acabado de parar com esta atividade e ido para casa fazer o almoço. Nos falou: "daqui há pouco chega o homem e o almoço tem que estar pronto", por isso não podia parar para nos atender naquele momento. A Danuta (pesquisadora que estava junto a campo) perguntou em quais dias da semana ela estava na cidade para vender os produtos no terminal, e se ela podia responder algumas perguntas num outro momento, dna. Nice respondeu que às sextas-feiras ela está no terminal de integração e chega tarde em casa, só dá tempo de descansar um pouco. No sábado, ela acorda às 02:30hs e começa a preparar as mercadorias para ir à feira da praça Pedro de Toledo. Volta da feira por volta das 13:00hs e logo já precisa ir lavar a igreja, onde participa do grupo de orações e do coral. Só depois disso tudo vai dormir. Descansa no domingo, pois segunda-feira começa tudo outra vez. Bem, provavelmente no domingo ela também tem trabalho doméstico, portanto esse descanso é relativo. (Diário de Campo, 19/03/2009).

Esta assentada é uma das lideranças da associação da padaria, é ela que resolve todos os assuntos e mobiliza as mulheres, mesmo porque seu lote é o mais próximo da padaria. Mesmo com toda sua rotina de liderança na padaria, na comercialização dos produtos em feiras na cidade e de participar ativamente de atividades em sua igreja, ela encontra tempo para exercer seus serviços domésticos e produtivos no lote.

Concluindo ou Repondo Problemas

Passamos em revista experiências diferenciadas. As respostas do Estado, como vimos, têm oscilado em um terreno de omissões, irrealizações, expressões de violência programada, sinais de alento. Mudanças recentes na política nacional de assentamentos incorporam, do ponto de vista teórico, questões de gênero. Foram abertos novos horizontes, no campo da titulação, do crédito agrícola de assistência técnica.

Entretanto, há que se examinar o que vem, de fato, significando o conjunto de políticas públicas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, dirigidas à promoção da autonomia econômica, elemento indispensável para a superação das desigualdades que marcam as vidas das mulheres assentadas e de outras trabalhadoras rurais.

As mudanças não se deram por uma política de outorga. Sem dúvidas, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais anteriores à Constituinte, ainda que dispersos e muitas vezes fragmentados, interferem decisivamente para que uma pauta de negociações das políticas públicas, permeadas por relações de gênero, fosse publicizada.

A partir da Constituinte, aumenta progressivamente a participação das mulheres no movimento sindical, o que se reflete na ampliação feminina nos congressos e no aumento de resoluções e propostas que tinham as mulheres rurais como protagonistas. A marcha das margaridas de 2000, organizada pelas mulheres filiadas à Contag foi um marco no movimento das mulheres rurais, o que não significa que a aceitação de questão de gênero se dê naturalmente pelo movimento sindical e pelo MST, sem conflitos e/ou disputas.

Publiciza-se uma pauta de políticas que pudessem fortalecer a condição de agricultora das mulheres rurais. Questões como crédito, programas de geração de renda e formação profissional, comercialização de produção da agricultura familiar, acesso à documentação básica, saem do campo das invisibilidades e se põem como reivindicações a ser transformadas em direitos. A trama de tensões exigia do Estado, respostas a uma mudança efetiva de propostas de políticas públicas. Avança-se nas conquistas obtidas com a constituição de 1988: acesso ao programa de Assistência ao Trabalhador Rural, entrada na previdência rural a partir de 1992. Há mudanças conseqüentes que a aposentadoria traz à vida das trabalhadoras rurais idosas, ainda que, inegavelmente, a legalidade não traga mudanças efetivas às mulheres trabalhadoras por si só.

Estimativas recentes, confirmadas por nossas pesquisas em um dos núcleos analisados, falam em 18% de mulheres como titulares de terra. Só muito recentemente o Incra introduziu a obrigatoriedade, que não é necessariamente cumprida, de ser a terra colocada em nome do casal, não apenas do homem. Reivindicações de que o Incra priorize o direito de as mulheres chefes de família terem acesso aos lotes, bem como o direito das solteiras à terra têm trazido uma real inversão da situação, quase que naturalizada, de discriminação e hierarquização no campo dos direitos ligados à terra. Entretanto, mais de 80% das mulheres cônjuges, declaram realizar trabalhos na agropecuária, taxa que bem expressa o trabalho não remunerado dos membros da família do meio rural, ou seja, a contribuição da mulher como trabalhadora familiar, produzindo para o

autoconsumo, embora a mesma esteja envolta em invisibilidades. Por outro lado, o acesso crédito Pronaf – Mulher ainda que tenha crescido 240% no período de 2003-2005, só atinge a cota de 30% em um dos casos investigados. A linha de crédito mais acessada é a da modalidade B, por ser mais fácil o acesso e menos burocratizado. Igualmente, por ser a modalidade mais conhecida das mulheres, dos agentes financeiros, dos sindicatos de trabalhadores rurais e das empresas de assistência técnica responsáveis pela elaboração da proposta de crédito.

Entretanto, no campo das associações, da politização de espaços de sociabilidade, as mulheres começaram por tomar a dianteira em questões de infra-estrutura, em reivindicações apresentadas à Prefeitura. A partir dessas iniciativas, começaram a discutir formas de complementar a renda, através, por exemplo, de hortas, de granjas, do trabalho em farinheiras, em padarias, dentre outras. Por outra entrada, a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, constituindo espaços importantes de ressignificação de suas atividades produtivas.

Podemos, nessas conclusões preliminares, afirmar que a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no qual relações de gênero se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

Neste contexto, o fato do orçamento participativo ter se estendido à ampliada presença das mulheres representou um divisor de águas que não pode ser desconsiderado. Normalmente excluídas das decisões sobre comercialização/gestão produtiva, as mulheres assentadas acabaram tendo peso decisivo na escolha das prioridades do Orçamento Participativo responsáveis, em parte, pelo atual delineamento de novas estratégias produtivas/reprodutivas.

A abertura de poder público municipal não se deu sem atalhos e muitos paradoxos, pois a prática de ampliar a participação popular se mesclou a muitos traços de clientelismos e de uma cultura da dádiva.

Como afirmamos, a construção de uma nova identidade política e mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas não implica necessariamente em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais, pelos formuladores das práticas públicas. Os mesmos não trazem, magicamente, como consequência, uma (re)socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, leve a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

Questões que, com certeza, devem compor uma agenda de pesquisa sobre a mulher assentada e trabalhadora rural e, além disso, podem estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural.

Nesse circuito possível, a inserção das mulheres como sujeitos das ações e a valorização de práticas diferenciadas da agricultura convencional podem ser caminhos efetivos para a construção de uma outra relação das mulheres com a política de assentamentos rurais. Neste contexto, o crescimento da chefia feminina nas famílias brasileiras, a importância da inserção das mulheres em atividades diversificadas de geração de renda – opção necessária para se discutir o futuro dos assentamentos em modelos alternativos diferenciados do agronegócio – as conseqüências significativas das operações do crédito Pronaf Mulher colocam efetivamente desafios que possam resultar em avanços na luta pelo empoderamento feminino, na reordenação dos rumos das experiências da reforma agrária.

Os fragmentos aqui apresentados sobre a diversidade e a natureza da ação política e produtiva das mulheres sugerem uma análise mais atenta, sem dúvidas. Com um sinal de alerta, efetivamente, os assentamentos rurais não podem ser analisados e avaliados pela lógica do desenvolvimento rural pautados pelo agronegócio. Com certeza, o fato das mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas, têm se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e dos papéis entre homens e mulheres nos assentamentos. Poder-se-ia pensar nesses embriões como sementes de alterações possíveis no interior das relações familiares e dos códigos que perpassam a produção e reprodução social.

Referências

BANDEIRA, L.M. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, T.N; MUNIZ, D.C.G. (Orgs.) **Mulheres em Ação**. Práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC/MG, 2005, p.169-193.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, UNESP, Araraquara.

BARONE, L.A.; SANTOS, C.C.F. Poder Local e Assentamentos Rurais: um

estudo em Marabá Paulista. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.10, Nupedor/Uniara, p.203-224, 2006.

BARONE, L.A. Revendo o clientelismo político num assentamento de reforma agrária: da camisa de força à dialética do controle. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, Nupedor/Uniara, p.105-120, 2004.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; KURANAGA, A.A. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2005, Feagri/Unicamp – CRBC/École des Hautes Études en Sciences Sociales. In: **Anais...**, Campinas, 2005.

BELIK, W.; MALUF, R. (Orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. 234 p.

BENTO, B.A.M. Os estudos de gênero na encruzilhada do universal e do particular. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, UFG, n.1, v.3/4, jan./dez., p.121-146, 1999/2000.

BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. (Orgs). **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 7ª Ed., 1987.

DEERE, L. et al. **O emponderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2002.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C. A.; BARONE, L. A. **Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência**. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA/Uniara, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**, São Paulo, v.20/21, p.121-147, 1997/1998.

FERRANTE, V.L.S.B. A proletarianização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias). **Natureza, História e Cultura - Repensando o Social**, Porto Alegre-RS: Editora da Universidade, 1992, p.69-76.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais: a polêmica questão de sua avaliação. **Revista UNIARA**, Araraquara, n.12, p.171-187, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A.M. A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. **Perspectivas**, São Paulo, v.11, Edunesp, p.33-51, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos rurais e poder Local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Cahiers des recherches sur le Brésil Contemporain**, Campinas, 2003, p.137-162.

LOPES, A.; BUTTO, A. (Orgs.) **Mulheres na Reforma Agrária**. A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

MARTINS, J. S. **Sociedade vista do abismo e novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDEIROS, L.S. de e LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELO, H.P.; DI SABBATO, A. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: MDA/PPIGRE/NEAD. **Gênero na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: Nead, 2006.

NEVES, D. P. **Lavradores e Pequenos produtores de cana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PAULLILO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2000. 189p.

PORTARIA ITESP - 75, de 24-10-2002 - **Diário Oficial do Estado** - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", 2002.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara-SP: Fundação Itesp/Uniara, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, M.A. de M. e LIMA, G. Assentados/cadastrados: que categoria é essa? Algumas reflexões acerca dos assentados e papel do Estado nos assentamentos de Silvânia e Tamoio. In: **Anais da 41ª Reunião da SBPC**, Fortaleza, 1989.

STETTER, E.A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNESP/Fclar, 2000.

VALENCIANO, R.C. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra: discutindo relações de classe e gênero**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2006.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.